MARIO DA VEIGA CABRAL
(Do Instituto de Educação)

COMPENDIO

DE

Historia do Brasil

**Adoptado no Collegio Pedro II,
Collegios Militares, Escolas Normaes, e em muitos outros
estabelecimentos de ensino secundario**

10.ª EDIÇÃO
91.º a 100.º milheiros

LIVRARIA JACINTHO ——— EDITORA
Rio de Janeiro ——— 1935

C 3.

LIVRARIA POPULAR
WALTER SOARES
S. LUIZ-MARANHÃO

COMPENDIO

DE

HISTORIA DO BRASIL

OBRAS DIDACTICAS DO AUTOR :

I — Compendio de Chorographia do Brasil.
II — Chorographia do Districto Federal.
III — Lições de Historia Geral.
IV — Compendio de Historia do Brasil.
V — Pequeno Atlas do Brasil (annotado).
VI — Nossa Patria.
VII — A Europa Actual.
VIII — Pequena Historia do Brasil.
IX — Geographia Primaria.
X — Curso de Geographia Geral.
XI — Primeiro Livro de Leitura.
XII — Segundo Livro de Leitura.
XIII — Terceiro Livro de Leitura.
XIV — Quarto Livro de Leitura.
XV — Lições de Cosmographia.
XVI — Primeiro Anno de Geographia.
XVII — Segundo Anno de Geographia.
XVIII — Terceiro Anno de Geographia.
XIX — Quarto Anno de Geographia.
XX — Quinto Anno de Geographia.
XXI — O Exame de Admissão (em preparação).

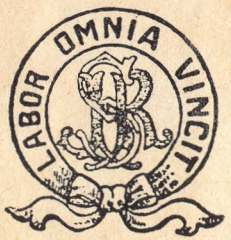
MARIO DA VEIGA CABRAL
(Do Instituto de Educação, ex-Escola Normal)

COMPENDIO
DE
Historia do Brasil

**Adoptado no Collegio Pedro II,
Collegios Militares, Escolas Normaes, e em muitos outros
estabelecimentos de ensino secundario**

10.ª EDIÇÃO
91.º a 100.º milheiros

Ana Maria Camargo
LEMAD História USP



1935
LIVRARIA JACINTHO — Editora
59 — RUA S. JOSÉ — 59
RIO DE JANEIRO

BEDESCHI — imprimiu

Mario Vasconcellos Da Veiga Cabral

Nascido a 26 de Setembro de 1894,
na cidade do Rio de Janeiro.

A' memoria do illustre jurisconsulto

Dr. JOÃO LUIZ ALVES

e aos meus amigos

Almirante FRANCISCO PAIM PAMPLONA
Dr. AUGUSTO OLIVEIRA DE MENEZES
Barão Dr. GUILHERME STUDART
Dr. ISMAEL MONIZ FREIRE
Dr. PONTES DE MIRANDA
Dr. ILDEFONSO ALBANO
Dr. HERMANN FLEIUSS.

AO LEITOR

Apparece nesta data a 10ª edição da *Historia do Brasil* do dr. Mario Da Veiga Cabral.

Este livro, adoptado em numerosos estabelecimentos de ensino, entre os quaes o Collegio Pedro II e os Collegios Militares, certo obterá na presente edição o exito que logrou nas anteriores.

Rio de Janeiro, Janeiro de 1935.

Os Editores

ARMAS DO BRASIL

BANDEIRAS DO BRASIL

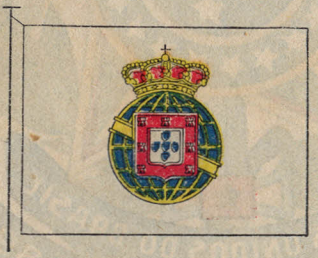
COLONIA

1500-1645

COLONIA

1645-1816

REINO UNIDO



1816-1822

IMPERIO

1822-1889

REPUBLICA

1889

CAPITULO I

AS GRANDES NAVEGAÇôES PORTUGUEZAS. DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Com o desenvolvimento intellectual e com o aperfeiçoamento da bussola — esse util e indispensavel instrumento de navegação trazido do Oriente pelos Arabes, que conheciam já a propriedade da agulha magnetica de dirigir sempre um dos seus extremos para o norte — surgiu o cyclo das grandes navegações e com estas os descobrimentos maritimos.

Era forçoso e natural. A estreiteza do mundo antigo necessitava desses descobrimentos, pois só elles podiam revelar ás nações existentes novas terras a que pudessem estender as suas relações commerciaes.

D. Henrique, o "Navegador"

Nessa empreza salientou-se Portugal, levando a effeito importantes descobrimentos durante o governo dos primeiros reis que constituiram a dynastia de Aviz.

O berço das grandes navegações portuguezas foi a *Escola de Sagres*, fundada pelo infante D. Henrique, o *Navegador*, (*) filho de D. João I, quando, de volta de Ceuta, se estabeleceu no promontorio que

(*) D. Henrique, filho de D. Filippa de Lencastre e de D. João, primeiro rei da dynastia de Aviz, nasceu no Porto em 1394 e falleceu em 1460.

deu o nome á escola, onde tambem creou um observatorio astronomico e estaleiros para construcção de navios.

No governo de D. João I (1383-1433) dobraram os portuguezes o cabo Não (1412), tomaram Ceuta aos mouros (1415) e levaram a effeito as primeiras descobertas, representadas pelas ilhas Porto Santo (1418) e Madeira (1419), por Tristão Vaz Teixeira e João Gonçalves Zarco; e Santa Maria, nos Açores (1432), por Gonçalo Velho Cabral.

No governo seguinte, do rei D. Duarte (1433-1438) continuaram as descobertas, dobrando Gil Eanes de Lagos o cabo Bojador, em 1433.

Em 1446, no reinado de D. Affonso V (1438-1481), uma expedição enviada pelo infante D. Henrique, de que faziam parte o genovez Antonio de Nola e o veneziano Luiz Cadamosto, descobriu o archipelago de Cabo Verde.

No governo do quarto rei da dynastia de Aviz, D. João II (1481-1495), Bartholomeu Dias, procurando descobrir um novo caminho para as Indias, dobrou, em 1486, o cabo das Tormentas, depois denominado da Bôa Esperança, no extremo sul da Africa.

Vasco da Gama

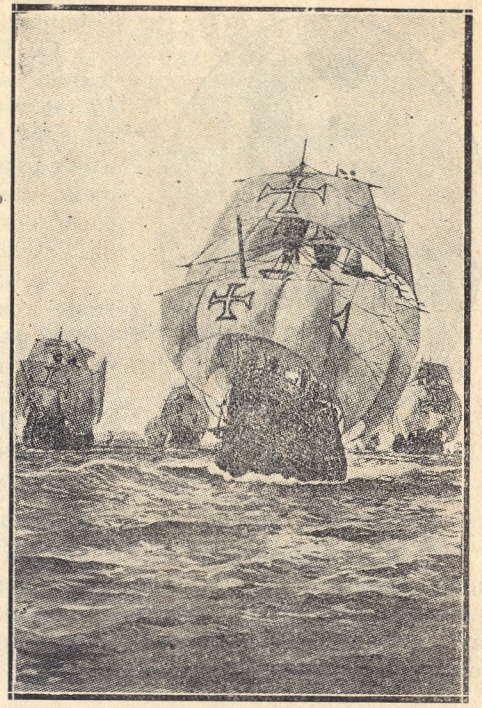
Onze annos depois, já então, no reinado de D. Manoel I (1495-1521), que havia succedido no throno a D. João II, seu primo e cunhado, confiou o soberano a Vasco da Gama uma pequena frota de quatro navios para que elle tentasse a viagem para léste.

Vasco da Gama dobrou o cabo da Bôa Esperança, explorou a costa do Natal, aportou a Moçambique e Mombaça, entrou em Melinde, indo depois até Calicut, descobrindo, assim, em 20 de Maio de 1498, o caminho das Indias. Voltando a Portugal, com a terça parte apenas de sua tripulação, após 24 mezes de viagem, recebeu os titulos de Conde da Vidigueira e almirante do mar das Indias e uma tença de 300$000 por anno.

Descobriram depois os portuguezes a Indo-China e as grandes ilhas da Malasia, entrando em relações com a China e o Japão.

Mais tarde, em 1500, resolvendo D. Manoel I, o *Venturoso*, assegurar o commercio das Indias, fez equipar uma esquadra de 10 caravellas e 3 navios redondos, tendo 1.200 homens de guarnição e oito capellães, além de um vigario, sendo essa, até então, a mais poderosa expedição que se tinha organizado.

Foi o commando da esquadra entregue a Pedro Alvares Cabral, governador da Beira e Senhor de Belmonte. Da expedição faziam parte: Sancho de Thoar, immediato de Pedro Alvares Cabral; Bartholomeu Dias e seu irmão Diogo Dias; Gaspar de Lemos, commandante do navio de mantimentos; Pero Vaz de Caminha, que ia nomeado escrivão para a feitoria de Calicut; Nicoláo Coelho, companheiro de Vasco da Gama; o astronomo Duarte Pacheco; o physicomór João; Pedro e Vasco de Athayde; André Gonçalves, e frei Henrique de Coimbra, sob cujas ordens seguiam os sete franciscanos: Maffeo, Gaspar, Francisco da Cruz, Luiz do Salvador, Simão de Guimarães, João da Victoria e Pedro Neto, contando-se ainda um vigario para Calicut.



A frota de Cabral ao sahir do Tejo — Composição de Roque Gameiro.

No dia 8 de Março de 1500, domingo, em Restello, na ermida de Belém, foi celebrada uma missa solemne por D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, á qual toda a marinhagem compareceu.

Terminada a cerimonia, benzeu D. Diogo o chapéo que o Papa havia enviado para Cabral, e abençoou a bandeira com a cruz de Christo, sendo a mesma levada em procissão até ao embarcadouro e ahi entregue ao almirante pelo proprio rei D. Manoel.

No dia seguinte zarpou essa esquadra do Tejo com destino ás Indias.

A principio correu a viagem sem novidade, chegando a esquadra no dia 14 ás Canarias, e, a 22, á ilha S. Nicoláo, no archipelago de Cabo Verde. Ahi, talvez por causa das correntes oceanicas, desgarrou-se da esquadra no dia seguinte, 23, o navio de Vasco de Athayde.

Desviando-se então do rumo habitual, tomou a esquadra para

sudoeste, afastando-se do continente africano para evitar as calmarias, isto é, a falta de ventos, e a tal ponto que no dia 21 de Abril começou Pedro Alvares Cabral a ter indicios de terra com o apparecimento de hervas marinhas, denominadas *bodelho* e *rabo d'asno*.

Pedro Alvares Cabral

De facto, não se enganou. Na manhã seguinte, quarta-feira, 22, foram vistas esvoaçando aves denominadas *furabuchos* e, á tarde, foi avistado um monte de fórma arredondada, que recebeu o nome de Paschoal, por ser dia de uma das oitavas da Paschoa.

No dia seguinte (23), tendo á frente os navios menores, velejou Cabral até que a sondagem accusou pouco fundo junto ao rio que se chamou do Frade, desembarcando então Nicoláo Coelho que, dando presentes aos indios que lhe appareceram, travou com elles relações.

Era preciso, porém, um abrigo melhor.

Velejou Cabral para o N., indo o seu piloto Affonso Lopes numa pequena caravella costeando a terra afim de o prevenir logo que encontrasse abrigo conveniente, o que se deu a 24, com o descobrimento de uma enseada que tomou o nome de Santa Cruz e é hoje conhecida como bahia Cabralia.

Divergem comtudo as opiniões a respeito do primeiro desembarcadouro da esquadra do almirante portuguez: enseada de Santa Cruz ou bahia Cabralia para uns, e Porto Seguro para outros.

Sobre o assumpto escreve o douto historiador Dr. João Ribeiro: "No começo das historias nacionaes de qualquer paiz, ha sempre um periodo heroico ou legendario creado pela ausencia dos annalistas e pela diversidade das conjecturas e hypotheses, que substituem, como podem, incertezas e as verdades ignoradas.

Quatro seculos passaram sem que ao certo soubessemos o dia verdadeiro do descobrimento, até que, desenterrada dos archivos a carta de Vaz Caminha, veio pôr termo a todas as duvidas e divergencias.

Outro problema, que teve solução recente, no seculo passado, foi o do ponto de desembarque dos descobridores.

A opinião geral de que o desembarcadouro havia sido em Porto Seguro quasi passou em julgado. Era, todavia, uma approximação tanto mais seductora quanto ahi existia um antigo marco de feição igual ao typo dos padrões portuguezes plantados nas suas conquistas da Africa e do Oriente.

O padrão e marco de Porto Seguro, que ainda hoje permanece encostado á egreja de estylo jesuitico, do tempo de D. João III, foi provavelmente obra de antigo capitão-mór do seculo XVI, talvez do primeiro donatario da terra, Pero de Campos Tourinho.

Não assignala, portanto, o momento da descoberta.

Vaz Caminha, aliás, dá precisamente a indicação do marco primitivo, que consistiu simplesmente numa cruz em cuja base estaria o desenho das armas da conquista portugueza.

Onde foi lançada essa cruz?

Em Porto Seguro, segundo a opinião antiga não podia ser, em vista da propria relação do descobrimento, que nos revela o sitio exacto, á margem de um ribeiro onde celebraram a missa do dia 1º de Maio.

As condições topographicas de Porto Seguro contradizem as indicações do escrivão da armada; lá nunca estiveram os navegadores e, agora, depois do estudo minucioso da costa e dos accidentes littoraneos que mais se conformam com a narrativa de Vaz Caminha e após a critica perspicaz e segura de Beaurepaire Rohan e os trabalhos hydrographicos da verificação realizados por Salvador Pires, vulgarizados em preciosa monographia, não póde restar mais sombra de duvida quanto ao ponto exacto em que se fez a "cova para chantar a cruz" que deu o primeiro nome á terra descoberta.

A frota de Cabral, vindo de leste, ao avistar, a 22 de Abril, o monte Paschoal, sobranceiro áquella costa chã, pois que se eleva a mais de quinhentos metros de altitude, procurou approximar-se da terra e fez a primeira ancoragem no dia seguinte (23 de Abril) um pouco ao sul do recife maior, hoje denominado o recife de Itacolomy. D'ahi, em duas linhas parallelas a dos navios pequenos que singravam perto do littoral e a dos navios grandes, que, prudentemente, se moveram mais ao largo, toda a frota velejou para o norte á busca de abrigo mais seguro.

A rota terminou no ilhéo da Corôa Vermelha, que fica ao sul da enseada larga e aberta da *Bahia Cabralia*, como é hoje o seu appellido official.

A bahia Cabralia ou enseada de Santa Cruz representa uma curva apenas sensivel, de largo raio, desde a Corôa Vermelha á ponta septentrional de Santo Antonio. E' um tanto abrigada pelos recifes, que fecham em corda a curva littoranea.

São uns poucos recifes esparsos com largas aberturas, que facilitam a entrada ás pequenas embarcações, que hoje fazem o escasso commercio d'aquellas praias.

Hoje mesmo, apenas uma villa — a de Santa Cruz sobre o ribeirão e laga-mar de João de Tiba — offerece um ponto de escala da navegação costeira.

O rio de que falla o escrivão da frota não é esse mas o que fica fronteiro á Corôa Vermelha. E' o ribeiro MUTARY, em perfeita concordancia com o relato minucioso de Vaz Caminha, que o descreve correndo — *ao carão da praia* — antes de lançar-se ao mar, circumstancia, que identifica immediatamente no exame da região a verdadeira corrente de agua.

Não só essa circumstancia é capital, mas principalmente a de que ahi *fez aguada* a frota, e só o rio Mutary satisfaz essa condição, pois que *a carão*, isto é, parallelamente á praia, correndo em margens altas, não recebe a agua do mar e podia conseguintemente fornecer a provisão de agua doce á armada.

O Mutary ao approximar-se do mar desvia-se para o sul e corre uns oitocentos metros ao lado do Oceano antes da foz, onde apenas a maré chega e estaciona, não podendo galgar o alto nivel das aguas doces.

Ahi refrescou, como nos diz, a frota de Cabral.

Os navios que vinham do sul fizeram duas ancoragens no mesmo dia, uma pela manhã e outra ao pôr do sol, quasi no mesmo sitio, ao redor da Corôa Vermelha, (no dia 25 de Abril de 1500).

Embora os navios pequenos ou os seus *esquifes* (botes) andassem a reconhecer a região littoranea foi, entretanto, alli mesmo, em frente á Corôa Vermelha que saltaram á terra firme os tripulantes, fizeram aguada, plantaram a cruz, que veiu symbolizar a terra e celebraram a missa do primeiro de Maio.

Os estudos da faixa littoranea em concordancia com o texto do primeiro documento escripto da nossa historia, dissiparam todas as incertezas, apesar da teimosia de um alto espirito como o de Varnhagem, que jámais quiz convencer-se da verdade.

Nessa teimosia entrava, ao que dizem, alguma vaidade pessoal.

Elle, que era barão e depois visconde de Porto Seguro, não desejava trazer um titulo, glorioso e merecido embora, mas improprio e eivado de erro secular.

Comtudo, ninguem hoje acredita na antiga versão que fazia de Porto Seguro o primeiro desembarcadouro da frota de Pedro Alvares Cabral — quando só a enseada de Santa Cruz ou Bahia Cabralia convem em todos os pontos á verdade historica.

Porto Seguro, aliás, dista apenas alguns kilometros do sitio verdeiro de descobrimento, mas nem corresponde á primeira nem ás ultimas ancoragens da armada portugueza.

A elevação da Cruz em Porto Seguro — Quadro de José Peres

O surgidouro definitivo foi um pouco ao norte, no extremo da enseada, junto ao ilhéo da Corôa Vermelha.

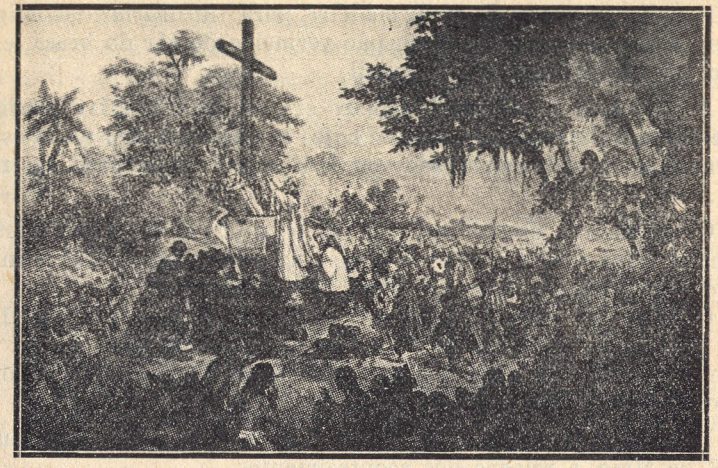
Recentemente, podemos ainda ajuntar a erudita monographia de Carlos Malheiros Dias, na — *Historia da Colonização Portugueza do Brasil* — em complemento aos trabalhos anteriores e definitivos de Beaurepaire-Rohan e de Salvador Pires.

A navegação de cabotagem em que os navios correm, segundo a linguagem dos marinheiros, sempre *amarados*, isto é, ao largo, não deixa perceber claramente a linha littoranea nessa região coalhada de numerosos recifes de coral.

Apenas do lado do oeste emergem alguns montes, como o Paschoal, que foi tambem a primeira terra avistada pelos descobridores portuguezes.

Por que buscaram elles um surgidouro favoravel ao norte e não ao sul? Eis uma questão nova, que talvez se explique pela direcção dos ventos naquelle outomno ou por outra qualquer suggestão do momento."

Na manhã do dia seguinte (25) ancorava a esquadra nessa enseada, onde foram encontrados dois indios que foram levados para bordo e tratados com galhardo acolhimento.



A segunda missa no Brasil — Quadro de Victor Meirelles

Foi então celebrada, num ilhéo que se chamou da Corôa Vermelha, no dia 26 de Abril, domingo da Paschoela, a primeira missa que se disse no Brasil, sendo officiante frei Henrique de Coimbra.

No dia seguinte, 27, foi cortada uma arvore, com cujo madeiro se fez uma cruz.

A 30 foram os portuguezes ao logar em que se achava a cruz, encostada a uma arvore, e beijaram-n'a, de joelhos, para que os indios vissem quanto elles acatavam o symbolo da propria fé.

No dia 1 de Maio trouxeram a cruz de onde estava e cravaram-na em logar alto, ao pé de improvizado altar, celebrando-se, então, a segunda missa, assistida pelos homens da tripulação e por muitos selvagens da tribu dos *Tupiniquins*.

Arvore do páo-brasil

Cabral tomou então posse da nova terra, e suppondo ser o paiz encontrado *uma ilha de cerca de setenta leguas de extensão,* lhe deu o nome de Ilha de Vera Cruz, ao depois de Santa Cruz, passando mais tarde, em 1504, a ter o nome de Brasil, mercê da grande quantidade nelle existente de uma madeira para tinturaria, denominada pelos indigenas *ibirapitinga,* ou páo vermelho da côr da brasa, e que era o que nós chamamos páo brasil.

A principio a palavra brasileiro era um qualificativo profissional e não um patronimico, como é hoje; brasileiros eram todos os que commerciavam em páo brasil, embora não fossem nascidos neste paiz.

Os primeiros escriptores que se occuparam da nossa historia nunca se referiram ao primeiro nome que teve o Brasil. Seria invenção dos modernos o nome de Vera Cruz? Não.

O nome de Vera Cruz só foi conhecido mais tarde, em 1817, pela publicação da carta de Pero Vaz de Caminha, pois até tal época se suppunha que a terra ao ser descoberta tivesse recebido logo o nome de Santa Cruz.

Descoberta a nova terra, Pero Vaz de Caminha escreveu no dia 1 de Maio, a relação dos acontecimentos.

A carta de Pero Vaz de Caminha foi escripta em Porto Seguro, sexta-feira, 1 de Maio de 1500. O original está no archivo da Torre do Tombo, em Lisboa, (*gaveta* 8ª, *maç.* 2º, *n.* 8).

Durante 317 annos esteve no esquecimento e só em 1817 foi pela primeira vez publicada na *Corographia Brasilica* do padre Ayres de Cazal. Sahiu, porém, incorrecta, pois, como bem diz o Dr. Zeferino Candido na sua obra *Brasil* (pag. 139), "O pudor obrigou o padre a truncar-lhe os bellos periodos, que descrevem a vida e os costumes dos indios, como Rochefoucauld fazia ás estatuas, cobrindo-lhes as partes pudicas com folhas de parra".

D'ahi para cá tem sido publicada em diversas obras. Na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, existe uma copia tirada do original autographo em fins de 1876, por João Pedro da Costa Bastos, official maior do archivo da Torre do Tombo.

Ferdinand Denis, que em 1821 traduziu essa carta para o francez e a fez publicar no *Journal des Voyages* de Paris, assim se referiu ao seu autor: "Graças ao raro talento de observação, de que era dotado, graças sobretudo á facil ingenuidade do seu estylo, o Brasil teve um historiador no primeiro dia do seu descobrimento."

Em seguida á posse reuniu Cabral os commandantes dos diversos navios para resolver sobre quem devia recahir a incumbencia de communicar a nova descoberta a El-Rei D. Manoel.

Até hoje não se sabe ao certo si o encarregado dessa missão foi Gaspar de Lemos ou André Gonçalves; julga-se porém, geralmente, que tenha sido aquelle.

Seja como fôr, o emissario partiu a 2 de Maio para Lisbôa, isto é, no mesmo dia em que Cabral, deixando em terra dois degredados

e dois grumetes que tinham fugido de bordo, continuava a sua viagem para as Indias.

A esquadra de Cabral só chegou a Calicut em 13 de Setembro, tendo soffrido violentissimo temporal junto ao cabo da Bôa Esperança, onde foi em 24 de Maio a frota desfalcada em seis navios, entre elles o que estava sob o commando de Bartholomeu Dias, que naufragou e pereceu justamente junto ao cabo por elle proprio descoberto.

Logo que se divulgou o descobrimento do Brasil pelos portuguezes, os francezes e espanhóes procuraram chamar a si a gloria daquelles.

Quanto aos primeiros, ficou logo provado não ter fundamento a allegação, pois o descobridor que elles apresentaram, Jean Cousin, jámais havia pizado terras brasileiras em 1488, conforme diziam.

Os espanhóes, porém, de facto, estiveram no Brasil antes de Cabral, pois Vicente Yanez Pinzon, sahindo de Palos em 18 de Novembro de 1499, descobriu em 20 de Fevereiro de 1500, um cabo, a que deu o nome de Santa Maria de la Consolacion, e esse cabo é o actual Santo Agostinho, em Pernambuco. Além desse, velejando Pinzon para Noroeste, descobriu o rio Amazonas, então chamado por elle Mar Dulce, e chegou ao rio Oyapock, que durante muitos annos foi chamado rio Vicente Pinzon.

Dois ou tres mezes depois de Pinzon, outro espanhol, Diego de Leppe, tambem aqui esteve.

E fóra de duvida, pois, que muito antes da viagem de Cabral, já os espanhóes tinham descoberto o Brasil.

De direito, porém, a gloria cabe aos portuguezes, pois foram elles os que primeiro levaram á Europa a noticia do acontecimento, tomando posse da terra em nome do seu rei, deixando nella os primeiros colonos e fazendo-a explorar.

Foi, pois, o Brasil descoberto em 22 de Abril de 1500 pelo almirante portuguez Pedro Alvares Cabral. Commemora-se, comtudo, a data do descobrimento a 3 de Maio. Por que motivo?

Não ha a menor razão para isso. A commemoração do descobrimento do Brasil a 3 de Maio é tudo quanto de mais illogico existe. Expliquemo-nos.

Quando o Brasil foi descoberto em 22 de Abril de 1500, seguia-se o calendario Juliano.

No anno de 1582, isto é, 82 annos depois daquelle facto, sendo papa Gregorio XIII, resolveu este introduzir uma reforma no calendario, mandando supprimir os 10 dias existentes entre 4 e 15 de Outubro daquelle anno.

Essa reforma, conhecida pelo nome de gregoriana, nada influe, porém, sobre o resultado a que se chegou:

1º) porque feita a correcção dos dez dias, o descobrimento do Brasil cae em 2 de Maio e não em 3;

2º) porque tal reforma não podia nem devia ter effeito retroactivo, pois a ser assim ter-se-ia de alterar todas as datas já consagradas.

Por que razão a descoberta da America continúa até hoje a ser commemorada em 12 de Outubro, pelo calendario Juliano? Não tem fundamento, portanto, o que se tem allegado para justificar o descobrimento do Brasil em 3 de Maio.

Os que, deixando de parte a reforma do calendario, querem justificar a data de 3 de Maio, allegando que foi esta a data da posse da terra, ainda pelo calendario Juliano, e, por conseguinte, a que deve ser tida como a do descobrimento, erram tambem, pois a carta de Pero Vaz de Caminha, publicada em 1817, affirma que a posse foi a 1 e a partida da esquadra a 2, e não a posse a 3 e a partida a 4, como inverazmente ainda sustentam alguns *espiritos innovadores*.

Em 1823, José Bonifacio, como Ministro do Imperador D. Pedro I, designou o dia 3 de Maio como sendo o do descobrimento do Brasil, para inicio dos trabalhos da Assembléa Constituinte e, assim, ficou o erro consagrado até aos nossos dias...

CAPITULO II

PRIMEIRAS EXPLORAÇÔES

Recebida a noticia do descobrimento do Brasil, tratou D. Manoel de mandar as primeiras esquadras para fazer explorações nas costas do novo paiz.

Em 22 de Maio de 1501 veio a primeira, commandada por quem levou a noticia do descobrimento a Portugal e á qual se deve a primeira nomenclatura geographica, pois essa expedição foi dando nome aos principaes accidentes physicos encontrados no littoral.

Assim é que foram denominados: o cabo de São Roque, em 16 de Agosto; o Santo Agostinho, em 28 de Agosto; o rio S. Francisco, em 4 de Outubro; a bahia de Todos os Santos, em 1 de Novembro; o cabo S. Thomé, em 21 de Dezembro; o Rio de Janeiro, em 1 de Janeiro de 1502; Angra dos Reis, em 6 de Janeiro; a ilha de S. Sebastião, em 20 de Janeiro; e o porto de S. Vicente, em 22 de Janeiro, todos nesse mesmo anno de 1502.

Foi assim reconhecido por essa expedição que a terra descoberta não era uma ilha, e sim um immenso continente.

A segunda expedição, composta de 6 navios, veio em 10 de Maio de 1503, sob o commando de Gonçalo Coelho, tendo como piloto Americo Vespucio, que já havia feito parte da primeira.

Seguiram-se outras relativamente sem importancia, varias das quaes foram victimas de desastres e naufragios. Entre ellas são muito conhecidas as de 1510 e 1512, nas quaes apparecem respectivamente as figuras de Caramurú e João Ramalho.

A primeira naufragou nos baixios ao N. da bahia de Todos os Santos, chamados pelos indigenas Mairagiqiig. Entre os naufragos figurava Diogo Alvares Corrêa, o unico que escapou, pois os que não morreram afogados, foram devorados pelos indios Tupinambás.

Diogo Alvares era muito magro, e os indios resolveram, por isso, deixar que elle engordasse para ser depois devorado.

Um dia, vindo ter á praia um barril de polvora e uma espingarda, Diogo Alvares matou um passaro, e, os selvagens, aterroriza-

dos com o disparo da arma, vendo a ave cahir morta, entraram a gritar, *Caramurú*, que na lingua delles significava homem do fogo, filho do trovão.

Foi então Caramurú tratado com grande distincção. Os chefes de mais ascendencia na tribu offereceram-lhe as filhas para esposa, dando Caramurú preferencia a Paraguassú, filha do grande chefe Taparica. Casando-se com essa india, Caramurú fixou residencia no logar onde foi mais tarde fundada Villa Velha, indo algum tempo depois á Europa com sua mulher, occasião em que as outras indias, que por elle se haviam apaixonado, seguiram a nado o navio, mas, vendo que não o alcançavam, retrocederam, com excepção de Moema, que continuou a seguir a embarcação até morrer exhausta. Caramurú regressou mais tarde á Bahia.

Diogo Alvares Corrêa e Paraguassú

"Varios escriptores que relatam os feitos dessa epoca da historia do Brasil affirmam que, chegado Diogo Alvares á côrte de França, se baptizára Paraguassú com o nome de Catharina Alvares, sendo seus padrinhos de baptismo, assim como de casamento, el-rei Henrique II e a rainha Catharina de Medicis.

Tem-se, porém, em fôro de apocrypho o facto dessa viagem, negando-se que Diogo em tempo algum tivesse ido á França, com o solido fundamento de não se deparar o minimo vestigio de similhante acontecimento nas chronicas e memorias contemporaneas.

Demais disto, Henrique II começou a reinar em 1547, e em 1531 Diogo Alvares já tinha casado duas filhas com Affonso Rodrigues e Paulo Dias Adorno." (*)

Na expedição de 1512 naufragou, em S. Paulo, segundo uns, ou lá ficou como degredado, deixado pelo chefe da primeira expedição, segundo outros, João Ramalho, que se casou com Bartyra, filha de Tibyriçá, chefe dos indios Guayanazes, que depois da sua conversão tomou o nome de Martim Affonso.

( ) *José Pedro Xavier Pinheiro* — Epitome da Historia do Brasil — (7ª edição, 1880, pag. 49).

A Caramurú e Ramalho devem os portuguezes grandes serviços na obra de colonização do Brasil.

Seguiu-se a expedição de 1516, commandada pelo espanhol a serviço de Portugal Christóvão Jacques, que trazia a incumbencia de guardar a costa e defender o Brasil, assim como as feitorias e os estabelecimentos já então fundados.

Em 1526 veio outra expedição, ainda sob o commando de Christóvão Jacques, que metteu a pique e aprisionou as guarnições de tres navios francezes na bahia de Todos os Santos, fundando em Pernambuco a povoação ou feitoria de Itamaracá.

Seguiu-se a quinta expedição, composta de 5 navios que partiram de Lisboa, a 3 de Dezembro de 1530, sob o commando de Martim Affonso de Souza, com a incumbencia de dar principio á colonização do Brasil, para o que trouxe 400 sentenciados, destinados ao trabalho da lavoura.

Em caminho, aprisionou a expedição, no dia 31 de Janeiro de 1531, na altura do cabo Santo Agostinho, em Pernambuco, tres navios francezes carregados de páo brasil.

A expedição chegou á bahia de Todos os Santos, no domingo, 13 de Março, e ahi permaneceu durante quatro dias, seguindo depois para o sul, descobrindo a 1 de Maio um boqueirão com uma grande lage central que dividia as aguas em duas barras. Davam os naturaes á terra o nome de Niteroi, que Martim Affonso de Souza mudou para Rio de Janeiro.

Martim Affonso de Souza

Ahi desembarcando fez Martim Affonso de Souza construir uma casa forte no logar em que desagúa o rio Comprido e despachou para explorar o interior quatro homens que depois de percorrerem cêrca de 115 leguas, voltaram dois mezes depois.

Em Agosto seguiu a expedição para o sul, fundeando no dia 11 no canal Aririaia, em Cananéa, no actual Estado de S. Paulo.

Ahi chegando mandou Martim Affonso de Souza que seu piloto Pedro Annes, que conhecia a lingua do indios, fosse em um bergantim tomar conhecimento da terra, o que elle fez voltando cinco dias depois com alguns degredados e desertores, entre os quaes um bacharel portuguez (*) e Francisco Chaves "grande lingua" que convenceu Martim a confiar-lhe 80 homens para uma expedição pelo

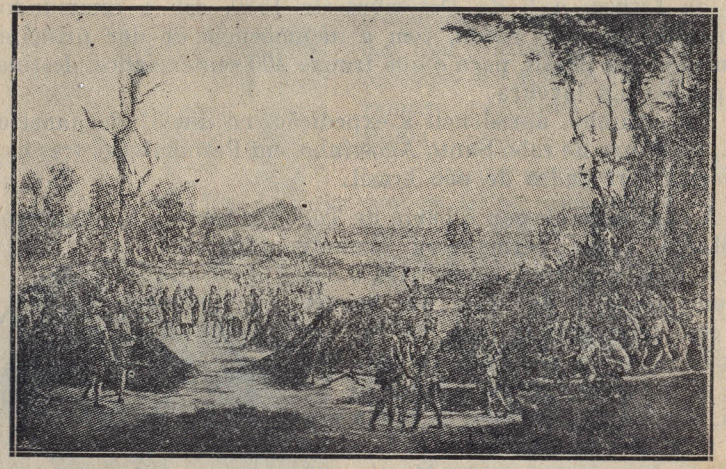
(*) Talvez fôsse João Ramalho.

interior até ao Paraguay, promettendo-lhe trazer dentro de dez mezes quatrocentos escravos carregados de prata e ouro.

A Francisco Chaves concedeu Martim Affonso os oitenta homens que elle pedira, indo quarenta armados de arcabuzes e quarenta armados de béstas.

Esses expedicionarios nunca mais voltaram, acreditando-se que foram devorados pelos indios *carijós*.

Depois de uma permanencia de 44 dias em Cananéa, Martim Affonso de Souza, empenhado na colonização do Rio da Prata, seguiu para o sul, mas soffreu dias depois, em 26 de Setembro, vio-



Fundação de S. Vicente — Quadro de Benedicto Calixto

lento temporal, que causou o naufragio de um bergantim e a morte de sete homens, além de fazer com que o navio capitanea désse á costa junto ao arroio Chuy. Resolveu, portanto, Martim Affonso não continuar a viagem, desistindo do proposito de colonizar o Rio da Prata. Comtudo, desejoso de fazer com que Portugal entrasse na posse daquella região, para lá despachou um bergantim com 30 homens, sob o commando de seu irmão Pero Lopes, encarregado de collocar ali os padrões que levava, missão da qual se desobrigou subindo os rios Paraná e Uruguay, do Prata regressando um mez e pouco depois.

"Muito provavel é que no entremeio de tantos dias, em que Pero Lopes demarcava o Rio da Prata, não estivessem ociosos os pilotos que haviam ficado na costa com Martim Affonso. Em terra tiveram occasião de fazer frequentes observações astronomicas (*) sobre a latitude e longitude do logar, e isso lhes daria a convicção, e ao capitão mór, de que aquella costa, e, com

mais razão todo o Rio da Prata, já se achavam fóra, isto é, mais a loeste, da raia até onde se estendia, pelo tratado de Tordesilhas, o dominio portuguez naquellas paragens. Ao conhecimento deste facto em Portugal devemos attribuir o não proseguirem em Madrid as reclamações ácerca desse rio; o desistir aquelle reino de mandar mais frotas ás suas aguas; e até o não doar, quando doou outras terras, as que ficaram além das de Sant'Anna, ou da Laguna, onde terminava a courela que de direito ainda por ahi lhe tocava.

Talvez tambem pelo conhecimento desse facto, mais que por serem ahi as terras (no littoral) sáfias e areentas, é que Martim Affonso não se deixou ficar nas plagas da actual provincia do Rio Grande, onde o lançára de si o proprio mar, e decidiu retroceder mais para o norte a buscar outro local onde fixar-se de preferencia." — *Francisco Adolpho de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro* — Historia Geral do Brasil — 2ª edição, tomo I, pag. 122.

Martim Affonso de Souza no porto de Piassaguéra, a caminho de Piratininga — Quadro de Benedicto Calixto

Na sua volta do Rio Grande do Sul fundou Martim Affonso de Souza á beira-mar, no actual Estado de São Paulo, a primeira povoação brasileira: S. Vicente.

Essa povoação foi ameaçada de invasão por parte dos indios *Guayanazes*, o que só não se deu por influencia de João Ramalho, que convenceu seu sogro Tibyriçá, chefe da tribu, das vantagens que havia numa alliança com os portuguezes.

Feita esta, immenso auxilio lhe prestaram os Guayanazes, tendo Martim Affonso de Souza mandado plantar ali as primeiras cannas de assucar, vindas da ilha da Madeira, e criar o primeiro gado, procedente das ilhas de Cabo Verde.

Ainda com o auxilio dos indios fundou Martim, 10 leguas por

(*) Assim nol-o confirma o mathematico Pedro Nunes em uma de suas obras.

terra dentro, uma nova povoação, Piratininga, que deu mais tarde origem á actual cidade de S. Paulo.

Resolveu então Martim Affonso mandar seu irmão Pero Lopes de Souza a Portugal, afim de dar ao rei, D. João III, que a 13 de Dezembro de 1521 succedera a seu pae D. Manoel, noticias de tudo quanto havia occorrido.

Em carta datada de 28 de Setembro de 1532 e endereçada a Martim Affonso de Souza, elogiava D. João III os serviços prestados por este demonstrando o desejo de levar a sério a colonização do Brasil, para o que pretendia dividir o littoral do paiz em capitanias hereditarias. Elle teria 100 leguas de costa e seu irmão Pero Lopes, 50.

Por essa mesma carta ficava Martim autorizado a regressar a Portugal, se assim o quizesse, e effectivamente embarcou em Março de 1533, encarregando respectivamente o padre Gonçalo Monteiro e João Ramalho, do governo das duas povoações que fundara.

Chegando a Portugal foi Martim nomeado Capitão Mór da India.

CAPITULO III

OS ABORIGENES. ETHNOLOGIA BRASILICA

Descoberto o Brasil, os unicos povos que então o habitavam eram os aborigenes — indios selvagens.

Viviam esses indios agrupados em muitas nações, que se subdividiam em tribus.

Essas nações distinguiam-se pelos costumes, lingua e physionomia e habitavam: umas, o littoral, e outras, o interior do paiz. As mais importantes eram a dos Tupys e Tapuias, que dominavam em grande extensão do littoral.

A primeira comprehendia diversas tribus, sendo as mais importantes a dos Tamoyos no actual Estado do Rio de Janeiro; a dos Tupinambás e Tupiniquins na Bahia; a dos Carijós entre Santos e Rio Grande do Sul; a dos Cahetés, em Pernambuco; e a dos Potyguaras, no Rio Grande do Norte e Parahyba.

A nação dos Tapuias comprehendia tambem diversas tribus, destacando-se a dos ferozes Aymorés, ao N. do Espirito Santo e S. da Bahia; a dos Botocudos e a dos Chavantes.

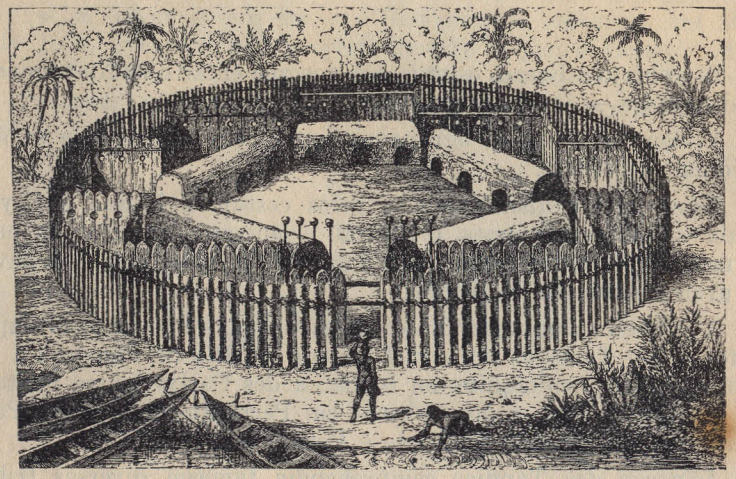
Além das nações dos Tupys e Tapuias, tambem chamado gês, outras existiam.

Citemos mais as duas seguintes: a dos nu-aruaks que habitavam as circumvizinhanças do rio Xingú, comprehendendo entre outras tribus a dos indios Paumarys, que viviam em canôas nos rios e lagos; e a dos Caribas, habitantes da cabeceira do rio Xingú, da qual faz parte a tribu dos indios Baikaris que se dividiam em mansos e bravios.

A industria dos nossos indios era muito rudimentar. Viviam inteiramente sem governo; alimentavam-se de pesca, de caça, de fructas e raizes, comendo ratos, cobras, rans, lagartos, jacarés, etc.; e andavam em nudez quasi completa, pintando quasi todos o corpo com tinta negra de genipapo e as faces e os pés com a vermelha do urucú.

Com o fim de obter bellas e variadas pennas para seus ornamentos, transformavam a coloração das plumas das aves por meio de preparados especiaes, razão por que alguns dos nossos passaros da mesma especie differem pela plumagem. Em duas mudas consecutivas as pennas tomavam o colorido dado por elles, não se sabendo, comtudo, se, na reproducção, taes modificações se perpetuam.

"Si, como assegura Wallace, fôr exacto que os indios mudam a côr das pennas de uma especie de papagaios, a *Chrysotis festiva*, alimentando-os com gordura de siluro, é possivel que a origem de muitas especies possa reduzir-se a este processo artificial. De resto, Wallace affirma que a mudança artificial de plumagem tambem se dá



Taba ou malóca

a respeito de outros passaros. Elle achou, por exemplo, entre os Indios do Uaupés, e servindo de ornato para a cabeça, pennas da cobertura da aracanga que não possuiam mais sua côr natural, porque os Indios haviam-n'a modificado artificialmente. Wallace descreve esta operação da seguinte maneira:

"Arrancam as pennas que desejam mudar, e inserem nas feridas frescas a secreção lactea da pelle de uma rã ou de um sapinho. As pennas que nascem depois são magnificamente amarellas ou alaranjadas, sem mistura de azul ou verde, que é a côr natural do passaro. Sendo então novamente depennados, diz-se que nascem pennas da mesma côr, sem que se repita a operação." (*)

(*) *A. W. Sellin — Geographia Geral do Brasil* — 1889 — (Pag. 57).

Levantavam aldeias provisorias denominadas *tabas* ou *malocas* que eram recintos fechados por uma cêrca (*cahiçara*) tendo uma

A óca

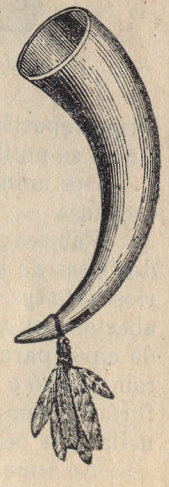
unica entrada. No recinto dessas tabas eram encontrados diversos ranchos cobertos de folhas de palmeiras, onde residiam. Esses ranchos eram chamados *ócas*, e nelles se encontravam além da rêde (*quiçaba*), e da esteira de junco (*pery*), objectos domesticos como sejam: *patiguá* ou *panicú* (canastra de palha), *nhaempepós* (panellas de barro), cuias, jacás, samburás, etc.

Como armas possuiam: o arco (*urupará*), as flechas (*huhy*), a massa ou clava (*tacape*) e as lanças de páo com ponta muito aguçada (*murucú*).

Adoravam a musica e a dansa (*poracê*), tendo como principaes instrumentos, entre outros: a busina (*inubia*), o tambor (*uay*) e o chocalho (*maracá*) que era uma cabaça quasi cheia de pedrinhas, enfiada em um cabo de páo e guarnecida com pennas de guará.

Além desses, era commum o uso da *memby*, que era uma gaita feita do femur do inimigo que cahisse prisioneiro, e o *toré*, gaita feita de taquara.

Na caça usavam flechas, ou armadilhas denominadas *mundés*, e na pesca anzóes (*pindás*) e rêdes (*pu-*



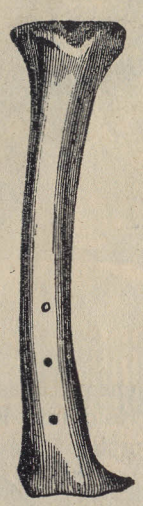
Inubia

çás), além de grandes funis de taquara a que chamavam *juquiás*. Era costume ainda envenenarem a agua com o cipó denominado timbó.

"A reputação de grandes atiradores de flecha pertencia mais aos Tamoyos e Tupinambás do que a muitas das outras tribus selvagens.

Na caça e na pesca estas duas nações manejavam com destreza admiravel o arco; e onde a sétta cahia, nas aldeias inimigas ou no denso das mattas e superficie das aguas, a morte resultava inevitavel.

Estes indios caçavam nos rios d'agua doce o peixe á flecha, com mais abundancia do que á linha; e com liberalidade que lhes era ha-



Memby

Memby

Maracá

bitual repartiam o producto de seu labor com os maioraes de suas tabas e com as mulheres."

Dos animaes domesticos só possuiam o cão que os auxiliava nas caçadas.

Fabricavam canôas, *igaras* quando feitas do tronco, e *ubá* quando feitas da casca das arvores. "Em geral são feitas da casca de varios *jutahys*, cortadas longitudinalmente sobre os troncos, e depois abertas por travessas de páo, e fechadas nas extremidades por meio de cipós para formar prôa e pôpa. São muito ligeiras, rasas e afrontam não só o marulhar das aguas, como a queda das cachoeiras. Conforme o tamanho, chegam a admittir cincoenta homens, que andam nellas em pé, mesmo nos grandes saltos."

Ao leme davam o nome de *yacumá* e ao remo *apecuitá*.

"De suas tradições é a mais notavel a lenda do *Sumé*, perso-

nagem que viera ao paiz e ensinara a seus habitantes entre diversas cousas uteis a cultura da mandioca, retirando-se descontente por haver sido maltratado, e do qual existem pégadas impressas nas lages da costa.

A respeito da mandioca ha entretanto, a bellissima lenda de *Mani*, que explica a sua origem e aproveitamento entre os indigenas.

Apparecera gravida a filha de um chefe selvagem sem que pudésse explicar o acontecimento, apesar de rogos e ameaças que empregára o pae para conhecer o autor do delicto. Resolvendo o selvagem matar a filha para punil-a da deshonra e offensa recebidas, apparece-lhe em sonhos um homem branco que o dissuade desse proposito, affirmando-lhe que a moça era innocente e não havia tido relações com homem algum.

Decorrido o periodo da gestação a moça dá á luz uma linda e alva menina, causando o facto a maior surpreza á tribu e ás nações vizinhas. Teve a criança o nome de Mani e, precocemente andava e fallava no fim de um anno, quando de subito fallece sem haver dado mostras de molestia e de soffrimento.

Enterrada dentro da propria casa e sendo diariamente regada a sepultura, ao cabo de algum tempo brota da cova uma planta desconhecida que os indigenas deixam florescer e dar fructos.

Passaros comem desses fructos e se embriagam, augmentando assim o justo reparo dos indigenas.

Finalmente a terra fende-se; cavam-na; e na raiz tuberosa que encontram julgam reconhecer o corpo de Mani. Usam-no como alimento, e assim aprendem a utilizar-se da mandioca." — *Borges do Reis* — *"Historia do Brasil"* — (1905, pag. 46). (*)

Veneravam tres grandes divindades: o sol (*guaracy*) mãe dos viventes, a lua (*jacy* ou *tarú*) mãe dos vegetaes e o amor (*perudá* ou *rudá*.

Cada uma destas divindades regia varias outras entidades secundarias. Assim é que *guaracy* regia: *anhangá*, que perseguia os máos e protegia a caça do campo; *cahapóra*, que protegia a caça do matto (**), *guirapurú*, que protegia as aves; e *uanyará*, que protegia os peixes.

Jacy, a lua, tambem regia quatro entidades: *saci-cerêrê*, que guardava as capoeiras; *mboitatá*, que protegia os campos contra os incendios; *currupira* e *urutaú*, que vigiavam as florestas.

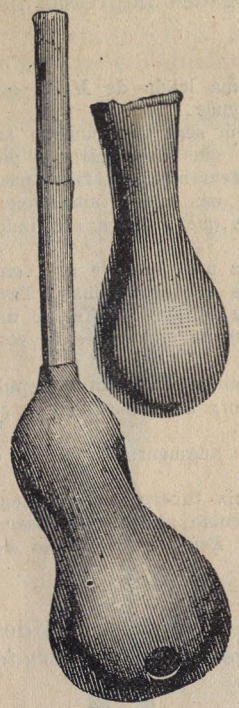
Rudá ou *perudá*, a divindade do amor, tinha a seu serviço: *mboia*, que guardava as donzellas; e *caititi* ou lua nova e *cairê* ou lua cheia, ambos com a missão de despertar saudades no coração dos ausentes.

O sol, o trovão, o raio eram objectos de medo mas não de admi-

(*) Esta lenda fôra anteriormente publicada pelo illustrado dr. Couto de Magalhães, na "Revista de Exposição Anthropologica Brasileira" — (1882, pag. 63).

(**) Segundo a superstição dos indigenas, o cahapóra só era vulneravel no umbigo; para matal-o era preciso uma bala de cêra benta.

ração. Tinham um principio de feitiçaria e possuiam *pagés,* pretendidos adivinhadores, que viviam retirados em palhoças (*tujupares*) e que prediziam o futuro, sendo por isso muito respeitados.



Torés

O indigena que duvidasse do pagé era obrigado a deitar-se em uma rêde (*quiçaba*) e nella morrer de fome e de sêde.

Em geral furavam os beiços e as orelhas, collocando nos buracos metaras (*botoques*).

Na cabeça traziam um cocar de pennas amarellas ou vermelhas (*acanguape* e *kanitar*); sobre os hombros um manto de pennas (*açoyaba*); no pescoço collares de ossos ou dentes do inimigo (*aiucara*) para os homens e collares de contas para as mulheres; e na cintura uma faixa de pennas (*araçoyá*) para as mulheres e (*enduape*) para os homens.

Os valentes feridos no campo de batalha, bem como as viuvas e filhos de heróes, usavam uma liga de algodão tecida e armada com dentes extrahidos do inimigo. A essa condecoração davam o nome de *puriuate-ran* (*) e o seu possuidor, sendo sustentado pela tribu, ficava dispensado de trabalhar.

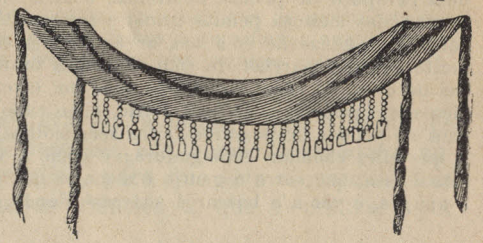
As tribus eram chefiadas por *caciques,* especies de generaes recrutados entre os mais valorosos, e viviam em guerras constantes, pois as tribus que habitavam o interior procuravam obter a posse das praias do Oceano por causa da pesca.

Algumas tribus devoravam os soldados mortos em combate, como signal de reconhecimento; outras, prendiam os prisioneiros por um determinado tempo, no qual lhes era proporcionado todo o conforto e até offerecidas as mais bellas indias. Depois dessa seva levavam-n'os em triumpho e, em seguida, matavam-n'os e devoravam-n'os.

"Amarrado pelo pescoço e pela cintura por cordas de algodão ou de embira, a que chamavam *mussurana,* era o prisioneiro levado ao logar do sacrificio, quasi sempre a *ocára* ou praça; ahi insultado pelos seus verdugos, retorquia-lhes com a mais estoica bravura, commemorando quantos inimigos tinha tambem devorado, e ostentando que nada o intimidava.

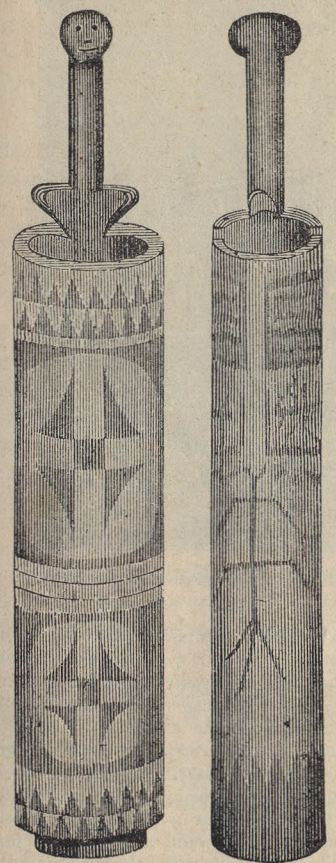
(*) *Pariuate* — inimigo; *ran* — cinta.

Assistia impavido, e acompanhava mesmo as dansas bacchanaes d'aquella solemnidade, depois das quaes era levado em procissão por toda a aldêa: conduzido novamente para a praça, soltavam-o, e diziam-lhe que fugisse: na carreira, porem, era logo preso pelos mais ageis da tribu, que de novo o amarravam com a fatal *mussurana.*



Pariuate-ran

Principiava então o prisioneiro o seu cantico de morte, cantando as suas proezas na guerra, e ameaçando com uma retribuição analoga pelos da sua tribu: assistia porém o fogo na fogueira, que tinha de o *moquear* e affrontando a vinda do executor que brandia a terrivel *tangapema* ou *ivarapema,* (maça ou clava enfeitada de amarello escuro e adornada de variegadas pennas).



Tubos com bastões cylindricos, sonoros, empregados por varias tribus para as dansas.

Seguia-se um extenso dialogo com o executor, que afinal descarregava a fatal pancada na cabeça da victima e a extendia no chão. As velhas apossavam-se do cadaver, que limpavam, abriam, esquartejavam e retalhavam para o horrivel banquete. Os alliados, convidados para aquella festa, e todos os membros da tribu partilhavam d'aquelle manjar; si as carnes não chegavam para todos os circumstantes preparavam com ellas e com os ossos caldos de maneira que ninguem deixasse de ter a sua ração. Si algum dos da tribu estivesse ausente em qualquer viagem guardavam-lhe o seu quinhão ou mandavam-lho levar." (*)

Referindo-se aos Tupinambás assim nos relata o grande chronista Gabriel Soares a scena da morte do prisioneiro: "Cos-

(*) *Sá e Benevides — "Historia do Brasil"* — (1910, pags. 30 e 31).

tumam os Tupinambás, primeiro que o matador saia ao terreiro, enfeital-o muito bem, pintando com lavores de genipapo todo o corpo, e põem-lhe na cabeça uma carapuça de pennas amarellas, e uma diadema, manilhas nos braços e nas pernas, das mesmas pennas grandes ramaes de contas brancas sobraçadas, e seu rabo de pennas de ema nas ancas, e uma espada de páo em ambas as mãos, muito pesada, marchetada com continhas brancas de buzios, e pintada com cascas de ovos, de côres, assentado tudo em lavores ao seu modo sobre cera, o que fica mui igualado e de bom feitio, e no cabo desta espada tem grandes pennachos de pennas de passaros feitas sem mólhos, e dependurados na empunhadura, a que elles chamam embagadura; e como o matador está prestes para receber esta honra, que entre o gentio é a maior que póde ser, ajuntam se seus parentes e amigos, e vão-n'o buscar á sua casa donde o vêm acompanhando com grandes

Um prisioneiro, amarrado com a "mussurana", na occasião de ser morto

cantares e tangeres de seus buzios, e gaitas e tamboris, chamando-lhe bemaventurado, pois chegou a ganhar tamanha honra como é vingar a morte de seus antepassados, e de seus irmãos e parentes; e com este estrondo entra no terreiro da execução, onde está o que ha de padecer, que o está esperando com grande coragem, com uma espada de páo na mão, diante de quem chega o matador e lhe diz que se defenda, porque vem para o matar, a quem responde o preso com mil roncarias; mas o solto remette a elle com a sua espada, de ambas as mãos, da qual, se se quer desviar o preso para alguma banda, os que têm o cuidado das cordas puxam por ellas de feição que o fazem esperar a pancada, e acontece muitas vezes que o preso, primeiro que morra, chega com a espada ao matador, e o trata muito mal, sem embargo de o não deixarem as cordas chegar a elles. Por mais que o pobre trabalha não lhe aproveita, porque tudo é dilatar-lhe a vida mais dous credos, onde lh'as rende nas mãos do seu inimigo, que lhe faz a cabeça em pedaços com a sua espada; e, como se acaba esta execução, tiram-n'o das cordas, e levam-no donde se costuma repartir esta carne, e acabado o matador de executar a sua ira no captivo, toma logo entre si nome, o

qual declara depois com as cerimonias, que ficam ditas atraz, e vai-se do terreiro recolher; tira as armas e petrechos, com que se enfeitou, e a mesma honra ficam recebendo aquelles que primeiro pegaram nos captivos na guerra, do que tomam tambem novo nome, com as mesmas festas e ceremonias que já ficam ditas, o que se não faz com menos alvoroço que aos proprios matadores."

Caso o prisioneiro deixasse gravida a mulher que a tribu lhe offerecera, logo que a criança nascesse, era a mãe obrigada a entregal-a a um parente mais proximo, para que este a matasse com uma solemnidade mais ou menos identica á que se realizara por occasião da morte do pae.

A essa solemnidade denominavam elles *cunhamembira*, isto é, a festa do filho do inimigo.

Era a mãe a primeira a comer da carne do filho; este facto, porém, por vezes deixava de se verificar, porque as indias ou escondiam as crianças ou soltavam o prisioneiro e com elle fugiam.

Facto notavel era a consideração que tinham os indios pelos laços da familia, não permittindo casamento entre paes e filhos e irmãos e irmãs, si bem que os admittissem entre tios e sobrinhos.

Uma india fazendo o arco

Em algumas tribus o pae da pretendida impunha serviços em troca da posse da filha, sendo que entre os *bororós* só se podia casar quem houvesse morto um jaguar.

Em outras tribus, como na dos *carajás*, havia um indio encarregado de vigiar o procedimento das mulheres, sendo queimadas as adulteras.

Esse indio, que ficava dispensado de todos os trabalhos, recebia o nome de *marido das viuvas*.

Os *guatós* só permittiam que suas mulheres falassem com os estrangeiros tendo os olhos fitos no marido.

"Diversos de outros selvicolas, os Guatós eram muito ciumentos. Nas pequenas canôas por elles construidas, quando sahiam á pesca, mettiam comsigo as mulheres queridas e os filhos, se os tinham, e era de ver como, se encontravam ou falavam com alguma outra em-

barcação, as mulheres punham os olhos no fundo da canôa em que estavam, não ousando levantal-os para o homem ou homens estranhos. Era sabido que á mulher de um Guató não se davam presentes, porque o marido ficava zangado: davam-se a este e elle fazia delles o que lhe aprazia."

Ubá, canôa feita de casca de arvores

A criança ao nascer era logo mergulhada em agua fria, achatavam-lhe o nariz, perfuravam-lhe o labio inferior e davam-lhe um nome de arvore, peixe ou ave e mamava geralmente até seis annos. Se eram machos collocavam na rêde um pequeno arco com flechas e se eram femeas uma roca com algodão.

As meninas, quando attingiam a puberdade, depois de purificadas, passavam a usar *tapacurá*. (*)

A parturiente não tinha o direito de permanecer no leito; era obrigada a todos os trabalhos domesticos, como de costume.

(*) Liga de fio de algodão tinta de vermelho, com a largura de 6 centimetros e tecida nas pernas abaixo do joelho, de maneira que, uma vez fechada, não mais era possivel tiral-a. Indicavam o estado de virgindade, de modo que as mulheres tinham de rompel-a no dia em que não fossem mais dignas de usal-a.

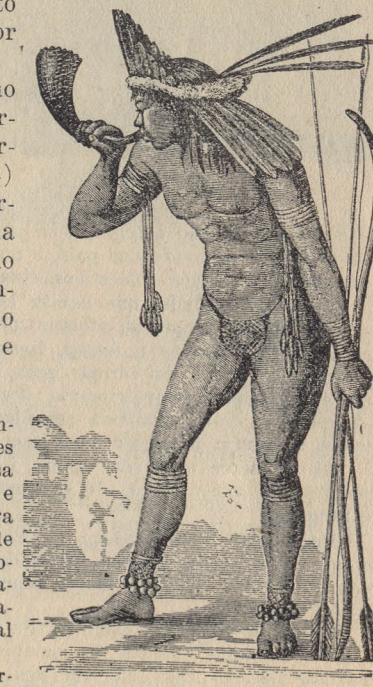
Araué — o sceptro dos Tembés

O marido, porém, ficava deitado na quiçaba, coberto para não apanhar vento, pelo espaço de 15 dias, occupando o logar da mulher e jejuava até cahir o umbigo da criança.

O indigena que adoecia sujeitava-se a diversos tratamentos e, se peorava, era abandonado ou morto pelos outros para abreviação dos seus soffrimentos. Os enterros eram feitos em covas (*tibi*) dentro do proprio rancho ou no cemiterio (*tibicoara*), sendo que em algumas tribus era o cadaver collocado de cócoras em grandes talhas de barro a que davam o nome de *iguaçabas*.

Em algumas tribus, como na dos Xumanas, quando o indio morto tinha sido guerreiro de grande valor, passado algum tempo, abriam a cova e retiravam os ossos, que reduziam a pó e bebiam de mistura com o *cauim*, bebida que faziam do milho ou do cajú e de que usavam. Tinham a crença de que isto concorria para lhes augmentar o amor pela guerra.

Entre os Tupinambás cabia ao parente mais chegado ao morto abrir-lhe a cova, onde o defunto era enterrado embrulhado na rêde (*quiçaba*) em que costumava dormir. Se o morto tivesse sido figura de destaque na tribu, antes de enterrado era untado com mel e sobre este collocavam pennas de passaros de côres, deixando junto á cova um cabaço com agua e um alguidar com comida.



Indio Tembé

A respeito de alguns costumes de indios, para aqui transportamos as seguintes palavras do eminente patricio Dr. Barbosa Rodrigues, relativamente aos *Aruaquis* e *Pariquis*: "Os Aruaquis formavam outr'ora uma tribu numerosa, que se estendia desde o rio Uatumá até o rio Negro, porém subdividiu-se e formou a tribu hoje dos Pariquis e Uassahys, mais conhecidos por Yanaperys, nome que tiram do rio pelo qual descem ao rio Negro.

Subdividida a tribu, tornou-se esta perseguidora das outras. Hoje muito dizimada,

vive quasi civilizada, restando poucos em estado selvagem nas cabeceiras do rio Uatumá.

Em geral andam nús, com o *cueyu*, que é uma facha de cinco palmos de comprida com um de largura, tecida de algodão, tinta de urucú, com franjas de pennas do corpo da arara vermelha. Nas festas ornam a cabeça com o *saquiuchy* de pennas da cauda da arara, levantadas, sahindo de uma testeira de pennas de gavião.

Indio Pariqui

Usam brincos, a que chamam *quenauhy*, feitos de pennas de tucano; de pulseiras justas de pennas brancas, *rocó*, e de ligas, *nequéry*, tecidas de algodão, tintas de urucú.

Por armas usam *cuidarus*, feitos de *muirapiranga*, chatos e esquinados, de murucus da mesma madeira, terminados em lanças e ornados na extremidade opposta com duas pennas da cauda de arara, para dirigir a pontaria; de arcos, *beuê* e flechas. Usam tambem o *mariápéda*, que são facas feitas de dentes de animaes.

Como ornato furam a separação das narinas, e pelo furo passam duas pennas de tucano. São muito trigueiros, feios, reforçados e de estatura regular.

As mulheres, feias em geral, com o rosto feito como por um só molde, andam tambem núas, com uma tanga pequena e quadrada, feita de algodão e sementes de *uapuhy*, com uma testeira de pennas de papagaio e japú, e de collares, pulseiras e ligas feitas da mesma semente.

Os Aruaquis são polygamos, e para o casamento não ha ceremonia propria. Obtido o consentimento dos pais, o noivo prepara roça para sustento da mulher, e os pais os arranjos domesticos, como: panellas, tipitys, igaçanas, etc.

Os Pariquis, tribu que habita hoje o affluente do Uatumá, chamado Jatapú, pouco nos trages se afastam dos Aruaquis.

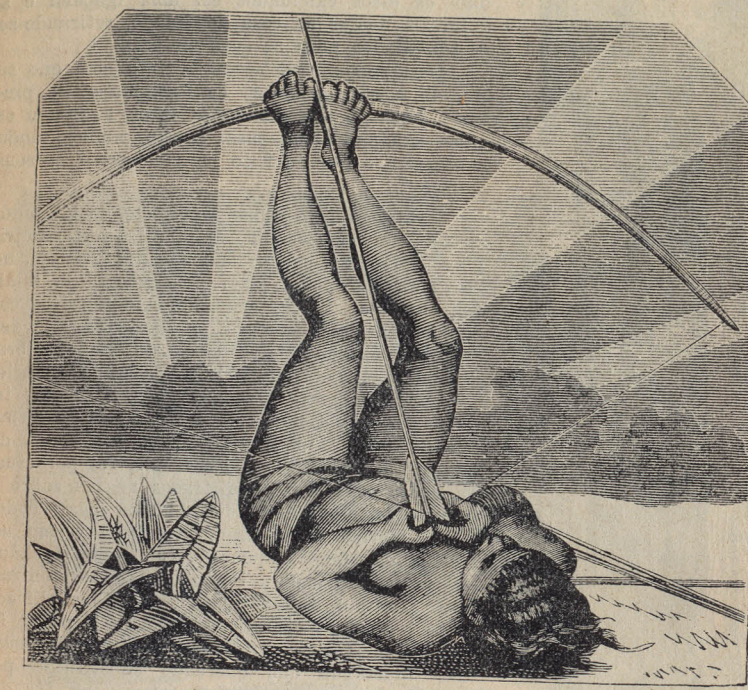
Usam nas pernas o *uochy*, ligas de algodão tintas de urucú, que nunca se tiram, a ponto de formar uma depressão profunda, no lugar em que é apertada, como desenvolvimento dos membros; o *cuêyu*, semelhante ao dos Aruaquis; o *crocó*, diadema semelhante tambem ao destes, porém feito com pennas de arara, papagaio roxo, com a testeira de pennas pretas de mutum.

As mulheres usam de tangas iguaes ás das Aruaquis, porém feitas com sementes de *periquiteira*, de brincos de pennas de tucano e das de cabeças de tangurá.

Por armas têm tambem os Pariquis, além do *urucumá*, arcos de meia canna, e das *ereui*, flechas enfeitadas de pennas de tucano; o *cuidaru* e *murucu*, de fórmas mais ou menos semelhantes aos representados na estampa anterior.

Tanto os Aruaquis como os Pariquis, adoptam a cremação dos cadaveres.

Os Aruaquis, depois de queimarem os cadaveres, calcinam os ossos, e guardam-nos em casa em um *uru*. Durante esta cerimonia dançam e cantam em roda da fogueira. Calcinados os ossos e guardados, segue-se o preparo do *cachiry*, o que dura alguns dias. Preparada esta especie de aguardente, reune-se novamente a população da maloca, e fazem então a festa. Começa ella reduzindo-se os ossos a pó, e depois de misturado este com a tinta do urucú, depositada em uma igaçana, fórma-se a dansa em torno a esta. A' medida que cantam e dansam, vão molhando as mãos no liquido e com elle se pintando, interrompendo-se só a dansa pelas libações do cachiry.



India caçadora

Quando só resta uma pequena quantidade no fundo da igaçana, vasam o resto para pequenos potes de gargalo, e os enterram sem ceremonial algum em lugares proprios. Com isto finda-se o funeral.

Os Pariquis, cuja festa representamos na estampa junta, têm o *Coroconô*, festa semelhante a esta, porém, modificada.

Quando em alguma maloca morre alguem, o chefe convida a tribu a assistir ao funeral do morto.

Depois de todos reunidos, e preparada uma grande fogueira em frente á *oca* do morto, agarram o cadaver, encolhem as pernas, amarram os pulsos sobre os joelhos e é assim mettido em um *panacu*.

Os convidados, então, formam circulo em torno á fogueira, e um toma o cadaver ás costas, suspenso pela testa, e começa a dansa, sem instrumentos, acompanhada só pelos cantos. Quando o primeiro cança passa para o segundo, e assim successivamente, até todos terem carregado o morto, que é então lançado ao fogo.

Emquanto este devora o cadaver, as mulheres preparam o cachiry e a tinta de urucú.

Cabeça mumificada

Prompta esta, e findas as libações recomeçam as dansas e os cantos, então pintando-se os individuos com a tinta.

Dura esta ceremonia mais de um dia. A sua duração é calculada pela quantidade de cachiry que se preparou. Acabando-se este, guardam os ossos calcinados em uma igaçaba e a enterram dentro da casa do finado, retirando-se os convidados para as suas malócas.

Os Aruaquis misturam á tinta com que se pintam o pó dos ossos; os Pariquis só se pintam. Aquelles têm cemiterio; estes, enterram os ossos calcinados em casa, porém, ambos ainda conservam o uso do fogo para consumir os seus mortos."

Tratando dos indios Mauhes e dos Mundurucús escreveu o erudito dr. J. Barbosa Rodrigues: "Desde tempos immemoriaes existem no rio Tapajóz duas tribus: uma guerreira, temivel, numerosa, de homens trabalhadores e de caracter tão docil que vai á escravidão, a dos *Mundurucús;* outra guerreira tambem, outr'ora, dizimada, altiva, industriosa, de caracter brioso e independente, a dos *Mauhes*. Inimigas irreconciliaveis, fizeram pazes, quando governador do Pará Athayde Teive. A lembrança da batalha, cujo resultado deu a paz, foi perpetuada entre os *Mauhes* por traços negros sobre o thorax, semelhante ao dos *Mundurucús*. Todos que entraram nesse ultimo combate foram assignalados. Destes apenas vi um velho tucháua na maloca do Sahy. Posto que se harmonizassem, comtudo o odio perdura. Exemplifico. Quando subi as cachoeiras do Alto Tapajoz levava minha canôa tripulada por *Mundurucús;* mas adoecendo um, querendo substituil-o por um *Mauhe*, os *cara-pretas*, isto é, os *Mundurucús*, não acceitaram o companheiro, assim como o *Mauhe* repellia tal associação, e a custo consegui convencel-o. Completei a tripulação; porém, á hora da refeição e do dormir, o *Mauhe* se separava.

Data, pois, da época hostil entre essas tribus a festa da *Tocandyra* ou *Veaperiá*, festa que faziam annualmente para escolha de guerreiros de coragem provada, festa esta que intimidava os Mundurucús. Se estes eram numerosos, os *Mauhes* eram valentes e soffredores.

Para se poder avaliar a tortura dessa festa é mistér conhecer o que é a tocandyra. Tem esse nome entre os Tapuyos ou *veaperiá* entre os Mauhes, uma formiga, do tamanho de uma *caua* vulgar, ou maribondo, que, além de morder, tem como este um ferrão no abdomen, cuja ferroada, além de muito dolorosa, é venenosa. Produz dores intensas, febre, e chega mesmo a causar a morte. Scientificamente é conhecida por *Cryptocerum atratum*. Por experiencia propria conheço a dôr que produz a ferroada.

Não conhecendo então essa formiga, apanhei uma, que, ferrando-me no dedo pollegar, trouxe, além de uma dôr intensa o arroxeamento do dedo, febre e calafrios que duraram mais de vinte e quatro horas, apesar da applicação de ammonia.

Pois bem, essa formiga, que para os Mauhes é considerada como uma divindade, é a que é empregada aos centos para provar não só o valor, como a capacidade de soffrer.

Como corra, não só em obras recentes, como antigas, copiadas umas das outras, sem observação, que esta festa é dada com o fim matrimonial, e como em nenhuma se descreva essa festa, e se pense que ha uma só prova, passo a descrevel-a rapidamente, com o fim de tambem tornar conhecidos os instrumentos que se acham expostos no Museu Nacional, no armario 140, e relacionados no catalogo que publiquei. Ainda o *Jornal do Commercio*, de 30 do corrente, dando noticia da exposição anthropologica, diz: "Que estão nella expostas luvas *Mauhes para o concurso entre pretendentes ao casamento.*"

Coroconô, festa dos mortos

Quando investigava a natureza do Amazonas, atravessei a pé, por terra, as denominadas *terras dos Mauhes*, que vão do rio Tapajóz ao rio Mauhe-assú, no Amazonas, onde está a tribu dividida em *malocas*, e ahi tive occasião de colleccionar os instrumentos dessa festa martyrisante e assistir a ella por espaço de dous dias.

Como já em outro trabalho tratasse largamente dos Mauhes, (*) aqui a largos traços descreverei a festa.

Tradição e uso de seus maiores, os Mauhes, hoje como então, ainda fazem com toda solemnidade esta festa, hoje sem razão, por não haver necessidade mais de provar bravura, por estar a tribu dizimada, e quasi toda mais ou menos civilizada. Comtudo ainda hoje o *Mauhe*, que não passou pela prova da tocandyra, é considerado como um pariá.

Annualmente da maloca do chefe parte o signal da festa, que, repercutido de malóca em malóca, vai do Pará ao Amazonas. A este signal prepara-se o

(*) *La Vallée des Amazones* — Notes d'un naturaliste brésilien.

cachiry e o *tarubá*, bebidas inebriantes que animam a festa, e começam as caçadas; muqueada a caça, é guardada para o dia da festança, que é esperado por outro signal.

Ouvindo se este, de todas as malocas partem os neophytos, e as donzellas com seus paes, e carregados de caça, potes de bebidas e de tocandyras, se dirigem para a *maloca-assú*, ou do tucháua.

As tocandyras, que andam aos casaes, são apanhadas e guardadas em um longo colmo de taquarussú, a que chamam *tuntun*, e ahi guardadas até a vespera da festa.

Nesse dia despejam-se as formigas n'agua, e ficando ellas entorpecidas, são mettidas entre o trançado de uma bolsa de palha que se adapta á luva.

Festa da Tocandyra

Ficam com o abdomem para dentro, isto é, a parte que tem de ficar em contacto com a mão ou o braço.

Sete são as provas que passa o joven Mauhe para crear fóros de valente e gozar dessas regalias.

Para as tres primeiras ha uma luva especial, a *sary;* para as tres outras, outra luva, que cobre todo o braço, a *sarypin:* e, para a ultima, outra só para a mão, a *yapêrêpé* (*). Esta é a mais terrivel, porque o individuo tem de metter a mão na luva cheia de formigas soltas e embravecidas, e revolvêl-as na mão.

Disposto tudo para a dansa, reune-se em frente á casa do tucháua, a multidão: os homens formam um grande circulo, dentro do qual em outro sentam-se as mulheres, ficando no centro o tucháua com as diversas luvas, que tendo sido préviamente expostas ao ar, apresentam então as formigas reanimadas e enraivecidas por se verem presas. Rompe a festa, a um signal dado pelo tucháua com

(*) Todas estas luvas são feitas de finos tecidos de palha, rematadas com pennachos de pennas de arara e gavião real.

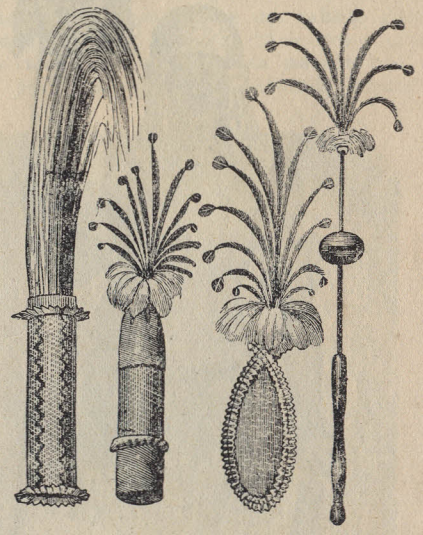
o *cotecá*, e começam os cantos acompanhados pelo toque dos tamborinhos e de *mimés*, que é uma especie de assobio de taquara.

Então o tucháua, no centro, de cotecá e luva em punho, convida áquelles que têm de passar pela primeira prova, ou pelas outras, a romperem o circulo e a começarem a dansa. Um dos jovens valentes se apresenta, e o tucháua, lançando uma baforada de fumo, tirada de um grande cigarro de tauary, sobre as formigas, as desespera mais e enfia a luva na mão do paciente. Este, então, canta e dansa, se é que dansa se possa chamar tregeitos e saltos, urros e gritos, dados com cara alegre. Assim percorre o espaço do circulo aberto, entre os applausos da turba, até que, sendo solteiro, alguma mulher delle se compadeça, e rompendo o circulo vá lhe tirar a luva, ou então que o tucháua julgue sufficiente a prova e elle mesmo a tire.

Então o tucháua faz soar o cotecá, a turba se levanta e segue para frente de outra casa, onde param e se repete novamente a dansa, sendo outro o paciente, ficando atraz o escolhido e sua protectora, ou atirado em uma rede, curtindo seu soffrimento, se mulher alguma delle se agradou.

Se o que soffre o martyrio tem em provas anteriores se casado, é a mulher quem lhe retira a luva nas outras provas por que passa.

Daqui nasceu o erro que corre de que essas provas são para casamento. Se assim fosse, os *quivus*, isto é, os viuvos, não passariam mais por prova alguma, quando entretanto, mesmo depois de escolhidos, têm de passar pelas sete provas.



Sarypin. Yapêrêpé. Sary. Cotecá.

Terminada a dansa numa casa, se dirigem para outra, e assim percorrem toda a tarde a maloca, passando pelas diversas provas varios individuos. Anoitecendo, reunem-se todos na ramada da casa do tucháua, e ahi em dansas, cantos e folguedos, acompanhados de libações de cachiry, vão até quasi ao amanhecer, alumiados por grandes bolas de estopa empregnadas de breu, accesas, que produz uma luz avermelhada e enfumaçada.

Dura a festa tantos dias, quantos são precisos para todos os que não soffreram as provas a soffram.

Resumindo: as tres primeiras provas soffrem-se na palma e costa de uma das mãos, as tres outras no braço e a ultima na mão. As primeiras com as formigas presas e a ultima com ellas soltas. Passadas essas provas tem o Mauhe a sua emancipação e póde aspirar o lugar de chefe.

Terminadas as festas, voltam todos ás suas malocas e entregam-se á sua industria favorita do guaraná e aos seus trabalhos agricolas."

Isto quanto aos Mauhes.

Dos Mundurucús disse o nosso eminente patricio: "E' a tribu mais numerosa, mais guerreira e a que melhor trabalha em ornatos de pennas. Vive no Alto Tapajóz, na provincia do Pará, e estende-se até ao rio Mauhé-Assú, na provincia do Amazonas.

Torna-se ainda notavel pela *tatuagem* barbara que usa, apesar de ser a que mais se enfeita nos seus dias festivos. Ambos os sexos têm esse uso. As mulheres, porém, não se assignalam tanto. Pela gravura junta, de um esboço feito

na maloca do Baburé, se vê a pintura dos homens maiores de quarenta annos, pelo que só descreverei a das mulheres.

Do angulo superior das orelhas traçam um risco que termina no angulo extremo dos olhos, e do interno outro que passa sobre o nariz, o que dá a apparencia de oculos. Do angulo inferior, de uma á outra orelha, passando por sob os beiços e o queixo, pintam uma larga listra, donde partem por cima da maxilla inferior linhas em angulos. Em fórma de collar traçam tres linhas parallelas que passam sobre as claviculas e do abdomem até as virilhas traçam outras perpendicularmente.

Indio Mundurucu.

Usam tres furos em cada orelha, pelas quaes passam enfeites em dias festivos, e os cabellos raspados em roda da cabeça, como as corôas dos monges benedictinos, deixando crescer sómente os do alto. A parte raspada pintam com a tinta que denominam *será*.

Para as festas das fructas e dos animaes, pintam-se todos com *será*, ornam a cabeça com o *aquiri*, que é um enfeite de pennas, e tecidos de palha presos como pennacho, aos cabellos do alto da cabeça, cahindo pelos lados os enfeites de palha; cingem a tiracollo o *ichu*, que é um pequeno cesto enfeitado de pennas, onde trazem pequenos animaes vivos.

Para as festas guerreiras ostentam os seus custosos e luxuosos trajes de pennas que variam nas cores segundo a divisão a que pertencem, e lhes darei os nomes pela sua giria.

A grande tribu convencionalmente está organizada em tres divisões ou familias, distinctas apenas pelas côres dos trages e pelo respeito que guardam entre si. A familia *Ipapacate* (vermelha), *Aririchá* (branca) e *Iasumpaguate* (preta). Na primeira, nos seus enfeites predomina a côr vermelha; na segunda, a amarella, e na terceira, a azul, côres das pennas de varias especies de araras, que para esse fim criam.

Cobrem a cabeça com o *aquiriaá*, coifa de pennas, com um babado que pende sobre as costas. Pelos furos superiores das orelhas passam uma flecha com roseta e borlas. Na cintura atam o *tempe-á*, quadruplo avental de pennas da cauda da arara. A tiracollo cingem o *cururape*, facha de varios fios de pennas. Ornam os antebraços com *báman*, especies de dragonas; apertam os pulsos com o *ipé-á*, pulseiras, as pernas com o *caniubi-man*, jarreteiras, e os tornozellos com o *caniubi-cric*, especie de liga.

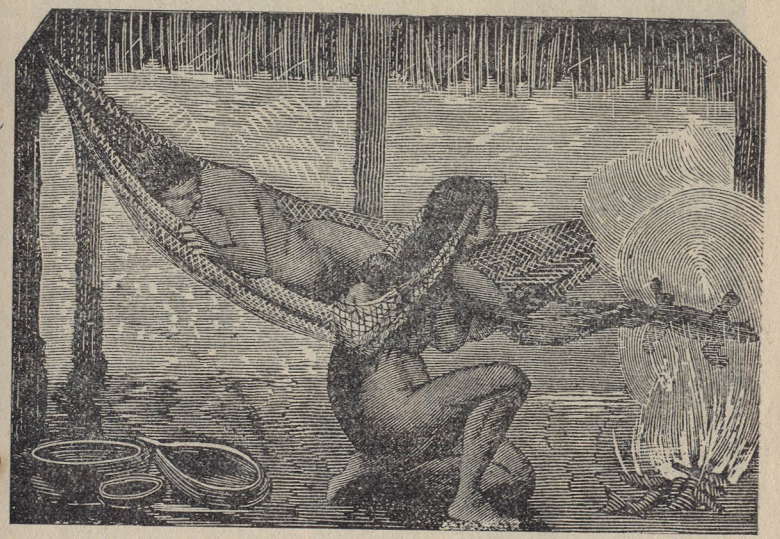
Nessas festas empunham o *irarê*, arco, ou o *putá*, especie de sceptro, ou o *pariuá-á*, que trazem no *pariuá-reñape* ou pendurado ás costas.

O *pariuá-á* é a cabeça inimiga mumificada, que guardam como trophéo, e o *pariuá-reñape* é a lança que a conduz."

Como anteriormente o disse, é a tribu dos mundurucús a mais guerreira do valle do Amazonas, pelo que é a que tambem mais solemnemente festeja as suas victorias e prantêa os seus bravos. De uma das duas festas de guerra, tratarei, isto é, da mais solemne e mais justa.

Duas recompensas têm os bravos: uma alcançam por seu valor no campo de batalha, outra lhes concede o chefe como distincção, quando, por infelicidade feridos, não podem pessoalmente obtel-a.

A primeira é o *pariuá-á*, que indica que o portador é um valente guerreiro vencedor, e a segunda é a cinta de algodão, que o tucháua tece e orna com os dentes dos maxillares de uma cabeça inimiga, chamada *pariuate-ran*, e que distingue aquelles valentes, que, posto que vencedores, cahiram comtudo



Uma familia indigena

feridos pela flecha inimiga. Esta insignia não é dada só aos feridos, distingue tambem as familias da tribu, pelo que cada uma d'ellas é recompensada uma viuva, que representa a viuvez, recebendo ella o premio, não só pelos serviços de seu marido, como por aquelles que, posto que valentes, succumbiram no furor da acção.

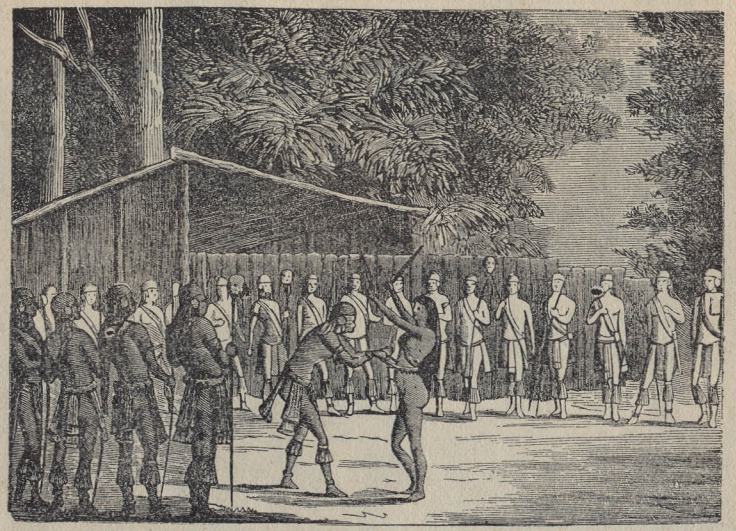
Se as nações civilizadas têm as pensões que dão ás viuvas de seus soldados, os mundurucús, posto que selvagens, têm as *cintas inimigas*, que representam não só uma insignia e pensão, como ainda mais, a lembrança grata daquelles que succumbiram por amor á tribu. E' uma pensão vitalicia o que a cinta representa, porque aquelle ou aquella que a possue deixa de trabalhar para ser sustentado pela tribu, como um imposto lançado sobre os que gozam da paz alcançada pelos que ficaram no campo da guerra. Este privilegio tem tambem o portador do *pariuá-á*, mas que só dura cinco annos, isto é, o tempo que medêa entre a batalha em que conquistou a cabeça inimiga e a festa do Pariuate-ran.

Terminada a festa, as cabeças são desprezadas e termina o privilegio, que continua, entretanto, para os que possuem a cinta.

Ligeiramente descreverei a festa, representada na gravura junta, feita por um esboço do meu album de viagens.

Depois de uma campanha, logo que chegam todos os guerreiros e as mulheres que os acompanham, o tucháua ordena uma grande caçada. Terminada esta em um dia marcado, reune-se a tribu para assistir a confecção das cintas pelo tucháua, que as tece e as enfeita com dentes de inimigos, sendo estes limpos e furados pelos seus subalternos.

A confecção das cintas é acompanhada de cantos, em que o chefe pinta a vingança com côres seductoras, e, appellando para o patriotismo, faz vêr que para cada morto da tribu é preciso um claro nas phalanges inimigas.



A festa do Pariuate-ran

Durante este tempo toda a tribu assiste nua, assentada, e, finda a cerimonia, dirigem-se ao *exçá*, quartel, e ahi tomam suas armas e vestes solemnes.

Formados em alas, proximo ao quartel, o tucháua, com as cintas, colloca-se em uma das extremidades, emquanto para elle se dirigem nús, com os cabellos crescidos, os que vão ser recompensados. Durante este tempo sôa estridentemente o *ufuá*, especie de clarim de guerra, e, á medida que o tucháua com suas mãos vai cingindo as cintas, os já premiados se dirigem para o quartel. Quando estão premiados todos os feridos (inem-ñates) apresentam-se as tres viuvas designadas pelo tucháua, uma de cada divisão, a receber tambem a recompensa. Estas trazem, além de um collar de dentes inimigos, o *cururape* de seu marido, e em cada mão um *putá;* sendo de um ancião e de um *achirau*, quer dizer o de um morto em combate.

Finda esta cerimonia, sôa o *caruqu*, grande instrumento, cujo som é medonho e as mulheres todas, precedidas pelas recompensadas e seguidas dos homens, vão chorar de porta em porta os mortos. Cantam e prantêam os fallecidos, e em côro acompanham os homens, batendo com os pés, cujo ruido se ouve ao longe. Durante esta cerimonia serve-se a comida e a *mani-quera*. A

festa, que começa ás seis horas da tarde, termina ao alvorecer. A esta hora reunem-se nos quarteis, e ahi o chefe corta os cabellos dos feridos, que então tomam as suas vestes e arregimentam-se no dia seguinte, quando continúa a festa.

Emquanto ha feridos a recompensar, ella se prolonga.

Damos, á pag. 40, o desenho de um *pariua-á*, copiado de uma photographia do Sr. Insley Pacheco, reduzida á metade do natural.

E' o mais raro dos trophéos desta tribu e que mui difficilmente se póde obter.

Representa a cabeça de um mancebo de vinte annos, pouco mais ou menos, reduzida ao tamanho da de um macaco vulgar. Os cabellos que figuram como longos, não têm mais no natural do que o comprimento até aos hombros, e os curtos são os que cahem sobre a testa, mostrando a altura desta quando o individuo vivo. Pela comparação dos cabellos com o que devia ter a cabeça, vê-se quanto foi ella reduzida.

O processo que empregam para a mumificação e reducção, felizmente posso dizel-o, porque vi uma cabeça em meio da operação, e me foi explicado por um membro da mesma tribu.

Os peruanos mumificam tambem cabeças, que ficam semelhantes a esta, mas se pelo mesmo processo, ignoro. Eis como se prepara um d'estes horriveis trophéos, que dá ao que o preparou as honras de guerreiro notavel.

Indio Ticuna

Logo depois de um ataque, finda a batalha, cada um dos combatentes, que tiveram occasião de subjugar o inimigo e degolal-o, começa o tra alho da conservação do seu trophéo nesse mesmo local, e o acaba mais tarde na sua maloca. Principia por arrancar os dentes, que servem para o *pariuate-ran*, com o qual o tucháua o recompensará cinco annos depois; passa a extrahir os olhos e depois todo o interior da cabeça.

Como um habil taxidermista, vai virando o couro cabelludo e descarnando-o do craneo até chegar a descobril-o todo, ficando só preso pela face, Ahi, com toda habilidade, destaca os musculos com a pelle e regeita os ossos.

Virada assim de dentro para fóra a cabeça, sem distendel-a, com faca de taquára corta a musculatura quasi toda. Limpa, enxuga bem, e dá, quer interna, quer externamente, uma untura com oleo de andiroba (*Carapa Guyanensis*), e, com estopa e paina, raizes e folhas aromaticas socadas, passa a empalhar, procurando dar as fórmas naturaes que não desfigurem o individuo.

Empalhada, pendura-a sobre um muquem, e ao calor brando e fumaça vai seccando-a. Absorvido o oleo, e quando parece querer seccar, diminue o enchimento, unta-o novamente com oleo, e assim, seccando gradualmente, torna menor o volume até chegar a um ponto que não seja mais possivel a pelle encolher-se.

Então fura-lhe os labios, prendendo ambos com fios de algodão, donde pende um enfeite, tambem de fios pintados com urucú.

Passa-lhe pelo alto da cabeça um longo cordão para trazel-a pendurada ás costas, e é guardada no fumeiro, o que dá a côr negra que tem a pelle, e impede assim como o oleo, que os insectos a corroam.

A representada aqui mede de uma á outra orelha, passando a linha sobre o nariz, 0m,50; do occipital aos labios 0m,095, e de comprimento 0m,96".

São ainda do nosso saudoso patricio dr. Barbosa Rodrigues, as linhas abaixo sobre a tribu dos Araras: "Entre as photographias que mandei tirar de varias mulheres de differentes tribus, que justificam os estudos que fiz sobre as fórmas femininas das mulheres indigenas, figura esta, de uma india, que, feita prisioneira no rio Madeira, foi transportada para Manáos, onde a estudei. Representa uma *Cunhautan*, de dezesete annos, de expressão boa e meiga, de fórmas correctas, tanto quanto é possivel têl-as uma mulher entregue á natureza, sem as modificações que traz a civilização. Nella vê-se a posição dos seios, sua separação e direcção que caracteriza a raça indigena, e que já em outro local apresentei e com largo desenvolvimento trato em outro trabalho. O uso barbaro, que tomado como signal de belleza entre elles, a destróe para o civilizado, vê-se por dous traços azul-negro sobre as faces. Distinctivo physicamente doloroso na sua confecção, o é ainda moralmente mais, quando a rêde da civilização envolve aquella que orgulhosamente o apresentava na sua tribu. Civilizada a mulher, se esconde, evita os olhares, chora, e daria metade de sua vida para apagar aquelles signaes que a mão da tribu fez sobre suas faces, mas que só a da morte o extinguirá! Tribu guerreira, habil no preparo de enfeites de pennas, inimiga da civilização, composta de homens barbaros e vingativos, comtudo um contraste apresenta em suas mulheres, que as caracteriza pela modestia, pela doçura e pela piedade.

India Arara

A que representa a figura, que ainda deve existir em Manáos, se a morte ou as seducções do regatão, dahi não a tiraram, é um exemplo disso, confirmado por muitos outros que tive occasião de observar."

Ao terminar este capitulo a respeito dos indios, seja-nos licito transcrever ainda o que sobre os Botocudos escreveu o illustre dr. J. B. de Lacerda: (*)

"No physico são fortes, musculosos e bem constituidos. A sua estatura, porém, não é muito elevada. Raras vezes attingem mais de seis pés de altura. O tronco é fornido e o thorax tem um notavel desenvolvimento em largura, e é achatado, em vez de convexo, na face anterior. O tronco é tambem mais alongado do que costuma ser na raça caucasica. As pernas são delgadas, as mãos e os pés relativamente pequenos e delicados.

Nas mulheres os seios são cahidos, devido isso a uma notavel inclinação para baixo do thorax. A cintura não é estreita como na raça caucasica, antes, ao contrario, ella é grossa e cheia. O abdomen é desenvolvido e proeminente, a cicatriz umbelical descendo muito mais abaixo do que na raça caucasica.

No homem o craneo tem uma fronte baixa e ás vezes bastante inclinada para traz, o occiput deprimido, as temporas ligeiramente convexas. A face é alongada, com os pomos salientes e os supercilios accentuados.

Na mulher esses caracteres craneo-faciaes encontram-se menos pronunciados.

O labio inferior apresenta-se quasi sempre perfurado e distendido por uma rodella de madeira. Os lóbos das orelhas são igualmente providos desse ornato, o que dá á physionomia desses individuos um aspecto dos mais repulsivos.

O systema piloso da face é muito pouco desenvolvido em ambos os sexos.

A cabeça, porém, é coberta de bastos, negros e rijos cabellos.

A coloração do tegmento externo varia entre um vermelho cuprico e uma côr escura azeitonada. Nos musculos e no tronco a coloração é muitas vezes mais carregada do que na face.

India Parintintins

Sob o ponto de vista moral e intellectual são os Botocudos a expressão de uma raça humana no seu maior grão de inferioridade. Alguns conservam ainda o horrivel costume de anthropophagia e com grande difficuldade chegam a adaptar-se ao meio civilizado.

Tambem elles estão prestes a extinguir-se como raça, sendo provavel que em meio seculo não se possa encontrar mais o typo puro."

Taes são os traços dos representantes da raça indigena em nosso territorio, sendo de notar que o numero de indios selvagens é hoje relativamente insignificante em comparação com o do tempo da descoberta.

Anniquilados em grande parte pelo conquistador, muitos dos que restaram têm sido chamados á civilização, gosando dos direitos

(*) As linhas que se vão ler, bem como todas as que neste capitulo se encontram de autoria do dr. Barbosa Rodrigues, foram extrahidas, assim como as gravuras, da "Revista da Exposição Anthopologica Brasileira", magnifica publicação feita em 29 de Julho de 1882, sob a direcção do dr. Mello Moraes Filho, com desenhos de Huascar de Vergara.

de cidadãos livres e concorrendo, de diversas fórmas, para o crescente progresso desta patria que nos é commum.

Do gentio bem disse o nosso douto patricio Dr. Joaquim Manoel de Macedo: "Desconfiado ao primeiro accesso de um desconhecido, logo depois facil e franco, o gentio se uma vez era illudido, não

Indias da tribu dos Botocudos

respeitava mais nem ajustes, nem laços, nem consideração alguma. Hospitaleiro, como os Arabes, até com o proprio inimigo que o procurava, agreste, simples, inculto e barbaro, zeloso mais que tudo da sua independencia, audaz e bravo nos combates, crudelissimo na vingança, astucioso e sagaz, indolente na paz, impavido e heroe em face da morte, o gentio tinha todos os defeitos e vicios do selvagem, mas possuia tambem alguns sentimentos nobres e generosos."

CAPITULO IV

DIVISÃO DO BRASIL EM CAPITANIAS HEREDITARIAS

Em 1534 resolveu D. João III realizar o seu desejo de dividir o littoral brasileiro em capitanias hereditarias.

Foram em numero de 12, a saber, de S. para N.:

1ª. *Santo Amaro* — que ia de Laguna a Cananéa, tendo como donatario Pero Lopes de Souza;

2ª. *S. Vicente,* de Cananéa a Cabo Frio, tendo como donatario Martim Affonso de Souza;

3ª. *Parahyba do Sul,* de Cabo Frio a Itapemirim, tendo como donatario Pero de Góes da Silveira;

4ª. *Espirito Santo,* de Itapemirim ao rio Mucury, e cujo donatario foi Vasco Fernandes Coutinho;

5ª. *Porto Seguro,* do rio Mucury até limite que não se sabe ao certo, tendo como donatario Pero de Campos Tourinho;

6ª. *Ilhéos,* da antecedente até á barra da bahia de Todos os Santos, tendo como donatario Jorge de Figueiredo Corrêa;

7ª. *Bahia de Todos os Santos,* da barra da bahia de Todos os Santos até á fóz do rio S. Francisco, tendo como donatario Francisco Pereira Coutinho;

8ª. *Pernambuco,* da foz do rio S. Francisco até ao norte do rio Iguarassú, tendo como donatario Duarte Coelho;

9ª. *Itamaracá,* desde o N. do rio Iguarassú até á bahia de Acajutibiró (hoje Traição), tendo como donatario o mesmo de Santo Amaro, isto é, Pero Lopes de Souza;

10ª. *Maranhão,* desde a bahia de Acajutibiró até á fóz do rio Gurupy (excluindo o trecho comprehendido entre a fóz do rio Mossoró e a ponta dos Mangues Verdes), tendo como donatario o historiador João de Barros que se associou com Ayres da Cunha;

11ª. *Ceará,* desde a fóz do rio Mossoró até á fóz do Camocim, tendo como donatario Antonio Cardoso de Barros; e

12ª. *Parte do Piauhy e do Maranhão,* da fóz do rio Camocim até á ponta dos Mangues Verdes, doada a Fernando Alvares de Andrade.

Os donatarios ficavam na obrigação de colonizar o solo, fundar povoações, nomear todos os empregados (administrativos, judiciarios e militares) decretar e cobrar impostos, estudar as bacias hydrographicas, conceder sesmarias a particulares desde que estes seguissem a religião catholica, crear alcaidarias e monopolizar marinhas e cursos de rios.

Taes donatarios gosavam de um poder quasi illimitado; accumulando os tres poderes (executivo, legislativo e judiciario) e ficavam apenas sujeitos á fiscalização da Corôa como vassallos do monarcha reinante.

De todas as capitanias a que mais prosperou foi a de Pernambuco, cujo donatario, Duarte Coelho, chegando ao Brasil em 1535, em companhia de sua mulher D. Brites de Albuquerque, se estabeleceu na collina Marim, ahi fundando a villa de Olinda.

Duarte Coelho fez alliança com Arco Verde, (*) chefe da tribu dos indios Tabajaras, conseguindo, com o auxilio destes, bater os Cahetés que assolavam a sua capitania.

Depois desta, que reverteu á Corôa, por abandono, em 1654, a mais importante foi a de S. Vicente, onde, a 25 de Setembro de 1536, fundou Braz Cubas a povoação de Santos, que é hoje um dos grandes portos commerciaes da America.

Em 17 de Novembro de 1791 a capitania reverteu, por compra, á Corôa.

Pero de Góes da Silveira, donatario da Parahyba, onde fundou, nas margens do rio Parahyba do Sul, uma povoação a que deu o nome de Villa da Rainha, foi forçado a evacuar a capitania depois de uma guerra de cinco annos com os Goytacazes.

Em 1753 a capitania reverteu á Corôa por compra.

"Era a tribu, que expelliu Góes, provavelmente do mesmo tronco dos Goyanazes, e como elles não devorava os seus prisioneiros. Eram mais formosos que os outros selvagens, e o seu idioma, dizem, mais barbaro, o que talvez queira dizer que alguns dos seus sons eram de mais difficil pronuncia. Raça valente, não se batia nas selvas nem de emboscada, mas em campo razo. A nado se atiravam ao mar levando na mão um pau curto, agudo em ambas as pontas; com esta arma atacavam um tubarão, mettiam-lh'a na guela, suffocavam-no, puxavam-no para terra, comiam-lhe a carne, e dos dentes faziam ponteiras para as suas settas." — *Roberto Southey — Historia do Brasil.* (1862 — vol. I, pags. 67 e 68).

Vasco Fernandes Coutinho, do Espirito Santo, após vender todos os seus haveres em Portugal, embarcou para o Brasil e chegou

(*) O indio Arco Verde era avô do valente cabo de guerra pernambucano Jeronymo de Albuquerque Maranhão, cuja mãe, uma india filha daquelle, recebeu na pia baptismal o nome de Maria do Espirito Santo.

á capitania em 1535, trazendo muitos colonos e ahi fundando a povoação de Espirito Santo.

A insubordinação dos colonos e os ataques dos selvagens não permittiram que a capitania vingasse, acabando Vasco Coutinho por viver de esmolas, esfarrapado e faminto.

A capitania reverteu por compra, á Corôa, em 6 de Abril de 1718.

Pero de Campos Tourinho, com o auxilio dos Tupiniquins desenvolveu um pouco a sua capitania, que todavia entrou em decadencia com os constantes ataques dos Aymorés até que foi confiscada pela Corôa em 1759.

Jorge de Figueiredo Corrêa, não querendo deixar o seu logar de escrivão da fazenda de el-rei D. João III em Lisbôa, mandou o seu amigo Francisco Romero tomar conta do quinhão que lhe coube. Esse espanhol desembarcou em Tinharé e fundou a primeira povoação no morro de S. Paulo, transferindo-a depois para Ilhéos, não prosperando a capitania por se ter Romero indisposto com os colonos.

A capitania reverteu á Corôa, por compra, em 1761.

Francisco Pereira Coutinho não teve melhor sorte. Chegando á sua capitania, em breve se incompatibilizou com os Tupinambás.

Tendo um portuguez assassinado o filho de um dos chefes indigenas, os Tupinambás em represalia mataram um filho bastardo de Coutinho, queimaram os engenhos de assucar e destroçaram todas as plantações da capitania, guerreando durante sete annos, findo os quaes Coutinho foi obrigado a abandonar a capitania e a refugiar-se em Ilhéos. Um anno depois voltou Coutinho á Bahia, mas tendo naufragado nos baixios de Itaparica foi morto e devorado pelos seus inimigos.

Por sua morte, a capitania reverteu por compra, á Corôa, em 1548.

Pero Lopes de Souza, depois de se haver batido com os francezes, em Itamaracá, voltou para Portugal, mas naufragou e morreu em 1539, perto da ilha de Madagascar. Ficaram então como administradores de Santo Amaro e Itamaracá, respectivamente, Gonçalo Affonso e João Gonçalves. Ambas reverteram á Corôa, por compra. Aquella em 1709 e esta em 1743.

Antonio Cardoso de Barros não fez empenho algum em colonizar a sua capitania, para a qual só veio depois da doação. Naufragou, porém, e foi devorado pelos Cahetés, como adiante veremos.

Finalmente, João de Barros, Ayres da Cunha e Fernando Alvares de Andrade organizaram expedições para colonizar suas capitanias, mas não foram mais felizes. Taes expedições perderam-se, morrendo quasi todos.

Os poucos que escaparam, depois de mil trabalhos, vieram tambem a fallecer mais tarde, a excepção de um dos naufragos, um

portuguez de nome Pedro, ferreiro, que conseguiu cahir na sympathia dos selvagens pela habilidade com que fabricava uteis instrumentos com as ferragens dos navios naufragados. A exemplo de Caramurú e Ramalho, esse portuguez casou com a filha de um cacique, vivendo entre os selvagens.

Falhou, por conseguinte, o plano de D. João III que, reconhecendo a fraqueza do systema adoptado, e a pedido dos proprios donatarios, resolveu crear um governo geral, comprando, em 1548, para séde do mesmo, a capitania da Bahia, á familia do donatario, que já havia então fallecido, conforme dissemos ha pouco.

Era de esperar o fracasso do systema.

"Taes contratempos e outros que ainda houve, seriam como foram, inevitaveis ao povoar um paiz sem immigração espontanea, sem animaes, sem trigo e outras sementes, com plantas que ainda não tinham a tradição do uso, sem recursos, e ao mesmo tempo ameaçado dentro e fóra do seu ambito. Apesar de tudo, esse regimen, nesse tempo em que Portugal dictava ao mundo o exemplo do imperialismo, foi adoptado por outros paizes colonizadores, e os donatarios brasileiros correspondem aos *Seigneurs* francezes do Canadá, aos *Patrone* das colonias hollandezas, ao *Staroste* inglez da Carolina, etc. O systema devia ser mantido e o foi; cumpria aparar-lhe os exageros que a experiencia mostrára inconvenientes e principalmente a excessiva interindependencia das capitanias que as faziam indifferentes senão inimigas, e reforçar o laço commum d'ellas por um governo tambem presente e capaz de protegel-as realmente e defendel-as de todas as eventualidades. Os proprios donatarios, que eram os orgãos naturaes do particularismo, sentindo proxima a hora da total ruina, foram os mesmos que em clamor universal reclamaram a união. A 12 de Maio de 1548 escrevia Luiz de Góes, de S. Vicente, a D. João III: — Venha V. A. em nosso auxilio: em breve esta terra se perderá e os francezes que a tomarem, tomarão depois a Africa e irão atacar a Asia portugueza; e se esses presagios não movem V. A. tenha V. A. compaixão e piedade de tantas almas christãs desta terra.

No mesmo anno creou-se o Governo Geral (1548) e foram cumpridos assim os desejos de todos". (*)

(*) *João Ribeiro — Historia do Brasil* — (3ª edição, 1919, pags. 85 e 86).

CAPITULO V

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO GERAL. OS TRES PRIMEIROS GOVERNADORES

1º. Governador Geral. — Tendo de nomear um governador para o Brasil, a escolha do rei de Portugal recahiu na pessôa de Thomé de Souza, homem prudente e economico, que já se havia distinguido nas guerras da Africa e da India.

Foi, pois, Thomé de Souza o primeiro governador geral do Brasil.

Partindo de Lisbôa a 1 de Fevereiro de 1549, chegou Thomé de Souza á Bahia em 29 de Março do mesmo anno, tendo D. João III mandado anteriormente uma carta a Diogo Alvares Corrêa, o *Caramurú*, recommendando-lhe que emprestasse todo o apoio ao seu governo.

Thomé de Souza

Thomé de Souza veio com um bergantim e 5 navios denominados: *Conceição, Salvador, Leôa, Ajuda* e *Rainha*, respectivamente commandados por Thomé de Souza, Antonio Cardoso de Barros, Pero de Góes da Silveira, Duarte de Lemos e Francisco da Silva.

A náo *Salvador*, do commando de Antonio Cardoso de Barros, partiu de Lisbôa com um dia de atrazo, isto é, no dia 2.

Trouxe mais Thomé de Souza 600 homens de armas, 400 degredados e um *ouvidor geral*, na pessôa de Pero Borges de Souza, que vinha para a administração da justiça.

Dos commandantes dos navios, dous vinham desempenhar funcções no Brasil: Antonio Cardoso de Barros e Pero de Góes da

Silveira. Aquelle, como *procurador*, para arrecadar os impostos e mais dinheiros da Corôa; este, como *capitão mór da costa*, encarregado da defesa do littoral.

Tanto esses dois, que eram antigos donatarios, como Pero Borges de Souza foram nomeados por tres annos, assim como o governador, cujo ordenado foi fixado em 400$000 annuaes.

Além desses, trouxe Thomé de Souza mais o padre Manoel da Nobrega, sob cuja direcção vinham os cinco seguintes jesuitas: Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro, Antonio Pires e os irmãos leigos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome.

Vieram esses jesuitas não só para iniciar a catechese dos indios, como para prestar aos habitantes da colonia os serviços da religião e dos bons costumes de que estavam divorciados.

Chegado á Bahia, foi Thomé de Souza festivamente recebido por Caramurú e seus alliados — os Tupinambás, hospedando-se na casa d'aquelle, no rustico povoado da Victoria.

Tratou depois o governador de mudar o povoado para melhor logar, isto é, tratou de escolher o local em que devia ser fundada a nova cidade e foi então iniciada a construcção de casas cobertas de palha, sendo murado o recinto com taipa grossa, no trecho comprehendido entre a peninsula de Itapagipe e a primitiva Villa Velha, exactamente onde é hoje a cidade alta.

Recebeu essa cidade, que foi solemnemente inaugurada em 1 de Novembro de 1549, o nome de *Salvador*, tendo por armas em campo verde uma pomba branca com um ramo de oliveira no bico, com a seguinte inscripção em letras douradas: *Sic illa ad arcam reserva est*.

Foi essa cidade a primeira capital do Brasil, categoria a que o Rio de Janeiro só foi elevado em 27 de Junho de 1763.

Fundada a cidade, começou Thomé de Souza a inspeccionar as fortificações das capitanias do sul, regulando a administração da justiça.

Foi habil a sua administração, exercida de 1549 a 1553.

Os jesuitas que com elle vieram entregaram-se desde logo com grande zelo e dedicação ao difficil mistér de chamar os selvagens á civilização, o que conseguiram, em algumas tribus, depois de uma tenacidade verdadeiramente espantosa.

Como esses jesuitas fossem apenas seis, numero insufficiente para tão grande obra, conseguiu Thomé de Souza que de Portugal viessem mais quatro, para auxilial-os, os padres Manoel de Paiva, Salvador Rodrigues, Francisco Pires e Affonso Braz.

O governador tornou obrigatorio o serviço militar, organizou a defesa das colonias, promoveu a cultura das terras, pediu ao governo portuguez uma remessa de mulheres, conseguiu a importação de

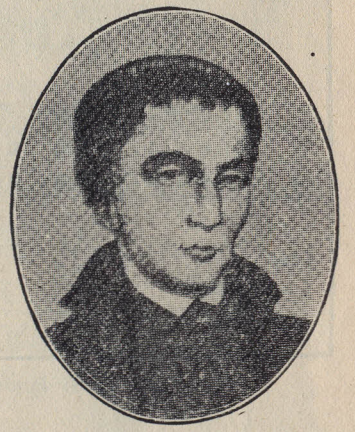
gado das ilhas de Cabo Verde e obteve, em 25 de Fevereiro de 1551, a elevação do Brasil á categoria de bispado, separado do de Funchal, sendo então nomeado primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha, que chegou á Bahia em 22 de Junho de 1552.

Foi Thomé de Souza um protector dos indios, mas castigava-os quando necessario, tendo uma vez mandado atar dous *morubixabas* á bocca de um canhão e disparar a peça por terem alguns indios devorado dois portuguezes.

Em 1553 deixou Thomé de Souza o governo, sendo nomeado então o segundo governador geral.

2°. Governador Geral. — Para substituir a Thomé de Souza, como segundo governador geral do Brasil, foi nomeado Duarte da Costa, que chegou á cidade do Salvador a 15 de Julho de 1553.

Duarte da Costa veio com os vencimentos elevados de 400 para 600$000, trazendo em sua companhia cêrca de 250 pessôas, entre as quaes 16 jesuitas, contando-se nesse numero o joven padre José de Anchieta. Vinham esses jesuitas para auxiliar o serviço de catechese dos indios, iniciado no governo anterior.



José de Anchieta

José de Anchieta fundou nas planicies de Piratininga o collegio de São Paulo, assim denominado por ter sido fundado no dia da conversão deste Apostolo (25 de Janeiro de 1554), estendendo-se mais tarde esse nome á cidade ali fundada e a toda a capitania.

A José de Anchieta deve o Brasil serviços inestimaveis. Vindo para aqui com menos de 20 annos de edade, dedicou-se de corpo e alma á catecheze dos indios, durante 43 annos e meio.

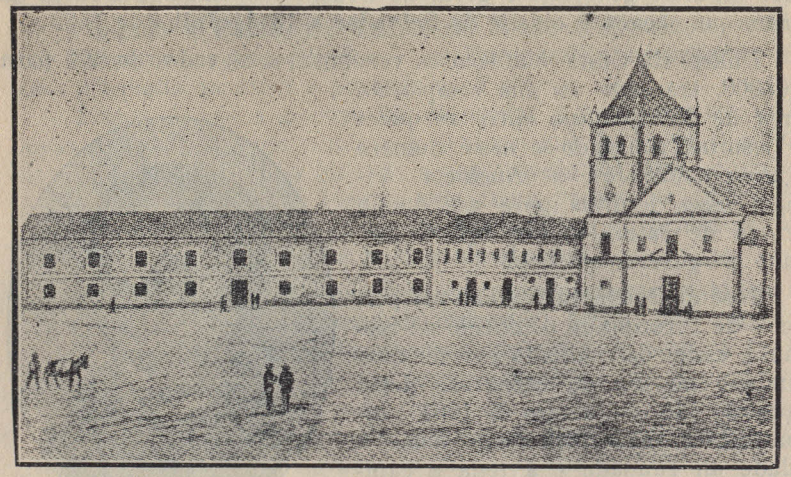
Fundado o Collegio de S. Paulo, logo se tornou alvo da perseguição dos *mamelucos*, como eram denominados os mestiços descendentes das raças portugueza e indigena. Sendo os mamelucos os maiores inimigos dos indios, protegidos pelos jesuitas, resolveram atacar o Collegio. Foram, porém, valentemente repellidos pelos indios, aos quaes José de Anchieta fôra obrigado a exercitar no manejo das armas para defesa da sua obra.

Durante o governo de Duarte da Costa graves divergencias surgiram entre elle e o bispo D. Pero Fernandes Sardinha, motivadas,

principalmente, pelo desregrado comportamento do filho daquelle, D. Alvaro da Costa, moço dotado de grande dóse de bravura, já demontrada nos combates na Africa, mas tambem muito extravagante.

Scenas pouco edificantes se passaram então nos templos religiosos, promovidas por Alvaro da Costa e, d'ahi, as queixas do bispo ao governador, que nunca as attendeu.

Abriu-se por isso a lucta, rompendo francamente Duarte da Costa contra o partido clerical, o que motivou ser D. Pero Fernandes Sardinha chamado a Lisboa para explicar pessoalmente ao rei o que occorria. A bordo da náo *Nossa Senhora da Ajuda* embarcou o bispo, em 19 de Junho de 1556, mas naufragando este nos



Collegio de S. Paulo, nas planicies de Piratininga

baixios de D. Rodrigo, na foz do rio Coruripe, em Alagôas, ou, segundo outros, na bahia de Acajutibiró, na Parahyba, bahia esta que passou a ser chamada até hoje da Traição, foi devorado pelos indios Cahetés, tendo igual sorte toda a tripulação. Substituiu D. Pero Sardinha, no Brasil, o bispo D. Pero Leitão, que chegou á Bahia em 9 de Dezembro de 1559.

Não pararam ahi os factos perturbadores do governo de Duarte da Costa.

Repetidas foram as aggressões dos selvagens que, chefiados pelo terrivel Cunãbebe, eram o terror de Cabo Frio a Bertioga.

Em 1555, francezes adeptos da religião protestante, vendo-se tenazmente perseguidos pelos catholicos na sua patria, cogitaram

de fundar no Brasil uma colonia — a França Antarctica, como diziam — onde pudessem viver em paz.

Matança do bispo D. Pero Fernandes Sardinha e de seus companheiros pelos Cahetés

Dois navios com 80 homens e uma chalupa sob a direcção do valente almirante Nicolão Durand de Villegagnon, vieram ao Brasil, chegando a 14 de Novembro de 1555 á bahia de Guanabara. Estabeleceram-se os francezes a principio na ilha da Lage e depois na de Seregipe, cujo nome foi mudado para o de Villegagnon, que até hoje conserva.

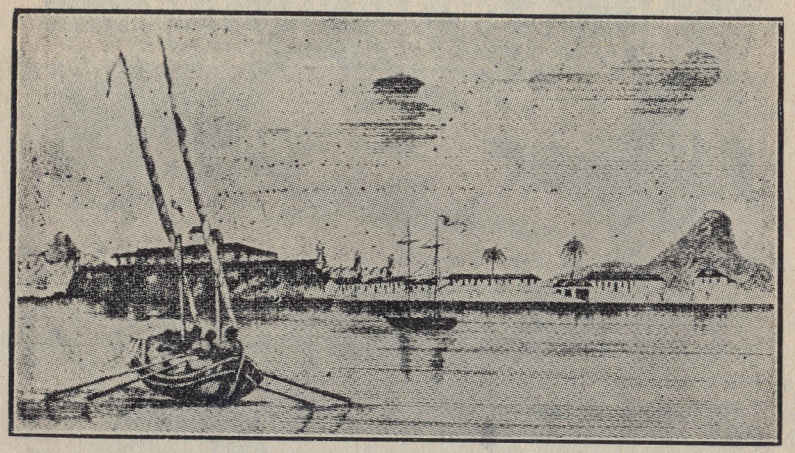
Ahi entrincheirados, levantaram os francezes um forte que, em homenagem ao almirante francez Gaspar Coligny — um fervoroso adepto do calvinismo e a conselho de quem viera Villegagnon — foi denominado forte de Coligny.

Cunãbebe, o terrivel cannibal

Como homenagem ao rei de França, então Henrique II, e sobre quem Coligny exercia grande influencia, destinaram o nome de Henriville á cidade que pretendiam fundar, na parte continental da nossa inegualavel bahia.

Os francezes tomaram em seguida outras ilhas e grande parte do littoral, ao mesmo tempo que recebiam em 16 de Março de 1557, novo reforço de 3 navios (*Petite Roberge, Grande Roberge* e *Rosée*) com 300 homens, sob a direcção de Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, com quem vieram ainda 14 padres calvinistas.

Estes ultimos, porém, em pouco se desavieram com Villegagnon. E' que a pretexto de que este dava falsa interpretação á doutrina calvinista, quizeram dictar-lhe normas de conducta que o almirante repelliu, fazendo-os voltar para a Europa. Ahi, despeitados, começaram a espalhar a noticia de que Villegagnon — a quem cognominaram *Caim* da America — era um traidor á doutrina protestante.



Ilha de Seregipe, hoje Villegagnon

Duarte da Costa nunca obteve os recursos que pedia a Portugal para expulsar os francezes e, por isso, aqui se mantiveram elles durante alguns annos, só sendo expulsos no governo seguinte.

Se erros commetteu, não contando os excessos do filho, que foi a causa das desavenças entre o clero e o governo, outras bôas qualidades tinha, entretanto, Duarte da Costa.

São de Frei Vicente do Salvador (*) estas palavras: "Teve D. Duarte da Costa, além de ser grande servidor del-rei, uma virtude singular, que por ser muito importante aos que governam não é bem que se cale. E é que soffria com paciencia as murmurações que de si ouvia, tratando mais de emendar-se que de vingar-se dos murmuradores, como lhe aconteceu uma noite que, andando rondando a cidade, ouviu que em casa de um cidadão se

(*) Autor da 1ª Historia do Brasil que se escreveu (1627).

estava murmurando delle altissimamente, e depois que ouviu muito, lhes disse de fóra: Senhores, falem baixo, que os ouve o governador.

Conheceram-no elles na fala, e ficaram mui medrosos que os castigaria, mas nunca mais lhes falou nisso, nem lhes mostrou ruim vontade ou semblante."

Um anno antes de Duarte da Costa deixar o governo, isto é, a 11 de Junho de 1557, falleceu D. João III. Succedeu-lhe seu neto D. Sebastião, de tres annos de edade, cabendo a regencia a Catharina d'Austria.

Pouco depois, a 5 de Outubro, falleceu na Bahia o celebre *Caramurú*, que tantos serviços havia prestado no governo de Thomé de Souza.

A 16 de Janeiro de 1558 deixou Duarte da Costa o governo, sendo substituido por Mem de Sá, homem de grande energia e força de vontade.

3º. Governador Geral. — Quando Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil, aqui chegou a 16 de Janeiro de 1558, estava a colonia em completa desordem.

Teve de sustentar guerras com os indios, que devastavam Porto Seguro, Ilhéos e Espirito Santo, organizando expedições numa das quaes morreu seu filho Fernão de Sá.

Recebendo a incumbencia de expulsar os francezes do Rio de Janeiro, embarcou Mem de Sá, na Bahia, em fins de Fevereiro de 1560 com destino a esta cidade, trazendo 2 náos e outras embarcações menores, 120 portuguezes e 140 indios auxiliares.

Foi então iniciado o bombardeio da ilha de Villegagnon, onde se achavam 150 francezes, além de cêrca de 1.000 indios tamoyos que haviam feito alliança com os invasores.

No dia 1 de Março, depois de tres dias de lucta, conseguiram as forças de Mem de Sá arrazar o forte, aprisionando cêrca de 100 pessôas, pois que as demais tinham conseguido fugir.

No dia 31 desse mesmo mez seguiu Mem de Sá para S. Vicente, enviando para o serão uma *entrada* que trouxe amostras de ouro e pedras preciosas.

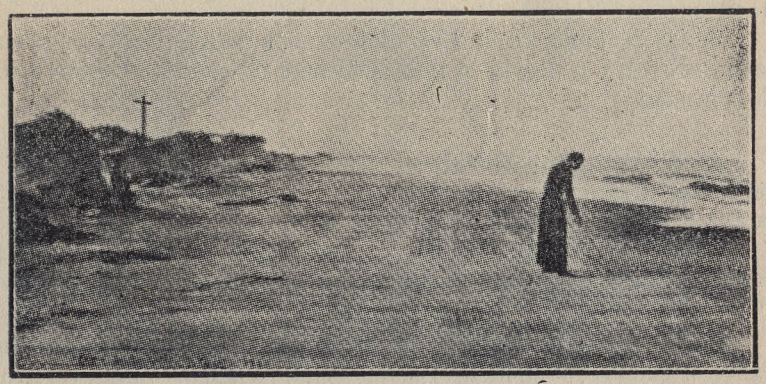
Voltou então á Bahia, onde foi obrigado a repellir os ataques dos indios Aymorés, que foram batidos em varios combates.

Nessa época, formaram os indios Tamoyos uma formidavel confederação, ameaçando atacar e destruir a cidade de S. Paulo.

Iniciada a lucta entre os confederados e os indios já então convertidos, os dous grandes padres Manoel da Nobrega e José de Anchieta, depois de consultarem o governador, resolveram ir ter com os selvagens afim de conseguir a paz.

Conduzidos pelo fidalgo genovez Francisco Adorno, em um navio de sua propriedade, chegaram elles á aldeia de Iperoig a 5 de Maio de 1563, após 13 dias de viagem. Ahi lhes falou Anchieta no seu proprio idioma, e de tal maneira, que os selvagens dentro em pouco começaram a sentir confiança nas palavras d'aquelles homens cujos habitos lhes faziam lembrar a presença de dois representantes da Companhia que tão amiga e protectora dos indios sempre se mostrára.

Recebidos como hospedes pelo cacique Caoquira, trataram Nobrega e Anchieta de edificar uma igreja, onde diariamente diziam missa, attraindo aos poucos a veneração dos selvagens.



O poema de Anchieta — Quadro de Benedicto Calixto

Durante dous mezes estiveram elles em Iperoig quando ficou resolvido que Nobrega em companhia de Cunãbebe e outros indigenas, iria conseguir do chefe portuguez a liberdade dos indios prisioneiros, ficando Anchieta como refen nas mãos dos Tamoyos.

Tres mezes mais esteve Anchieta entre os selvagens até que, conseguida a liberdade dos indios e com a volta de Cunãbebe, foi elle posto em liberdade.

Foi durante os tres mezes do seu captiveiro que Anchieta escreveu, na areia, um poema latino com 4.172 versos, dedicado á Virgem e que conservava de memoria.

Manoel da Nobrega e José de Anchieta foram os maiores evangelizadores das nossas selvas. O primeiro mereceu do insuspeito historiador protestante Roberto Southey o seguinte conceito: *"Não ha ninguem a cujos talentos deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços."* (*)

(*) Historia do Brasil (vol. I, pag. 436).

Nobrega falleceu com 53 annos de edade victimado pela tuberculose e Anchieta com 63 annos, dos quaes 43 e meio passados no seio das florestas brasileiras.

Anchieta tantos serviços prestou á causa da civilização, que delle disse o bispo D. Pero Leitão: *"A Companhia no Brasil é um annel de ouro, e a pedra preciosa delle é o padre José de Anchieta."*

O gigantesco trabalho que o Brasil deve aos jesuitas, muito especialmente a Nobrega e Anchieta, não foi até hoje pago com a nossa gratidão. Triste é tal confessar, num paiz, como o nosso, onde os bustos e estatuas têm glorificado acontecimentos e pessoas de menor importancia, que aquelles dous abnegados sacerdotes. (*)

Os jesuitas trataram de catechizar os selvagens, aldeiando-os pacificamente, junto dos estabelecimentos portuguezes.

Fundaram igrejas e collegios, conseguindo fazer, dentro de algum tempo, dos indigenas, verdadeiros amigos, e multiplicaram as suas funcções como professores, sacerdotes, medicos e enfermeiros.

Seria profunda injustiça silenciar sobre o herculeo trabalho desses desbravadores dos nossos sertões.

No governo de Mem de Sá foi a Bahia assolada por uma grande epidemia de variola que, apparecendo em Itaparica, promptamente tomou vulto, matando cerca de 30.000 indios que já haviam sido convertidos pelos jesuitas.

"Este flagello destruidor foi seguido do flagello mais lento da fome; como se a atmosphera se tivesse corrompido, as plantas murchavam, e todas as producções da natureza pareciam atacadas da languidez e da morte como os homens.

A fome occasionou a segunda mortandade; de onze estabelecimentos formados pelos Jesuitas, seis foram destruidos, ou pela morte dos habitantes, ou pela deserção de grande numero, que fugiam para o interior das terras buscando refrigerio a tantos males." (**)

Nessa época foi o governador informado de que os francezes haviam novamente voltado a occupar as primitivas posições, e, por isso, pediu a Portugal que lhe mandasse um grande reforço com o qual podesse desbaratar por completo tão audaciosos invasores.

Attendendo ao seu pedido, aqui chegou, em fins de 1564, seu sobrinho Estacio de Sá, á frente das forças requisitadas, tendo sido fundada em 1566, a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, nas proximidades do Pão de Assucar.

Resolveu então Mem de Sá que, por essa occasião, estava de novo na Bahia, — pois era lá a séde do governo — embarcar para o Rio de Janeiro, vindo prestar auxilio a seu sobrinho. Partiu numa

(*) Apenas Anchieta é recordado em uma das figuras do monumento miscellanea que se ergue nesta Capital em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto.

(**) J. I. de Abreu e Lima — *Historia do Brasil* — 1882 — pag. 51.

expedição que sob o commando de Christóvão de Barros, e composta de 2 navios costeiros, 3 galeões e 3 caravellões, aqui chegou aos 18 de Janeiro de 1567.

O marco da fundação da cidade

Ao passar a expedição pelo Espirito Santo, recebeu Mem de Sá auxilio de Ararigboia, chefe dos indios *Temiminós*, que lhe forneceu 200 indios flecheiros que habitavam aquella provincia, e a quem, em recompensa dos serviços prestados, foi dada uma legua de terra no littoral com duas pela terra a dentro, comprehendendo a maior parte da actual cidade de Niteroi.

"Dous indios celebres se apresentam com o nome de *Martim Affonso*, e alguns escriptores os confundem com grave prejuizo da verdade historica; portanto, convém extremal-os com toda a clareza para não commettermos um anachronismo. O primeiro destes indigenas, que tomou depois da sua conversão o nome de Martim Affonso, foi o celebre *Tebyriçá*, chefe da tribu dos Guayanazes, que habitavam nas planicies de Piratininga, hoje S. Paulo; porém, este Indio só adoptou o nome e o cognome do primeiro donatario, e sempre foi chamado e conhecido entre os Portuguezes por *Martim Affonso Tebyriçá*. O segundo foi o celebre *Ararigboia*, que, deixando o seu appelido patronimico adoptou o nome inteiro de Martim Affonso de Souza. Este chefe, depois de haver obrado prodigios de valor e de astucia na guerra, principalmente no ataque e tomada da praça forte de *Uruçumiri*, convertendo-se com todos os seus, tomou então o nome

inteiro de Martim Affonso de Souza, e foi o primeiro fundador da aldêa de S. Lourenço, do outro lado desta bahia. Finalmente morreu afogado perto da ilha chamada hoje do Fundão. Tebyriçá tinha já fallecido em S. Paulo." (*)

Chegada a expedição, foi no dia seguinte forçada a barra e, no dia immediato, 20, tomaram as forças portuguezas os fortes de Uruçu-Mirim e Paranapucuhy. O primeiro na fóz do rio Carioca; o segundo na ilha do Governador, então chamada Paranápuan.

No ataque a *Birabuçú* — entrincheiramento indigena proximo dos actuaes morros da Viuva e da Gloria e onde era indio principal *Ibura-guaçumirim* — foram os francezes desbaratados, custando, porém, essa victoria, a vida a muitos bravos, entre elles a Estacio de Sá, que, ferido por uma flecha no rosto, veio a fallecer dias depois, sendo sepultado junto do morro Cara de Cão (hoje S. João), de onde os seus restos mortaes foram mais tarde transportados para o templo do antigo morro de S. Januario, depois do Castello, onde lhe puzeram uma lapide com esta inscripção: "*Aqui jaz Estacio de Sá, capitão e conquistador desta terra e cidade. E a campa mandou fazer Salvador Corrêa de Sá, seu primo, segundo capitão e governador com suas armas. E esta capella acabou no anno de* 1583."

Depois do combate de 20 de Janeiro de 1567, travado exactamente no dia de S. Sebastião, que já era o padroeiro da cidade, resolveu Mem de Sá transferir a cidade para melhor local, passando-a de junto do Pão de Assucar, onde Estacio de Sá havia lançados os seus primeiros fundamentos, para o morro de S. Januario, posteriormente denominado do Castello. Esse morro havia tido anteriormente os nomes de Descanço do Alto da Cidade, Alto de S. Sebastião, Sé Velha e Baluarte da Sé.

Fundada em 1566 a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, para ella foi nomeado, em 4 de Março de 1568, como seu primeiro governador, Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Retirou-se em seguida Mem de Sá para a Bahia, insistindo junto ao rei para que lhe désse um substituto. Foi então nomeado, em 6 de Fevereiro de 1570, D. Luiz Fernandes de Vasconcellos e Souza. Não chegou este a tomar posse por ter sido a sua frota de 7 navios atacada em caminho pelos corsarios huguenotes Jacques Soria e Jean Capdeville, que haviam partido de Rochella com o proposito de exterminar todos os catholicos que cahissem em seu poder. Falleceu assim D. Luiz e quasi todos os que o acompanhavam, entre elles 40 jesuitas dos 68 que trazia frei Ignacio de Azevedo e que vinham auxiliar o serviço de civilização dos indios.

Foram esses jesuitas beatificados pelo papa Pio IX com o nome de 40 Martyres do Brasil.

(*) J. J. de Abreu e Lima — Obra citada (pag. 54).

No dia 2 de Março de 1572, na cidade do Salvador, falleceu Mem de Sá, que foi sepultado no cruzeiro da igreja dos jesuitas, instituindo, em testamento, herdeiro universal da sua fazenda a sua filha D. Philippa, casada com D. Fernando de Noronha, Conde de Linhares.

Resolveu então Portugal dividir o Brasil em dois governos.

CAPITULO VI

DIVISÃO DO BRASIL EM DOIS GOVERNOS. O QUINTO GOVERNADOR GERAL

Creados dois governos no Brasil, em 1572, ficaram elles tendo como sédes as cidades do Salvador e Rio de Janeiro, aquella do governo do norte, isto é, até á Bahia, e esta, do governo do sul, isto é, do Espirito Santo para o sul. Para o primeiro foi nomeado o conselheiro Luiz de Brito e Almeida e para o segundo o Dr. Antonio Salema, então ouvidor em Pernambuco.

Embarcou este para o Rio, sendo aqui bem recebido e muito visitado, entre outros pelo famoso Ararigboia, que lhe foi prestar obediencia.

Na visita de Ararigboia ao Dr. Salema deu-se um episodio interessante. Como este désse áquelle uma cadeira para que se assentasse, Ararigboia, como de costume, poz uma perna sobre a outra, o que fez com que o Dr. Salema, por meio do interprete, lhe fizesse ver que não era correcta aquella posição diante do governador que ali representava a pessôa do rei; ao que o valente indio respondeu: "Si tu souberas quão cançadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a el-rei, não estranharas dar-lhes agora este pequeno descanço, mas, já que me achas pouco cortezão, eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos e não tornarei mais á tua côrte."

Continuando por essa época os francezes, a quem se achavam alliados os Tamoyos, a traficar em Cabo Frio, resolveu o Dr. Salema, com 400 portuguezes e 700 indios, fazer frente áquelles inimigos que foram finalmente vencidos, perdendo os Tamoyos na lucta cêrca de 10.000 homens.

No governo do Norte o governador Luiz de Brito e Almeida voltou as vistas para as descobertas de minas que, segundo era voz corrente, existiam na capitania de Porto Seguro.

Sebastião Fernandes Tourinho, encarregado pelo governador de averiguar a existencia dessas minas, após tres mezes de excur-

são á frente de um grupo de aventureiros, descobriu uns rochedos onde se achavam pedras de côr que tomou como turquezas.

Aos exploradores relataram os naturaes que no cimo desta rocha se encontravam outras mais brilhantes ainda, e que cinco leguas adiante havia grandes pedras vermelhas e verdes.

Voltou Fernandes Tourinho, de tudo dando sciencia ao governador, que organizou então uma expedição de cerca de 600 homens para explorar o interior, confiando a direcção da mesma a Antonio Dias Adorno.

As amostras que este trouxe, bem como as de Tourinho, foram remettidas pelo governador ao rei.

Seguiu-se uma terceira expedição sob a chefia de Diogo Martins Cão, alcunhado o Mata-Negros, e uma quarta ás ordens de Marcos de Azevedo Coutinho.

No anno seguinte ao da creação de dous governos no Brasil (1573), fallecia o segundo bispo D. Pero Leitão, sendo nomeado seu substituto D. Antonio Barreiros.

Em 1577 resolveu o governo portuguez subordinar novamente o Rio de Janeiro á Bahia, voltando então o Brasil a formar um só governo, razão por que é Luiz de Brito e Almeida considerado como o 4.º governador geral do Brasil.

Para succeder a Luiz de Brito e Almeida foi nomeado 5.º governador do Brasil, Diogo Lourenço da Veiga, que do cargo tomou posse em 1 de Janeiro de 1578.

Poucos mezes depois de haver Lourenço da Veiga assumido o governo, falleceu na Africa, em 4 de Agosto de 1578, na batalha de Alcacer-Kibir, o rei D. Sebastião, empenhado na conquista de Marrocos.

Não tendo D. Sebastião successor directo, foi substituido no throno por seu tio o cardeal D. Henrique que, bastante velho já (tinha 66 annos) falleceu dous annos depois, em 31 de Janeiro de 1580.

Um anno antes (1579) abriu Lourenço da Veiga lucta com varios estrangeiros, principalmente francezes, que, de novo e em larga escala, viviam de contrabando nas enseadas de Cabo Frio.

Durante a sua administração tentou-se a colonização da Parahyba, o que se não conseguiu, máo grado a expedição de Fructuoso Barbosa que, batido por tempestade, foi obrigado a retroceder. Organizando outra mais tarde, de combinação com Simão Rodrigues Cardoso, chegou até ao rio Parahyba, onde se fortificou, mas não tirou d'ahi maior proveito, pois a morte de um filho, victima dos indios, levou Fructuoso a desistir do projecto e a retirar-se para Pernambuco.

Ainda durante a administração de Lourenço da Veiga várias expedições foram enviadas ao interior, tentando a descoberta de minas de ouro e pedras preciosas.

Desde que D. Henrique subiu ao throno, os seus sobrinhos Philippe II, a Duqueza de Bragança e D. Antonio, prior do Crato, entraram a discutir os direitos de successão, pois contavam já com o curto reinado do velho cardeal, homem entrado em annos e doente havia muito.

Por tal motivo, procuradores desses pretendentes ao throno foram logo enviados á Côrte, para que o rei, estudando a questão, indicasse quem o devia succeder.

D. Henrique, porém, apesar de demonstrar preferencia segundo se dizia, a principio por sua sobrinha a Duqueza de Bragança (filha de seu irmão D. Duarte) e mais tarde por seu sobrinho Philippe II (filho de sua irmã D. Izabel), então rei da Espanha, morreu sem deixar documento algum que indicasse quem o devia substituir no throno. Dest'arte, ficou o governo portuguez entregue a quatro pessoas: Diogo Lopes de Souza, presidente do Conselho de Justiça; Francisco de Sá, arcebispo; D. João Tello, camareiro mór, e D. João Mascarenhas, aos quaes se apresentou Philippe II, pedindo a entrega da corôa, conforme desejo, em vida, de seu tio

Como não houvesse documento por escripto, que provasse a legitimidade do que allegava D. Philippe, resolveu o governo interino não attender ás pretenções do rei espanhol, respondendo-lhe que a causa seria julgada pela justiça.

Philippe II não se conformou, porém, com essa espera, e fez invadir Portugal por um exercito de 25.000 homens, sob o commando do Duque d'Alba.

Victorioso, foi Philippe acclamado rei de Portugal pelas côrtes reunidas em Thomar, no dia 19 de Abril de 1581.

Passando Portugal para o dominio da Espanha, com elle passaram naturalmente todas as suas colonias e, por conseguinte, o nosso caro Brasil.

O dominio portuguez tinha durado 80 annos e só voltou a exercer-se novamente em 1640, quando Portugal, pela revolução de 1 de Dezembro desse anno, se libertou do jugo espanhol.

"O Brasil desses oitenta annos, que acabamos de percorrer, não é ainda a Patria dos Brasileiros, é simplesmente a area geographica que os portuguezes exploram lucrativamente e onde elles guerreiam o indio e exploram o negro, e, si a historia desses tempos algum interesse desperta assim mesmo, é exactamente por essa luta desigual entre o conquistador e o aborigene, luta que assume as suas proporções epicas ao surgir Cunhambebe e epiloga-se sombriamente após a carnificina de Cabo Frio em 1575, e a migração de Japy-assú com os seus Tupinambás para as sombrias florestas amazonicas.

Si exceptuarmos Nobrega e Anchieta, não encontramos um só homem de merecimento real nesse Brasil de portuguezes, indios, negros, e alguns mestiços, *caribocas* ou *mamelucos* e *mulatos*.

Nem um governante superior, nem um soldado de genio, nem um homem de penna illustre ou um artista inspirado.

Os homens de governo tacanhos, os de espada mediocres: Mem de Sá arma-se de uma temerosa esquadra para bater o gentio do Rio de Janeiro;

Estacio de Sá, para aprezar uma nau franceza, e pelejar com a cabilda de Aimbiré, empobrece S. Vicente e Piratininga.

Ainda não existe uma litteratura verdadeiramente nacional. Gandavo, Cardim, Gabriel Soares, Hans Staden, Thevet, Lery e outros que viveram nessa epocha, e escreveram sobre o Brasil, são estrangeiros. Tambem o é José de Anchieta, o qual no emtanto, pelo amor que consagrou a esta terra, onde viveu desde moço e na qual se celebrisou, pode-se, com algum esforço, conferir o mais antigo logar na litteratura brasileira.

A instrucção resumia-se no collegio de S. Salvador frequentado por 66 alumnos, e nas aulas de latim dos jesuitas do Rio de Janeiro e Olinda.

As sciencias nem vislumbres: João de Barros, historiador illustre e donatario da Capitania do Maranhão, não se resigna a deixar o reino onde os seus talentos são apreciados.

Artes propriamente ditas, ainda não appareceram, nem mesmo as que são relativas á edificação predial; quando muito existem desgraciosas construcções, casarões sem commodidades nem esthetica, dispostos em viellas tortas e escuras, igrejas e conventos brutalmente pesados, nos quaes se substitue o gosto pela solidez.

A industria estacava na engenhoca de moer canna, no monjolo de Braz Cubas e no tipity de preparar farinha.

O commercio era todo interno ou derivava para Portugal exclusivamente: os portos estavam fechados ao estrangeiro e a verga grande das caravellas muitas vezes rangia funebremente ao peso de algum pobre diabo francez ou espanhol que se enforcava pelo arrojo de vir á costa buscar pimenta ou páu brasil." (*)

(*) Annibal Mascarenhas — Historia do Brasil — 1898 — Pag. 295.

CAPITULO VII

DOMINIO ESPANHOL, DO 6º AO 11º GOVERNADOR GERAL

Acclamado Philippe II rei de Portugal, pelas côrtes reunidas em Thomar, no dia 19 de Abril de 1581, começa nessa data o dominio espanhol, pois, como ha pouco dissemos, era Philippe II rei de Espanha quando tal facto aconteceu.

Philippe II fez conservar em Portugal as suas leis antigas, assim como estabeleceu que só aos portuguezes seriam dados os empregos e cargos não só em Portugal e Brasil, como nas suas demais antigas possessões.

Estas medidas altruisticas deram grande sympathia de causa ao novo rei, que se viu logo reconhecido em todos os dominios portuguezes.

Por essa occasião tres navios francezes vieram ao Rio de Janeiro com o fim de garantir os direitos do primo de Philippe, D. Antonio, prior do Crato, que disputava tambem o throno portuguez como linhas atráz ficou dito.

Vencido que fôsse Philippe, D. Antonio senhor do throno doaria o Brasil á D. Catharina de Medicis, mãe do então rei da França, Henrique III, em paga do apoio que della recebia.

Essa pequena frota foi, porém, repellida pelo governador da cidade, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que assim demonstrava estar o Brasil disposto a manter-se sob o dominio espanhol.

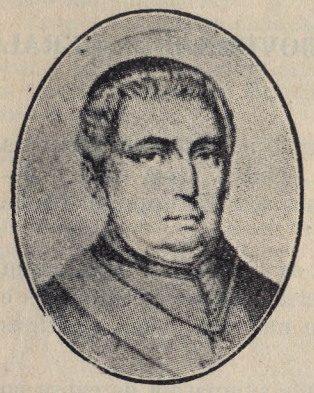
Nomeou então Philippe II, para governador geral do Brasil, a Manoel Telles Barreto, que, na qualidade de 6º governador, tomou posse em Junho de 1583, substituindo a Lourenço da Veiga, que fallecera na Bahia em 1581, de maneira que desta data até a da posse de Telles Barreto esteve o governo entregue a uma Junta de que faziam parte o Bispo D. Antonio Barreiros e o Ouvidor geral Cosme Rangel de Macedo, além de um representante da camara da capital.

Em 1584 deu-se a conquista e colonização da Parahyba que de ha muito estava sendo tentada, conforme vimos. Foi então que Phi-

lippe de Moura, ajudado do mar por uma esquadra de 9 navios, conseguiu conquistar definitivamente a Parahyba, depois de varios combates com os indios em que se salientou o capitão espanhol Francisco Castejon.

Em 1585, como estivesse a Espanha em guerra com a Inglaterra, começaram as depredações dos corsarios inglezes no littoral brasileiro, destacando-se naquelle anno a invasão de Edward Fenton que com dous galeões depredou a cidade de Santos.

Dous annos depois, em 27 de Março de 1587, por morte de Telles Barreto, foi o governo do Brasil entregue interinamente a uma nova Junta composta do Bispo D. Antonio Barreiros, Christóvão de Barros e Antonio Coelho de Aguiar, que se conservaram no governo até 1591.



Bispo Antonio Barreiros

Durante o governo dessa junta, voltaram os inglezes a atacar o Brasil. Uma expedição, sob o commando de Roberto Withrington, chegou á Bahia em 1588, tentando tomar a cidade, o que não conseguiu, graças á energia do jesuita Christóvão de Gouvêa, que os repelliu á frente dos indios que, já convertidos, haviam pegado em armas.

De novo voltaram os inglezes em 1591 com uma esquadra commandada por Thomaz Cavendish e Cook.

Arremetteram estes contra Santos e saltearam-n'a emquanto o povo religiosamente assistia á missa na igreja. E como os inglezes se tivessem entregue a excessos, embriagando-se, a população aproveitou-se da circumstancia para fugir á noite, carregando com as suas riquezas.

Vingaram-se elles, incendiando S. Vicente e fazendo-se ao mar. Um temporal arrojou-os porém, ás costas de Santos, onde perderam 25 homens que foram mortos pelos indios. Tentaram então desembarcar no Espirito Santo, e como não o conseguissem, afastaram-se do Brasil.

Em 1595, os piratas James Lancaster e John Venner, aquelle inglez e este hollandez, apoderaram-se do Recife e de lá partiram depois com onze navios carregados de ricos despojos.

Governava nesse tempo o Brasil o 7º governador, D. Francisco de Souza, em cujo governo se realizou ainda, em 1597, a conquista e colonização do Rio Grande do Norte, por Manoel Mascarenhas Homem, que construiu o forte dos Tres Reis Magos, entregando-o em 24 de Junho de 1598 ao capitão Jeronymo de Albuquerque.

Ainda naquelle mesmo anno (1597), dous navios francezes,

vindos da Africa, foram tomados na Bahia, bem como um outro em Sergipe, sendo tambem invadido por 350 francezes o forte de Cabedello, que não obstante ter apenas cinco peças com 20 homens, não cahiu em poder d'elles.

Um anno depois (1598) fallecia o rei Philippe II, subindo ao throno seu filho Philippe III, que conservou D. Francisco de Souza no governo do Brasil até 1602, quando foi nomeado o 8º governador, Diogo Botelho, em cujo governo foram os indios Aymorés pacificados pelo jesuita Domingos Rodrigues.

Diogo Botelho soffreu no seu governo violenta opposição de D. Constantino Barradas, que na qualidade de quarto bispo do Brasil, succedera, em 1600, a D. Antonio Barreiros, conservando-se nesse cargo até 1622, quando foi, por sua vez, substituido pelo quinto bispo, D. Marcos Teixeira.

Durante a administração de Diogo Botelho foi ainda tentada a conquista e colonização do Ceará, para onde foi enviada com esse fim uma expedição de mil homens sob o commando de Pedro Coelho de Souza, expedição que foi desbaratada pelos selvagens, morrendo o seu chefe.

Foi então que os padres Luiz Figueira e Francisco Pinto tentaram a conquista pacifica do Ceará, o que tambem não deu resultado, matando os indios o segundo destes e tendo o primeiro fugido a custo.

Em 1608 era Diogo Botelho substituido pelo 9º governador, Diogo de Menezes e Siqueira, em cujo governo foi creado, um anno mais tarde, 1609, na cidade do Salvador, o primeiro tribunal de relação brasileiro composto de nove desembargadores. Foi conquistado e colonizado o Ceará, em 1610.

O governo de Diogo de Menezes e Siqueira foi ainda assignalado pela invasão franceza no Maranhão. Em 19 de Março de 1612, tres navios francezes (*La Saint Anne, La Charlotte* e *La Régente*) partiram de Concale, na Bretanha, sob o commando de Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, que, associado a Nicoláo Harley e Francisco de Rassilly, aportou ao Maranhão. Estabelecendo-se na ilha de São Luiz, onde já haviam estado em 1594 os armadores Jacques Riffault e Charles de Vaux, por instigação dos quaes vieram aquelles, fundou-se então a cidade de S. Luiz, assim denominada em honra a Luiz XIII, que havia subido ao throno dous annos antes (1610), e que por contar então apenas nove annos de edade, tinha como regente sua mãe D. Maria de Medicis. Forneceu esta á expedição uma bella bandeira com as armas da França em fundo azul celeste.

No mesmo anno em que Daniel de la Touche chegava ao Maranhão, foi Diogo de Menezes e Siqueira substituido no governo do Brasil, pelo 10º governador, Gaspar de Souza, que, governando até

1617, teve occasião de ver os francezes expulsos do Maranhão por Jeronymo de Albuquerque e Alexandre de Moura, em 1615.

Em 19 de Novembro de 1614, o valente Jeronymo de Albuquerque, depois de fundar o forte Santa Maria, á frente de 5 embarcações com 500 homens sob o commando de Diogo de Campos Moreno derrotou os francezes em Guaxenduba e, no anno seguinte, em 1 de Novembro, chegando ao Maranhão um reforço sob o commando de Alexandre de Moura, nomeado governador geral da armada, foram os francezes batidos e expulsos dous dias depois.

Formada a capitania do Maranhão, foi para ella nomeado Jeronymo de Albuquerque, que a dirigiu até á morte, em 1618, quando já governava o Brasil o 11º governador, Luiz de Souza.

Ainda no governo do 10º governador foi construido o forte do Presepio e fundada por Francisco Caldeira Castello Branco a capitania do Pará.

O 11º governador, Luiz de Souza, assumindo o governo em 1617, e delle sahindo em 1622, teve de nomear o substituto de Castello Branco, a quem os colonos desgostosos haviam deposto em 1619.

Como os indios, batidos por Castello Branco, ameaçavam a capitania, nomeou o governador a Bento Maciel Parente para combatel-os, o que elle fez, aprisionando e matando milhares.

Dois annos depois, em 1621, morrendo o rei Philippe III, subiu ao throno seu filho Philippe IV, que formou com as antigas capitanias do Pará, Maranhão, Piauhy e Ceará um governo á parte, com o nome de Estado do Maranhão, instituido por decreto de 13 de Junho, e para o qual foi nomeado governador Francisco Coelho de Carvalho, então capitão-mór da Parahyba. Nomeado em Março de 1624, só veio a tomar posse do cargo em 1626, nelle se conservando até 1636, quando, por sua morte, foi substituido por Jacome Raymundo de Noronha.

Um anno depois de Philippe IV subir ao throno, nomeou governador geral do Brasil a Diogo de Mendonça Furtado, em cujo governo se deu a primeira invasão hollandeza.

CAPITULO VIII

PRIMEIRA INVASÃO HOLLANDEZA

Logo que o Brasil se tornou conhecido na Europa, varios piratas, principalmente francezes, inglezes e hollandezes, começaram a frequentar o seu littoral, fazendo commercio com os selvagens e levando grandes carregamentos de páo brasil.

Começaram então as invasões no Brasil, salientando-se, como ha pouco dissemos, francezes, inglezes e hollandezes.

Tratemos destes ultimos, que já dos outros nos occupámos.

A velha inimizade entre a Hollanda e a Espanha foi a causa da invasão do Brasil.

Pieter Pieterszoon Heyn

Aquellas duas nações européas, terminadas as tregoas que haviam assignado em 1609, recomeçaram a guerra suspensa havia 12 annos.

A exemplo do que fizera em 1602, fundando uma companhia denominada das *Indias Orientaes*, para agir na Asia, a Hollanda organizou em 1621 uma nova companhia que, devendo operar na America, recebeu o nome de companhia das *Indias Occidentaes*.

Era essa companhia dirigida por 19 directores e foi constituida com um capital de cêrca de 20.000.000 de florins.

O Conselho dos Dezenove, como era chamada a direcção da Companhia, resolveu invadir o Brasil, equipando para isso uma esquadra que, partindo da Hollanda em 21 de Dezembro de 1623, chegou á Bahia ao alvorecer do dia 9 de Maio do anno seguinte.

Era essa esquadra composta de 23 navios, 3 hiates, 1.600 marinheiros, 1.700 soldados e 500 canhões, tendo como almirante Jacob

Willekens, como vice-almirante Pieter Pieterszoon Heyn e como commandante das tropas, o coronel Johan van Dorth. No referido dia 9 de Maio a esquadra appareceu diante da cidade do Salvador, tomando logo 8 navios e incendiando 7 que estavam no porto.

Como Johan van Dorth se atrazasse na viagem por ter sido repellido para Serra Leôa, o major Alberto Schoutem assumiu o commando das tropas.

Diogo de Mendonça Furtado, então governador geral do Brasil, "por melhores que fossem as suas intenções, achava-se impossibilitado para offerecer uma resistencia efficaz: na cidade apenas havia uns tres mil homens d'armas; e tendo o governador convocado dos arredores todos os da ordenança, embaraçou-o o bispo D. Marcos Teixeira que começou a incitar o povo a desobedecel-o, pregando a desnecessidade de reunir na cidade tanta tropa, isto "por questiunculas de amor proprio e conflictos de jurisdicção".

No dia 8 de Maio de 1624 foram avistadas as velas hollandezas, sendo immediatamente tocado rebate na cidade.

A' vista do numero das naus reconheceu então o bispo quão levianamente procedera hostilizando o governador e como prova de sincero arrependimento offereceu a D. Diogo Furtado os seus serviços pessoaes com os de sua casa e de seu clero e armados todos os clerigos começaram logo a montar guarda, com grande satisfação de D. Diogo, que por sua parte se offereceu a sustentar á sua custa os que precisassem desse auxilio, somente para que ninguem abandonasse a cidade.

Na madrugada do dia 9 os hollandezes forçaram a barra, passando longe do alcance do canhão dos fortes, e cinco navios fundearam defronte de Santo Antonio, emquanto os demais, com a almiranta, seguiram até por-se em linha de frente da cidade, sendo esta intimada pela mesma almiranta com um tiro de polvora secca que os da terra responderam com balas de artilharia e fusilaria.

Então os hollandezes assestaram a sua artilharia contra o forte do mar e contra a cidade e começou o bombardeio." (*)

O inimigo — de cujo grupo fazia parte Dirck de Ruyter e Dirck Pieterszoon Colser, feitos prisioneiros na Bahia e que por bem conhecerem a cidade, serviam de guia — após desembarcar no pontal de Santo Antonio 1200 soldados e 240 marinheiros, tomou a cidade, prendendo em palacio o governador Diogo de Mendonça Furtado que foi remettido para bordo de um dos navios da esquadra e enviado á Hollanda.

(*) Annibal Mascarenhas — Historia do Brasil — 1898 — pag. 405.

Havia por esse tempo as chamadas *vias de successão*, uma carta onde era indicado quem devia substituir o governador no caso de ser elle feito prisioneiro ou morrer.

Diogo de Mendonça Furtado

Aberta as *vias de successão*, lá estava o nome de Mathias de Albuquerque, então governador de Pernambuco.

Emquanto, porém, o novo governador do Brasil não chegava á Bahia, assumiu o governo interinamente o ouvidor geral, Antão de Mesquita de Oliveira, pouco depois deposto, e substituido pelo bispo D. Marcos Teixeira, que desenvolveu grande actividade na organização da defesa da cidade, dando o commando das forças a Antonio Cardoso e Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e organizando entre outros batalhões o da chamada *milicia dos descalços*, por causa dos individuos que a compunham. Foi tal a actividade dispendida pelo bispo que falleceu quatro mezes depois.

Com a chegada de Johan van Dorth, tomou elle conta do governo em nome da Hollanda. Mathias de Albuquerque, porém, que já havia assumido o governo legal do paiz, iniciou as escaramuças, em uma das quaes, travada a 17 de Junho de 1624 no logar denominado *Agua dos Meninos*, morreu a golpes de espada o coronel Johan van Dorth nas mãos do capitão Francisco Padilha.

Albert Schoutem morreu tambem mezes depois, em 24 de Janeiro de 1625, assumindo então o commando das tropas seu irmão Willem Schoutem que, por andar sempre embriagado, foi deposto pelos soldados e substituido por Joan Ernest Kiff.

Mathias de Albuquerque

Em soccorro do Brasil enviou então a Espanha uma esquadra de 52 navios de guerra, sendo 29 espanhóes e 23 portuguezes, além de alguns transportes. Os espanhóes estavam sob a direcção de D. Juan Fajardo e os portuguezes traziam como almirante D. Francisco de Almeida. O commando em chefe dessa esquadra de 52 navios, conduzindo 12.500 homens, estava entregue a D. Fradique de Toledo Osorio, marquez de Valdueza.

Chegada que foi essa esquadra á Bahia, em 29 de Março de 1625, tratou logo de occupar a barra, impedindo a sahida dos navios hollandezes.

No mez seguinte, 30 de Abril, o commandante hollandez, Joan Ernest Kiff, assignou no quartel do Carmo a capitulação, e no dia seguinte, 1 de Maio, a cidade, já restaurada, estava em poder dos espanhóes, nada mais podendo fazer uma esquadra hollandeza de 34 navios que, sob o commando de Bondewinj Hendrikszoon, aqui chegou pouco depois em soccorro da de Jacob Willekens.

Pouco antes da chegada da expedição de D. Fradique, aportara á Bahia, vindo da Europa, D. Francisco de Moura Rollim, que na qualidade de 14º governador, viera assumir o governo do Brasil em substituição de Mathias de Albuquerque, a quem o governo espanhól mandara voltar ao seu antigo posto de governador de Pernambuco.

D. Francisco de Moura Rolim, pernambucano natural da cidade de Olinda, onde nasceu em 1580, foi o primeiro brasileiro que teve a honra de governar a nossa patria. Era poeta e prosador.

Em 1626 foi o governo do Brasil entregue a Diogo Luiz de Oliveira, nomeado 15º governador geral.

CAPITULO IX

SEGUNDA INVASÃO HOLLANDEZA ATE' O FIM DO DOMINIO ESPANHOL (1640)

Vencidos, não desanimaram, porém, os hollandezes.

Em 1627, Pieter Pieterszoon Heyn entrou por duas vezes no porto da Bahia, tomando varios navios mercantes e travou combate com o capitão Francisco Padilha que, tendo morto o hollandez coronel Johan van Dorth, conforme dissemos no capitulo anterior, acabava agora nas mãos de um outro hollandez — esse audacioso invasor Pieter Heyn.

Em 1628 o almirante Dirck Simonszoon van Uytgeest conseguiu aprisionar seis náos portuguezas.

A companhia das Indias Occidentaes, animada com esses successos, e tendo em vista ainda os lucros que Pieter Heyn realizou de galeões que, partidos do Mexico, sob o commando de D. Juan de Benevides, vinham com destino ao Brasil, resolveu equipar uma grande esquadra para, de novo, vir atacar o nosso paiz. Em vez, porém, de ser escolhida a Bahia para ponto de ataque, como da primeira vez, foi resolvido que a esquadra atacasse Pernambuco, cuja defesa, entregue a Mathias de Albuquerque, constava apenas da ridicula força de tres caravellas e 27 soldados.

Em 14 de Fevereiro de 1630 appareceu diante de Olinda a esquadra hollandeza composta de 70 navios, 3.780 marinheiros, 3.500 soldados e 1.200 canhões tendo como commandante em chefe Hendrick Corneliszoon Loncq, como almirante Pieter Adrianszoon e como commandante das tropas o general Diederick van Weerdemburch.

Apesar da heroica resistencia empregada por Mathias de Albuquerque, Weerdemburch, guiando-se pelas indicações de um espião, Antonio Dias, desembarcou em 15 de Fevereiro com 2.948 homens e duas peças, no Páo Amarello e, seguindo por terra, emquanto os navios hollandezes entretinham as baterias da costa, tomou Olinda no dia 19.

Vendo Mathias de Albuquerque ser impossivel defender Recife, poz fogo aos armazens e navios ancorados no porto, retirando-se para a outra margem do rio Capiberibe, onde fundou o Arraial do Bom Jesus, iniciando então as famosas guerrilhas conhecidas pelo nome de Companhias de Emboscada, onde tanto se salientaram entre outros, o celebre indio Poty, mais tarde conhecido por D. Antonio Felippe Camarão, Vidal de Negreiros, Francisco Rebello, Sebastião do Souto, o preto Henrique Dias, Luiz Barbalho, Lourenço Cavalcanti, Simão Figueiredo e Estevão de Tavora.

Hendrick Corneliszoon Loncq

As tropas de Mathias de Albuquerque conseguiram, num dos encontros com os hollandezes, aprisionar 690 homens, sendo que o proprio Corneliszoon Loncq quasi cahiu em poder dos portuguezes, o que só se não verificou mercê da ligeireza do seu cavallo.

Emquanto isto, os hollandezes recebiam reforços, inclusive 1.250 homens sob o commando do tenente coronel Hortman van Steyn Callenfelds. Foi então atacada a ilha de Itamaracá, valentemente defendida pelos portuguezes sob o commando de Salvador Pinheiro.

Os varios pedidos de reforço feitos pelos portuguezes de Pernambuco á Espanha, foram emfim attendidos, quando a Côrte de Madrid teve informação de que a Hollanda preparava uma grande expedição contra o Brasil.

Antonio Felippe Camarão, o celebre indio Poty

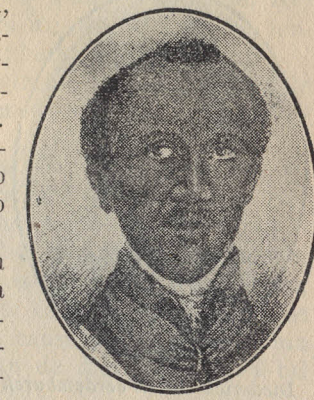
Em defesa deste foi então enviada uma esquadra de 19 navios, 34 transportes, 439 peças e 2.000 homens, sob o commando de D. Antonio Oquendo, que chegou á Bahia em 13 de Julho de 1631. No dia 12 de Setembro desse mesmo anno, encontrou-se essa esquadra perto do grupo dos Abrólhos com a que a Hollanda havia enviado sob o commando de Adrian Jansen Pater e composta de 16 navios e 472 boccas de fogo.

Travou-se a luta, ficando porém, a victoria, indecisa. Diz-se

que Jansen Pater vendo-se perdido atirou-se ao mar exclamando: "O oceano é o unico tumulo digno de um almirante batavo", phrase que talvez não passe de pura lenda.

Desembarcaram então os espanhóes 700 homens sob as ordens de Giovano Vicenzo Sanfelice, conde de Bagnuolo, retirando-se Antonio Oquendo para a Europa.

Julgando, porém, os hollandezes que o reforço desembarcado era muito maior, incendiaram Olinda, concentrando-se, em 23 de Novembro de 1631, no Recife, onde estiveram cêrca de dous annos, sem poder tirar maiores vantagens, tendo sido successivamente batidos em 5 e em 21 de Dezembro de 1631, a primeira na Parahyba, no forte de Cabedello, pelo capitão João de Mattos Cardoso, e a segunda, no Rio Grande do Norte, por Cypriano Pitta Portocarreiro. Em 13 de Fevereiro de 1632, Bento Maciel Parente mais uma vez destroçou o inimigo em Pernambuco, no cabo Santo Agostinho, no pontal de Nazareth.



Henrique Dias

Em 20 de Abril de 1632, porém, a sorte os favoreceu, com a passagem para o exercito hollandez do alagoano Domingos Fernandes Calabar que, como conhecedor profundo da região, guiou os invasores, fazendo assim com que elles alcançassem varias victorias, tomando a villa de Iguarassú e, mezes depois, em 7 de Fevereiro de 1633, o forte do rio Formoso, defendido apenas por 20 homens sob o commando do bravo Pedro de Albuquerque, a quem o inimigo concedeu a liberdade num rasgo de profunda admiração pelo seu heroismo.

Por essa época, Weerdemburch passou o commando ao general Laurens van Rembach que, após tomar o posto dos Afogados, atacou á frente de 1.500 homens, no dia 24 de Março de 1633, quinta-feira santa, ás 11 horas da manhã, o arraial de Bom Jesus, sendo, porém, valentemente repellido pelos 350 homens de Mathias de Albuquerque que, além de aprisionarem 15, mataram 400, entre os quaes o proprio Rembach que, ferido, veio a morrer pouco depois.

Foi logo, porém, remediado esse insuccesso dos hollandezes, pois o substituto de Rembach — cuja direcção foi apenas de 16 dias — Sigismundo van Schkoppe, graças ás informações de Calabar, tomou o forte dos Tres Reis Magos, no Rio Grande do Norte, onde achou preso o famoso indio *Jaguarary* (*) que sob o nome de Simão Soares, tantos serviços prestou depois ao Brasil.

(*) "Este indio era tio de Antonio Felippe Camarão. Tendo-se passado na Bahia aos Hollandezes para ver se recuperava sua mulher e um filho, que

Em seguida saqueou Sigismundo a ilha de Itamaracá, apoderou-se do cabo de Santo Agostinho e submetteu a Parahyba.

Por essa época chegava de Portugal uma esquadra de 7 navios com 600 homens, sob o commando de Francisco de Vasconcellos da Cunha, que vinha em soccorro dos portuguezes. Na altura, porém, da Parahyba, foi essa esquadra batida pelos hollandezes, perdendo-se os navios e 420 homens, pois apenas 180 chegaram ao campo do Bom Jesus.

Vendo Mathias de Albuquerque que a melhor solução era a retirada, resolveu, em 3 de Julho de 1635, seguir para Alagôas acompanhado de cerca de 8.000 pessoas.

Diederick van Weerdemburch

Ao chegar a Porto Calvo, Sebastião do Souto, fingindo que tambem se havia passado para o exercito hollandez, foi ter com o chefe Alexandre Picard e convenceu-o de que devia atacar Mathias de Albuquerque, pois as forças deste não chegavam a 200 homens.

Acreditando o chefe hollandez nas falsas informações que lhe prestára Sebastião, deu combate aos portuguezes com uma força de 200 homens entre os quaes se encontrava Calabar.

Vencidos os hollandezes, Calabar foi enforcado como traidor, sendo depois esquartejado e exposto em postes á curiosidade publica, no dia 22 de Julho de 1635.

Não foi, porém, Calabar um traidor, pois, brasileiro, tanto fazia optar pelo jugo espanhol ou portuguez como pelo jugo hollandez.

Convencido de que este seria superior aos outros, preferiu-o. Onde o traidor? Por que? Calabar foi antes um patriota que tudo fez para ver o progresso da sua patria. Disseram-lhe os hollandezes que vinham libertar o Brasil do jugo espanhol e portuguez e fazer do seu paiz uma republica. Calabar não lhes negou auxilio. Natural é que historiadores portuguezes ou espanhóes cubram de baldões a

---

tinhão ficado prisioneiros na occupação daquella cidade, quando voltou aos Portuguezes por mais que se justificasse, estes o lançarão em uma masmorra por oito annos. Achava-se ainda preso no forte do Rio Grande, quando foi solto pelos Hollandezes; mas longe de unir-se com os seus libertadores, correu á sua aldêa, excitou o enthusiasmo de seus compatriotas e appareceu depois com elles no campo dos Portuguezes para participar da gloria do seu já muito celebre sobrinho. Esta acção generosa do Indio *Jaguarary*, lhe valeu a fama do seu nome, que ficou eternizado pela honrosa menção que delle fazem todos os historiadores daquella época." — *J. I. de Abreu e Lima* — Obra citada — (pag. 89).

sua memoria. Nós, porém, não temos o direito de fazer côro com essas vozes para sermos agradaveis a quem quer que seja.

A Historia deve ser a expressão da verdade.

O rei, D. Philippe IV, resolveu então, por intermedio do seu ministro, duque de Olivares, enviar D. Fradique de Toledo Osorio ao Brasil com o fim de expulsar definitivamente os hollandezes.

D. Fradique, que já em 1625 tivera incumbencia semelhante, conforme vimos, pediu 12.000 homens para desempenhar a nova missão.

O duque de Olivares, homem de cultura quasi nulla e excessivamente desconfiado, suppondo tratar-se de uma conspiração, não attendeu ao pedido de D. Fradique, que foi injustamente preso, tendo fallecido na prisão desgostoso e acabrunhado.

Foi então encarregado da missão de vir ao Brasil, D. Luiz de Rojas y Borja, que á frente de 1.700 homens desembarcou, em 29 de Novembro de 1635, em Alagôas.

D. Luiz, que vinha substituir Mathias de Albuquerque na direcção da guerra contra os hollandezes, trazia ordem para que Mathias de Albuquerque regressasse á Espanha, o que elle fez apresentando-se ao ministro duque de Olivares. Este, sem mais nem menos, fez recolher Mathias de Albuquerque ao castello de S. Jorge, em Lisbôa, onde o conservou preso. O valente cabo de guerra não se pôde defender nem ao menos saber qual a causa por que lhe tolhia a liberdade o ministro espanhol cuja falta de dignidade para tal cargo ficava assim mais uma vez demonstrada.

Mathias de Albuquerque foi conservado preso até Portugal ficar livre do jugo espanhol, o que se deu em 1 de Dezembro de 1640.

Emquanto taes factos occorriam na velha Europa, D. Luiz de Rojas y Borja assumia, aqui, no Brasil, a offensiva contra os hollandezes que, commandados pelo coronel polaco Artichofski, o derrotaram na batalha da *Matta Redonda*, em 18 de Janeiro de 1636, perdendo os portuguezes uns 200 homens e os hollandezes 40 mortos e 85 feridos. Substituiu-o então Giovano Vicenzo Sanfelice, conde de Bagnuolo, que iniciou uma serie de guerrilhas quando a companhia das Indias Occidentaes resolveu nomear um governador para o Brasil hollandez.

Recahiu a nomeação no principe João Mauricio, conde de Nassáo-Siegen, que do cargo tomou posse, em 23 de Janeiro de 1637. "Depois de haver distribuido 2.600 homens pelas differentes guarnições, organizou Nassau um exercito de 3.000 homens, oitocentos marinheiros e seiscentos e tantos pretos e indios, força que em parte ficou sob o commando de Sigismundo van Schkoppe. Ordenou que Arcizewski se dirigisse por mar com outra força para a Barra Grande e elle proprio marchou para o rio Una que atravessou no dia 16 de Fevereiro de 1637. As tropas de Areizewski chegaram á Barra Grande no dia 16 e immediatamente puzeram-se de accordo

com as de terra, marchando as duas sobre Porto Calvo, onde se achava Bagnuolo com 500 homens, pouco mais ou menos.

Bagnuolo quando soube da approximação do inimigo mostrou-se indeciso, optando afinal pelo plano mais absurdo que era defender Porto Calvo, embora suas forças fossem muito inferiores; assim fortificou-se em um dos reductos, collocando Miguel Giberton, commandante da artilharia, em outro.

Quando, porém, o inimigo chegou á vista Bagnuolo mudou de resolução e deliberou acommettel-o. (*)

Ordenou para isso ao seu immediato tenente coronel Alonso Ximénez de Almiron que fizesse frente aos hollandezes com um força de 1180 homens, travando-se então o violento combate de 18 de Fevereiro de 1637.

A batalha, conhecida pelo nome de Comendaituba, foi renhida e nella se destacou sobretudo a acção heroica do pernambucano Henrique Dias, que, tendo o pulso varado por uma bala, mandou que lhe fizessem immediatamente a amputação da mão e de novo voltou á lucta, dizendo: "Basta-me uma mão para servir ao meu Deus e a meu Rei: cada um dos dedos desta que me resta, me fornecerá os meios de me vingar."

João Mauricio de Nassáo

Bagnuolo fugiu covardemente, abandonando durante a noite Porto Calvo. Com a sua fuga retirou-se tambem a tropa portugueza para a Bahia, ficando assim Nassáo senhor daquella região até o rio São Francisco, em cuja fóz fez erguer o fórte Mauricio.

Em 8 de Abril de 1638, Nassáo partiu para a Bahia com uma esquadra de 40 navios e 3.400 soldados, mas, não conseguindo tomar a cidade, regressou ao Recife.

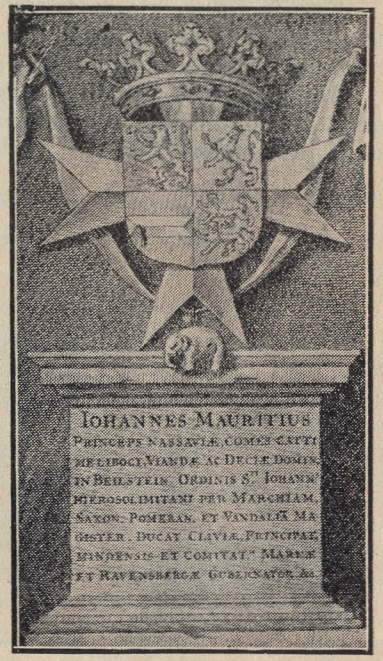
Um anno depois, em 19 de Janeiro de 1639, chegava ao Brasil D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, que vinha assumir a direcção do Brasil, na qualidade de 17° governador geral, em substituição ao que aqui se achava, Pedro da Silva, cognominado *O Duro*.

O conde da Torre veio com uma esquadra de 26 galeões, 10 transportes e 2.400 peças de artilharia, tendo como commandante da esquadra espanhola D. Juan de la Vega Bazán e da portugueza D. Rodrigo Lobo.

(*) Annibal Mascarenhas — Obra citada, pag. 483.

Na altura da ponta das Pedras, em 12 de Janeiro de 1640, deu o conde da Torre combate aos hollandezes, que sahiram victoriosos, máo grado terem perdido seu chefe Willem Corneliszoon, substituido pelo vice-almirante Jacob Huyghens, a quem coube a victoria.

Encorajada pelo successo, a companhia das Indias Occidentaes enviou a Nassáo uma esquadra de 27 navios com 1.200 homens, ás ordens dos almirantes Jan Corneliszoon Lichthardt e Cornelio Jol, para que fosse tentada a tomada da cidade do Salvador.



Brazão do Principe Nassáo

Como tivesse o conde da Torre perdido os quatro combates travados com os hollandezes, respectivamente nos dias 12, 13 14 e 17 de Janeiro, foi chamado a Portugal, onde o encarceraram na torre de S. Julião.

Chegou depois ao Brasil, em 5 de Junho de 1640, o novo governador D. Jorge de Mascarenhas, Marquez de Montalvão, e primeiro vice-rei do Brasil, em cujo governo se realizou em Portugal, a grande revolução libertadora de 1 de Dezembro de 1640, pela qual se viu este paiz livre do jugo espanhol, subindo ao throno D. João IV.

A noticia da restauração de Portugal foi trazida ao Brasil por uma caravella, e logo que o governador geral teve da mesma conhecimento, "mandou pôr incommunicavel a referida caravella, e como faziam parte da guarnição da cidade de S. Salvador umas seiscentas praças de tropas espanholas e napolitanas, tratou antes de tudo de mandar que sómente estivessem em armas as demais.

Depois ordenou a seu filho D. Fernando que com o seu terço occupasse o terreiro da companhia e a João Mendes de Vasconcellos, que estava de guarda, mandou que com outras tropas fosse postar-se na praça do palacio.

Tendo tomado estas providencias fez Montalvão entrar um por um no seu gabinete o bispo, o capitão general da artilharia D. Francisco de Moura, os mestres de campo, o ouvidor geral, o provedor mór da fazenda e os prelados das religiões e a cada um em parti-

cular communicou a importante nova. Em seguida reuniu-os todos, todos votaram que se acclamasse immediatamente o novo rei, o que effectivamente se fez, assistindo-se depois a um *Te-Deum* em acção de graças.

Este facto parecia modificar de modo singular as condições da lucta batavo-brasileira, pois Portugal tinha conveniencia em conservar como amiga a Hollanda, afim de bater o inimigo commum.

Assim comprehendendo Montalvão entabolou uma correspondencia muito amistosa com Mauricio de Nassao, seguindo-se permutas de prisioneiros." (*)

(*) Annibal Mascarenhas — obra citada — pag. 499.

CAPITULO X

O BRASIL VOLTA AO DOMINIO PORTUGUEZ. FIM DA SEGUNDA INVASÃO HOLLANDEZA

Com a restauração de Portugal, em 1 de Dezembro de 1640, voltou o Brasil ao dominio portuguez.

Chegada aqui a noticia de que Portugal se havia libertado do jugo espanhol, e subido ao throno D. João IV, deram-se varios acontecimentos, principalmente em S. Vicente, onde o povo, pretendeu não acceitar o novo monarcha como rei, querendo antes eleger um rei proprio. Recahiu a escolha na pessôa de Amador Bueno da Ribeira. Negou-se este, porém, terminantemente a acceitar o sceptro, e como o povo insistisse, Amador Bueno fugiu de casa com destino ao Mosteiro de São Bento, onde se conservou, até que o povo mais reflectidamente, acabasse por acclamar D. João IV, como legitimo rei, o que se veio a verificar dentro em pouco.

D. João IV

Durante o trajecto da sua casa para o Mosteiro, algumas pessôas seguiram-no aos gritos de *"Viva nosso rei Amador Bueno!"*, ao que elle respondeu: *"Viva D. João IV, nosso rei e senhor, pelo qual darei a vida!"*

"A familia Mascarenhas gozava da estima dos soberanos espanhoes e tendo dois membros dessa mesma familia fugido para Madrid, ao ser acclamado D. João IV, este rei despachou para o Brasil o jesuita Francisco de Vilhena com instrucções secretas para ob-

servar a conducta do marquez de Montalvão e depôl-o si o vice-rei mostrasse sympathizar com a causa de Castella.

Montalvão procedeu com a maior circumspecção ao receber a noticia da restauração de Portugal e nenhum motivo dera para soffrer qualquer violencia. No emtanto o jesuita Vilhena, "por ventura em virtude de algum despeito ou resentimento por ambição de dominio mallograda", diz Varnhagem, exhibio aos interessados as ordens que trazia e immediatamente foi deposto o marquez de Montalvão, quando já no emtanto havia feito partir para Lisboa seu filho D. Fernando e os dois illustres padres jesuitas Simão de Vasconcellos e Antonio Vieira afim de levarem ao novo rei as suas saudações e cumprimentos.

Ao ser-lhe notificada a deposição D. Jorge de Mascarenhas retirou-se para o Collegio dos Jesuitas ahi posto em custodia sendo depois mettido a bordo de uma caravella.

Antes de levantar ferro a embarcação, entrou no porto um navio com bandeira espanhola e sendo este capturado, nelle se encontraram para o marquez algumas cartas do rei de Espanha e dos parentes seus que se tinham refugiado em Madrid, cartas essas que foram remettidas na mesma caravella para Portugal, como prova da sua traição." (*)

Preso o marquez de Montalvão, foi o governo do Brasil entregue, em 15 de Abril de 1641, interinamente, ao bispo D. Pero da Silva Sampaio, ao mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra, e ao provedor mór Lourenço de Brito Corrêa.

Esse governo interino durou até 26 de Agosto de 1642, dia em que Antonio Telles da Silva, nomeado por D. João IV, tomou posse do governo na qualidade de 19º governador.

Devia pois estar terminado o pretexto das invasões hollandezas, pois estas eram feitas mercê das rivalidades entre a Espanha e a Hollanda, e por conseguinte, voltando o Brasil ao dominio portuguez, deviam as mesmas cessar. Tal porém não se deu. Depois da acclamação de D. João IV, em 1640, isto é, já estando o Brasil sob o dominio portuguez, continuaram as invasões hollandezas.

Nassáo, que governava Pernambuco deste 1637, só se retirou em 1644.

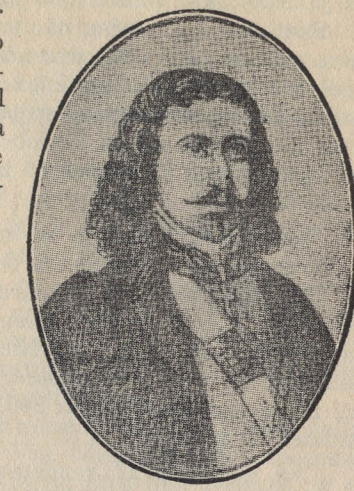
Apesar de um tratado de tregoas, então assignado por dez annos, a lucta continuou.

No Maranhão, os habitantes, não mais podendo supportar as continuas violencias dos hollandezes, revoltaram-se, tendo á frente Antonio Muniz Barreiros, que tomou, aos invasores, em 30 de Setembro de 1642, o forte do Calvario de Itapicurú, então em poder delles.

Batidos em varios pontos do Maranhão, retiraram-se os hollandezes, em 28 de Fevereiro de 1644, para o Ceará, e, em seguida, para o Rio Grande do Norte.

(*) Annibal Mascarenhas — obra citada — pag. 509.

Foi então nomeado governador geral do Maranhão, em 11 de Agosto do mesmo anno, André Vidal de Negreiros, que tinha vindo de Portugal com Telles da Silva e a quem fôra promettido por D. João IV aquelle governo depois da sahida dos hollandezes.



Vidal de Negreiros

Pouco antes, isto é, em 22 de Maio, havia Nassáo embarcado na Parahyba, com destino á Europa, deixando o governo do Brasil-hollandez a tres conselheiros: Kodd van der Burgh, Henrique Hamel e A. van Bollestrœten.

Violentos em excesso, deram motivo a uma nova revolta chamada *insurreição pernambucana*, pregada por André Vidal de Negreiros, e que tinha por fim a definitiva expulsão dos hollandezes do territorio brasileiro.

A André Vidal de Negreiros reuniu-se João Fernandes Vieira, que depois se tornou o chefe, e mais outros, entre os quaes Antonio Dias Cardoso, o indio Camarão, o preto Henrique Dias, João Barbalho e Martim Soares Moreno.

Iniciada a lucta, os *independentes* — como eram elles chamados — em numero de 1.000 derrotaram os 800 hollandezes que estavam sob o commando do coronel Hendrick van Hauss, em 3 de Agosto de 1645, na batalha do Monte das Tabocas.

João Fernandes Vieira

Depois dessa victoria dos independentes, o almirante hollandez Lichthardt destruiu com a sua esquadra, em Tamandaré, a frota portugueza que ali se achava sob o commando de Jeronymo Serrão de Paiva, emquanto o coronel Hendrick van Hauss devastava as habitações com as suas tropas, raptando muitas mulheres dos independentes.

Marcharam estes então para o engenho de With ou Casa Forte, onde os hollandezes tinham estabelecido o seu quartel general.

Ahi repelliram os invasores o primeiro ataque dos independentes,, mas receiando a sua sorte, tal o furor destes, resolveram expor nas janellas as mulheres que haviam raptado.

Essa medida, porém, não surtiu o effeito desejado pelos hollandezes, pois os independentes não se detiveram: incendiaram os edificios e começaram a matança, o que fez com que o inimigo arvorasse a bandeira da paz, apparecendo o proprio Hendrick Hauss numa janella, de cabeça descoberta, testemunho de que estava prompto a capitular. Perdemos 18 homens emquanto os hollandezes perderam 37.

Vencedores, tomaram os independentes em seguida a fortaleza de Nazareth, sob o commando do major Hoogstrate, e depois, Olinda.

Em 17 de Setembro tomaram o forte de Porto Calvo, cujo commandante, Pierre Champ Fleury, rendeu-se com 156 homens. No dia seguinte, 18, o capitão Nicoláo Aranha Pacheco tomou o forte Mauricio, no rio S. Francisco, rendendo-se o commandante Samuel van Koyn juntamente com 266 homens. Nessa lucta tiveram os hollandezes 80 mortos.

Dias depois, a 22, rendeu-se o forte hollandez de Sergipe d'El-Rei, sob o commando do tenente Hans Vogals. Mandou então a Hollanda uma esquadra com 4.000 homens, commandada pelo general Sigismundo van Schkoppe, que chegou ao Recife em 1 de Agosto de 1646. Batido nos primeiros recontros, só no anno seguinte, a 8 de Fevereiro, conseguiu Schkoppe occupar a ilha de Itaparica, na entrada da bahia de Todos os Santos.

Uma expedição de 1.200 homens, para ali mandada sob o commando de Francisco Rebello foi batida em 10 de Agosto por Sigismundo, morrendo o chefe Rebello e 130 soldados, sem contar 500 feridos. Pouco depois sabia-se que a Hollanda pretendia enviar ao Brasil uma esquadra de 44 navios com 9.000 homens. D. João IV por decreto de 12 de Fevereiro de 1647, já então tinha nomeado o general Francisco Barreto de Menezes *Mestre de Campo General do Estado do Brasil*.

Com a incumbencia de defender a Bahia partiu Barreto de Menezes, de Lisboa, com 300 homens.

A Hollanda reclamou então de Portugal a execução do tratado de paz e por isto D. João IV ordenou aos *independentes* que cessassem as hostilidades, ordem que os pernambucanos muito dignamente não cumpriram, respondendo que "depois que expulsassem os intrusos iriam receber o castigo da sua desobediencia."

D. João IV para dar satisfações á Hollanda, resolveu demittir Telles da Silva do governo do Brasil, nomeando para substituil-o a Antonio Telles de Menezes que, na qualidade de 20º governador, embarcou para o Brasil, tomando posse do governo em 22 de Dezembro de 1647.

Barreto de Menezes, que, como vimos, fôra mandado por D. João IV a defender a Bahia, ao passar pelas costas da Parahyba, foi aprisionado pelos hollandezes, que, embora não suspeitassem do motivo real que o trazia ao Brasil, mantiveram-no preso durante nove mezes, depois dos quaes, mercê da generosidade de um moço hollandez, Francisco de Brat, conseguiu a liberdade e, arrostando innumeras difficuldades, conseguiu chegar ao acampamento de João Fernandes Vieira.

Não vacillou este em entregar o commando que até então exercia ao recem-chegado, dando assim provas do seu grande valor moral. Barreto de Menezes, por sua vez, tendo em conta a acção de Vieira, ouvia-lhe os conselhos e por elles se guiava.

No dia 19 de Abril de 1648, os independentes, em numero de 2.400, derrotaram os hollandezes em numero de 4.500 nos montes Guararapes, perdendo estes ultimos 515 homens, 2 peças de artilharia e 33 bandeiras, além de deixarem 523 feridos e 200 soldados prisioneiros, juntamente com o coronel Rener.

No anno seguinte, em 19 de Fevereiro de 1649, 4.200 hollandezes sob o commando do coronel Van den Brincke, successor de Schkoppe, ainda mal curado dos ferimentos que recebeu na perna no anno anterior, atacaram os *independentes* em numero de 2.000, ainda nos montes Guararapes, sendo mais uma vez derrotados por Francisco Barreto de Menezes e perdendo o seu chefe Van den Bricke, 92 officiaes e 957 soldados que ficaram mortos no campo, além de 100 prisioneiros, 11 bandeiras e toda a artilharia.

Os independentes que na primeira batalha haviam perdido 100 homens, nesta tiveram apenas 60 mortos e 250 feridos.

No anno seguinte, Janeiro de 1650, chegava ao Brasil o novo governador João Rodrigues de Vasconcellos e Souza, que, como 21º governador, vinha substituir Telles de Menezes.

Fundou-se então a *Companhia do Commercio do Brasil*, para fazer guerra á *Companhia das Indias Occidentaes*. Essa companhia ficava obrigada a mandar annualmente ao Brasil duas esquadras para comboiar os navios mercantes, impedindo assim o ataque dos hollandezes na travessia.

Em Dezembro de 1653 foi enviada ao Brasil uma esquadra de 60 navios, commandada por Pedro Jacques de Magalhães, que teve occasião de bloquear os hollandezes por mar, emquanto Vieira atacava, em 15 de Janeiro de 1654, o forte das Salinas e dous dias depois o de Altanar, tendo-se rendido ambos.

Sigismundo van Schkoppe abandonou então os fortes da Barreta e de S. Jorge, indo concentrar as suas forças no Recife.

Vendo-se perdidos resolveram os hollandezes capitular, enviando um emissario, o capitão Vonter Vanloo, ao general Barreto de Menezes, pedindo a nomeação de commissarios que estabelecessem os artigos da capitulação. Reuniram-se estes no dia 24 de

Janeiro de 1654 e, dois dias depois, em 26, assignou Sigismundo a capitulação, chamada da Taborda, que era o nome da praça fronteira ao forte das Cinco Pontas, onde se deu o facto.

Por esta capitulação obrigavam-se os hollandezes a entregar a cidade e todas as praças que ainda occupavam no Brasil.

No dia seguinte, 27, tomou João Fernandes Vieira posse da cidade, em nome de D. João IV, rei de Portugal.

Este valente cabo de guerra recebeu de D. João IV pelos serviços então prestados á frente dos *independentes*, a nomeação de conselheiro de guerra, capitão general e governador de Angola. O papa Innocencio X concedeu-lhe o titulo de *Restaurador da Igreja na America*.

O definitivo tratado de paz com a Hollanda só foi, comtudo, assignado, em 16 de Agosto de 1661, na cidade de Haya.

Por esse tratado obteve a Hollanda, entre outras vantagens, a indemnização de 4.000.000 de cruzados (*) e a restituição da sua artilharia.

Esse pagamento deveria ser effectuado dentro do prazo de 16 annos, e para elle concorreu o Brasil com 1.920.000 cruzados, pagos á razão de 120.000 por anno, durante o tempo estipulado.

E assim terminou a segunda e ultima invasão dos hollandezes no Brasil.

(*) Correspondendo o valor do cruzado a 480 réis, temos um total de 1.920:000$000.

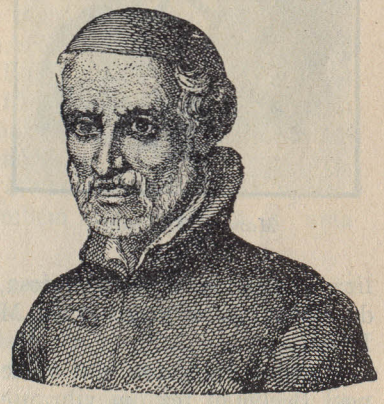
CAPITULO XI

LUTAS ENTRE JESUITAS E COLONOS. REVOLTA DE BECKMAN

Tendo-se os jesuitas estabelecido no Maranhão em meiados do seculo XVII, começaram as questões entre elles e os colonos por causa do captiveiro dos indios que os colonos queriam levar ávante sem respeitar a lei de 1574, revigorada em 1611, a qual apenas permittia a escravidão do indio feito prisioneiro de guerra, ou como resgate do prisioneiro já condemnado á morte.

Os colonos, porém, desrespeitavam a lei, querendo tornar geral a escravidão do indio.

Foi contra isso que se levantaram os jesuitas, a favor dos quaes veio a lei de 1652, prohibindo terminantemente a escravidão, e considerando libertos todos os indigenas.



Padre Antonio Vieira

Colonos do Pará e Maranhão, indignados com essa medida, revoltaram-se, enviando a Lisbôa representantes para se entender com o governo de El-Rei D. João IV. Por essa época, em 1653, chegava ao Maranhão o padre Antonio Vieira, que com o seu grande prestigio junto á Côrte estava disposto a ser a sentinella avançada dos indigenas opprimidos.

Era difficil, porém, a situação de Vieira, máo grado contar com o apoio do governador do Maranhão, André Vidal de Negreiros, pois todos, excepção feita dos jesuitas, eram senhores de escravos.

Mais difficil ainda se tornou a situação de Vieira quando, em

1656, morreu o rei D. João IV, e Vidal de Negreiros deixou o seu antigo posto.

Os colonos, que até então ainda tinham uma certa reserva nas suas acções, pois sabiam do real prestigio que gosava Antonio Vieira junto a D. João IV, dispuseram-se á luta, mandando a Vieira uma carta em que salientavam as vantagens da escravidão.

Contrario a taes ideias, foi Vieira preso e banido, assim como os demais jesuitas, que em 1680 conseguiram ainda outra lei, dando liberdade aos indios e estabelecendo um castigo para os que os escravisassem.

Dois annos depois, em 1682, foi fundada a *Companhia de Commercio do Maranhão*, com o monopolio de exportação e importação e que era obrigada a trazer annualmente para o Brasil 500 escravos e a vendel-os ao preço de 100$000 cada um.

Parecia que assim iria ficar resolvido o assumpto, pois podiam afinal os colonos contar com braços para a lavoura.

Manoel Beckman

Tal não se deu, porém, pois a companhia logo no anno seguinte deixou de cumprir aquella clausula.

Resolveram então os colonos fazer a revolução conhecida pelo nome de *Revolta de Beckman*, por causa do principal chefe da mesma — Manoel Beckman.

Reunidos os colonos secretamente em casa deste, ficou combinada a revolta.

No dia 24 de Fevereiro de 1684, sexta-feira de Passos, Manoel Beckman, á frente de 60 cumplices, appareceu na cidade de São Luiz, exactamente quando se realizava uma procissão religiosa, nocturna, em que era conduzida do Carmo para a igreja da Misericordia a imagem do Senhor dos Passos.

Aproveitando-se da presença de grande massa popular, Manoel Beckman fez um vibrante discurso protestando contra o odioso monopolio da companhia e contra as leis favoraveis aos indios, cuja protecção por parte dos jesuitas era aliás o que mais os irritava.

"A duas cousas — disse Beckman no seu discurso — devemos pôr termo, aos jesuitas e ao monopolio, afim de que tenhamos as

mãos livres quanto ao commercio e quanto aos indios. Depois mandaremos um procurador a El-Rei."

Essa proposta, agradando a uns e desagradando a outros, deu motivo a grande confusão, e ia dissolver-se a reunião sem nada haver decidido, quando Manoel Serrão de Castro, desembainhando a espada, exclamou: *"Agora ou nunca é o tempo de agir"*.

"A reunião ia dissolver-se sem haver resolvido cousa alguma, quando um ilhéo, de nome Manoel Serrão de Castro, homem brutal e de pouca supposição, arrancando e brandindo a espada exclamou furioso — que pois haviam chegado até ali, já agora não havia recuar do proposito começado com tanto perigo; e que o traidor que o contrario sustentasse, ali mesmo acabaria ás suas mãos. — A este gesto e grito igualmente energicos, todos tiveram mão em si, e a turba guiou immediatamente ao seu destino, após dos chefes, que sem mais disputar, deixaram ao curso dos acontecimentos, e ao compromettimento que delle necessariamente resultaria, o supprir o que havia de incompleto na deliberação interrompida.

Seguiram os amotinados pelas principaes ruas, batendo em todas as portas e aggregando a si, bem ou mal armados, os moradores ou surpresos ou já prevenidos do tumulto; e crescendo em forças com estes contingentes successivos, foram surprehender o corpo da guarda, onde desarmaram sem resistencia a um official e 5 soldados que encontraram quasi a dormir. Passaram depois á residencia vizinha do capitão-mór, que em pé, á sua porta, bradava attonito e desordenado por soccorros que já ninguem lhe podia prestar. Beckman intimou-lhe a voz de prisão e suspensão do cargo, accrescentando como por mofa, que para tornar-lhe aquella mais suave, o deixava em casa entregue á guarda de sua propria mulher, com obrigações de fiel carcereira. Balthasar Fernandes gritou que preferia a morte a semelhante affronta, intoleravel para um soldado; mas a multidão, sem fazer cabedal dos seus vãos clamores, tomou d'ali para o collegio dos padres, a quem deixaram presos e incommunicaveis com guardas á vista. Em seguida apoderaram-se da casa do estanco, que tambem foi confiada a uma guarda." (*)

Constituiram então uma junta com representantes, dois de cada classe: clero, nobreza e povo. Essa junta decretou immediatamente a abolição do monopolio, a expulsão dos jesuitas e a deposição das antigas autoridades, medidas que toda a população sanccionou enthusiasticamente, sendo festejadas por um solemne *Te-Deum* na Cathedral.

Mandaram então os revoltosos diversos emissarios a Lisboa re-

(*) Obras de João Francisco Lisbôa — 1865 — vol. III — pags. 224 e 225.

ceber ordens, e outros a Belém afim de conseguir a adhesão dos paraenses, o que aliás não se verificou.

No Pará estava o governador do Maranhão, Francisco de Sá e Menezes, que, recebendo os emissarios, prometteu-lhes abolir a Companhia, assim como dar-lhes amnistia completa, honras e empregos e 4.000 cruzados no caso de deporem as armas.

Conta-se deste tempo um facto curioso e singular, que caracteriza assaz a leviandade quasi pueril com que os amotinados se haviam lançado nesta perigosa aventura. Desejavam todos assegurar o exito da revolução, mas temerosos ao mesmo tempo da tremenda responsabilidade que ella trazia comsigo, não havia quem não engeitasse a sua autoria. Neste duplicado e contradictorio empenho, imaginaram uma traça, que lhes pareceu não menos subtil e engenhosa que propria para conseguir os fins que se propunham. Grudaram varias folhas de papel, traçaram no seu centro um grande circulo, e escreveram dentro delle a relação da revolta com todas as suas causas justifictivas, obrigando-se por fim com juramento a sustental-a em todas as suas consequencias, sob pena de maldição divina, e outras severas deprecações, não só contra os que faltassem ao pacteado, senão ainda contra todos os seus filhos, e ultimos descendentes.

Por fóra, derredor do circulo, foi cada um firmando depois a sua assignatura, de maneira que não era possivel conhecer quem primeiro subscrevêra. Com este pueril subterfurgio, sentindo-se todos obrigados, já nenhum receava ser qualificado cabeça." — Obras de João Francisco Lisbôa — 1865 — volume III — pags. 229 e 230.

Não acceitaram, porém, os revoltosos o que lhe propunha o governador.

Entretanto resolveu Portugal nomear um novo governador para o Maranhão, tendo a escolha recahido no tenente-general Gomes Freire de Andrade, que partiu do Tejo a 25 de Março de 1685, chegando ao Maranhão a 15 de Maio. Ao novo governador cabia restabelecer a ordem e julgar os culpados, um dos quaes, Thomaz Beckman, vinha na propria expedição do governador, pois tendo ido a Lisbôa, em Outubro de 1684, como procurador do povo, lá fôra preso e voltava ao Maranhão para ser julgado com os outros rebeldes.

Ao passar em Cabo Verde, Thomaz Beckman, illudindo a vigilancia dos guardas, conseguiu desembarcar do patacho em que vinha e refugiar-se numa igreja, onde aliás foi preso, tendo sido remettido para bordo e aportando ao Maranhão alguns dias depois do governador, isto é, a 26 de Maio.

Com a chegada de Gomes Freire de Andrade assumiu este o governo, ordenou que suas forças tomassem conta dos fortes e mandou prender os principaes cabeças da revolta, medidas essas que receberam logo a adhesão do povo, já aborrecido com a situação dominante.

Annullou os actos da junta dos tres estados (clero, nobreza e povo), restabeleceu os jesuitas e a companhia e organizou um tribunal extraordinario que julgou os culpados.

Foram condemnados á morte Manoel Beckman, Thomaz Beckman, Jorge Sampaio e Francisco Dias de Eiró, tendo sido os outros condemnados ao banimento ou á prisão.

Desses, porém, só Manoel Beckman e Jorge Sampaio foram enforcados a 2 de Novembro de 1685 na praça então denominada do Armazem, proferindo Manoel Beckman por essa occasião as seguintes palavras: *"Morro contente pelo povo do Maranhão!"*

Francisco Dias de Eiró, foi decapitado em estatua por ter fugido e Thomaz Beckman foi degradado em vez de morto, tendo para isso concorrido o facto de se haver refugiado na igreja de Cabo Verde, como acima ficou dito.

O proprio Manoel Beckman andou a principio foragido, refugiando-se no seu engenho do rio Mearim, onde conseguiu chegar mercê da protecção de uma viuva que lhe forneceu uma canôa.

Gomes Freire de Andrade

Tendo, porém, Gomes Freire de Andrade promettido a patente de capitão na companhia das ordenanças da nobreza áquelle que descobrisse Manoel Beckman, o afilhado deste, Lazaro de Mello, em companhia de alguns escravos, dirigiu-se ao engenho do Mearim para prender o padrinho.

Lá chegado, porém, disseram-lhe que Beckman já ali não estava.

Resolvera Lazaro de Mello voltar, quando Beckman, sabendo que o visitante era o seu afilhado e protegido, mandou que o chamassem, não desconfiando estar na presença de um traidor.

"Até este ponto confiou no afilhado; comtudo com um sentimento nascido mais da sua propria miseravel condição de perpetuo susto do que de qualquer suspeita de que pudesse Lazaro atraiçoal-o, recebeu-o com um bacamarte na mão. Arguiu-o o joven malvado da sua falta de confiança e com conversas o esteve entretendo até que um dos seus escravos, homem possante, o enleiou nos braços. Ouvindo a luta, acudiu o feitor com alguns escravos, mas nenhum se atreveu a intervir, sendo intimados da parte d'el-Rei a não interromper a marcha da justiça. Arrastado até á canôa ali foi Beckman posto a ferros. Com indignação lançou elle ao traidor em rosto a baixeza da sua ingratidão, mas como unico favor que lhe pediria, supplicou que lhe tirasse as correntes, empenhando elle a sua palavra em como não tentaria evadir-se. Devia este homem possuir algumas qualidades boas, pois que Lazaro confiou na honra do bem-

feitor que tão vilmente atraiçoava, e embora não pudessem deixar de offerecer-se frequentes occasiões de fuga numa viagem de mais de duzentas milhas costa a costa, guardou Beckman religiosamente a palavra dada." (*)

Recebeu Lazaro de Mello o titulo ambicionado, padrão da sua infamia.

Quando ia, porém, a tomar posse do cargo, os soldados, indignados com a sua traição, recusaram-se a obedecer-lhe. Appellando para o governador, respondeu-lhe este que havia apenas promettido o posto de capitão, mas não se compromettera a fazer com que os soldados o respeitassem. O infame, que por ambição não se envergonhara de denunciar o seu proprio protector, foi então trabalhar numa engenhoca e algum tempo depois pagou a sua traição com a violenta morte que teve garroteado numa moenda.

"Entretanto — escreve Southey — não se conservava Beckman ocioso nos seus ferros; com um fio molhado e passado por areia fina principiou a limar os seus grilhões, e com auxilio de um rapazinho que o servia, tinha elle já quasi logrado o seu intento por meio deste processo lento, quando foi descoberto." (**)

Morto Manoel Beckman foram os seus bens confiscados, tendo tido, porém, Gomes Freire de Andrade o altruistico gesto de arrematal-os em hasta publica, restituindo-os á viuva e ás duas filhas solteiras do infeliz revolucionario.

(*) Roberto Southey — Historia do Brasil — (1862), vol. IV, pags. 384 e 385.

(**) Obra citada — Vol. IV — pag. 386.

CAPITULO XII

GUERRA DOS PALMARES

Não tendo os portuguezes podido levar ávante a escravidão dos indios, voltaram as suas vistas para os negros africanos que procuraram trazer para o Brasil, indo buscal-os á sua patria.

Atirando-se a essa indigna empreza, os portuguezes, que contavam com o infame beneplacito da corôa de sua patria, amontoavam os pobres negros nos infectos porões dos navios e os marcavam com ferro em brasa antes de embarcar. Aqui chegavam as victimas dessa hediondez para trabalhar nas diversas lavouras do paiz e lançar, argamassadas pelo seu sacrificio e pelo seu esforço, os alicerces da nossa riqueza economica e da nossa futura independencia.

"As infelizes victimas do arbitrio e da cobiça negra trocam-se pelas *missangas* de vidro, pelo panno da Costa riscado, principalmente pela cachaça e pelos facões de aço, e tudo era estrume que d'ahi a pouco havia de multiplicar a colheita proxima. Os orgãos desse trafico são os *Funidores;* ás vezes lhes dão o lugubre appellido de *Tumbeiros* porque frequentemente mais carregam cadaveres por seres vivos.

São os *Tumbeiros* que de presidio a presidio levam o bando de escravos, que por sordidez vão nus, e marcados a ferro em brasa com o *carimbo,* para o caso de fuga; ajoujam-os pelo pescoço com a pesada cadeia, o *libambo,* em caso de rebeldia. Muitos dos miseraveis, famelicos e cançados, succumbem na dolorosa marcha e principalmente porque a allegação da molestia para o *tumbeiro* é sempre signal de manha ou mentira.

Afinal, são embarcados. A corôa portugueza cobra por cabeça a siza de dezeseis cruzados e meio. No navio amontoam-se quatrocentos, quinhentos no porão. De dia sobem á coberta para o banho e para dançar, de cada vez uma porção de negros, e logo depois descem ao porão escuro, onde são guardados e vigiados.

Esses habitos são ordenados em vista da hygiene e interesse privado. No porão, a mortalidade é grande; na coberta, o risco de perder os que se atirariam ao mar, é maior.

Por isto instituem essas danças lugubres para arejar a carniça e distender-lhes os membros que o torpor e a melancholia paralysam...

A esse duro trato escapam as mulheres e crianças que, por não inspirarem suspeita, viajam na coberta e por isso é dessas menor a mortandade.

A bordo, a luta é pelo ar, pelo espaço, pela alimentação que é nulla e corrompida pelos dejectos.

Amontoados uns quasi sobre outros, sem a luz solar, sem roupas, sem o mais mesquinho conforto, é maravilha que escapem á morte.

Uma molestia extranha, que é a saudade da patria, uma especie de loucura nostalgica ou suicidio forçado, o *banzo*, dizima-os pela inanição e fastio, ou os torna apathicos e idiotas. Em todos os carregamentos de escravos, na estreita travessia do Atlantico entre a Africa e o Brasil, a morte cobra um imposto excessivo.

Um desses quadros phantasticos de maldição pinta-o com côres indeleveis o poeta dos escravos (Castro Alves):

Legiões de homens negros como a noite
Horrendos a dançar
E ri-se a orchestra ironica e estridente...
E da ronda phantastica a serpente
Faz doudas espiraes.
Qual num sonho dantesco, as sombras voam...
Gritos, ais, maldições, preces resôam..." (*)

Tal era a situação dos negros nessa época.

Quando, porém, foi o Brasil sacudido pelas invasões hollandezas, aproveitando-se da confusão naturalmente estabelecida, muitos escravos fugiram de seus senhores, indo se agrupar nas faldas da serra da Barriga, no Estado de Alagôas.

O numero de fugitivos dentro em pouco era grande, havendo cerca de 20.000 que formaram então uma especie de republica conhecida pelo nome de Quilombos ou Palmares em razão de grande abundancia de palmeiras existentes no local. Dentre esses negros, um, de nome Gangusuma, e a quem os outros denominavam de *Zumbi*, era o chefe da aggremiação.

Aliás Zambi, como lembra Varnhagem em sua Historia do Brasil, fazendo ver que a expressão é equivalente á com que na lingua congueza se designa a Deus. O illustre historiador cita para tanto o *Dicc. Abr. da Lingua Congueza*, por Fr. Bern. M. de Canecattim. Lisbôa, 1805, pag. 176.

Constituindo esse agrupamento serio perigo para os colonos, pois os negros constantemente commettiam grandes depredações em suas

(*) João Ribeiro — *Historia do Brasil*.

fazendas, resolveu o governador geral Francisco Barreto de Menezes mandar uma expedição para batel-os.

Os negros, porém, derrotaram essa expedição, bem como as que se seguiram successivamente em numero de vinte e quatro. Os chamados *Capitães do Matto* nomeados por aquelle governador, que foi o 23º e pelos que se seguiram (D. Vasco de Mascarenhas, Alexandre de Souza Freire, Furtado de Mendonça, Roque da Costa Barreto, Antonio de Souza Menezes e Tello de Menezes) para perseguir os negros por todos os meios que estivessem ao seu alcance, nada conseguiram até 1687, anno em que deixava o governo do Brasil o 29º governador, Antonio Luiz de Souza Tello de Menezes, marquez das Minas, então substituido por Mathias da Cunha que, na qualidade de 30º governador, administrou o Brasil até 1690.

No anno em que esse governador tomou posse, 1687, um corajoso sertanejo paulista, Domingos Jorge Velho, mestre de campo d'um regimento estacionado no sertão da Bahia, offereceu os seus serviços ao governo, dizendo-se prompto a bater os *palmares*, exigindo, porém, que lhe déssem as terras conquistadas, bem como direito a ficar com os escravos que aprisionasse.

Domingos Jorge Velho e seu ajudante de campo Antonio Fernandes de Abreu. Quadro de Benedicto Calixto.

Acceitando o governo a proposta, foi assignado o contracto em 3 de Março de 1687, dirigindo-se então Domingos Jorge Velho á frente de 7.000 homens para a serra da Barriga, afim de dar combate aos negros.

Reagiram estes valentemente, travando-se uma lucta sem treguas que durou 10 annos, desde 1687 até 1697, anno em que o sertanejo paulista conseguiu derrotar completamente os *palmares*, embora não tivesse o prazer de aprisionar os escravos, pois os que haviam escapado á lucta preferiram atirar-se de um despenhadeiro do que cahir nas mãos dos seus antigos algozes.

"*Zumbi*, o rei dessa Sparta africana, — escreve o illustre historiador Fernandes Pinheiro — o denodado chefe da confederação palmeirense, morreu como um heróe, depois de ter combatido como

um soldado. Marcava com o seu pennacho encarnado o logar do perigo, e para os inimigos era a sua adaga o symbolo do terror.

Quebrado estava o seu sceptro, esmigalhada a corôa; mas *Zumbi* não queria ser escravo, e a sua alma varonil achava forças de luctar com a sorte. Reune seus mais fieis companheiros; fala-lhes com a habitual energia, e aponta-lhes dum lado o captiveiro e a vida — e do outro — a morte e a liberdade.

Nenhum hesitou; e com os olhos baixos e passo firme seguem o chefe, que depois de haver lançado um derradeiro olhar sobre esses montes e quebradas, que viram os brincos de sua infancia, e cujos écos tantas vezes o haviam proclamado victorioso, abraça seus verdadeiros amigos, e humedecendo com uma lagrima o solo da patria, despenha-se do alto do rochedo. (*) Um após outro seguem-lhe o exemplo os denodados guerreiros, de quem era elle o orgulho e a gloria.

Com a espada em punho entram os brancos pela desolada povoação, onde as lagrimas das mulheres e das creanças, as supplicas dos prisioneiros, não conseguem amercial-os. Veio mais tarde a cobiça refrear seu furor, pensaram no numero de escravos que perdiam, e deixaram então de matar.

Perdoemos, porém, semelhantes excessos, recordando-nos que a moderação no triumpho suppõe um elevado gráo de adiantamento, a que por certo não haviam attingido os nossos maiores."

Realizaram-se então festas em regosijo, concorridos *Te-Deums* e solemnes distribuições de dinheiro ao povo pelo proprio governador em seu palacio.

Governava o Brasil o 32º governador geral, D. João de Lencastre, que havia substituido, em 1694, Gonçalves da Camara Coutinho.

(*) Discordamos do illustre historiador Fernandes Pinheiro quanto a esta parte. O suicidio heroico de Zumbi era uma lenda que hoje está desfeita. Zumbi foi atraiçoado por um valido que o matou, cortando-lhe depois a cabeça.

CAPITULO XIII

RIVALIDADES ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUEZES. GUERRAS CIVIS: EMBOABAS E MASCATES

As rivalidades entre Brasileiros e Portuguezes deram motivos ás guerras civis que, de 1706 a 1714, abalaram respectivamente Minas Geraes e Pernambuco, e que são conhecidas na Historia pelos nomes de Emboabas e Mascates.

Guerra dos Emboabas. — Rebentou a *guerra dos emboabas* no anno de 1706, em Minas Geraes, motivada pelas descobertas de minas de ouro, então realizadas pelos paulistas. Governava o Brasil nesse tempo o 34º governador geral D. Luiz Cezar de Menezes.

Os portuguezes, ambiciosos por estas descobertas, accorriam sempre aos logares explorados pelos paulistas que ironicamente os denominavam *emboabas,* que quer dizer perni-calçados, do nome d'uma ave indigena que tem as pernas e os pés cobertos de pennas até ás unhas. Isto porque os portuguezes não largavam as meias nem os sapatos. (*)

A principio mantinham paulistas e emboabas mutuo desprêzo, mas, com o correr dos tempos, esse desprêzo se converteu em odio, e, d'ahi, a guerra entre elles travada.

Correndo a noticia de que os paulistas premeditavam matar os portuguezes, estes se armaram e, sob a direcção de Manoel Nunes Vianna, marcharam para Ouro Preto, destacando-se 1.000 homens que, sob o commando de Amaral Coutinho seguiram para as margens do rio das Mortes. Ahi se travou, em fins de 1708, violento combate, no qual os paulistas, commandados por Domingos da Silva Monteiro, pediram a paz, depondo as armas. Amaral Coutinho, deshonrando a victoria, passou-os todos a fio de espada (uns 300), gesto tão indigno que os seus proprios commandados o repro-

---

(*) Ha comtudo quem affirme que a palavra *emboaba* quer dizer *malfeitor.*

varam. O local em que essa infame e monstruosa immolação foi praticada recebeu o nome de *capão da Traição*.

Celere correu a noticia desse acontecimento, e então o governador do Rio, D. Fernando de Mascarenhas Lancastre, para lá partiu, mas tendo sido informado por Nunes Vianna da verdadeira situação dos portuguezes, resolveu retroceder ao Rio de Janeiro "temendo maior desacato, por covardia, ou talvez por outros motivos", como allega João Ribeiro.

Proclamaram então os portuguezes a Manoel Nunes Vianna governador das minas.

O governador do Rio, D. Fernando de Lancastre foi por esse tempo substituido por Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o qual, partindo para Minas conseguiu a obediencia de Nunes Vianna, que resignou o encargo do mando, retirando-se para as suas fazendas do rio S. Francisco.

Parecia tudo acabado. Os paulistas, porém, não se podiam resignar com esse triumpho dos portuguezes, em proveito dos quaes viram cahir em ruinas aquelle immenso poderio que era obra dos seus desbravamentos nos sertões.

Os paes, as esposas, as noivas, as irmãs, emfim as familias paulistas, julgando necessario vingar taes affrontas portuguezas, fizeram com que novamente se accendesse a lucta entre paulistas e emboabas.

Reunidos para mais de 1.000 paulistas sob o commando de Amador Bueno da Veiga, marcharam elles para as minas, acampando triumphalmente no rio das Mortes.

Foi breve, porém, esse triumpho, pois, constando aos paulistas que de varios pontos marchavam grandes forças em soccorro dos emboabas, retiraram-se, para não cahir nas mãos dos ambiciosos e prepotentes forasteiros.

Em Novembro de 1709 ficou a capitania de S. Paulo e Minas Geraes independente da do Rio de Janeiro, terminando ahi os successos dessa guerra.

Continuava, porém, a desunião de portuguezes e brasileiros, motivo por que reappareceram as hostilidade no anno seguinte (1710), representadas pela *guerra dos Mascates*.

Guerra dos Mascates. — Durou a *guerra dos mascates* desde 1710 até 1714, abrangendo os governos de D. Lourenço de Almeida (35º governador) e Pedro de Vasconcellos e Souza (36º governador).

Travou-se essa luta em Pernambuco entre os habitantes de Olinda (brasileiros) e os do Recife (portuguezes).

Depois da guerra hollandeza, na qual foi Olinda incendiada, começou-se a reconstrucção desta cidade, que não conseguiu comtudo o seu antigo esplendor, razão por que os habitantes de Recife,

innegavelmente nessa época mais prospera do que aquella, acharam que não deviam permanecer sob a jurisdicção da antiga capital arruinada.

Assim o julgando pediram á côrte de Lisbôa que a povoação do Recife fosse elevada á categoria de villa, o que conseguiram finalmente, em 1710.

Olinda, a séde do governo, era habitada pelos brasileiros, residindo os portuguezes no Recife.

Começaram então aquelles a tratar os portuguezes de *mascates*, por se entregarem estes ao commercio ambulante.

O que observamos actualmente nas regiões centraes e escassamente povoadas do Brasil, — escreve o dr. Vicente Ferrer de Araujo — occorria outr'ora em toda a capitania de Pernambuco. Na propria *cidade* o commercio *sedentario* ou fixo era mais o de grosso importador do que o *retalhista*, porque a vida quasi reclusa da familia não permittia que as senhoras, *mesmo de avançada edade*, sahissem a fazer compras.

Ainda pelos annos de 1860 a 1870, no Recife, sómente as estrangeiras, as mulheres de reputação equivoca, e criados, livres ou escravos, tinham liberdade de ir ás lojas.

Si alguma senhora sahia ás compras, levava á *ilharga* marido, filho ou irmão.

Quando aquelle era da *velha escola*, nem isso consentia.

Ora, conseguindo os portuguezes (mascates) que o Recife fôsse elevado á categoria de villa, conforme já dissemos, o facto ainda mais irritou o animo dos olindenses contra elles.

Governava nesse tempo a capitania o portuguez Sebastião de Castro Caldas, que, juntamente com o ouvidor Dr. Luiz de Valenzuela Ortiz, foi encarregado de demarcar os limites da nova villa.

Não chegaram, porém, a accôrdo, pois o governador sustentava que as freguezias de Moribeca, Cabo e Ipojuca deviam ficar com Recife, e o ouvidor achava que ellas deveriam pertencer a Olinda.

Demarcada a nova villa, foi erguido occultamente, á noite, na praça principal, o pelourinho, symbolo da autoridade e da justiça, de maneira que, ao amanhecer do dia seguinte, Recife era villa.

Indignados, os olindenses procuraram o governador por intermedio do presidente da sua Camara, para protestar contra o acto, mas Sebastião de Castro Caldas, longe de entrar em explicações, mandou prender o presidente e alguns dos olindenses mais exaltados.

Exasperados os olindenses, que eram em maior numero que os portuguezes, sitiaram o Recife, iniciando sanguinolentos combates. Foi por essa epoca que Sebastião de Castro Caldas, no dia 17 de Outubro de 1710, recebeu, de emboscada, um tiro que o feriu.

Desenvolveu então o governador terrivel perseguição aos olindenses, mandando-os prender a torto e a direito, o que deu motivo

a serias divergencias entre elle e o bispo D. Manoel Alvares da Costa, a quem competia substituir por lei o governador, uma vez que este, doente, estava impossibilitado de exercer o governo.

O bispo sahiu em viagem pela diocese, em companhia de um official de justiça, accusado de cumplicidade no attentado contra o governador. Enviadas tropas para prendel-o, o bispo recusou-se a entregar o official, batendo as tropas do governador.

Travou-se então a luta. Vinte mil homens sitiaram Recife, derrubando ao som de canticos religiosos o pelourinho que era, como dissemos, o symbolo da autoridade e da justiça.

Resolveu então Sebastião de Castro Caldas, ainda de cama e sem recursos, propor a entrega dos prisioneiros mediante o desarmamento dos rebeldes.

A essa negociação responderam os revoltosos dizendo que "os pernambucanos libertal-os-iam, quando quizessem, e que tinham vindo para buscar a cabeça do governador e outras mais."

Castro Caldas reconheceu então ser impossivel qualquer accôrdo, e por isso embarcou para a Bahia, juntamente com ricos negociantes portuguezes, a entender-se com o governador geral.

Tendo-se rendido o Recife, os revoltosos resolveram então sobre o governo da capitania, querendo uns que o poder fôsse entregue ao bispo e outros que se proclamasse uma republica. Venceram os primeiros, sendo o governo entregue ao bispo, que o assumiu, concedendo amnistia geral.

O documento pelo qual foi concedida essa amnistia foi dictado pelos proprios amotinados e estava assim redigido:

> "Attendendo a se acharem os povos desta capitania, desde o Rio de S. Francisco até á Parahyba, sublevados contra o governador, que delles era Sebastião de Castro Caldas, e ser necessario, por bem do serviço d'El-Rei Nosso Senhor, que Deus guarde, aquietar o povo, visto o requerimento e causas que me expuzeram, ao tempo que tomei posse do governo delles: Hei por bem, em nome do dito Senhor, perdoar, como perdôo, aos povos sublevados o crime da dita sublevação, revolução e tiro dado ao dito governador, confiado na grandeza d'El-Rei Nosso Senhor, que Deus guarde... o haja de confirmar.
>
> Dado e passado na Camara desta cidade de Olinda, aos 16 dias de Novembro de 1710."

Bernardo Vieira de Mello, sargento mór de Olinda, que gosava de enorme prestigio, resolveu então partir para o Recife com o fito de fazer reembarcar o novo governador, assim que elle chegasse, caso não trouxesse uma amnistia geral para os revoltosos.

No senado da camara de Olinda, propoz Vieira de Mello, em 10 de Novembro de 1710, que os pernambucanos se separassem dos portuguezes e fizessem de Olinda uma republica independente, semelhante á de Veneza.

"E' nessa assembléia, em que pela primeira vez vibrou já alguma cousa de alma americana, que Bernardo Vieira de Mello ergueu a voz para falar em independencia e republica, como unico meio de assegurar o destino da terra. Era Vieira de Mello um dos mais ardentes patriotas pernambucanos, cujas idéas e cujo valor civico já se não restringiam áquelle estreito circulo da existencia colonial. A situação, que para os filhos da terra estavam creando aquelles adventicios do Recife, não fez menos do que tornar cada vez mais profundos os motivos de rivalidade que os velhos aggravos desde muito vinham suscitando. Vieira de Mello já tivera ensejo de entender-se com varios chefes de Olinda sobre a necessidade de tomar-se uma attitude decisiva em relação á propria côrte, uma vez que da côrte é que provinham directamente os males que ameaçam a capitania, na contingencia em que se vê de supportar o capricho e o espirito autoritario dos governadores que de lá lhe mandam. Consta mesmo das chronicas do tempo que o animo altivo do chefe pernambucano já havia concertado um plano de sublevação com o fim de sacudir o jugo da metropole." (*)

No Recife, entre os soldados de Vieira de Mello e os do governo, deram-se varios disturbios que degeneraram em revolta.

Exigiu Vieira de Mello que o bispo, então governador, punisse os seus soldados, o que elle fez num momento de fraqueza, ordenando a prisão e deportação dos accusados, que eram uns dez mais ou menos. Asylaram-se estes no convento dos Carmelitas e resolveram, de armas na mão, vingar-se de Vieira de Mello, para o que aos gritos de *viva El-Rei! morte aos traidores!* marcharam até o *quartel dos tambores,* obtendo o apoio das forças da guarnição e dos negros Henriques bem como dos indios alliados deste regimento.

Vieira de Mello foi preso e os seus commandados fugiram, tendo o bispo confirmado essa prisão e entregue o commando militar a João da Motta.

Informada do que occorria em Pernambuco, resolveu a côrte de Lisbôa prender Sebastião de Castro Caldas e para lá mandar como novo governador Felix José Machado de Mendonça, que chegou ao Recife a 8 de Outubro de 1711 em companhia do ouvidor geral dr. João Marques Bacalháo e do juiz de fóra dr. Paulo de Carvalho.

Com a chegada deste, serenaram os animos, conseguindo Mendonça que voltassem todos ás suas occupações.

Recife triumphou, guardando os privilegios municipaes, tendo sido o pelourinho reerguido a 18 de Novembro, isto é, um mez e dias depois da chegada do novo governador. Restaurada a villa do Recife, passou o seu padroeiro a ser Santo Antonio, em substituição

(*) Rocha Pombo — *Historia do Brasil* — Vol. 6° (pag. 615).

a S. Sebastião, que lhe fôra dado primitivamente em homenagem a Sebastião de Castro Caldas.

Pouco depois, porém, correu o boato de que os olindenses conspiravam, o que deu motivo a que durante 1712 e 1713 começassem novas perseguições, tendo sido Vieira de Mello transportado a ferros para Lisbôa, onde foi encarcerado na torre de São Julião, ahi vindo a fallecer.

Afinal ordens severas de D. João V, rei de Portugal, vieram em Abril de 1714, annullando as prisões feitas pelo governador. Só assim terminou essa luta.

CAPITULO XIV

A GUERRA DE SUCCESSÃO EM ESPANHA. INVASÕES DE DUCLERC E DUGUAY TROUIN

Ficando vago em 1699 o throno da Espanha, por morte de Carlos II, sem herdeiros directos, foi acclamado rei o duque Philippe d'Anjou, neto de Luiz XIV, então rei de França, que se dispoz, dest'arte, a combater a favor de seu neto contra as pretenções do outro candidato ao throno, o archiduque Carlos d'Austria, que contava com o apoio da Inglaterra, Hollanda e Allemanha.

D. Pedro II, rei de Portugal, que a principio não se havia manifestado, fez mais tarde alliança com estas nações pelo tratado de Metwen, em 16 de Maio de 1703, abraçando assim a causa do archiduque, que, aliás, não conseguiu o seu intento, pois Philippe d'Anjou foi coroado rei com o nome de Philippe V.

Luiz XIV resolveu então hostillizar as colonias portuguezas. D'ahi a razão de dez annos depois, — e já então era rei de Portugal D. João V, filho de D. Pedro II, que mantinha a mesma politica do pae — ser o Brasil, então colonia portugueza, invadido pelos francezes.

Organizada a flotilha composta de 5 navios (*L'Oriflamme, La Diane, L'Atalante, La Valeur* e *La Venus*) e uma balandra, partiu a mesma do porto de Brest sob o commando do capitão de fragata Jean François Duclerc, (*) aqui chegando a 11 de Agosto de 1710.

"Era pensamento dos francezes surprehender a cidade durante a época em que a frota do Brasil estivesse nos mares, de viagem para a Europa, e a maior parte dos colonos recolhidos ás minas. O governo portuguez, no emtanto, não se descuidára das possiveis medidas de defesa, e de recommendar ás autoridades a maior vigilan-

---

(*) Jean François Duclerc e não Charles Duclerc, como erroneamente dizem os compendios de Historia.

cia. O governador, Francisco de Castro Moraes, tivera logo aviso de terem sido avistados da costa navios suspeitos trazendo hasteada bandeira ingleza. Ao toque de rebate, houve alarme geral na cidade; e emquanto muitas familias se retiram para os suburbios, as forças da guarnição tomam no littoral os logares mais expostos á investida. No outro dia, pela manhã, os navios se afastaram; mais tarde volveram até perto da barra; e como não attendessem ao signal que se lhes fizera, disparou-se contra elles, da fortaleza de Santa Cruz, um tiro de canhão, que acertou na capitania. Só então fundearam, mas pondo-se fóra do alcance das balas de terra. Nessa tarde conseguiram os aggressores apresar uma sumaca que vinha da Bahia e que, suppondo-os inglezes, passára afoitamente por entre os navios. No dia 18 á noite tomaram rumo do sul, e foram, a 27, dar fundo junto á ilha Grande, onde, apesar da resistencia que encontraram, (*) puderam refazer-se de viveres, saqueando algumas fazendas e engenhos. Ahi estiveram uns dez dias, aproveitando esse tempo em tomar, dos prisioneiros que faziam, todas as informações que lhes convinham sobre o melhor meio de levar avante o seu intento. No dia 7 de Setembro, destacaram-se dois dos navios e mais a sumaca apresada, com o intento de explorar a costa para o norte até as immediações da barra do rio. Os dois navios vieram até as vizinhanças da terra, e na praia de Copacabana e na do Arpoador tentaram em vão os francezes desembarcar; o mesmo fizeram, e com igual insuccesso, na Tijuca; pois todo o littoral estava sendo vigiado pelas Ordenanças e soccorrido de companhias volantes e de dois regimentos de linha commandados pelos coroneis João de Paiva Souto Maior e Gregorio de Castro Moraes." (**)

No dia 11 de Setembro desembarcou Duclerc com 1.000 homens em Guaratiba e tomou caminho da cidade.

Sete dias e sete noites marcharam os francezes através das florestas e montanhas, por caminhos que não conheciam, até alcançar a cidade. Vindo por Jacarépaguá chegaram ao Engenho Velho, onde depredaram a fazenda dos Jesuitas, seguindo até á lagôa da Sentinella. (***)

Ahi travaram combate com um grupo de estudantes chefiados pelo capitão Bento do Amaral Gurgel. Vencidos estes, entraram os francezes pela estrada de Matacavallos (actual rua do Riachuelo)

(*) Governava a ilha o capitão João Gonçalves Vieira, o qual só com a gente da Ordenança, resistiu, primeiro ás propostas, e em seguida aos ataques do inimigo. Das refregas que se travaram, tiveram os francezes seis mortos, e os da terra apenas um alferes."

(**) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

(***) Essa lagôa ficava situada na esquina da actual rua Frei Caneca com a Moncorvo Filho, estendendo-se até a actual rua do Senado.

para sahir na Lapa. No morro do Desterro (hoje Santa Tereza) soffreram tambem combate de um outro grupo de estudantes, sob a direcção do frade Francisco de Menezes. Vencidos estes tambem, os invasores desceram as ruas do Padre Bento, (hoje Ajuda) e S. José, indo ter á rua Direita, onde se travou violento combate entre os francezes e as forças de Gregorio de Castro Moraes, irmão do governador do Rio de Janeiro.

Duclerc, vendo-se perdido, encurralou-se no trapiche da cidade, de onde se defendia apenas com seis canhões, até que se rendeu, juntamente com 600 soldados, em 19 de Setembro do mesmo anno.

O governador da cidade, Francisco de Castro Moraes, em vez de dar combate aos invasores, tinha se entrincheirado com os seus 8.000 homens no Campo do Rosario (actual largo José Clemente) esperando que os francezes lá fossem ter. Só quando soube que Duclerc estava encurralado no trapiche da cidade, foi que appareceu para intimar que o mesmo se rendesse, o que só se deu depois que lhe disseram que, se elle não se entregasse, fariam voar o trapiche com uma explosão de polvora.

Dois dias depois foi que appareceram os navios de Duclerc, quando mais nada podiam fazer em seu auxilio, tendo elle proprio impedido que a esquadra bombardeasse a cidade, para o que, com licença do governador, mandou um aviso aos seus commandados explicando os factos occorridos.

A pedido de Duclerc vieram de bordo alguns cirurgiões para tratar os francezes feridos, e foram restituidos os 28 homens da tripulação da sumaca, que, proveniente da Bahia, havia sido capturada pelos invasores, conforme ficou dito linhas atraz.

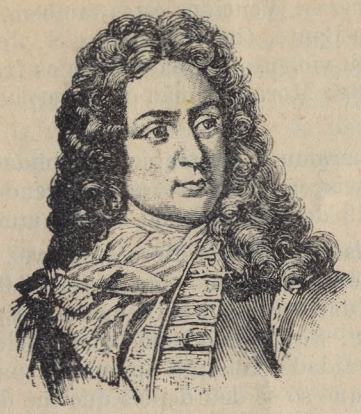
Prisioneiros, tiveram Duclerc e seus officiaes a cidade por menagem, indo elle residir no convento do Castello, de onde se transferiu, pouco depois, para a casa do tenente Thomaz Gomes da Silva, na rua de S. Pedro.

Ahi foi assassinado em 18 de Março de 1711 por dois embuçados. O crime ficou sem punição por não terem sido descobertos os assassinos. Diz-se que foi elle motivado por vingança particular, relacionada com certa aventura amorosa.

A França, porém, indignada com esse assassinato, enviou nova expedição ao Rio de Janeiro. Portugal, sabendo que se preparava outra expedição contra o Brasil, despachou para o Rio Gaspar da Costa Athayde, o Maquinez, com 4 náos e 3 fragatas, ao mesmo tempo que pedia á Inglaterra, sua velha alliada, que impedisse a vinda da esquadra franceza.

Não tendo, porém, conseguido esse objectivo, veio ao Rio um navio de guerra inglez prevenir ao governador Francisco de Castro Moraes da vinda da esquadra franceza.

Partiu esta no mesmo anno (1711) tambem do porto de Brest, sob o commando do almirante René Duguay Trouin e era composta de 16 navios, 5.600 homens e 738 canhões, tendo como capitanea *Le Lys*. A esses 16 navios juntaram-se mais 4 de particulares interessados nos lucros de tal empreza.



René Duguay Trouin

Para a defesa da cidade contava o governador com 4 náos, 3 fragatas, 15.000 homens, além de 600 indios, e das fortalezas, que defendiam o porto, assim como das que haviam sido levantadas em diversos morros.

No dia 12 de Setembro a esquadra forçou a entrada da barra do Rio de Janeiro, fundeando perto da Armação, fazendo-se então ouvir o troar da artilharia franceza.

"Sabbado, doze, em que o dia amanheceu chuvoso, e com uma serração tão grande, e vento tão feio, que quando a Fortaleza deu fé da Armada para fazer signal, estava já debaixo della combatendo; e dentro de uma hora, cousa incrivel! ficarão detrás da ilha das Cobras quatorze náos, e dois burlotes de fogo, sem receberem damno algum; porque foi tal o desamparo, que na Fortaleza de Santa Cruz se acharam tres artilheiros, sem gente que burnisse as peças; e a este respeito a de S. João, e as demais da barra. E porque só a do Vergalhão pôde ser soccorrida, succedeu nella um incendio, em que voando pelos ares dois Capitaens, um delles filho de Gregorio de Castro, e outras pessôas, e muitas queimadas, não pôde continuar na bateria; nem o Cabo e gente da Frota pôde tomar as náos, porque o vento, e maré lhe era contrario." — José de Souza Azevedo e Araujo Pizarro — *Memorias Historicas* (vol. 1°, pag. 60).

Emquanto isto, Gaspar da Costa Athayde, o Maquinez, desorientado e já um tanto alterado das faculdades mentaes, mandou incendiar os seus navios.

O governador do Rio, o mesmo Francisco de Castro Moraes, ainda criminosamente conservado no governo desta cidade, portou-se por sua vez, de modo ainda mais indigno do que quando foi da invasão de Duclerc.

Occuparam então os francezes a ilha das Cobras e os morros de S. Diogo, Livramento e Conceição, effectuando Duguay-Trouin o desembarque de 3.800 homens na praia do Vallongo, divididos em tres corpos commandados respectivamente um por elle e os outros dois por Courserac e Goyon.

De 16 a 19 de Setembro bombardearam os francezes a cidade, offerencendo-lhes apenas resistencia a população, sobretudo os estudantes dirigidos por Bento do Amaral Gurgel, emquanto o governador criminosa e inexplicavelmente nada fazia.

Mandou então Duguay Trouin um dos seus commandados a terra para, em seu nome, intimar o governador a render-se com a cidade. Num rasgo de forçada energia respondeu Castro Moraes a esse parlamentario "que defenderia a cidade até a ultima gotta de sangue", o que não cumpriu, pois mal Duguay Trouin recomeçou o bombardeio, Castro Moraes fugiu covardemente para o Engenho Novo, de onde se passou em seguida para Iguassú, acompanhado de grande parte de sua tropa.

Ficando a cidade sem defesa, presenciou o Rio uma scena verdadeiramente horrivel, de que dão ideia estas palavras do brilhante historiador patricio João Ribeiro: "Logo em seguida, cem bocas de artilharia despejaram a morte e o incendio sobre a cidade; em noite escura de trovoada e ao clarear dos relampagos, emquanto em mal seguros botes desembarcavam os francezes para os lados de S. Bento, extranho espectaculo se passava nas ruas; soldados desertavam dos postos; o terço da nobreza debandava; o povo fugia, homens, mulheres e crianças pelo campo afóra, precipitadamente, no terror que a escuridão e a tempestade tornavam panico e lugubre. Ao ver esvasiar-se entre lamentações a cidade ora deserta, os mais valentes resentiam-se dessa debandada, perdendo o espirito e a coragem."

Os poucos habitantes que não tinham abandonado o Rio acharam melhor declarar que a cidade estava prompta a render-se, o que fizeram mandando um emissario a Duguay Trouin, exactamente o ajudante de Duclerc que aqui tinha sido feito prisioneiro na invasão anterior e cujo nome era La Salle.

Os soldados francezes desembarcaram então e, juntos com os seus collegas prisioneiros que aqui estavam, saquearam a cidade com tal furor que o proprio Duguay, dada a indisciplina que entre elles lavrava, foi obrigado a mandar passar alguns a fio de espada.

Mandou então Duguay Trouin communicar a Castro Moraes que resgatasse a cidade, sob pena de ser a mesma arrazada.

Covardemente assignou o governador, em 10 de Outubro de 1711, o resgate da cidade mediante o pagamento de 610.000 cruzados (292:800$000), 100 caixas de assucar e 200 bois.

A principio pretendeu Duguay Trouin não acceitar a quantia offerecida, reclamando como contribuição de guerra 12.000.000 de cruzados.

Sabendo, porém, por alguns negros desertores, que estavam sendo esperadas tropas do interior, em defesa da cidade, e não querendo retardar o ajuste, acabou Duguay Trouin por acceitar o que acima ficou dito, estabelecendo-se que a contribuição seria paga dentro de quinze dias e doze officiaes ficariam como refens.

No dia 5 de Novembro chegava de Minas Geraes, com 6.000 homens, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que nada mais poude fazer em razão do ajuste feito entre o governador e os invasores.

Concorreram todos para embolsar Duguay Trouin da referida quantia de 610.000 cruzados, entrando Castro Moraes com 10.000 cruzados.

Logo que os francezes receberam a ultima prestação, deixaram as terras brasileiras (13 de Novembro de 1711), incendiando, porém, o unico navio que ainda restava da frota portugueza, denominado *Barroquinha*.

De volta á patria, perdeu Duguay Trouin dois navios (*Le Fidele* e *Le Magnanime*) na altura dos Açores, morrendo muitos dos seus homens. Apesar disso, elle proprio, em suas memorias, diz ter havido um lucro de 92 %.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho assumiu então o governo do Rio de Janeiro, até a chegada de Francisco Xavier da Tavora, novo governador, que vinha julgar do indigno procedimento de Castro Moraes. Foi este condemnado á prisão perpetua em um dos fortes da India "pela falta de animo e discernimento."

CAPITULO XV

O BRASIL NO REINADO DE D. JOÃO V. EXPLORAÇÃO DO INTERIOR: BANDEIRAS

Tendo em 9 de Dezembro de 1706 fallecido o rei de Portugal D. Pedro II, subiu ao throno seu filho D. João V, cujo reinado muitas vantagens trouxe ao Brasil.

O novo rei voltou logo as suas vistas para a colonização no sul, mandando João de Magalhães ao Rio Grande, em 1726, para construir uma estrada que, permittindo a communicação com a colonia do Sacramento, viesse auxiliar a realização daquelle seu desejo.

Nomeu D. João V commandante militar do sul o brigadeiro José da Silva Paes, o qual, chegando ao Rio Grande, a 9 de Fevereiro de 1737, deu inicio a uma povoação junto á barra.

No anno seguinte, tendo o rei creado a capitania de Santa Catharina, subordinada ao Rio de Janeiro, foi Silva Paes nomeado seu governador.

Novas capitanias creou ainda D. João V.

Assim é que em 1720 foi fundada a de Minas, tirada do territorio paulista, como mais tarde, em 1744, da de Minas foi tirado o districto de Goyaz, então elevado a capitania. Aquella teve como capital *Villa Rica* e como governador D. Lourenço de Almeida; e esta, governada por D. Marcos de Noronha, teve *Villa Bôa* por capital.

Em 9 de Maio de 1748 resolveu ainda D. João V elevar Cuyabá a capitania, nomeando para seu governador D. Antonio Rolim de Moura Tavares, ulteriormente conde de Azambuja.

Emquanto eram creadas essas novas capitanias, surgiram tambem novos bispados.

O papa Clemente XI, por bulla de 13 de Novembro de 1720, creou o bispado do Pará, e Benedicto XIV, por bulla de 6 de Dezembro de 1746, os de S. Paulo e Marianna, além das prelazias de Goyaz e Cuyabá.

Foi durante o reinado de D. João V que se deram as grandes explorações do interior, graças principalmente aos paulistas, que se embrenharam pelo sertão, á procura do ouro.

Taes expedições, organizadas com o fim de descobrir as minas e explorar os sertões, recebiam o nome de *Bandeiras*.

Foram organizadas no sul, principalmente em S. Paulo, recebendo os individuos que as compunham o nome de *bandeirantes*.

Esses bandeirantes, organizados em colossaes caravanas, marchavam através das terras desconhecidas, a pé, de surrão ás costas, vestindo camisa, calças de algodão e chapéo de palha, levando machados ou facões e por vezes armas de fogo. Conduziam apenas provisões para o primeiro dia de jornada e a maior parte delles não pensava mais em voltar aos lares.

O bandeirante que adoecia em caminho era abandonado.

E' real o quadro descripto pelo douto historiador João Ribeiro referindo-se aos bandeirantes em sua Historia do Brasil: "No intimo das terras marcham como se navegassem através dos mares, com a orientação da bussola e das noites constelladas; aqui e ali seguem o curso dos rios ou os vadeiam. Recolhem por toda parte as legendas e historias dos indios que falam de outros paizes distantes e de caminhos ainda não trilhados pela civilização. Se é preciso descer um grande curso d'agua, não contam o tempo; aboletam-se e acampam na margem, abatem as arvores gigantescas, de cujos troncos, e ás vezes dos cortices, formam esquadrilhas de canôas, carcomendo-as a fogo.

Quando se julgam promptos, logo embarcam numerosos no meio do alarido de todas as vozes, com a mesma animação ruidosa do primeiro dia. Quando a alimentação e as munições se exgotam ou a terra lhes nega a caça ou os vegetaes reparadores, não desanimam: acampam de novo, queimam a vegetação bravia em longos tratos de terra e fazem a roça onde semeiam os cereaes. Esse acampamento dura até a colheita, que é sobretudo de milho, por mais prompta e rapida, e nesse meio tempo, emquanto o milharal cresce, toda a terra circumvizinha, num raio de muitas leguas, fica conhecida.

Nessas *bandeiras* vemos figurar toda a gente, homens de todas as qualificações, indios de todas as tribus, mulheres, padres e crianças e grande numero de animaes domesticos, cães, gallinhas, carneiros, fóra as bestas de carga. E' uma cidade que viaja com os seus senhores e seus governadores; nella não faltam as rixas e differenças, mas o alvo principal e a esperança commum os põem de accôrdo e harmonia. De caminho, as crueldades que praticam são inauditas, os sacrificios que exigem são terribilissimos; os indios perdidos na floresta se lhes aggregam para não succumbir ante a caudal que passa e que tudo submette.

Nada as detém, nem os desfiladeiros e precipicios, nem a sêde ou a fome, nem as commoções da natureza ou as fadigas do espirito, nem a guerra ou as ciladas da terra desconhecida."

Tinham os colonos a crença de haver um mysterio que impedia que as riquezas do sertão fossem descobertas e, para os indiscretos que ousavam revelar-lhes o segredo, o castigo não se fazia esperar: vinha com a morte.

As bandeiras, iniciadas no seculo XVI, começaram a tomar incremento no seculo XVII, attingindo o seu maior desenvolvimento no seculo XVIII.

No seculo XVI, cujas tentativas se mallograram, não podendo revelar os thesouros do sertão, notam-se as bandeiras de Aleixo Garcia, Pero Lobo, Sebastião Fernandes Tourinho, Antonio Dias Adorno, Sebastião Alvares, Luiz Alves de Espinha, Francisco de Caldas, Diogo Martins Cão (por alcunha o Mata-Negros), Marcos de Azevedo Coutinho e Gabriel Soares.

No seculo XVII, tomaram ellas novo incremento, salientando-se a que se realizou em 1602, sob a direcção do hollandez Wilhelm Glimmer, e de que ha um roteiro em latim, conservado na obra de Piso e Markgraff.

Essa expedição, que foi de todo infrutifera, durou nove mezes.

Seguiram-se outras, no correr do seculo, entre ellas a de Antonio Raposo, em 1628, composta de 3.000 homens; a de Paschoal Paes de Araujo, em 1672, que se internou pelo Piauhy; a de Lourenço Castanho Taques, em 1675, e a do paulista Fernando Dias Paes Leme que, partindo de S. Paulo em 1674, através do sertão desconhecido, chegou ás cabeceiras dos rios Doce e S. Francisco e depois á lagôa Encantada ou Vespabussú, onde encontrou abundante quantidade de pedras, que julgou ser esmeraldas e que foram levadas para S. Paulo, onde foi verificado não se tratar dessas pedras, mas sim de aguas marinhas.

No rio das Velhas, minado pelas febres, morreu Paes Leme crente que havia descoberto as fantasticas jazidas de pedras preciosas.

No seculo XVIII assignalaram-se as explorações levadas a effeito sobretudo pelos bandeirantes Manoel Borba Gato e Antonio Rodrigues Arzão, que descobriram, em 1700, areias auriferas nos rios Doce, Velhas, Mortes e outros, assim como as minas de Cataguazes, Ouro Preto, Diamantina, Marianna, etc. Recebeu essa região o nome de Minas Geraes. D'ahi irradiaram as explorações para Matto Grosso e Goyaz.

Em 1719, Paschoal Moreira Cabral Leme e Miguel Sutil en-

contraram minas de ouro em Cuyabá, fundando aquelle um estabelecimento de mineração em *Forquilha*.

A região matto-grossense parecia ser então o famoso El-Dourado dos primitivos conquistadores. Espalhada a noticia da descoberta das minas nessa região, para lá se dirigiram verdadeiros exercitos de bandeirantes. Não dispondo, porém, de instrumentos de mineração, viram-se logo elles na maior miseria, desprovidos de tudo. "Muitos naufragaram; morreram outros de inanição ou devorados pelas féras; dos escapos á morte, muitos perderam nos saltos e cor-

Bartholomeu Bueno da Silva, o "Anhanguéra", entre os selvagens de Goyaz

redeiras as fazendas com que pretendiam negociar; as fazendas salvas chegavam pôdres a seu destino, porque não toldavam as canôas. E depois de tantos perigos, encontraram a mais negra miseria em Cuyabá." (*)

Em 1722 deu-se a descoberta da mineração de Goyaz, com a *bandeira do Anhanguéra*.

Em 3 de Julho de 1722 partiu de S. Paulo, com destino a Goyaz, o paulista Bartholomeu Bueno da Silva, que, chegando ao rio Vermelho, onde mais tarde se fundou Villa Bôa (actual cidade de Goyaz), perguntou aos naturaes onde se encontravam os preciosos metaes com que se enfeitavam.

Como se recusassem a dizer, Bueno da Silva collocou num prato um pouco de alcool e queimou-o, dizendo que assim como tinha queimado aquella "agua", queimaria todos os rios do logar. Os naturaes, aterrorizados diante desse quadro, disseram onde se encontravam as minas e começaram a chamar Bueno da Silva de *Anhanguéra*, que quer dizer *feiticeiro*.

(*) Capistrano de Abreu.

Seu filho, do mesmo nome e appellido, continuou em 1725 e 1726 as explorações, fundando as povoações de Ferreiros, Sant'Anna, Barra e Ouro Fino.

Dessa época em diante muitas minas começaram a apparecer, povoando-se o sul rapidamente, sendo abertas novas estradas, pelas quaes vinham aventureiros de Minas Geraes, Bahia, Pernambuco, Piauhy, Maranhão, etc.

A procura dessas minas deu motivo a innumeras luctas entre portuguezes e paulistas, conhecidas na historia patria pelo nome de *guerra dos emboabas* e sobre a qual já tivemos occasião de falar.

— Quaes devem ter sido os itinerarios mais seguidos pelos arrojados bandeirantes no desbravamento dos nossos sertões?

Capistrano de Abreu, o douto historiador patricio, resume nestas palavras, que se devem ler diante do mappa do paiz, o commum das direcções seguidas:

"Os bandeirantes, deixando o rio Tieté, alcançaram o Parahyba do Sul pela garganta de S. Miguel; desceram-n'o até Guapacaré, actual Lorena, e dahi passaram a Mantiqueira, approximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiahy e Mogy, deixaram á esquerda o salto de Urubupungá, chegaram pelo Paranahyba a Goyaz. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao curso superior dos affluentes orientaes do Paraná e do Uruguay. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guayra, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguay, chegaram a Cuyabá e á cidade de Matto Grosso. Com o tempo a linha do Parahyba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Parnahyba; as de Goyaz e Matto Grosso ligaram o planalto amazonico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajóz e pelo S. Francisco."

Eis em linhas geraes o serviço prestado pelos bravos bandeirantes paulistas, serviço de que fala muito justamente o illustre patricio Dr. Arthur Orlando, dizendo: "Si não fossem a tenacidade e a bravura dos filhos de S. Paulo, furando a linha de demarcação estabelecida pelo tratado de Tordezillas, o Brasil teria ficado reduzido a um paiz de fachada: não seria o colosso que hoje é, tendo a cabeça recostada nos Andes, e os braços grandes como o Amazonas e o Prata, a abarcar o Atlantico, mas não se póde attribuir a prosperidade e a grandeza deslumbrantes de S. Paulo ao poder magico do ouro, e a prova está em que, emquanto Minas, Goyaz e Matto Grosso, com sua extraordinaria producção de metaes e pedras preciosas,

cahiam em lastimavel decadencia, S. Paulo, sem terras auriferas e diamantinas, se tornava productor de riqueza, criando gado, plantando cereaes, abrindo estradas, construindo caminhos de ferro, edificando cidades, onde as fabricas recamam o céo com o fumo de suas forjas e enchem o espaço com o ruido de suas machinas, abarrotando o mundo de café, e dando o exemplo, apparentemente paradoxal, de um paiz de super-producção com falta de braços."

CAPITULO XVI

D. JOSE' I. O MARQUEZ DE POMBAL E A INFLUENCIA DA SUA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Quando em 31 de Julho de 1750 falleceu D. João V, subiu ao throno seu filho D. José I.

O governo desse monarcha foi vantajoso, tanto para Portugal como para o Brasil, mercê das qualidades do seu ministro o notavel estadista Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal, que durante todo o reinado de D. José I "foi, por assim dizer — como lembra João Ribeiro — o verdadeiro rei e senhor do paiz."

O marquez de Pombal começou a sua politica no governo, restringindo, logo no anno seguinte, 1751, a autoridade da Inquisição, sendo o *Santo Officio* reduzido a um tribunal ordinario e abolidos os *Autos de Fé*, bem como acabadas as designações de christãos novos e velhos.

Quando, em 1755, grande terremoto destruiu quasi toda a cidade de Lisbôa, foi verdadeiramente espantosa a actividade do marquez de Pombal, que fez logo reconstruir de modo mais regular a velha capital do reino.

Deixando de parte o que fez elle em proveito de Portugal, vejamos os serviços que prestou directamente ao Brasil.

Diffundiu o marquez de Pombal o ensino primario com a creação de escolas publicas; protegeu a construcção naval brasileira; regularizou a extracção e commercio de diamantes; prohibiu que as donzellas brasileiras fossem receber educação nos conventos portuguezes, espanhóes ou italianos; fundou um Tribunal de Relação no Rio de Janeiro; reduziu os direitos do tabaco e do assucar; auxiliou o consorcio dos portuguezes com as indias; desenvolveu a immigração, fazendo com que mais de 20.000 pessoas viessem dos Açores para o Brasil; fez reverter para o Estado algumas das antigas capitanias que ainda estavam em poder dos herdeiros dos primitivos donatarios; organizou o exercito e a marinha; mandou reconstruir as fortalezas; e, finalmente, em 1763, elevou o Brasil a vice-reinado,

sendo a capital do paiz mudada da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro.

Durante o governo de D. José I foi o sul do Brasil sacudido por algumas guerras, motivadas por questões de limites.

Pouco antes de D. José I ter subido ao throno, em 31 de Julho de 1750, conforme dissemos linhas atraz, havia sido firmado em 13 de Janeiro de 1750 o *tratado de Madrid* entre Portugal e Espanha, pelo qual esta ficaria com a *Colonia do Sacramento* e aquelle com as *Sete Missões do Uruguay*, para terminar assim com as continuas luctas que de longa data se vinham dando no sul entre espanhóes e portuguezes.

Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquez de Pombal)

A *Colonia do Sacramento* havia sido fundada em 1680, na margem esquerda do Prata, pelo governador do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo, em terras que os espanhóes consideravam como suas; e as *Sete Missões* eram nucleos occupados por jesuitas espanhóes.

Para dar execução a esse tratado de 1750, entre Portugal e Espanha, que é o chamado tratado de Madrid, nomeou Pombal o capitão general Gomes Freire de Andrade, para demarcar os limites do sul, e a Espanha designou, por seu lado, o Marquez de Valdelirios.

Reunidos no sul esses delegados, foi o trabalho iniciado, mas não concluido por causa da attitude dos indios das Missões, insuflados pelos jesuitas espanhóes, que os dirigiam e que não queriam entregar os dominios em que se achavam a Portugal.

Vendo que esses jesuitas constituiam sério perigo para o Estado, Pombal, em nome do rei, pediu em 1 de Abril de 1758, ao papa Benedicto XIV, um breve para a reforma da Companhia de Jesus, encargo de que foi investido o cardeal Saldanha. Combatendo os desmandos dos jesuitas em sua reforma, o cardeal Saldanha, em uma pastoral, retirou-lhes a faculdade de confessar.

Mezes depois, em 8 de Maio do mesmo anno, Pombal, após mandar publicar a bulla de 1741, de Benedicto XIV, em que o papa prohibia a todos os religiosos, de qualquer ordem, que privassem os indios de sua liberdade, declarou emancipados todos os indios do Brasil.

Indignados os jesuitas, accusaram publicamente o rei, dizendo-o inepto e incapaz de exercer as funcções de governo.

Na noite de 3 de Setembro do mesmo anno, um grupo de desconhecidos, quando D. José I, na sua sege, regressava de uma entrevista nocturna para o seu palacio, alvejou o rei, que sahiu ferido no braço direito. Recahindo as suspeitas do crime no lisboeta Francisco de Assis (marquez de Tavora), em membros de sua familia e em mais algumas pessôas, foram todos condemnados á morte e suppliciados em Belem, no dia 13 de Janeiro de 1759. Esse acontecimento é conhecido pelo nome de *conspiração dos Tavoras*, muito embora do processo instaurado não se tivesse apurado culpabilidade alguma do marquez nem de sua familia.

Foi um erro da administração de Pombal, fazendo condemnar á morte pessoas innocentes. Comparando, porém, os seus erros com as suas boas qualidades, estas são em maior numero, razão por que, máo grado os seus defeitos, é Pombal considerado o mais notavel estadista portuguez do seculo XVIII.

Diante da attitude cada vez mais perturbadora dos jesuitas, obteve Pombal que o rei assignasse a lei de 3 de Setembro de 1759, pela qual a *Companhia de Jesus* era expulsa de Portugal e do Brasil.

Jamais se viu num acto governamental tão violentos termos como os que foram empregados nessa referida lei.

Para que se faça uma ideia da violencia da linguagem empregada basta ler este trecho do longo documento: "Declaro os sobreditos Regulares (os Jesuitas) corrompidos, deploravelmente alienados do seu santo Instituto, e manifestamente indispostos com tantos, tão inveterados e tão incorrigiveis vicios, para voltarem á observancia delles, por notorios rebeldes, traidores, adversarios e aggressores, que têm sido e são actualmente contra a minha real pessoa, e Estados, e contra a paz publica dos mesmos meus reinos e dominios, e contra o bem commum de meus fieis vassallos; ordenando sejam como taes havidos e reputados; e os hei, desde logo, e por effeito desta lei, por desnaturalizados, proscriptos e exterminados; mandando que sejam effectivamente expulsos de todos os meus reinos e dominios, para nelles mais não poderem entrar; e estabelecemos, debaixo da pena de morte natural, e irremissivel confiscação de todos os seus bens para o meu fisco e camara real, que nenhuma pessoa nos mesmos meus reinos e dominios dê entrada aos sobreditos Regulares..."

Publicada a mesma "foram logo expedidas as necessarias ordens, em termos não menos truculentos que os do escarmentoso decreto, para que em todo o Brasil fossem presos e expulsos immediatamente os Jesuitas. Já na sua qualidade de visitador tinha o bispo do Pará (d. Miguel de Bulhões) suspenso na sua diocese os padres do exercicio de suas funcções sacerdotaes, inquirindo-os, sob juramento, ácerca dos seus haveres. Tendo-se o bispo do Maranhão, fr. Antonio de São José, ausentado de S. Luiz, para que o não fizessem instrumento de medidas que inteiramente desapprovava, ficou o bispo do Pará governando as duas dioceses. Não tardou a chegar a ordem para a deportação dos padres: a qual ali, como em alguns outros pontos, foi executada com grande brutalidade. Apenas fundeára no porto de

Belem (a 16 de Junho de 1760) a náu *Nossa Senhora da Arribada*, que trouxera a dita ordem, foi um escaler á terra levar os officios ao capitão-general, tomando-se providencias para que o segredo da noticia não fosse divulgado. Pela noite, o Juiz de Fóra, com uma escolta, punha cêrco ao Seminario e ao Collegio, onde todos os regulares ficaram detidos em custodia. Immediatamente um outro magistrado foi proceder a igual diligencia no collegio da villa da Vigia. Na mesma náu em que vieram os despachos, seguiram para a côrte os padres banidos, sendo quarenta do Pará, e oitenta e seis vindos do Maranhão." (*)

Aos poucos, outras nações européas imitaram o exemplo de Portugal, até que, por bulla de 23 de Julho de 1773, o papa Clemente XIV aboliu por completo a companhia.

Em 12 de Fevereiro de 1761, Portugal e Espanha, de commum accôrdo, declararam pelo tratado de *Pardo*, nullo o de Madrid, e foi então o sul do Brasil novamente agitado pelas guerras de conquista, que vão de 1761 a 1777.

Nesse anno falleceu D. José I e, tendo subido ao throno sua filha D. Maria I, inimiga pessoal e irreconciliavel do marquez de Pombal, começou esta a anniquilar todas as obras que aquelle notavel estadista havia feito em pról do desenvolvimento do Brasil.

Perseguido, processado e até exilado da côrte em 1781, falleceu Pombal no esquecimento, em 8 de Maio de 1782, na villa de Pombal, com 83 annos de idade.

Seu centenario foi, porém, celebrado com grande solemnidade, tanto no velho Portugal como na nossa estremecida patria.

(*) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

CAPITULO XVII

LUTAS COM OS ESPANHOES NO SUL. A COLONIA DO SACRAMENTO E AS MISSÕES DO URUGUAY

Como desde 1675 estivesse desoccupado o extenso trecho littoraneo da Laguna (onde terminavam os dominios portuguezes) até Buenos Aires (onde começavam os espanhóes), resolveu o governo portuguez, em 1679, occupar esse trecho, ahi fundando um posto militar.

Para isso Portugal deu ordens ao governador do Rio de Janeiro, que era, por essa época, D. Manoel Lobo. Partiu este, então, para o sul, em Dezembro do referido anno, com uma esquadra de 7 navios e 800 homens e chegando a 1 de Janeiro de 1680 á embocadura do Rio da Prata, começou logo a fundar na margem esquerda a *Colonia do Sacramento*, que serviu de causa á rivalidade que, entre espanhóes e portuguezes, existiu durante 97 annos, isto é, de 1680 a 1777.

Julgando os espanhóes como suas as terras onde fôra fundada a nova colonia, D. Felippe Ruy Corbelon, governador do Paraguay e o Conselho de Buenos Aires representaram á Côrte de Madrid pedindo providencias.

O governo espanhol levou a queixa ao conhecimento de Portugal, e, como este não désse importancia, a Espanha por intermedio do seu ministro, o abbade Maserati, deu ordens ao governador de Buenos Aires, D. José de Garro, para que expulsasse os portuguezes.

Mandou D. José de Garro um emissario a D. Manoel Lobo, a quem este procurou convencer que assistia a Portugal o direito de fundar tal colonia naquelle local, baseando-se para isso em uma carta geographica publicada em 1678, em Lisbôa, de autoria de João Teixeira Albornóz, onde os limites de Portugal iam até o Prata, e que, por conseguinte, embora desoccupado o trecho da Laguna até aquelle ponto, era elle portuguez.

Não acceitaram, porém, os espanhóes taes explicações e D. José de Garro mandou que 4.500 homens, sob o commando do mestre de

campo D. Antonio Vera Muxica, invadisse a colonia, e de lá expulsasse os portuguezes.

Apesar da heroica resistencia destes, foi a colonia tomada e arrazada em 7 de Agosto de 1680, sendo D. Manoel Lobo e mais nove patricios feito prisioneiros, ficando mortos no campo da luta os demais portuguezes.

Dispunha-se Portugal a romper guerra contra a Espanha diante do que se acabara de passar, quando as côrtes de Paris, Roma e Londres, influenciando junto á de Madrid, conseguiram que a Espanha désse as mais decisivas satisfações a Portugal que, aliás, já as tinha pedido energicamente.

Assignou-se então, em 7 de Maio de 1681, um tratado de paz provisorio, pelo qual ficou estabelecido que a Colonia do Sacramento, com toda a artilharia nella encontrada, seria restituida a Portugal assim como D. José de Garro seria reprehendido pelo governo espanhol.

Parecia tudo terminado com o correr dos annos quando em 1699, fallecendo o rei da Espanha, Carlos II, a politica seguida por Portugal lançou de novo a rivalidade entre essas duas nações, conforme vimos no capitulo XIV.

Nessa época, já então governava Buenos Aires, D. Affonso Valdez, que, á frente de 2.000 cavallerianos e 4.000 indios atacou a *Colonia do Sacramento,* cujo commandante, general Sebastião da Veiga Cabral, heroicamente resistiu durante 6 mezes, findos os quaes outro remedio não teve senão capitular e embarcar com a sua valente guarnição para o Rio de Janeiro.

Tomaram então os espanhóes conta da Colonia, conservando-a até a assignatura do tratado de Utrecht, em 16 de Fevereiro de 1715, quando foi ella novamente entregue aos portuguezes.

Apesar disso continuaram os espanhóes a hostilizar a colonia, principalmente em 1723, quando o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca pretendeu fundar uma colonia em Montevidéo, o que os espanhóes, tendo á frente D. Bruno Mauricio Zabala, não consentiram. E, para mais irritar os portuguezes, lançaram elles, por ordem da côrte de Madrid, os fundamentos da cidade de Montevidéo, continuando sempre com as hostillidades contra a Colonia do Sacramento que, em 28 de Novembro de 1735, era de novo invadida pelos espanhóes, dirigidos por D. Miguel de Salcedo.

Durante dois annos bateram-se os portuguezes valentemente ás ordens de Antonio Pedro de Vasconcellos, que havia substituido no commando da praça o general Sebastião da Veiga Cabral.

Vencidos os espanhóes, resolveram mais tarde, em 13 de Janeiro de 1750, assignar o tratado de Madrid, o que foi feito pelo ministro plenipotenciario portuguez D. Thomaz Antonio Telles, visconde de Villa Nova de Cerveira e pelo espanhol D. José de Corbajal e Lencaster.

Por este tratado, conforme já tivemos occasião de dizer, a Espanha ficava com a *Colonia do Sacramento,* dando em troca as *Sete Missões do Uruguay,* fortes nucleos occupados por jesuitas espanhóes que tendo convertido e civilizado muitos indios guaranys, os empregaram nos seus trabalhos agricolas sob a chefia do padre Montoya.

Estes aldeiamentos eram constituidos pelas actuaes cidades sul rio-grandenses de S. Luiz de Gonzaga e S. Borja e pelas villas de Santo Angelo, S. João Baptista, S. Lourenço, S. Nicoláo e São Miguel.

Para fixar os novos limites no sul foram designados: o capitão-general Gomes Freire de Andrade, por parte de Portugal; e o marquez de Valdelirios, pela Espanha.

Partiu aquelle para o sul em 19 de Fevereiro de 1752. Não conseguindo, porém, levar ávante o serviço por causa da attitude dos indios, retirou-se em 1759, o que levou o governo portuguez a tomar as providencias de que já falámos no capitulo anterior.

Como se não conseguisse cumprir o tratado de Madrid, resolveram as duas nações, pelo tratado de *Pardo,* em 12 de Fevereiro de 1761, declarar nullo o primeiro.

Recomeçaram então no sul do Brasil as hostilidades entre Portugal e a Espanha.

A' frente de 6.000 homens, o governador de Buenos Aires, o vice-almirante D. Pedro Ceballos Cortez Calderon, invadiu e venceu a Colonia do Sacramento, cujo governador, Vicente da Silva da Fonseca, embora dispuzesse de recursos, capitulou promptamente.

Realizada em 1763 a paz de Fontainebleau, foram suspensas as hostilidades.

Em 1777, porém, D. Pedro Ceballos, com uma armada de 120 velas e 20.000 homens, tomou em 20 de Fevereiro a ilha de Santa Catharina, cujo governador, o marechal de campo Antonio Carlos Furtado de Mendonça, fugiu covardemente para o continente.

Quatro dias depois falleceu o rei D. José I e subiu ao throno sua filha D. Maria I, em cujo governo ainda D. Pedro Ceballos, em 31 de Maio, invadiu e arrazou a *Colonia do Sacramento.*

Em 1 de Outubro do mesmo anno foi assignado o armisticio de Madrid e, dois mezes depois, em 1 de Dezembro, Portugal e Espanha, respectivamente representados nas pessôas de Francisco Innocencio de Souza Coutinho e conde de Florida Blanca, assignavam o desastrado tratado de Santo Ildefonso. Por este foi a ilha de Santa Catharina entregue aos portuguezes, nomeando D. Maria I por portaria, de 25 de Abril de 1778, para seu governador o coronel do re-

gimento da Bahia Francisco Antonio da Veiga Cabral. Ficavam porém os espanhóes, tambem por esse tratado, senhores para sempre da *Colonia do Sacramento* e das *Sete Missões do Uruguay*, além de algumas outras terras no sul.

Em 1801 rebentou de novo a guerra entre Espanha e Portugal e então o governador do Rio Grande do Sul, general Sebastião Xavier da Veiga Cabral, conquistou galhardamente as *Sete Missões* que foram annexadas ao territorio patrio.

Nesse mesmo anno, em 6 de Junho, foi celebrada a paz de Badajós entre Espanha e Portugal.

CAPITULO XVIII

PRIMEIRAS IDEIAS DE INDEPENDENCIA. CONSPIRAÇÃO MINEIRA

A primeira ideia de independencia no Brasil foi manifestada na revolução de 1710, em Pernambuco, de que já tratámos no capitulo XIII, ao falar de Bernardo Vieira de Mello.

Dez annos depois, isto é, em 26 de Junho de 1720, rebentou em Villa Rica (Minas Geraes) uma nova revolução com o mesmo caracter de independencia, chefiada pelo joven tribuno popular Felippe dos Santos. Jugulado o movimento, foi o seu mallogrado chefe esquartejado, aos 16 de Julho daquelle anno. Na presença do governador, disse: *"Morro sem me arrepender do que fiz e certo de que a canalha do rei ha de ser esmagada pelo patriotismo dos brasileiros."*

Depois da morte de Felippe dos Santos (*) sessenta e tantos annos depois, os successivos vexames que a rainha D. Maria I, então no throno, infligia aos brasileiros, começaram a fazer calar de novo no espirito destes a ideia da independencia, sobretudo em Minas Geraes.

Varios estudantes brasileiros, que faziam os seus cursos nas Universidades de Coimbra, Montpellier e Bordeaux, planejaram então a independencia da sua patria, salientando-se entre elles José Joaquim da Maia, que em data de 2 de Outubro de 1786, dirigiu a Thomaz Jefferson, ministro dos Estados Unidos na França e um dos autores da independencia de sua terra, uma carta pedindo-lhe o seu apoio.

(*) Custa a crer que nós brasileiros ainda não tivessemos até hoje resgatado a divida de honra que temos para com a memoria do proto-martyr da independencia da nossa terra.

Por que não é feriado nacional o 16 de Julho, que assignala o esquartejamento do valente Felippe dos Santos, o proto-martyr da independencia?

Resolveu Jefferson entender-se pessoalmente com Joaquim da Maia, marcando-lhe uma entrevista que se realizou nas ruinas romanas de Nimes.

Após expor Maia todos os seus planos, attentamente ouvidos por Jefferson, disse-lhe este ser impossivel dar-lhe o apoio que pedia, mas qué, se a revolução fôsse feita e conseguisse exito, por certo despertaria vivo interesse nos Estados Unidos.

Maia, desilludido, vendo desfeitas as suas esperanças, retirou-se para Lisboa e, quando se preparava para regressar ao Rio, falleceu.

Chegou então a Minas um companheiro deste, Domingos Vidal de Barbosa e, em seguida, muitos outros, tomando vulto a ideia.

Joaquim José da Silva Xavier, o "Tiradentes"

Encontraram-se no Rio de Janeiro com o alferes de cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado o *Tiradentes* (*) por causa da sua profissão de dentista, e que no Rio estava com licença de 2 mezes, mais tarde prorogada. A elle confiaram o plano, immediatamente acceito por Tiradentes, que se tornou o mais enthusiasta dentre todos aquelles que queriam ver por terra o jugo portuguez.

Por essa época eram os donos das minas obrigados a pagar ao governo um quinto da quantidade de ouro extrahido das mesmas, mas, como houvesse diminuido a extracção, estava esse pagamento atrazado em 538 arrobas de ouro, ou fôsse 3.305:472$000, pagamento esse que o reino exigia que fôsse realizado.

Ora, sabiam os mineiros que os impostos sobre o papel sellado, o chá e o vidro haviam sido sufficientes para que se emancipassem as colonias americanas e, por isso, a cobrança dos quintos atrazados tambem poderia conduzir Minas Geraes, e quiçá o Brasil, á independencia.

(*) Tiradentes nasceu em S. João d'El-Rei em 1748. Era filho de Domingos da Silva dos Santos e Antonia da Encarnação Xavier. Pobre, iniciou a sua vida como mascate, seguindo depois a carreira das armas, onde foi sempre injustamente preterido nas promoções, a ponto de muitos dos seus subordinados, soldados, furrieis, etc., tornarem-se seus superiores, attingindo o posto de tenente, emquanto o conservavam no de alferes.

Convictos disso, homens de responsabilidade, entre elles Tiradentes, Ignacio de Alvarenga Peixoto, Thomaz Antonio Gonzaga, Claudio Manoel da Costa, José Alvares Maciel, Domingos Vidal de Barbosa, Carlos Toledo de Corrêa e Mello, Manoel Rodrigues da Costa, José da Silva de Oliveira Rollim e alguns outros, resolveram que a revolução estalaria no dia em que fôsse lançada a *derrama*, isto é, a cobrança dos quintos atrazados.

Era o pretexto, pois as condições materiaes dos mineiros não permittiam esse pagamento, porque a quantidade de ouro que então extrahiam era pouquissima.

Os conjurados reuniram-se em casa de Claudio Manoel da Costa, em Villa Rica, hoje Ouro Preto, onde foram organizadas as leis da futura republica, assim como resolvida a mudança da capital para S. João d'El-Rei.

Combinaram adoptar uma bandeira branca com um triangulo azul, branco e vermelho ao centro, e em que um indio quebrava grilhões. Encimava o mesmo o distico latino "Libertas quœ sera tamem" (Liberdade ainda que tardia).

Essa conspiração, conhecida na historia pelos nomes de Conjuração Mineira, Conspiração de Tiradentes, Inconfidencia Mineira e Conspiração Mineira, não era feita em segredo. Os conjurados, principalmente Tiradentes, pregavam-n'a sem rebuços.

Procurava Tiradentes conseguir o apoio do proprio commandante do seu regimento, o tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Para isso pediu insistentemente ao dr. José Alvares Maciel, cunhado de Andrade, que o apresentasse a este.

O joven companheiro de Tiradentes desculpava-se sempre, allegando não ser conveniente falar em tal assumpto ao commandante, pois poderia resultar mal.

Não se conteve Tiradentes e foi pessoalmente á casa de Freire de Andrade.

"Sobresaltou-se o tenente-coronel com tanta ousadia; e mostrou-se admirado de que o seu subordinado se atrevesse a lhe fallar sobre tão mysterioso e delicado assumpto. O alferes, que, pela força de sua loquacidade, era bastante desembaraçado, explicou melhor o seu projecto e lhe fez ver que a causa do levante só dependia de sua vontade, por isso que na cidade do Rio de Janeiro estavam os animos dispostos para o movimento insurreicional, e, afim de lisongeal-o, accrescentou que as pessoas que deviam pôr-se á testa da revolta só desejavam saber se podiam contar com a sua preponderante adhesão.

Não se mostrou o tenente coronel, que era de uma condescendencia illimitada, estranho á proposição, vendo que o Tiradentes estava melhor informado do que elle a respeito da supposta ramificação da revolta, o que aliás não era mais do que uma invenção. Acreditou, pois, facilmente que a capitania do Rio de Janeiro adheria ao levante, dizendo que já alguem lhe havia fallado sobre isso,

mas que lhe pedia que se abstivesse de continuar em semelhante pratica por muitos motivos ponderosos.

Retirou-se o Tiradentes satisfeitissimo, não por saber que o seu commandante tomava parte no movimento, mas por lhe ter elle dado a conhecer que tambem se achava iniciado no mysterioso trama; e, não sabendo conter-se, procurou immediatamente o capitão Maximiliano de Oliveira Leite, que era de seu regimento e que, estando destacado na Serra de Marmandil, se achava em Villa Rica, e tratou de obter a sua adherencia. Ouviu-o o capitão attentamente e se tornou pensativo. Quando o Tiradentes lhe assegurou que havia trocado algumas palavras com o seu commandante sobre a materia, revoltou-se Maximiliano e pediu-lhe que não lhe falasse mais sobre isso, que, a ser verdade, o accusaria. Cahindo em si o alferes da sua indiscreção, obteve a promessa de que nada diria o capitão ao tenente-coronel.

Não deixou mais o alferes o seu chefe. Abusando da sua condescendencia, e pretextando sempre differentes motivos para procural-o, buscava de novo levar a conversação para o objecto de seus desejos, engrandecendo os recursos materiaes do paiz. Pediu-lhe uma vez que se entendesse a este respeito com o seu cunhado Maciel, o qual com os conhecimentos que possuia, e com os estudos que havia feito, estava mais habilitado do que elle para melhor demonstrar a possibilidade de levar-se a effeito a sublevação; e outra vez veio contar-lhe a entrevista que tivera com o coronel Ignacio José de Alvarenga, na propria casa do governador, á Cachoeira do Campo, sobre tão delicado assumpto. Fingiu-se o tenente coronel de todo em todc estranho á materia e lhe perguntou de que se tratara; explicou-lhe o alferes, e então o tenente coronel patenteou-se sobre maneira admirado de que o coronel Alvarenga o tivesse ouvido seriamente, e terminou o Tiradentes por afiançar-lhe que era opinião do coronel que se podia fazer o levante e que elle lhe viria falar a esse respeito." (*)

Caminhavam assim as cousas quando um portuguez infame, o coronel Joaquim Silverio dos Reis, de 33 annos de edade e natural de Lyria, que se havia tambem alistado entre os conspiradores, trahiu miseravelmente os companheiros, denunciando-os a Luiz Antonio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, governador de Minas Geraes, desde 11 de Junho de 1788.

Feita a denuncia em 15 de Março de 1789, o visconde de Barbacena, que se achava então na Cachoeira do Campo, resolveu, dias depois, em 23 de Março, suspender a cobrança dos quintos atrazados, uma vez ser este o motivo para o pretendido levante.

Quanto ao miseravel Joaquim Silverio dos Reis, mandou o governador que elle continuasse a viver entre os conspiradores e o

(*) Joaquim Norberto de Souza e Silva — Historia da Conjuração Mineira — 1873 — (pags. 95 e 96).

fôsse scientificando do que se passasse, de maneira que nenhum dos conspiradores pudesse escapar ao castigo. Assim procedeu Silverio dos Reis, que, devendo á Fazenda Real a quantia de 270:000$000, procurava assim, por processo tão indigno, obter as graças do governo.

"Demorou-se em Villa Rica, sondou os animos e tocou nas chagas doloridas, como uma victima tambem do governo colonial; como um devedor opprimido pelo fisco, que o empolgava com as unhas devoradoras. Penetrou em muitas casas com a mascara da amizade. Ouvindo os queixumes dos descontentes de mistura com as ameaças do levante, e com as esperanças da regeneração. Com o gesto da hypocrisia inquiriu dos irmãos contra os irmãos, dos filhos contra os paes, e dos escravos contra os senhores. Repleto de noticias foi ao palacio dar conta da sua missão, ancho de si mesmo, como se tivesse cumprido a melhor das tarefas." (*)

A miseravel espionagem de Silverio despertou desejo identico em dous patricios seus, os tenentes coroneis Basilio de Brito Malheiro do Lago e Ignacio Corrêa Pamplona, formando-se assim a nojenta trindade, que o juizo sereno da Historia eternamente amaldiçoará.

O governador, querendo provas por escripto, fez com que os delatores escrevessem as cartas de denuncia. Assim, a de Silverio foi datada de 11 de Abril de 1789, a de Basilio de Brito de 15 e a de Pamplona de 20, do mesmo mez e anno.

Não tremeram as mãos desses miseraveis, ao deixar gravado no papel os signaes da infamia que praticavam. Não coraram de pejo diante da familia a quem deram nome e a quem manchavam com a sua hedionda traição. Fugira-lhes a consciencia e os perversos preparavam o desenlace da tragedia em que havia de correr o generoso sangue brasileiro.

Andava então Tiradentes pelo Rio de Janeiro, quando em 1 de Maio chegou Silverio dos Reis, que, a mando do visconde de Barbacena, vinha relatar ao vice-rei do Brasil, Luiz de Vasconcellos e Souza, os acontecimentos de que se fizera delator.

Aqui chegado, recebeu instrucções do vice-rei para que seguisse os passos de Tiradentes e, por isso, Silverio dos Reis, que hypocritamente se fingia amigo do alferes, foi morar numa casa da rua S. Pedro, exactamente em frente á residencia de Tiradentes.

D'ahi melhor podia o execravel delator acompanhar os passos de sua victima.

Ao visconde de Barbacena dirigiu, então, Silverio dos Reis, uma carta, dando conta do papel que aqui no Rio ficava a desempenhar, e na qual dizia elle: "Fico na diligencia de colher mais alguma cousa,

(*) Joaquim Norberto de Souza e Silva — Obra citada (pag. 189).

e, para ter melhor occasião, moro defronte do sujeito, e logo que elle se ausentar farei aviso sem demóra, no caso que por cá escape, o que duvido, pois o Sr. vice-rei é muito activo e já está precatado.

Deus guarde a V. Ex. para meu amparo e dos poucos de toda a capitania, que tem a honra de estarem debaixo das bandeiras de V. Ex. Beija os pés a V. Ex. o mais humilde subdito... etc." (*)

Revelou-se o infame: além de espião e hypocrita, vil bajulador.

Tiradentes continuava a sua propaganda. Alguns intimos avisaram-n'o de que estava sendo vigiado. Em sua propria casa foi ter o porta-estandarte, Francisco Xavier Machado, que, a mando do sargento mór Simão Pires Sardinha, ia avisal-o.

Verificou, então, Tiradentes que, de facto, era vigiado por dous soldados granadeiros, que por disfarce, rasparam os bigodes e trajavam escuros capotes.

D'ahi em diante poude sempre verificar Tiradentes que os vultos não o deixavam. Seguiam-n'o por toda a parte, como se fossem a sua propria sombra.

Foi então Tiradentes pessoalmente ao vice-rei expor-lhe o facto de estar sendo espionado por soldados disfarçados e dizer-lhe que, se havia commettido algum delicto, que o castigassem.

Apparentando nada saber, respondeu-lhe Luiz de Vasconcellos e Souza que se conservasse no Rio, pois Tiradentes aproveitara a occasião para lhe pedir permissão de regressar a Minas por estar terminada a sua licença.

Não lhe dando Vasconcellos o passaporte — sem o qual não se podia então viajar — resolveu Tiradentes fugir.

Emquanto, porém, não realizava a fuga, resolveu occultar-se na casa de Domingos Fernandes da Cruz, ourives torneiro, estabelecido á rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves Dias, a quem fôra apresentado pela viuva D. Ignacia Gertrudes de Almeida, que devia favores a Tiradentes por ter este, com os seus conhecimentos praticos de medicina, salvo uma sua filha gravemente enferma.

D. Gertrudes achou que não podia dar asylo a Tiradentes por ter uma filha solteira, mas resolveu a situação, apresentando-o ao velho Domingos, amigo e aparentado da sua familia.

Funccionava a officina de Domingos da Cruz num sobrado e, como houvesse ainda por cima um sótão, para este foi Tiradentes, por ser logar mais afastado.

Espalhou-se o boato de que Tiradentes havia fugido, apesar de vigiado. A confusão foi enorme. Para toda a parte foram mandadas patrulhas, tendo o vice-rei expedido ordem para que toda a correspondencia de Minas para o Rio fosse apprehendida.

(*) Joaquim Norberto — Obra citada (pag. 218).

Tiradentes, que havia chegado a casa do ourives ás 10 horas da noite do dia 7 de Maio de 1789, recebeu, no dia seguinte, em seu esconderijo, a visita do padre Ignacio Nogueira, sobrinho de D. Gertrudes de Almeida, que já conhecia Tiradentes do tempo em que este curára sua prima.

Pediu-lhe Tiradentes que fôsse á casa de Joaquim Silverio dos Reis informar-se da marcha dos acontecimentos, pois ancioso aguardava o rebentar da revolta.

Não suppunha o alferes que tal fazendo estava cavando a sua desgraça e compromettendo o sacerdote.

O martyr não desconfiára ainda da hediondez do caracter de Silverio dos Reis!

Cumprindo o pedido de Tiradentes, foi o padre á casa de Silverio no mesmo dia e, como não o encontrasse, voltou no dia seguinte, 9, expondo-lhe o motivo da sua visita.

Escutou Silverio tudo que o sacerdote lhe relatára, embora não declarasse este o seu nome nem o logar onde se refugiára Tiradentes.

"Vendo, porém, o padre que o coronel dava mostras de que o alferes se occultava em virtude de negocio de maior monta, desconfiou de que lhe occultava a verdadeira origem e indagou de Joaquim Silverio se haveria outro motivo para temer a prisão. Dissimulou o coronel, e a resposta foi negativa. Insistiu, porém, em querer saber aonde se achava o mesmo alferes e recusou-se o padre obstinadamente a lhe communicar qualquer informação a este respeito. Em vão lhe assegurou Joaquim Silverio que era muito amigo do alferes, e que necessitava lhe falar para seu beneficio. Nada pôde conseguir do padre, o qual se limitou a dizer que procuraria fazer com que elle se communicasse com o coronel relativamente aos negocios de Minas. Instava ainda o coronel com o padre, para que lhe declinasse o seu nome, pois desejava saber com quem tratava e onde morava, quando outro padre, filho de um ourives, que vinha receber a importancia de uns diamantes, se apresentou na sala. Reconheceram-se os dous padres e o mensageiro de Tiradentes não ficou muito satisfeito com este inesperado encontro. Percebeu o coronel e temendo que elle prevenisse ao seu collega de alguma cousa acêrca de seu incognito, não os perdeu mais de vista e buscou despedir o primeiro com toda a brevidade possivel, confessando-se obrigado pela sua attenção. Apenas se retirava o padre Ignacio Nogueira, era o outro interrogado a seu respeito, e declarava não só o nome de seu collega como indicava ao certo o logar de sua residencia, sem talvez calcular o mal que lhe causava.

Parece que este padre, filho de um ourives, era o famigerado Manoel José de Bessa que se tornou depois notavel pela sua usura, e morreu millionario. Figurou o ourives algumas vezes como avaliador de joias pertencen-

tes aos sequestros dos réos e tinha o mesmo nome." — *Joaquim Norberto de Souza e Silva* — Obra citada (pag. 239).

Senhor de taes informações, dirigiu-se Silverio dos Reis immediatamente ao palacio do vice-rei, a quem de tudo deu sciencia.

Mandou este então que no dia seguinte, 10, uma escolta fosse á casa do padre Ignacio Nogueira e o trouxesse preso á sua presença, o que se fez.

Joaquim Norberto de Souza e Silva, o brilhante historiador patricio, que não póde deixar de ser consultado por quem escreve sobre a Conspiração Mineira, tal o valor do seu trabalho, já por vezes citado, assim nos relata a scena, (*) que então se passou entre o vice-rei e Ignacio Nogueira: "Encerrou-se o vice-rei com o padre em uma sala secreta. Empregou todas as diligencias para que confessasse aonde se occultava o alferes Joaquim José, mas recusou o padre, desculpando-se sempre com allegar que o ignorava e negando que tivesse ido a casa do coronel, a quem nem conhecia. Fez então o vice-rei que este viesse á sua presença e ainda assim negou o joven padre que o conhecesse. Prorompeu o vice-rei em ameaças terriveis e terminou por estas formidaveis palavras, que foram conservadas na historia: — "Consumil-o-ei se não me der conta do alferes Joaquim José!"

Não ha exageração nem invenção no que descrevo nestas paginas, que muitas vezes parecerão ser as de um romance. Citarei as proprias palavras da carta de J. S. dos Reis, de 17 Jun. 91: "Fechou-se S. Ex. com elle (o padre I.ª. Nogueira) e por mais diligencias não pôde conseguir deste padre que lhe dissésse aonde estava o dito alferes Joaquim José, e dizia mais que a mim me não conhecia, e que nem tinha ido á minha casa: fui levado á sua presença e fez-se desconhecido, e com isto ficou S. Ex. muito acalorado, dizendo-lhe que o havia de consummir se lhe não désse conta do alferes Joaquim José da Silva, e temendo a furia de S. Ex.ª, julgo se resolveu a declarar aonde estava o dito alferes, que logo se foi buscar preso. Eu não assisti a essa declaração porque S. Ex. me mandou sahir para fóra."

Ouviu o joven Nogueira nas palavras do vice-rei uma promessa da qual não distava muito a realidade; leu nos seus olhos scintillantes de furor, que se lhe accendia no peito, a que ponto não seriam levadas as torturas inquisitoriaes com que o ameaçava, se acaso se obstinasse por mais tempo em guardar um segredo, que afinal seria revelado pela fraqueza humana sob a força bruta emissora das lentas agonias, e vergou-se o barro. Prometteu pois que communicaria tudo.

Não se fiava o vice-rei no traidor que lhe vendera os seus collegas da cumplicidade; fel-o retirar, e recebeu secretamente as communicações que tanto desejava ouvir da bocca do pobre sacerdote".

(*) Pags. 240 e 241.

Sabedor do esconderijo de Tiradentes, mandou o vice-rei, nesse mesmo dia 10, que uma escolta sob o commando do alferes Francisco Pereira Vidigal cercasse a casa da rua dos Latoeiros e prendesse o conspirador mineiro.

Preso este, ficou incommunicavel e guardado por sentinellas; outras prisões foram feitas aqui no Rio, entre as quaes a do capitão Manoel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes, que foi mandado para a fortaleza do morro do Castello.

Ao mesmo tempo iniciavam-se, em Minas, por ordem do governo, as prisões das pessoas que se julgavam envolvidas directa ou indirectamente na conspiração.

Despachou o vice-rei para Villa Rica o major José Botelho de Lacerda, afim de conduzir para o Rio os cumplices que lá se achavam, o que se verificou, com excepção de Claudio Manoel da Costa, que, na manhã de 4 de Julho de 1789, appareceu enforcado na cadeia de Villa Rica, onde se achava preso.

"Até aqui tambem a historia sem os documentos officiaes, parando ante o cadaver do Dr. Claudio Manoel da Costa, encontrado em seu carcere pendente de um baraço, hesitava entre a idéa de um suicidio ou de uma premeditação criminosa dos ministros do governo colonial. Sabe-se hoje, segundo as peças do longo processo, que espontanea fôra sua morte. Ah! e que longa agonia não soffreu elle, como indicava a posição de seu cadaver, tendo uma liga por baraço, pendente de um armario, com um dos joelhos firmado sobre uma das prateleiras e o braço direito forcejando debaixo para cima contra a taboa na qual prendera o baraço, como procurando estreitar o fatal laço que zombára da gravidade de seu corpo, já tão debilitado pelos annos e trabalhos!...

Como são diversos os fados das nações! Nesse dia em que o Brasil chorava a morte do primeiro martyr de sua liberdade, festejavam os Estados Unidos o decimo-terceiro anniversario de sua independencia!" — *Joaquim Norberto de Souza e Silva* — Obra citada (pag. 372).

Feitas as prisões, submetteram-se todos os conjurados a longos interrogatorios, sobresahindo os de Tiradentes, Alvarenga Peixoto e Thomaz Antonio Gonzaga. Este ultimo negou terminantemente que estivesse envolvido em semelhante movimento.

Alvarenga teve a ideia de abandonar e trahir os seus companheiros, no que foi obstado por sua digna mulher, D. Barbara Heliodora Guilhermina da Silveira, "a mulher nobre, que estigmatizou a attitude inferior de seu marido, lembrando-lhe os deveres assumidos ante seus companheiros de revolução e a sua dignidade de homem." (*)

Exultou Tiradentes ao saber que não arrastava comsigo á morte nenhum dos seus companheiros.

Os demais deram quasi todos provas de fraqueza, accusando-se uns aos outros.

(*) Pedro do Coutto — *Pontos de Historia do Brasil*.

"Celebrizou-se Gonzaga pela tenacidade da negação, negação completa, pois nada sabia da conspiração. Buscou Alvarenga subtrahir-se á qualquer culpa, accusando e lançando á conta de seus amigos tudo quanto se passára. Attrahiu o Tiradentes, pelo contrario, toda a grave e fatal responsabilidade sobre a sua cabeça, isentando todos da culpabilidade do crime, que pelas suas loucas declamações tomára tão grandes proporções aos olhos da justiça.

Soffreu Gonzaga quatro longos interrogatorios e varias acareações. O Tiradentes, que se admirára que se fizessem tantas perguntas ao desembargador, confessou que não sabia que elle entrasse na conjuração. Foi essa confissão por demais generosa, porquanto nem uma razão tinha para favorecel-o por não ignorar que era elle seu inimigo, pela queixa que dera do mesmo desembargador ao general Luiz da Cunha."

"Respondeu Alvarenga somente a dois interrogatorios. Negou no primeiro que convidasse pessoa alguma para faltar ás obrigações de bom e leal vassallo e concorrer para que a America conseguisse a sua liberdade, e se constituisse em republica. Havia ao menos nesta linguagem a confissão franca da escravidão da sua patria. Compareceu porém ao segundo interrogatorio com o animo deliberado a dizer a verdade e confessou que faltára a varias circumstancias necessarias para o claro conhecimento da materia, e que ávista das instancias e argumentos, que se lhe propuzeram, resolvia-se a narrar tudo com pureza desde o principio. Ficou sem duvida a espectativa de seus juizes muito áquem do que esperavam da promessa de Alvarenga, que tão obrigado se mostrou para com as instancias e argumentos que se lhe propuzeram, ou antes com que o acariciaram pelo espaço de mais de sessenta dias, que excedeu-se de tal guiza que o seu depoimento é uma das maiores peças do processo."

"Terminou o seu longo depoimento dizendo que conhecia ser tanta a delicadeza da materia que se não podia eximir de confessar a leveza em que cahira ouvindo e entretendo conversações sobre semelhante assumpto, sem leval-as ao conhecimento do governador e que esperava pelas sobreditas razões a piedade da rainha.

Nos tres primeiros interrogatorios, a que o submetteram, negou o Tiradentes com obstinação, mas sete mezes e dezenove dias depois mudou de plano e apresentou-se confessando tudo quanto se passára.

Negou ao principio, accrescentou elle, para encobrir a sua culpa e não desejar perder a ninguem, porém, á vista das fortissimas instancias com que se via atacado, não podia responder directamente senão faltando claro e conhecidamente á verdade, e que assim se resolvia a dizel-a como ella era." (*)

(*) Joaquim Norberto — Obra citada, pags. 331, 335 e 338.

Terminados os processos, foram 12 condemnados á morte (entre elles Tiradentes), 5 a degredo perpetuo e os restantes a degredo temporario.

Foram, porém, de accordo com a carta regia, datada de 15 de Outubro de 1790, as penas de morte commutadas em degredo para a Africa, menos a de Tiradentes, que no sabbado 21 de Abril de 1792, foi enforcado no antigo campo de S. Domingos ou da Lampadosa, proferindo pouco antes de morrer as seguintes palavras: *"O meu Redemptor morreu por mim tambem assim!"*

Foi assim redigida a certidão de morte de Tiradentes: "Francisco Luiz Alvares da Rocha, desembargador dos aggravos da relação desta cidade e escrivão da commissão expedida contra os réos da conjuração formada em Minas Geraes, certifico que o réo Joaquim José da Silva Xavier foi levado ao logar da forca levantada no campo de S. Domingos, e nella padeceu morte natural e lhe foi cortada a cabeça, e o corpo dividido em quatro quartos; e de como assim se passou na verdade, lavrei a presente certidão e dou minha fé. Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1792. — *Francisco Luiz Alvares da Rocha.*"

Depois de enforcado, foi Tiradentes esquartejado, a cabeça exposta em Villa Rica, *para terrivel escarmento dos povos*, e os membros dispersos pelos caminhos do Rio a Minas.

Arrazaram-lhe a casa, salgaram o chão e declararam infames os seus descendentes.

Tiradentes foi considerado criminoso imperdoavel. Sobre elle recahiu todo o peso da vingança dos oppressores da nossa patria, que durante quasi um seculo ainda infamavam a sua memoria.

E elle, o abnegado, subira ao patibulo sem um gesto de revolta para esses oppressores... Nem mesmo para o seu delator, esse miseravel Silverio dos Reis em quem tanto confiara, teve o grande patriota palavras de recriminação.

Na manhã do dia seguinte ao da execução de Tiradentes, a bordo das náos *Princeza do Brasil* e *Nossa Senhora da Conceição* partiam degredados para a Africa os demais conspiradores...

A conspiração mineira de 1789 é uma pagina que ha de fazer sempre, através dos seculos, com que Tiradentes não desappareça nunca do coração dos brasileiros. Elle bem merece o culto que se lhe tributa; a commemoração civica de 21 de Abril nada mais é do que um acto de verdadeira justiça á memoria do inolvidavel martyr do absolutismo portuguez.

Quanto ao repugnante Joaquim Silverio dos Reis, recebeu dous premios pela sua infame traição: um que lhe mandou dar o governo portuguez: o perdão da divida que tinha para com a Fazenda Real e mais 400$000 annuaes; e outro a maldição da Historia, que jámais o póde absolver.

"Não ousou, porém, apparecer mais em Minas Geraes, receioso das vinganças de que infallivelmente seria victima. Apon-

tado por toda a parte, não como o catholico e vassalo, que não esqueceu desempenhar a honra e fidelidade de portuguez, segundo a qualificação do accordão da alçada, mas como o denunciante de seus amigos, viu-se obrigado a retirar-se com toda a sua familia para a provincia do Maranhão, acompanhado das maldições de um povo inteiro. Lá mesmo o perseguiam vivos remorsos e sinistras visões. A cabeça do Tiradentes tinha sempre os olhos pregados nelle!

Jamais dormiu tranquillamente. Interrompiam-lhe o somno os ais dos martyres que gemiam no exilio. Fugiam-lhe as doçuras da vida, e sómente a miseria, com o cortejo de terriveis necessidades, o visitava. Mudou de nome, (*) como mudou de terra, mas onde poderia elle esconder-se, e como disfarçar-se que não fosse descoberto, conhecido e apontado como um malvado que ostentara a sua traição, e se ufanára da sua paga? Era Caim, que trazia impresso no rosto o estigma indelevel da reprovação eterna." (**)

Judas do seculo XVIII, delle bem se pode dizer o que do outro disse Guerra Junqueiro, o genial poeta portuguez:

> "A tua alma lançada em cima d'um monturo
> Faria nodoa. E's tudo o que ha de mais vil,
> Desde o ventre do sapo á baba do reptil."

(*) Não foi propriamente uma mudança como diz Joaquim Norberto, de quem estamos transcrevendo este trecho. O traidor augmentou o nome, passando a ser Joaquim Silverio dos Reis Montenegro. Com esta assignatura encontramos, entre outras, uma longa carta do infame endereçada á rainha em data de 28 de Julho de 1799, que assim começava: "Joaquim Silverio dos Reis Montenegro, Coronel de Milicias, morador de presente na villa de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, Capitania do Rio de Janeiro, é aquelle vassallo que mostrou a sua fidelidade como primeiro denunciante da premeditada conjuração de Minas Geraes, contra a Real Corôa, de Vossa Magestade que em attenção a este importante serviço foi por Vossa Magestade premiado com as honras e mercês que se fizeram manifestas." E, em seguida, numa intriga soez, accusava o coronel brasileiro José Caetano de Barcellos, que segundo elle dizia "tem merecido a protecção e a amizade do actual Vice-Rei."

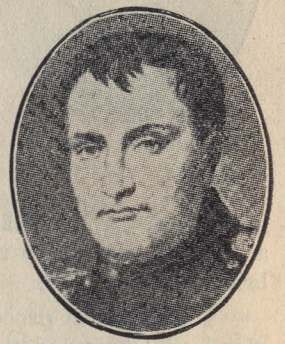
(**) Joaquim Norberto — Obra citada, pag. 423.

CAPITULO XIX

TRANSMIGRAÇÃO DA FAMILIA REAL DE BRAGANÇA PARA O BRASIL. O PRINCIPE REGENTE D. JOÃO

Tendo ficado demente, em 1792, a rainha D. Maria I, seu filho D. João ficou como principe regente, assim se conservando desde 10 de Fevereiro de 1792 até 20 de Março de 1816, quando por morte de sua mãe, subiu ao throno com o nome de D. João VI.

Logo desde o começo continuou o principe regente a politica de hostilidade aos principios revolucionarios da Republica Franceza.



Napoleão Bonaparte

Napoleão Bonaparte que havia dito: *"Tempo virá em que a nação portugueza pagará com lagrimas de sangue o ultrage que está fazendo á Republica Franceza"*, assenhoreando-se do poder da França, em 9 de Novembro de 1799, para se vingar de Portugal, levou a guerra até este que, sendo vencido, foi obrigado a assignar o vexatorio tratado de Madrid.

Tendo já levado as suas conquistas até a Asia e dominando tambem na Allemanha, na Italia e na Espanha, resolveu Napoleão bloquear a Inglaterra, tendo o representante francez em Lisbôa, Mr. de Rayneval, feito as seguintes intimações:

"1.ª, que Portugal declarasse guerra á Grã-Bretanha dentro do prazo de 20 dias;

2.ª, que fechasse seus portos aos navios inglezes;

3.ª, que incorporasse seus navios de guerra ás esquadras francezas;

4.ª, que sequestrasse todas as propriedades britannicas; e

5.ª, que prendesse todos os subditos inglezes residentes no reino."

Serios compromissos, porém, prendiam Portugal á Inglaterra e, por isso, não era possivel attender aos desejos de Napoleão.

D. João pediu á Inglaterra que apparentasse fazer-lhe guerra, proposta que dignamente a Inglaterra repelliu, não se sujeitando a representar essa farça.

Resolveu então o Principe Regente, num momento de franca pusilanimidade, mandar a Napoleão, por intermedio do marquez de Marialva, ricos presentes e mais ainda negociar o casamento de seu filho o Principe D. Pedro, que então contava apenas 9 annos, com uma sobrinha de Napoleão, filha de Luciano Bonaparte.

O grande general repelliu porém esses *expedientes* do monarcha portuguez e fez decretar pelo *Moniteur*, órgão official, a deposição da casa portugueza de Bragança.

Atemorizado, tratou D. João de mandar para o Brasil seu filho D. Pedro, com o titulo de condestavel, em companhia de frei Antonio de Arribada, que seria seu mentor e secretario.

Andoche Junot, (Duque de Abrantes)

Nesse interim, a Espanha que havia promettido não abandonar Portugal, assignou com a França, em 27 de Outubro de 1801, o tratado de *Fontainebleau*, pelo qual era Portugal retalhado em tres partes e entregue a principes estrangeiros.

Deu então o governo francez o prazo de quinze dias ao ministro portuguez em Paris, D. Lourenço de Lima, para abandonar o paiz, o mesmo tendo feito a Espanha com o conde de Ega, ministro portuguez em Madrid.

Resolveu então Portugal cumprir as imposições de Napoleão e, por decreto de 8 de Novembro, ordenou a prisão dos subditos inglezes e o sequestro de todas as propriedades britannicas.

Diante desse procedimento de D. João, o chefe do gabinete inglez lord Chatan, deu ordem para que a esquadra sob o commando de Sidney Smith bloqueasse os portos portuguezes e occupasse a ilha da Madeira.

Ao mesmo tempo tropas francezas sob o commando do general Andoche Junot invadiam o norte de Portugal.

Verificou então D. João que assim eram dois os inimigos: França e Inglaterra, e, por isso, voltou ás bôas com esta, desfazendo o que havia feito. O ministro inglez, lord Strangford, aconselhou D. João a que fugisse para o Brasil.

Acceitando o Principe Regente esse conselho, embarcou em Lisboa no dia 29 de Novembro de 1807, vindo a esquadra portugueza, que se compunha de 8 náos, 4 fragatas, 12 brigues e 2 charruas, com-

boiada por uma divisão ingleza sob o commando do almirante Sidney Smith.

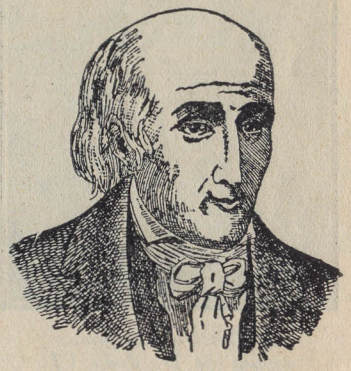
Na frota real, vinham fidalgos, funccionarios e familias que tambem immigravam, trazendo as riquezas susceptiveis de transporte.

"E — diz João Ribeiro — quando já os tambores francezes accordavam os echos da terra portugueza, D. João dizia adeuses ao povo, que no cáes de Belém se apinhava, saudando entre lagrimas o soberano que partia.

A rainha, indignada, fez grande escandalo, reluctando em altos gritos, e já no cáes, a embarcar na galeota.

Muitos portuguezes celebraram então com desvanecimento esse lampejo de patriotismo em pessôa tão falha de virtudes."

Ainda bem não tinha a frota portugueza perdido a terra de vista, e já Junot entrava em Lisbôa tomando conta da cidade e das fortalezas, e aprisionando ainda a bala alguns navios mercantes que se atrazaram na marcha.



José da Silva Lisbôa (Visconde de Cayrú)

Fugindo D. João, ficou o governo entregue a uma regencia de 5 membros, presidida pelo marquez de Abrantes.

Na viagem foi a frota batida por uma tempestade, dividindo-se em duas, indo a mais numerosa arribar á Bahia, onde foi D. João recebido enthusiasticamente, desembarcando dois dias depois da chegada, isto é, no dia 24 de Janeiro de 1808, ás 5 horas da tarde.

Na Bahia, permaneceu D. João até o dia 26 de Fevereiro, tendo ahi occasião de assignar por conselho do notavel jurisconsulto bahiano José da Silva Lisbôa (depois Visconde de Cayrú) no dia 28 de Janeiro, o decreto que franqueava os portos brasileiros ás nações amigas.

Embarcando na Bahia, chegou D. João ao Rio a 7 de Março, desembarcando no dia seguinte, indo installar-se com a familia no antigo palacio dos Governadores, que havia sido preparado por ordem de D. Marcos de Noronha (conde dos Arcos) então vice-rei do Brasil.

Durante nove dias foram celebradas grandes festas em homenagem á chegada de D. João, que, segundo acreditava a maioria do povo, vinha trazer grandes beneficios ao Brasil.

Em breve, porém, começaram a surgir os aborrecimentos, pois não possuindo a cidade numero sufficiente de habitações condignas

para todos os membros dessa comitiva de inuteis, mandou D. João, insolitamente, evacuar da noite para o dia grande numero de predios para que nelles se aboletassem os fidalgos, que covardemente haviam deixado a patria no momento em que ella perigava.

Obrigados os moradores dos principaes predios a cedel-os, foram nelles inscriptas as lettras P. R. (Principe Regente), o que deu motivo á indignação dos brasileiros que dentro em pouco começaram a traduzir as letras como querendo dizer: *Ponha-se na Rua* ou ainda *Predio Roubado*.

D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI

Ainda mais augmentou a indignação dos brasileiros o facto de ser o povo obrigado a tomar lucto quando morria alguma pessôa da familia real, e o irritante procedimento da princeza espanhola D. Carlota Joaquina, esposa de D. João, que pretendia levar no Rio, pequena cidade, então sem recursos, a vida apparatosa de Lisbôa, fazendo com que as suas sahidas á rua tornassem insupportavel a vida na cidade, pelo infernal barulho que faziam os seus cadetes e batedores.

No dia 1 de Abril, ainda do mesmo anno (1808) declarou D. João livres as industrias da prohibição que sobre ellas pesava, e, um mez depois (1 de Maio), publicou uma declaração de guerra á França, na qual dizia: "A côrte levantará a sua voz do seio do novo imperio que vae crear."

Como não pudesse hostilizar directamente a França, mandou D. João invadir e conquistar a Guyana Franceza, o que foi feito por um corpo de 900 soldados sob o commando do tenente-coronel Manoel Marques d'Elvas Portugal, que auxiliado do mar por uma pequena frota, sob o commando do capitão de mar e guerra inglez James Lucas Yeo, entrou, em 12 de Janeiro de 1809, em Cayenna, (capital da Guyana), tendo o governador Victor Hugues, assignado em Bourda a capitulação, retirando-se depois para a Europa. Annexada a Guyana Franceza aos dominios portuguezes, foi nomeado, em Março de 1810, seu governador, o desembargador mineiro João Severiano Maciel da Costa, assim se conservando até 1817 quando, pela derrota de Napoleão em Warteloo, tendo Portugal assignado um tratado de paz com a França, entregou aquelle territorio a Luiz XVIII, rei do paiz.

De 1811 a 1821 foi o sul do Brasil saccudido por varias guerras

que deram em resultado a annexação da Banda Oriental do Uruguay ao Brasil com o nome de Provincia Cisplatina.

Tendo as tropas de Buenos Aires, sob o commando do coronel Rondeau, cercado Montevidéo, pediu o general espanhol Elio, que commandava esta praça, o auxilio do general D. Diogo de Souza, do exercito portuguez na fronteira.

Pouco depois, porém, tendo Elio concluido um armisticio com Rondeau, pediu que D. Diogo de Souza retirasse as suas tropas, ao que este não accedeu, obriganuo o exercito argentino a levantar o cerco de Montevidéo e a repassar o Rio da Prata.

D. João VI

No anno seguinte (1812) D. Diogo bateu em varios recontros as forças de Artigas e de outros caudilhos, resolvendo mais tarde retirar as suas tropas.

Em 1814 cahiu Montevidéo em poder dos argentinos, resolvendo então o Principe Regente mandar vir de Portugal a divisão dos *Voluntarios d'El-Rei*, que, reunida ás forças brasileiras, occuparam toda a Banda Oriental, sob o commando do general Frederico Lecor, depois Visconde da Laguna.

Artigas e outros caudilhos argentinos foram batidos pelas forças brasileiras estacionadas no Rio Grande do Sul, emquanto Lecor marchava sobre Montevidéo, que capitulou no dia 20 de Janeiro de 1817.

Continuaram as nossas tropas a colher novos louros, até que em 31 de Julho de 1821 os deputados das diversas povoações da Banda Oriental, reunidos em Montevidéo, resolveram incorporar esse paiz ao Brasil com o nome de Provincia Cisplatina.

Por decreto de 16 de Dezembro de 1815 foi o Brasil elevado á categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves.

Por essa occasião demonstrou D. Carlota Joaquina, mais uma vez, o seu grande odio ao Brasil. Tendo D. João ordenado ao marquez de Aguiar que lavrasse o decreto elevando o Brasil a Reino, teve aquella senhora esta expressão: "Não faça isso, Senhor. O Brasil não é digno dessa mercê", ao que D. João respondeu: "O Brasil já é digno, Senhora, de todas as mercês", e em seguida confirmou a ordem ao ministro: "Lavre o decreto, marquez".

O facto tem tanto maior valor quanto se sabe que rasgos de energia, como esse, eram rarissimos no Principe Regente...

Antes de ordenar ao marquez de Aguiar que lavrasse o decreto, quiz D. João ouvir o *Conselho de Estado*. Tal fazendo, do conselheiro Thomaz Antonio ouviu D. João as seguintes palavras que muito influiram na resolução que tomou: "Senhor, a situação é esta, sem a menor duvida: ou Vossa Magestade proclama a independencia do Brasil, elevando-o a reino, e neste caso contraria os portuguezes; ou Vossa Magestade conserva o Brasil na posição subalterna de vice-reino, e neste caso terá o descontentamento dos brasileiros. E' claro que Vossa Magestade terá maior amor ao berço de seus avós; mas é justo que ame este povo que o recebeu entre festas e alegrias em 1808, quando Vossa Magestade foi coagido a deixar a patria que o viu nascer. Da consciencia e do coração de Vossa Magestade está dependendo a formação de um grande Imperio na America, cuja corôa seria sua... O Imperio do Brasil unido ao reino de Portugal faria de ambos uma grande potencia, que, como sabe, seria reconhecida pelo Congresso de Vienna."

No anno seguinte, 20 de Março de 1816, tendo fallecido D. Maria I, subiu o Principe Regente ao throno de Portugal como rei, com o nome de D. João VI.

Máo grado sua fraqueza, D. João decretou uteis medidas que, aliás, não partiam delle, e sim de seus ministros, notadamente de D. Rodrigo de Souza Coutinho, posteriormente conde de Linhares.

Foi benefica, pois, para o Rio de Janeiro, a administração do Principe Regente, durante a qual foram creados os seguintes estabelecimentos: as secretarias de Estado, o Supremo Conselho Militar, a Fabrica de Polvora da Lagôa Rodrigo de Freitas, a Imprensa Regia, a Academia de Marinha, a Escola de Medicina, o Jardim Botanico, a Escola de Bellas Artes, a Bibliotheca Real, o Archivo Militar, a Casa de Supplicação, a Academia de Sciencias Physicas, Mathematicas e Naturaes, e muitos outros, entre elles um banco de deposito, desconto e emissão que se transformou no Banco do Brasil, sendo creado com o capital de 3 milhões de cruzados, divididos em 1.200 acções de um conto de réis cada uma.

Os unicos monopolios conservados foram o do páo brasil e o dos diamantes, até 1832.

CAPITULO XX

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

A rivalidade que por muito tempo existiu entre portuguezes e brasileiros foi a causa da revolução pernambucana de 1817.

O governo estava sempre ao lado d'aquelles, e isso começou a irritar os brasileiros que, anciosos de liberdade, imaginaram repellir o jugo portuguez.

Os partidarios das ideias liberaes reuniam-se no Recife em casa de Domingos José Martins, negociante, regularmente instruido.

Entre elles contavam-se os padres João Ribeiro Pessôa de Mello Montenegro, Miguel Joaquim de Almeida Castro (padre Miguelinho), José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima (padre Roma), Pedro de Souza Tenorio, frei Joaquim do Amor Divino Caneca e os militares capitão José de Barros Lima (alcunhado o *Leão Coroado*), o capitão Domingos Theotonio Jorge e o enente Antonio Henriques Rebello.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro

Coube a parte mais activa da propaganda revolucionaria ao clero, que chegou a ter 32 representantes envolvidos no movimento libertador.

Recebendo o governador de Pernambuco, capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois marquez da Praia Grande), denuncia dessas reuniões, dada por José da Cruz Ferreira, mandou publicar uma ordem do dia em que concitava os officiaes brasileiros a "*não tratarem nem terem sociedade com homens empestados, que pretendiam enganal-os com falsas suggestões.*"

Mais se irritaram ainda os animos dos brasileiros, resolvendo

então o governador mandar prender e processar os oito seguintes accusados: Domingos José Martins, padre João Ribeiro Pessôa de Mello Montenegro, Antonio Gonçalves da Cruz, cirurgião Guimarães Peixoto, tenentes Manoel de Souza Teixeira e José Mariano Cavalcanti e capitão Domingos Theotonio Jorge Martins Pessôa e José de Barros Lima (*Leão Coroado*).

Foi encarregado de prender os civis o marechal José Roberto, cabendo ao brigadeiro de artilharia Manoel Joaquim Barbosa de Castro a obrigação de effectuar a prisão dos officiaes sob seu commando.

Apresentou-se Barbosa de Castro no quartel, e, após censurar o procedimento dos seus commandados, enviou preso para o forte das Cinco Pontas o capitão Domingos Theotonio Jorge, a quem grosseiramente offendeu. Quando, porém, parecia disposto a insultal-os um por um, o capitão José de Barros Lima, mais conhecido por *Leão Coroado*, atravessou-o com a espada, dizendo: *"Morre infame!"* E á frente da tropa, então insurgida, sahiu do quartel a 6 de Março de 1817.

Manoel Joaquim Barbosa de Castro

O governador refugiou-se covardemente na fortaleza do Brum, encarregando o seu ajudante de ordens, tenente-coronel Alexandre Thomaz, de reunir a tropa e suffocar o levante.

Cumpriu este a ordem recebida, mas, ao aproximar-se dos revoltosos, foi por elles fuzilado, ouvindo-se o capitão Pedro da Silva Pedroso exclamar: *"Camaradas! Eis o inimigo de Pernambuco, a causa de nossas desgraças... Fogo!"*

Morto Alexandre Thomaz, os seus soldados fugiram, espalhando-se a confusão na cidade. Os portuguezes foram maltratados e as prisões abertas, tendo o tenente Antonio Henriques Rebello corrido a dar liberdade a Domingos José Martins, que estava preso, no largo da Cadeia, exclamando ao dar-lhe a liberdade: *"Martins, nosso amigo, nosso pae, nosso libertador! desce, que todos estamos promptos a derramar o sangue por ti!"*

O governador, refugiado na fortaleza do Brum, capitulou no dia 7 de Março, e foi mandado preso para a ilha das Cobras, nesta capital.

Triumphando assim a revolução, organizou-se um governo provisorio, do qual foi ministro o padre João Ribeiro Pessôa de Mello Montenegro e membros Domingos José Martins, Domingos Theotonio Jorge, o padre Miguelinho, dr. José Luiz de Mendonça e Manoel José Corrêa de Araujo.

Esse governo provisorio resolveu immediatamente augmentar o soldo das tropas, fazer algumas promoções, instituir o tratamento de *vós* e despachar para os Estados Unidos Antonio Gonçalves da Cruz, afim de comprar armamentos e contratar officiaes.

Foi instituido ainda um conselho Consultivo composto por Antonio de Moraes e Silva, Gervasio Pires Ferreira, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Bernardo Ferreira e o portuguez Manoel José Pereira Caldas.

Domingos José Martins

Como fórma de governo foi escolhida a republicana, e adoptada a bandeira do *arco-iris*, na qual brilhavam tres estrellas, representando as tres provincias que se haviam revoltado (Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte).

Essa bandeira foi abençoada e consagrada no "Campo da Honra" no dia 3 de Abril de 1817, quinta-feira santa (*)

Fora ella desenhada por Antonio Alves e confeccionada em panno pelo alfaiate José Barbosa.

Com o fim de obter o reconhecimento da novel republica, foram enviados emissarios aos Estados Unidos e á Inglaterra; e, para obter adhesões, foram outros enviados á Bahia, Alagôas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, tendo a Parahyba e o Rio Grande do Norte adherido immediatamente.

Para o Ceará foi o padre José Martiniano de Alencar, que não conseguiu resultado pratico, tendo sido preso no Crato em 11 de Maio.

Para a Bahia seguiu o padre Roma, que, ao aportar á barra de Itapoan, no dia 26 de Março, foi preso e fuzilado tres dias depois no campo da Polvora, sem revelar os nomes dos bahianos implicados

(*) Erroneamente dão alguns autores a data de 21 de Março e outros a de 2 de Abril. Entre os primeiros conta-se Muniz Tavares, e entre os segundos Dias Martins, ambos autores de notaveis e valiosas obras sobre a Revolução Pernambucana de 1817.

no movimento, e tendo tido, como bem disse monsenhor Francisco Muniz Tavares, (*) "bastante presença de espirito e caridade para lançar ao mar os papeis que trazia".

No momento em que ia ser fuzilado disse o padre Roma, voltando-se para os soldados: *"Camaradas, eu vos perdôo a minha morte; lembrae-vos na pontaria que aqui* (poz a mão sobre o coração) *é a fonte da vida... e atirae!"*

O governador da Bahia, que era então o conde dos Arcos, mandou, para Pernambuco, uma divisão por terra sob o commando do marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda e uma esquadrilha por mar, o mesmo fazendo o Rio de Janeiro, de onde partiu tambem uma esquadrilha sob o commando do vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, que assumiu, em Pernambuco, no dia 23 de Abril, o commando supremo das operações no mar, bloqueando Recife.

Pernambuco resistiu heroicamente, mas a Parahyba e o Rio Grande do Norte renderam-se immediatamente. Veio d'ahi o desanimo e o consequente esmagamento da revolução.

Domingos José Martins foi ferido e preso, e a cidade, abandonada pelos revoltosos, cahiu em poder de Rodrigo Ferreira Lobo, que tomou conta do governo.

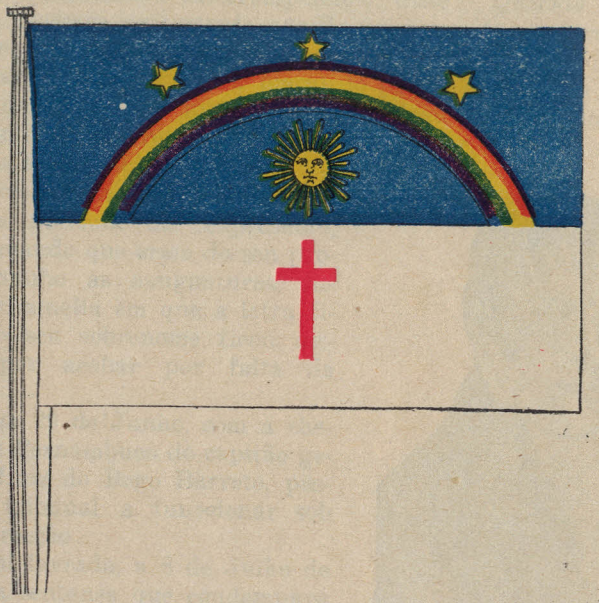
O padre João Ribeiro suicidou-se perto de Olinda, no Engenho Paulista, sendo enterrado na capella que ahi existia. De lá foram desenterral-o os barbaros oppressores da liberdade patria, que o degollaram, entrando triumphalmente no Recife com a cabeça do abnegado sacerdote, que foi, por ordem de Rodrigo Lobo, pendurada no pelourinho.

Antonio Carlos, irmão do grande José Bonifacio, entregou-se á prisão, tendo atravessado as ruas de Recife algemado e em mangas de camisa, exposto aos insultos da populaça portugueza. Foi solto mais tarde.

José Luiz de Mendonça apresentou-se no pateo do palacio onde se achava Rodrigo Lobo e disse, ao corpo da guarda, abrindo os braços: *"Camaradas, eu sou o proscripto José Luiz de Mendonça; atirae, se quereis e matae-me."*

Preso immediatamente, foi agrilhoado e levado para bordo do *Carrasco*, seguindo juntamente com outros companheiros para a Bahia, onde se installou um tribunal militar que condemnou á morte Domingos José Martins, o padre Miguelinho (Miguel Joaquim de Almeida e Castro) e José Luiz de Mendonça, que foram fuzilados ás 10 horas da manhã do dia 12 de Junho de 1817.

(*) Historia da Revolução de Pernambuco em 1817 — 2ª edição — 1884.



BANDEIRA DA REPUBLICA

DE

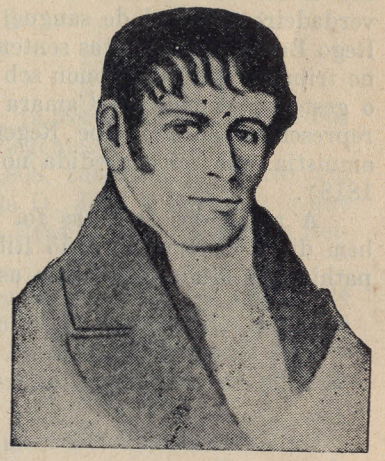
PERNAMBUCO

Abençoada e consagrada no "Campo da Honra" no dia 3 de Abril de 1817, quinta-feira santa.

Domingos Martins, na hora em que ia ser fuzilado, dirigiu aos soldados estas palavras: *"Vinde executar as ordens do vosso sultão; eu morro pela liberdade."*

Dos dois outros, (padre Miguelinho e Mendonça), sabe-se que este ultimo, indignado, começou a apostrophar os *juizes malvados*, quando Miguelinho, interrompendo-o, disse: *"Querido amigo, façamos e digamos unicamente aquillo para que temos tempo"*, e ajoelhou-se diante do crucifixo, pondo-se a rezar.

Para attestar do valor moral do padre Miguelinho basta que se saiba que tendo-lhe insinuado o governador conde dos Arcos, no proposito de o proteger, que negasse a authenticidade da sua firma nos documentos, repelliu o grande patriota tal expediente, confirmando que eram do seu proprio punho as assignaturas, inclusive aquella em que a letra final do seu sobrenome ficou metade por acabar por falta de papel.



José Luiz de Mendonça

Em 29 de Junho, com a chegada a Pernambuco do capitão general Luiz do Rego Barreto, passou o tribunal a funccionar sob sua direcção.

Foi lavrada, a 8 de Julho de 1817, a sentença que condemnava á morte Domingos Theotonio Jorge, José de Barros Lima (o *Leão Coroado*) e o padre Pedro de Souza Tenorio, vigario de Itamaracá.

Essa sentença continha, entre outras, as seguintes palavras: "as sobreditas penas se executem nos réos, os quaes, todos, depois de mortos terão cortadas as mãos e decepadas as cabeças, e se pregarão em postes, a saber: a cabeça do primeiro réo na Soledade e as mãos no quartel; a cabeça do segundo em Olinda e as mãos no quartel; a cabeça do terceiro em Itamaracá e as mãos em Goyana, e os restos dos seus cadaveres — serão ligados a caudas de cavallos e arrastados até o cemiterio."

São do bravo Domingos Theotonio Jorge Martins Pessôa, que, no declinio da revolução, se arvorara em dictador, estas palavras ditas na hora de ser enforcado: *"Meus patricios, a morte não me aterra, aterra-me a incerteza do juizo da Posteridade. Eu deixo um filho em tenra idade, elle é vosso; não o abandoneis, ensinae-lhe o caminho da virtude e da honra."*

No Recife foram ainda enforcados o padre Antonio Pereira,

Amaro Gomes Coutinho, José Peregrino Xavier de Carvalho, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira e o bravo Antonio Henriques Rebello que morreu bradando *"Viva a Patria!"*

Saciavam-se os vandalos no sangue dos brasileiros. Custa a crer que, em pleno seculo XIX, Nero encontrasse tão perfeitos discipulos.

Em 6 de Agosto foram suspensas as execuções, mandando o rei instituir uma alçada formada por dois desembargadores do paço e dois da casa de supplicação.

Installada em 3 de Setembro em Pernambuco, e funccionando até Fevereiro de 1818, essa alçada, sob a presidencia do desembargador Bernardo Teixeira Coutinho, tornou-se dentro em pouco um verdadeiro tribunal de sangue, tão horrivel que o proprio Luiz do Rego Barreto, que tantas sentenças crueis ordenára dois mezes antes, no tribunal que funccionou sob sua direcção, foi o primeiro a apoiar o gesto do Senado da Camara que, diante de tamanha carnificina, representou ao Principe Regente de Portugal implorando-lhe a amnistia, que foi concedida no dia da coroação (6 de Fevereiro de 1818).

A acção dos realistas foi tão execravel e hedionda, que, como bem diz o historiador João Ribeiro, bastaria para justificar a sympathia que ainda despertam as suas gloriosas victimas.

CAPITULO XXI

REVOLUÇÃO DE 1820 EM PORTUGAL; SEUS EFFEITOS NO BRASIL

Quando, em 20 de Março de 1816, falleceu D. Maria I, subiu ao throno seu filho, o então Principe Regente, D. João.

Como estivesse no Brasil desde 1808, rebentou no Porto, em 1820 uma revolução, exigindo a volta de D. João a Portugal, o que se deu em 26 de Abril, deixando elle no Brasil, como regente do Reino, seu filho D. Pedro.

A revolução rebentou a 24 de Agosto de 1820 na cidade do Porto, estendendo-se a Lisboa. Os revoltosos, á frente dos quaes se encontravam o desembargador Manoel Fernandes Thomaz e o ouvidor geral José da Silva Carvalho, queriam que o governo promulgasse uma constituição.

Governava nesse tempo Portugal o marechal Guilherme Carr Beresford, representante da Inglaterra, que se achava no Rio quando rebentou a revolução, motivo por que a administração passou para uma *Junta Provisoria* que immediatamente convocou as côrtes dos tres estados — clero, nobreza e representantes das cidades, para formular a Constituição.

Chegada a noticia ao Brasil pelo brigue *Providencia*, adheriram ao movimentos as tropas portuguezas estacionadas no Pará e no Rio de Janeiro.

Na Bahia as tropas tambem adheriram, proclamando a 10 de Fevereiro a futura constituição que as côrtes de Portugal viessem a promulgar. Ahi, porém, deu-se um incidente motivado pelo facto de querer o marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois marquez de Barbacena, tomar o trem que estava de posse da artilharia, commandada pelo tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães. No conflicto que por esse motivo se produziu, morreram dez soldados e um official, livrando-se difficilmente o marechal.

Semelhante á do Pará, foi então formada na Bahia uma junta

governativa, cuja presidencia foi offerecida ao marechal conde de Palma, governador e capitão general da provincia, que não a acceitou, retirando-se para o Rio de Janeiro; essa presidencia foi confiada a Luiz Manoel de Moura Cabral.

Resolveu D. João enviar seu filho D. Pedro a Portugal *"para restabelecer as reformas e melhoramentos e leis que deviam consolidar a Constituição Portugueza e tomar as medidas que fossem applicaveis ao Brasil."*

A decisão não agradou e as tropas, sob o commando do brigadeiro Francisco Joaquim Carreti, sahiram para a praça publica a reunir-se ao povo, que chefiado pelo conhecido advogado Marcellino José Alves Macambôa, exigia que D. João acceitasse a Constituição *"tal como as côrtes a viessem a decretar."*

Sciente do levante das forças que se achavam reunidas no largo do Rocio, para lá se dirigiu a cavallo o Principe D. Pedro, que prometteu obter de seu pae o que a tropa desejava.

Indo ao paço de S. Christóvão, voltou dentro em pouco, trazendo um decreto pelo qual D. João VI se compromettia a approvar e fazer cumprir a constituição da Junta Revolucionaria de Lisbôa, decreto esse que D. Pedro leu da varanda do theatro João Caetano, então chamado Real Theatro de S. João, na segunda-feira 26 de Fevereiro de 1821.

Esse theatro que é o mais antigo do Rio de Janeiro, foi inaugurado em 12 de Outubro de 1813 com o nome de Real Theatro de S. João. Em 1831 mudou o nome para Constitucional Fluminense; em 1838, passou a ter o nome de S. Pedro de Alcantara; e em 24 de Agosto de 1923 recebeu o nome de João Caetano, que até hoje conserva.

Foi logo depois demittido o ministerio, que se impopularizara, entrando para o novo gabinete Silvestre Pinheiro Ferreira. Conseguiu D. Pedro que, depois disso, seu pae viesse á cidade receber as homenagens que o povo lhe queria prestar.

D. João VI, fraco e irresoluto, a custo sahiu do paço de São Christóvão, atemorizando-se quando, ao chegar á praça do Rocio, actual Tiradentes, por volta das 11 horas, julgou que o queriam matar, chegando, segundo dizem, a desmaiar quando viu alguns pretos, no auge do enthusiasmo, desatrellarem os animaes da sege para puxal-a.

Afinal viu o rei que tudo aquillo não passava de regosijo popular e tanto rejubilou que, na praça publica, ao vozear da populaça, quasi foi jurada a constituição pelo rei, pelos principes e pelos militares.

Tal regosijo continuou durante alguns dias.

Para proval-o basta ler o que dizia a *Gazeta do Rio de Janeiro* (*) no seu numero de 3 de Março de 1821:

"As demonstrações de publico regosijo, que mencionámos no numero precedente, em consequencia do assignalado beneficio com que S. M. El-Rei Nosso Senhor felicitou o reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, continuarão nos seguintes dias com o mesmo fervor.

Terça-feira, pela uma hora da tarde, salvarão as fortalezas e a esquadra, que, desde o nascer do sol, estavam elegantemente embandeiradas. A' noite, a geral illuminação dos edificios correspondeu á das embarcações, o que offereceu a perspectiva mais agradavel.

Ainda que Sua Majestade não hourou com a sua augusta presença o Real Theatro de S. João, renderão-se á sua efigie os devidos tributos de respeito e veneração; cantou-se o hymno nacional, e repetidos vivas a Sua Majestade, a S. A. Real o Principe Real, seu fiel imitador, e á constituição, testemunharão o jubilo dos espectadores. O theatro achava-se tambem illuminado com profusão e elegancia.

No seguinte dia, quarta-feira, repetiu-se a salva e a illuminação de que temos fallado. No theatro, porém, notou-se um enthusiasmo mais exaltado. Ao levantar o panno apparecerão os retratos de S. M. El-Rei Nosso Senhor, da Rainha Nossa Senhora e de S. A. o Principe Real, cujas eminentes qualidades se cifravão no verso do nosso épico — *Que de tal pai tal filho se esperava* — e de S. A. Real a Princeza Real.

Cantarão os musicos o hymno nacional, sempre seguido de altos vivas aos sagrados objectos que érão os motivos de tanto prazer, e o mesmo fizérão as senhoras dos respectivos camarotes e o immenso povo que havia concorrido.

No fim do 1º acto do drama (que era a *Caçada de Henrique IV*, composição do celebre Puceita) repetirão-se os mesmos applausos, e os espectadores aproveitárão as felizes allusões que offerecia a peça."

Depois o conde de Palmella, o ministro inglez no Rio, Thorton, e outros, começaram a convencer D. João de que devia voltar a Portugal, pois os successos que por lá occorriam eram pouco tranquilizadores. Percebeu porém, logo o povo o verdadeiro motivo da revolução em Portugal. Despeitados com o grande progresso que o Brasil ia obtendo, sendo aqui a metropole e Portugal um reino secundario, subordinado e dependente, os portuguezes queriam reduzir o Brasil ao antigo estado colonial.

Por tal motivo formaram-se partidos, uns a favor e outros contra a volta de D. João VI, estando neste numero o novo ministro Silvestre Pinheiro Ferreira.

Finalmente, por decreto de 7 de Março, resolveu o rei annunciar ao povo a sua intenção de partir para Portugal, dizendo elle então ser "um dos mais custosos sacrificios de que é capaz o meu paternal e regio coração, separando-nos pela segunda vez de vassallos, cuja memoria me será sempre saudosa, e cuja prosperidade jámais

(*) A *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada em 10 de Setembro de 1808, foi o primeiro jornal que se publicou no Brasil.

cessará de ser em qualquer parte, um dos mais assiduos cuidados do meu paternal governo."

Em outro decreto, de 7 de Março tambem datado, mandou D. João proceder á eleição dos Deputados ás côrtes de Lisbôa. Como, porém, não conhecessem ainda os eleitores processo regular de eleições, adoptaram o da constituição espanhola, pela qual a escolha era feita por muitos gráos differentes: o povo elegia commissarios; estes, os eleitores parochiaes, que por sua vez, escolhiam os da provincia, cabendo a estes nomear os deputados.

Feitas as eleições parochiaes, reuniram-se os eleitores no dia 20 de Abril de 1821, sabbado de alleluia, no edificio da Bolsa, na Praça do Commercio, para escolher os eleitores da provincia. Tornou-se logo tumultuosa a reunião, que, excedendo as suas attribuições, começou a decretar medidas que escapavam á sua competencia, entre ellas a de ordenar ás fortalezas que impedissem a sahida da esquadra portugueza, que deveria conduzir o rei.

De volta da fortaleza de Santa Cruz, o coronel Manoel José de Moraes, que fôra intimar o commandante a não permittir a sahida da esquadra, sem que fossem restituidos os cofres publicos do Estado, os quaes, segundo se dizia, estavam nos navios, foi preso juntamente com as pessôas que o acompanhavam, por ordem de D. João.

Já havia este, porém, pouco depois acceito as imposições que lhe fizeram, declarando que não se havia apoderado dos cofres publicos e que acceitava a constituição espanhola, quando um destacamento da tropa portugueza, secretamente influenciado pelo principe D. Pedro, invadiu traiçoeiramente, ás 3 horas da madrugada, o edificio, dispersando a assembléa a tiros e a ponta de bayoneta, morrendo tres eleitores e sahindo 20 feridos (21 de Abril de 1821).

Esse acontecimento indignou a multidão, accendendo de novo a inimizade entre brasileiros e portuguezes, motivo por que, de parte a parte, se deram varias represalias.

Resolveu então D. João promulgar os dois decretos de 22 de Abril, annullando quanto havia promettido na vespera e nomeando seu filho D. Pedro regente do Brasil.

No dia seguinte, 23 de Abril, dirigiu D. João VI longa proclamação aos habitantes do Rio de Janeiro, que terminava dizendo:

"Confiai nos cuidados do governo, na benevolencia e prudencia de meu muito amado e prezado filho, o Principe Real; vivei segundo as regras que vos prescrevem as leis e sereis felizes, como vos deseja o vosso rei, que vos tem regido com suavidade e amor verdadeiramente paternal."

A 24, deu El-Rei beija-mão a todos os que delle se quizessem despedir, e, na madrugada do dia seguinte, anniversario de sua esposa D. Carlota Joaquina, embarcou na galeota *D. João VI*, do commando do capitão de mar e guerra Joaquim Epiphanio da Cunha.

No dia seguinte, 26 de Abril de 1821, por volta das 7 horas da manhã, seguia para Lisbôa a esquadra portugueza, conduzindo D. João VI. Na hora de embarcar, disse este a seu filho em estado de grande commoção: *"Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; si assim fôr, põe a corôa sobre tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão d'ella."*

Previa já D. João VI a breve emancipação do Brasil, que veio a ser realidade pouco depois, isto é, em 7 de Setembro de 1822, como estudaremos mais adiante.

A esquadra chegou a Lisbôa em 3 de Julho de 1821, ás 9 horas.

D. Carlota Joaquina — a pessima esposa de D. João a quem innumeros desgostos deu e, a quem pretendeu até tirar a regencia em 1805, conspirando miseravelmente contra elle — ao desembarcar em Lisbôa, segundo dizem, ajoelhou e beijou o chão *saudosa da patria* que abandonára juntamente com o seu marido, quando ella perigava.

Julgava-se feliz em ter sahido do Brasil, que ella sempre odiou.

Sobre o regresso de D. João VI a Portugal escreve em sua Historia do Brasil o nosso eminente patricio dr. Rocha Pombo: "Concluidos os necessarios aprestos de viagem, chegou o momento de partir. A esquadra, commandada pelo conde de Vianna, compunha-se da nau *D. João VI*, das fragatas *Carolina* e *Princeza Real*, das charruas *Oreste* e *Peniche* e mais quatro, além de muitos transportes e embarcações mercantes. Cerca de quatro mil pessoas deixavam as plagas americanas, que as haviam abrigado durante aquelles treze annos de tormenta. Bens, dinheiro, joias copiosas transportavam-se agora do Brasil para a antiga metropole. Difficilmente se daria idéa das scenas que se passaram naquelles dias. Narram tradições populares que fôra extremamente enternecedor o espectaculo do embarque de d. João no dia 24 ao cahir da noite. (*) Partia-se-lhe o coração ao deixar uma terra onde, si não alegres, mais calmos, lhe haviam ao menos corrido alguns annos de vida, e onde encontrára alguma quietação e repouso que nunca tivera na Europa. Banhado em lagrimas, balbuciando phrases desconnexas e cortadas de soluços, era visivel o soffrimento que o acabrunhava. Cahia ás vezes numa especie de deliquio que punha em cuidados toda a Côrte; e de repente rompia em vozes e gestos singulares que se diriam effeitos de um sonho attribulado. Abraçava repetidamente o filho querido, a nora e a netinha, e apertava convulso as mãos dos subditos dilectos de que se ia separar. No mesmo dia do embarque, mandou franquear ao povo o paço da cidade e deu beija-mão geral de despedida, fazendo larga distribuição de titulos e condecorações. Fez espalhar proclamações dirigidas aos habitantes do Rio de Janeiro e ao exercito: a todos agradecendo os serviços e as provas de affecto; recommendando-lhes fidelidade a D. Pedro, que como penhor do seu coração legava á America, pedindo-lhes que desprezassem insidiosas tentações dos amotinadores, que desejavam arruinar as bases do Estado, e afiançando-lhes que encontrariam sempre um amigo constante e um pai carinhoso no soberano, que delles se apartava, e nunca delles

(*) Dá o cons. Pereira da Silva — dia 26. Engana-se. A 26 pela manhã foi a partida. O dr. Mello Moraes dá madrugada de 25 e explica assim: "Sabe-se que o Rei fez o seu embarque na madrugada do dia 25 por ser esse o dia em que a rainha d. Carlota Joaquina fazia annos, e sendo de grande gala, elle não queria festejál-o e nem dar beija-mão, e por isso embarcou de madrugada na náu *D. João VI*."

se esqueceria. — No dia 26, pela manhã, levantou ancoras a nau, em que El-Rei se embarcára com a familia real, os ministros e os creados da sua casa. Imitaram o exemplo os demais navios, abrindo velas ao vento fresco que descia das serras. Multidão extraordinaria de toda a especie de embarcações corriam de um para outro lado e acompanharam a frota até a sahida da barra. Foi ali, defronte quasi á fortaleza de Santa Cruz, que, olhando para a cidade que ficava, apertou El-Rei pela ultima vez nos braços o filho, que em seguida se passou para a galeota e regressou para terra. Dizem que foi neste momento de separar-se do filho que o doloroso monarcha, lançando-lhe ao pescoço uma insignia do Tosão de Ouro, proferiu aquellas palavras de aviso ou talvez mesmo confirmativas de concerto já feito entre elles, (*) depois das quaes não se comprehende como d. Pedro por tantos mezes retardou aquelle seu gesto do Ipiranga." (**)

(*) Segundo o cons. Pereira da Silva, foram estas as palavras de d. João VI: "Bem antevejo que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal. Nesse caso, si me não puderes conservar a corôa, guarda-a para ti e não a deixes cahir em mãos de aventureiros." Dá em nota o autor citado: "D. Pedro asseverou estas palavras em uma carta que escreveu a seu pai em 1822 e que foi apresentada nas côrtes de Lisbôa com outra de D. João em que as negava. Mas o marquez de Rezende nos seus *Eclaircissements historiques sur mes negociations relatives aux affaires du Portugal*, publicados em Paris em 1832, declara que as confirmou d. João VI em outra carta de 12 de Maio de 1822 que El-Rei lhe mandára para, na qualidade de seu diplomata a Vienna, entregar confidencialmente ao imperador da Austria. Deve-se portanto acreditar que a negativa de El-Rei ás côrtes procedera das circumstancias apertadas em que se achava em Lisbôa e dos sustos de confessar-lhes a verdade.

(**) Conclue assim o cons. Pereira da Silva: "Da galeota acompanhou d. Pedro com os olhos os navios emquanto a vista alcançou seguil-os. Tarde regressou com sua esposa para os paços de S. Christóvão. Entregou-se a profundas cogitações por todo o resto do dia e pela noite que se lhe succedeu preparando-se para encetar o mister arduo e complicado do governo de um povo dividido já em partidos, anarchizado, inexperiente da vida politica, tirado de subito para goso das liberdades publicas e indeciso ainda sobre o que mais convinha á sua propria felicidade e futuro."

CAPITULO XXII

REGENCIA DE D. PEDRO. INDEPENDENCIA DO BRASIL

Tendo D. João VI voltado a Portugal, em 26 de Abril de 1821, começa o Brasil a ser governado por seu filho D. Pedro, na qualidade de Principe Regente.

De accôrdo com as instrucções que lhe deixára seu pae, D. Pedro organizou o seu ministerio com as seguintes pessoas: conde dos Arcos, conde de Louzã, (*) marechal Carlos Frederico de Caula e major general da armada Manoel Antonio Farinha, respectivamente nas pastas do reino, fazenda, guerra e marinha.

Inaugurou D. Pedro o seu governo fazendo economia nas despesas publicas, a começar pelas que se faziam com o seu palacio. Para ver o que nestas cortou, basta dizer que, entre outras medidas, reduziu para 156 o numero de animaes a seu serviço, quando seu pae mantinha nas cavallariças 1.200.

Mandou D. Pedro que se realizassem as eleições dos deputados para Lisbôa pela provincia do Rio de Janeiro, e viu-se logo em difficuldades, pois os brasileiros não desejavam trocar a estadia da patria pela de Lisbôa.

Os indicados desistiam, allegando que seriam mais uteis aqui do que lá, e resolveu-se então eleger deputados os fluminenses que já residiam na velha capital portugueza.

Assim foram eleitos D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e Luiz Martins Bastos.

Como, porém, tivesse a provincia de dar cinco deputados e não houvesse em Portugal outros fluminenses, além dos tres referidos, continuou o embaraço, a custo resolvido com a eleição de Luiz Nico-

(*) O conde de Louzã era um portuguez vaidoso e pouco culto que se incompatibilizou logo com os brasileiros, pois para os cargos que vagavam no seu ministerio só nomeava portuguezes, declarando mesmo que não approvava a nomeação de nenhum brasileiro para logar publico de importancia.

láo Fagundes Varella e João Soares de Lemos Brandão, que acabaram acceitando.

Em Maio de 1821 foram conhecidas no Rio as bases da constituição decretadas em Lisbôa, e como ellas proprias declarassem não ser obrigatorias para o Brasil, emquanto não fossem assignadas na Côrte pelos nossos deputados, entendeu justamente D. Pedro que o Brasil estava desobrigado por emquanto de prestar juramento a essas bases, porquanto não tinham a assignatura dos nossos deputados, que não estavam ainda nas camaras portuguezas.

Começaram diante disso as tropas portuguezas, por influencia do conde de Louzã, a gritar pelo juramento immediato, tramando-se mesmo uma conspiração que tinha por fim obrigar D. Pedro a tal fazer. Não suppunha este que esse movimento fôsse influenciado pelo seu proprio ministro.

D. Pedro I

Em 5 de Junho, finalmente, revoltaram-se as tropas, ao encontro das quaes, no largo do Rocio, foi ter a cavallo o Principe Regente.

Ahi chegado, perguntou Dom Pedro o que queriam; ao que um dos chefes revoltosos respondeu: *"Queremos jurar as bases da constituição"*.

"Jurar as bases da constituição a pontas de bayonetas é cousa intoleravel", replicou D. Pedro, que convidou os chefes a subirem com elle á sala do theatro São João, (*) onde seria o assumpto estudado.

Ahi foi effectivado o desejo dos portuguezes, submettendo-se D. Pedro á vontade delles, depois de ouvir a opinião dos eleitores da provincia.

O conde dos Arcos foi demittido conforme pleiteavam os portuguezes, em vista das desavenças que se davam entre elle e o conde de Louzã.

Em seguida as tropas portuguezas foram ter á casa do conde dos Arcos e ahi o prenderam juntamente com sua filha, remettendo-os para bordo do brigue 13 *de Maio*, que a 13 de Junho de 1821 zarpou para Lisbôa.

(*) Hoje João Caetano.

D. Pedro teve a fraqueza de permittir que tal facto se consummasse.

Chegando D. João VI á patria, em 3 de Julho de 1821, começaram os portuguezes, que não viam com bons olhos o crescente progresso do Brasil, a influir junto delle para que D. Pedro fôsse chamado a Lisbôa.

Desenvolveu-se toda sorte de baixezas para que voltasse o Brasil ao antigo regime colonial, e para isso ia Portugal aos poucos diminuindo a autoridade de D. Pedro que, mezes depois da partida de seu pae, estava, póde-se dizer, reduzido quasi a simples governador do Rio de Janeiro.

Ia assim aos poucos D. João irritando os brasileiros.

Só D. Pedro parecia continuar a não comprehender a situação humilhante em que ia ficando.

Em carta datada de 4 de Outubro, dizia elle ainda a seu pae: "A independencia tem-se querido cobrir commigo e com a tropa; com nenhum conseguiu nem conseguirá, porque — a minha honra e a della é maior que todo o Brasil. Queriam-me e dizem que me querem acclamar Imperador. Protesto a Vossa Magestade que nunca *serei perjuro*, que nunca lhe serei falso e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu e todos os Portuguezes estarem feitos em postas, o que juro a Vossa Magestade, escrevendo nesta com o meu sangue estas palavras: *"Juro sempre ser fiel a Vossa Magestade, á Nação e á Constituição Portugueza"*.

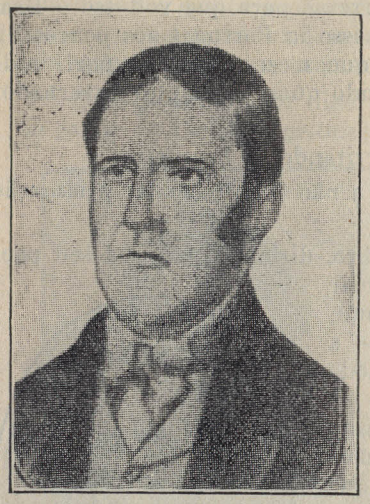
José Clemente Pereira

No dia 9 de Dezembro de 1821, chegava ao Rio o brigue de guerra *Infante D. Sebastião*, trazendo dois decretos datados de 29 de Setembro: um delles supprimia os mais importantes tribunaes da capital brasileira; e o outro ordenava que o Principe Regente regressasse a Lisbôa, *afim de viajar e completar a sua educação, pois a sua permanencia no Rio, além de desnecessaria* ERA INDECOROSA *á sua alta gerarchia (!!!)*.

Quando, no dia seguinte, 10 de Dezembro, teve a cidade conhecimento desses decretos pelo *Diario do Governo*, começaram os brasileiros a agir, e, reunidos na casa 64 da rua da Ajuda, residencia do advogado José Joaquim da Rocha, resolveram induzir D. Pedro — que estava em preparativos para partir — a desobedecer ás Côrtes, permanecendo no Brasil.

Entre esses brasileiros figurava Joaquim Gonçalves Lédo, que

em 15 de Setembro de 1821 iniciou a publicação de um jornal — *O Revérbero Constitucional Fluminense*, agitando a momentosa questão. Muitos outros patriotas se reuniram a elle, como Januario da Cunha Barbosa, frei Francisco de Sampaio, José Clemente Pereira, Luiz Pereira da Nobrega, José Mariano de Azeredo Coutinho, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, Paulo Barbosa da Silva, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e outros, resolvendo-se convencer D. Pedro a não obedecer ás ordens vindas de Portugal.



Joaquim Gonçalves Lédo

Em 1 de Janeiro de 1822 recebia D. Pedro, ás 8 horas da noite, um officio da junta provisoria do Governo de S. Paulo, datado de 24 de Dezembro de 1821, pedindo-lhe que permanecesse no Brasil.

Oito dias depois, isto é, em 9 de Janeiro de 1822, uma representação, redigida no convento de Santo Antonio por frei Francisco de Sampaio e assignada por mais de 8.000 pessôas, era lida no paço da cidade por José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Camara, que terminava com as seguintes palavras: "O NAVIO QUE RECONDUZIR O PRINCIPE REAL, APPARECERÁ NO TEJO COM O PAVILHÃO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL".

Resolveu então D. Pedro desobedecer ás Côrtes, respondendo a essa representação com a celebre phrase:

"COMO É PARA BEM DE TODOS E FELICIDADE GERAL DA NAÇÃO, ESTOU PROMPTO; DIGA AO POVO QUE FICO. DOU-VOS COM A MINHA PESSÔA A MINHA DYNASTIA."

Transmittida essa resposta ao povo que se apinhava na praça, prorompeu o mesmo em estrepitosos applausos a D. Pedro, que de uma das janellas, falou ao povo: "*Agora só tenho a recommendar-vos união e tranquillidade*".

Nesse mesmo dia 9, escreveu D. Pedro a seguinte carta a D. João VI:

"Meu Pae e meu Senhor. Dou parte a V. M. que no dia de hoje, ás 10 horas da manhã, recebi uma participação do Senado da Camara, pelo seu procurador, que as Camaras nova e velha se achavam reunidas e me pediam uma audiencia: respondi que ao meio dia podia vir o Senado que eu o receberia.

Veio o Senado, que me fez uma falla mui respeitosa, de que remetto cópia (junto com o auto da Camara) a V. Majestade, e em summa, era que, logo que desamparasse o Brasil, elle se tornaria independente, e ficando eu elle persistiria unido a Portugal.

Eu respondi o seguinte:

— "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; diga ao povo que FICO."

O procurador do Senado assim o fez, e o povo correspondeu com immensos vivas, cordialmente dados á V. Majestade, a mim, a união do Brasil, a Portugal, e a Constituição. Depois de tudo socegado, da mesma janella em que estava para receber os vivas, disse ao povo: "agora só tenho a recommendar-vos união e tranquillidade", e assim findou este acto.

De então por diante os habitantes têm mostrado de todas as fórmas o seu agradecimento, assim como eu tenho mostrado o meu por ver que tanto me amam.

Remetto incluso a V. M. o auto feito pela Camara, na fórma da lei, e estimarei que V. M. o mande apresentar ás Côrtes para seu perfeito desenvolvimento e intelligencia.

Deus guarde a preciosa vida, e saude de V. M., como todos os Portuguezes o hão mister, e igualmente. Este seu subdito fiel, e filho obedientissimo, que lhe beija a rua Real Mão.

R. de Janeiro — 9 de Janeiro de 1822. — D. Pedro."

Dois dias depois, em 11 de Janeiro, a esquadra portugueza, chamada *divisão auxiliadora*, composta de 2.000 homens e então surta no porto do Rio de Janeiro, sob o commando do tenente general Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares, procurou prender o Principe e embarcal-o para Portugal na fragata *União*, mas não conseguiu o seu intento por terem numerosas forças brasileiras, reunidas no Campo de Sant'Anna, obrigado, por intermedio do general Joaquim Xavier Curado, a sua capitulação.

Retirou-se então a *divisão auxiliadora* para Niteroi, e d'ahi seguiu para a Europa, no dia 15 de Fevereiro do mesmo anno (1822).

No dia seguinte, por iniciativa do paulista José Bonifacio de Andrade e Silva, — tido e havido como varão de grande reputação scientifica e que havia sido nomeado por D. Pedro, em 16 de Janeiro de 1822, para occupar a pasta de Ministro do Reino e dos Negocios Estrangeiros — foi publicado um decreto, convocando um conselho de procuradores das provincias para que D. Pedro pudesse assim contar com o auxilio que se fazia necessario para bem levar a cabo os projectos e reformas administrativas que se projectavam.

Dias depois, em 21 de Fevereiro, era publicado novo decreto determinando que só teriam valor no Brasil as leis que, vindas de Portugal, tivessem o — *cumpra-se* do Principe Regente.

Resolveu então Portugal mandar ao Rio uma esquadra de 7 navios, sob o commando do vice-almirante Francisco Maximiano de Souza, com 1.250 homens de desembarque, ás ordens do coronel An-

tonio Joaquim Rosado, com o fim de conduzir D. Pedro. Aqui chegou a esquadra no dia 5 de Março, mas só conseguiu entrar no porto cinco dias depois, e com a obrigação de voltar a Portugal sem tocar em nenhum dos portos brasileiros, o que ella fez, partindo em 24 do mesmo mez e levando de menos a fragata *Real Carolina*, que mais tarde teve o nome de *Paraguassú* e cuja guarnição preferiu ficar no Brasil, collocando-se ao lado de D. Pedro.

Na Bahia a lucta já se havia travado por ter o brigadeiro portuguez Luiz Ignacio Madeira de Mello recebido, em 11 de Fevereiro, uma carta de D. João nomeando-o commandante das armas, cargo que interinamente estava sendo occupado pelo brigadeiro brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

Os brasileiros acharam que Manoel Pedro não devia passar o commando a Madeira de Mello e por isso, dias depois, isto é, a 19, travou-se renhido combate entre as tropas portuguezas e brasileiras, morrendo uns 60 brasileiros e uns 40 portuguezes, acabando Manoel Pedro por cahir prisioneiro, sendo então deportado para Lisbôa a bordo da galera *S. Gualter*. Ficou assim Madeira de Mello senhor da cidade do Salvador.

A 7 de Março prohibiu Portugal a remessa de armas e munições para o Brasil, motivo que levou D. Pedro a communicar aos agentes consulares estrangeiros que dispensaria o visto das autoridades portuguezas, e que taes artigos poderiam desembarcar nas alfandegas brasileiras livres das formalidades fiscaes em vigor.

Houve por essa época ameaças de uma revolução na provincia de Minas Geraes, e D. Pedro para lá partiu, no dia 25 de Março, em companhia de pequena comitiva, de que fazia parte seu secretario, o desembargador Estevão Ribeiro de Rezende.

De volta ao Rio aqui chegou, em 25 de Abril, sendo recebido festivamente pelo povo, que lhe pediu acceitasse o titulo de *Defensor Perpetuo do Brasil*, o que se deu no dia 13 de Maio.

Cinco dias depois de sua chegada, isto é, no dia 30 de Abril, publicou Joaquim Gonçalves Lédo no *Revérbero Constitucional Fluminense*, um patriotico artigo concitando D. Pedro a proclamar a independencia.

Ecoou assim o grito de libertação do Brasil, confirmado poucos mezes depois.

Portugal continuou, porém, a fazer ameaças. Por tal motivo, o Senado dirigiu a D. Pedro, em 23 de Maio, uma representação com grande numero de assignaturas pedindo a convocação de uma Assembléa Constituinte.

Essa representação não deixava duvidas, sobre o modo energico com que era o pedido feito; basta dizer que terminava com as seguintes palavras: "Já conheces, Senhor, os bens e os males que esperam a Ti e a Tua posteridade: queres ou não queres? Resolve-te, Senhor".

Em resposta, por decreto de 3 de Junho de 1822, convocou D. Pedro "uma assembléa geral constituinte e legislativa, composta de deputados das provincias do Brasil."

Isto era o attestado de que o Brasil já se considerava separado da metropole.

Em 4 de Julho foi chamado ao Ministerio, Martim Francisco Ribeiro de Andrade, que contrahiu immediatamente um emprestimo de 400 contos, enviando soccorros aos patriotas da provincia da Bahia e fazendo seguir para o norte uma esquadrilha composta pelo brigue *Reino Unido*, fragata *União* e as corvetas *Liberal* e *Maria da Gloria* sob o commando de Rodrigo Antonio De Lamare, com 298 homens ás ordens do general Pedro Labatut.

Foi no dia 14 de Julho que partiu a divisão naval do chefe Rodrigo De Lamare, conduzindo o general Labatut, 260 praças, 38 officiaes, para serem empregados no exercito, 6 canhões de campanha, 5.000 espingardas, 500 clavinas, 500 pistolas, 2.000 lanças, 500 sabres. — *Barão do Rio Branco* — Nota inclusa na *Historia da Independencia do Brasil* de Varnhagem — pagina 169.

Recebeu então D. Pedro noticia de que as Côrtes de Lisbôa iam expedir tropas para o Brasil e, por isso, publicou o manifesto de 1 de Agosto, em que declarava que todas as tropas portuguezas ou de quaesquer outras nações que desembarcassem no Brasil, sem aviso prévio, seriam tratadas como se fôssem inimigas.

Nesse mesmo dia Gonçalves Lédo fez distribuir uma proclamação por elle dirigida e que começava com as seguintes palavras, transcriptas de uma das proclamações da revolução franceza: "O tempo de enganar os homens está passado. Os governos que ainda pretenderem fundar o seu poder sobre a figurada ignorancia dos povos, ou sobre antigos prejuizos ou abusos, terão de ver o colosso da sua grandeza derribado de tão fragil base."

Reinando graves discordias na provincia de São Paulo, para lá partiu o Principe no dia 14 de Agosto, deixando a regencia entregue á sua esposa a Princeza Real D. Maria Leopoldina Carolina Josepha.

Em companhia de D. Pedro seguiu, como seu secretario, Luiz de Saldanha da Gama (mais tarde Marquez de Taubaté) e mais o seu ajudante Francisco Gomes da Silva, cognominado *Chalaça*, o gentil-homem da sua camara, Francisco de Castro Canto e Mello e dois criados particulares de nomes João Carvalho e João Carlota.

Em Venda Grande juntaram-se a D. Pedro, com o fim de o acompanharem a S. Paulo, o padre Belchior Pinheiro e o tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo.

Nessa mesma noite do dia 14 de Agosto pernoitaram todos em Santa Cruz, e seguindo viagem no dia seguinte foram ter a S. João Marcos, onde pernoitaram.

No dia 16 passaram a noite na Fazenda das Tres Barras e nos dias seguintes foram successivamente pernoitando em Arêas, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Jacarehy, Mogy das Cruzes e Penha, até que chegaram a S. Paulo no dia 25 de Agosto.

"Na noite de 24 de Agosto não se deixou ficar na Penha; estava á vista da cidade, a tentação era grande, e veio incognito e fóra de horas para a cidade em companhia de um certo cavalheiro, que o levou para os lados da ladeira da Academia, á casa em que então residia uma bella fidalga, que dentro em pouco se tornou cortezã famosa, pelos soffrimentos que infligiu a desditosa imperatriz Leopoldina, pela parte activa que tomou na dissolução da Assembléa Constituinte e na deportação dos Andradas, e pelas desgraças que acarretou sobre o Brasil todo, inclusive a perda da nossa bella provincia da Cisplatina, influindo de modo perverso e desmoralizador sobre o espirito irreflectido e leviano de D. Pedro I, e tornando-o odiado pelos brasileiros, que no começo tanto o amavam." — *A. de Toledo Piza — Chronicas dos tempos coloniaes.*

"Referem as tradições e registam as chronicas da epoca o delirio com que foi por toda parte o Principe recebido. Corriam ao seu encontro as autoridades e as populações das villas por onde passava. Em todas as localidades improvizavam-se arcos triumphaes de folhagens, coretos para as bandas de musica, que o saudavam com estrepito e alegria.

Na Penha recebeu logo D. Pedro os cumprimentos de muitas pessoas gradas que vieram da cidade ao seu encontro. Não se descuidou o principe de tomar ali umas tantas providencias, semelhantes ás que tomára no Capão do Lanna antes de entrar em Villa Rica. Expediu uma portaria ao Senado da Camara de S. Paulo determinando-lhe que no dia seguinte, 25 de Agosto, viesse recebel-o na entrada da cidade, mas avisando logo que não comparecesse nenhum dos vereadores que tivesse tomado parte nos ultimos successos, devendo os que estivessem nesse caso ser substituidos por membros da camara transacta.

Na manhã de 25, depois de ouvir missa na Penha, montou D. Pedro a cavallo, e seguido do secretario Saldanha da Gama e demais pessôas da já luzida comitiva, escoltado de sua brilhante guarda de honra em grande uniforme, e com apparatoso acompanhamento de autoridades e povo, tomou o caminho da cidade. Apenas se avistou o cortejo á distancia de meia legua, numerosas girandolas deram o aviso da chegada; e começaram logo os sinos a vibrar, e a estrugir a artilharia, postada na frente do convento do Carmo. Ao transpor S. A. o grande arco embandeirado que se erguia á entrada da cidade, ergueram-se-lhe os primeiros vivas, que foram correspondidos estrepitosamente pelo immenso povo que ali se apinhava como allucinado.

Pelo que nos dá a descripção da gazeta contemporanea *O Espelho*: "apeou-se D. Pedro no cimo da Calçada do Carmo, onde fazia as portas da cidade um majestoso arco, armado de differentes estofos, ornados de galões e festões de flores, que denotavam a alegria dos paulistas: em cima do dito arco estava collocada a figura da Paulicéa em attitude de jubilo, com os seguintes versos:

Acolhe affectos, que nas almas crias,
Honra-me a condição, meu fado emenda,
E olhos serenos, como são teus dias,
Firmem ingenua, respeitosa offrenda.

Aos lados do mesmo arco estavam personalizadas a verdade e a justiça: em um dos pedestaes, dois genios com as seguintes inscripções:

Corre a deusa de cem bocas
Pelo azul, filtrado mar;
Noutra esphera, noutro clima,
Novos numes vae cantar.
Nossos prados reverdejam;
Já Ceres doira a campina
A' vista do par augusto,
Pedro excelso e Leopoldina."

(Isto quer dizer que em S. Paulo se esperava ainda que a Princeza tambem fosse. Parece que só á ultima hora é que se resolveu o contrario).

A tropa miliciana fazia alas desde a ponte Franca até a Sé, e dali até o Collegio dos Jesuitas, que serve de palacio do governo, onde S. A. devia hospedar-se. Logo que passou a referida ponte sobre o Tamanduatehy e subiu a calçada do Carmo, apeou-se D. Pedro e toda a comitiva, sendo recebido pela Camara com o seu estandarte alçado, e pelo bispo diocesano, d. Matheus de Abreu Pereira, com seu cabido e clero. Feitas ali diante de um altar as primeiras orações, seguiu o prestito lentamente para a Sé, indo S. A. Real debaixo de um pallio. As ruas por onde desfilou o cortejo estavam bordadas de immenso povo; e as janellas, de onde pendiam colchas de seda, estavam cheias de senhoras, que victoriavam o Principe, jogando-lhe flores em profusão. — Na Sé, cantou-se *Te-Deum* solenne em acção de graças, findo o qual recolheu-se ao palacio, acclamado com o mesmo enthusiasmo. — A' noite illuminou-se a cidade; bandas de musica tocavam em coretos, e outras percorriam as ruas, e em toda parte os folguedos publicos, e o movimento ruidoso de gente, deram á cidade um aspecto feerico e uma nota de intenso jubilo. — No dia seguinte houve cortejo e beija-mão geral, recebendo o Principe os cumprimentos e homenagens que se lhe iam levar, e que elle acolhia muito satisfeito, principalmente os das delegações das

Camaras de toda a provincia. — Bastou a presença de D. Pedro para que tudo mudasse como instantaneamente em S. Paulo. Verificou aliás por si mesmo o Principe que não havia ali mais que desintelligencias entre pessoas da terra, ciumes e rixas de familias preponderantes, idéas politicas mais ou menos exaggeradas, mas todos coherentes no proposito firme e deliberado de resistir ás Côrtes de Lisbôa, e de obedecer exclusivamente ao governo do Rio, que representa os interesses do Brasil e está disposto a defendel-os contra o despotismo da antiga metropole.

Depois de alguns dias em São Paulo, quiz D. Pedro visitar a cidade de Santos, e seguido de numerosa comitiva, para ali partiu no dia 5 de Setembro. Passou na marinha o dia 6; e no dia 7, ao alvorecer, puzera-se em caminho de volta para a capital. No logar denominado Moinhos, ordenou D. Pedro que a sua guarda pas-

O grito do Ypiranga — Quadro de Pedro Americo

sasse adiante e fosse esperal-o perto da cidade. A guarda (assim como quasi toda a comitiva) avançou e fez alto nas margens do ribeiro Ypiranga. Parecia aquella enscenação preparada pelo instincto daquellas almas, para que tivesse um esplendor, e majestade de lance épico o facto que vae illustrar para sempre aquellas campinas." (*)

Ficára D. Pedro a poucos kilometros do Ypiranga, quando nesse mesmo dia 7 de Setembro, então sabbado, ahi recebeu dois emissarios vindos do Rio: Paulo Emilio Bregaro e o major Antonio Ramos Cordeiro.

Eram elles portadores de cartas de José Bonifacio e da Princeza D. Leopoldina, pelas quaes ficou D. Pedro informado da attitude que contra elle tomavam as Côrtes de Lisbôa.

(*) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

Terminada a leitura de taes cartas entregou-as D. Pedro ao seu ajudante de ordens major Francisco de Castro Canto e Mello, dizendo após breve reflexão: *"Tanto sacrificio feito por mim e pelo Brasil inteiro... e não cessam de cavar a nossa ruina!..."*

E, em seguida, num gesto de franca energia, arranca da espada e exclama: *"E' tempo... Independencia ou morte!"* e esporeando o cavallo em que montava parte a galope para as margens do Ypiranga ao encontro da sua guarda e dos membros da sua comitiva que lá estavam á sua espera.

A' chegada de D. Pedro "a sentinella brada ás armas; fórma a guarda precipitadamente; faz as continencias, e ninguem póde dissimular o espanto que causa a attitude do Principe e dos que o seguem — todos de espada desembainhadas e annunciando, nas alteradas feições e no fulgor dos olhares, a gravidade do que se estava passando. E para toda aquella gente, que tem nelle os olhos em pasmo, exclama D. Pedro: "Camaradas! as Côrtes de Lisbôa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independencia: estamos definitivamente separados de Portugal!" E estendendo a espada, repete com toda a força dos seus robustos pulmões: "Independencia ou morte!" Este grito, como num accesso de delirio, é por todos muitas vezes repetido, e rebôa naquellas tranquillas paragens, desde então sagradas por aquella voz. Em seguida ordena o Principe: "Laços fóra!" E arranca do chapeu o tope portuguez, que arroja ao chão, sendo por todos imitado com indiziveis transportes de alegria." (*)

Estava proclamada a independencia do Brasil. Eram 4 ½ da tarde do dia 7 de Setembro de 1822.

A principio algumas provincias, entre ellas o Maranhão, Pará e Bahia, não quizeram reconhecer a independencia, tal a oppressão que sobre ellas exerciam os portuguezes.

No anno seguinte, porém, já todas tinham reconhecido o movimento libertador, tendo o Governo contratado o Almirante inglez lord Conchrane para commandar a esquadra brasileira, que conseguiu a adhesão daquellas provincias refractarias.

A independencia do Brasil, confirmada definitiva e officialmente no dia 7 de Setembro de 1822, já existia, póde-se dizer, desde o dia do *Fico* (9 de Janeiro do mesmo anno).

O que era o Rio de Janeiro em 1822, póde bem ser avaliado através das seguintes linhas publicadas pelo *Jornal do Brasil* do dia 8 de Janeiro de 1922:

"Vamos dizer, pallidamente, o que era o Rio de Janeiro em 1822, época do acontecimento que amanhã se commemora:

Com pouco menos de 130 mil habitantes, dos quaes uma terça parte era

(*) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

composta de negros, o Rio tinha umas 80 ruas que terminavam no Campo de Sant'Anna.

Para os lados de Botafogo, póde dizer-se, a cidade ia até á Lapa.

A illuminação era feita a azeite de peixe; não havia agua canalizada, não havia esgotos. A' tardinha, negros semi-núS de barril á cabeça, contendos os despejos das casas, iam atiral-as ás praias.

Carruagens muito poucas, só os maioraes é que as tinham. As senhoras ricas iam de cadeirinhas levadas por possantes africanos.

As distracções do tempo consistiam em festas sacras, em honra a muitos santos que não constam do calendario. Essas festas eram annunciadas por um incessante repicar de sinos e por um troar de bombas e foguetorios.

O aspecto das ruas era o mais curioso que se póde imaginar. A cada passo se esbarrava com uma chusma de irmãos de opa, trazendo um baculo e uma patena, onde as esmolas cahiam em favor das almas do purgatorio ou das obras da egreja.

A passagem do Principe Imperial era annunciada por uma guarda montada a cavallo, tocando clarim.

Quando Sua Alteza passava, o transeunte era obrigado a descobrir-se e fazer uma mesura em signal de respeito.

Quem não o fizesse, o guarda mettia-lhe o cavallo em cima, sem mais delongas.

O Rio de Janeiro, diz A. M. V. de Drummond, apresentava nessa época uma physionomia anormal bem triste.

O theatro era o local onde se commettiam todas as noites as mais inauditas scenas de anarchia social em presença do Rei e depois do Principe Regente. A representação era continuadamente interrompida por miseraveis poetas que repetiam máos e grosseiros versos, muitas vezes insultantes á Magestade que se achava presente. A platéa exercia uma tyrannia de que não ha exemplo e que lhe fôra importada de Lisbôa. Nem as senhoras estavam ao abrigo dessa tyrannia.

As familias honestas deixavam de frequentar o theatro e só compareciam alli aquellas cujos chefes ou parentes pertenciam á sucia dos dominadores do dia, ou procuravam tirar partido da situação.

O Rio de Janeiro podia dizer-se uma cidade conquistada. O Principe Regente estava completamente unido aos conquistadores. Eram elles os corpos da divisão auxiliadora e os chatins da rua da Quitanda e do Rosario, sob o commando do General Jorge de Avilez.

Era esta a situação das cousas."

Proclamada a independencia do Brasil, foi ella logo reconhecida pelos Estados Unidos, em 26 de Abril de 1824, e pela Inglaterra, em 18 de Outubro de 1825, seguindo-se a Austria, a Suecia, a França e outras.

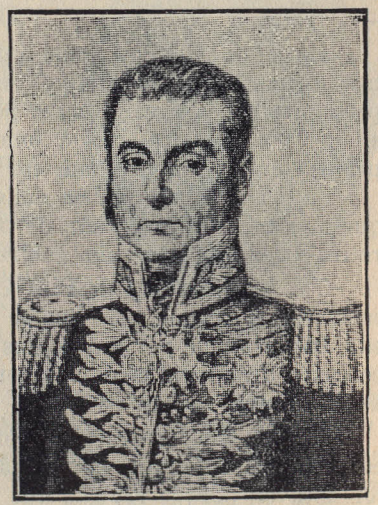
A conselho de algumas nações européas, pretendeu Portugal declarar guerra ao novo Imperio, mas o Embaixador inglez Charles Stuart, a quem havia D. João VI dado plenos poderes, reconheceu, pelo tratado de 29 de Agosto de 1825, a independencia do paiz, recebendo Portugal como indemnização das reclamações feitas, a quantia de 2.000.000 de libras esterlinas, das quaes 1.400.000 pela importancia de um emprestimo contrahido por Portugal na Inglaterra, em 1823, e 600.000 por um palacio e varias propriedades de que D. João VI se julgava senhor no Rio de Janeiro.

CAPITULO XXIII

ACCLAMAÇÃO E COROAÇÃO DO PRIMEIRO IMPERADOR DO BRASIL. GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

Proclamada a independencia a 7 de Setembro de 1822, começa o primeiro reinado, isto é, o governo de D. Pedro I, que até então era apenas principe regente. Regressando de S. Paulo, onde proclamára a independencia, chegou D. Pedro ao Rio de Janeiro na noite de 14 do mesmo mez, sendo proclamado Imperador Constitucional do Brasil no dia 12 de Outubro, seu anniversario, e coroado em 1 de Dezembro, ainda do mesmo anno (1822).

Ao ser acclamado Imperador Constitucional do Brasil disse D. Pedro: "Acceito o titulo de Imperador Constitucional do Brasil, porque, tendo ouvido o meu Conselho de Estado e de procuradores das Camaras das differentes provincias, estou intimamente convencido que tal é a vontade geral de todas as outras, que só por falta de tempo não tem ainda chegado."



Pedro Labatut

D. Pedro iniciou logo o seu governo fazendo publicar uma proclamação, na qual dava aos portuguezes residentes no Brasil o praso de 4 mezes para se definirem, e intimava Portugal a fazer retirar as tropas do territorio brasileiro, sob pena de ter que manter uma luta sem treguas.

Estava então a Bahia occupada pelas tropas portuguezas do commando do general Luiz Ignacio Madeira de Mello.

Entre estas e as forças brasileiras, commandadas pelo general Pedro Labatut (*) travou-se em 8 de Novembro de 1822 o importante combate de Pirajá.

Cinco dias antes havia Labatut collocado em Itapoã a brigada do coronel Gomes Caldeira e em Pirajá a do major José de Barros Falcão de Lacerda, que tinha destacamentos no engenho Cabrito e em diversos outros pontos.

"Durante cinco horas — escreve o Dr. Braz do Amaral — rivalizaram os dois inimigos, em ardor e constancia sem resultado decisivo, quando num esforço violento os portuguezes impelliram a linha brasileira e quasi a quebraram.

O exercito ia ser partido em dois e as tropas que combatiam no Cabrito corriam o maior perigo.

As columnas portuguezas avançavam para se assenhorear das alturas, quando o commandante Barros Falcão mandou tocar a retirada receiando ser apanhado pelo movimento envolvente do inimigo.

Conta Accioli, contemporaneo destes feitos, que o corneta Luiz Lopes, deu, em vez do toque de retirar, o de — *cavallaria avançar*.—

As tropas portuguezas, compostas de veteranos, e conhecedoras dos signaes militares, hesitam e quasi immediatamente, ouvem o de — *cavallaria degollar*.

Então os soldados, quasi a galgar as alturas que corôam as collinas, recuaram e os inimigos, aproveitando-se deste movimento, os perseguiram, os precipitaram pelas encostas arremessando-se contra elles, varando as moitas á baioneta e levando-os de tropel até as praias, onde reembarcaram em desordem.

No Cabrito não podem mais os pelotões conservar o impeto com que vão ao assalto, á vista do desbarato do resto da linha e têm de retirar tambem para não cahirem todos prisioneiros.

Tal foi a batalha de Pirajá, em que, de um lado e outro, foram sensiveis as perdas, sem que se possa affirmar precisamente qual a sua importancia por causa dos exageros dos chefes, que, como de costume, diminuem os da sua gente e augmentam discricionariamente as do inimigo.

Se bem que os prejuizos soffridos não exgotassem qualquer dos combatentes, a batalha de Pirajá teve, como operação militar, um valor notavel, porque revelou que o exercito pacificador, occupando as cristas de uma serie de collinas, pelas quaes passava a unica estrada de serventia da peninsula em que está situada a cidade, e dominando do alto uma parte do porto, guardava uma posição muito forte, de facil defesa, e da qual o inimigo não poderia desalojal-o, sem correr grande perigo e experimentar duras perdas.

(*) Labatut, nasceu em Cannes, na França, e falleceu em 24 de Setembro de 1849, na Bahia.

Os resultados politicos da batalha de Pirajá, então, foram enormes, porque o exercito portuguez, não podendo avançar pelo meio da peninsula, onde não tinha elementos para se manter, havendo perdido a esperança de tomar a posição dos adversarios, se concentrou na capital, renunciando dominar o centro da provincia de onde os independentes tiravam homens e recursos, e onde o prestigio do governo nacional da Cachoeira cresceu, pois todos viram que a resistencia das tropas metropolitanas estava limitada á cidade.

Dahi em deante, os elementos indispensaveis ao sustento, só podiam ser recebidos ou por mar, ou pelo porto, isto é, a manutenção das tropas e dos membros do partido portuguez ficou exclusivamente dependendo da resistencia da esquadra e da sua acção.

E como esta não realizou o objectivo que lhe incumbia, guardando o mar livre e garantindo a subsistencia das tropas, pela conservação das praias do Reconcavo, teve o exercito portuguez de abandonar a capital e o Brasil."

Não dispondo de um official superior a quem pudesse confiar o commando da esquadra que procurava organizar, contratou D. Pedro I o almirante inglez lord Alexandre Thomaz Cochrane, que já se havia popularizado, combatendo a favor da independencia do Chile, onde então residia, em Quintera.

Lord Cochrane

"O lord conveio, impondo as mesmas condições sob as quaes havia tomado o commando da esquadra chilena, com o additamento de lhe serem pagos pelo governo Imperial sessenta mil pesos duros que lhe devia o do Chile, no caso que prestasse serviços ao Brasil.

Antes da chegada deste chefe, a antiga inercia que se observava no Arsenal de Marinha, foi substituida pela maior actividade: abriu-se uma subscripção voluntaria para o augmento da marinha de guerra, que foi preenchida com o maior enthusiasmo; todos os vasos que estavam desarmados se armaram, inclusive uma unica náo cujas madeiras se reputaram ainda em bom estado. Foi comtudo impossivel tripular os navios com marinheiros nacionaes, visto que a navegação costeira era toda feita por portuguezes; consequentemente mandaram-se ordens a Felisberto Caldeira Brant, que havia sido nomeado Encarregado de Negocios do Brasil em Londres, para engajar officiaes e maruja, propondo-lhes condições mui vantajosas. As forças de terra tambem tiveram augmento, e, por um de-

creto de 8 de Janeiro, organizou-se um batalhão de estrangeiros. (*)

No dia 21 de Março de 1823 chegava lord Cochrane ao Rio, e, com uma esquadra de 8 navios e 242 boccas de fogo, tendo o seu pavilhão hasteado na náo *Pedro I*, partia a 3 de Abril para a Bahia, onde se achavam ainda as tropas portuguezas sob o commando do general Madeira de Mello.

No dia 4 de Maio encontrou-se a esquadra de Cochrane com a portugueza, composta de 13 navios com 396 canhões, sob o commando de Pereira de Campos.

Travou-se então ligeiro combate, depois do qual se retirou a esquadra de Cochrane, que mais tarde resolveu bloquear a Bahia por mar emquanto por terra as forças do general Pedro Labatut sitiavam a cidade.

João Pascoe Grenfell

As forças portuguezas abandonaram a Bahia no dia 2 de Julho de 1823, seguindo Madeira de Mello para a Europa juntamente com a esquadra portugueza, composta de 13 navios de guerra e 70 mercantes. Estes foram perseguidos até a fóz do Tejo pela fragata brasileira *Niteroi*, do commando de João Taylor, que conseguiu tomar algumas daquellas unidades portuguezas.

Cochrane seguiu depois para o Maranhão, aportando em frente á ilha de S. Luiz no dia 26 de Julho e aprisionando — incorrectamente, manda a verdade que se diga — o brigue portuguez *"Infante D. Miguel"*, que com elle viera parlamentar fóra da barra. (**)

Dois dias depois, 28 de Julho, o Maranhão adheria á causa da independencia.

Afim de conseguir a adhesão do Pará mandou Cochrane para ali o seu capitão João Pascoe Grenfell, inglez engajado ao serviço do Brasil. (***)

Appareceu Grenfell em Belém no dia 11 de Agosto de 1823, no brigue *Maranhão*, ex-*Infante D. Miguel*, com uma força de 96 homens, dizendo que a poderosa esquadra de Cochrane tinha ficado

(*) John Armitage — Historia do Brasil — 2ª edição brasileira (pagina 48). Traducção de Eugenio Egas.

(**) A incorrecção do procedimento de Cochrane nesse caso resulta do facto de estar o *Infante D. Miguel* "em missão e sob a salvaguarda da bandeira parlamentaria."

(***) Grenfell, nasceu em 30 de Setembro de 1800 no condado de Surrey, e falleceu em Liverpool, em 20 de Março de 1869.

na fóz do rio e que era conveniente acceitarem a independencia, pois, do contrario, a esquadra entraria em operações.

O plano de Grenfell surtiu o effeito desejado, adherindo á independencia aquelles que ainda estavam hesitantes (15 de Agosto). Os que, porém, tinham sido sempre pela independencia, desconfiaram da lealdade dos que se converteram tão promptamente e, d'ahi, o surgirem varios motins, sendo reclamada a intervenção de Grenfell. Este desembarcou e, sem moderação, começou a prender a torto e a direito, fazendo 253 prisioneiros, que foram mettidos a bordo do brigue *Diligencia*, mais tarde *Palhaço*, e guardados por um destacamento sob o commando do segundo tenente Joaquim Lucio de Araujo.

"Apinhoados ao ponto de quasi não poderem respirar, e soffrendo do calor e da sêde, estes miseraveis tentaram forçar a sua sahida para o convez, mas foram repellidos pela guarda, que lhes fez fogo, e lhes fechou a escotilha, de maneira que lhes ficou inteiramente impossibilitado o regresso. A suffocação causada pela falta de ar, levou esta multidão a uma completa loucura, de sorte que muitos se dilaceraram as carnes reciprocamente de maneira horrivel: seguiram-se todas as agonias inherentes a este estado. O velho e o moço, o forte e o fraco, o aggressor e o aggredido cahiram exhaustos nas ancias da morte. Na esperança de alliviar tantos soffrimentos, fez-se, finalmente, conduzir um jorro d'agua para o porão, e, pela manhã, havia cessado o tumulto, mas por causas não previstas. Dos duzentos e cincoenta e tres, só quatro se achavam vivos, escapos por se terem escondido por detraz das barricas de agua." (*)

A acção de Grenfell foi, nesse caso, verdadeiramente deshumana.

"Sem esquecer os grandes serviços prestados ao imperio por esse heroico marinheiro a Historia não póde absolvel-o dos grandes crimes que commetteu; e por honra da justiça humana, ha de levar a consciencia dos posteros o mais nefando desses crimes.

O que mais espanta é que o proprio governo imperial se mostrasse insensivel e indifferente ante aquella clamorosa impiedade, e ainda continuasse a acceitar serviços do desentranhado mercenario!(**)

No dia 20 de Setembro de 1823 embarcava Cochrane no Maranhão com destino ao Rio.

Forças portuguezas, sob o commando do general D. Alvaro da Costa de Souza Macedo ainda occupavam nessa epoca a Provincia Cisplatina, mas foram d'ahi expulsas pelo general Frederico Lecór, depois de um sitio de 17 mezes.

Evacuando essas tropas Montevidéo no dia 18 de Novembro de 1823, foi arvorado em todo o Brasil o auri-verde pendão da Independencia.

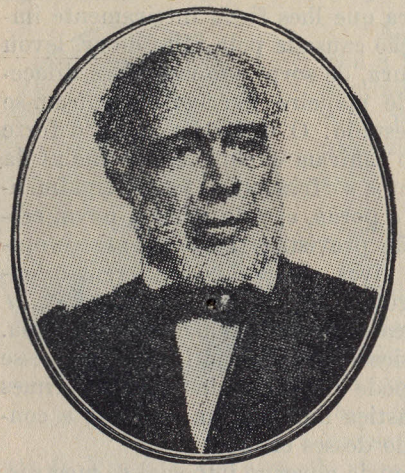
Emquanto occorriam esses acontecimentos, no mesmo anno, a 3

(*) John Armitage — Historia do Brasil (pag. 52).
(**) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

de Maio, abria-se a Assembléa Geral Constituinte, da qual faziam parte, além de alguns funccionarios e negociantes, 48 doutores em direito, 19 padres e 7 militares.

Dentre esses membros salientavam-se os irmãos Andradas (José Bonifacio, Antonio Carlos e Martim Francisco), Carvalho e Mello, Silva Lisbôa e José Joaquim Carneiro de Campos.

Durante algum tempo a Assembléa e o governo viveram em grande harmonia. Tendo, porém, o ministerio dos Andradas apresentado o projecto que mandava expulsar do Brasil todos os portuguezes suspeitos, surgiram varios protestos no seio da propria Assembléa, o que levou D. Pedro I a retirar do governo os Andradas em 17 de Julho de 1823, substituindo-os por Manoel Jacintho Nogueira da Gama e José Joaquim Carneiro de Campos.



Francisco Gé Acayaba de Montezuma

Enveredaram estes pelo caminho contrario, pondo-se ao lado dos portuguezes.

Retirados do governo, passaram os Andradas para a opposição, formando um grande partido que resolutamente rompeu contra o governo, atacando-o pelos jornaes *O Tamoyo* e *A Sentinella*, e fazendo com que a Assembléa se dividisse em dois partidos.

Por essa epoca concedeu o governo o titulo de Marquez do Maranhão a lord Cochrane, quando ainda estava a Constituição em projecto e, por conseguinte, não se sabia se ella admittiria ou não titulos nobiliarchicos.

Augmentou assim a opposição, que se tornou violenta, não só na imprensa como na Assembléa, tendo Francisco Gé Acayaba de Montezuma (*) apresentado, na sessão de 18 de Outubro, uma moção que mandava annullar aquella concessão feita a Cochrane, approvando a Assembléa uma emenda de Antonio Carlos, em que elle dizia: "Que se diga ao governo de Sua Majestade que, emquanto a Assembléa não decretar a existencia de distincções nobiliarias e de titulos, não se dêm mais os ditos titulos e distincções."

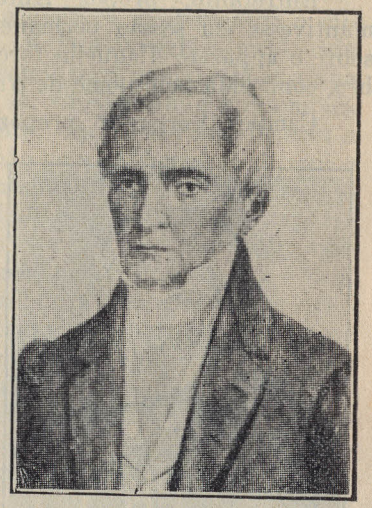
Viu logo D. Pedro que a luta era inevitavel e por isso passou a favorecer os portuguezes, principalmente os officiaes e soldados prisioneiros da Bahia, que, de novo, foram reintegrados nas fileiras.

(*) Esse bahiano assignava-se a principio com o nome de Francisco Gomes Brandão.

Concorreu isto para augmentar a opposição ao governo de D. Pedro I. Firmado por *Um Brasileiro resoluto*, publicou então *A Sentinella* um violento artigo contra os officiaes portuguezes da guarnição, artigo esse, que tendo sido attribuido ao boticario David Pamplona Corte Real, natural dos Açores e estabelecido no largo da Carioca fez com que dous officiaes portuguezes á paizana, o major José Joaquim Januario Lapa, e o capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire, o aggredissem brutalmente no dia 5 de Novembro, em seu proprio estabelecimento.

Aconselharam então alguns politicos da opposição que o offendido dirigisse um requerimento á Assembléa Constituinte, pedindo justiça.

Ahi, no parlamento, tornaram-se os irmãos Andradas, advogados do queixoso.



Martim Francisco

Antonio Carlos

Martim Francisco proferiu violento discurso, terminando por dizer: "Infames! Assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, e o *honorifico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevámos...* Ainda *vivem*, ainda supportamos em nosso seio semelhantes féras!"

Tamanha foi a balburdia que se estabeleceu, que o presidente João Severiano Maciel da Costa se viu na contingencia de levantar a sessão.

Representaram, então, ao Imperador os officiaes portuguezes de diversos corpos pedindo a expulsão dos principaes instigadores do movimento.

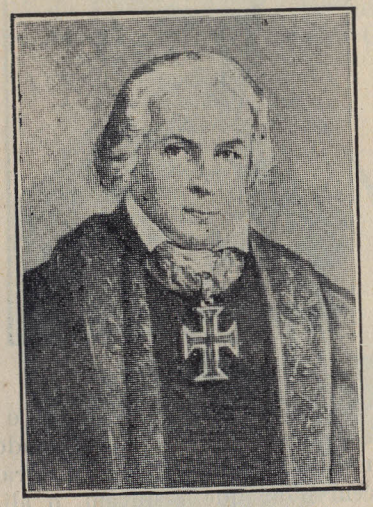
Mandou D. Pedro I intimar a Assembléa a que della fossem

expulsos os Andradas; este gesto mereceu a reprovação do ministerio, que, por não querer entrar pelo caminho da reacção, se demittiu.

As forças militares reuniram-se em São Christóvão, num gesto de fidelidade, para resguardar o Imperador de qualquer acontecimento imprevisto.

Entretanto, propoz Antonio Carlos que a Assembléa se mantivesse em sessão permanente, pedindo explicações ao governo sobre o apparato d'aquella força, na noite de 11 para 12 de Novembro, conhecida pelo nome de *Noite da Agonia*.

Campos Vergueiro propoz que fosse chamado, ao recinto da Assembléa, o ministro do Imperio, que era então Francisco Villela Barbosa, marquez de Paranaguá.



José Bonifacio

Unanimemente approvada essa proposta, foi logo officiado ao ministro, pedindo-se-lhe a sua presença na Assembléa, á qual elle compareceu, afim de dar as explicações que se lhe pediam. Ao ser-lhe observado, porém, que não deveria entrar no recinto da Assembléa armado de espada, respondeu Villela Barbosa: *"Esta espada é para defender a minha patria* (sic) *e não para offender os membros desta augusta assembléa: portanto posso entrar com ella."*

"Entrando a dar as informações que lhe eram pedidas, disse que, com effeito, no seu primeiro officio não se declararam "algumas medidas" que as tropas exigiam "mas que relataria agora si a isso fosse obrigado"; que no segundo officio, como lhe pediam miudas explicações, dera as que lhe pareceram sufficientes para ser entendido, sem descer a particularidades. Como, pela voz de Montezuma, se mostrasse a camara curiosa de saber quaes eram aquellas "algumas medidas" que os soldados reclamavam — o ministro, muito solicito, acudiu ao appello, declarando — palavras textuaes da acta da sessão! — que os militares exigiam duas coisas: 1ª. que se cohibisse immediatamente a liberdade da imprensa; 2ª. (já que me obrigam — fez sentir commovido — a referir nomes de pessoas que aliás prézo) *que fossem expulsos da Assembléa os srs. Andradas, como redactores do "Tamoyo" e collaboradores da "Sentinella"*. Declarou ainda que o imperador se separára com as tropas "como medida de prudencia"; e que, não obstante isso, esperava o governo quizesse tambem a assembléa da sua parte corresponder com providencias de moderação e cautela, pois — accentuou muito intencionalmente o ministro — "receio que haja aqui o mesmo que houve em Portugal, visto que os acontecimentos actuaes, e as causas que os prepararam, se parecem muito com os daquelle reino." Instando Montezuma por que dissesse logo tudo, para que a assembléa pudesse regular a sua attitude e dirigir-se naquella conjunctura, accrescentou o ministro: "Eu não sei adivinhar futuros. Vejo a assembléa amotinada levantar extemporaneamente a sessão; os militares queixarem-se a Sua Majestade; marcharem as tropas para S. Christóvão, e a assembléa todo o dia e noite em sessão permanente: ora, coisas semelhantes a estas vi eu em Portugal... Comtudo, não posso affirmar *qual será o final resultado."* E como para que nenhuma duvida restasse quanto ao aviso que estava dando, explicou ainda que a semelhança (entre os successos de Lisboa e os que se desdobravam aqui) consiste no que já havia ponderado, e em "outras circumstancias" que lhe não é facil agora referir, mas que *são bem conhecidas para se preverem as consequencias...* — Estavam os representantes da nação perfeitamente orientados... Retirou-se o ministro do imperio. Cahiu a camara numa angustiosa perplexidade. Apparece uma indicação para que se chame o ministro da guerra; mas é rejeitada. Voltaram á commissão especial os officios e a summula das informações verbaes do ministro do imperio, e ficou-se esperando o terceiro parecer... Pouco depois, correu no recinto que havia signaes de tropa em marcha, parecendo que se encaminhava para o edificio da camara.

Era exacto o annuncio." (*)

Pouco depois, á 1 hora a tarde, chegava D. Pedro I á cidade, á frente de um corpo de cavallaria, fazendo cercar o edificio da Assembléa por uma força militar com artilharia.

O brigadeiro José Manoel de Moraes foi incumbido de levar ao presidente da Assembléa o decreto d'aquelle dia datado (12 de Novembro de 1823), e no qual declarava o Imperador:

"Havendo Eu convocado, como tinha o direito de convocar, a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa por decreto de 3 de Junho do anno proximo passado, afim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam imminentes, e havendo a dita Assembléa perjurado ao tão solemne juramento, que prestou á Nação, de defender a integridade do Imperio, sua Independencia e Minha Dynastia: Hei por bem, como Imperador e Defensor Perpetuo do Brasil, dissolver a mesma Assembléa, e convocar já uma outra, na fórma das instrucções feitas para convocação d'esta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projecto de Constituição que Eu lhe hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que a que a extincta Assembléa acabou de fazer. Os Meus Ministros e Secretarios de Estado de todas as differentes Reparticões o tenhão assim entendido e o fação executar a bem da salvação do Imperio."

(*) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

José Bonifacio foi preso em sua residencia e conduzido á fortaleza de Santa Cruz, e, como elle, Antonio Carlos, Martim Francisco, José Joaquim da Rocha, Francisco Montezuma e Belchior Pinheiro de Oliveira, foram tambem aprisionados ao sahir da Assembléa, sendo todos embarcados a bordo da charrúa *Luconia* e deportados para a Europa em 20 de Novembro de 1823.

Exultaram os enthusiastas de D. Pedro diante desse gesto de violencia do filho de D. João VI.

"No meio de todas aquellas apparencias de triumpho, porém, devia Pedro I sentir calefrios que o apavoravam. Ao percorrer naquelle dia as ruas da cidade, andaria a estremecer aquelle animo, sem duvida mais desastrado que forte. Ouviria acclamações dos bandos inconscientes que o seguem; mas a cidade do Rio de Janeiro, no que tinha de significativo em sua alma de povo, havia de parecer-lhe "submergia na maior tristeza" e elle sentiu que se tinha incompatibilizado com o povo brasileiro. Os sete annos de amargura que se seguem vão provar que era assim realmente." (*)

No dia seguinte ao do decreto de dissolução da Assembléa, foi publicado uma declaração "pela qual Sua Majestade explicava que a accusação de perjurio feita a toda a assembléa, só era applicada aos individuos facciosos, que por sua preponderancia haviam dominado o congresso. Tambem no mesmo dia se publicou uma proclamação, fazendo-se ver que o arresto dos Andradas e de seus partidarios fôra effectuado com as vistas de se evitar a anarchia, e promettendo que o Governo tomaria debaixo de sua protecção as familias dos presos." (**)

Immediatamente convocou o Imperador nova Assembléa, com a incumbencia de adoptar a nova constituição.

Uma commissão de 10 membros elaborou a Carta Constitucional do Imperio, que, approvada por quasi todas as camaras municipaes do Brasil, foi acclamada e jurada pelo povo e por toda a familia imperial no dia 25 de Março de 1824, tendo sido essa a primeira Constituição do Brasil, outorgada por D. Pedro I.

Não agradou essa Constituição ao partido radical, motivo por que houve uma tentativa de morte contra o Imperador e o incendio do theatro, onde se realizara o juramento da Carta.

Rebentou depois em Pernambuco, no dia 2 de Julho desse mesmo anno (1824), uma revolução contra D. Pedro I, publicando os revoltosos um violento manifesto em que o Imperador era chamado de "grande traidor". Essa revolução é conhecida pelo nome de *Confederação do Equador*.

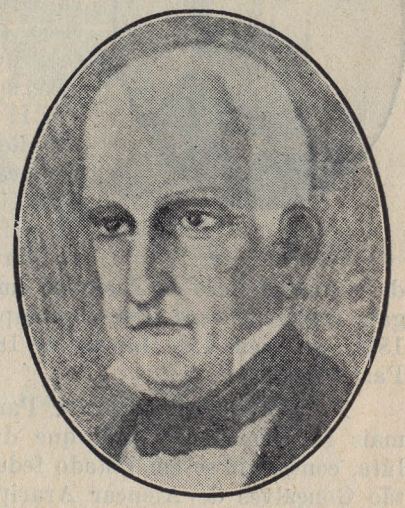
(*) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

(**) *Armitage* — obra citada, pag. 65.

CAPITULO XXIV

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR. SEPARAÇÃO DA PROVINCIA CISPLATINA

Tendo os pernambucanos noticia de que se preparava em Portugal uma expedição para invadir o Brasil, o presidente eleito dessa provincia, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, publicou violento manifesto contra o governo, convidando as Provincias do Norte a unirem-se a elle e proclamou a 2 de Julho de 1824 (*) a Confederação do Equador, constituida pelas provincias de Pernambuco, Piauhy, Ceará, R. G. do Norte, Parahyba e Alagôas.



Manoel de Carvalho Paes de Andrade

No dia seguinte, 3 de Julho, officiou Paes de Andrade aos presidentes e governadores das armas do Piauhy e Ceará pedindo-lhes que apressassem a nomeação de procuradores do conselho e enviou-lhes uma proclamação que terminava assim: "Brasileiros! o Imperador desamparou-nos, e que

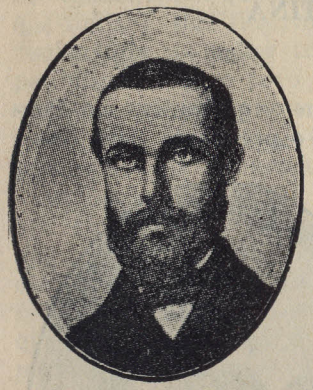
(*) Erronea e incomprehensivelmente dão alguns autores a data de 24 de Julho em vez de 2 de Julho, que é a certa, pois que se tivesse sido em 24 não poderia no dia 26 ter D. Pedro I baixado, como baixou, um decreto suspendendo as garantias constitucionaes na provincia "por haver o rebelde Manoel de Carvalho proclamado a Confederação do Equador." E não poderia porque dois dias não eram sufficientes para que o Rio tivesse conhecimento do occorrido quando naquelle tempo, não havendo telegrapho — que só foi creado no Brasil em 1852 — as noticias eram trazidas por navios á vela. Claro está que um navio á vela, mesmo que partisse do Recife a 24, não poderia absolutamente estar no Rio a 26.

nos resta agora? Unamo-nos para salvação nossa, estabeleçamos um governo supremo, verdadeiramente constitucional, que se encarregue de nossa mutua defesa e salvação! Brasileiros! Unamo-nos e seremos invenciveis."

Até ao dia 15 de Julho publicou o *Typhis Pernambucano,* (*) órgão hebdomadario em que brilhava a penna de frei Joaquim do Amor Divino Caneca, as bases do pacto proposto por Pernambuco para o Supremo Governo das seis Provincias confederadas.

A nova republica, que teria como constituição provisoria a da Colombia, creou então a sua bandeira.

Chegando ao Rio de Janeiro a noticia desse levante dos pernambucanos, para lá mandou o governo, em 2 de Agosto, uma divisão naval sob o commando de Lord Cochrane, com reforços de 1.200 homens, sob as ordens do coronel Francisco de Lima e Silva.



Francisco Paes Barreto (Marquez de Recife)

Desembarcando as forças deste em Maceió, fizeram juncção com as de Barra Grande, sob o commando de Francisco Paes Barreto (marquez do Recife), que fugira de Pernambuco, cujo governo lhe cabia por nomeação de D. Pedro I.

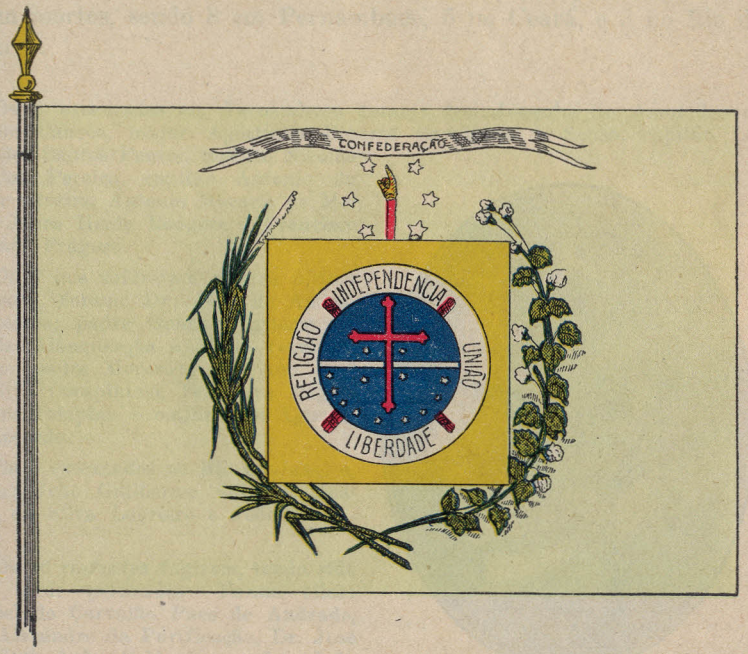
Reunidas as duas forças, foi Recife bloqueada em 12 de Setembro, e, depois de alguns combates, occupou Lima e Silva definitivamente a cidade de Olinda, no dia 17 de Setembro, fugindo Manoel de Carvalho Paes de Andrade em uma jangada para bordo da fragata ingleza *Tweed,* que o transportou á Europa, donde voltou em 1831, sendo em 4 de Janeiro de 1834 eleito senador do Imperio pela Parahyba.

No Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagôas, a pacificação foi mais facil, mas o Ceará, que durante algum tempo enfrentou a luta, constituiu-se em Estado federado e elegeu seu presidente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que foi morto quando atravessava o rio Jaguaribe, no celebre combate de Santa Rosa, a 31 de Outubro de 1824.

No primeiro centenario do combate de Santa Rosa foi inaugurada uma lapide commemorativa da morte de Tristão Araripe.

Em placa de bronze, numa das faces lateraes da columna de alvenaria que foi erguida exactamente no local em que tombou o heróe cearense, lê-se

(*) Esse periodico começou a publicar-se em 25 de Dezembro de 1823 e acabou em 12 de Agosto de 1824.



Bandeira da Confederação do Equador

o seguinte: "Neste local succumbiu Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, o heroico Presidente da Confederação do Equador, no Ceará — 31 de Outubro de 1824 — Homenagem do Instituto do Ceará — 31-X-1924."

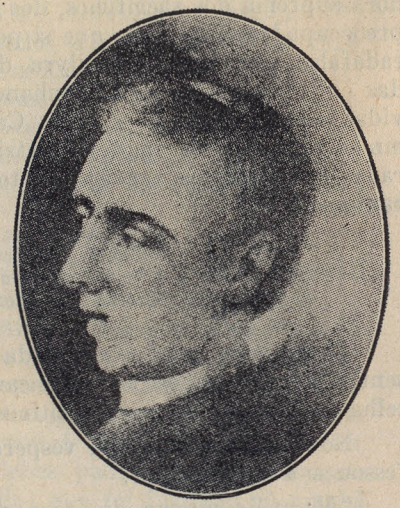
Foram então organizadas commissões militares que deviam julgar os revoltosos *breve, verbal e summariamente*.

Condemnaram estas á morte 32 rebeldes, dos quaes apenas 16 foram mortos, sendo 8 em Pernambuco, 5 no Ceará, e 3 no Rio de Janeiro.

Os 8 executados em Pernambuco foram: frei Joaquim do Amor Divino Rebello Caneca, major Agostinho Bezerra Cavalcanti e Souza, capitão Lazaro dos Santos Fontes, tenente Nicoláo Martins Pereira, capitão Antonio do Monte Olveira, Antonio Macario de Moraes, Jones Heide Rodgers e Francisco Antonio Fragoso.

Os 5 que soffreram a pena ultima no Ceará, foram: Dr. João de Andrade Pessôa, padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque e Mello (conhecido por padre Mororó), Feliciano José da Silva Carapinima, Francisco Miguel Pereira Ibiapina e major Luiz Ignacio de Azevedo.

Os 3 executados no Rio de Janeiro, foram: João Guilherme Ratcliff, Joaquim da Silva Loureiro e João Metrovich.



Frei Caneca

Os 16 restantes fugiram, tendo sido mais tarde perdoados. Foram elles: Manoel de Carvalho Paes de Andrade, frei Alexandre da Purificação, Dr. José da Natividade Saldanha, padre João Baptista da Fonseca, coronel José de Barros Falcão de Lacerda, coronel Antonio Bezerra de Souza Menezes, tenente-coronel José Antonio Ferreira, José Ferreira de Azevedo, tenente-coronel Antonio de Albuquerque Mello Montenegro, Felix Antonio Ferreira de Albuquerque, Manoel Ignacio Bezerra de Mello, Francisco de Arruda Camara, José Gomes do Rego Casumbá, Antonio Gabriel Pires da França Mendanha, Emiliano Felippe Benicio Mandurucú e José Francisco Vaz Pinto Carapeba.

Entre as victimas, conforme ainda ha pouco dissemos, encontrava-se o grande patriota frei Joaquim do Amor Divino Rebello Caneca, homem de grande valor, grammaticographo, orador, poeta, escriptor e politico.

Condemnado á morte por sentença lavrada em 23 de Dezembro de 1824, ouviu ler a mesma, na quinta-feira, 10 de Janeiro de 1825, e, tres dias depois, foi fuzilado no Recife, proferindo estas

palavras: *"Meus amigos, peço que não me deixem padecer por muito tempo..."* (*)

"A 10 de Janeiro do novo anno de 1825 ouviu elle ler calmo e tranquillo, sem a menor perturbação, aquella crudelissima sentença lavrada pelos sanguinarios membros da commissão militar, sendo em seguida conduzido ao oratorio para aguardar a sua immediata execução. Ha dias, diz Lamartine, em que o mais alto logar do mundo é o cadafalso; e Caneca, ia ver chegar esse dia, ia conquistar e subir a altura daquelle logar, corôa de martyrio, monumento de immortalidade que só a tyrannia sabe levantar em honra de suas victimas.

Contando por minutos os tres unicos dias de vida que lhe restavam, elle jamais se abatera, jamais perdera aquella serenidade e calma que só os heroes, as almas fortes, sabem manter, ainda mesmo na hora suprema dos sacrificios, dos perigos, do proprio martyrio: despreoccupadamente, como que si por instantes não tivesse de subir ao cadafalso, elle toma da sua lyra, dedilha pela ultima vez as suas cordas e — como o cysne adivinhando a hora fatal do termino de sua vida, canta e morre; — assim Caneca, desprendeu esse cantico hymnico repassado de amor, de patriotismo que começa por estes inspirados e bellissimos versos, que todos sabem, todos conhecem, todos cantam:

Entre Marilia e a patria
Colloquei meu coração;
A patria roubou-m'o todo
Marilia que chore em vão.

A sentença cruel, fulminada contra Caneca, cobrira de dôr e sentimento a todos os pernambucanos em cujos corações ardia a scentelha do patriotismo e dos sentimentos de amor e piedade." (**)

No dia 12 de Janeiro, vespera do seu fuzilamento, Caneca confessou-se e commungou.

"Naquelle mesmo dia fôra designado pelo carcereiro o pardo Agostinho Vieira, que cumpria sentença na cadeia, para servir de algoz na execução, mas elle declarara que nunca o seria em reverencia ao caracter sacerdotal da victima; no que finalmente persistiu, apesar das ameaças e do barbaro espancamento a couces de armas sobre os

(*) No dia 2 de Julho de 1917, no largo das Cinco Pontas, no Recife, no local em que foi fuzilado frei Caneca, foi inaugurada uma lapide commemorativa com os seguintes dizeres: "Neste largo foi espingardeado, junto á forca, por não haver réo que se prestasse a garroteal-o, o patriota Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, republicano de 1817 e a figura mais representativa da Confederação do Equador em 1824. Homenagem do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. — 2-7-17."

(**) Trecho de um discurso publicado no dia 3 de Julho de 1917 no *Diario de Pernambuco* e pronunciado na vespera pelo illustre historiador pernambucano Dr. F. A. Pereira da Costa, por occasião da inauguração da referida lapide commemorativa.

peitos, infligido por ordem superior, por soldados da guarda do estabelecimento, e tão barbaro, que deixaram-no estendido e por morto. O mesmo occorreu com dous pretos, tambem sentenciados que depois de tocados e espaldeirados a couces de armas, e até postos a ferros e á força levados para o pé do patibulo, perseveraram constantes em não querer jamais servir de carrascos para enforcar o padre, o que determinou o arcabuzamento da victima em vez da pena de garrote a que fôra condemnado.

Veio deste facto a lenda popular de que a negativa dos dous ultimos algozes eleitos para a execução, viera de divisarem elles no espaço, dentro de uma aureola, entre nuvens, o talhe de uma mulher de candidas vestes, e de resplendente belleza, accenando-lhes que não executassem o padre. Essa mulher, conclue a legenda, era Nossa Senhora do Carmo, a cuja ordem pertencia o inolvidavel patriota." (*)

No Rio de Janeiro foram executados a 17 de Março de 1825, ao meio-dia, no largo da Prainha, Loureiro, Metrovich e Ratcliff. Este ultimo, emquanto aguardava o momento de sua execução, escreveu sobre a parede do oratorio: *"Que mal me faz morrer? A virtude reverdece depois da morte: não a mata a espada de um tyranno. Morro innocente e pela causa do Brasil e da Humanidade: possa meu sangue ser util a ambos."*

A cabeça de Ratcliff foi enviada de presente por D. Pedro I a D. Carlota Joaquina, por intermedio do official da guarda imperial José Duarte Galvão, que naufragou nas alturas do cabo Verde.

No Ceará, cujo governo estava então entregue a José Felix de Azevedo e Sá, — que de revolucionario que era, passou depois a perseguir os proprios companheiros — organizou-se uma junta militar sob a presidencia do tenente coronel de engenheiros dr. Conrado Jacob de Niemeyer, junta que condemnou á morte cinco revoltosos, devendo-se entre elles destacar o celebre padre Mororó (Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque e Mello) que foi fuzilado na manhã de 30 de Abril de 1825.

No momento em que lhe iam collocar a venda nos olhos, o padre Mororó exclamou: *"Não; eu quero ver como isso é"* e quando d'elle se aproximou o soldado encarregado de collocar sobre o seu coração a pequena roda de papel vermelho que iria servir de alvo, Mororó recusou-a, cruzando as duas mãos sobre o peito.

"Não é necessario. Eu farei o alvo. E vejam lá! Tiro certeiro, que não me deixe soffrer muito", foram as ultimas palavras do grande martyr cearense.

Suffocada a Confederação do Equador, rebentou na Bahia um motim militar pelo facto de haver sido mandado embarcar para o Rio de Janeiro o major José Antonio da Silva Castro, commandante do 3º batalhão, conhecido pelo nome de batalhão dos *Periquitos*.

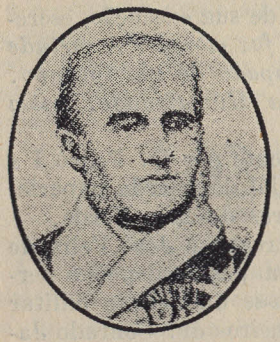
(*) Pereira da Costa — Discurso citado.

Uma companhia desse batalhão foi ás 5 horas da manhã, de 25 de Outubro de 1824, á casa do commandante das armas, coronel Felisberto Gomes Caldeira, na ladeira de Brocó, e exigindo a volta do seu commandante, prendeu o coronel que apenas disse: *"Vou preso, com a condição de que se me não ha de tocar."*

Apresentando-se, porém, momentos depois, foi covardemente assassinado pelos soldados que ao signal do alferes Jacintho Soares de Mello e José Pio de Aguiar Gurgel que os acompanhavam, atiraram, cahindo Gomes Caldeira atravessado por quatorze balas.

Além dessas revoltas, foi o governo de D. Pedro I agitado pela guerra do sul, da qual resultou perder o Brasil a Provincia Cisplatina que se constituiu em Estado independente.

Separação da Provincia Cisplatina. — Já vimos, capitulos atraz, que em 31 de Julho de 1821 a Banda Oriental fôra incorporada ao Brasil com o nome de Provincia Cisplatina.



Frederico Lecór

No dia 19 de Abril de 1825 o coronel oriental João Antonio Lavalleja, — com a cooperação do coronel Fructuoso Rivera, official oriental a serviço do exercito brasileiro, commandado pelo general Frederico Lecór — em companhia de 32 orientaes, desembarcou na margem esquerda do rio Uruguay, no logar denominado *La Agraciada*.

Lavalleja procedeu logo ao immediato recrutamento de patriotas e conseguindo para mais de 600, além de uns 80 homens que Rivera havia trazido de Montevidéo, reuniu em La Florida uma assembléa que proclamou em 25 de Agosto a independencia da Provincia Cisplatina, com o nome de Provincia Oriental, e declarou a annexação com as Provincias Unidas do Rio da Prata.

Forças brasileiras de 1.000 cavallerianos sob o commando de Bento Manoel Ribeiro foram então mandadas para suffocar o levante.

Em Setembro, ganhou Rivera a batalha do Rincon, e no dia 12 de Outubro do mesmo anno (1825), as forças de Lavalleja e Rivera, compostas de 3.000 homens das tres armas, derrotaram, no combate de Sarandy, as tropas brasileiras.

No mez seguinte, 24 de Novembro, dirigiu o governo argentino uma nota ao governo brasileiro, communicando-lhe a incorporação da Banda Oriental á Republica Argentina. Equivalia isto a uma verdadeira declaração de guerra, e por este motivo iniciou o

Brasil as suas hostilidades contra a Argentina, no dia 10 de Dezembro de 1825.

A esquadra brasileira, a principio, sob o commando de Rodrigo Lobo, e depois sob o do vice-almirante Rodrigo Pinto Guedes, bloqueou então o Rio da Prata, derrotando completamente, em Julho de 1826, a esquadrilha argentina, sob as ordens do almirante Jorge Guilherme Brown.

Permanecia, entretanto, inactivo, em Montevidéo, o exercito brasileiro, sob o commando do general Frederico Lecór (visconde da Laguna), o que motivou em 24 de Novembro do mesmo anno (1826) a ida do Imperador ao sul, para melhor se certificar dos acontecimentos, partindo elle na náo *Pedro I*, que foi seguida de alguns navios.

Domitilla de Castro Canto e Mello

"Durante a ausencia do Imperador, a Imperatriz enfermou e morreu. Das noticias cautelosas, que então se publicaram a respeito deste triste acontecimento, nenhuma informação exacta se póde colher; mas, infelizmente para o credito de D. Pedro, a verdade é hoje muito conhecida. Antes da sua partida tivera elle uma entrevista com a Imperatriz, de que alguma altercação resultou: a sua união desde muito tempo era infeliz. Toda a preponderancia que deveria pertencer á Imperatriz, passára para a Marqueza de Santos; e tal era a paixão de D. Pedro por essa senhora, (*) que por uma carta imperial havia reconhecido como sua filha uma menina que ella déra á luz em 1825, conferindo-lhe o titulo de Duqueza de Goyaz. A sua conducta para com a Imperatriz era a mais dura; assevera-se até que lhe déra pancadas na precipi-

(*) Durante a sua estadia em S. Paulo, apaixonou-se D. Pedro por uma senhora chamada Domitilla de Castro, a quem acabou por publicamente reconhecer como sua cocumbina, fazendo-a Marqueza de Santos. Nas vizinhanças de S. Christóvão, mandou D. Pedro construir um palacio, para residencia dessa senhora, emquanto sua esposa, esquecida, via-se até na contingencia de pedir dnheiro emprestado aos conhecidos.

D. Pedro, que até então fôra bom esposo, com a chegada de Domitilla de Castro ao Rio, em Junho de 1823, modificou-se por completo.

Releia-se a pag. 166.

tada altercação. Talvez seja isto exageração, mas o que é certo, é que a desgraçada Imperatriz, que se achava nessa occasião mui adiantada na sua gravidez, foi conduzida logo do logar da entrevista para o leito de dôr, e só se ergueu para uma curta e penosa peregrinação á igreja da Gloria, onde se faziam debalde preces para a sua melhora. Depois de uma dolorosa enfermidade, os soffrimentos de Sua Majestade terminaram com a morte, em 11 de Dezembro de 1826." (*)

D. Maria Leopoldina esposa de D. Pedro I

No dia seguinte, o povo indignado com o fallecimento da Imperatriz, a quem tantos desgostos déra a Marqueza de Santos, apedrejou a casa d'esta.

Na cidade do Desterro, hoje Florianopolis, recebeu D. Pedro noticia do fallecimento de sua esposa.

Apesar de máo marido, chorou o Imperador a morte de D. Leopoldina.

E' de sua penna o seguinte soneto sobre o triste desenlace:

A' sempre para mim sentida morte da minha adorada esposa, a Imperatriz.

Deus eterno, por que me arrebataste
A minha muito amada Imperatriz?
Tua divina vontade assim o quiz?
Sabe que o meu coração dilaceraste.

Tu de certo contra mim de iraste
Eu não sei o motivo nem que fiz
E co'aquelle direi, que sempre diz:
Tu m'a déste, Senhor, tu m'a tiraste!

Ella me amava c'o maior amor,
E eu nella admirava a honestidade:
Sinto o meu coração quebrar de dôr.

O mundo não verá mais noutra edade
Modelo mais perfeito nem melhor
D'honra e candura, amor e caridade.

Voltando D. Pedro I ao Rio, aqui chegou em 15 de Janeiro de 1827, após conferir o commando do exercito ao marechal Felisberto

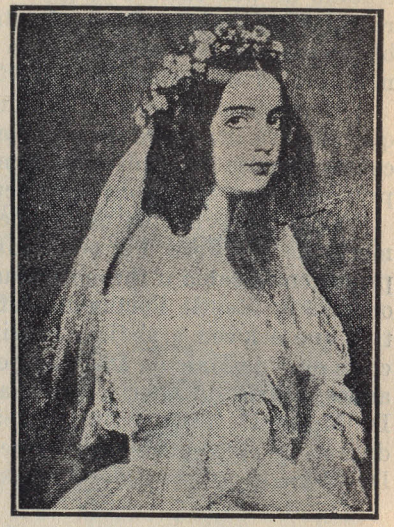
(*) John Armitage — Historia do Brasil.

Caldeira Brant Pontes, Marquez de Barbacena, em substituição a Frederico Lecór.

Começou então o Brasil a soffrer revezes nessa lucta.

No combate naval do Juncal foi a esquadra brasileira, sob o commando de Jacintho Roque de Senna Pereira, destroçada pelo almirante Jorge Brown, que conseguiu tomar onze dos nossos navios.

Seguiu-se a batalha do Passo do Rosario, pelos argentinos, chamada de Ituzaingó, em 20 de Fevereiro de 1827, na qual o exercito brasileiro, composto de 6.700 homens e 10 boccas de fogo, sob o commando do Marquez de Barbacena, foi, depois de 6 horas de combate, derrotado pelo exercitó argentino ás ordens de D. Carlos Maria de Alvear, e composto de 10.557 homens e 24 boccas de fogo, perdendo o Brasil 1.200 homens, além das peças de artilharia.



Duqueza de Goyaz

E' falso, porém, que nessa batalha tivessem sido tomadas bandeiras brasileiras, como ainda dizem alguns autores baseados nos disticos que acompanham cinco bandeiras nacionaes que se encontram na secção "Guerra del Brasil" do Museu Historico Nacional de Buenos Aires, os quaes dizem ter sido as mesmas tomadas em Ituzaingó, o que é sabidamente falso.

O proprio governo argentino deveria retirar taes disticos do Museu, porque elles não representam absolutamente a verdade. (*) Para augmentar os revezes dos brasileiros, uma divisão de 19 navios da nossa esquadra, sob o commando de Jacintho Roque de Senna Pereira, cahiu em poder do almirante Brown, em frente á ilha de Martim Garcia, no estuario do Prata, bem como uma expedição que, enviada á Patagonia, sob as ordens do capitão Shepperd, foi preza dos argentinos.

Em 9 de Abril, porém, conseguiu Norton, chefe de divisão brasileira, derrotar Brown, aprisionando um brigue argentino e incendiando outro.

Resolveu então a Argentina, apesar das suas victorias ante-

(*) Leia-se sobre o assumpto o bello e patriotico trabalho de José Carlos de Macedo Soares, publicado em 1920 sob o titulo "Os falsos trophéos de Ituzaingó."

riores, propôr a paz, enviando ao Rio de Janeiro, como seu plenipotenciario, o ministro D. Manoel Garcia, que assignou, em 24 de Maio de 1827, uma convenção pela qual a Banda Oriental era restituida ao Brasil em troca de todas as prezas que os corsarios tinham feito. Não tendo, porém, o governo argentino ratificado esse acto, continuou a lucta, si bem que frouxamente, dando-se uma nova derrota do exercito brasileiro em Camacúa, o que levou D. Pedro I a demittir o Marquez de Barbacena, chamando de novo ao commando do exercito o general Frederico Lecór.

Em 1828, por mediação da Inglaterra, foi assignado um tratado de paz entre a Argentina e o Brasil, pelo qual este ultimo reconhecia a independencia da Banda Oriental sob o nome de Republica Oriental do Uruguay. Esse tratado foi assignado no Rio de Janeiro em 27 de Agosto de 1828.

O governo brasileiro, querendo manter á força uma provincia que não era brasileira em sua formação, gastou cerca de oitenta mil contos, perdeu oito mil combatentes e acabou por perder tambem a provincia que dera motivo á lucta.

Logo no principio dessa guerra, chegou de Lisbôa a noticia da morte de D. João VI, occorrida em 10 de Março de 1826. Como primogenito cabia o throno portuguez a D. Pedro I, que, assumindo o titulo de Rei de Portugal, preferiu, porém, a corôa brasileira, motivo que o levou a abdicar os direitos ao throno portuguez, por decreto de 3 de Maio de 1826, na pessoa de sua filha, ainda menor, de 8 annos, Maria da Gloria, que mais tarde, governou com o titulo de D. Maria II, desde 1834 até 1853. Para reger o throno, emquanto durasse a minoridade da princeza, nomeou D. Pedro I seu irmão D. Miguel, que se deveria casar com ella.

CAPITULO XXV

A ACÇÃO DA IMPRENSA E DO EXERCITO. ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

As preferencias que D. Pedro I começou a manifestar pelos seus patricios, e tambem a organização dos seus ministerios, compostos de pessoas que lhe prestavam cega obediencia, começaram dentro em pouco a desgostar o povo.

Esse descontentamento augmentou ainda mais com o procedimento que teve D. Pedro I, quando, pouco antes de terminada a luta com a Argentina, o vice-almirante francez Roussin entrou em 5 de Julho de 1828, no porto do Rio de Janeiro, com uma náo, um brigue e duas fragatas, exigindo a entrega dos navios francezes aprisionados durante o bloqueio do Rio da Prata e mais uma indemnização de perdas e damnos.

Amelia de Leuchtemberg

O povo, indignado protestou, mas D. Pedro I mandou restituir as prezas e estipulou que faria as indemnizações pedidas no decorrer do anno seguinte (1829).

Nasceu d'ahi maior animosidade contra o governo do Imperador, que por sua vez já andava bastante desgostoso por motivo de seu irmão D. Miguel não acceitar a mão de sua filha D. Maria da Gloria, que mandada regressar ao Brasil nesse mesmo anno (1829), chegou aqui em 16 de Outubro, com a princeza bavara, D. Amelia de Leuchtemberg, noiva de D. Pedro I. No dia seguinte, 17 de Ou-

tubro, effectuou-se o casamento de D. Pedro, celebrando-se o cerimonial com toda a pompa, máo grado a chuva torrencial que cahia.

Dous mezes depois, em Dezembro, dada a impopularidade do Ministerio, D. Pedro demittiu-o, nomeando outro, composto exclusivamente de brasileiros natos.

Chegando ao Brasil, em 14 de Setembro de 1830, a noticia da revolução franceza de 30 de Julho do mesmo anno, em consequencia da qual fôra desthronado Carlos X, produziu-se grande excitação de animos em quasi todas as provincias, principalmente na de Minas Geraes, que se tornou francamente hostil ao governo de D. Pedro I.

Os brasileiros acharam naquella revolução estimulo para levar ávante as suas idéas contra o governo, cujo despreso pelas garantias constitucionaes mais exacerbava os animos.

Habilmente explorada a situação na imprensa, destacou-se logo entre os combatentes o jornal *Aurora Fluminense*, que appareceu em Dezembro de 1827, e onde fulgurava a penna do valoroso jornalista Evaristo Ferreira da Veiga.

Num dos seus brilhantes artigos terminou Evaristo dizendo: (*) *"Carlos X, deixou de reinar; o mesmo aconteça a todo aquelle monarcha que, traindo os seus juramentos tentar destruir as instituições livres do seu paiz."*

Um mez depois da publicação desse artigo, dizia Evaristo da Veiga num outro (**) em que commentava a alegria produzida em São Paulo pela revolução:

"Nós não gostamos da anarchia; na nossa Folha, bastantes provas havemos dado de que não propendemos para os excessos, e que sabemos quanto custão as revoluções, quanto se devem temer as paixões desencadeadas da multidão, o choque dos interesses contrarios quando não ha lei que os regule e lhes imponha limite. Mas se não queremos a anarchia, muito menos podemos supportar a escravidão, e ha escravidão aonde se pretende punir o Cidadão, porque praticou uma acção innocente, porque mostrou alegrar-se com o triumpho da liberdade, porque exprimio esta sua alegria de hum modo que nenhuma Lei lhe vedava."

Mais abaixo interrogava:

"O que ha nisto que possa açular as iras do Governo ou fazel-o tremer? Pretenderia elle imitar o exemplo de Carlos X e viu na coragem do povo Parisiense huma imagem do que farião em caso identico, os Brasileiros?"

E quasi ao terminar assim dizia:

"Hum fado máo os dirige e preside a todos os seus actos: temem o povo e o povo os odeia, porque os Brasileiros não podem simpatisar com quem lhes mostra uma continua desconfiança, com quem parece ter posto as esperanças do seu coração fóra do paiz que administra."

(*) Primeira columna da segunda pagina, n. 392, de 27 de Setembro de 1830.

(**) Primeira columna da segunda pagina, n. 404, de 25 de Outubro de 1830.

Resolveu então D. Pedro I, para ver se conseguia acalmar os animos, visitar a provincia de Minas Geraes, que estava sob o governo de Bernardo de Vasconcellos, e era dentre todas a que se mantinha mais hostil ao seu governo.

Acompanhado de sua esposa e de grande comitiva partiu o Imperador em 30 de Dezembro de 1830, para Ouro Preto, então capital daquella provincia.

Recebido apenas pelo elemento official, pôde o monarcha em diversas localidades ouvir dobres de sinos, a pretexto das exequias celebradas intencionalmente no dia da chegada de D. Pedro I, por alma do medico e jornalista liberal João Baptista Libero Badaró, assassinado em S. Paulo.

Libero Badaró, redactor do *Observador Constitucional*, era italiano, mas obrigado a sahir da sua patria, por questões politicas, vivia havia tempos no Brasil. Foi ferido por um allemão no dia 20 de Novembro, fallecendo no dia seguinte, proferindo por essa occasião as palavras: *"Morre um liberal, mas não morre a liberdade"*.

Em Ouro Preto, a 22 de Fevereiro de 1831, publicou D. Pedro uma proclamação em que exprobrava os excessos da imprensa e, pouco depois, regressava ao Rio, excessivamente desgostoso, aqui chegando em 11 de Março do mesmo anno.

Na referida proclamação dizia D. Pedro I: — "Mineiros, não me dirigirei sómente a vós: o interesse é geral; eu falo, pois, a todos os Brasileiros. Existe um partido desorganizador que, aproveitando-se das circumstancias PURAMENTE PECULIARES A' FRANÇA, pretende illudir-vos com invectivas contra a minha inviolavel e sagrada pessôa, e contra o Governo, afim de representar no Brasil scenas de horror, cobrindo-o de lucto, com o intento de empolgarem empregos e saciarem suas vinganças e paixões particulares, a despeito do bem da Patria, a que não attendem aquelles que têm traçado o plano revolucionario".

Evaristo da Veiga

Procuraram os portuguezes e brasileiros adoptivos solemnizar a volta do monarcha com grandes festas, as quaes, sendo julgadas accintosas aos brasileiros, deram

motivo a manifestações contrarias nas noites de 11, 12 e 13 de Março, sendo que nesta ultima houve sanguinolento conflicto que ficou conhecido na historia patria pelo nome de *noite das garrafadas,* por terem nella os portuguezes não só apedrejado a casa de Evaristo da Veiga, como tambem aggredido os brasileiros com cacos de garrafas, pedras e outros projectis.

Reuniram-se então 23 deputados, e o senador Campos Vergueiro, em casa do deputado por Minas, padre José Custodio Dias, e ahi redigiram energica representação directamente endereçada a D. Pedro, exigindo uma satisfação do governo e o castigo dos portuguezes envolvidos no facto.

Essa representação assim terminava:

"Senhor, os sediciosos, á sombra do augusto nome de Vossa Majestade Imperial e Constitucional, continuam na execução de seus planos tenebrosos; os ultrages crescem, a nacionalidade soffre, e nenhum povo tolera, sem resistir, que o estrangeiro venha impôr-lhe no seu proprio paiz um jugo ignominioso. De estrangeiros que se honram de ser vassallos de D. Miguel, e de outros, subditos da Senhora D. Maria II, se compunham, em grande parte, esses grupos que, nas noites de 13 e de 14, nós vimos e ouvimos encher de improperios e baldões o nome brasileiro, espancar e ferir a muitos dos nossos compatriotas, a pretexto de federalistas, de uma questão politica, cuja decisão pende do juizo e deliberação do Poder Legislativo, e nunca do furor insensato e sanguinario de homens grosseiros, cujo entendimento é demais alienado por suggestões traidoras. Os Brasileiros, tão cruelmente offendidos, os Brasileiros que se ameaça ainda com prisões parciaes e injustas nutrem em seu peito a indignação mais bem fundada e mais profunda, não sendo possivel calcular até onde chegarão os seus resultados, se acaso o governo não cohibir desde já semelhantes desordens, se não tomar medidas para que a affronta feita á Nação seja quanto antes reparada. Os representantes abaixo assignados assim o esperam, confiados na sabedoria e patriotismo de Vossa Majestade Imperial e Constitucional, a despeito dos traidores que possam rodear o throno de Vossa Majestade Imperial e Constitucional, os quaes não terão força bastante para suffocar ahi estes clamores que sahem de corações ulcerados mas amigos do seu paiz e da justiça. As circumstancias são as mais urgentes, e a menor demora póde em taes casos ser funestissima. A confiança que convinha ter no Governo, está quasi de todo perdida, e se porventura ficarem impunes os attentados contra quem os abaixo assignados representam, importarão uma declaração de guerra ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar elle mesmo, por todos os meios a sua honra e brio, tão indignamente maculados.

Esta linguagem, senhor, é franca e leal: ouça-a Vossa Majestade Imperial e Constitucional, persuadido de que não são os aduladores que salvam os imperios, sim aquelles que têm bastante força d'alma, para dizerem aos principes a verdade, ainda que esta não os lisonjeie. A ordem publica, o repouso do Estado, o throno mesmo, tudo está ameaçado, se a representação que os abaixo assignados respeitosamente dirigem a Vossa Majestade Imperial e Constitucional não fôr attendida, e os seus votos completamente satisfeitos."

A publicação dessa representação nos jornaes mais accentuou o espirito de revolta.

No dia 25 de Março, comparecendo D. Pedro I, sem ser esperado nem convidado, a um *Te-Deum* mandado celebrar pelos liberaes,

na igreja de São Francisco de Paula, foi cercado pelo povo que o saudou com *vivas, emquanto constitucional,* ao mesmo tempo que outros gritavam *"Viva D. Pedro II"*. Ao primeiro grito D. Pedro I respondeu: *"Sou, sempre fui e serei constitucional"*; e, ao segundo: *"Ainda é uma criança"*.

No mez seguinte, 5 de Abril, demittiu D. Pedro I o ministerio, substituindo-o por outro que foi appellidado de *ministerio dos marquezes,* pois que dos seis membros que o compunham quatro eram portadores daquelle titulo. Composto de individuos tidos e havidos por servos humilissimos da vontade imperial, causou a nomeação desse ministerio grande indignação ao povo e á tropa, tendo no dia seguinte (6 de Abril) Evaristo da Veiga publicado pelas columnas da *Aurora Fluminense* inflammado artigo de combate á politica de D. Pedro.

São desse longo artigo estes periodos de fogo:

"O amor proprio nacional tem sido no Brasil pisado aos pés pelos homens da privança, pelo partido que gosa e tem gosado da especial confiança de quem governa. Na França os Francezes não eram olhados com suspeita, *só porque eram francezes;* a autoridade permittia-lhes que se gloriassem de pertencer á sua patria, sem que *disso* se fizesse *um crime."*

Nada disto se tem passado no Brasil: o chefe, o Imperador dos Brasileiros, cercado de conselhos perversos, *tem tido sempre, por desgraça, como intimos amigos, como privados, homens que não nasceram aqui, e cujo odio pelo paiz que habitam lhes resumbra pelos póros.* As suas acções, os seus movimentos, as suas menores palavras, *tudo é anti-nacional, tudo desperta o desprezo e a aversão por esta terra,* que se rebellou, e cujos naturaes commetteram o crime de se quererem elevar á dignidade de homens livres.

Estas causas ponderosas de descontentamento não as havia na França. Não é isto querer justificar de qualquer modo os Bourbons, cuja tyrannia e imbecilidade são dignas do odio e do desprezo commum, mas mostrar as cousas taes quaes são em realidade, e em relação aos effeitos que podem produzir.

Nada ha mais insupportavel do que o jugo estrangeiro, e é estrangeiro todo o Governo que tem horror á nação a cujos destinos preside, e que se envergonha de pertencer-lhe."

Nesse mesmo dia 6, ás 2 horas da tarde, povo e tropa reunidos no Campo de Sant'Anna, logo em seguida chamado *Campo da Honra,* após os necessarios entendimentos, mandaram ás 6 horas a São Christóvão uma deputação de tres juizes de paz, pedindo a restituição do antigo ministerio.

Aos emissarios, declarou D. Pedro I: *"Mantendo o meu direito constitucional de escolher livremente os membros do ministerio, estou prompto a fazer tudo para o povo, nada, porém, pelo povo."*

Tal resposta fez com que o povo se revoltasse, adherindo os tres irmãos Lima e Silva (Francisco, José Joaquim e Manoel), generaes de grande popularidade.

O proprio batalhão do Imperador aquartelado em S. Christó-

vão, tambem fez causa commum com os revoltosos, a elles se unindo, ás 11 horas da noite desse mesmo dia, 6 de Abril.

Ao saber D. Pedro do procedimento desse batalhão, muito calmamente disse: "Fez bem, que se vá reunir aos seus camaradas, no campo; não desejo que ninguem se sacrifique por minha causa."

Completando o que acabava de dizer, mandou elle proprio que o regimento de artilharia montada, tambem aquartelado no paço, fôsse ter com os corpos revoltados.

A' meia noite chegava ao palacio do Imperador o major Miguel de Frias e Vasconcellos, encarregado de fazer ver a D. Pedro a gravidade da situação.

Ao major Miguel de Frias que pediu ao Imperador uma decisão immediata, respondeu D. Pedro I: *"Certamente não nomearei o Ministerio que querem; a minha honra e a constituição m'o não permittem: prefiro antes abdicar, ou morrer, do que fazer uma tal nomeação."*

A's 2 horas da madrugada de 7 de Abril de 1831, e sem ouvir conselho de ninguem, nem mesmo informar os seus ministros, Pedro I, cuja impopularidade era evidente, teve o bom senso de abdicar, evitando assim, intelligentemente, comprometter os destinos da monarchia no Brasil. E, assim, redigiu o seu acto de abdicação: *"Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara. — Bôa Vista, 7 de Abril de 1831, decimo da Independencia e do Imperio."*

Entregando esse documento ao major Miguel de Frias, disse com as lagrimas nos olhos, D. Pedro I: *"Aqui tem a minha abdicação; estimarei que sejam felizes. Retiro-me para a Europa e deixo um paiz que sempre amei e que amo ainda."*

Por um decreto que datou de 6 de Abril, nomeou D. Pedro tutor de seus quatro filhos (Pedro, Francisca, Paula e Januaria), que aqui ficavam, a José Bonifacio, a quem escreveu nesse sentido amistosa carta.

Assim estava redigida a referida missiva:

"Amicus certus in re incerta cernitur."

E' chegada a occasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu muito amado e prezado filho, seu Imperador.

Eu delego em tão patriotico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que, educando-o naquelles sentimentos de honra e de patriotismo, com que devem ser educados todos os Soberanos, para serem dignos de reinar, elle venha um dia a fazer a fortuna do Brasl, de quem me retiro saudoso.

Espero que me faça este obsequio, acreditando que a não m'o fazer, eu viverei sempre atormentado.

Seu amigo constante, *Pedro*."

Retirou-se então D. Pedro com o restante da familia para bordo da fragata ingleza *Warspite*, commandada por Talbot, onde se conservou seis dias, depois dos quaes se passou para bordo da fragata tambem ingleza *Volage*, do commando de Lord Colchester, na qual seguiu, no dia 13, para a Europa, indo sua filha e comitiva a bordo da fragata franceza *La Seine*.

Com a partida de D. Pedro I termina o primeiro reinado, e surgem os governos regenciaes.

Na vespera da partida, Pedro I e D. Amelia enviaram, de bordo da *Warspite*, cartas de despedida ao joven D. Pedro, que tinha apenas seis annos incompletos.

Na sua carta assim dizia a esposa de Pedro I:

"Adeus menino querido, delicias de minha alma, alegria de meus olhos, filho que meu coração tinha adoptado; adeus para sempre, adeus.

"O quanto és formoso neste teu repouso. Meus olhos chorosos não se podem fartar de te contemplar a magestade de uma corôa, a debilidade da infancia, a innocencia dos anjos, cingem tua engraçadissima fronte, de um resplendor mysterioso, que fascina a mente.

"Eis o espectaculo mais tocante que a terra pode offerecer. Quanta grandeza, quanta fraqueza a humanidade encerra, representada por uma creança! Uma corôa e um brinco, um throno e um berço!

"A purpura ainda não serve senão para estofo, e aquelle que commanda exercitos e rege um Imperio, carece de todos os desvelos de uma mãe.

"Ah! querido menino, se eu fôsse a tua verdadeira mãe, se minhas entranhas te tivessem concebido, nenhum poder valeria para me separar de ti, nenhuma força te arrancaria dos meus braços. Prostrada aos pés daquelles mesmos que abandonaram o meu esposo, eu lhes diria entre lagrimas: "não vêde mais em mim a Imperatriz, mas uma mãe desesperada. Permitti que eu vigie nosso thesouro. Vós o quereis seguro e bem tratado, e quem haveria de guardar e cuidar com maior devoção? Se não posso ficar a titulo de mãe, eu serei sua criada, ou sua escrava.

"Mas, tu, anjo de innocencia e de formosura, não me pertences senão pelo amor que dediquei ao teu augusto pae, um dever sagrado me obriga a acompanhal-o no seu exilio, através os mares, ás terras extranhas! Adeus, pois para sempre, adeus!

"Mães brasileiras, vós que sois meigas e afagadoras dos vossos filhinhos, a par das rolas dos vossos bosques e dos beija-flores das campinas floridas suppri minhas vezes; adoptai o orphão coroado, dae-lhes todas um logar na vossa familia e no vosso coração.

"Ornae o seu leito com as folhas do arbusto constitucional, embalsamae-o com as mais ricas flôres da vossa eterna primavera, entrançae o jasmin, a baunilha, a rosa, o cinamono, para coroar a mimosa testa, quando o pesado diadema de ouro o tiver machucado.

"Alimentae-o com a ambrosia das mais saborosas fructas: — a atta, o ananaz, a canna melliflua; acalentae-o á suave entoada das vossas maviosas modinhas.

"Afugentae longe de seu berço as aves de rapina, a subtil vibora, as crueis jararacas, e tambem os vis aduladores, que envenenam o ar que se respira nas Côrtes.

"Se a maldade e a traição lhe prepararem ciladas, vós mesmas armae em sua defesa vossos esposos com a espada, o mosquete e a bayoneta.

"Ensinae á sua voz tenra, as palavras de misericordia, que consolam o infortunio; as palavras de patriotismo que exaltam as almas generosas, e de vez em quando, sussurae ao seu ouvido, o nome de sua mãe de adopção.

"Mães brasileiras, eu vos confio esse preciosissimo penhor da felicidade de vosso paiz e de vosso povo: eil-o tão bello e puro como o primogenito d'Eva no paraiso. Eu vol-o entrego, agora sinto minhas lagrimas correrem com menor amargura.

"Eil-o adormecido. Brasileiras, eu vos conjuro que não o acordeis antes que me retire. A boquinha molhada de meu pranto, ri-se á semelhança do botão de rosa ensopado com o orvalho matutino. Elle se ri e o pae e a mãe o abandonam para sempre.

"Adeus, orphão imperador, victima de tua grandeza, antes que o saibas conhecer.

"Adeus, anjo de innocencia e formosura, adeus. Toma este beijo, e este... e este ultimo, adeus para sempre, adeus."

CAPITULO XXVI

MINORIDADE DE D. PEDRO II. REGENCIA PROVISORIA E EFFECTIVA

Tendo D. Pedro I abdicado em 7 de Abril de 1831, na pessoa do seu *muito amado e prezado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara*, não podia este governar o paiz por ter apenas 5 annos, 4 mezes e 5 dias, sendo, pois, uma criança.

D. Pedro de Alcantara só começou a governar em 23 de Julho de 1840 quando foi declarado de maior idade, de maneira que, desde 7 de Abril de 1831, até 23 de Julho de 1840, o paiz foi governado pelas regencias que foram quatro: Regencia trina provisoria, regencia trina permanente, regencia de Diogo Feijó e regencia de Araujo Lima.

Regencia trina provisoria. — Logo que foi conhecida a noticia da abdicação de D. Pedro I, reuniram-se no Paço do Senado, 36 deputados e 26 senadores, residentes no Rio de Janeiro, para nomearem uma regencia interina.

Foi ella composta pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, José Joaquim Carneiro de Campos (marquez de Caravellas) e senador Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, governando de 8 de Abril de 1831 a 18 de Junho do mesmo anno.

Essa regencia reintegrou o ministerio anterior ao de 5 de Abril, que havia sido demittido por D. Pedro I, como vimos; approvou a nomeação de José Bonifacio para tutor dos principes menores; e publicou um manifesto convidando o povo a manter-se em ordem.

Comtudo deram-se diversos conflictos entre bresileiros e portuguezes, pois não se queriam estes conformar com a partida de D. Pedro I.

Explorando a situação, visaram os republicanos a pessôa do Marquez de Caravellas, a quem começaram a incompatibilizar com o

povo. Tal facto fez com que o Marquez, desgostoso, reunisse os representantes da nação e expuzesse a vantagem da eleição de uma regencia permanente, o que foi feito no dia 18 de Junho em Assembléa Geral, representada por 35 senadores e 88 deputados.

Ao deixar o governo ouviu o Marquez de Caravellas do brigadeiro Lima e Silva — que com elle servira na Regencia Provisoria e acabava de ser eleito para a Permanente — as seguintes palavras: *"E' pena, marquez, que um homem de sua tempera abandone o governo e deixe a politica"* ao que Caravellas respondeu: *"General, não se é politico nem se governa contra a vontade do povo. Fiz o que devia."*

Regencia trina permanente. — Ficou a regencia permanente composta do brigadeiro Francisco de Lima e Silva e dos deputados José da Costa Carvalho (depois marquez de Monte Alegre) e João Braulio Moniz, governando desde 18 de Junho de 1831 até 12 de Outubro de 1835.

Foi agitadissimo esse periodo, em que tres partidos se degladiavam: o moderado, que approvava a regencia; o exaltado, que queria a republica; e o restaurador ou caramurú, que desejava a volta de D. Pedro I.

Do primeiro faziam parte, entre outros, Evaristo da Veiga, Nicoláo Vergueiro e Honorio Hermeto; do segundo, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Antonio Carlos de Andrada e Silva e Miguel de Frias; e do terceiro, José Bonifacio, Martim Francisco e Francisco Villela Barbosa.

Chamou a Regencia para occupar a pasta de Ministro da Justiça o padre Diogo Antonio Feijó, que, exigindo liberdade absoluta de acção, conseguiu suffocar as varias rebelliões que se deram nas provincias, das quaes falaremos mais adiante.

Nomeado por decreto de 4 de Julho de 1831, Diogo Feijó começou logo dissolvendo alguns corpos que dias depois (14 e 15) se haviam insubordinado no Rio de Janeiro. Creou, por decreto de 18 de Agosto, as guardas Nacional e Municipal, e com estas submetteu em 7 de Outubro, um batalhão de artilharia de marinha, sublevado na ilha das Cobras.

No Maranhão, em 13 de Setembro, as tropas revoltadas prenderam varias pessôas illustres e expulsaram o presidente, os magistrados e o commandante das armas, restabelecendo-se a ordem só no anno seguinte, em Abril de 1832.

Nesse mesmo mez, no dia 3, estalou uma revolta com caracter republicano, chefiada pelo major Miguel de Frias e Vasconcellos, que amotinou as guarnições da ilha das Cobras e Villegagnon e com

ellas desembarcou em Botafogo, seguindo para o Campo de Sant'Anna, acompanhado de grande massa popular, e dando vivas á Republica Federativa.

Ahi acampado, Miguel de Frias distribuiu uma proclamação aos brasileiros, destituindo os regentes e nomeando para substituil-os Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Antonio Carlos de Andrada e Silva e João Pedro Maynard.

Suffocada a revolução pelas tropas imperiaes sob o commando do major Luiz Alves de Lima e Silva, Miguel de Frias foi obrigado a fugir para os Estados Unidos da America do Norte.

Ainda nesse mesmo mez de Abril, no dia 17, organizou o partido Restaurador uma sedição que foi promptamente abafada, pois o bando armado que ás ordens do barão de Bulow investiu contra as forças governamentaes, foi batido por estas em Mataporcos (actual largo do Estacio de Sá, nesta Capital).

Diogo Feijó

Nova revolta rebentou então por instigações de José Bonifacio, mas foi a mesma suffocada, exigindo Diogo Feijó que o parlamento destituisse José Bonifacio do cargo de tutor dos principes. Na Camara foi o desejo de Feijó satisfeito, o mesmo não acontecendo no Senado, onde o projecto cahiu por maioria de um voto, o que motivou a retirada de Feijó da pasta de Ministro da Justiça, em 26 de Julho de 1832.

Apesar de ter o projecto que destituia José Bonifacio do cargo de tutor, cahido unicamente por maioria de um voto, não se conformou Feijó em continuar no governo, pois achava que só podia ser ministro estando em completa harmonia de vistas com as duas casas do poder legislativo.

Nada o demoveu da sua resolução, apesar da insistencia que se fez para que continuasse no governo, que elle abandonou, conforme dissemos, a 26 de Julho de 1832, depois de declarar: *"Sou filho de uma provincia onde se faz timbre de cumprir o que se promette."*

Continuava, porém, o paiz a ser agitado pelas revoluções, ao mesmo tempo que em toda a parte se fundavam sociedades defensoras da liberdade, com a seguinte divisa que havia sido dada por Feijó: *"Sem ordem não ha progresso; sem justiça não ha Liberdade"*.

Em Pernambuco rebentou então a chamada *Setembrada*, em que a soldadesca desenfreada poz a cidade a saque durante os dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1832, começando a revolta pelo 14º batalhão, ás 9 horas da noite, o que obrigou o povo a pegar em armas.

No Ceará, o coronel Joaquim Pinto Madeira, considerando nullo o acto de abdicação, trazia a provincia em sobresalto desde 14 de Dezembro de 1831, até que, rendendo-se ao general Pedro Labatut, em 13 de Outubro de 1832, foi condemnado á morte e executado em 28 de Novembro de 1834, no proprio Ceará, sendo presidente do mesmo o senador José Martiniano de Alencar.

No Pará, as tropas já corroidas pelo cancro da indisciplina, sublevaram-se, em 14 de Abril de 1833, durando essa revolta, conhecida pelo nome de *Cabanada*, tres annos e pouco.

Os revoltosos assassinaram o governador Bernardo Lobo de Souza, e o commandante das armas, major Silva Santiago, cujos corpos foram sepultados na mesma cova, em 7 de Janeiro de 1835.

Para substituil-os foram nomeados, respectivamente, o tenente-coronel Felix Antonio Clemente Malcher e Francisco Pedro Vinagre. Dentro de poucos dias, em 19, desavieram-se, porém, os dous, e o resultado foi a lucta entre os partidarios de ambos, sendo Malcher batido e obrigado a refugiar-se no arsenal de guerra, de onde se passou para bordo de uma embarcação brasileira, cujo commandante, o primeiro tenente José Eduardo Wandenkolk, o entregou aos partidarios de Vinagre, que o assassinaram e arrastaram pelas ruas da cidade.

Estava assim Vinagre senhor da situação quando ao Pará chegou, em Julho, o marechal Manoel Jorge Rodrigues, encarregado de pacificar a provincia.

Fingiu Vinagre a principio estar disposto á submissão, mas, em breve, recomeçou a lucta.

No dia 14 de Agosto de 1835, 2.987 cabanos iniciaram, nas ruas de Belém, renhidos combates, que se prolongaram até a madrugada do dia 23.

Em Abril de 1836, já então durante a regencia de Diogo Feijó, sendo nomeado governador e commandante das armas o brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa, a este passou Rodrigues o commando, retirando-se para o Rio.

O partido Caramurú ou restaurador, que, como ainda ha pouco dissemos, se batia pela volta de D. Pedro I, creou a *Sociedade Militar*, procurando assim interessar no facto as classes armadas.

O povo, porém, indignado contra os manejos dos *restauradores*, varejou-lhes a casa no dia 2 de Dezembro de 1833, quebrando os moveis e fazendo depois (dia 15) com que uma força de policia prendesse, em S. Christóvão, José Bonifacio, que foi destituido de

tutor, substituido por Manoel Ignacio de Souto Maior Pinto Coelho, marquez de Itanhaem, e enviado em custodia para a ilha de Paquetá, onde veio a morrer mais tarde (1838).

Nomeado o marquez de Itanhaem tutor de D. Pedro e suas irmãs, um dos seus primeiros actos foi baixar um regulamento estabelecendo o horario dos affazeres não só de D. Pedro como das jovens princezas.

A titulo de curiosidade, aqui transcrevemos a parte d'esse regulamento que diz respeito ao joven D. Pedro II:

"S. M. I. deve-se levantar impreterivelmente ás 7 horas da manhã, depois do que deve fazer a sua "toilette" e dar graças a Deus, rezando — ás 8 horas, deve almoçar em presença do Medico que deverá examinar a sua comida se é boa e com sufficiente calor e evitar que S. M. I. coma de mais. Deve descançar até ás 9 horas, em que deve começar a estudar, até ás 11 ½.

Depois da lição, poderá S. M. I. divertir-se em qualquer jogo, e passear pelo Paço até uma hora e meia, tempo em que deve retirar-se a fazer sua "toilette" para jantar.

A's duas horas em ponto, deve começar a jantar em presença do Medico e do Camarista, e bom será que da Exma. Dama que serve de Camareira-mór, devendo estes entreter a conversação, tendo cuidado de que ella verse sempre sobre objectos scientificos ou de beneficencia.

Fica prohibido a todo o criado de particular para baixo, inclusive, começar conversa com o Imperador; mas não de responder-lhe todas as vezes, que lhe dirigir a palavra.

Fica prohibido demorar-se negro algum nos quartos de S. M. I., devendo cada um entrar e sahir, sómente nas occasiões indispensaveis.

Depois do jantar, deve-se fazer todo o esforço para que o Imperador não salte, nem durma, nem se applique.

S. M. I. deve passear todos os dias no jardim, excepto quando chover ou estiver muito humido. O passeio começará ás 4 e meia ou ás 5 horas conforme a estação, e deve-se recolher ao entrar do sol, de sorte que o dia ainda exista.

Quer S. M. I. vá a cavallo, quer a pé, deve fazer exercicios moderados, isto não impede que corra alguma vez; mas não a fatigar.

Depois do passeio (se estiver suado), deve mudar o fato, lavar-se e ler, por ora pequenos contos, e á medida que fôr ganhando em forças physicas e intellectuaes objectos mais profundos.

A's 8 horas, fará oração.

A's 9, ceiará, e ás 9 e meia, e melhor será ás 10 se deitará.

Fica a cargo do seu criado effectivo Richer, o proporcionar o vestuario do Imperador á temperatura.

O medico regulará os banhos, suas horas e a temperatura da agua.

S. M. I. só poderá ir aos quartos das Princezas depois que ellas tiverem almoçado, e que aquelles estejam arranjados."

Pouco tempo depois, em 24 de Setembro de 1834, ás 2.30 da tarde, e no mesmo quarto em que nascera, falleceu D. Pedro I, o que fez com que desapparecesse o partido restaurador.

Sobre a morte de D. Pedro I lemos no *Jornal do Commercio* de 14 de Agosto de 1923, as seguintes linhas:

"Em mãos do Sr. Dr. Ernesto da Fonseca Costa vimos hontem uma carta da Imperatriz D. Amelia, escripta em 1834 á Princeza Januaria, narrando os pormenores da morte de seu marido D. Pedro I.

Damos abaixo, na integra, respeitando a orthographia, esse curioso documento historico:

"Mª chara filha eu te escrevo com o coração retalhado de dôr, não sabendo verdadeiramente como te annuncie o terrivel acontecimentº que me torna desgraçada pª todo o resto da minha vida!! Admiras-te de se passar tanto tempo sem receberes noticias mªs, o q' de preendo de vossa carta de 7 de Junho, eu recebi os dias passado, ai de mim! o estado de teu infeliz Pay, que de dia em dia se tornava peior, era a causa do meu silencio, p q' eu não o deixava em me exforçava incenssantementᵉ em provar-lhe os meus cuidadºs, e ternura qutº o amava! Mªs supplicas forão vaãs os soccorros da arte inuteis: Dˢ quiz chamal-o a si!!! Elle expirou em meus braços no Palacio Queluz a 24 de Sbrº pelas 2 1/2 oras da tarde, depois de longos e crueis sofrimtºs q' suportou com huma resignação e piedade edeficante! Não se illudindo nunca a respeitº de seu estado, se preparou pª a morte e fez suas disposições alguns dias antes do fatal momento, em q' roubado a sua esposa aflicta e a seus pobres filhos, passou pª huma melhor vida. Morreu como hum santo Martir, e Philosopho Christão, e jamais houve huma morte tão tranquilla! Está no Céo presentementᵉ, meus caros filhos, junto de vossa excellente May e de vossa boa irmã Paula e rogai p nós. Elle prometeu e disse tambem pª vós escrever q' no seu leito de morte vós abençoava!! Elle agora está no céo, e Dˢ o terá indenisado multiplicadamentᵉ de todos os soffrimentºs q' teve na terra. Nós, eu sua infeliz viuva, e vós todos seus infelises orphãos, somos dignos de compaixão p q' perdemos o nosso melhor amigo e Protector!

Rogai e chorai comigo meus infelizes fºs e Dˢ tenha piedade de nós. No dia 27 a noite teve lugar o enterro, vosso Pay foi depositado na Igreja pª o Porto segdº sua ultima vontade. Em seu testamentº tambem me nomeiou Tutora de todos vós meus bons filhos, e este signal de seu afecto me tocou mtº; o q' me prova q' elle sabia apreciar o q' eu vós tinha. Quanto serei feliz de poder voar meus amados fºs pª vós provar ao menos q' vos ainda tendes huma May q' vos ama quer votar-se a vós! Porem de longe como de perto eu não pensarei, e não me occuparei senão de vós pedindo a Dˢ q' elle velle sobre vós e q' dê força para viver até q' tenha a consolação de vos tornar a ver, de vos abraçar e abençoar.

Tende sempre em lembrança vosso bom Pay, e seu espirito vos guie e aclare em todas as vossas acções.

Mª chara e boa Januaria, como não tenho tempo de escrever a teu Irmão e a tua Irmã mostra-lhes esta carta, q' será tambem pª elles, e abraça-os demº ptˢ, guardando pª ti hum terno beijo.

De tua afectuosa e infeliz may e amiga. — *Amelia*.

Tu não podes fazer ideia da tristeza que reina aqui, até os Miguelistas chorão, dizendo qᵉ elles perderão o seu Protector; e hé ao menos pª mim huma consolação ver a maneira tocante com q' os Portuguezes testemunhão sua veneração, seu amor e seu reconhecimento, a memoria do Heroe a q' tive a fortuna de ser unida, e q' os livrou sacrificando sua propria vida. A infermidadᵉ de teu infeliz Pay data do Porto; pela autopsia do corpo vio-se q' o polmão dirtº estava cheio de agoa, q' pesava pª mˢ de 2 lt, e o esquerdo não existia.

O coração estava dilatado. Ah! meu Dˢ como deveo soffrer teu infeliz Pay!!!

Ajunto aqui cabellos de teu Pay, pª ti, teu Irmão, e tua Irmã.

Tuas Irmãs te abração, bem como a Pedro e Francisca."

Nesse mesmo anno e pouco antes desse facto, em 12 de Agosto, as Camaras votaram o Acto Addicional, que era um accrescimo feito á Constituição e pelo qual entre outras medidas havia a de que o numero de regentes passava de tres para um.

Os dois partidos existentes, isto é, o moderado e o exaltado, apresentaram então respectivamente o paulista Diogo Antonio Feijó e o pernambucano Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti como candidatos ao logar de regente, sendo eleito o primeiro delles por cêrca de 3.000 votos.

Regencia de Diogo Feijó. — Esta regencia vae desde 12 de Outubro de 1835 até 19 de Setembro de 1837, dia em que o regente resignou o cargo.

Durante esse periodo teve Feijó de resolver a *questão religiosa* e de dominar em 1837 a revolução paraense, conhecida pelo nome de Cabanada.

Não foi nenhuma dessas, porém, a questão mais complicada do seu governo, e sim a chamada *guerra dos Farrapos* que, tendo durado dez annos, representa a mais longa e mais triste das luctas civis travadas no Brasil.

A *questão religiosa* foi motivada por não querer a Santa Sé acceitar a indicação imperial do bispo eleito do Rio de Janeiro.

A *revolução paraense, a Cabanada,* foi finalmente suffocada no seu governo pelo brigadeiro Soares de Andréa que, com 1.000 homens, apoiado em forças navaes sob o commando do capitão de mar e guerra Frederico Mariath, restabeleceu o prestigio da autoridade em 13 de Maio de 1836.

Agora, a mais séria das questões do governo de Diogo Feijó: *a guerra dos Farrapos*.

Rebentou essa guerra em 20 de Setembro de 1835, motivada não só pela influencia que as ideias republicanas do Uruguay e da Argentina exerciam nos rio-grandenses do sul, como tambem pelas queixas que tinham estes dos impostos excessivos que sobre elles pesavam.

Como vivessem dos proprios recursos e não dispuzessem pois, de grandes meios, foram os revoltosos denominados *Farrapos*.

A' frente delles collocou-se o coronel Bento Gonçalves da Silva, que depoz o então presidente da provincia Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Enviando Feijó, como novo presidente, o Dr. José de Araujo Ribeiro, este, no combate do Fanfa, em Outubro de 1836, aprisionou o chefe da revolta, remettendo-o para o Rio de Janeiro.

Reunidos na serra de Tapes, os rebeldes proclamaram a Republica de Piratinim, acclamando presidente a Bento Gonçal-

ves da Silva que, por estar prisioneiro do governo central, ficava substituido interinamente por José Gomes de Vasconcellos Jardim.

Bento Manoel Ribeiro, que já havia feito parte da facção dos rebeldes, passando depois para o outro lado, e a quem devera o governo central a prisão de Bento Gonçalves da Silva, resolveu de novo voltar ao seu primitivo partido, batendo assim as forças legaes, então sob o commando do general Antero de Brito, em Rio Pardo e Caçapava, onde a guarnição se rendeu, cahindo o general Antero prisioneiro.

Bento Gonçalves da Silva

Por essa época, 10 de Setembro de 1837, conseguiu Bento Gonçalves da Silva, que do Rio de Janeiro havia sido transferido preso para o *Forte do Mar* na Bahia, fugir da prisão, voltando ao Rio Grande do Sul, onde assumiu a presidencia da Republica do Piratinim, que estava entregue a Vasconcellos Jardim, conforme vimos.

Com a fuga de Bento Gonçalves desenvolveu-se grande opposição ao governo, resolvendo então Feijó, no dia 19 de Setembro de 1837, renunciar o cargo, passando-o ao senador Pedro de Araujo Lima, a quem nomeara antes ministro do Imperio.

A guerra dos Farrapos só veiu a terminar em 1845, já no periodo em que governava o paiz D. Pedro II.

Regencia de Araujo Lima. — Vae a regencia de Araujo Lima desde 19 de Setembro de 1837 até 23 de Julho de 1840.

Durante o seu governo foram creados o Collegio Pedro II e o Instituto Historico e Geographico, sendo a Bahia agitada de Novembro de 1837 a Março de 1838 por uma revolução, que se denominou a *Sabinada*, chefiada pelo medico Dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira.

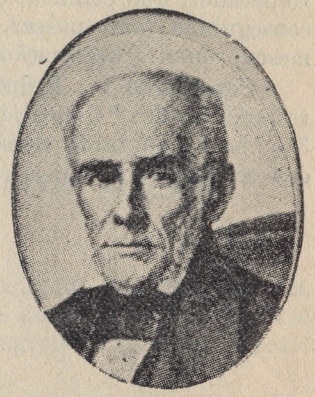
Os revoltosos proclamaram a *Republica Bahiense*, ficando senhores da capital, pois o presidente Francisco de Souza Paraizo, mal rebentou a revolução, fugiu para bordo de um navio de guerra.

Coube, então, ao vice-presidente, Dr. Honorato José de Barros Paim, organizar a defesa até que chegasse o novo presidente nomeado, Antonio Pereira Barreto Pedrozo, em companhia de quem

seguia o novo commandante das armas, marechal João Chrysostomo Callado.

Ao mesmo tempo partia de Pernambuco para a Bahia, com um reforço de 500 praças, o general José Joaquim Coelho.

Os dois generaes, Callado e Coelho, tomaram as medidas que reputavam necessarias, e após tres assaltos, respectivamente nos dias 14, 15 e 16 de Março de 1838, conseguiram tomar a cidade do Salvador, que já começava a ser incendiada pelos revoltosos, sendo o Dr. Sabino deportado para Goyaz.



Pedro de Araujo Lima

Em 13 de Dezembro de 1838 rebentou uma revolução no Maranhão, que durou até Fevereiro de 1840.

A revolução da *Balaiada*, como é conhecida na Historia, foi capitaneada por Manoel Francisco dos Anjos Ferreira (por alcunha o *Balaio*), Raymundo Gomes Vieira Jutahi e o preto Cosme, que tomaram e saquearam a cidade de Caxias.

Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)

Mandou então o governo que o coronel Luiz Alves de Lima e Silva seguisse para aquella provincia, a suffocar a revolta, o que conseguiu, recebendo o titulo de Barão de Caxias.

A guerra dos Farrapos continuava ainda, o que fez com que Araujo Lima resolvesse substituir no governo do Rio Grande do Sul o presidente Feliciano Nunes Pires, pouco energico, pelo marechal Antonio Eliziario de Miranda e Brito.

Máo grado, porém, a energia do novo presidente, os rebeldes continuaram senhores da situação, derrotando os legalistas em varios pontos.

A opinião publica mostrava-se então descontente com a permanencia do marechal Brito no governo da provincia, e, por isso resolveu o Regente substituil-o pelo Dr. Saturnino de Souza Oliveira, sendo nomeado ao mesmo tempo

commandante das armas o tenente general Manoel Jorge Rodrigues, e continuando como commandante da esquadra o vice-almirante João Pascoe Grenfell.

Em 1840 pediu o partido liberal a declaração da maioridade do Imperador, que contava, então, apenas 14 annos, 7 mezes e 21 dias, conseguindo fazer passar nas duas Camaras, em 23 de Julho desse mesmo anno, a declaração da maioridade.

Consultado D. Pedro se queria assumir as redeas do governo, respondeu elle: *"Quero já"*, prestando o juramento constitucional ás 3½ horas da tarde desse mesmo dia. Terminou então o periodo das regencias.

CAPITULO XXVII

A MAIORIDADE. LUTAS CIVIS ATE' 1848

Proclamada a maioridade de D. Pedro de Alcantara no dia 23 de Julho de 1840, antes de completar 18 annos, conforme estabelecia a Constituição, foi o joven monarcha sagrado e coroado Imperador no dia 18 de Julho de 1841.

Após a solemnidade da coroação, o alferes-mór, conde de Lages, agitando a bandeira imperial, disse e repetiu por tres vezes: *"Está sagrado o muito alto e muito poderoso principe, sr. D. Pedro II, por graça de Deus e unanime acclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil. Viva o Imperador!"*

Declarado maior, começou logo a governar, nomeando por decreto de 24 de Julho de 1840 o seu primeiro ministerio, de que faziam parte os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco e Antonio Paulino Limpo de Abreu, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque.

No mez seguinte, 22 de Agosto, para tentar pacificar o paiz, ainda agitado pela guerra dos Farrapos, concedeu amnistia geral para os criminosos politicos. Os rio-grandenses, porém, que se julgavam fortes, não a acceitaram, continuando a lucta.

Resolveu então D. Pedro II enviar contra os rebeldes o mais glorioso general do imperio, Luiz Alves de Lima e Silva, successivamente barão, conde, marquez e duque de Caxias.

Antes, porém, de partir para o Rio Grande do Sul, foi entregue ao Barão de Caxias a missão de suffocar as revoluções que estalaram respectivamente em S. Paulo e Minas Geraes, e que estudaremos mais adiante.

Por essa época, em 5 de Junho de 1841, os francezes que desde fins de 1835 se haviam estabelecido no territorio brasileiro do Amapá, allegando que lhes pertencia o mesmo, reconheceram a sua falta de razão, por aviso do seu Ministro dos Negocios Extrangeiros ao

seu Ministro na côrte do Brasil, resolvendo então desoccupar aquelle territorio.

O territorio em questão fazia parte do Brasil desde 11 de Abril de 1713, quando foi assignado na cidade hollandeza de Utrecht o tratado pelo qual o governo francez desistia do mesmo em favor de Portugal, então senhor absoluto do Brasil.

E' o artigo VIII do referido tratado que assim determinava:

> "A fim de prevenir toda a occasião de discordia, que poderia haver entre os vassallos da Corôa de França, e os da Corôa de Portugal, Sua Majestade Christianissima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este tratado, pelos termos mais fortes e mais autenticos, e com todas as clausulas que se requerem, como se ellas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus Descendentes, Successores, e Herdeiros, de todo e qualquer direito, e pertenção que póde, ou poderá ter sobre a propriedade das Terras chamadas do *Cabo do Norte*, e situadas entre o rio *Amazonas*, e o de *Japoc*, ou de *Vicente Pinsão*, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas Terras, para que ellas sejão possuidas daqui em diante por Sua Majestade Portugueza, seus Descendentes, Successores e Herdeiros, com todos os direitos de Soberania, Poder absoluto, e inteiro Dominio, como parte de seus Estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que Sua Majestade Portugueza, seus Descendentes, Successores e Herdeiros possão jámais ser perturbados na dita posse por Sua Majestade Christianissima, seus Descendentes, Successores e Herdeiros."

Entrando, assim, o Brasil, ou melhor, o governo portuguez, na posse do referido territorio, assignou, em 9 de Junho de 1815, o acto do Congresso de Vienna que em seu artigo CVII retribuia a consideração do governo francez, demonstrada no artigo acima transcripto, com as seguintes palavras:

> "Sua Alteza Real o Principe Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para manifestar, de maneira incontestavel, a sua consideração particular para com Sua Majestade Christianissima, se obriga a restituir á Sua Dita Majestade a Guyana Franceza até o Rio Oyapock, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto gráos de latitude septentrional, limite que Portugal considerou sempre com o que fôra fixado pelo Tratado de Utrecht.
>
> A época da entrega desta Colonia a Sua Majestade Christianissima, será determinada, assim que as circumstancias o permittirem por huma Convenção particular entre as duas Côrtes; e proceder-se-ha amigavelmente, com a maior brevidade, á fixação definitiva dos limites das Guyanas Portugueza e Franceza, conforme o sentido exacto do artigo oitavo do Tratado de Utrecht."

Pelo que temos dito, vamos vendo que as cousas estavam claramente firmadas e que, portanto, não deveriam surgir duvidas de futuro.

Tal não se deu, porém, como sabemos, apesar de mais tarde, a 28 de Agosto de 1817, isto é, 104 annos depois do Tratado de Utrecht, ter sido firmada em Paris outra convenção entre Sua Majestade Fidelissima El-Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e Sua Majestade El-Rei de França e de Navarra, por meio da qual continuavam ainda de pé as estipulações estabelecidas no Tratado de Utrecht, como se verifica nos dous artigos abaixo transcriptos da tal convenção:

> ARTIGO 1.° — "Sua Majestade Fidelissima, animado do desejo de dar execução ao artigo 107 do Acto do Congresso de Vienna, se obriga a entregar a Sua Majestade Christianissima, dentro de tres mezes, ou antes, se fôr possivel a Guyana Franceza até o Rio Oyapock, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto gráos de longitude septentrional, e até trezentos e vinte e dous gráos de longitude a Leste da Ilha do Ferro, pelo parallelo de dous gráos e vinte e quatro minutos de latitude septentrional."
>
> ARTIGO 2.° — "Proceder-se-ha immediatamente de ambas as partes á nomeação e expedição dos Commissarios para fixarem definitivamente os limites das Guyanas Portugueza e Franceza, conforme o sentido exacto do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, e as estipulações do Acto do Congresso de Vienna: os ditos Commissarios deverão terminar o seu trabalho no prazo de hum anno, ao mais tardar, contando desde o dia de sua reunião na Guyana.
>
> Se á expiração deste termo de hum anno, os ditos Commissarios respectivos não conseguirem concordar entre si, as duas Altas Partes Contractantes procederão amigavelmente a outro arranjo sob a mediação da Grã-Bretanha, e sempre conforme o sentido exacto do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, concluido sob a garantia desta Potencia."

Taes eram as estipulações entre o Brasil e a França a respeito desse territorio, conhecido pelo nome de Amapá.

Até 1835 foi elle considerado brasileiro pelo governo francez, que, assim, nada mais fazia do que respeitar o tratado por elle proprio firmado em Utrecht.

Em fins desse mesmo anno a França começou a allegar que o rio Japoc ou Vicente Pinsão, a que se referia o artigo oitavo do Tratado de Utrecht, não era o Oyapock e sim o Araguary e, dest'arte, passou a occupar esse trecho do nosso territorio, isto é, o já referido Amapá.

Ahi se conservaram elles desde fins de 1835 até 1841.

Em 5 de Julho deste anno, porém, a França, em aviso do seu ministro dos Negocios Estrangeiros ao seu Ministro na côrte do Brasil, reconheceu a razão das nossas affirmações, desistindo de occupar o territorio que lhe não pertencia e, quando em Dezembro de 1849, nova tentativa era preparada para occupar o Amapá, foi mais uma vez reconhecido o direito do Brasil em aviso de Agosto de 1850, baixado por outro Ministro dos Negocios Estrangeiros da

França e dirigido ao Ministro Brasileiro em Paris. Os francezes, porém, que julgavam pertencer á sua patria o territorio litigioso, não desanimaram. Passados annos voltaram de novo a invadir o Amapá. Já estavamos então sob a fórma republicana. Os successos que então se deram serão estudados mais adiante, quando tratarmos dos governos republicanos dos Drs. Prudente de Moraes e Campos Salles, no ultimo dos quaes foi a questão completamente resolvida.

Revolução em S. Paulo. — Tendo a Assembléa Geral promulgado em 1841 uma lei creando um Conselho de Estado (23 de Novembro) e outra reformando o Codigo do Processo Criminal (3 de Dezembro) e ainda mais tarde, já em 1842, tendo sido dissolvida a Camara dos Deputados, motivaram esses factos a revolução em S. Paulo.

Raphael Tobias de Aguiar

Os desgostosos, reunidos em Sorocaba, no dia 17 de Maio de 1842, proclamaram presidente da provincia o coronel de milicias Raphael Tobias de Aguiar.

Tendo o presidente legal, José da Costa Carvalho, barão de Monte Alegre, pedido auxilio ao governo imperial, seguiu no mesmo dia 17, para Santos, o batalhão de caçadores n. 12, com 700 praças e no dia immediato o batalhão de fusileiros.

Nomeado commandante em chefe dessas forças, partiu no dia 19 para São Paulo o Barão de Caxias. No mez seguinte, 20 de Junho, deu-se o combate da Venda Grande, tendo Caxias tomado a cidade de Sorocaba, onde os rebeldes perderam 17 homens, além de 13 feridos. Terminou assim a revolução em São Paulo.

Entre os revolucionarios estava o padre Diogo Antonio Feijó, que, embora paralytico, prestava á revolução o seu concurso moral e intellectual, affirmando mesmo que *"estaria em campo com a sua espingarda, se não estivesse moribundo."* E, pelas columnas d'*"O Paulista"*, jornal que então fundára, dirigia-se elle aos seus conterraneos nestes termos:

"Paulistas, somos livres e juramos um governo constitucional; é só por elle que seremos governados e nunca pelo arbitrio desses ministros, que com o nome do imperador, querem esmagar-nos."

Quando as tropas legaes avançavam em direcção a Sorocaba, dirigiu Feijó a Caxias uma carta em que dizia: "Quem diria que em qualquer tempo o sr. Luiz Alves de Lima e Silva seria obrigado a combater o padre Feijó? Taes são as coisas deste mundo!...", á qual deu Caxias esta resposta: "Respondo a V. Exª. pelas mesmas palavras da sua carta hoje recebida. Direi: quando pensaria eu, em algum tempo, que teria de usar da força para chamar á ordem o senhor Diogo Antonio Feijó? Taes são as coisas deste mundo!!...

— As ordens que recebi de S. M. o Imperador são em tudo semelhantes ás que me deu o ministro da Justiça em nome da Regencia, nos dias 3 e 17 de Abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse; e da mesma maneira que então as cumpri, as cumprirei agora."

Vencido o combate contra os revolucionarios muitos destes fugiram, tendo sido preso Feijó.

Ao grande estadista disse então o grande guerreiro: "Só o dever de soldado me impõe o doloroso dever de vir prender o senhor senador Feijó, um dos chefes do movimento revoltoso. Convido-o a acompanhar-me". Ao que Feijó respondeu: "Estou ás suas ordens."

Quatro soldados transportaram-n'o então numa cadeira para o estado maior de Caxias.

Conduzido de Sorocaba para S. Paulo, foi depois Feijó para Santos, d'ahi seguindo para o Espirito Santo.

Do crime que lhe foi imputado defendeu-se mais tarde o grande estadista, apresentando ao Senado, em 15 de Maio de 1843, a sua defesa por escripto, na qual affirmava não ter sido o cabeça da revolução, mas que a approvou e a ella adheriu tendo feito tudo que podia para o seu triumpho, pois estava convencido de não haver crime em pegar em armas para vingar e restaurar a Constituição.

Em justificativa desse seu modo de pensar, escreveu Feijó na sua defesa ao Senado:

"Eu penso que, se uma nação é tal que vê submissa a violação de suas instituições, é ella indigna de ser nação livre; é já escrava, e se já não tem senhor, terá o primeiro que o queira ser; entendo, portanto, que não é só direito, mas sim dever de todos que prezam os fóros e dignidade de cidadãos livres oppôr-se ás infracções da Constituição de seu paiz, não só por todos os meios que lhe facultam a Constituição e as leis, como, tambem, faltando estes, por todos os outros que lhe restem."

Revolução em Minas Geraes. — Motivada pelas mesmas causas que fizeram S. Paulo revoltar-se, rebentou em 10 de Junho de 1842 em Barbacena uma revolução que se propagou com grande intensidade pela provincia. Chefiava os rebeldes o coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (Barão de Cocaes), que dispunha de 3.300 homens, armamento completo e artilharia.

Por essa época, era a provincia de Minas governada pelo dr. Bernardo Jacintho da Veiga, que foi declarado destituido do cargo de presidente pela Camara Municipal de Barbacena, sendo para o mesmo acclamado o coronel José Feliciano.

Assumindo o governo em nome dos revolucionarios, dirigiu o coronel José Feliciano um manifesto ao povo de Minas em que dizia haver empunhado as armas "para salvar a Constituição e as instituições livres, ameaçadas por uma facção astuciosa, que desejava perpetuar-se no mando, escravizando a corôa e a nação."

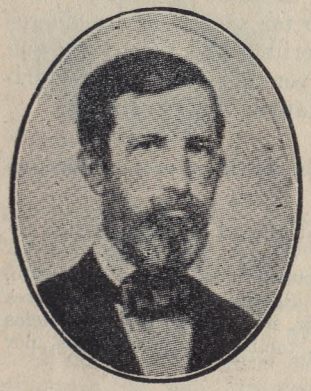
De Barbacena espalhou-se o movimento revolucionario a São João d'El Rei, Queluz, S. José e outras localidades mineiras.

Quando, porém, o coronel José Feliciano pretendia seguir para o norte da provincia, a conseguir adhesões, recebeu aviso de que Bernardo da Veiga, o presidente legal, havia já organizado, em Ouro Preto forças contra elle, e por isso resolveu o chefe revoltoso apoderar-se das localidades do sul, o que fez, tomando algumas dellas, entre as quaes Lavras, Ayuruóca e Baependy.

Nos dois primeiros encontros entre as forças do presidente legal e os revoltosos, foram estes batidos nos combates do Mendanha e Presidio, respectivamente travados nos dias 23 e 25 de Junho.

No mez seguinte, porém, a 4 de Julho, foram os legalistas batidos em Queluz, por forças revoltosas sob o commando do coronel Antonio Nunes Galvão.

Quatro dias depois, isto é, a 10 de Julho, era por D. Pedro II nomeado commandante em chefe do exercito que ia operar em Minas o valoroso soldado Barão de Caxias, que se achava ainda em S. Paulo.



Theophilo Ottoni

Regressando ao Rio a 23 de Julho, partiu Caxias dois dias depois para Ouro Preto, após haver recebido instrucções do ministro da guerra José Clemente Pereira.

Assim diziam as referidas instrucções: "Espera o governo de S. M. o Imperador que na importante commissão que lhe é confiada, empregue todos os meios que a sua discrição e intelligencia lhe ditarem, não só para a pacificação da provincia de Minas com a maior celeridade possivel, mas tambem para organização de uma força provisoria, composta de gente da mesma provincia, que seja por si sufficiente para fazer manter a ordem, sem dependencia da tropa de linha, que não pode ser nella conservada por muito tempo pela necessidade que existe de dispor della para outro destino. Logo que a referida provincia se achar livre de grupos rebeldes armados, se recolherá a esta côrte, onde a sua presença se faz necessaria para a organização de forças de linha, destinadas a outro serviço. Paço, em 25 de Julho de 1842. — *José Clemente Pereira.*"

No dia 8 de Agosto chegou Caxias a Ouro Preto, resolvendo, em seguida, que o ataque aos rebeldes seria levado a effeito no dia 21,

para o que dividiu o seu exercito em duas columnas, das quaes uma, sob o seu commando, atacaria os revoltosos pela frente, emquanto a outra, sob as ordens de seu irmão, coronel José Joaquim de Lima e Silva, investiria pelo flanco esquerdo.

Souberam, porém, os revoltosos, estar tudo preparado para o dia 21, e, por isso, resolveram antecipar o combate.

E foi assim que, no dia 20, entrincheirados os revoltosos em Santa Luzia, atacaram as forças de Caxias, tendo este, por um habil estratagema, mandado tocar em retirada para simular uma fuga.

Os rebeldes, que estavam no alto de uma collina, desceram em perseguição das forças de Caxias, surtindo assim effeito o plano do valente cabo de guerra, que era exactamente o de fazel-os abandonar a collina.

E emquanto o coronel Lima e Silva os atacava pelo flanco esquerdo, Caxias contra-marchou, e, com uma carga de bayoneta, derrotou-os completamente, morrendo 60 e cahindo 300 prisioneiros. Presos os chefes da revolução, entre elles o grande Theophilo Ottoni, foram todos remettidos para o Rio de Janeiro, onde conseguiram, por decreto de 14 de Março de 1844, amnistia geral.

Revolução alagoana. — Poucos mezes depois da amnistia concedida aos revoltosos de S. Paulo e Minas, isto é, em 5 de Outubro daquelle mesmo anno de 1844, cêrca de 700 homens, entre os quaes Vicente Tavares da Silva Coutinho, conhecido vulgarmente por Vicente de Paulo, o caudilho das mattas, após conseguirem tomar todo o armamento existente na capital alagoana, depuzeram o presidente da provincia Bernardo de Souza Franco, que foi obrigado a refugiar-se a bordo do hiate *Caçador*.

Despachado do Rio de Janeiro para aquella provincia nortista, com o fim de restabelecer a ordem e a autoridade legal, o brigadeiro Antonio Corrêa Seára derrotou os rebeldes após quatro horas de combate, junto á villa de Atalaia, sendo então nomeado presidente da provincia Caetano Maria Lopes Gama, mais tarde visconde de Maranguape.

Um anno antes destes factos, isto é, em 30 de Março de 1843, foi celebrado em Napoles, por procuração, o casamento de D. Pedro II, com a princeza italiana D. Tereza Christina Maria de Bourbon, sendo procurador o conde de Syracusa, irmão da noiva.

Embarcou esta no dia 1 de Julho a bordo da fragata *Constituição*, com destino ao Rio de Janeiro e chegou aqui a 3 de Setembro, desembarcando no dia seguinte no caes do Vallongo, que recebeu o nome de caes da Imperatriz.

Pacificação do Rio Grande do Sul. — Já vimos no capitulo anterior que a guerra dos Farrapos estalou em 20 de Setembro

de 1835, no Rio Grande do Sul, que só veio a ser pacificado no governo de D. Pedro II.

Depois de suffocadas as revoluções de S. Paulo e Minas, confiou o governo a Caxias a missão de pacificar o Rio Grande do Sul, onde os Farrapos não se queriam submetter.

Para isso foi Caxias nomeado, por decreto de 28 de Setembro de 1842, presidente da provincia do Rio Grande do Sul e commandante em chefe do exercito ali em operações.

A 27 de Outubro partiu Caxias para o sul e a 9 de Novembro tomou posse, em Porto Alegre, dos cargos para os quaes fôra nomeado.

Nesse mesmo dia foi Caxias informado de que Raphael Tobias de Aguiar, o antigo chefe da revolução em S. Paulo, estava em territorio da provincia, pretendendo unir-se aos *farrapos*, o que fez com que Caxias mandasse prendel-o e leval-o a Porto Alegre, o que foi executado. Preso na estrada de Palmeiras foi conduzido para a capital da provincia e d'ahi transportado para o Rio de Janeiro.

Assumindo os seus póstos, achou Caxias que devia aproveitar os serviços de Bento Manoel Ribeiro, tendo em vista os seus especiaes dotes de guerreiro, embora ficasse na obrigação de ter com elle a maxima cautella.

Nesse sentido escreveu Caxias ao ministro da Guerra, em data de 12 de Novembro de 1842, isto é, tres dias depois de haver assumido a presidencia da provincia e o commando das armas: "Eu julgo, como V. Ex.ª impolitico o dar commandos a Bento Manoel, e muito menos antes de ter elle dado provas de sua contricção; porém creio tambem que elle me vae ser muito util, supprindo-me naquillo que me falta, que é conhecimento pratico do terreno; e com suas relações na campanha espero obter mais alguma gente de cavallaria e cavallos."

Nos dias 26 e 30 de Dezembro ganharam as forças legalistas os combates de Triumpho e Camacuan, graças á passagem para as forças legalistas do indeciso caudilho Bento Manoel Ribeiro, que, conforme já vimos, fez a principio parte dos revoltosos, e depois das forças do governo, mais tarde outra vez dos revoltosos, tendo passado por fim para as do governo com a chegada de Caxias.

No anno seguinte, 1843, dirigiu Caxias aos revoltosos uma proclamação em que dizia, prophetizando um acontecimento que se tornou realidade, oito annos depois: *"Lembrae-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de nós todos, o inimigo de raça e de tradição. Não póde tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue.*

Vêde que esse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.

Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas hombro a hombro, em defesa da patria, que é nossa mãe commum!"

Não deram, porém, os revoltosos attenção ás sensatas palavras de Caxias, que os derrotou nesse mesmo anno (1843), em tres combates successivos. O primeiro em 26 de Maio, em Ponche Verde; o segundo em 30 de Junho, em Piratinim; e o terceiro em 25 de Outubro, em Cangussú. No de Ponche Verde salientou-se Bento Manoel Ribeiro, que, com 1.400 homens, bateu os revoltosos em numero de 2.500; no de Piratinim o coronel Manoel Marques de Souza; e no de Cangussú, o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, mais tarde barão de Jacuhy, que derrotou o coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe dos revoltosos, ficando estes sob as ordens do general David Canabarro. (*)

No anno seguinte obtiveram ainda as forças legalistas varios successos, que deram motivo a que Canabarro entrasse em negociações para obter a paz, enviando ao Rio de Janeiro um emissario, Antonio Vicente da Fontoura.

Quando esta era negociada, foram os revoltosos surprehendidos por Chico Pedro (Francisco Pedro de Abreu, depois barão de Jacuhy), em Porongos, soffrendo grandes perdas e perdendo o chefe Canabarro o seu archivo.

Afinal, em 28 de Fevereiro de 1845, tendo sido decretada a amnistia geral, entregaram os rebeldes as armas, tendo no dia immediato Caxias e Canabarro, por uma dupla proclamação, annunciado ás tropas aquella resolução imperial.

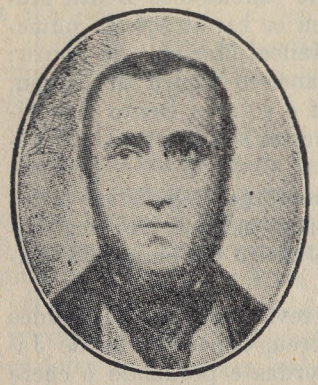
Se erro cometteram os revoltosos republicanos de Piratinim, não dando attenção ás palavras de Caxias, conforme ainda ha pouco dissemos, cumpre no entanto registar a nobreza da resposta do chefe David Canabarro, que tendo recebido proposta de auxilio por parte de Rosas para combaterem juntos as tropas imperiaes brasileiras, repelliu tal offerecimento, mandando dizer ao tyranno argentino: "Senhor. O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assignada a paz de Piratinim com os imperiaes. Acima de nosso amor á republica collocamos o nosso brio, a integridade da patria. Se puzerdes agora vossos soldados na fronteira encontrareis hombro a hombro os soldados de Piratinim e os soldados do Sr. D. Pedro II."

Pouco depois, — lembra o estudioso professor Assis Cintra — hombro a hombro, como dissera Canabarro, os republicanos de Piratinim com os imperiaes de Pedro II, batiam clangorosamente os platinos de Rosas na batalha de Monte-Caseros, limpando a nódoa de Ituzaingó.

(*) David Canabarro nasceu em 1793, e falleceu em 1867. Seu verdadeiro nome era José Martins, que mudou para David Canabarro em 1825.

Pacificado o Rio Grande do Sul, rebentou em 1848 uma revolução em Pernambuco, conhecida pelo nome de *Revolução Praieira*.

Revolução Praieira. — Essa revolução, chefiada pelo desembargador Joaquim Nunes Machado, e motivada pela organização do gabinete de 29 de Setembro de 1848, foi assim chamada por ter sido feita pelo partido liberal de Pernambuco, conhecido por praieiro, nome que proveio do facto de estar montada na rua da Praia, depois Pedro Affonso, onde se reuniam os paredros, a typographia do órgão official do partido (*).



Joaquim Nunes Machado

Visavam os praieiros a quéda dos guabirús, que tinham feito a derrubada dos elementos liberaes, dando assim motivo a varias lutas. Questões de velhas rivalidades politicas, que passaremos em revista para explicar os antecedentes da Revolução Praieira.

No periodo de 23 de Março de 1841 a 31 de Janeiro de 1844 esteve o governo em mãos do partido conservador.

Naquella data, porém, deu-se a quéda do gabinete, que foi o terceiro depois da Maioridade, indo o governo parar ás mãos dos liberaes, que o mantiveram até 1848, anno em que o poder voltou aos conservadores, pela organização do gabinete de 29 de Setembro.

Em Pernambuco era latente o odio entre *praieiros* e *guabirús*, e, se os conservadores, de 1841 a 1844, não deram treguas aos ilberaes, outro tanto estes fizeram em relação áquelles no periodo de 1844 a 1848.

Tendo subido ao poder em 1844 o partido liberal, os *praieiros*, que se distinguiam dos *guabirús* pelo seu nativismo, propuzeram na Assembléa provincial que se expulsassem de Pernambuco todos os portuguezes que não fossem casados com brasileiras, e que se nacionalizasse o commercio a varejo.

"Esta ideia foi levada ao parlamento; teve parecer favoravel da respectiva commissão, e só não foi discutida e talvez approvada por ter sido a Camara dissolvida. Promoveram ainda em 1844, entre operarios e artifices da provincia, uma representação aos altos poderes nacionaes, pedindo que se prohibisse a importação de alguns artigos da Europa, e que se decretasse a expulsão de todos os operarios estrangeiros. E' escusado dizer que se seguiu em toda parte uma furiosa reacção. Em Pernambuco, as primeiras administrações que rapidamente se succedem, devido sem duvida ao seu caracter de interinidade (de quasi todas), ainda tiveram algum escrupulo e commedimento. Mas, a 11 de Julho de 1845 assumiu o governo da provincia o conselheiro Antonio Pinto Chichorro da Gama, senador pelo Rio de Janeiro, e que, sendo um dos chefes da facção *praieira*, cuidou de "fortalecel-a por todos os modos, entregando aos amigos todos os empregos publicos, e até distribuindo-lhes em profusão armas e munições", como si lhes dissesse que teriam de manter pela força a posse daquelles cargos e proveitos. A presidencia de Chichorro da Gama (11 de Junho de 1845 a 26 de Abril de 1848) assignala o pleno dominio da *praia*.

(*) O outro partido, *conservador*, era conhecido, em Pernambuco, por *guabirú*. Nas provincias do sul eram os conservadores conhecidos pelo nome de *saquaremas*, e os liberaes, a partir da revolução de Minas, eram appellidados de *luzias*.

Além de excessos de toda ordem que não vacillou em perpetrar contra os adversarios, creou este homem no Recife uma tal atmosphera de terror, que uma grande parte da população não podia mais viver ali em segurança. Continuas desordens alarmavam a cidade; e ninguem mais, que não fosse dos da malta, se animava a sahir á rua a certas horas. Em Dezembro de 1847, diversos bandos de caceteiros espalharam-se pelo bairro do Recife, e durante tres noites consecutivas (8, 9 e 10) sem que as autoridades se movessem, foram, espancando, em formidavel tumulto, a quantos portuguezes encontravam, ou que suppunham taes. Quebraram lampeões da illuminação publica, apedrejaram casas da gente contraria, e commetteram quantos ultrajes imaginavam no incontinente furor. Desvarios como esses repetiam-se em todos os bairros, achando-se a cidade entregue á tirannia dos faccinoras. Em Junho do anno seguinte (já não estava Chichorro na presidencia) (*) foi um estudante ferido por um portuguez: bastou isto para que magotes de scelerados, em sanha homicida, innundassem ruas e praças, aos gritos de — *mata, mata marinheiro* — e fossem surprehender muitos negociantes portuguezes nas proprias casas, ferindo a uns e assassinando a outros. Era o imperio ostentoso da *praia*, numa sacrilega ufania de esmagar o "inimigo". — Pode imaginar-se em que tensão de coleras andariam os *guabirús*, e a gana com que esperam pela sua vez... Esta não demorou muito a chegar." (**)

Questão de tres mezes, e o governo passava do partido liberal para o conservador, com a organização do ministerio de 29 de Setembro de 1848, do qual foi presidente Pedro de Araujo Lima, em substi-

(*) Era presidente o padre dr. Vicente Pires da Motta (de 26 de Abril a 17 de Junho de 1848).

(**) Rocha Pombo — Historia do Brasil.

tuição ao liberal Francisco de Paula Souza e Mello, que o fôra do gabinete anterior.

Retirado do poder o partido liberal, e tendo sido nomeado novo presidente para Pernambuco, mantiveram-se os *praieiros* em attitude de reserva, embora crentes de que não se faria demorar muito a desforra dos *guabirús*.

O novo presidente, dr. Herculano Ferreira Penna, nos primeiros dias de governo, parecia disposto a não dar motivos para discordias entre os dois partidos. Modificou-se, porém, dentro em pouco, demonstrando suas sympathias pela causa dos *guabirús*.

Diante do procedimento do presidente, revoltaram-se os pernambucanos liberaes, e é a esse levante que a Historia reservou o nome de *Revolução Praieira*.

Iniciadas as hostilidades, os *praieiros*, que se haviam concentrado em Igarassú, sob as ordens de Manoel Pereira de Moraes, partiram em direcção a Nazareth, onde chegaram em principios de Novembro de 1848 ahi recebendo reforços, aos mesmo tempo que faziam espalhar pela provincia violenta proclamação contra os portuguezes.

São desse manifesto as palavras abaixo transcriptas: "Pernambucanos! O partido absoluto Miguelista, que se acha no poder, unido aos portuguezes do Rio de Janeiro e daqui, acaba de dar principio á obra da nossa escravidão, entregando as nossas vidas e propriedades aos nossos mais encarniçados inimigos — os portuguezes e os intitulados fidalgos Cavalcantis... A machina infernal, fabricada pelo portuguez José Clemente, está sendo pelo presidente carrasco dos pernambucanos... Este presidente, escolhido e comprado pelos portuguezes da rua da Quitanda para estrangular os pernambucanos, entregando-os aos seus verdugos, está manifestamente procurando desempenhar esta horrivel missão; nenhum de nós escapará á perseguição e á morte. Os nossos brios e a nossa dignidade não consentem que nos curvemos ao jugo de ferro de inimigos tão rancorosos; mil vezes morrer com as armas na mão, vendendo caras as nossas vidas, do que, cobardes, sujeitar-nos a uma escravidão tão vergonhosa! União e coragem, e nada temais. A victoria será infallivelmente nossa. A's armas, meus patricios, ás armas!"

Contra os rebeldes foi então enviado o coronel Amorim Bezerra, que marchou para Nazareth, ao tempo em que os *praieiros* se retiravam para o engenho de Mussupinho, onde, após tres horas de combate, foram batidos no dia 14 de Novembro.

Tres dias depois, de volta do Rio, chegava ao Recife o desembargador Joaquim Nunes Machado, a quem estava reservado papel de destaque, tanto que da sua chegada em diante foi elle o verdadeiro chefe da Revolução Praieira.

Mal chegado, tratou logo Nunes Machado de fazer distribuir um impresso avulso, expondo o seu modo de pensar em relação ao movimento de rebeldia que estalára dias antes.

Dizia Nunes Machado nesse impresso, datado de 18 de Novembro de 1848: "Tendo-se espalhado, de hontem para cá, depois da minha chegada, a mais infame noticia, offensiva da lealdade do meu caracter, como a de que me acho inteiramente mudado de meus principios, e adhiro á causa *saquarema* que por tanto tempo tenho combatido: julgo do meu dever declarar perante os meus comprovincianos que estou cada vez mais firme em minhas opiniões; e visto como a malvadez do presidente da provincia, o Sr. Herculano Ferreira Penna, tem feito derramar, sem nenhum motivo legitimo, o sangue dos meus patricios, e se dispõe a levar a minha patria a ferro e fogo, estou resolvido a correr todas as vicissitudes, a que porventura possa ser levada esta bella provincia, e nem duvido offerecer a minha vida, si tanto fôr preciso, para salvar Pernambuco das desgraças que lhe estão propinquas."

Em seguida, a 23 de Novembro, foi expedida uma circular a todos os chefes liberaes das outras provincias, dando a razão do levante promovido pelos pernambucanos, e, dois dias depois, Nunes Machado e mais sete collegas seus, tambem deputados á Assembléa Geral pela provincia de Pernambuco, assignaram um manifesto votando "á execração dos pernambucanos honrados e de todos os brasileiros o nome do sr. Herculano Ferreira Penna."

Embora batidos em Mussupinho, onde perderam 50 homens e tiveram mais de 100 feridos, não desanimaram os *praieiros*, que concentrados ao norte de Recife, nas mattas do Catucá, chegaram a ter mais de 2.000 homens em armas, contando-se entre esses rebeldes o famoso caudilho Antonio Borges da Fonseca.

Naquellas mattas foram os *praieiros* atacados no dia 8 de Dezembro pelas forças legaes, que foram repellidas, conseguindo, porém, tres dias depois, fazer com que os *praieiros* abandonassem aquelle seu centro de operações.

Evacuando Catucá, estabeleceram-se os revoltosos em Goyana, de onde passaram pouco depois para o povoado de Cruangy, sendo ahi batidos, em 20 de Dezembro, pelas forças legalistas, ás ordens do brigadeiro José Joaquim Coelho, que fôra nomeado commandante das armas em Pernambuco.

Cinco dias depois, isto é, a 25 de Dezembro, tomava posse do cargo de presidente de Pernambuco o desembargador Manoel Vieira Tosta (mais tarde Marquez de Muritytba) nomeado em substituição ao dr. Herculano Penna, transferido para o governo do Maranhão.

Com a chegada de Vieira Tosta os revoltosos atacaram Recife, no dia 2 de Fevereiro de 1849; foram, porém, derrotados e tiveram morto o seu chefe, o desembargador Joaquim Nunes Machado. Borges da Fonseca arvorou, então, a bandeira republicana, mas em pouco tempo foi capturado. O capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, com 300 homens que haviam escapado, continuou a lucta, batendo-se heroica e desesperadamente contra as forças legalistas, sendo afinal preso e remettido para o Rio de Janeiro, onde foi recolhido á forta-

leza da Lage. D'ahi fugiu pouco depois, embarcando num navio estrangeiro, a cujo bordo morreu na altura da Parahyba.

Dois annos depois, em 1851, realizava-se a velha prophecia de Caxias: a guerra do Brasil contra Oribe e Rosas.

CAPITULO XXVIII

GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS. QUESTÃO CHRISTIE

Era Fructuoso Rivera presidente da Republica do Uruguay, quando o general Manoel Oribe, assaltando o poder, conseguiu dominar no paiz, reduzindo a acção do seu governo aos limites de Montevidéo. Deu esse facto origem á formação de dois partidos: Blanco e Colorado, aquelle chefiado por Oribe e este por Fructuoso Rivera.

Os partidarios de Oribe hostilizavam não só os partidarios de Rivera, como tambem os brasileiros residentes na Republica.

Nessa época estava o governo argentino entregue ao vandalico tyranno general João Manoel Rosas, typo de verdadeiro monstro com forma humana, famigerado fundador da *Sociedade da Mashorca* e instituidor dos premios para recompensar a habilidade dos degolladores.

Manoel Oribe

Julio Maria Sosa, em seu bello trabalho *Lavalleja y Oribe*, diz-nos (pag. 374) que a *Mashorca* assassinou 32.000 cidadãos, dos quaes 17.000 orientaes e 15.000 argentinos, e roubou 70.000.000 de patacões.

Rosas e Oribe completavam-se; difficil seria estabelecer qual dos dois tinha mais seguros traços de degenerescencia moral, perfeitamente caracterizadas pelas antonomásias por que eram respectivamente conhecidos: *tigre de Palermo* e *corta-cabeças*.

Rosas pretendia fundar o vice-reinado de Buenos Aires e a elle incorporar o Uruguay e o Paraguay, para o que fôra mesmo autorizado pela Junta dos Representantes de Buenos Aires, em data de 10 de Março de 1850.

Dizia o art. 3º da referida resolução da Junta: "Fica igualmente autorizado o Exmo. Sr. Governador capitão-general da Provincia, D. João Manoel Rosas, para dispôr, sem limite algum, de todos os fundos, rendas, e recursos de

todo genero, *até que faça effectiva a reintegração da provincia do Paraguay na Confederação Argentina.*"

Para tal conseguir contava Rosas com o apoio de Manoel Oribe, que estava prompto a escravizar a sua propria patria ao vandalico e immoral D. João Manoel Rosas.

Ligados os dois monstros, começaram a hostilizar o Brasil. Tanto no interior como na fronteira eram os brasileiros assassinados e roubados, e algumas vezes feitos prisioneiros e tratados com grande crueldade.

Tanto os orientaes como os argentinos desejavam ardentemente a exterminação dos despreziveis caudilhos, que manchavam a civilização platina.

O Brasil, em honra do seu proprio nome, *tinha o dever* de intervir para repellir os insultos e ultrajes feitos nas pessôas e bens dos seus filhos.

João Manoel Rosas

Assim pensando, começou o governo brasileiro, em Junho de 1850, a fornecer ao governo legal do Uruguay, presidido por Joaquim Suares, que havia succedido no governo o general Rivera, as quantias precisas para que este subjugasse Oribe, e, em 16 de Março do anno seguinte, garantiu o Brasil ao ministro uruguayo no Rio, André Lamas, que não consentiria que Oribe occupasse Montevidéo.

No mez seguinte, Abril, seguia para o sul, nomeado commandante em chefe da nossa esquadra, o vice-almirante João Pascoe Grenfell e a 16 de Junho nomeava o governo brasileiro presidente da provincia do Rio Grande do Sul e commandante em chefe do exercito em operações o abnegado patriota Conde de Caxias, que numa bella proclamação fez ver ás suas tropas qual o procedimento a manter no territorio do paiz vizinho.

Assim dizia a proclamação:

"Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do general D. Manoel Oribe, e esses mesmos emquanto, illudidos, empunham armas contra os interesses da sua patria. Desarmados ou vencidos, são americanos, são nossos irmãos e como taes os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa, e respeitadora dos principios de humanidade.

A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é inviolavel e sagrada, e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do exercito imperial como a sua propria honra. O que, por desgraça a violar, será considerado indigno de pertencer ás fileiras do Exercito, assassino da honra e da reputação nacional, e, como tal, severa e inexoravelmente punido."

Para verificar como foi a proclamação de Caxias fielmente executada, basta ler a ordem do dia que, — já depois de terminada a lucta, — o grande guerreiro baixou, em 4 de Junho de 1852, na villa de Jaguarão.

Assim dizia a mesma:

"A propriedade nacional, do estrangeiro, do amigo, como do inimigo, foi por vós respeitada. Vossa conducta foi a todos os respeitos digna dos maiores elogios. Desaggravastes a honra da patria; contribuistes para a paz de dous Estados e para o triumpho da mais santa das causas — a da liberdade, da civilização e da humanidade.

Está, pois, completa a vossa missão. A historia levará vossos nobres feitos á posteridade, que, fazendo-vos a justiça de que sois dignos, vos cobrirá de bençãos."

Alliadas as forças brasileiras de 20.000 homens com o partido chefiado por Fructuoso Rivera, e com os generaes Urquiza e Vixasoro, respectivamente governadores de Entre Rios e Corrientes, invadiram o Uruguay, obrigando Oribe a capitular, no dia 11 de Outubro de 1851, ficando assim assegurada a independencia do Uruguay, que ficou livre desse tyranno.

Vendo Rosas que os alliados faziam guerra a Oribe, declarou elle, em Setembro de 1851, guerra aos alliados, que immediata e honrosamente a acceitaram.

Com o Uruguay e os generaes Urquiza e Vixasoro, estipulou o Brasil, então representado por Honorio Hermeto Carneiro Leão, em Montevidéo, o convenio de 21 de Novembro de 1851, pelo qual concorria com 4.000 homens e 17 navios, aquelles sob o commando do brigadeiro Manoel Marques de Souza (depois Conde de Porto Alegre) e estes sob o commando do almirante Grenfell.

A esquadra brasileira, forçando, victoriosa, em 17 de Dezembro, o passo de Tonelero, defendido por um cunhado de Rosas, o general Lucio Mancilla, foi ancorar na ponta do Diamante, emquanto as forças alliadas de terra, depois de atravessar o caudaloso Paraná, marchavam sobre Buenos Aires, onde a 3 de Fevereiro de 1852, destroçaram completamente as tropas de Rosas, compostas de 26.000 homens, na batalha de Moron ou Monte Caseros.

Rosas, para não cahir em poder dos alliados, disfarçou-se em marinheiro e fugiu com sua familia para bordo do navio inglez *Centaur,* e d'ahi passou para o *Conflit,* no qual seguiu para a Inglaterra, onde morreu muitos annos depois.

Terminada a guerra, obteve o Brasil um tratado de limites com o Uruguay.

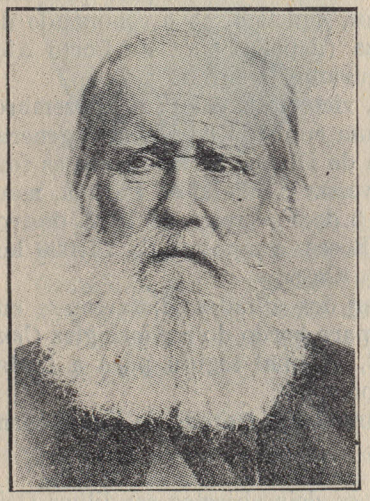
Questão Christie. — Vencidos os dois abjectos caudilhos Oribe e Rosas, entrou o Brasil numa phase de grande progresso. Dez annos depois, isto é, em 1862, surgiu, porém, a chamada *questão ingleza* ou *questão Christie,* da qual resultou o rompimento das relações do Brasil com a Inglaterra.

Motivou essa questão o pretendido saque da barca ingleza *Prince of Walles,* naufragada em Junho de 1861, no Rio Grande do Sul.

Nessa occasião o ministro inglez no Rio, William Douglas Christie, exigiu indemnização e, um anno depois, em 17 de Junho, pelo facto de ter um posto de guarda na Tijuca aprisionado e mettido no xadrez tres officiaes inglezes (o tenente Eliot Pringle, o guarda marinha Geoffrey Hornby e o capellão Jorge Clemenger) da fragata *Fort* que, á paisana, e de volta de um "pic nic", embriagados, haviam desacatado aquelle posto, de novo exigiu Christie satisfações do governo brasileiro, querendo que este désse baixa ao alferes da policia que prendera os officiaes, castigasse rigorosamente a sentinella que elles haviam insultado, e que censurasse publicamente o chefe de policia e o sub-delegado do Engenho Velho, que haviam consentido naquellas prisões.

Como da primeira vez não deu o Brasil as satisfações exigidas e, por isso, mandou Christie que o vice-almirante Warren, com alguns navios de guerra inglezes, capturasse embarcações mercantes brasileiras, o que Warren fez, tendo aprisionado cinco, proximo á entrada da barra do Rio, procedimento esse que mereceu censuras de vozes autorizadas no proprio parlamento inglez de Westminster.

Indignado o povo, tendo á frente Theophilo Ottoni, veio para as ruas dsposto á reacção, no que foi delicadamente obstado pelo imperador em pessôa, que aconselhou calma, dizendo: (*) "Eu sou primeiro que tudo Brasileiro, e como tal mais do que ninguem estou empenhado em manter illesas a dignidade e a honra da Nação. E assim como confio no enthusiasmo do meu povo, confie o povo em mim, e no meu governo, que vae proceder como as circumstancias requerem, mas de modo que não seja ultrajado o nome de brasleiros de que todos nós nos ufanamos. E lá onde succumbir a honra e a soberania da Nação, eu succumbirei com ellas."



D. Pedro II

Após expedir os passaportes ao insolente ministro inglez, entraram depois os dois governos em um accôrdo, resolvendo-se que quanto á indemnização pedida, o Brasil pagaria *sob protesto* 3.200 libras das 6.525 reclamadas "por não convir á dignidade do Brasil occupar arbitros em negocios tão

(*) Mucio Teixeira — *O Imperador visto de perto* — Rio, 1917 (pag. 34).

mesquinhos de dinheiro", e quanto á questão dos policiaes brasileiros com os officiaes inglezes embriagados, seria a mesma submettida ao julgamento arbitral do rei da Belgica, Leopoldo I, tio da rainha Victoria, da Inglaterra.

Em 18 de Junho de 1863 deu Leopoldo I ganho de causa ao Brasil, cumprindo á Inglaterra, pelo seu laudo, não só reatar as relações diplomaticas, como nos dar satisfações.

Não se conformou, porém, de prompto a Inglaterra com essa solução, e por esse motivo cortou o Brasil relações com aquella velha nação européa.

Dois annos depois, resolveu o governo inglez dar satisfações ao Brasil.

Em 1865 foram as relações reatadas, mercê da influencia do governo de Portugal, na pessoa do seu ministro em Londres, o conde de Lavradio.

A 23 de Setembro de 1865, estando D. Pedro II em Uruguayana, em visita aos nossos acampamentos de guerra, ali recebeu em audiencia solenne, préviamente marcada, o embaixador inglez Edward Thornton, que ia em nome do seu governo dar satisfações ao Brasil.

Recebeu-o D. Pedro, a quem o diplomata inglez, em significativo discurso, fez ver que o governo de sua patria conformando-se com o laudo do rei dos Belgas, declarava não ter tido a intenção de offender a dignidade do Brasil e que estava prompto a nomear novo ministro para o Brasil, desde que este quizesse reatar as relações.

"No acampamento — refere o "Jornal do Commercio" da época — estava um batalhão de linha, formado em guarda de honra, junto á tenda imperial, primorosamente preparada, alcatifada com bandeiras, e cobrindo o solo um grande tapete que extraordinario realce dava á tenda, em cujo cimo brilhava a corôa imperial, reflectindo os feixes dos raios solares, que sobre ella cahiam em cheio, e formavam uma aureola de fogo que mais majestade dava ao acto."

"Introduzido, com as formalidades de estylo e obtida a devida venia, proferiu Mr. Thornton, em francez, o seguinte discurso:

"Senhor. Tenho a honra de depositar nas mãos de V. M. Imperial, a carta, pela qual, S. M. a Rainha da Inglaterra, dignou-se acreditar-me como seu enviado, em missão especial, junto de Vossa Majestade Imperial, e supplico a V. M. Imperial se digne acolher com a sua reconhecida benevolencia, as seguranças de sincera amizade e as expressões que me conferiram S. M. a Rainha e o meu Governo. Estou encarregado de exprimir a V. M. Imperial, o sentimento com que Sua Majestade, a Rainha, viu as circumstancias que acompanharam a suspensão das relações de amizade entre as duas Côrtes do Brasil e da Inglaterra, e de declarar que o Governo de Sua Majestade nega de maneira a mais solenne, toda a intenção de offender a dignidade do Imperio do Brasil, e que Sua Majestade acceita completamente e sem reserva a decisão de Sua Majestade, o Rei dos Belgas, e será feliz em nomear um Ministro para o Brasil, logo que Vossa Majestade Imperial estiver prompto para renovar as relações diplomaticas. Creio ter fielmente interpretado os sentimentos de Sua Majestade e de seu Governo, e estou convencido que Vos-

sa Majestade Imperial terá a bondade de acceital-os com o mesmo espirito de conciliação que os dictou."

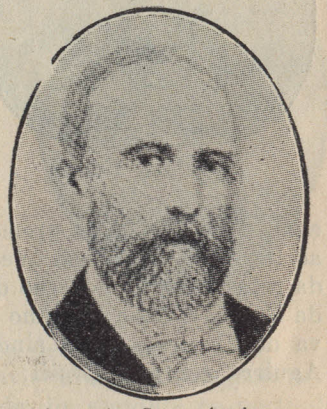
Felicitações innumeras recebeu então D. Pedro II pelo desenlace dessa questão, entre ellas a da Camara Municipal da Côrte, á qual o monarcha respondeu: "Já o disse, mas tenho prazer em repetil-o: a nação brasileira não póde contrahir divida com o seu Imperador. Nas horas das provações contem os Brasileiros sempre commigo, e depois desejo como recompensa ainda achar-me no meio delles, para, formando todos nós uma só familia, trocarmos nossas expressões de affectuoso jubilo."

CAPITULO XXIX

NOVAS LUTAS NO PRATA. AGUIRRE E VENANCIO FLORES. GUERRA DO PARAGUAY

Em 1864 governava o Uruguay Atanasio Cruz Aguirre que, pertencendo ao partido *blanco*, se tornára inimigo do Brasil por ter este combatido aquelle partido na guerra contra Oribe, conforme vimos no capitulo anterior.

Recomeçaram as aggressões aos brasileiros residentes no Uruguay, e como Aguirre não attendesse ás reclamações feitas pelo governo do Brasil, mandou este para o Rio da Prata, em missão especial, o conselheiro José Antonio Saraiva, fazendo em seguida augmentar naquella região a nossa força naval, cujo commando foi entregue ao almirante Joaquim Marques Lisbôa, mais tarde marquez de Tamandaré.



Atanasio Cruz Aguirre

Continuando Aguirre a não ligar importancia ás nossas reclamações, máo grado a amistosa intervenção do ministro inglez Edward Thornton, e do ministro argentino, D. Rufino de Elizalde, resolveu o conselheiro Saraiva, no dia 5 de Agosto de 1864, entregar ao Ministro das Relações Exteriores, Dom Juan José de Herrera, um *ultimatum*, datado da vespera, e no qual o governo brasileiro dava ao oriental o prazo de 6 dias para declarar se estava este disposto ou não a dar as satisfações pedidas por aquelle.

Aguirre, por instigações de Solano Lopez, devolveu o *ultimatum*, lembrando que melhor seria resolver a questão por arbitramento.

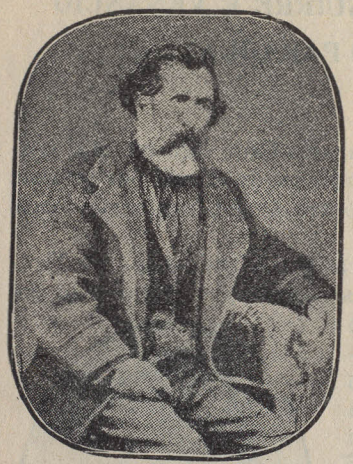
Não acceitou, porém, o conselheiro Saraiva a proposta de Aguirre, razão por que este appellou para Solano Lopez, dictador do Pa-

raguay, que se poz ao seu lado, sendo então queimados na praça publica os tratados anteriormente assignados com o Brasil.

Tal desconsideração reclamava uma medida energica de nossa parte.

Alliou-se o Brasil com o general Venancio Flores, então chefe do partido dos *colorados* que pretendia apear do poder o presidente Aguirre, promettendo-nos espontaneamente que, vencedor, receberia o Brasil condigna reparação.

As forças brasileiras, sob o commando do general João Propicio Menna Barreto, alliadas ás do general Flores, tomaram as villas de Mello e Salto e depois Paysandú, que após 52 horas de combate, capitulou no dia 2 de Janeiro de 1865, entregando-se o seu commandante coronel Leandro Gomes com 700 homens e 10 boccas de fogo.



Venancio Flores

Marcharam em seguida as nossas forças contra Montevidéo, que foi sitiada por terra, emquanto a esquadra brasileira, sob o commando do almirante Tamandaré, a bloqueava por mar.

Por essa época abandonou Aguirre o poder, entregando-o ao Dr. Thomaz Villalba, presidente do Senado, que no dia 20 de Fevereiro de 1865 assignou a rendição de Montevidéo ás tropas brasileiras.

Venancio Flores foi então collocado no poder, assumindo o governo tres dias depois, e immediatamente cumpriu o que havia promettido, isto é, deu uma especial satisfação ao Brasil, fazendo com que a nossa bandeira, que havia sido arrastada pelas ruas, no governo de Aguirre (até pelo seu proprio ministro da Guerra), fôsse içada no forte de São José e saudada com uma salva de 21 tiros. Mais ainda: declarou nullos todos os decretos de Aguirre contra o Brasil.

Guerra do Paraguay. — Não tendo o Brasil acceito a mediação de Solano Lopez, dictador do Paraguay, para resolver a questão entre o Brasil e o Uruguay, incorreu o nosso paiz nos odios d'aquelle despota, que aliás vinha procurando pretextos para atacar o Brasil, tanto que poucos mezes depois de haver succedido a seu pae, — o dictador Carlos Lopez, com quem servira como ministro da guerra e da marinha, — em entrevista com o seu particular amigo D. Ildefonso Antonio Bermejo, deixou claramente externado o desejo de levar a guerra ao Brasil.

D. Ildefonso Antonio Bermejo, escriptor espanhol, no seu interessantissimo trabalho *"Episodios de la vida privada, politica y social de la Republica del Paraguay"*, publicado em 1873, assim nos relata a citada entrevista:

"— Ausento-me do Paraguay — declarei ao general.

— Que ingratidão! Você veio para o Paraguay trazido por mim, fez-se amigo leal de meu pae e, no entanto, quer abandonar-me, logo no principio da minha presidencia!

— E' que, quando o senhor succedeu a seu pae, acreditei na promessa, que havia feito, de governar com mais brandura; mas vejo que está exercendo o poder com mais oppressão que o seu fallecido progenitor.

— Sou soldado e *tenho de declarar guerra ao Brasil: é preciso fazer-me respeitar pelas republicas vizinhas, dando uma lição ao Imperio.*

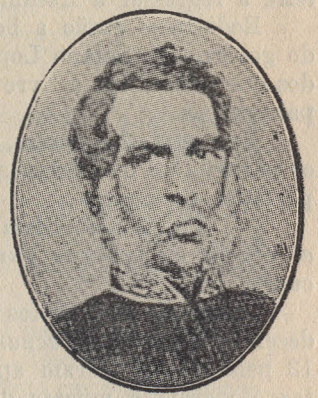
— Desista de declarar guerra ao Brasil, e não porei duvida em ficar.

— E' impossivel, Bermejo: *si deixei que meu pae assignasse a paz, foi porque queria ter a gloria de mostrar ás republicas vizinhas que o Paraguay, só por si, é capaz de derrubar o colosso.*

— General (respondi, apertando-lhe a mão), não quero assistir á derrota de um amigo. Partirei.

Quinze dias depois desta entrevista, trocámos o ultimo abraço."

No dia 30 de Outubro de 1864 partiu de Buenos Aires com destino a Cuyabá, o vapor brasileiro *Marquez de Olinda* (*) que, sob o commando do primeiro tenente reformado José Antonio da Silva Souto, conduzia para Matto Grosso o novo presidente e commandante das armas daquella provincia, o coronel de engenheiros Frederico Carneiro de Campos, em companhia do qual seguiam tambem diversos officiaes que iam servir na flotilha daquella região.



Frederico Carneiro de Campos

Sulcando as aguas do rio Paraguay-Paraná, e após tocar nos portos argentinos de Rosario, Paraná e Corrientes, chegou o *Marquez de Olinda*, no dia 9 de Novembro ás 8 horas da noite, ao porto de Humaytá, situado á margem esquerda do rio Paraguay, na Republica deste nome.

Duas horas depois proseguia o navio brasileiro viagem para o N., fundeando ás 11 horas da noite do dia seguinte no porto de Assumpção, a velha capital paraguaya.

Ahi esteve desde as 11 horas da noite do dia 10 até ás 2 da tarde do dia 11, quando seguiu para Matto Grosso.

Nada parecia indicar que dahi a umas vinte horas teria o navio brasileiro de ser preza do Paraguay, e que em consequencia

(*) O *Marquez de Olinda* fazia parte da *Companhia de Navegação do Alto Paraguay* e estava empregado no transporte de passageiros e generos entre Cuyabá, Buenos Aires e Montevidéo.

de tal facto seria a America do Sul theatro de uma guerra que durou 5 annos...

De facto, partindo de Assumpção para o N., navegou o *Marquez de Olinda* durante todo o dia 11 sem maior novidade, até que por volta das 10 horas da manhã do dia seguinte foi o navio brasileiro abordado pelo *Tacuary*, que, desenvolvendo 20 milhas por hora, era o mais rapido dos vapores paraguayos.

Tendo sahido no encalce do *Marquez de Olinda*, com ordem de fazel-o regressar a Assumpção, o *Tacuary*, ao avistar o navio brasileiro, disparou um tiro de canhão, intimando-o a parar.

A esse acto de prepotencia do vaso paraguayo não podia reagir o *Marquez de Olinda*, velho e pequeno navio de 2 mastros e uma chaminé, movido a rodas, desenvolvendo apenas 8 milhas por hora e não possuindo canhões pela bocca dos quaes pudesse o Brasil dar resposta á insolencia dos gestos e phrases partidos do vaso paraguayo.

Parado o *Marquez de Olinda*, a seu bordo foi ter um official paraguayo, portador de um officio em que intimava o navio brasileiro a regressar a Assumpção, sob pena de ser posto a pique.

Redigiu-se então a bordo energico protesto contra a violencia do governo de Solano Lopez, pois havia entre os dous paizes tratados que garantiam a livre navegação de navios brasileiros em aguas paraguayas.

Esse protesto, porém, não foi recebido pelo *Tacuary*, porquanto os paraguayos não deixaram que a elle atracasse o escaler brasileiro portador do mesmo.

— *"Não temos ordem de receber papeis! O capitão que cumpra as ordens do governo paraguayo!"*, foi a resposta partida do *Tacuary*.

Diante de taes factos resolveu o commandante Silva Souto obedecer ás ordens do *Tacuary*, regressando a Assumpção, onde no dia 13 pela manhã foram aprisionados todos os passageiros que mais tarde vieram a morrer de penuria nas prisões paraguayas, tendo Carneiro de Campos fallecido annos depois, em 3 de Novembro de 1867, no acampamento de Passo-Pocú, victimado pela fome.

Em seguida apoderaram-se os paraguayos dos 400:000$000 que iam a bordo do *Marquez de Olinda* para o Thesouro de Matto Grosso, dinheiro esse do qual não puderam fazer uso pois o governo brasileiro, que sabia os numeros das notas subtrahidas — fez publicar editaes declarando que as mesmas, tendo sido roubadas, ficavam sem valor.

Pretendendo justificar os seus actos reprovaveis, fez Solano Lopez enviar ao ministro brasileiro em Assumpção uma nota que, embora com data de 12 de Novembro, só foi entregue no dia 13, e pela qual ficava prohibida a navegação em aguas paraguayas a navios brasileiros.

Pretendia elle assim justificar a violencia do aprisionamento do *Marquez de Olinda* no dia 12...

A' vista do succedido, o ministro brasileiro em Assumpção, Cesar Sauvan Vianna de Lima, dirigiu a D. José Berges, ministro do Exterior do Paraguay, uma nota pedindo explicações a tal respeito.

A nota estava assim redigida:

"Legação Imperial do Brasil — Assumpção, 13 de Novembro de 1864. "Sr. Ministro: — Neste instante, 9 horas da manhã, fui informado de que o paquete brasileiro *Marquez de Olinda* que sahira deste porto para Matto Grosso ante-hontem, ás 2 horas da tarde, levando a seu bordo o Sr. Presidente nomeado para aquella provincia, se acha desde esta madrugada ancorado no porto de Assumpção, e debaixo das baterias do vapor de guerra paraguayo *Tacuary*.

Não se tendo o commandante do *Marquez de Olinda* apresentado nesta legação para explicar o motivo de seu inesperado regresso, devo suppor fundados os boatos que aqui circulam de ter sido o dito paquete perseguido e detido pelo *Tacuary*, que deixou este ancoradouro poucas horas depois do *Marquez de Olinda*, achando-se este actualmente incommunicavel com a terra.

Em taes circumstancias, dirijo-me immediatamente a V. Ex., pedindo-lhe explicação sobre o grave facto que acabo de expôr.

Reitero a V. Ex. as expressões da minha consideração.

A S. Ex. o Sr. D. José Berges — *Cesar Sauvan Vianna de Lima.*"

Em resposta achava D. José Berges "escusada qualquer explicação sobre a materia" uma vez que o nosso ministro podia "encontral-a na nota que lhe fora dirigida no dia 12".

O comediante bem sabia que O MINISTRO BRASILEIRO SO' RECEBEU "A NOTA DE 12" NA NOITE DE 13, isto é, depois que Vianna de Lima havia pedido explicações, o que foi feito no dia 13 pela manhã.

Diante dessa farça do governo dictatorial de Solano Lopez, dirigiu Vianna de Lima uma segunda nota a D. José Berges, na qual protestava "contra o acto de hostilidade praticado em plena paz contra o referido paquete *Marquez de Olinda*, em violação do que foi convencionado entre os dous governos, a respeito do transito fluvial, e resalvava os direitos da "Companhia de Navegação do Alto Paraguay", pelas perdas e damnos que lhe pudessem occasionar a interrupção que o dito paquete soffria e viesse a soffrer nas suas viagens, em consequencia da decisão tomada pelo Governo da Republica."

Nessa mesma nota pediu Vianna de Lima os seus passaportes afim de poder regressar ao Brasil a bordo do *Marquez de Olinda*.

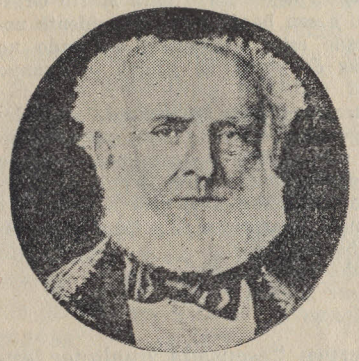
Deu-lhe D. José Berges o passaporte "para retirar-se, quanto antes, com sua familia, secretario de legação e comitiva."

Quanto ao *Marquez de Olinda*, porém, mandou declarar Solano Lopez pelo órgão official (*O Semanario*) que esse navio brasileiro

ficava confiscado assim como o dinheiro que de lá já haviam retirado, e que nada lhes adiantou, conforme ficou explicado.

Como lhe fossem, porém, negados directamente todos os meios de conducção, obteve Vianna de Lima que Wasburn, ministro dos Estados Unidos, conseguisse de Lopez um navio que o transportasse até Buenos Aires, o que Wasburn conseguiu não sem certa difficuldade.

Depois de occorridos esses factos, soube Lopez que as forças brasileiras, sob o commando do general João Propicio Menna Barreto, alliadas com as do general Venancio Flores, tinham tomado Salto e Paysandú, e, por isso mandou uma esquadra de cinco navios e 6.000 homens, sob o commando de seu cunhado, o general Barrios, invadir Matto Grosso.



Joaquim Marques de Lisbôa
(Marquez de Tamandaré)

Durante os dias 26, 27 e 28 de Dezembro de 1864, atacou a esquadra o forte de Coimbra, em Matto Grosso, então commandado pelo tenente coronel Hermenegildo Porto Carrero.

Este valente official, apesar de contar apenas com 115 soldados da guarnição e 17 galés, bateu-se heroicamente, expulsando por tres vezes o inimigo do forte, e fazendo na noite de 28, habil retirada.

Sem maiores recursos, acabou; porém, a provincia por se render a 10.000 paraguayos, que não ousaram, comtudo, tomar a capital, Cuyabá, ficando apenas com toda a região do sul até a embocadura do rio S. Lourenço.

Preparou-se então o governo brasileiro para a lucta, nomeando o brigadeiro Manoel Luiz Osorio, commandante do Exercito e o almirante Joaquim Marques de Lisbôa, mais tarde marquez de Tamandaré, commandante da Esquadra. Mandou construir navios encouraçados, chamou ao serviço activo a Guarda Nacional e creou 57 batalhões denominados *Voluntarios da Patria*, que foram organizados pelas diversas provincias, sendo que a da Bahia foi a que concorreu com maior numero de voluntarios.

Senhor do sul de Matto Grosso, não se satisfez Solano Lopez. Quiz tambem invadir o Rio Grande do Sul, para o que pretendeu passar com as suas forças através do territorio argentino.

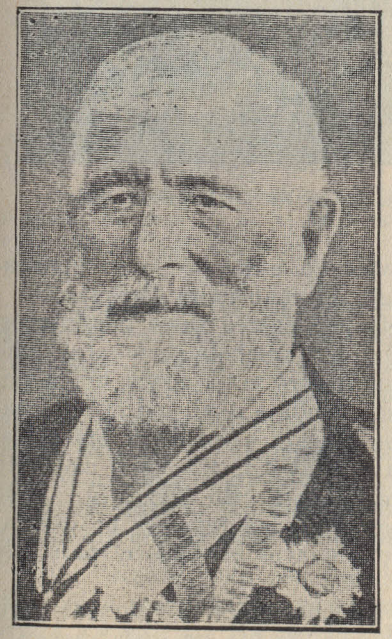
O general Bartolomé Mitre, então presidente da Argentina, não deu tal permissão, uma vez que o seu paiz era neutro.

Em represalia mandou Lopez 30.000 paraguayos, sob o commando do general Robles, occupar a provincia argentina de Corrientes e aprisionar os navios *Gualeguahy* e *25 de Mayo*.

Bartolomé Mitre

Violada a Argentina na sua neutralidade, fez esta causa commum com o Brasil, o mesmo acontecendo com o Uruguay, assignando-se então no dia 1 de Maio de 1865, na cidade de Buenos Aires, pelos plenipotenciarios, conselheiros Francisco Octaviano (do Brasil), D. Rufino Elizalde (da Argentina) e D. Carlos de Castro (do Uruguay) o tratado da *Triplice Alliança* daquelles paizes contra o governo paraguayo.

Resolveu Lopez, a 8 de Junho do mesmo anno, seguir para Humaytá, a bordo do *Tacuary*, comboiando o qual seguiram os navios *Paraguay*, *Salto Oriental*, *Jejuy*, *Igurey*, *Iporan*, *Rio Branco* e *Paraná;* e trataram os paraguayos de atacar a esquadra brasileira, que estacionava na fóz do rio Riachuelo, no Paraná, perto da cidade argentina de Corrientes.



Francisco Manoel Barroso da Silva
(Barão do Amazonas)

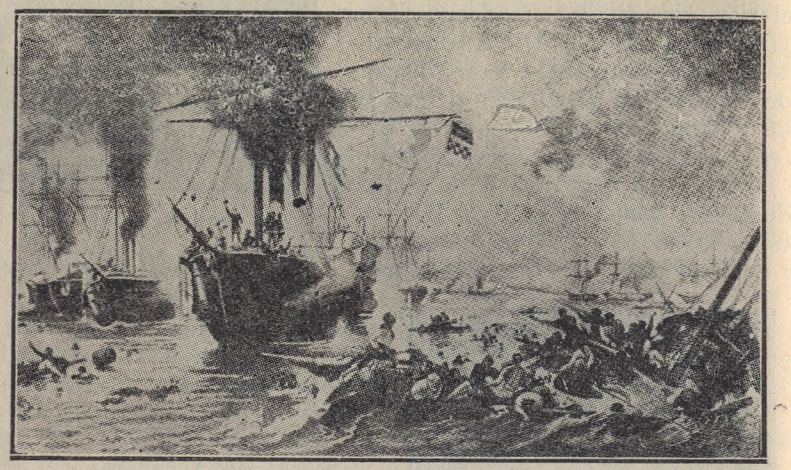
Para isso, 8 vapores e 6 chatas paraguayas, com 1.400 homens e 47 canhões, sob o commando do vice-almirante Mezo, descendo o rio Paraguay a toda força, intrometteram-se pelo meio da esquadra brasileira, composta dos navios *Amazpnas*, *Parnahyba*, *Mearim*, *Jequitinhonha*, *Iguatemy*, *Belmonte*, *Ypiranga*, *Beberibe* e *Araguary*, com 1.113 homens e 59 canhões, travando-se então a celebre Batalha do Riachuelo, que durou 10 horas, no domingo, 11 de Junho de 1865, e na qual coube a victoria ao Brasil.

A bordo da esquadra brasileira era servido o almoço quando a sentinella da corveta *Mearim*

içou o signal *Inimigo á vista*, mandando então o commandante em chefe, almirante Francisco Manoel Barroso da Silva (Barão do Amazonas), que se achava na corveta *Amazonas*, que todos se aprom-ptassem para a lucta, fazendo içar os signaes — *O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. Tudo pela patria.*

A corveta *Amazonas*, empregada com ariete, poz a pique alguns dos navios paraguayos, escapando apenas 4, que fugiram.

A victoria devida principalmente á calma e á coragem de Barroso, revelou em alto gráo o patriotismo de todos os seus commandados.



Batalha de Riachuelo — Quadro de Victor Meirelles

Entre elles seria injustiça olvidar o nome do joven guarda-marinha João Guilherme Greenhalgh, da canhoneira *Parnahyba*.

Tendo sido este navio abordado por quatro vasos paraguayos, travou-se a bordo do mesmo um sangrento combate corporal e como fôsse a guarnição brasileira de bordo quatro vezes menor que a paraguaya, ficou reduzidissima na lucta, finda a qual, um official paraguayo deu ordem para que fôsse arriada a bandeira brasileira, que altiva, tremulava no mastro da *Parnahyba*. Foi nesse momento que o joven Greenhalgh, como bom patriota, não permittiu que se consumasse essa affronta, descarregando o seu revolver no official paraguayo, o que fez com que os paraguayos avançassem para elle e lhe decepassem a cabeça.

Outro nome que se impõe á nossa consideração é o do marinheiro Marcilio Dias, que, perdendo o braço direito na lucta, tomou o sabre na mão esquerda e combateu até cahir no tombadilho, quasi sem vida, vindo a fallecer no dia seguinte.

Ainda depois dessa victoria alcançou a esquadra de Barroso novos triumphos, na passagem de Mercédes e em Cuevas, que elle transpoz sob o fogo do inimigo.

Desesperados com essas derrotas, marcharam as tropas paraguayas, sob o commando de Estigarribia, para o Rio Grande do Sul, tomando S. Borja e Uruguayana, que cahiram em poder do inimigo no dia 18 do mesmo mez de Junho.

João Guilherme Greenhalgh

Resolveu então o Imperador D. Pedro II ir ao theatro da lucta, partindo para o Rio Grande do Sul em 10 de Julho de 1865, a bordo do vapor *Santa Maria*. Chegou a Uruguayana no dia 11 de Setembro do mesmo anno e, no dia 18, as forças alliadas cercaram Estigarribia, que se rendeu com 6.000 prisioneiros, capitulação a que assistiu o Imperador que, a 9 de Novembro, já estava no Rio.

"Assim, ainda que o Senhor D. Pedro II não tenha ido ao Rio Grande do Sul, como Cesar foi no anno 47 á Asia Menor, o acto de abnegação e sacrificio ao trocar pela tenda de campanha os paços imperiaes terá aos olhos do historiador imparcial incontestavel valor.

Desde então confirmou de sobejo quanto lhe cabia o titulo de Defensor Perpetuo do Brasil." — S. DE MENDONÇA — *Apontamentos Biographicos* — (pag. 9).

"Quando voltou da guerra do Paraguay, em um terrivel momento de desanimo do seu Ministerio, que servia mais aos subalternos interesses da politica interna que aos altos intuitos dos deveres patrioticos, atrevendo-se o presidente do conselho de ministros a consultal-o sobre a conveniencia de se chegar a um accôrdo com o tyranno inimigo, e o Imperador, sempre delicado e modesto, desta vez perdeu a calma, ergueu-se, indignado, impellido pela sagrada cólera de Jesus, quando expulsou os vendilhões do templo — bateu com o punho cerrado na mesa dos despachos e bradou:

— "Nunca! Nós não provocámos a guerra, não proporemos a paz! Si o sacrificio é enorme, maior será a humilhação. Agora, é irmos até ao fim! Eu partirei de novo para a guerra, si se tornar precisa a minha presença lá. Trocarei o throno por uma tenda de

campanha. E quero ver si ha algum Brasileiro que não me acompanhe!" (*)

Ficou então resolvido que se mandasse uma expedição com destino a Uberaba, de onde seguiria, por terra, para Matto Grosso.

Atacada e dizimada pelas febres e pelo cholera, e torturada pela fome, partiu depois para Laguna em busca de viveres, onde nada encontrou, sendo obrigada, dois annos depois (1867) a fazer uma retirada tristemente celebre — a *Retirada da Laguna* (**).

Manoel Luiz Osorio

Estudava o Brasil o meio de penetrar no sólo paraguayo, o que só se conseguiu em 1866.

Nessa época os exercitos alliados eram de 33.000 brasileiros sob o commando do general Manoel Luiz Osorio, 11.000 argentinos sob o commando do general Bartolomé Mitre, e 2.000 uruguayos, do general Venancio Flores.

Occupavam os exercitos alliados a cidade de Corrientes, na margem esquerda do Paraná, emquanto em frente (Passo da Patria), na margem direita, estacionavam as forças paraguayas.

No dia 10 de Abril de 1866 travou-se violento combate na ilha Itapirú (mais tarde denominada Cabrita), situada no rio Paraná. Os paraguayos, aproveitando a noite, atravessaram o canal que separava a ilha do forte de Itapirú, surprehendendo a guarnição brasileira.

Foi a primeira vez que o exercito de Osorio se bateu com as forças inimigas, destacando-se ahi a acção do intrepido tenente coronel João Carlos de Villagran Cabrita, que veio a dar o nome á ilha, depois tragada pelo Paraná.

Foi um dos feitos mais gloriosos da luta, pois 900 brasileiros, atacados alta noite, de surpreza, derrotaram 1.266 paraguayos infligindo-lhes 900 baixas e perdendo apenas 155 homens. E

(*) Mucio Teixeira — *O Imperador visto de perto* — Rio, 1917 (pag. 148).

(**) O Visconde de Taunay (Alfredo d'Escragnolle Taunay) fecundo escriptor carioca, nascido em 22 de Fevereiro de 1843 e fallecido em 25 de Janeiro de 1899, nas magistraes paginas do seu brilhante trabalho — *A Retirada da Laguna* — que todos os brasileiros têm a obrigação de conhecer, — fala-nos da heroicidade do soldado brasileiro.

entretanto o *Boletim do Exercito* de Lopez noticiava *"a victoria dos seus soldados, que tomaram as nossas posições e anniquilaram completamente os covardes e escravos brasileiros, que, ajoelhados e de mãos postas, lhe pediam misericordia, dizendo que tambem eram paraguayos"*.

Com innumeras difficuldades, protegido pela esquadra, transpoz Osorio, ás 9 horas da manhã do dia 16 de Abril de 1866, o Passo da Patria, e no dia seguinte tomou o forte de Itapirú, retirando-se Lopez para Estero-Bellaco.

Forçando a marcha, o exercito alliado penetrou pelo territorio paraguayo, sendo no dia 2 de Maio, ao meio dia, em Estero-Bellaco, atacado de surpreza por 6.000 paraguayos que tomaram uma bandeira uruguaya e quatro peças brasileiras, valentemente defendidas pelo capitão João Dias Cardoso de Mello e seu pessoal. Osorio correu então em pessoa e desbaratou o inimigo, pondo fóra de combate cêrca de 2.500 paraguayos, sendo-lhes tomadas 2 bandeiras e 4 peças.

Villagran Cabrita

Acampou em seguida o exercito alliado perto de Tuyuty, em frente ás trincheiras de Sauce e Rojas, travando-se ahi, no dia 24 de Maio de 1866 a celebre Batalha de Tuyuty, cuja victoria coube aos alliados, que destruiram os esquadrões paraguayos, pondo cêrca de 6.000 homens fóra de combate, sem contar 7.000 feridos e 370 prisioneiros, quando nós, brasileiros, tivemos apenas 650 mortos e 2.600 feridos.

Dando-se depois pequenas desintelligencias entre os generaes alliados, Osorio retirou-se do commando do exercito brasileiro, sendo substituido no dia 15 de Julho de 1866 pelo general Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, mais tarde Visconde de Santa Tereza.

Entretanto a imprensa paraguaya, sobretudo o periodico illustrado *Cabichuy* (maribondo caboclo), injuriava acremente os brasileiros, representando D. Pedro II por um macaco de barbas grandes, com uma corôa na cabeça, e os nossos generaes por tartarugas, arrastando pesadas espadas.

De uma feita assim definiu os alliados:

Orientales... general sin ejercito.

Brasileiros... ejercito sin general.
Argentinos... ni general ni ejercito!!!
Demonstraram, entretanto, os alliados, que o *Cabichuy* laborava em erro...

No mesmo dia em que Polydoro tomou posse, o general Xavier de Souza, com a 4ª divisão de infantaria, tomou uma trincheira paraguaya, apesar da resistencia do inimigo; e, no dia 1 de Setembro foi tomado o fórte de Curuzú pelo Visconde de Porto Alegre, auxiliado pela esquadra do almirante Tamandaré.

A victoria custou a vida a 941 brasileiros; perdemos ainda o encoraçado *Rio de Janeiro*, destruido por um torpedo, perecendo 53 homens dos 115 da sua guarnição, mas tres dias depois Curuzú rendia-se, cahindo em poder dos brasileiros — pois esse ataque foi exclusivamente feito por tropas nossas — 13 canhões e 3 bandeiras, além de armas e munições, perdendo o inimigo 832 homens, além dos feridos.

Polydoro da Fonseca

Dias depois, tendo Lopez solicitado uma conferencia com os alliados para entrar em negociações, realizou-se a mesma no dia 12 em Iatahy Corá, comparecendo pelos alliados, Mitre e Flores. Polydoro negou-se terminantemente a entrar em negociações.

Não chegaram, porém, a um accôrdo, e, por isso, resolveu Bartolomé Mitre atacar Curupaity, o que foi levado a effeito em 22 de Setembro de 1866.

10.000 brasileiros e 9.000 argentinos foram então derrotados pelos paraguayos, que puzeram fóra de combate 2.082 argentinos e 2.011 brasileiros, emquanto elles perderam apenas 250.

Foi um verdadeiro desastre.

Trouxe essa derrota grande consternação aos alliados, dando-se então novas divergencias, entre os commandantes, por ter Mitre ordenado aquelle assalto a Curupaity.

Seguiram-se dez mezes de treguas, durante os quaes Venancio Flores e Tamandaré se retiraram sendo aquelle pouco depois assassinado em Montevidéo.

D'ahi em diante pode-se dizer que o Brasil supportou sózinho a responsabilidade da guerra.

Em Novembro de 1866 foi nomeado commandante em chefe do exercito brasileiro o bravo marechal Marquez de Caxias e para o commando da esquadra Joaquim José Ignacio, depois Visconde de Inhaúma, que tinha a sua insignia de almirante no couraçado *Brasil*.

O exercito alliado, agora avolumado de voluntarios e patriotas, compunha-se de 36.000 brasileiros, 3.000 argentinos e 1.000 uruguayos.

Conhecida a noticia da nomeação de Caxias para o commando do Exercito, voltou ao campo da lucta o bravo general Osorio.

Por essa época, em Março de 1867, apresentava Lopez ao Brasil uma nova proposta de paz, por intermedio do ministro dos Estados Unidos. Respondeu, porém, Caxias a essa proposta dizendo que o governo brasileiro não entrava em negociações emquanto Lopez se conservasse no poder.

Joaquim José Ignacio (Visconde de Inhaúma)

Recomeçaram as hostilidades, tendo Osorio, depois de renhido combate, occupado Tuyucué no dia 30 de Julho, e, no dia 15 de Agosto a esquadra de Inhaúma atravessava o passo de Curupaity, máo grado o intenso fogo de 22 canhões paraguayos.

Estudava Caxias o meio de transpôr Humaytá, que era uma fortissima fortaleza paraguaya, á margem esquerda do rio Paraguay, em uma curva apertada. Finalmente, no dia 19 de Fevereiro de 1868, emquanto o exercito, sob as ordens dos generaes Alexandre Gomes de Argollo Ferrão e José Antonio Corrêa da Camara atacava vigorosamente por terra a fortaleza, a esquadra, sob as ordens do glorioso almirante Visconde de Inhaúma e do capitão de mar e guerra Delphim Carlos de Carvalho, forçava a passagem da julgada invencivel Humaytá, sob o bombardeio de centenas de canhões inimigos.

Este feito, que constitue um dos mais admiraveis de toda a grande campanha, decidiu, por assim dizer, dos destinos da guerra. Solano Lopez abandonou a fortaleza que julgava inexpugnavel e foi organizar novas linhas de fortificações em S. Fernando, no Tebicuary.

Marcharam os alliados para o acampamento de S. Fernando,

o que motivou levantar Lopez o seu acampamento, indo fortificar-se entre Villeta e Angustura.

Quando os alliados chegaram a Tebicuary, um horrivel espectaculo se lhes deparou. O tyranno tinha feito matar 400 dos seus proprios homens, entre elles o seu irmão Benigno Lopez e o seu cunhado general Barrios.

Rocha Pombo, referindo-se a esse facto escreve: "Sob pretexto de uma conspiração contra o seu poder, ordenára Lopez o sacrificio de perto de 400 homens dos mais notaveis entre os que o tinham servido com a mais perfeita lealdade e dedicação. No numero dos mortos estavam: Carrera, ex-ministro de Estrangeiros do Estado Oriental e que se refugiára no Paraguay quando Flores entrára em Montevidéo; o bispo de Assumpção; o ministro Berges; o consul portuguez; Benigno Lopez, irmão e Barrios, cunhado do proprio dictador; a mulher e a velha mãe do coronel Martinez.

Alexandre Gomes de Argollo Ferrão

Ordenára Lopez taes execuções na vespera de sahir de São Fernando.

E a carnificina continuou durante a marcha de retirada.

Testemunhas irrecusaveis narram os horrores que presenciaram, e asseguram que, sempre que o tyranno se retirava vencido de um campo de batalha, fazia punir e martyrizar todos os prisioneiros, *poupando apenas aquelles que preferia levar comsigo para continuar a martyrizal-os!*

Os officiaes e soldados que voltavam dos combates sem haverem vencido, eram inexoravelmente sacrificados, por mais fieis que tivessem sido sempre á causa daquella sacrilega tyrannia."

A esquadra brasileira subiu então o rio Paraguay, protegendo Caxias que, por terra, abriu caminho através do Chaco, travando no dia 6 de Dezembro do mesmo anno (1868) a batalha da ponte de Itororó, valentemente defendida pelos paraguayos, mas cuja victoria coube aos brasileiros. Entre os feridos do nosso lado contou-se o bravo general Hilario Maximiano Antunes de Gurjão, que, em consequencia desse ferimento, veiu a fallecer em 17 de Janeiro de 1869. Lopez fugiu para Lomas Valentinas.

Seguiram-se outros combates celebres, em que o exercito brasileiro se cobriu de glorias vencendo a batalha de Avahy, em 11 de

Dezembro, na qual Osorio foi ferido. Dez dias depois iniciou-se a batalha de Lomas Valentinas, que durou seis dias, isto é, até ao dia 27, quando os paraguayos foram derrotados, fugindo Lopez para Cerro Leon. Em 30 do mesmo mez tomaram os brasileiros Angustura e, dias depois, em 5 de Janeiro de 1869, entrou Caxias em Assumpção, que não offereceu resistencia.

Quando o exercito brasileiro entrou em Assumpção, a cidade estava quasi deserta.

Um glorioso veterano do Paraguay, filho de Curitiba, o tenente Fidencio Lemos do Prado, assim narra interessante episodio d'esse dia:

"Depois que aquartelamos, convidei o mestre de musica Clarimundo José da Silva e o corneteiro-mór Antonio Roberto e dirigimo-nos ao palacio do dictador Lopez. Ahi chegados, penetramos no interior, não com a idéa de saque, mas para apreciarmos a belleza do edificio que pela sua architectura nos attrahira a attenção. Encontramos, em um compartimento um grande Archivo velho contendo muitos papeis de musica. O mestre de musica e o corneteiro-mór entretiveram-se em escolher papeis de musica, emquanto eu seguia em direcção ao ultimo andar, acabando por entrar em um gabinete que era o escriptorio do Dictador. Ahi encontrei uma bandeira brasileira estendida no soalho, na frente da cadeira do referido Dictador, servindo de tapete. Levantei-a e levei-a commigo. Seriam talvez quatro horas da tarde. A's 5 horas apresentaram-se tres paraguayos — Romão Braga, Occalino Banio e João Martins, que faziam parte do piquete que acompanhava o Dictador e tinham ficado refugiados num arrabalde da cidade. A esses tres paraguayos inqueri como foi que Lopez obtivera aquella bandeira e os tres me affirmaram que quando os paraguayos haviam aprisionado o vapor "Marquez de Olinda", que levava a bordo o Coronel Carneiro de Campos para Matto Grosso, foram tiradas duas bandeiras do alludido vapor. Uma dellas ficara no Quartel General de Humaytá para tapete e outra viera para o palacio de Lopez na capital e destinada á mesma serventia.

Esta ultima, por mim achada nas condições que refiro, guardei-a na minha mochilla e ninguem mais soube do facto, além do mestre da musica Clarimundo J. da Silva e o corneteiro Antonio Roberto.

Quando regressei do Paraguay trouxe commigo a preciosa reliquia e a conservei com carinho em minha casa, como recordação do tempo em que com meu sangue defendi a minha idolatrada Patria."

A bandeira a que se refere a nota acima, foi offertada em fins de Setembro de 1922 ao Museu Historico, encerrada em uma caixa de madeira onde fez o tenente Fidencio gravar em letras douradas a seguinte inscripção: "A' memoria de D. Pedro II — O valor e a constancia".

Vencida a capital paraguaya, passou Caxias o commando das forças ao marechal Guilherme Xavier de Campos e, após convidar os paraguayos a voltarem aos seus lares e a manterem-se em paz, voltou ao Rio, onde chegou em 15 de Fevereiro, recebendo então o titulo de duque pelos inestimaveis serviços que prestára á Patria.

Nesse mesmo anno mandou o governo brasileiro que o ministro José Maria da Silva Paranhos (depois visconde do Rio Branco), fôsse a Assumpção organizar um governo provisorio, constituido pelos proprios paraguayos, que elegeram uma junta composta de Cyrillo Rivalora, Dias de Bedoya e Carlos Loixaga, governo esse que

foi solemnemente installado em Assumpção no dia 15 de Agosto de 1869.

Preferia, porém, Solano Lopez sacrificar toda a nação a render-se e, por isso, retirando-se para a cordilheira de Ascurra, reuniu antigos elementos esparsos e outros novos, formando um novo exercito de cerca de 16.000 homens com 110 boccas de fogo fortificando-se em Peribebuy.

Gaston de Orleáns (Conde d'Eu)

Em 22 de Março de 1869 o Imperador nomeou commandante das forças seu genro, o joven principe Gaston de Orleans (marechal Conde d'Eu) e commandante da esquadra, em substituição ao visconde de Inhaúma, que havia fallecido, o chefe de divisão Elisiario Antonio dos Santos, barão de Angra.

Mezes depois, em 12 de Agosto, foram os paraguayos batidos na batalha de Peribebuy, onde perdemos entre outros, o general Menna Barreto, e nas de Campo Grande e Caquidjurú.

Na primeira perderam os paraguayos: 1.755 homens — 638 mortos e 1.117 prisioneiros — 12 bandeiras e 19 boccas de fogo; na segunda: 4.300 homens — 2.000 mortos e 2.300 prisioneiros — 23 canhões e 42 carros de munição; e na terceira: 2.530 homens — 2.000 mortos e 530 prisioneiros — e 12 boccas de fogo.

José Antonio Corrêa da Camara

Neste periodo assumiu posição de destaque o general José Antonio Corrêa da Camara que, sabendo mais tarde estar o inimigo acampado em Cerro Corá, á margem esquerda do Aquidaban, para lá se dirigiu com os seus soldados. Atacados os paraguayos, foi Lopez — que se defendia apenas com 500 homens — ferido gravemente no ventre por um tiro de revolver disparado pelo tenente do 19º corpo provisorio da guarda nacional Franklin Menna Machado. O general Camara intimou então a Lopez que se rendesse, dizendo-lhe:

"Entregue sua espada. Eu, general que commando estas forças lhe garanto o resto da vida."

Não se submetteu, porém, Lopez, e, ameaçando com a espada o general Camara exclamou vibrando de indignação: *"No me rindo, muero con la patria"*. O general Camara ordenou então aos seus: *"Desarmem este homem e tragam-no para a barraca."*

Apesar da heroica resistencia de Lopez, um soldado do 9º de infantaria conseguiu tirar-lhe a espada, ao tempo em que um outro soldado, João Soares, disparava sua arma contra Lopez, que attingido no hombro, cahira por terra, exhalando o ultimo suspiro.

Solano Lopez

Por essa occasião, um alferes brasileiro, filho de um dos Estados do norte, cortou a orelha esquerda de Lopez, justificando o seu procedimento com esta phrase: *"E' uma promessa que fiz na minha terra, levar a orelha de Lopez!"* Foi isso em 1 de Março de 1870.

Terminou nesse dia a guerra do Paraguay, que custou ao Brasil mais de 100.000 homens e quantia superior a 700 mil contos de réis e ao Paraguay para mais de um milhão de homens.

Dois mezes depois, isto é, em Maio, foi assignado na cidade de Buenos Aires, um tratado de paz entre os alliados (Brasil, Argentina e Uruguay) e o Paraguay.

Accusaram alguns o governo de D. Pedro II por ter acceito essa guerra, que julgavam evitavel. Não somos desse pensar.

Depois da serie de hostilidades praticadas por Lopez contra a nossa soberania, só poderiamos responder — como o grande Floriano Peixoto respondeu um dia aos que o interrogaram como receceberia o desembarque de tropas estrangeiras, a pretexto de garantir interesses: á bala!

Se é justo confessar que tinhamos motivos para fazer esta guerra e que Lopez foi ingrato para com o Brasil, a quem sabia dever a sua patria a autonomia que gosava — pois, como atrás ficou dito, fôra o Brasil que se oppuzera nobremente a que o vandalico João Manoel Rosas o incorporasse aos seus dominios — justo é tambem reconhecer a stoica bravura com que os paraguayos defenderam sempre o solo patrio.

Estava lavada com o nosso sangue a honra do Brasil, aviltada por Lopez, que nos obrigou a consummar quasi o exterminio de um povo heroico que sempre se bateu com galhardia em defesa da patria.

O Brasil fez a guerra a Solano Lopez e não ao povo paraguayo, o que bem se traduz do cabeçalho das nossas ordens do dia: *"Commando em chefe do Exercito em operações contra o governo do Paraguay"*. Solano Lopez, o dictador, era o governo do Paraguay...

CAPITULO XXX

LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

Foi no governo do Imperador D. Pedro II que se verificou, no Brasil, a libertação dos escravos.

Desde 1758, porém, quando o Brasil era ainda colonia portugueza, começaram a surgir ideias contra o trafico de negros africanos e o captiveiro, expressas com a publicação do livro *Ethiope Resgatada*, da lavra do padre Manoel Ribeiro da Rocha, a quem cabe a gloria de ter sido o precursor do abolicionismo no Brasil.

Na conspiração mineira (1789) a libertação dos escravos era um dos objectivos, e em 1823 o projecto da Constituição do Imperio tratava tambem desse assumpto.

Apesar disso só muito depois foi que se realizou esse desideratum, tendo sido o nosso paiz um dos ultimos a fazer a emancipação dos escravos.

No Brasil as raças captivas eram, conforme vimos paginas atrás, a dos indigenas e a dos africanos, havendo pois a escravidão vermelha e a escravidão negra. Aquella, porém, graças aos energicos esforços dos jesuitas, foi sendo pouco a pouco prohibida por leis. Restava apenas a escravidão negra, mais longa e dolorosa que a outra. Começou esta com os descobrimentos portuguezes na Africa, tendo sido o portuguez Gilianes o seu iniciador. Aprisionando nas Canarias alguns homens, escravizou-os e levou-os para a Europa, onde não conseguiu comtudo vendel-os, por ter o Principe Henrique obrigado o pirata a restituil-os á patria onde os tinha encontrado. O exemplo porém, ficou. Outros imitaram Gilianes e dentro em pouco o trafico de negros assumiu grandes proporções, de que demos rapida apreciação ao tratar dos *Palmares* (capitulo XIII).

A principio todas as nações civilizadas, durante as primeiras épocas coloniaes, toleraram esse facto. Com o correr dos tempos, porém, foram alguns paizes extinguindo tal pratica.

Coube á Inglaterra — que havia sido a nação mais exploradora

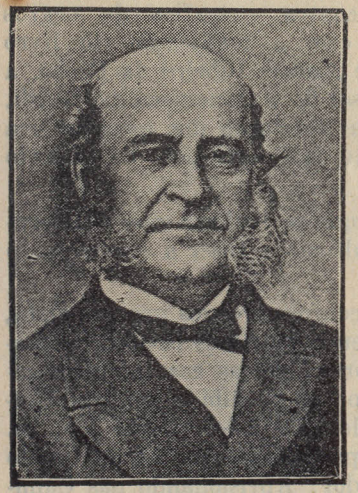
do trafico africano — o mais brilhante papel na campanha iniciada para a extincção desse infame commercio.

Em 1826 comprometteu-se o Brasil com a Inglaterra a abolir o trafico africano, compromisso esse que foi ratificado pela lei de 7 de Novembro de 1831.

Apesar disso, porém, não observamos as clausulas daquelle convenio, permittindo que durante cêrca de 20 annos continuasse a infamante importação de escravos, que attingiu á cerca de uns 800.000.

Attendendo aos protestos da Inglaterra, promulgou o governo a lei de 4 de Setembro de 1850, referendada pelo eminente estadista Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara, que reprimiu aquelle trafico, impondo penas severas aos contrabandistas.

Infelizmente, porém, teve a Inglaterra motivos para desconfiar que a lei não fosse executada com grande lealdade, razão por que, constituida em protectora dos negros africanos — decretou por sua vez, por intermedio do seu ministro Aberdeen, uma lei sujeitando os navios e subditos brasileiros suspeitos de traficantes de escravos ao julgamento dos tribunaes inglezes, sendo punidos como piratas.



José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)

Essa lei ficou conhecida pelo nome de *bill Aberdeen*.

Em 5 de Junho de 1854, uma nova lei brasileira, obtida por Nabuco de Araujo, então Ministro da Justiça, autorizou mais decisiva perseguição aos traficantes, e, em 1871, no dia 28 de Setembro, foi promulgada a lei n. 2.040, chamada *Lei do ventre livre*, pelo eminente estadista José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, então chefe do gabinete, que, tendo iniciado o governo em 7 de Março de 1871, nelle se conservou até 24 de Junho de 1875.

Por essa lei, approvada e sanccionada por D. Izabel, Princeza Regente, durante a ausencia de seu pae, D. Pedro II, eram declarados livres os filhos de mulher escrava nascidos d'aquella data em diante.

Essa lei não devia ter tido, como teve, o nome de *lei do ventre livre*, pois, de facto não o era, para o que basta ler o § 1º do art. 1º da mesma, que assim estava redigido:

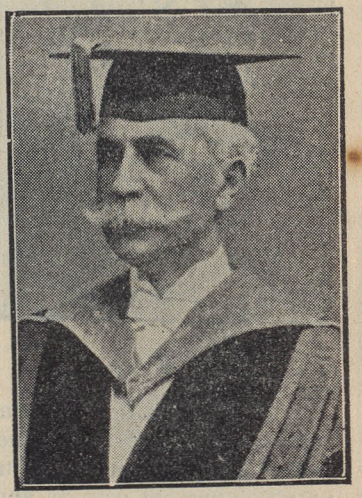
"Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão a obrigação de creal-os e tratal-os até a idade de oito annos completos.

Chegando o filho da escrava a esta edade, o senhor da mãe terá a opção ou de receber do Estado a indemnização de 600$, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a edade de vinte e um annos completos.

No 1º caso o governo receberá o menor e lhe dará destino em conformidade da presente lei.

A indemnização pecuniaria acima fixada, será paga em titulos de renda com o juro annual de 6 %, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos."

Esta lei não satisfazia ainda o desejo dos verdadeiros abolicionistas, que continuaram com a sua campanha em prol da definitiva libertação dos escravos, grandemente auxiliada pela obra poetica do saudoso bahiano Antonio de Castro Alves, chamado o poeta dos escravos.



Joaquim Nabuco

No dia 9 de Julho de 1880, por iniciativa de Joaquim Nabuco, foi fundada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, ao mesmo tempo que nas praças publicas, nas tribunas, na imprensa, nos theatros, emfim por todos os logares era intensa a campanha que havia de libertar um dia o Brasil dessa negra mancha que nos deprimia como povo culto. E assim, por decreto n. 3.270 de 28 de Setembro de 1885, conseguiu-se mais um passo com a sancção da lei obtida pelo ministerio presidido por José Antonio Saraiva e pela qual eram declarados livres os escravos maiores de 60 annos.

Um anno antes, isto é, em 25 de Março de 1884, a provincia do Ceará, então governada pelo Dr. Satyro Dias, num gesto de grande amor á liberdade, emancipou todos os seus escravos em numero de 34.000, no que foi seguida, logo depois, em 20 de Junho, pela do Amazonas, então governada pelo Dr. Theodureto Souto, e pela do Rio Grande do Sul, em 7 de Setembro.

Em 5 de Janeiro de 1885 deu-se a tentativa de empastellamento da *Gazeta da Tarde*, órgão official do abolicionismo, e, dias depois, em 26, por occasião da chegada ao Rio de Janeiro do brilhante jurisconsulto e abolicionista Dr. Joaquim Nabuco, recebeu elle calorosa manifestação popular em que se fez ouvir a palavra do grande José do Patrocinio.

Dous annos depois, em 1887, retirava-se Patrocinio da *Gazeta da Tarde*, fundando em 28 de Setembro a *Cidade do Rio*, um dos grandes baluartes do abolicionismo.

Em principio de 1888 recrudesceu o movimento, e nas ruas o povo resistia heroicamente contra a captura dos escravos, que aos milhares fugiam das fazendas. O exercito, por influencia de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, recusou-se a perseguil-os. Era já, portanto, impossivel soffrear o movimento abolicionista, sem duvida a mais brilhante e patriotica das campanhas que se têm visto no Brasil.

José do Patrocinio

Por essa época, a 10 de Março, cahiu o ministerio presidido por João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe), que havia substituido o de Saraiva a 20 de Agosto de 1887. Chamou então a Princeza Regente o senador João Alfredo Corrêa de Oliveira para presidir o novo ministerio, organizado em 10 de Março do mesmo anno (1888).

Dias depois, em 19, era publicado aqui no Rio, n'*O Paiz*, o resultado da conferencia que Joaquim Nabuco tivera com o Papa Leão XIII, em Roma, na qual pedira ao Summo Pontifice que désse uma palavra em pról da abolição no Brasil.

Leão XIII collocou-se a favor do abolicionismo, exhortando os nossos bispos e, assim, com o apoio da Igreja Catholica, o movimento abolicionista augmentou os seus triumphos.

No dia 8 de Maio, o ministro da Agricultura, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, compareceu á sessão da Camara, e, tomando assento á direita do presidente, leu o seguinte:

"Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação: — Venho em nome de Sua Alteza a Princeza Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, apresentar-vos a seguinte proposta:

Art. 1º. — *E' declarada extincta a escravidão no Brasil.*

Art. 2º. — *Ficam revogadas as disposições em contrario.* — Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1888. — *Rodrigo A. da Silva.*"

Terminada a leitura sob ruidosos applausos, Joaquim Nabuco assomou á tribuna e requereu que fosse designada uma commissão de cinco membros para dar parecer sobre a proposta, que acabava de ser apresentada.

Approvado o requerimento de Nabuco, foram designados membros dessa commissão, além do autor do requerimento, os senhores Affonso Celso Junior, Gonçalves Ferreira, Duarte de Azevedo e Alfredo Corrêa.

Dentro de poucos minutos, em parecer unanime — onde se affirmava que "não era mais possivel retardar nem um só momento a longa aspiração do povo brasileiro" — apresentou a commissão o seu voto favoravel á approvação do projecto, tendo sido requerida urgencia para a discussão do mesmo, que foi finalmente approvado na sessão do dia 10, por 83 votos contra 9.

Remettido para o Senado, foi ali approvado em ultima discussão no dia 13, domingo.

Ao saberem da approvação do projecto, as sociedades abolicionistas e o povo em geral invadiram o recinto das sessões, prorompendo em enthusiasticos applausos. "Das tribunas, diz o historiador padre Raphael Galanti, cahiam nuvens de flores; o pranto de alegria, os risos, as acclamações, as effusões irrompiam de toda parte".

D. Izabel, filha de D. Pedro II

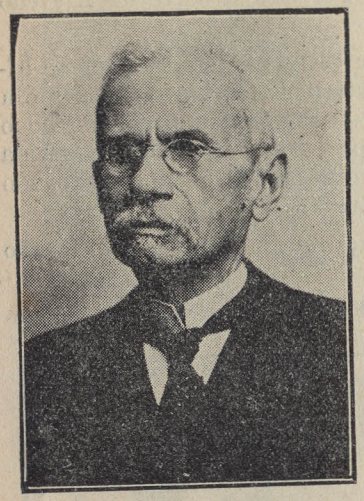
A's tres horas da tarde, no Paço da Cidade, hoje Repartição Geral dos Telegraphos, era o projecto convertido em lei com o numero 3.353, e com a assignatura da Princeza Regente D. Izabel, que foi nesse dia cognominada a *Redemptora*.

A lei — que desde logo passou a ser designada — a lei aurea — estava traçada em bello pergaminho, artistico trabalho do famoso calligrapho Leopoldo Hech, e foi assignada pela princeza com uma penna de ouro, adquirida por subscripção popular, a 500 réis por cabeça, por iniciativa do dr. Luiz Pedro Drago, professor de mathematica no Collegio Pedro II.

"Ao terminar o acto, José do Patrocinio, o grande tribuno da abolição, exclamou: *"Meu Deus! Já não ha mais escravos em minha*

terra!", e allucinado, chorando, ajoelhando-se aos pés da Princeza, proferiu arrebatador discurso que arrancou, entre lagrimas, vehementes applausos da immensa multidão circumstante." (*)

A D. Izabel foi então offertado por José de Seixas Magalhães um lindo *bouquet* de alvissimas camelias, dizendo ella com grande emoção: "Seria hoje o dia mais feliz de minha vida se meu extremoso pae não se achasse enfermo; mas espero em Deus que em breve elle regresse bom á nossa patria."



João Alfredo Corrêa de Oliveira

A 13 de Maio de 1888 ficou, pois, o Brasil definitivamente liberto dessa infamante nodoa que manchava a nossa Historia.

E' justo que não esqueçamos os nomes daquelles que mais se bateram por essa santa causa, quer no parlamento, quer na imprensa ou na praça publica.

Recordemol-os: José do Patrocinio, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, José Nabuco de Araujo, Ferreira de Araujo, Benjamin Constant, João Alfredo, Teixeira Mendes, Antonio Prado, José Antonio Saraiva, Affonso Celso, Joaquim Serra, Souza Dantas, Luiz Gama, Torres Homem, Carlos de Lacerda, Zacharias de Góes, André Rebouças, Ennes de Souza, Vicente de Souza, Pimenta Bueno, Alexandre Stockler, Antonio da Silva Marques, Cyro de Azevedo, Miguel Lemos, Antonio Bento, João Clapp, Gusmão Lobo, Sizenando Nabuco, João Cordeiro, José Ferreira de Menezes, José Marianno, Luiz Pedro Drago, Bricio Filho, José de Seixas Magalhães, Antonio Azeredo, Beaurepaire Pinto Peixoto, e muitos outros.

Dos que ahi ficam, poucos sobrevivem ainda.

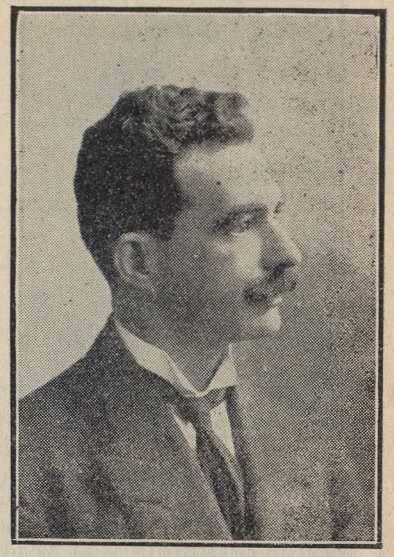
E' de justiça, porém, que a esses nomes juntemos o de mais um nosso patricio, sempre lamentavelmente esquecido pelos que escrevem sobre o assumpto. Não se deve olvidar o nome do brilhante escriptor carioca, Francisco Moreira de Vasconcellos, a quem a Abolição deve serviços innumeros.

O illustre autor da *Tragedia no Eito*, versos abolicionistas, foi sempre incansavel protector dos miseros escravos.

(*) Conde de Affonso Celso.

Moreira de Vasconcellos deixou um espolio de cerca de 80 obras, entre as quaes o seu bello drama historico, "A descoberta do Brasil", premiado em concurso e mandado imprimir em 1900 pelo Instituto Historico e Geographico da Bahia, por occasião da commemoração do quarto centenario do Brasil.

Já estavam escriptas as linhas acima quando uma casualidade fez com que me viesse ás mãos um exemplar do dia 25 de Julho de 1919 do matutino *A Razão*, onde, relembrando a data de nascimento de Moreira de Vasconcellos, que então passava, dizia aquelle órgão da nossa imprensa o seguinte, para cuja transcripção peço venia:



Silva Marques

"Por mais de uma vez temos notado, nas referencias que os nossos escriptores e jornalistas fazem daquelles que estiveram envolvidos na campanha da Abolição e da Republica, o criminoso esquecimento do nome de Moreira de Vasconcellos, que tudo fez pela victoria destas nobres causas do Brasil. Ainda ha pouco, a proposito da gloriosa data de 13 de Maio, observamos com pesar que, entre os nomes citados de muitos dos seus companheiros de luctas pela abolição dos escravos, o abnegado abolicionista não mereceu uma simples referencia nas commemorações do dia. Dirão, talvez, não ser possivel mencionar-se os nomes de todos aquelles que tomaram parte nessa campanha reivindicadora.

De accôrdo; mas, ainda assim, ha logar para estranheza, sabendo-se quanto esse incansavel patricio luctou e agiu em todas as provincias do antigo Imperio, para que aquellas causas humanas e dignas fossem como foram, uma brilhante realidade.

Tendo percorrido por mais de uma vez, como emprezario dramatico, quasi todo o Brasil, por toda a parte fazia Moreira de Vasconcellos a propaganda dos seus nobres ideaes, ora por meio de peças que escrevia para theatro, ora por meio de artigos que enviava para a imprensa local.

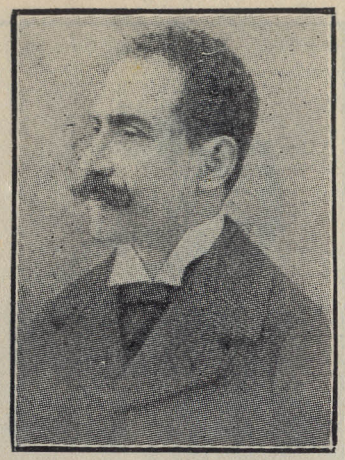
Quantos infelizes escravizados não ajudou elle a libertar com o producto de espectaculos que realizava em favor de sociedades abolicionistas?

De muitas, guardava elle, com verdadeiro carinho, honrosos diplomas e offerendas portadores da gratidão dessas sociedades, pelos seus altos e inestimaveis serviços prestados á humanitaria causa da Abolição. Consulte-se as collecções de jornaes desse tempo, em todo o Brasil, e por toda parte resaltará o ardor e o desinteresse do illustre abolicionista republicano.

Aqui mesmo, terra feliz de seu berço, e onde nem sempre podia

permanecer muito tempo, por motivo de seus affazeres de emprezario dramatico, quantos serviços não prestou elle á Abolição e á republica?

Vivem ainda, felizmente, muitos dos seus antigos amigos e companheiros desse tempo, como Lopes Trovão, Nilo Peçanha, Julio do Carmo, Lauro Müller, Evaristo de Moraes e outros, que podem testemunhar o seu amor a esses nobres ideaes, hoje tão mal recompensados pela indifferença dos seus compatriotas.



Francisco Moreira de Vasconcellos

Justo é, pois, que nesta data de seu natalicio se reivindique para seu nome a parcella de gloria a que elle adquiriu incontestavel direito, pelo seu talento e pelo seu esforço, em favor destas grandes conquistas de que hoje nos orgulhamos.

Moreira de Vasconcellos (F.) falleceu em Pernambuco, a 23 de Fevereiro de 1900, legando ao nosso theatro e ás nossas letras um espolio de setenta e tantas producções de valor, entre as quaes o poema republicano "Espectro do Rei", publicado no tempo em que era perigoso falar-se em republica, no Brasil, os dramas "Tiradentes", "Joanna Ferraz", "Irmã de Caridade", "Alma Negra", e muitos outros representados com successo em quasi todos os Estados do Brasil.

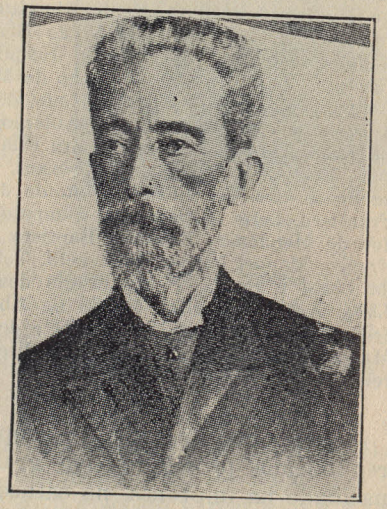
Vasconcellos foi um luctador, um patriota que muito se interessou por tudo quanto se referia á grandeza de sua patria, á qual, no emtanto, parece nem ter dado pela passagem desse digno filho, que tanto procurou honral-a e engrandecel-a."

CAPITULO XXXI

HISTORICO DAS IDEIAS REPUBLICANAS NO BRASIL. PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

Desde o tempo do Brasil colonia que se manifestavam aqui as ideias republicanas. Comtudo, foi depois de terminada a guerra do Paraguay, em 1870, que começou a grande propaganda republicana, que acabou por derrubar a monarchia em 1889.

Na phase colonial sobresaem as manifestações republicanas levadas a effeito em Minas Geraes (em 1720 e em 1789) e em Pernambuco (revolução de 1817) e que deram em resultado a morte dos cabeças daquelles movimentos, conforme vimos ao tratar de taes pontos.



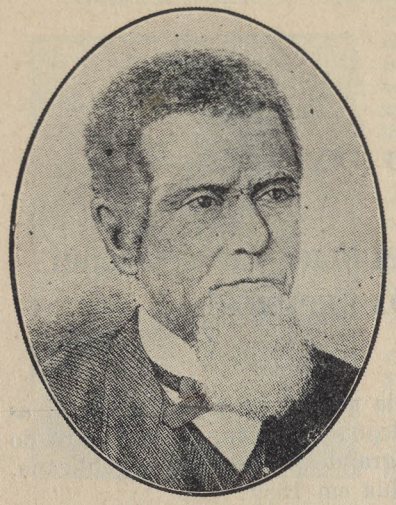
Quintino Bocayuva

Proclamada a Independencia, constituindo-se o Brasil em Imperio, continuaram de pé as ideias republicanas, attestadas pela revolução de Pernambuco (1824) conhecida pelo nome de Confederação do Equador, pela revolução chefiada pelo major Miguel de Frias (1832) e pelas luctas civis na Bahia (A Sabinada) e no Rio Grande do Sul (guerra dos Farrapos).

Sobre todos esses acontecimentos já tivemos occasião de falar.

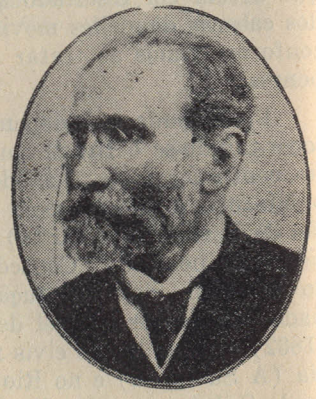
Vejamos agora como, a partir de 1870, isto é, depois de terminada a guerra do Paraguay, se conduziram as ideias republicanas; este é exactamente, como já dissemos, o periodo em que a propaganda attingiu ao apogeu.

Naquelle anno (1870) foi fundado no Rio de Janeiro um Club Republicano, e o jornal *A Republica* (*), sendo lançado ao povo um manifesto conhecido pelo nome de *Manifesto de 70*.



Saldanha Marinho

Esse *manifesto* foi assignado pelas seguintes pessoas: Joaquim Saldanha Marinho, Augusto Cesar de Miranda Azevedo, Elias Antonio Freire, Joaquim Garcia Pires de Almeida, Aristides da Silveira Lobo, Christiano Benedicto Ottoni, Flavio Farnese, Pedro Antonio Ferreira Vianna, Lafayette Rodrigues Pereira, Bernardino Pamplona, João de Almeida, Pedro Bandeira de Gouvêa, Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu, Eduardo Carneiro de Mendonça, Julio V. Guttierrez, Candido Luiz de Andrade, José Jorge Paranhos da Silva, Emilio Rangel Pestana, Antonio Nunes Galvão, José Lopes da Silva Trovão, Macedo Sodré, Manoel Marques da Silva Acauan, Jeronymo Simões, Joaquim Mauricio Abreu, Quintino Bocayuva, Miguel Vieira Ferreira, Pedro Rodrigues Soares de Meirelles, Julio Cesar Freitas Coitinho, Alfredo Moreira Pinto, Carlos Americano Freire, José Teixeira Leitão, João Vicente de Brito Galvão, José Maria de Albuquerque Mello, Gabriel José de Freitas, Joaquim Heleodoro Gomes, Francisco Antonio Castorino de Faria, José Caetano de Moraes e Castro, Octaviano Hudson, Luiz de Souza Araujo, João Baptista Laper, Antonio da Silva Netto, Antonio José de Oliveira Filho, Francisco Peregrino, Viriato de Medeiros, Antonio de Souza Campos, Mariano Antonio da Silva, Francisco Leite Bittencourt Sampaio, Salvador de Mendonça, Eduardo Baptista Roquete Franco, Manoel Benicio Fontenelli, Telles José da Costa e Souza, Paulo Emilio dos Santos Lobo, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Alfredo Gomes Braga, Francisco C. de Boizio, Manoel Marques de Freitas, Luiz Vieira Ferreira e Thomé Ignacio Botelho.



Aristides Lobo

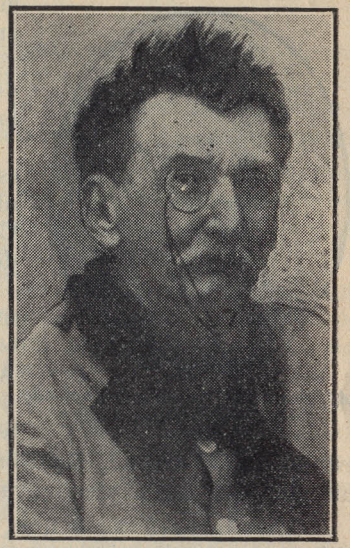
Nos annos seguintes a propaganda republicana proseguiu com grande tenacidade na imprensa, na cathedra, nos comicios e nas tribunas das conferencias, trabalhada sobretudo pelas palavras de Lopes Trovão, Quintino Bocayuva, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Silva Jardim, Ubaldino do Amaral, Sampaio Ferraz, Francisco Glycerio, Nilo

(*) O primeiro numero foi publicado a 3 de Dezembro de 1870.

Peçanha, Alberto Torres, Campos Salles, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Assis Brasil, José do Patrocinio e muitos outros.

Taes raizes começou a crear na opinião publica o partido republicano, que o governo teve a infeliz ideia de mandar assaltar em 1873, a typographia d'*A Republica*. Felizmente não se seguiram a esse acto outros iguaes, pois é justo confessar que D. Pedro II censurou esse procedimento, dizendo que *"os abusos da imprensa curam-se com a propria imprensa."*

Todavia não se verificou a punição immediata dos culpados, o que fez com que mais se avolumasse o partido republicano, surgindo novos jornaes que combatiam ardorosamente em pról da Republica; entre estes conta-se a *Gazeta da Noite*, fundada em 1879, a esforços do Dr. Ferreira Leal e tenente Joaquim Pedro da Costa e da qual foi director o grande tribuno Dr. Lopes Trovão.



Lopes Trovão

Foi por essa época que surgiu o chamado *imposto do vintem*, taxa que devia ser cobrada em cada passagem de bond.

Lopes Trovão combateu ardorosamente esse imposto, não só na imprensa como na praça publica, realizando um formidavel "meeting" a que assistiram mais de 8.000 pessoas, nas proximidades do Palacio do Imperador, em S. Christóvão.

Terminado o seu discurso, leu Lopes Trovão uma representação que devia ser entregue a D. Pedro, mas quando a massa popular, tendo á frente o ardoroso tribuno, se dirigia para o Palacio Imperial, teve os seus passos embargados pelo delegado de policia dr. Felix da Costa, que declarou não consentir que continuassem em direcção ao Palacio.

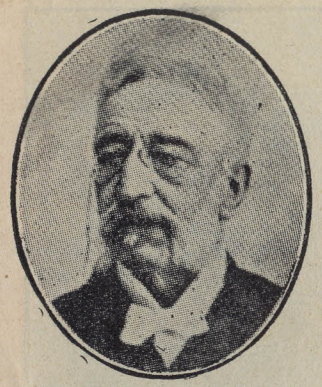
Voltou então o povo para a cidade, e quando já se encontrava nas immediações do antigo Matadouro, hoje praça da Bandeira, foi ahi surprehendido por um mensageiro do Paço, que declarou a Lopes Trovão estar D. Pedro disposto a recebel-o e a uma commissão. O joven tribuno não acceitou, porém, o offerecimento, declarando ao mensageiro: *"Ide e dizei a S. M. o Imperador e vosso amo, que um povo digno como este que ahi vêdes, não volta nunca, sobretudo quando o escorraçam como turba de lacaios e desordeiros! Ide! Dizei ao Imperador que emquanto eu estiver á testa da*

multidão, como seu director, me esforçarei por demonstrar-lhe que a soberania nacional reside no povo e não na Corôa".

Seguiram-se muitos outros "meetings" e assim foram as ideias republicanas ganhando terreno.

Nas eleições de 1884 conseguiram os republicanos fazer um deputado em Minas Geraes (Alvaro Botelho) e dois em S. Paulo (Prudente de Moraes e Campos Salles). Mais tarde outros elementos republicanos foram fazendo parte do Parlamento, como Saldanha Marinho, que em 1887 foi eleito senador por S. Paulo.

Continuava intensa a propaganda, quando se deu a queda do ministerio João Alfredo, chamando o Imperador para organizar o novo governo Affonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), que formou o *Gabinete de 7 de Junho de* 1889.



Affonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)

Quatro dias depois de organizado este ministerio, isto é, no dia 11 de Junho, apresentou-se pela primeira vez no Congresso o visconde de Ouro Preto, tendo sido a sessão muito tumultuosa.

Gomes de Castro apresentou uma moção pedindo que a Camara recusasse a confiança ao gabinete Ouro Preto. A favor della falaram os eloquentes deputados Cesario Alvim e padre João Manoel de Carvalho, aquelle por Minas e este pelo Rio Grande do Norte, tendo o ultimo proferido violento discurso que assim terminava:

"Não tardará muito que, neste vastissimo territorio, no meio das ruinas das instituições que se desmoronam, se faça ouvir uma voz nascida espontanea do coração do povo brasileiro, repercutindo em todos os angulos deste grande paiz, penetrando mesmo no seio das florestas virgens, bradando energica, patriotica e unanimemente: — Abaixo a Monarchia e viva a Republica!"

Ouro Preto protestou, bradando: "Viva a Republica! Não! Viva o Imperio!"

A confusão que se estabeleceu foi medonha, pois a propaganda republicana passara, assim, da praça publica para o proprio recinto do Congresso.

Pouco depois Ouro Preto dissolvia a Camara, convocando outra para Novembro.

Aproveitaram-se habilmente os republicanos desse facto em favor da propaganda republicana.

Em Setembro desse mesmo anno (1889) deu-se um incidente entre Ouro Preto e o commandante da guarda do Thesouro, tenente Carolino, de que resultou a prisão deste.

Irritaram-se ainda mais os militares, que desde 1870, desgostosos com a monarchia, vinham-se mostrando inclinados por uma nova fórma de governo.

Na Escola Militar, o professor tenente-coronel Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães não escondia aos alumnos as suas ideias republicanas, e como tivessem os moços estudantes verdadeira veneração por aquelle professor, dentro em pouco o coração dos estudantes militares abrigava a ideia de concorrer para derrubar o regime monarchico.

Por essa época, tendo o governo negado permittão aos officiaes do exercito para se manifestarem pela imprensa, sem consentimento do ministro da guerra, augmentou o numero de descontentes, o que deu motivo a uma série de factos, vulgarmente conhecidos pelo nome de *questão militar*.

Benjamin Constant

Tal descontentamento veiu augmentar o partido republicano, já muito grande desde a abolição dos escravos, pois os senhores e fazendeiros, vendo-se privados do concurso desses trabalhadores, attribuiram a sua desgraça ao Imperador e alistaram-se nas fileiras republicanas.

A situação da monarchia tornava-se cada vez peor, tendo-se aggravado sobretudo em Outubro de 1889.

Nessa época estava ancorado no porto do Rio de Janeiro o navio chileno *Almirante Cochrane,* cujos officiaes, em companhia do nosso ministro da guerra interino, Conselheiro Candido de Oliveira, visitaram em 23 de Outubro a Escola Militar. Ahi o professor tenente-coronel Benjamin Constant, num vibrante discurso, protestou "contra a pecha de indisciplina, insubordinados e desordeiros, que os partidarios do governo atiravam constantemente á face do Exercito."

Como testemuho de solidariedade com o mestre, os alumnos, no dia 26 de Outubro, ao iniciar-se a aula, cobriram Benjamin Constant de flores, saudando-o enthusiasticamente, promettendo Benjamin Constant não parar nem ante a reacção na praça publica se os desmandos do governo chegassem "á conspiração contra os direitos e

o brio do Exercito, incompativel com a dignidade de uma classe patriotica e que amava estremecidamente sua Patria."

Tendo o governo ordenado em 1º de Novembro a partida do 22º batalhão para o Amazonas, o que foi feito a bordo do paquete *Maranhão*, mais se irritaram os animos.

Reuniram-se os officiaes no Club Militar, ficando secretamente estabelecido no dia 9 de Novembro de 1889 a quéda do regimen monarchico, tendo sido Benjamin Constant encarregado de executal-a.

Entretanto, varios jornaes começaram a pregar francamente as ideias republicanas, sobretudo *O Paiz*, onde brilhavam os artigos do saudoso Quintino Bocayuva.

Tratou Benjamin Constant de conseguir o apoio do marechal Deodoro da Fonseca, cujo prestigio em todo o exercito era indiscutivel.

Na casa de Deodoro (no Campo de Sant'Anna, onde funcciona hoje o Prytaneu Militar), reuniram-se no dia 11 de Novembro de 1889 Benjamin Constant, Aristides Lobo, Quintino Bocayuva, Francisco Glycerio, Ruy Barbosa, o general Cantuaria, o major Frederico Solon Ribeiro, o almirante Wandenkolk, Frederico Lorena e outros, ficando combinadas as medidas necessarias, não sem um certo trabalho de Benjamin Constant, que, só após alguns esforços, conseguiu vencer os escrupulos de Deodoro, pois este era apenas apologista da revolução que derrubasse o gabinete Ouro Preto, e só depois de ouvir longamente Benjamin Constant, que era a alma do movimento republicano, foi que deixou escapar as suas primeiras palavras em prol da Republica:

Deodoro da Fonseca

"Eu respeito muito o Imperador, está velho e eu queria acompanhar-lhe o caixão ao cemiterio, mas já que elle quer, faça-se a Republica!"

Naquella mesma noite, 32 officiaes do 1º e 9º regimentos de cavallaria, reunidos no segundo andar da casa 131 da rua S. Christóvão, firmaram um pacto de solidariedade com Benjamin Constant.

No dia 14, á tarde, por volta das 5 ½, o major Solon Ribeiro, que era de opinião que a revolta devia rebentar immediatamente,

procurou precipitar os acontecimentos, espalhando na rua do Ouvidor o boato de que o governo, sciente do que se preparava, havia mandado prender Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant.

A's 7 horas da noite, já o boato, levado pelo tenente Manoel Joaquim Machado e alferes Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, andava pelos corpos da 2ª Brigada do Exercito, e como sempre acontece em casos taes, corria exageradissimo, fazendo crêr que o governo expedira ordens á Policia e á Guarda Negra para atacar os quarteis.

Passavam já das 10 horas quando o major Solon Ribeiro, procurando sempre accelerar a marcha dos acontecimentos, appareceu na 2ª Brigada, e mentirosamente declarou ter vindo de uma conferencia com Deodoro e Benjamin que ordenavam estivesse a 2ª Brigada prompta para sahir ao primeiro signal.

Precipitados os acontecimentos, foi o tenente Adolpho Peña Filho enviado ás 2 horas da madrugada do dia 15, á casa de Benjamin, levando-lhe a noticia de que já estavam revoltados os quarteis.

Pouco depois tomava Benjamin Constant um carro em direcção a S. Christóvão, emquanto seu irmão que com elle morava, o major Marciano, seguia para a Praia Vermelha, a assumir o commando da Escola Militar.

Avisado Benjamin, seguiu o tenente Peña para a casa de Deodoro, que embora gravemente enfermo attendeu ao appello que lhe faziam, tomando um carro, rumo de S. Christóvão.

Por essa occasião, já Benjamin Constant, á frente da 2ª Brigada, marchava de S. Christóvão para o campo da Acclamação (hoje praça da Republica), dando-se em caminho o encontro da brigada com Deodoro, que á mesma se juntou, com ella regressando á cidade.

Na praça 11 de Junho a brigada fez alto, e, no proposito de saber o que occorria no campo da Acclamação, para ali enviou Deodoro uma escolta de oito soldados, armados de carabinas, sob as ordens de um official de sua confiança.

Regressando pouco depois esse official, — que era o capitão Godolphim, do 1º Regimento de Cavallaria, — foi Deodoro informado do que se passava nas immediações do quartel general, em cujo pateo interno, bem como na frente do edificio, estavam formadas as forças do governo, compostas de uns 2.000 homens.

Ordenou então Deodoro que a 2ª Brigada continuasse a marcha, partindo da praça 11 de Junho em direcção ao Campo.

Na esquina da rua Visconde de Itaúna montou Deodoro a cavallo e á frente das forças anti-governamentaes entrou no campo da Acclamação. Eram 9 horas da manhã.

"Ao entrar no Campo, quando passava, diante das forças de policia da côrte e de imperiaes marinheiros, que acabavam de ser collocados no angulo em que se acha a estação da estrada de ferro, o marechal virou-se energicamente para elles, e vendo-os indecisos, per-

guntou com vóz de commando: — *Então não fazem continencia?* Nesse momento, o major Valladão, que commandava a infantaria de policia, ergueu um viva a Deodoro, viva que foi correspondido; e então a tropa fez a continencia da ordenança. Este facto, embora pequeno em si, teve grandes consequencias, e póde affirmar-se que foi um grande passo para o triumpho dos republicanos. Estava neste interim o brigadeiro Almeida Barreto dispondo as forças do governo sob o seu commando, no angulo correspondente á estrada de ferro, onde essas forças permaneceram impassiveis até o desfecho do drama. O marechal Deodoro mandou desenvolver a segunda brigada em frente ao quartel general, e determinou que as quatro peças de artilharia da esquerda obliquassem em direcção ás forças do governo para mantel-as em respeito." (*)

Foi neste momento que surgiu no local o *coupé* do ministro da marinha José da Costa Azevedo (barão do Ladario), que de volta do Arsenal de Marinha, onde fôra dar providencias, regressava ao Quartel General para se reunir com os seus collegas de ministerio que ali estavam.

Avistando o *coupé* ministerial, exclamou Deodoro: *"E' o Ladario!"* E em seguida, dirigindo-se ao tenente Adolpho Peña Filho, ordenou: *"Prenda o barão"*.

"Partindo a galope saltou o tenente do cavallo, e intimou a ordem de prisão a Ladario, no instante em que este sahia do carro. Sem responder palavra, tirou o barão do bolso um revolver, apontou e disparou contra o tenente quasi á queima roupa, mas a arma negou fogo. Fazendo Peña um movimento instinctivo, apresentou o flanco ao barão, e resguardou a cabeça com o braço esquerdo, emquanto com a mão direita sacava o revolver da cintura e disparava contra o ministro da Marinha. Tendo-se o marechal Deodoro dirigido para o grupo, o barão disparou contra elle, que sentiu passar-lhe a bala pelo lado direito da cabeça. Já o barão se ia retirando quando o piquete do marechal lhe disparou alguns tiros. Então apressou o passo, e foi cahir perto do armazem da esquerda, no canto da rua S. Lourenço, onde tratou de entrar, mas houve quem de dentro se oppoz e fechou a porta. Diversos soldados quizeram matal-o a coronhadas, mas Deodoro acudiu bradando: *"Soldados, não matem o barão!"* (*)

Mesmo assim, recebeu Ladario diversos ferimentos, ficando estendido sobre a calçada, quando delle se aproximou o joven estudante Carlos Vieira Ferreira, alumno do 6º anno do Collegio Pedro II, que com a ajuda de alguns populares transportou o ministro para o saguão do palacio Itamaraty, de onde mais tarde, em bonde fechado, para o qual fôra removido numa padiola, seguiu para sua residencia, nas Laranjeiras.

Emquanto taes factos occorriam, Deodoro, em frente ao portão

(*) Raphael Galanti — Historia do Brasil. Tomo V.

do quartel-general, conferenciava com o brigadeiro Almeida Barreto, commandante das forças do governo!

Em seguida mandou o marechal que o tenente coronel João Baptista Silva Telles, commandante do 1º Regimento de Cavallaria e interinamente da 2ª Brigada, fosse em nome desta ao Quartel General exigir a retirada do Ministerio.

Apresentando-se ao visconde de Ouro Preto, que era o presidente do gabinete ministerial, perguntou-lhe este: *"Que querem os senhores?* ao que Silva Telles respondeu: *"A brigada quer a retirada do ministerio.*

Diante do que acabava de ouvir, ordenou Ouro Preto a Floriano Peixoto: *"Senhor ajudante general, faça retirar o marechal Deodoro. Em que caracter vem elle aqui com força armada? Disponha da força que ali está, senhor ajudante general."*

"O general Floriano buscou ganhar tempo indo e vindo da sala dos ministros para a varanda contigua, descendo as escadas, percorrendo a cavallo a frente da força estacionada no pateo do interior do quartel, etc., etc. Reparando o primeiro ministro nesta indecisão, dirigiu-se ao general Almeida Barreto, dizendo-lhe: — *General, ali está o marechal Deodoro revoltado contra o governo; faça-o retirar daqui. Cumpra o seu dever, que eu saberei cumprir o meu. — Vossa excia. verá como eu sei cumprir os meus deveres* — respondeu o general Barreto, dando á sua voz um tom de ironia; e retirou-se, firmemente resolvido a não trahir os seus camaradas. Dirigiu-se em seguida Ouro Preto de novo ao general Floriano juntamente com o ministro da Guerra (o visconde de Maracajú) e ambos positivamente lhe ordenaram que rechassasse o marechal Deodoro. Ao ouvir esta ordem, o joven tenente de cavallaria Felippe Camara, ajudante de ordens de Floriano e filho do visconde de Pelotas, disse ao ministro com vivacidade: *Senhor Ministro, v. ex.ª já reflectiu bem sobre as ordens que está dando? Ellas podem produzir uma horrivel e inutil carnificina! — Este official* — disse então o primeiro ministro ao seu collega da guerra — *faltou ao seu dever: cumpra v. ex.ª o seu* — insinuando deste modo a prisão immediata do tenente Camara. Sendo então informado do cargo que o tenente exercia junto ao ajudante-general, e conhecendo dahi que tambem este alto funccionario devia estar animado dos mesmos sentimentos de benevolencia para com os seus camaradas da revolta, sentiu cahir a venda dos olhos, e comprehendeu todo o alcance do perigo que corriam o governo, e, talvez, as proprias instituições monarchicas. Quiz, todavia, fazer um esforço supremo perante o general Floriano, buscando estimular-lhe os brios. Disse-lhe, pois, com emphase: — *General, já o sr. no Paraguay era um valente e tomava boccas de fogo ao inimigo. Faça agora outro tanto tomando aquellas que ali estão"* — apontando para aquellas que commandava o marechal Deodoro. —

"As boccas de fogo no Paraguay, sr. ministro — replicou Floriano — *eram inimigas: aquellas que v. exª. está vendo são brasileiras... Fique v. exª. sabendo mais que estes galões, que trago nos punhos, foram ganhos nos campos de batalha, e por serviços prestados á nação, não a ministros."* Esta resposta categorica dissipou as ultimas duvidas que ainda podiam pairar no espirito de Ouro Preto, o qual, depois de ouvir a cada um dos outros ministros, dirigiu ao imperador, que estava em Petropolis, o seguinte telegramma: "O ministerio, sitiado no quartel-general da guerra, á excepção do sr. ministro da Marinha, que consta estar ferido numa casa proxima, e diante das declarações dos generaes visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do rio Apa, de que não inspira confiança a força que têm, e que não ha possibilidade de resistir com efficacia á intimação de exoneração feita pelo marechal Deodoro, apesar das ordens que para a resistencia se deram, vem depôr nas mãos de v. m. o seu pedido de exoneração".

Logo que o general Floriano viu o primeiro ministro redigir o telegramma para o imperador dando-lhe parte da deposição do ministerio, *foi elle mesmo communicar ao marechal Deodoro a agradavel noticia,* e convidal-o para subir até á sala em que se achavam os ministros demissionarios." (*)

A esse tempo, tendo as tropas do governo confraternizado com as de Deodoro, foram abertos os portões do Quartel-General, e nelle penetrou, á cavallo, sob delirantes acclamações dos seus subordinados, o marechal Deodoro da Fonseca, que se dirigiu immediatamente á sala onde se encontravam os ministros e ahi censurou rudemente o gabinete Ouro Preto. Manda a justiça destacar aqui a altivez com que, em tão difficil conjunctura, se conduziu Ouro Preto, innegavelmente dos mais notaveis estadistas que o Brasil tem produzido.

Deodoro, que fôra sempre apologista da monarchia, que um anno antes (1888) escrevia que "Republica no Brasil e a desgraça completa é a mesma coisa", pretendeu dar a revolução como terminada, limitando-a á quéda do gabinete, affirmando-se mesmo que no Quartel-General, após declarar demittido o ministerio, dera um *Viva o Imperador!*

"Ainda em presença dos srs. visconde de Ouro Preto e de outros membros do ministerio e do marquez de Paranaguá, Deodoro *declarou ao presidente do conselho de ministros que as forças não se dispersariam sem que elle, general, se entendesse com o imperador.*

O capitão Menna Barreto, no ardor de um enthusiasmo delirante, avançou a cavallo até a secretaria da guerra, concitando os seus camaradas e paisanos, que se achavam nas janellas daquella

(*) Raphael Galanti — Historia do Brasil. Tomo V.

repartição, a que levantassem *vivas á Republica,* secundando os patriotas que no campo ininterruptamente erguiam aquelles vivas. Inesperadamente, ou enfraquecido pelo cansaço, ou abalado pela grande commoção de contentamento de que se apossára, foi o capitão Menna Barreto acommettido de uma syncope, e conduzido pelo seu leal companheiro cap. Bandeira para a Escola Normal,(*) onde recebeu promptos soccorros medicos. Ainda no meio de grandes acclamações deixou Deodoro o edificio do Quartel General, retomando o seu logar na vanguarda das forças triumphantes. Os republicanos da propaganda, unidos ás forças do exercito, repetiam estrepitosos brados de—*Viva a Republica*—e dentro em pouco viram-se secundados pela grande massa de povo que já se havia reunido pelos flancos das forças armadas. O general Deodoro, cuja bondade de coração e patriotismo não podem ser postos em duvida, *apesar do compromisso tomado para a formação do novo regimen, parecia mostrar-se um tanto dubio, ou por tibieza, ou movido por algum sentimento de intima gratidão ao velho monarcha brasileiro."* (**)

Solon Ribeiro

Republicanos convictos, com Benjamin Constant á frente, não queriam, porém, a quéda do ministerio, mas sim a da monarchia, e, por isso, o major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, que teve em todo esse movimento papel de grande destaque, dirigiu-se a Deodoro declarando *que a sua espada não se embainharia emquanto não fosse proclamada a republica.* Só assim, cedendo ás injuncções do momento, e agitando o kepi, deu Deodoro o brado que todos repetiram: *Viva a Republica!*

A artilharia salvou com vinte e um tiros, emquanto as bandas de musica tocavam o hymno nacional.

Estava proclamada a Republica no Brasil.

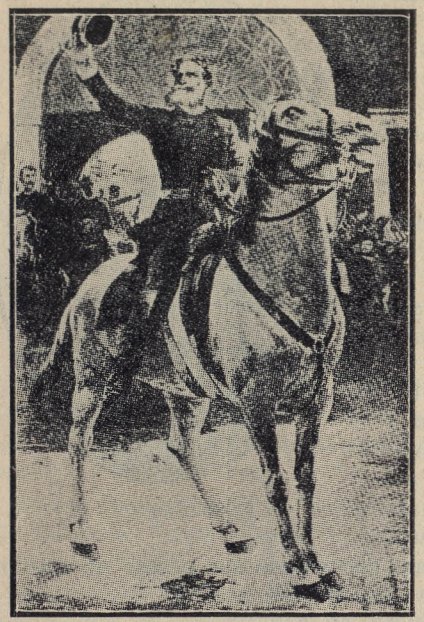
Desfilaram em seguida as forças pelas principaes ruas da cidade, e, ás 3 horas da tarde, reunido o povo na Camara Municipal (actual

(*) Funccionava a Escola Normal, nessa epoca, no edificio actualmente occupado pela Escola Profissional Rivadavia Corrêa.

(**) O grypho é nosso. — Ernesto Senna — Deodoro (pag. 89).

Palacio da Prefeitura) foi ahi lavrada uma acta da proclamação da Republica.

Estava D. Pedro nessa occasião no Paço da Cidade, actual Repartição Geral dos Telegraphos.



A proclamação da Republica — Quadro de Henrique Bernardelli

De regresso de Petropolis, de onde viera a chamado de Ouro Preto, ali chegára o imperador pouco depois da 1 hora da tarde, entrando logo a conferenciar com varios homens de Estado, na persuasão de que ainda pudesse organizar novo gabinete.

Varios nomes foram então lembrados, entre os quaes o do conselheiro José Antonio Saraiva, que declarou só poder acceitar a incumbencia de organizar gabinete, depois de uma entrevista com Deodoro.

O major Trompowsky, portador da carta de Saraiva para Deodoro, foi á casa deste, e delle obteve apenas esta laconica resposta verbal: *"Diga ao Saraiva que é tarde."*

Conhecida essa resposta no paço — cujas portas estavam todas guardadas por soldados de infantaria — certificou-se D. Pedro de que nada mais restava a fazer.

Ruira a monarchia. A republica era já uma realidade no Brasil.

Ao tratar do movimento republicano no Brasil, não é possivel deixar passar sem um registo especial a figura do nobre tribuno Dr. Lopes Trovão (*) que luctou toda a sua mocidade para que a Republica fôsse feita no Brasil.

Patenteando exuberantemente a rigidez do seu caracter e a honestidade com que a sabia amar, resurgia por diversas vezes ao publico, clamando sempre que *"a Republica ha de se moralizar custe o que custar."*

Prestemos nós justa homenagem á sua memoria. Lopes Trovão — já o disse uma vez em artigo de jornal — representa a gloria immarcescivel do passado.

(*) O Dr. José Lopes da Silva Trovão nasceu em 1847, na cidade de Angra dos Reis, e falleceu em 1925 na Capital Federal. Era formado em medicina.

CAPITULO XXXII

O GOVERNO PROVISORIO

(1889 A 1891)

Proclamada a Republica, em 15 de Novembro de 1889 foi, nesse mesmo dia, organizado o governo provisorio, que ficou assim constituido:

Chefe do Governo — Marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

Ministro do Interior — 1º, Dr. Aristides da Silveira Lobo; 2º., Dr. José Cesario de Faria Alvim.

Ministro da Justiça — Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.

Ministro do Exterior — Dr. Quintino Bocayuva.

Ministro da Fazenda — Dr. Ruy Barbosa.

Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — 1º, Dr. Demetrio Nunes Ribeiro; 2º, General Francisco Glycerio.

Ministro da Guerra — 1º, General Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães; 2º, Marechal Floriano Peixoto.

Ministro da Marinha — Almirante Eduardo Wandenkolk.

Ministro da Instrucção, Correios e Telegraphos — General Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Esta ultima pasta foi creada alguns mezes depois, para ella sendo chamado Benjamin Constant, que passou a da Guerra a Floriano Peixoto.

Sobre a creação dessa pasta, que foi extincta poucos annos depois, lemos o seguinte na "Historia do Brasil" de Rocha Pombo (vol. X, pags. 280 a 282) que sobre o assumpto transcreve o padre Raphael Galanti:

"A creação da pasta da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos não correspondia a uma necessidade imperiosa de caracter administrativo, como se procurou então justificar esse acto: mas fôra um meio ardiloso e delicado de afastar Benjamin Constant da pasta da guerra. Com effeito, Benjamin Constant,

deixando-se influenciar por um grupo de moços que o cercavam, provocára no grosso do exercito fundos desgostos pelo ponto de vista em que se collocára na gestão dos negocios militares. Dahi queixas constantes e murmurações mais ou menos irritantes no seio das guarnições; dahi attrictos repetidos com muitos camaradas seus e com o proprio Deodoro, que tambem tinha as suas idéas e as suas affeições em esphera muito diversa da de Benjamin. Esse antagonismo de principios e de inclinações entre os dois fautores do 15 de Novembro não achou a sua solução nem ainda nesse termo; e, crescendo dia a dia, soprado por intrigas pequeninas e cavillosas, chegou a ponto de provocar, uma vez, em uma das reuniões do conselho de ministros, uma lastimavel explosão, que quasi se traduziu em vias de facto. Foi na sessão de 27 de Setembro de 1890 que occorreu esse desagradavel incidente. Começou Deodoro dizendo que tinha queixas muito amargas de um collega. Referia-se a Benjamin Constant.

Comquanto a amizade destes dois heroes da Republica a principio fosse grandissima, não faltaram alguns espiritos irrequietos e antagonicos que pouco a pouco semearam entre elles a discordia. Nasceram dahi pequenos attrictos, que, repetindo-se quasi diariamente, chegaram a produzir a ruptura de relações. Finalmente, na sessão que acabámos de resumir, Deodoro atacou brusca e inopinadamente Benjamin, que, replicando-lhe tambem com violencia, quasi que dava lugar a uma scena tragica; pois um se collocou em face do outro, na attitude de se baterem em duello dentro mesmo da sala dos despachos do palacio Itamaraty. "Somos militares — bradou Deodoro: puxe pela sua espada que eu puxarei pela minha". E parecia querer lançar-se sobre Benjamin, que permanecera impassivel. Felizmente a intervenção de dois ministros conseguiu que o incidente não tivesse consequencias mais desagradaveis; pois Floriano levou Benjamin para fóra da sala, emquanto Campos Salles conduzia Deodoro para um aposento proximo, em que o bravo soldado foi atacado de forte accesso cardiaco. Por seu lado, Benjamin, ao retirar-se, sentiu igualmente aggravarem-se os seus padecimentos; e póde affirmar-se que, desde esse dia, a arterio-sclerose rapidamente lhe devorou a existencia. Apesar do sigilo que se procurou guardar sobre o lastimavel incidente, a noticia delle divulgou-se rapidamente, e nada poude evitar a profunda impressão que produziu no espirito publico, antevendo muitos os dias amargos que se estavam preparando para a Republica. — A verdade, afinal, é que entre os membros civis do governo provisorio pareceu que o meio mais efficaz de apagar as dissenções entre Deodoro e Benjamin Constant era dar a este uma pasta em que as suas aptidões technicas mais bem se accommodassem, ao mesmo tempo que se confiasse a secretaria da guerra a um militar, que, como o marechal Floriano, pudesse geril-a com mais exito, pelo prestigio de que gozava nas fileiras, e pelo contacto directo em que sempre vivera com os quarteis. Acceitou Deodoro pressuroso a idéa, e combinou-se que á nova secretaria se entregassem a instrucção publica, os correios e os telegraphos. Afim de communicar gentilmente esta deliberação a Benjamin, que ignorava todo o plano de seus collegas, concertaram estes que em uma das reuniões do gabinete, os srs. Cesario Alvim e Glycerio se queixassem do accumulo de serviços nos ministerios a seu cargo, e, proposta a creação da nova pasta, todos *una voce* declarassem que, para dirigil-a estava naturalmente talhado o então ministro da guerra, incontestavelmente um dos nossos mais illustres engenheiros e o mais reputado dos nossos pedagogos. E assim se fez. Entretanto, Benjamin Constant, na bôa fé em que estava, antes mesmo que seus collegas se pronunciassem, lembrou o nome de Lauro Sodré, que fôra o seu discipulo predilecto e era então seu secretario. Deodoro, porém, interveio, exclamando: "Não, senhores. Não concordo com isso. Em vez do discipulo que se escolha logo o mestre." Todos applaudiram a idéa, que a Benjamin pareceu um acto espontaneo da velha estima e admiração que lhe votava o seu companheiro de armas: e dias depois, lavraram-se os dois decretos, nomeando para a nova pasta o ministro da guerra; e para substituto deste o marechal Floriano Peixoto."

Organizado o governo provisorio, foi immediatamente distribuida uma proclamação, e expedido o decreto n. 1, constituido de 11 artigos, num dos quaes (o setimo), era declarado que "sendo a Republica Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisorio não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrario á forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo da nação, livremente expressado pelo suffragio popular."

Eram estes os termos da proclamação, distribuida pelo Governo Provisorio, em data de 15 de Novembro de 1889:

"*Concidadãos*. — O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita communhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas provincias, acabão de decretar a deposição da dynastia imperial e consequentemente a extincção do systema monarchico representativo.

Como resultado immediato desta revolução nacional, de caracter essencialmente patriotico, acaba de ser instituido um Governo Provisorio, cuja principal missão é garantir com a ordem publica a liberdade e os direitos dos cidadãos.

Para comporem este governo, emquanto a nação soberana, pelos seus orgãos competentes, não proceder á escolha, do governo definitivo, forão nomeados pelo chefe do poder executivo da Nação os cidadãos abaixo assignados.

Concidadãos. — O Governo Provisorio, simples agente temporario da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.

No uso das attribuições e faculdades extraordinarias de que se acha investido para a defeza da integridade da patria e da ordem publica, o Governo Provisorio, por todos os meios ao seu alcance, promette e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionaes e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos interesses individuaes e politicos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da patria e pela legitima defensa do governo proclamado pelo povo, pelo exercito e pela armada nacional.

Concidadãos. — As funcções da justiça ordinaria, bem como as funcções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos orgãos até aqui existentes, com relação aos actos na plenitude de seus effeitos; com relação ás pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funccionario.

Fica, porêm, abolida desde já a vitaliciedade do senado e bem assim abolido o Conselho de Estado. Fica dissolvida a camara dos deputados.

Concidadãos. — O Governo Provisorio reconhece e acata todos os compromissos nacionaes contrahidos durante o regimen anterior, os tractados subsistentes com as potencias extrangeiras, a divida publica interna e externa, os tractos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidas.

Marechal *Manoel Deodoro da Fonseca*, chefe do governo provisorio.

Aristides da Silveira Lobo, ministro do interior.

Ruy Barbosa, ministro da fazenda e interinamente da justiça.

Tenente-coronel *Benjamin Constant Botelho de Magalhães*, ministro da guerra.

Chefe de esquadra *Eduardo Wandenkolk*, ministro da marinha.

Quintino Bocayuva, ministro das relações exteriores e interinamente da agricultura, commercio e obras publicas."

No dia seguinte, 16, ás 2 ½ horas da tarde, o major Frederico Solon Ribeiro, commandante interino do 2º Regimento de Cavallaria e o tenente Sebastião Bandeira, do 1º Regimento da mesma arma,

em grande uniforme e seguidos de um piquete de cavallaria, foram ter ao *Paço da Cidade*, entregando a D. Pedro a mensagem do governo republicano provisorio, na qual era ordenada a sua deposição, e retirada do paiz, dentro de 24 horas.

Assim dizia a referida mensagem: "Senhor, os sentimentos democraticos da nação, ha muito tempo preparados, mas disputados agora pela mais nobre reacção do caracter nacional contra o systema de violação, de corrupção, de subversão de todas as leis, exercido em um gráo incomparavel pelo ministerio 7 de Junho; a politica systematica de attentados do governo imperial, nestes ultimos tempos, contra o exercito e a armada, politica odiosa á nação, e profundamente repellida por ella; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que em todas as épocas têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da patria; a intenção, manifesta nos actos dos vossos ministros e confessados na sua imprensa, de dissolvel-as e aniquilal-as, substituindo-as por elementos de compressão official, que foram sempre, entre nós, objecto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de hontem, cujas circumstancias conheceis e cujo caracter decisivo certamente podeis avaliar. Em face desta situação, peza-nos dizer-vol-o, e não o fazemos sinão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da familia imperial no paiz, ante a nova situação que lhe creou a revolução irrevogavel do dia 15, seria absurda, impossivel e provocadora de desgostos, que a salvação publica impõe a necessidade de evitar. Obedecendo, pois, ás exigencias urgentes do que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provivoto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funcções publicas que acabaes de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisorio espera do vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com a vossa familia, no mais breve tempo possivel. Para esse fim se vos estabelece o prazo maximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder. O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisorio um navio com a guarnição militar precisa, effectuando-se o embarque com a mais absoluta segurança de vossa pessoa e de toda a vossa familia, cuja commodidade e saude serão zeladas com o maior desvelo na travessia continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a proxima Assembléa Constituinte. Estão dadas todas as ordens afim de que se cumpra esta deliberação. O paiz conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador, em 7 de Abril de 1831. Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. — *Manoel Deodoro da Fonseca.*"

Pelos emissarios major Solon e tenente Bandeira mandou D. Pedro a seguinte resposta: "A' vista da representação escripta que me foi entregue hoje, ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir, com toda a minha familia, para a Europa, amanhã, deixando esta patria de nós estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quasi meio seculo, em que desempenhei o cargo de chefe do Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessôas de minha familia, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. — *D. Pedro de Alcantara.*"

"Nessa mesma noite mandou o governo provisorio communicar a D. Pedro que tinha resolvido fazer-lhe doação de cinco mil contos de réis para o seu estabelecimento na Europa, podendo elle e sua familia dispor dos seus bens, existentes no paiz, pela fórma que mais conveniente lhes parecesse. *Alguma pessoa da familia imperial, ou o mordomo della, recebeu este decreto, do qual o imperador, segundo parece, só teve noticia durante a viagem. Foi por isso que ao chegar a S. Vicente,* 29 de Novembro, escreveu nesse mesmo dia ao seu mordomo e procurador uma carta que o visconde de Nogueira da Gama publicou no *Paiz* e no *Jornal do Commercio* de 28 de Dezembro de 1889.

Eis a carta:

"Tendo tido conhecimento, no momento da partida para a Europa, do decreto pelo qual é concedida á familia imperial, de uma só vez, a quantia de cinco mil contos, mando que declare que não receberei, bem como minha familia, sinão as dotações e mais vantagens a que temos direito pelas leis, tratados e compromissos existentes; e portanto, si tiver recebido aquella quantia, deverá restituil-a sem perda de tempo. Recommendo, outrosim, que, cingindo-se aos termos desta communicação, dirija officio, que fará immediatamente publicar, e do qual me remetterá copia. (a) *D. Pedro de Alcantara.* — Bordo do *Alagoas*, ao chegar a S. Vicente das ilhas de Cabo Verde, 29 de Novembro de 1889." (*)

Pedro II foi um bom e um justo. Exilado do Brasil, nunca o esqueceu. Sentindo que não poderia ter muito tempo de vida, mandou buscar ao Brasil um caixote de terra, pois desejava ao morrer repousar em terra da patria que tanto amou e dignificou. E lá, em Paris, no hotel Bedford, banido e saudoso, falleceu D. Pedro a 5 de Dezembro de 1891, proferindo ao expirar estas palavras: "*Nunca me esqueci do Brasil. Morro pensando nelle. Deus o proteja.*"

O soneto abaixo, escripto por D. Pedro em Paris, a 13 de Setembro de 1891, isto é, dois mezes e pouco antes de fallecer, confirma ainda o que acima dissemos: D. Pedro embora banido, jámais deixou de ter palavras de carinho para a Terra que governou durante quasi meio seculo.

Eis o soneto:

Terra do Brasil

Espavorida agita-se a criança
De nocturnos fantasmas com receio,
Mas se abrigo lhe dá materno seio,
Fecha os doridos olhos e descansa.

Perdida é para mim toda a esperança
De volver ao Brasil; de lá me veio
Um pugilo de terra: e nesta creio
Brando será meu somno e sem tardança.

(*) Raphael Galanti — Historia do Brasil. Tomo V.

Qual o infante a dormir em peito amigo
Tristes sombras varrendo da memoria,
O' doce Patria, sonharei comtigo!

E entre visões de paz, de luz, de gloria
Sereno aguardarei no meu jazigo
A justiça de Deus na voz da Historia!

Dois dias depois da partida de D. Pedro, isto é, no dia 19, foi instituida a bandeira da Republica e em 15 de Setembro de 1890 realizou-se a eleição para deputados á Assembléa Constituinte. Dois mezes depois, em 15 de Novembro, sob a presidencia do Dr. Prudente José de Moraes e Barros, reuniu-se a Assembléa, no paço de São Christóvão, onde está hoje o Museu Nacional.

Em 24 de Fevereiro de 1891 era promulgada a Constituição da Republica, dissolvendo-se então o Congresso Nacional Constituinte para a formação do Senado e da Camara.

No dia seguinte, esse Congresso reunido em Assembléa Geral, elegeu respectivamente presidente e vice-presidente da Republica os marechaes Manoel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, iniciando-se assim o primeiro governo republicano, que vae de 25 de Fevereiro de 1891 a 15 de Novembro de 1894, tendo Deodoro porém governado apenas até 23 de Novembro de 1891, como veremos no capitulo a seguir.

Dois haviam sido os candidatos ao cargo de Presidente da Republica: Deodoro da Fonseca e Prudente de Moraes, tendo o primeiro obtido 129 votos e o segundo 97.

Um mez e dias antes de terminar o governo provisorio, a 22 de Janeiro de 1891, foi organizado novo ministerio, tendo motivado esse facto a renuncia que de suas pastas fizeram dois dias antes os ministros de Deodoro, resolvidos a não se sujeitarem ao autoritarismo do marechal, para quem os ministros deviam ser apenas cumpridores de ordens...

Durante o governo provisorio deu-se o reconhecimento da nova republica pelas nações Européas, tendo sido a França a primeira a fazel-o. A esta seguiram-se successivamente a Allemanha, a Belgica, Portugal, a Italia, a Espanha e assim todas as outras.

Foi ainda durante esse periodo que se deu, em 22 de Janeiro de 1891, o fallecimento de Benjamin Constant, fundador da Republica Brasileira.

CAPITULO XXXIII

O PRIMEIRO QUADRIENNIO

Terminado o governo provisorio com a promulgação da Constituição, e tendo sido eleitos respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Republica os marechaes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, teve inicio o primeiro governo republicano que não chegou a constituir propriamente um quadriennio, pois, tendo inicio em 25 de Fevereiro de 1891, terminou em 15 de Novembro de 1894.

O Presidente da Republica assim organizou o seu ministerio:
Ministro do Interior — Dr. Luiz Antonio de Carvalho.
Ministro da Justiça — Dr. Henrique Pereira de Lucena (interino).
Ministro do Exterior — Dr. Justo Chermont.
Ministro da Fazenda — Dr. Tristão de Alencar Araripe.
Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — Dr. Henrique Pereira de Lucena.
Ministro da Guerra — General Antonio Nicoláo Falcão da Frota.
Ministro da Marinha — Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal.
Ministro da Instrucção, Correios e Telegraphos — Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcante.

Dando-se divergencias entre o executivo e o Congresso Nacional, o presidente da Republica, inconstitucionalmente, dissolveu este em 3 de Novembro de 1891, e nesse mesmo dia declarou em estado de sitio o Districto Federal e Niteroi.

O facto deu motivo a que se revoltasse no dia 23 do mesmo mez a esquadra brasileira, sob o commando do contra-almirante Custodio José de Mello.

Resolveu então o marechal Deodoro da Fonseca renunciar o seu cargo, passando o governo naquelle mesmo dia ao vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, não indo ávante a revolta por esse motivo.

A' nação dirigiu então Deodoro o seguinte manifesto:

"Brasileiros!

Ao sol de 15 de Novembro, dei-vos, com meus companheiros de armas,

uma patria livre, e descortinei-lhe novos e grandiosos horizontes, dignificando-a e engrandecendo-a aos olhos dos povos todos do mundo.

Este acontecimento de elevadissimo quilate patriotico, applaudido pela nação, fazendo-a entrar em nova phase na altura de seus destinos historicos, é para mim e será sempre motivo do mais nobre e justo orgulho.

Circumstancias extraordinarias, para as quaes não concorri, perante Deus o declaro, encaminharam os factos a uma situação excepcional e não prevista.

Julguei conjurar tão tenebrosa crise, pela dissolução do Congresso, medida que muito me custou a tomar, mas de cuja responsabilidade não me eximo.

Pensei encarreirar a governação do Estado por via segura e no sentido de salvar tão anomala situação.

As condições em que nestes ultimos dias, porém, se acha o paiz, a ingratidão daquelles por quem mais me sacrifiquei, e o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara patria, aconselharam-me a renunciar o poder nas mãos do funccionario a quem incumbe substituir-me.

E fazendo-o, despeço-me dos meus bons companheiros que sempre se me conservaram fieis e dedicados, e dirijo meus votos ao Todo Poderoso pela perpetua prosperidade e sempre crescente florescimento do meu amado Brasil.

Capital Federal, 23 de Novembro de 1891. — *Manoel Deodoro da Fonseca.*"

Renunciando Deodoro e não tendo Floriano mandado proceder a nova eleição, mereceu esse procedimento reprovação de uns e apoio de outros, isto é, formaram-se duas correntes de opiniões contrarias. Os filiados á primeira corrente queriam o fiel cumprimento do art. 42 da Constituição que estatue: "*Si, no caso de vaga por qualquer causa, da Presidencia ou Vice-Presidencia, não houverem ainda decorrido dois annos do periodo presidencial, proceder-se-ha a nova eleição.*" E, como Deodoro havia governado apenas nove mezes desse primeiro periodo presidencial, ficava assim justificado o desejo dos que queriam nova eleição.

Floriano Peixoto

Os que applaudiam, porém, a resolução tomada por Floriano, isto é, que se oppunham a nova eleição, achavam tambem justificativa para esse acto no § 2º do artigo 1º das disposições transitorias da Constituição, assim redigido: "*O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo,* (*) *occuparão a Presidencia e a Vice-Presidencia da Republica durante o primeiro periodo presidencial.*"

(*) Eleição pelo voto do Congresso Constituinte.

O poder legislativo, impellido a dar solução ao caso, assim se externou: "*A vaga do cargo de Presidente da Republica, aberta a 23 de Novembro de* 1891, *acha-se devidamente preenchida pela successão constitucional do vice-presidente, a quem cabe o respectivo exercicio até* 15 *de Novembro de* 1894, *termo do primeiro periodo presidencial.*"

Assim sendo, e já agora com o apoio do Congresso, manteve-se Floriano no poder, tendo dirigido os destinos do paiz de 23 de Novembro de 1891 a 15 de Novembro de 1894.

Com a sahida do marechal Deodoro, deu-se completa transformação no ministerio.

Floriano chamou nova gente e, durante o tempo em que governou, fez passar pelas differentes pastas diversos cidadãos.

Durante o seu governo serviram-lhe de ministros:

Interior — 1º, Dr. José Hygino Duarte Pereira; 2º, Dr. Fernando Lobo Leite Pereira; 3º, Dr. Cassiano do Nascimento.

Exterior — 1º, Dr. Fernando Lobo Leite Pereira; 2º, Major Dr. Innocencio Serzedello Corrêa; 3º, Dr. Antonio Francisco de Paula Souza; 4º, Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire; 5º, Dr. João Felippe Pereira; 6º, Dr. Carlos de Carvalho; 7º, Dr. Cassiano do Nascimento.

Fazenda — 1º, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves; 2º, Major Dr. Innocencio Serzedello Corrêa; 3º, Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire.

Agricultura — 1º, Dr. Antão Gonçalves de Faria; 2º, Major Dr. Innocencio Serzedello Corrêa; 3º, Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu; 4º, Dr. Antonio Francisco de Paula Souza; 5º, Dr. João Felippe Pereira; 6º, general Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.

Guerra — 1º, general José Simeão de Oliveira; 2º, general Francisco Antonio de Moura; 3º, general Rufino Enéas Gustavo Galvão; 4º, general Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.

Marinha — 1º, contra-almirante Custodio José de Mello; 2º, contra-almirante Felippe Firmino Rodrigues Chaves; 3º, vice-almirante Francisco José Coelho Netto; 4º, general Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat; 5º, contra-almirante Gonçalves Duarte.

Instrucção — 1º, Dr. José Hygino Duarte Pereira; 2º, Dr. João Felippe Pereira; 3º, Dr. Fernando Lobo Leite Pereira.

Innumeras foram as perturbações que se deram no governo do marechal Floriano Peixoto. Estudemol-as.

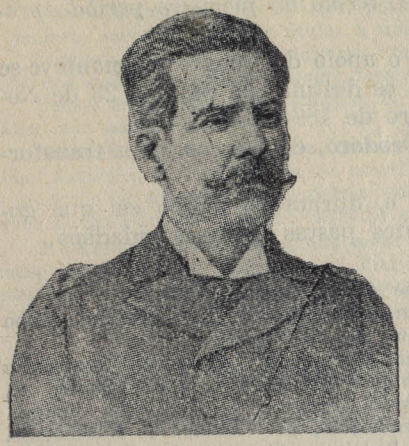
Tendo os governadores dos diversos Estados, excepção do do Pará (Dr. Lauro Sodré) adherido ao *golpe de Estado* de 3 de Novembro, com que o marechal Deodoro dissolvera o Congresso, foram os mesmos depostos, no mesmo anno em que Floriano assumiu o governo.

Collocou-se Floriano, não ha duvida, fóra da lei, pois se Deodoro deu um *golpe de Estado,* dissolvendo o Congresso, Floriano deu dezenove *golpes de Estado,* mandando depôr os dezenove governadores.

Em 20 de Janeiro de 1892 a fortaleza de Santa Cruz, então commandada pelo coronel Antonio da Rocha Bezerra Cavalcanti, re-

voltou-se por iniciativa do 2º sargento do 1º batalhão de engenharia Silvino Honorio de Macedo, a ella adherindo a fortaleza da Lage.

Foi a revolta promptamente suffocada, tendo sido a primeira d'aquellas fortalezas tomada de assalto por uma força commandada pelo então primeiro tenente, hoje general reformado, José da Veiga Cabral.



Custodio de Mello

Dois mezes depois, em 13 de Março, treze generaes de terra e mar, publicaram um manifesto intimando o marechal Floriano a proceder á eleição presidencial, antes do praso fixado para o primeiro periodo.

A' vista desse procedimento, reformou Floriano os generaes que, no mez seguinte, em 10 de Abril, foram desterrados por terem, com outras pessôas de importancia — que tambem foram presas — feito naquelle dia uma manifestação popular ao marechal Deodoro, procurando obter o apoio do exercito para repôl-o no governo.

Restabelecida a ordem, mais ou menos, dentro do paiz, foi a mesma de novo perturbada em Fevereiro de 1893, no Rio Grande do Sul, por ter voltado ao governo desse Estado o ex-presidente Julio de Castilhos que havia sido deposto pelo povo. Essa revolta só veiu a terminar em 23 de Agosto de 1895, isto é, no segundo quadriennio.

Em 6 de Setembro de 1893, o contra-almirante Custodio José de Mello, que havia sido ministro da marinha, apoderando-se dos navios de guerra *Aquidaban, Republica, Trajano* e *Javary* e alguns navios mercantes, revoltou-se, conseguindo, no mez seguinte, o apoio do illustre contra-almirante Luiz Felippe Saldanha da Gama, director da Escola Naval.

"A revolta que até então era um amontoado de adversarios de Floriano — monarchistas e republicanos — tomou um caracter accentuadamente monarchico, o que determinou o abandonarem-n'a os partidarios do regimen dominante. Manda a verdade dizer que menos errados do que estes, andavam os monarchistas, claros ou occultos, visto que — com Custodio ou com Saldanha, trabalhavam pela volta do throno, ao passo que os outros auxiliavam e prestigiavam com seus nomes uma revolta attentatoria á Republica." (*)

(*) Pedro do Coutto — Historia do Brasil.

Derrotados os revoltosos na ilha do Governador e na ponta da Armação, em Niteroi, onde Saldanha da Gama effectuara um desembarque, abandonaram elles os seus navios e fortificações, fugindo para bordo da corveta portugueza *Mindello*, do commando do almirante Augusto de Castilho, que lhes deu asylo, em 13 de Março de 1894.

Nesse mesmo dia chegava da Europa, sob o commando do almirante Jeronymo Gonçalves, a nova esquadra que Floriano ali adquirira e, diante do procedimento do almirante portuguez, dando abrigo aos revoltosos, rompeu o marechal Floriano as relações com Portugal em 13 de Maio, entregando os passaportes ao ministro portuguez aqui acreditado, conde de Paraty.

Saldanha da Gama

Os revoltosos concentraram-se então em Santa Catharina, onde, desde Dezembro do anno anterior (1893), já estava Custodio José de Mello, que conseguira no *Aquidaban*, do commando do então capitão de fragata Alexandrino Faria de Alencar, sahir barra fóra apesar de hostilizado pelas fortalezas fieis ao governo.

No sul, os revoltosos prestaram auxilios á guerra que ali lavrava, desde 6 de Fevereiro de 1893, mas, sendo perseguidos, acabaram por se render. Saldanha da Gama morreu em combate e Custodio de Mello refugiou-se na Argentina, onde entregou os navios, excepção feita do *Aquidaban*, que no dia 16 de Abril de 1894 fôra torpedeado pela *Gustavo Sampaio*, sob o commando do bravo tenente Altino Flavio de Miranda Corrêa.

Terminou assim a revolta da Armada, que com as outras bem demonstram quanto valor e energia possuia o inclito alagoano que então governava a nossa patria.

Commetteu erros, violou por vezes a Constituição — como já vimos — mas a energia e a honestidade do seu governo falam mais alto do que tudo.

Os serviços inestimaveis que Floriano prestou á patria deram motivo a que a Historia, num preito de justiça, o considere *Consolidador da Republica*, e lhe dê o cognome de *Marechal de Ferro*.

Para avaliar da sua acção no governo, basta recordar o modo como respondeu aos diplomatas estrangeiros que o interpellaram sobre como receberia o desembarque das tropas dos navios europeus, que aqui estavam ancorados, para garantia dos respectivos patricios.

A braços com as revoluções, preoccupado com uma série enorme de problemas a resolver, Floriano respondeu na altura da dignidade do cargo que occupava: "A' bala".

Retiraram-se os estrangeiros e Floriano mandou ordem ao commandante das tropas que defendiam os pontos de desembarque para que "varresse com metralha a marinhagem estrangeira que desembarcasse", o que aliás não se verificou por terem os estrangeiros prudentemente ficado nos seus navios.

Jeronymo Gonçalves

Só isto basta para definir o homem de governo. D'ahi a razão por que já se lhe vae fazendo justiça na Historia: a veneração que até hoje, nós, brasileiros, tributamos ao seu nome, que jámais poderá apagar-se do coração dos que amam esta terra que nos serviu de berço.

Foi durante o seu governo que se decretou o nosso primeiro codigo de ensino republicano, e que se apressou a solução da velha questão de limites que mantinhamos com a Argentina desde 1881. E' assim que em 1892, o marechal Floriano encarregou o Barão do Rio Branco de defender os direitos do Brasil, missão que elle desempenhou tão habilmente que tres annos depois — já então no governo do dr. Prudente de Moraes — o Brasil entrava na posse do territorio litigioso, cuja superficie era de 30.622 kms. quadrados, ou seja, uma área maior que a do reino da Belgica.

Foi ainda durante o governo de Floriano Peixoto que em sua residencia, á rua Senador Vergueiro, falleceu ás 12h,20 minutos do dia 23 de Agosto de 1892, o marechal Deodoro da Fonseca.

"Enfermando gravemente, minado pela molestia, acabrunhado pelas ingratidões de uns e injustiça de outros e notadamente de companheiros de classe, o venerando fundador da Republica não admittia que alguem o visitasse fardado, tamanha era a magua que o pungia á lembrança da profissão que abraçou e que tanto soube honrar, ennobrecendo a Patria.

A seu irmão, Dr. João Severiano, affirmou que nunca mais usaria farda, que na sua casa a ninguem mais receberia militarmente uniformisado e que depois de morto o vestissem a paisana." — *Ernesto Senna* — Deodoro — 1913 (pag. 167).

CAPITULO XXXIV

O SEGUNDO QUADRIENNIO

(1894 A 1898)

Tendo terminado em 15 de Novembro de 1894 o primeiro governo, tomou posse nesse dia o novo presidente eleito, Dr. Prudente José de Moraes e Barros, com quem fôra eleito vice-presidente o Dr. Manoel Victorino Pereira.

O seu governo foi de 15 de Novembro de 1894 a 15 de Novembro de 1898.

Nelle tomaram parte os ministros:

Interior — 1°, Dr. Antonio Gonçalves Ferreira; 2°, Dr. Alberto Torres; 3°, Dr. Amaro Cavalcante.

Exterior — 1°, Dr. Carlos Augusto de Carvalho; 2°, general Dr. Dyonisio de Castro Cerqueira.

Fazenda — 1°, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves; 2°, Dr. Bernardino de Campos.

Viação — 1°, Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires; 2°, Dr. Joaquim Duarte Murtinho; 3°, Dr. Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda; 4°, marechal Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.

Guerra — 1°, general Bernardo Vasques; 2°, general Dyonisio Cerqueira; 3°, general Francisco de Paula Argollo; 4°, marechal Carlos Machado Bittencourt; 5°, marechal João Thomaz Cantuaria.

Marinha — 1°, almirante Eliziario José Barbosa; 2°, contra-almirante Manoel José Alves Barbosa.

Quatro mezes depois de haver Prudente de Moraes assumido o governo, isto é, a 13 de Março de 1895, deu-se a revolta da Escola Militar, motivada por haver o governo reprehendido os alumnos, que, esquecidos dos seus deveres, vinham participando de arruaças nas vias publicas.

"A 13 de Março, obtida a permissão para commemorar na es-

cola o anniversario da rendição da esquadra revoltada, os alumnos entrelaçaram aos applausos dos vencedores da esquadra manifestações de desagrado ao general commandante do estabelecimento e ao governo.

Por excessos praticados na tarde desse dia, viu-se o commandante na contingencia de desligar, no dia seguinte, sessenta alumnos, que verificou serem os principaes autores das assuadas.

O desligamento desses alumnos, porém, em vez de ser pena exemplar, foi ainda contraproducente; porquanto, ao retirar-se da escola, o general commandante foi surprehendido por uma verdadeira e insultuosa vaia, que lhe davam os *alumnos-praças,* collocados nas janellas e baluarte do edificio; retrocedendo o general reuniu os alumnos e reprehendeu-os parternalmente. Isso, porém, de nada valeu, pois ao sahir da escola, em seguida, foi novamente o commandante victima da mais estrepitosa vaia, e ainda no dia seguinte, ao entrar na escola, encontrou os alumnos, então officiaes e praças, em estado de completa insubordinação, dando gritos offensivos a elle e ao governo, executando um plano préviamente combinado.

Prudente de Moraes

O commandante, assim desconsiderado e insultado pelos alumnos, retirou-se e veio communicar ao governo tão graves occurrencias; e voltando logo depois á escola, acompanhado de força necessaria e devidamente autorizado, deu baixa aos alumnos-praças, que ali se achavam e desligou os officiaes, que foram distribuidos pelos corpos do Exercito, trancadas as respectivas matriculas." (*)

Dias depois desses factos, isto é, em 16 de Março, reatou o Brasil as relações com Portugal, que haviam sido rompidas, conforme vimos, em 13 de Maio do anno anterior.

Dois mezes antes do reatamento das relações com Portugal, isto é, em Janeiro de 1895, occuparam os inglezes a ilha da Trindade,

(*) Prudente de Moraes — Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 3 de Maio de 1895.

para ali mandando o navio *Barracouta,* allegando que ella lhes pertencia. Protestou o Governo, e, por isso, a Inglaterra, pouco tempo depois, propoz ao Brasil que a questão fôsse resolvida por arbitramento.

Em 5 de Janeiro de 1896 repelliu o Governo da Republica essa proposta, allegando que a ilha era brasileira, e por consequencia não sujeitava a questão a arbitragem.

Em 5 de Agosto desse mesmo anno, os inglezes, melhor pensando, abandonaram a Trindade.

Em 5 de Fevereiro de 1895 havia sido resolvida a questão de limites entre o Brasil e a Argentina pelo arbitro escolhido, Dr. Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil.

Essa pendencia durava desde 1881, anno em que surgiu a questão dos rios Sto. Antonio e Pepery-Guassú, que, segundo os argentinos, não eram aquelles a que o Brasil dava esses nomes. A Argentina reclamava o territorio das Missões, comprehendido entre as aguas daquelles rios e as do Chapecó e Chopim, allegando que por estes passavam as suas fronteiras, emquanto o Brasil, defendendo os seus direitos, fixava as suas fronteiras como passando pelos referidos rios Santo Antonio e Pepery-Guassú.

Manoel Victorino

Em 7 de Setembro de 1889 entrou o governo imperial do Brasil em negociações com o governo argentino, sendo accordado que se entregasse a solução da duvida ao arbitramento, sendo então escolhido para arbitro o presidente dos Estados Unidos da America do Norte, que era, por essa occasião, o Dr. Grover Cleveland.

Para acompanhar essa questão foi nomeado nosso advogado o Barão Aguiar de Andrade e, por parte da Argentina, o Dr. Nicolão Calvo. Tendo este fallecido, porém, pouco depois, foi substituido pelo Dr. Estanislão Zeballos.

Dous mezes depois de ser a questão entregue ao arbitro, isto é, em 15 de Novembro de 1889, dava-se a proclamação da Republica no Brasil.

Poucos annos se haviam passado, quando falleceu, em Washington, o nosso advogado, Barão Aguiar de Andrade, o que fez com que o presidente da Republica, marechal Floriano Peixoto, nomeasse para substituil-o o Barão do Rio Branco, que então desempenhava as funcções de nosso consul na cidade ingleza de Liverpool.

Foi acertadissima essa escolha. O Barão do Rio Branco, assumindo a direcção dos trabalhos dessa importantissima missão, escreveu a *Memoria Brasileira,* um estudo tão brilhantemente argumentado e acompanhado de tão valiosas cartas geographicas e documentos justificativos, que formaram no es-

pirito de Cleveland a convicção de que o territorio litigioso era realmente brasileiro. E, assim, o presidente dos E. U. da America do Norte, por sentença arbitral, lavrada em 5 de Fevereiro de 1895, estabeleceu que os rios Pepery-Guassú e Santo Antonio, mencionados pelo Brasil, constituiam, juntamente com o rio Uruguay, sobre o qual não havia duvidas, a linha divisoria entre as duas republicas.

Dest'arte, ganhou o Brasil a velhissima questão das Missões, annexando ao seu territorio os 30.622 kilometros quadrados que estavam em litigio.

A victoria obtida pelo saudoso estadista que, no seu tempo, foi o brasileiro que maiores e mais relevantes serviços prestou á nossa patria, foi tanto mais brilhante, quanto o seu competidor, o Dr. Estanislão Zeballos, já havia tido tempo de estudar e investigar cabal e amplamente a questão, quando o Barão do Rio Branco assumiu, por nossa parte, a direcção dos trabalhos.

E tanto maior se nos afigura ainda essa victoria, quando sabemos que Estanisláo Zeballos, máo grado ter por varias vezes demonstrado ser um desaffecto do Brasil, era dos mais notaveis homens de sua patria e possuidor de rara illustração.

Si, como advogado da causa argentina, não obteve a victoria para o seu paiz, é porque era realmente insustentavel essa causa. E o proprio ex-secretario da missão especial argentina, Dr. Carlos Adão, cuja insuspeição está fóra de duvida, estudando os documentos a que se referiam os commissarios espanhóes, na discussão com os portuguezes, certificou-se — isto mesmo confessando com a sua assignatura em um dos jornaes de Buenos Aires, dias depois de lavrada a sentença que nos foi favoravel — que a razão estava do nosso lado e que qualquer arbitro imparcial decidiria a favor do Brasil, como, aliás, procedeu Cleveland.

No governo do dr. Prudente de Moraes, os francezes que haviam durante o segundo reinado invadido o territorio paraense do Amapá, voltaram, de novo, as suas vistas para esse pedaço de terra brasileira.

Em 15 de Maio de 1895 penetraram os francezes no Amapá, a bordo do aviso *Bengali*, subindo o rio Amapá que balisaram. Já então havia a população amapaense acclamado governador do territorio Francisco Xavier da Veiga Cabral — depois general honorario do Exercito, pelos serviços prestados — que intimado pelos francezes na pessôa do tenente Lunier, a submetter-se, com elles se bateu heroicamente, fazendo com que os mesmos, derrotados, abandonassem essa parte do territorio brasileiro, da qual se queriam apossar.

E não se diga que, nas varias tentativas feitas pela França, para justificar o que julgava ser seu de direito, a sua opinião fosse uma unica.

Emquanto o Brasil Portuguez e o Brasil Independente sustentavam sempre que o rio Japoc ou Vicente Pinsão, do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, era o nosso muito conhecido Oyapock, a França variava extranhamente, tendo situado o mesmo rio successivamente nos rios Calzoene, Amapá, Carapaporis e Araguary, tendo até alguns governadores da Guyana Franceza tido o arrojo de querer marcar o rio Amazonas como sendo o Japoc ou Vicente Pinsão!

De tal não se lembrára o governo francez, directamente, tamanho era o escandalo, pois que o artigo X do já tantas vezes citado Tratado de Utrecht, declarava formalmente que ambas as margens do Amazonas eram brasileiras.

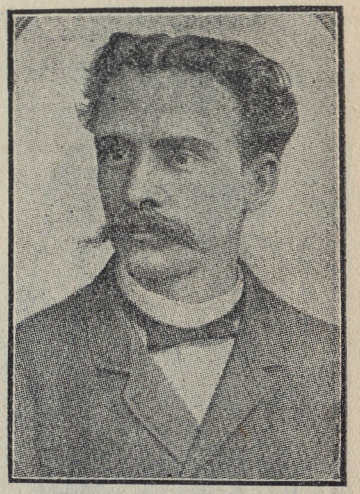
Do que elle se esquecera, porém, lembraram-se certos governadores da Guyana... E' claro pois, que a definitiva demarcação da nossa fronteira com a Guyana Franceza, dependia, apenas, da interpretação genuina, do artigo oitavo do Tratado de Utrecht.

E foi o que fez o governo do Dr. Prudente de Moraes, submettendo a questão á arbitragem do Dr. Walter Hauser, presidente da Suissa, no dia 10 de

Abril de 1897, sendo então nos dous seguintes artigos synthetizadas as nossas e as razões da França:

"Artigo primeiro — A Republica dos Estados Unidos do Brasil pretende que, conforme o sentido preciso do art. 8° do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinsão, é o Oyapock, que desagua no Oceano a oeste do Cabo d'Orange e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

A Republica Franceza pretende que, conforme o sentido preciso do artigo 8° do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinsão é o rio Araguary, que desagua no oceano, ao sul do Cabo do Norte, e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.



Veiga Cabral

Artigo segundo — A Republica dos Estados Unidos do Brasil pretende que o limite interior, parte do qual foi reconhecido provisoriamente pela Convenção de Paris de 28 de Agosto de 1817, é o parallelo dos 2° 24' que partindo do Oyapock vá terminar na fronteira da Guyana Hollandeza.

A França pretende que o limite interior seja a linha que, partindo da cabeceira principal do Araguary, siga para oeste parallelamente ao rio Amazonas, até encontrar a margem esquerda do rio Branco e continue por essa margem até encontrar o parallelo que passe pelo ponto extremo da serra de Acarahy.

O arbitro se decidirá definitivamente por um desses dous rios, ou *escolherá, como solução intermedia, a partir da cabeceira principal do rio adoptado como sendo o Japoc ou Vicente Pinsão até a fronteira da Guyana Hollandeza, a divisão das aguas que nesta região é constituida em quasi sua totalidade pelas cumiadas da serra Tumucumaque*.

As duas partes terão o prazo de oito mezes, contados da data das ratificações deste ajuste para apresentarem as suas memorias justificativas e mais outros oito mezes para a replica, e o arbitro, um anno contado da data da entrega desta."

A sentença arbitral do dr. Walter Hauser foi lavrada em 1 de Dezembro de 1900, já então no governo do dr. Campos Salles, como veremos ao tratar deste.

Foi no governo do dr. Prudente de Moraes que em 23 de Agosto de 1895 terminou a revolução do partido *federalista* no Rio Grande do Sul, que já vinha desde o governo anterior, cabendo a missão de celebrar o accôrdo com o general Silva Tavares, chefe dos revoltosos, ao general Innocencio Galvão de Queiroz.

Dois mezes antes de terminada essa lucta, em 24 de Junho, no combate de Campo Osorio, entre as forças legaes e os *federalistas*, foi morto o contra-almirante Saldanha da Gama.

No governo do dr. Prudente de Moraes, a 26 de Maio de 1897,

deu-se ainda outra insubordinação dos alumnos da Escola Militar, a qual foi promptamente suffocada, mandando o governo desligar varios alumnos considerados cabeças do movimento.

Finalmente ha ainda a citar, nesse quadriennio, a perda irreparavel que soffreu o Brasil com a morte do valente marechal Floriano Peixoto, verificada em 29 de Junho de 1896, e a luta travada em Canudos, arraial bahiano, onde um fanatico, Antonio Vicente Mendes Maciel, conhecido pelo appellido de Antonio Conselheiro, á frente de grande numero de sertanejos, jagunços, trazia todas as regiões vizinhas em constante sobresalto.

Antonio Conselheiro

Rodrigues Lima, então governador da Bahia, encarregou frei João Evangelista de fazer com que os jagunços, em nome da religião, voltassem á obediencia.

Nada conseguiu, porém, o governador; e por isso resolveu o governo federal intervir, mandando tropas do exercito para suffocar os rebeldes.

Quatro expedições foram mandadas contra Canudos.

A primeira, em Novembro de 1896, sob o commando do tenente Manoel da Silva Pires Ferreira; a segunda, em Dezembro do mesmo anno, sob o commando do major Febronio de Brito; a terceira, em Fevereiro de 1897, ás ordens do coronel Antonio Moreira Cesar, que morreu em combate, sendo substituido pelo coronel Pedro Nunes Tamarindo; e a quarta, ainda em 1897, sob a direcção do general Arthur Oscar de Andrade Guimarães.

As tres primeiras, foram completamente derrotadas pelos jagunços; só a quarta, composta de seis brigadas, conseguiu, depois de uma luta de mais de seis mezes, arrasar o arraial, em 5 de Outubro de 1897, havendo grandes perdas de parte a parte.

Dois mezes antes, em Agosto, havia seguido para a Bahia o proprio ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt.

Apesar de ser voz corrente que se esperavam graves acontecimentos á chegada das tropas legaes, o dr. Prudente de Moraes compareceu ao Arsenal de Guerra, de onde se dirigiu em companhia de sua casa civil e militar para o paquete *Espirito Santo,* a cujo

bordo regressavam as forças legaes victoriosas. Foi isto a 5 de Novembro de 1897.

Pouco depois, ao voltar a terra, quando sahia do embarcadouro, foi o Presidente alvejado pelo anspeçada do 10º Batalhão de Infantaria, Marcellino Bispo de Mello, tendo, porém, a garrucha negado fogo.

Em defesa do presidente se expuzeram á morte o seu ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, e o então coronel Luiz Mendes de Moraes. O assassino, já então com um punhal, feriu o segundo e apunhalou o primeiro, que veio a fallecer.

Prudente de Moraes, no meio do povo, acompanhou a pé o enterro do seu ministro, apesar do conselho dos seus amigos para que tal não fizesse, pois corria o boato de uma revolução, estando pois em perigo, mais uma vez, a vida do presidente. Repelliu, porém, Prudente de Moraes taes conselhos, dizendo: *"Eu sou o presidente. E mais do que o presidente, eu sou o amigo. Si me matarem, morrerei no posto de honra, cumprindo um dever. Eu vou."*

Arthur Oscar

Sobre esses luctuosos acontecimentos baixou Prudente de Moraes energico "Manifesto á Nação", em que dizia:

"Ferido profundamente em meus sentimentos de homem e de brasileiro, pelo attentado contra mim premeditado e que victimou um dos mais dedicados servidores da Nação o bravo marechal Carlos Machado Bittencourt, devo affirmar de modo o mais solemne que esse horroroso crime não terá o effeito de demover-me uma só linha do cumprimento da minha missão constitucional.

O precioso sangue de um marechal do Exercito brasileiro derramado heroicamente na defesa do chefe do Estado dá a certeza de que os incumbidos da sustentação da autoridade publica e das instituições não hesitam no cumprimento do seu dever ainda mesmo quando levados ao extremo sacrificio.

A nobre indignação popular manifestada naquelle tragico momento, as inequivocas provas de apoio e solidariedade dadas ao presidente da Republica, fortalecem-me a convicção de que posso contar com o povo brasileiro para manter inteira a autoridade de que estou investido pelo seu voto espontaneo e soberano. A lei ha de ser respeitada como o exige a honra da Republica."

Foi então declarado o estado de sitio para esta capital e Niteroi.

Preso o assassino, enforcou-se na prisão. No inquerito policial aberto foram indigitados como cumplices do attentado o vice-presidente, cinco deputados, tres senadores e varios militares e paisanos.

Carlos Machado Bittencourt

Por enfermidade, o dr. Prudente de Moraes, em 10 de Novembro de 1896, passou o governo ao vice-presidente, Dr. Manoel Victorino Pereira, que nelle se conservou até 4 de Março do anno seguinte, dia em que o Dr. Prudente de Moraes reassumiu o cargo.

Realizadas as eleições no paiz para a escolha dos novos presidente e vice-presidente, foram eleitos respectivamente os drs. Manoel Ferraz de Campos Salles e Francisco de Assis Rosa e Silva, aquelle paulista e este pernambucano.

Em 15 de Novembro de 1898, terminava o segundo quadriennio, deixando o dr. Prudente de Moraes o governo, depois de haver restabelecido a ordem no paiz, razão por que recebeu o titulo de *pacificador*.

Quatro dias depois, ao regressar á sua fazenda em São Paulo, recebeu o ex-presidente na estação da Estrada de Ferro Central do Brasil enthusiastica manifestação por parte do povo desta capital.

CAPITULO XXXV

O TERCEIRO QUADRIENNIO

(1898 A 1902)

O Governo, no terceiro quadriennio, vae de 15 de Novembro de 1898 a 15 de Novembro de 1902, sendo respectivamente presidente e vice-presidente os drs. Manoel Ferraz de Campos Salles e Francisco de Assis Rosa e Silva.

O ministerio ficou assim constituido:

Interior — 1°, Dr. Epitacio da Silva Pessôa; 2°, Dr. Sabino Barroso Junior.
Exterior — Dr. Olyntho Maximo de Magalhães.
Fazenda — Dr. Joaquim Duarte Murtinho.
Viação — 1°, Dr. Severino dos Santos Vieira; 2°, Dr. Alfredo Eugenio de Almeida Maia; 3°, Dr. Antonio Augusto da Silva.
Guerra — Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet.
Marinha — 1°, Almirante Carlos Balthazar da Silveira; 2°, Contra-Almirante José Pinto da Luz.

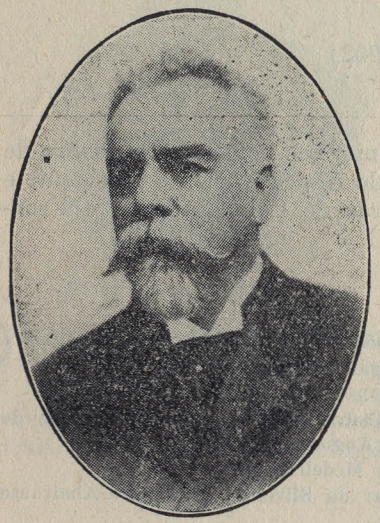
Assumindo o dr. Campos Salles a presidencia da Republica, voltou logo as suas vistas para o estado financeiro do paiz, e, cumprindo o accôrdo feito pelo seu antecessor com os credores inglezes, restabeleceu o nosso credito. Salvou, póde-se dizer, o Brasil da bancarrota, grandemente auxiliado pelo seu ministro da Fazenda, o brilhante financeiro dr. Joaquim Duarte Murtinho.

Sete dias depois de assumir o governo, isto é, no dia 22, nomeou o dr. Campos Salles Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial junto ao governo suisso o Barão do Rio Branco, a quem coube a defesa do Brasil na questão de limites da nossa patria com a Guyana Franceza, então entregue á arbitragem do dr. Walter Hauser, presidente da Suissa, decreto que havia sido assignado pelo seu antecessor com o Sr. Pichon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza.

A sentença arbitral, assignada em 1 de Dezembro de 1900, pelo presidente Hauser, e referendada pelo respectivo chanceller, dr. Gotte Ringier, foi favoravel ao Brasil, que desse modo entrou na posse definitiva dos 260.000 kilometros quadrados do territorio, que durante cerca de 200 annos andou em litigio sem que, no tempo do Imperio, achasse o governo uma solução.

Tendo em 1899 o presidente da Republica Argentina, o illustre general Julio Roca, visitado o Brasil, resolveu o dr. Campos Salles, no anno seguinte, retribuir essa visita.

Assim, a 17 de Outubro de 1900, passou o governo ao vice-presidente, dr. Rosa e Silva, e embarcou para a Argentina, reassumindo o poder, de volta, em 8 de Novembro do mesmo anno.



Campos Salles

No mez seguinte, o dr. Walter Hauser, presidente da Suissa, como arbitro da questão de limites entre o Brasil e a França, dava, no dia 1, ganho de causa á nossa Patria, nessa velha pendencia, que durava ha tanto tempo.

Em 1901 houve uma revolução em Matto Grosso, chefiada pelo coronel Mascarenhas, tendo sido os rebeldes batidos em Ponta Porã e Tombador pelas forças do commando de Paes de Barros.

Outros motins ou sedições deram-se tambem no Piauhy, Rio Grande do Norte, Sergipe e Goyaz, tendo sido, porém, suffocados pelo governo.

Ainda nesse mesmo anno, em 23 de Março, teve a policia denuncia que se tramava uma conspiração com o fim de assassinar o dr. Campos Salles e os seus ministros da guerra e do interior, bem como o chefe de policia.

Como cabeças desse movimento foram accusados Custodio de Mello e Antonio Borlido.

Este ultimo foi expulso do territorio nacional, tendo partido para a Italia, e aquelle teve ordem de embarcar para Manáos, o que aliás não cumpriu, por ter dadó parte de doente.

Posto em liberdade recebeu nova ordem, para em commissão seguir para o Ceará, e, como não obedecesse, foi novamente preso, não lhe tendo sido concedido o conselho de guerra que requereu para se justificar.

Passados dois mezes apresentou Custodio de Mello uma denuncia ao Congresso contra o presidente da Republica, allegando ter sido victima de violencias por parte d'este, não tendo sido a denuncia julgada objecto de deliberação pelos congressistas encarregados de dar parecer sobre a mesma.

A 6 de Novembro de 1901 assignou o governo um tratado de arbitramento com a Inglaterra, submettendo á decisão arbitral do rei da Italia, Vittorio Emmanuel III, o litigio entre o Brasil e a Guyana Ingleza, referente ao territorio do Pirara. Para acompanhar a questão como nosso advogado nomeou o dr. Campos Salles o illustre tribuno pernambucano dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo.

Para fazer frente ao lastimoso estado em que se achava o Thesouro, foi o dr. Campos Salles, por intermedio do seu ministro da Fazenda, obrigado a crear novos impostos, o que levantou contra o seu governo a grita dos prejudicados, a ponto de ter recebido manifestações de hostilidade no dia em que deixou o governo.

Rosa e Silva

O facto, porém, é que ellas foram injustas. Campos Salles fez um governo tão bom quanto era possivel, dentro das pessimas condições em que se achava o paiz. Não fôsse a sua energia, e talvez não tivessemos cumprido rigorosamente, como fizemos, as condições que haviam sido estipuladas no *funding loan* (moratoria que os credores do Brasil tinham concedido a este).

Para salvar a Patria era preciso economia e novos impostos. Elle assim o fez, sem recuar, máo grado os protestos que surgiam de todos os lados. Da sua energia dizem bem as seguintes palavras proferidas no palacio do governo, em resposta a uma commissão do commercio que ali fôra reclamar contra os impostos: *"Concordem ou não concordem, protestem ou não protestem, os impostos serão decretados. Não posso obrigar ninguem a ser patriota, mas posso obrigar todos a obedecer ás leis."*

Durante o seu governo, em Novembro de 1899 e em Novembro de 1900, liquidou o Estado de Matto Grosso as suas questões de limites respectivamente com o Amazonas e Pará, aquella por accor-

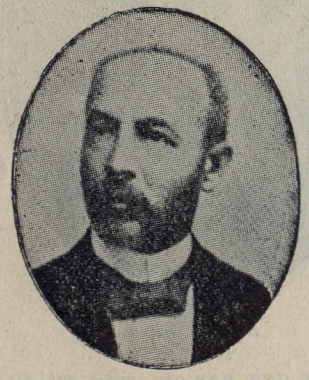
dão do Supremo Tribunal Federal, e esta por accôrdo directo entre os dois Estados.

Deu-se ainda em 1899 a questão entre os habitantes do Acre e a Bolivia.

Estavam as nossas fronteiras com essa Republica demarcadas de accôrdo com o tratado assignado em 27 de Março de 1867, pelo qual a partir do rio Madeira para O. a fronteira deveria seguir pelo parallelo dos 10° 20' S. até encontrar o rio Javary. Si este rio tivesse as suas nascentes ao N. desse parallelo a fronteira demandaria a origem principal do referido rio Javary, pelo respectivo meridiano.

Quando, porém, se fixaram os limites, foi a nascente do Javary determinada com erro consideravel. Acceita, porém, a demarcação pelo nosso governo, ficou definitivamente traçada a linha obliqua que durante muitos annos figurou nos mappas, contrariando assim o que estabeleceu o tratado que falava em parallelo e nunca em linha obliqua.

Estes limites deviam ser fixados de accôrdo com os resultados das commissões, brasileira (*) e peruana que, encarregadas de estudar, em 1874, a origem principal do rio Javary, apresentaram um parecer erroneo, que prejudicava o Brasil em grande parte do seu territorio. Assim, pois, quando em 1895, a commissão encarregada de fixar os limites — de que era chefe o então coronel dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo — chegou ao local, verificou que, se collocasse os marcos, considerando a nascente do Javary, conforme indicara a commissão anterior, iria prejudicar o Brasil.



Joaquim Murtinho

Tendo o coronel Thaumaturgo informações de que as nascentes do Javary ficavam mais ao S., levou esse facto ao conhecimento do governo, então em mãos do dr. Prudente de Moraes. Como, porém, não se sentisse bem amparado, preferiu num gesto de patriotismo deixar a commissão a concorrer para prejuizo da patria.

No anno seguinte ao da posse do dr. Campos Salles, isto é, em 1899, surgiu a questão entre os acreanos e o governo da Bolivia.

Ao S. da linha que os dous governos haviam admittido como limite e que era a linha do Madeira á supposta nascente do Javary, no actual territorio do Acre, havia uma grande população de brasileiros que se revoltaram em 14 de Julho daquelle anno, tendo á frente Luiz José Galvez Rodrigues Arias, proclamando o Estado Independente do Acre e depondo assim, as autoridades bolivianas.

O governo boliviano fez, então, seguir com urgenia numerosas forças para esse ponto, afim de submetter os revoltosos, e, como os auxilios pecuniarios que estes tinham obtido em Manáos estivessem esgotados, o movimento fracassou, depois de terem os acreanos feito prisioneiro o Coronel Munhoz, vice-presidente da Bolivia. No anno seguinte deu-se a segunda tentativa de libertação do Acre, chefiada pelos coroneis Gentil Norberto e Rodrigo de Carvalho, tentativa essa que, como a primeira, fracassou tambem, pois que se estabeleceu a desordem nos proprios elementos acreanos e, dahi, a confusão e o abandono da causa.

(*) Era chefe da commissão brasileira o então capitão de fragata, Antonio Luiz von Hoonholtz, mais tarde almirante e barão de Teffé, e da peruana, o capitão de fragata Guilherme Black.

O Brasil, mão grado ter reconhecido o grande erro da commissão Teffé, era obrigado, para salvaguardar a honra nacional, a manter a demarcação visivelmente errada, pois a linha estava bem determinada pela collocação do marco junto á supposta nascente do Javary. Ao mesmo tempo achava-se na obrigação de intervir, pois a população revoltada era brasileira.

A Bolivia havia arrendado o territorio em questão ao syndicato yankee "Bolivian Syndicat of New York", quando o bravo Coronel gaucho Placido de Castro, reunindo um pequeno exercito de seringueiros, levantou, de novo, o grito insurreccional de libertação do Acre e da sua integração no territorio do Brasil.

Era, portanto, a terceira revolução promovida pelos acreanos que em 7 de Agosto de 1902, na cidade de Xapury, proclamaram novamente o Estado Independente do Acre.

No dia 8 de Setembro desse mesmo anno, no logar denominado Volta da Empreza, deu-se o primeiro encontro das forças acreanas e bolivianas, seguindo-se successivos combates, até que as tropas bolivianas se renderam, em 1903, já então no governo do Dr. Rodrigues Alves, como veremos no capitulo seguinte.

Foi ainda durante o governo do dr. Campos Salles que o nosso illustre patricio, engenheiro Alberto Santos Dumont, assombrou o mundo, com a solução do problema da navegação aerea dirigivel, realizando, em Paris, a 19 de Outubro de 1901, a sua demonstração. Effectivamente, tendo partido do Aero Club, contornou a Torre Eiffel a uns 200 metros de altura, e baixou no ponto de onde partira.

Santos Dumont

Alguns mezes antes de deixar o governo, em Janeiro de 1902, interveio o dr. Campos Salles na questão suscitada entre o Paraná e Sta. Catharina, evitando um conflicto armado entre aquelles dois Estados da federação que disputavam a posse do teritorio das Missões, poucos annos antes annexado ao Brasil, onde veio a constituir a comarca de Palmas.

Submettido o litigio ao julgamento do Supremo Tribunal Federal, decidiu este que o territorio deveria ficar com Santa Catharina, tal como o havia promettido, em 1865, o governo imperial, com o que aliás não se conformou o Paraná, que continuando a manter as suas pretensões de posse das ditas terras, deu motivo a que annos depois, em 20 de Outubro de 1916, fosse assignado um accordo entre os Estados litigantes, entendimento a que chegaram graças á media-

ção do presidente da Republica de então, o dr. Wenceslão Braz, conforme estudaremos paginas adiante (Cap. XXXIX).

Em 15 de Novembro de 1902 passou o dr. Campos Salles o governo ao novo presidente eleito, o seu conterraneo dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, com quem fôra eleito vice-presidente o mineiro dr. Affonso Augusto Moreira Penna, este em substituição ao seu conterraneo dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão que, já eleito vice-presidente, falleceu antes do dia da posse.

Foi durante este quadriennio, em 1901, que se deu o fallecimento do sabio e notavel medico patricio dr. Francisco de Castro.

CAPITULO XXXVI

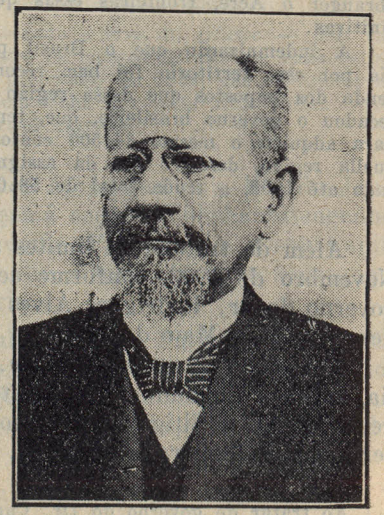
O QUARTO QUADRIENNIO

(1902 A 1906)

Eleito em 1 de Março de 1902, o dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, tomou posse no dia 15 de Novembro do mesmo anno, iniciando-se assim o quarto quadriennio.

O ministerio ficou assim constituido:
Interior — 1°, Dr. José Joaquim Seabra; 2°, Dr. Felix Gaspar de Barros Almeida.
Exterior — Dr. José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco).
Fazenda — Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim.
Viação — Coronel Dr. Lauro Severiano Müller.
Guerra — Marechal Francisco de Paula Argollo.
Marinha — Vice-Almirante Julio Cezar de Noronha.

A esse quadriennio, que foi, até agora, o que mais beneficios trouxe ao Brasil, cabe entre muitas outras glorias a de ter trazido para o governo a figura inegualavel do maior dos brasileiros vivos naquella época, o inesquecivel Barão do Rio Branco, a quem a Patria Brasileira deve tantos e tão assignalados serviços que jámais os poderá resgatar.



Rodrigues Alves

Foi Rio Branco o autor admiravel dessa obra colossal da delimitação do territorio patrio, tendo apressado a solução de todas as questões em que o Brasil contendia com os seus vizinhos.

No governo do dr. Rodrigues Alves continuou a questão acreana, que vinha do governo anterior conforme estudamos.

Após successivos combates entre as tropas acreanas e bolivianas, renderam-se estas incondicionalmente, em 24 de Janeiro de 1903, ao grande defensor da causa acreana, o glorioso Coronel Placido de Castro, que teve, durante toda a revolução, o grande auxilio do intrepido Coronel Dr. Gentil Norberto.

Placido de Castro

Resolveu, nessa emergencia, o nosso governo, occupar militarmente o Acre, para lá enviando uma expedição sob o commando do general Olympio da Silveira. A Bolivia indemnizou, então, o referido syndicato para a renuncia dos seus direitos de companhia exploradora da região sublevada, e entabolou negociações com o governo brasileiro para terminação da pendencia.

Concordaram logo os dous governos num *modus vivendi*, firmando-se, em seguida, em Petropolis, a 17 de Novembro de 1903, um tratado, em virtude do qual o territorio em questão, isto é, o territorio acreano, passava a ser brasileiro, em troca de trechos de terreno no Madeira, do pagamento de dous milhões de libras esterlinas e mais a obrigação de construir uma estrada de ferro de Santo Antonio do Madeira á Bella Vista.

Assignaram esse tratado o Barão do Rio Branco e o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, pelo nosso paiz, e os Drs. Fernando Guachalla e Claudio Pinilla, por parte da Bolivia. Pelo mesmo foi rectificada em alguns pontos a linha divisoria da margem direita do Paraguay e fixadas novas fronteiras entre os rios Madeira e Javary, de fórma a abranger o Acre, fronteiras essas que são as definitivas.

A indemnização que o Brasil pagou á Bolivia por esse territorio foi bem recompensada pela renda dos impostos que dessa região tão fertil arrecadou o governo brasileiro, que, tendo dispendido para adquirir o mesmo 34.500 contos, apurou, naquella região, desde o dia da assignatura do tratado até 1909, a renda total de 58.000 contos.

Gentil Norberto

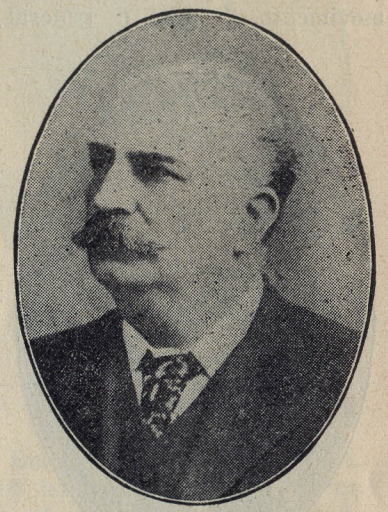
Além do tratado de limites assignado com a Bolivia, em 17 de Novembro de 1903, conforme acabamos de citar, assignou mais o governo do dr. Rodrigues Alves um tratado com a Guyana Hollandeza, em 5 de Maio de 1906.

Foi ainda no governo do dr. Rodrigues Alves que o rei da Italia, Vittorio Emmanuel III, arbitro da questão entre o Brasil e o governo inglez, no litigio entre a nossa patria e a Guyana Ingleza, proferiu a sua desastrada sentença.

Ao tratar do governo do Dr. Campos Salles, vimos que, em 6 de Novembro de 1901, foi a questão de limites entre o Brasil e a Guyana Ingleza entregue á arbitragem, sendo escolhido arbitro o rei da Italia, Vittorio Emmanuel III.

Para acompanhar a questão como advogado da Inglaterra, foi nomeado Lord Lansdowne, e como nosso advogado o saudoso estadista Dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, que escreveu um monumental trabalho sobre o assumpto, composto de tres Memorias Historico-Geographicas sobre o terreno que estava em litigio entre os dous governos.

Sendo presidente da Republica o Dr. Rodrigues Alves, e ministro do Exterior o Barão do Rio Branco, lavrou o rei da Italia, em 6 de Junho de 1904, a sentença arbitral, dividindo o territorio em questão em duas partes, cabendo á Guyana Ingleza 19.630 kilometros quadrados e ao Brasil 13.570 kilometros quadrados.



Barão do Rio Branco

Dest'arte perdeu o Brasil parte de territorio que de direito era seu. Máo grado, porém, a parcialidade do laudo e a flagrante injustiça, o nosso governo cumpriu a sentença, conforme se havia compromettido quando, juntamente com a Inglaterra, acceitou para arbitro da questão o rei da Italia, que falhou á espectativa geral.

Além disso, Vittorio Emmanuel III, pela sua sentença, fez começar erradamente a nossa linha de fronteira no monte Yankontipú, crente de que nesse monte nascia o rio Cotingo, muito embora fôsse por todos sabido, desde 1882, que o referido Cotingo nascia no monte Roraima, conforme apurou naquelle anno a Commissão Brasileira que, sob a chefia do Coronel Lopes de Araujo (mais tarde Barão de Parima) demarcou os limites com a Venezuela.

O proprio governo inglez, reconhecendo o erro do arbitro — pois ficava por fechar o trecho comprehendido entre os montes Roraima e Yankontipú — entrou em negociações com o Brasil, propondo, em 1908, que os limites entre aquelles dous montes fossem dados pela linha dos mais altos cumes entre os mesmos existentes, proposta que o Brasil acceitou.

No governo do dr. Rodrigues Alves passou o Rio de Janeiro por grandes transformações, graças á acção do brilhante engenheiro dr. Francisco Pereira Passos, então Prefeito da nossa Capital. Desappareceu a velha cidade do Rio e surgiu a nova *urbs* que ahi está para orgulho da nossa Patria.

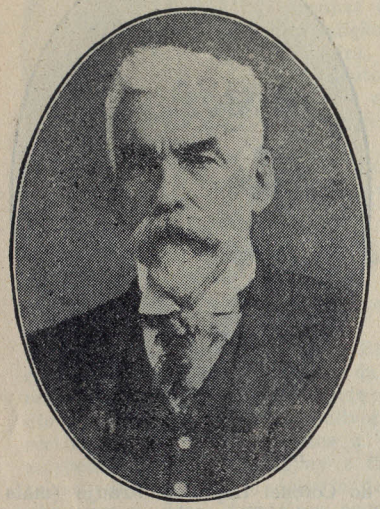
A' testa da Directoria Geral de Saude Publica, o sabio scientista dr. Oswaldo Gonçalves Cruz teve a gloria de libertar o Rio da febre amarella, que durante algum tempo marcou época na nossa formosa Capital, inspirando o terror á população e afugentando os estrangeiros.

Tendo o Congresso, para combater a variola, votado a lei da vaccina obrigatoria, serviu essa medida de pretexto para que em 14 de

Novembro de 1904 levasse a effeito a Escola Militar um motim insuflado pelo general Sylvestre Travassos e coronel Lauro Sodré, então senador, com o fim de depôr o presidente da Republica.

Promptamente suffocada a revolta nesse mesmo dia, renderam-se os alumnos aos ministros da Guerra (marechal Argollo) e Viação (coronel Lauro Müller) que estavam á frente das tropas legaes.

Logo no primeiro encontro foram feridos os insufladores do movimento, tendo o general Travassos fallecido em consequencia do ferimento que recebera no joelho.



Francisco Pereira Passos

Boatos terroristas espalharam-se, porém, pela cidade, chegando-se a dizer que os revoltosos haviam batido completamente as tropas legaes, e marchavam em direcção ao palacio do governo, razão por que o ministro da Marinha, vice-almirante Julio de Noronha, com o apoio dos amigos do presidente, aconselhou Rodrigues Alves a que se recolhesse a bordo de um dos navios da esquadra, cuja fidelidade ao governo era a mais completa.

Não acceitou, porém, Rodrigues Alves, o alvitre lembrado, e a esses amigos respondeu: *"E' aqui o meu logar e daqui só morto sahirei."*

No Realengo, os alumnos da Escola Tactica tentaram fazer causa commum com os seus collegas da Praia Vermelha, tendo abortado o movimento, graças á energia do commandante general Hermes da Fonseca.

A 16 foi decretado o estado de sitio, tendo sido excluidos da Escola os alumnos implicados no movimento.

Foi absolvido o general Macedo Costallat, commandante da Escola, tendo o Congresso concedido licença para que fossem processados o senador Lauro Sodré e o deputado Alfredo Varella, principaes autores do movimento revolucionario.

Mais tarde, porém, concedeu o Congresso amnistia aos revoltosos, sendo o decreto assignado pelo presidente da Republica a 2 de Setembro de 1905.

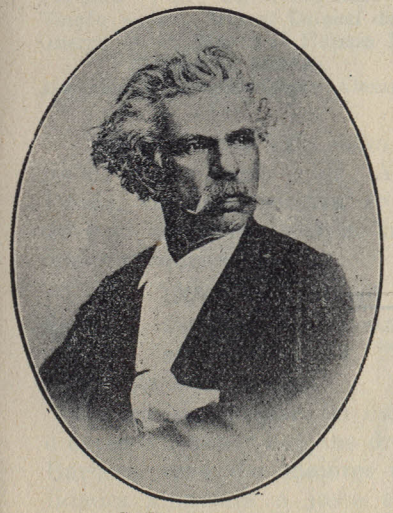
No dia 8 de Novembro, ainda desse anno, deu-se um principio de revolta na fortaleza de Santa Cruz, tendo os rebeldes assassinado o major Freire da Silva e o tenente Fernando Torres.

A energia, porém, do commandante da praça, coronel Pedro Ivo, fez com que a revolta não fôsse adiante.

Um mez depois houve uma troca de notas diplomaticas entre as chancellarias brasileira e allemã, por terem alguns officiaes e marinheiros da canhoneira allemã *Panther* invadido no dia 6, varias casas em Itajahy (Santa Catharina), com o fim de prender e levar para bordo um subdito allemão.

Oswaldo Cruz

Nesse mesmo mez de Dezembro, no dia 11, exultou o Brasil catholico com o acto do Papa Pio X que elevou ás honras cardinalicias o nosso patricio D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo do Rio de Janeiro e o primeiro e unico cardeal da America do Sul.



Carlos Gomes

Em 21 de Janeiro de 1906, ás 10 horas da noite, deu-se na bahia de Jacuecanga, no Estado do Rio, a horrivel explosão do *Aquidaban*, onde perdeu a Patria cêrca de 300 filhos, entre os quaes os dignos contra-almirantes Rodrigo da Rocha, Candido Brasil e Francisco Calheiros da Graça e os capitães de mar e guerra Alves de Barros e Serra Pinto.

Durante o governo do dr. Rodrigues Alves ainda a patria se cobriu de luto pela morte, em 3 de Dezembro de 1902, do eminente estadista dr. Prudente de Moraes, e, em 1904, pela do notavel maestro Carlos Gomes. Em 1905 dois outros brasileiros illustres baixaram ao tumulo: o grande abolicionista José do Patrocinio e o festejado pintor Pedro Americo.

Merece tambem ser citado como facto importante, no governo do dr. Rodrigues Alves, o conflicto politico que se deu no Estado de

Sergipe, onde a policia revoltada forçou o governador a renunciar, attribuindo-se esse triumpho dos revoltosos á amizade que o presidente da Republica dedicava ao deputado Fausto de Aguiar Cardoso, cabeça daquelle movimento sedicioso.

Sabendo, porém, Rodrigues Alves do que se dizia sobre esse caso, e attendendo a que fôra resultante de um constrangimento a renuncia do governador, resolveu intervir a favor deste, dissipando assim as suspeitas que pairavam sobre a sua pessôa e estavam a comprometter a correcção do seu governo.

Da lucta que então se travou em Sergipe, entre forças do Exercito e os revolucionarios, resultou a morte do dr. Fausto Cardoso, chefe da revolta.

Outros conflictos politicos deram-se tambem nos Estados de Goyaz, Matto Grosso e Rio Grande do Sul, que solicitaram a intervenção do dr. Rodrigues Alves, tendo este entregue a solução de taes casos ao Congresso Nacional.

Em 1 de Março de 1906 realizou-se a eleição para presidente e vice-presidente da Republica, e tendo sido eleitos respectivamente os drs. Affonso Penna e Nilo Peçanha, passou o dr. Rodrigues Alves, em 15 de Novembro, o governo ao seu substituto, iniciando-se assim o quinto quadriennio.

CAPITULO XXXVII

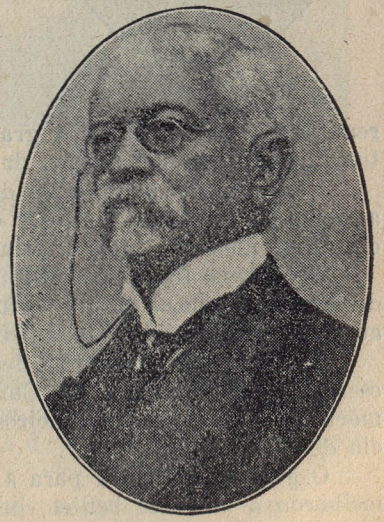
O QUINTO QUADRIENNIO

(1906 A 1910)

No dia 15 de Novembro de 1906 tomaram posse dos cargos de presidente e vice-presidente da Republica os drs. Affonso Augusto Moreira Penna e Nilo Peçanha.

O presidente assim organizou o seu ministerio:
Interior — Dr. Augusto Tavares de Lyra.
Exterior — Dr. José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco).
Fazenda — Dr. David Moretzon Campista.
Viação — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.
Guerra — 1°, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca; 2°, general Dr. Luiz Mendes de Moraes.
Marinha — Vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar.

Depois de ter sido eleito, e antes de tomar posse o dr. Affonso Penna, fez uma viagem ao norte do paiz para verificar as necessidades d'aquella região.



Affonso Penna

Em 1907 foi o Brasil convidado a fazer-se representar na segunda conferencia da Paz de Haya, na Hollanda.

Para essa missão foi escolhido o egregio senador bahiano dr. Ruy Barbosa, uma das maiores mentalidades mundiaes e justo orgulho da nossa raça.

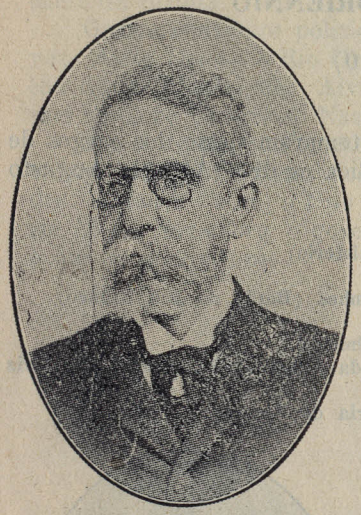
A palavra de Ruy Barbosa foi ouvida com admiração por todos os representantes das nações ali reunidas, e a sua argumentação bri-

lhante e inegualavel fez com que triumphasse o seu projecto de crear uma *Côrte Internacional de Arbitragem* para resolver os conflictos internacionaes.

O Brasil não podia ter sido mais bem representado. A intellectualidade brasileira, pelo verbo inflammado de Ruy Barbosa, assombrou o mundo.

Ao regressar á patria recebeu o nosso patricio a maior das manifestações até hoje levadas a effeito no Brasil. Ruy Barbosa, foi, póde-se dizer, sagrado em vida.

Além do convite de Haya, recebeu o governo do Brasil, na administração do dr. Affonso Penna, outro honroso convite dirigido por Guilherme II, então imperador da Allemanha, ao nosso ministro da guerra e ao commandante do 4º Districto Militar para assistirem ás grandes manobras de outomno do exercito allemão, convite que foi acceito, tendo para lá partido os nossos patricios convidados: marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e general Luiz Mendes de Moraes.



Machado de Assis

Na pasta do Exterior o Barão do Rio Branco continuava a sua gigantesca obra, delimitando o territorio brasileiro, tendo sido assignados tratados de limites com a Colombia e Venezuela, em 1907.

No anno seguinte, 1908, commemorando-se o centenario da lei da abertura dos portos do Brasil, realizava-se nesta capital a grande Exposição Nacional, por iniciativa do ministro da Viação, dr. Miguel Calmon.

Nesse mesmo anno, a 29 de Setembro, foi o paiz abalado com a morte do brilhante escriptor carioca dr. Joaquim Maria Machado de Assis, uma das mais legitimas glorias da litteratura brasileira.

Não havia ainda decorrido um mez que desapparecera Machado de Assis, quando, a 27 de Outubro, outro brasileiro notavel baixou ao tumulo: o eminente estadista dr. João Pinheiro.

No anno seguinte, a 15 de Agosto de 1909, falleceu o notavel escriptor dr. Euclydes da Cunha, anno que assignala tambem a morte de dois outros brasileiros illustres: Guimarães Passos e Lucio de Mendonça.

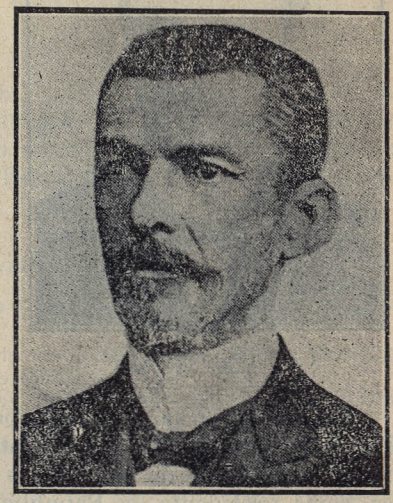
O governo adquiriu para a nossa armada alguns *dreadnoughts*, melhorou o material bellico, instituiu o serviço militar obrigatorio e creou a Caixa de Conversão e o Instituto de Manguinhos, hoje denominado Instituto Oswaldo Cruz, em homenagem ao seu fundador.

Em 14 de Junho de 1909 fallecia o presidente dr. Affonso Penna, cujas ultimas palavras foram: *"Deus, Patria, Liberdade, Familia"*.

Como já houvesse governado mais de dois annos, de accôrdo com a nossa Constituição, coube o poder ao vice-presidente da Republica Dr. Nilo Peçanha, que nelle se conservou até o fim do quadriennio, isto é, até 15 de Novembro de 1910.

Assumindo o poder, inaugurou o dr. Nilo Peçanha o ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, que fôra creado na presidencia Affonso Penna, e cuja necessidade era evidente.

Por morte do Dr. Affonso Penna, retiraram-se os ministros, excepção do do Exterior e da Marinha, que, por insistencia do novo presidente em exercicio, resolveram permanecer nos cargos.



João Pinheiro

Assim organizou o Dr. Nilo Peçanha o seu ministerio:

Interior — Dr. Esmeraldino Olympio Torres Bandeira.

Exterior — Dr. José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco).

Fazenda — Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim.

Viação — Dr. Francisco Sá.

Agricultura — 1º, Dr. Antonio Candido Rodrigues; 2º, Dr. Rodolpho da Rocha Miranda.

Guerra — 1º, General Dr. Carlos Eugenio de Andrade Guimarães; 2º, General José Bernardino Bormann.

Marinha — Vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar.

Em 8 de Setembro de 1909 assignou o governo um tratado de limites com o Perú, pelo qual ficou estabelecido que todas as duvidas surgidas na demarcação, e que porventura não fossem resolvidas amigavelmente pelos dois paizes, seriam submettidas ao julgamento arbitral de tres membros da Sociedade Geographica Real, de Londres, ou da Academia de Sciencias de França. Esses tres membros seriam escolhidos pelo presidente de uma das duas corporações citadas.

Em 30 de Outubro do mesmo anno assignou o governo um outro tratado com o Uruguay, pelo qual o Brasil, num gesto de alta

deferencia para com o paiz amigo, cedeu a este a margem occidental da lagôa Mirim e a oriental do rio Jaguarão, onde eramos senhores da navegação privativa em virtude do tratado negociado em 12 de Outubro de 1851.

Ao governo Nilo Peçanha deve a Republica do Uruguay este alto beneficio e muito especialmente ao saudoso estadista Barão do Rio Branco, que, como nosso ministro do Exterior nessa época, foi, de *motu-proprio*, o autor desse tratado, que muito nos tem elevado aos olhos do mundo culto.

Nilo Peçanha

Além do já exposto, são dignos de registo mais os seguintes factos do periodo governamental do Dr. Nilo Peçanha: a creação em cada Estado do Brasil de uma Escola de Aprendizes Artifices; a creação do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes, por decreto de 20 de Junho de 1910; a completa restauração da Quinta da Bôa Vista, hoje um dos mais soberbos parques do mundo; a creação das linhas de tiro e a inauguração de novos trechos de estradas de ferro, além de muitos outros melhoramentos.

Foi um governo proveitoso para o Brasil. O Dr. Nilo Peçanha alliava ás suas qualidades de intellectual de valor, rara energia e grande capacidade de trabalho, o que demonstrou por mais de uma vez, como presidente da Republica e do Estado do Rio de Janeiro, seu torrão natal.

Mal principiava o ultimo anno de governo do dr. Nilo Peçanha, quando a 17 de Janeiro de 1910, foi o Brasil abalado com a noticia da morte em Washington do nosso eminente patricio, dr. Joaquim Nabuco, uma das mais puras glorias de nossa Patria.

Em 15 de Novembro de 1910 entregou o Dr. Nilo Peçanha o governo ao marechal Hermes da Fonseca, que havia sido eleito em 1 de Março, juntamente com o Dr. Wenceslão Braz, respectivamente presidente e vice-presidente da Republica.

CAPITULO XXXVIII

O SEXTO QUADRIENNIO

(1910 A 1914)

Iniciou-se em 15 de Novembro de 1910 e terminou em 15 de Novembro de 1914, o sexto quadriennio, que teve respectivamente como presidente e vice-presidente o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e o dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes, aquelle rio grandense do sul, e este, mineiro.

O presidente da Republica assim organizou o seu ministerio:

Interior — 1°, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa; 2°, Dr. Herculano Uladisláo de Freitas.

Exterior — 1°, Dr. José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco); 2°, coronel Dr. Lauro Severiano Müller.

Fazenda — 1°, Dr. Francisco Antonio de Salles; 2°, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa.

Viação — 1°, Dr. José Joaquim Seabra; 2°, Dr. José Carlos Barbosa Gonçalves.

Agricultura — 1°, Dr. Pedro de Toledo; 2°, Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira.

Guerra — 1°, General Emygdio Dantas Barreto; 2°, General Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto; 3°, General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva.

Marinha — 1°, Vice-almirante Joaquim Marques Baptista de Leão; 2°, contra-almirante Manoel Ignacio Belfort Vieira; 3°, Vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar.

O sexto quadriennio começou logo com uma revolta, na noite de 22 para 23 de Novembro, levada a effeito por marinheiros que se apossaram dos principaes navios da esquadra, tendo como *cabeça* o marinheiro João Candido.

Um parlamentar, o contra-almirante José Carlos de Carvalho, indo a bordo por mais de uma vez, foi o intermediario entre os revoltosos e o governo, que num gesto de inexplicavel fraqueza lhes

promettera amnistia no caso de entregarem as armas, proposta essa que não foi dignamente cumprida.

Amnistiados pelo Congresso, foram depois presos varios delles e enviados para a ilha das Cobras, onde vieram a morrer, excepção de João Candido.

Esse facto justifica a dupla censura que aqui se faz ao governo, pois a verdade é que, si a elle *cumpria o dever* de reagir ás imposições dos marujos revoltados, *cabia-lhe tambem o dever de respeitar a sua promessa*, já que a sua lamentavel fraqueza não achara solução mais compativel com a dignidade governamental.

Não terminou essa revolta sem que tivessemos a lamentar algumas mortes, entre as quaes a do bravo tenente Mario Alves de Souza, do *scout Bahia*, e a do não menos valente commandante do *Minas Geraes*, capitão de mar e guerra João Baptista das Neves, que morreu heroicamente no seu posto quando pretendia impôr a sua autoridade.

Hermes da Fonseca

Diante da attitude do commandante Baptista das Neves, foi elle assassinado, não sem certo constrangimento da guarnição, pois o bravo official era bemquisto entre os seus commandados.

Só as contingencias do momento concorreram para que tal se désse, e tanto que, após o assassinato, respeitosamente os marinheiros cobriram o corpo do heroico chefe com a bandeira nacional e prestaram todas as homenagens devidas ao seu elevado posto.

Pouco tempo depois deu-se a revolta do Batalhão Naval, que foi tambem suffocada.

Os interesses da politica fizeram com que o governo, embora desrespeitando a Constituição, depuzesse os governadores dos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagôas e Bahia, que foram substituidos por militares, excepção do ultimo Estado.

Excessivamente hostilizado pelas correntes politicas que se degladiavam, o governo decretou o estado de sitio em Março de 1914, prorogando-o até 31 de Dezembro do mesmo anno.

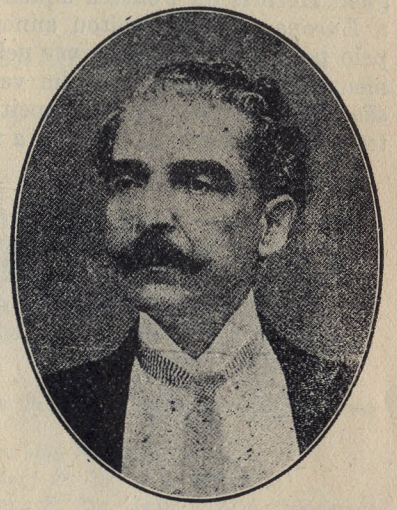
Foi durante esse periodo governamental que a America em peso, e muito particularmente o Brasil, foi abalada pelo fallecimento, em

10 de Fevereiro de 1912, do grande *chanceller* Barão do Rio Branco, que desde 15 de Novembro de 1902 vinha exercendo ininterruptamente as funcções de nosso Ministro do Exterior.

Perda irreparavel, que a Patria ainda lamenta, ficará ella eternamente gravada no coração dos que como elle sempre trabalharem pelo progresso do Brasil.

Nesse mesmo anno falleceram tambem o ex-presidente da Republica dr. Campos Salles, o republicano historico dr. Quintino Bocayuva e o notavel pintor Victor Meirelles.

Em 1911 haviam desapparecido tambem os grandes brasileiros Joaquim Murtinho, Raymundo Corrêa e Araripe Junior, e, em 1913, fallecia na Europa o não menos illustre engenheiro dr. Pereira Passos, cujo corpo embalsamado veio para o Rio de Janeiro.



Pinheiro Machado

No anno seguinte, a 19 de Julho, outro brasileiro illustre deixou de existir: o grande philosopho e critico dr. Sylvio Romero.

Durante esse quadriennio foi duplicada a linha da Estrada de Ferro Central do Brasil na Serra do Mar e executado o plano de saneamento da *Baixada Fluminense* que fôra traçado pelo governo do dr. Nilo Peçanha.

Foi ainda no governo do marechal Hermes que o Brasil, na pessôa do seu ministro do Exterior, coronel dr. Lauro Severiano Müller, retribuiu aos Estados Unidos a visita que em 1906 nos fizera o eminente estadista Elliu Root, então ministro do Exterior daquella nação.

Mais dous factos dignos de registo no quadriennio de que estamos tratando: a mediação exercida pelo Brasil na pendencia entre o Mexico e os Estados Unidos; e a organização do poderoso partido politico denominado *Partido Republicano Conservador*, do qual foi chefe supremo o general José Gomes Pinheiro Machado.

Em 15 de Novembro de 1914, passou o marechal Hermes da Fonseca o governo ao novo presidente, dr. Wenceslão Braz, com quem fôra eleito vice-presidente o maranhense dr. Urbano dos Santos.

Apesar de patriota e do seu bonissimo coração, honesto como os que mais o fossem, individualmente bravo, mas timido como chefe da nação, o marechal Hermes da Fonseca fez máo governo, por não ter tido forças para repellir a politica que o cercava e lhe dirigia os actos governamentaes.

Dahi as continuas manifestações de desagrado que recebeu por parte do povo, manifestações essas que chegaram ao auge no dia em que, sob estrepitosa vaia, deixou o governo da nação.

Eleito senador pelo Rio Grande do Sul, seu torrão natal, resignou Hermes da Fonseca aquelle cargo e retirou-se desgostoso para a Europa, de onde voltou annos depois, sendo então bem recebido pelo povo, que deixou de ver nelle o presidente desastrado para homenagear o soldado, que, em varios cargos technicos de sua profissão, fôra sempre figura respeitavel, e a quem coubera, quando á testa do ministerio da Guerra, a reorganização do Exercito brasileiro.

CAPITULO XXXIX

O SETIMO QUADRIENNIO

(1914 A 1918)

No dia 1 de Março de 1914, tendo sido eleitos respectivamente presidente e vice-presidente da Republica os Drs. Wenceslão Braz Pereira Gomes e Urbano Santos da Costa Araujo, tomaram posse em 15 de Novembro do mesmo anno, em pleno estado de sitio, que hava sido decretado, conforme vimos ha pouco, até 31 de Dezembro.

Iniciou-se assim, o setimo governo da Republica, cujos ministros foram:

Interior — Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.
Exterior — 1°, Dr. Lauro Severiano Müller; 2°, Dr. Nilo Peçanha.
Fazenda — 1°, Dr. Sabino Barroso Junior; 2°, Dr. João Pandiá Calogeras; 3°, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.
Viação — Dr. Augusto Tavares de Lyra.
Agricultura — 1°, Dr. João Pandiá Calogeras; 2°, Dr. José Bezerra; 3°, Dr. J. G. Pereira Lima.
Guerra — Marechal José Caetano de Faria.
Marinha — Almirante Alexandrino Faria de Alencar.

Quando o Dr. Wenceslão Braz tomou posse, em Novembro, lavrava na Europa a guerra entre a França e a Allemanha, começada tres mezes antes, isto é, em 4 de Agosto e terminada em 1919.

Todo o seu quadriennio soffreu, pois, as consequencias dessa guerra que, difficultando a acção governamental de todos os paizes, não podia deixar de ter abalado o Brasil, encarecendo a vida e impopularizando assim o governo, antipathia em que, já em condições mais ou menos identicas, havia incorrido Campos Salles.

Um mez e pouco depois de haver assumido o governo, a 31 de Dezembro, a successão presidencial no Estado do Rio de Janeiro, em face de uma dualidade de assembléas, tinha dado motivo a que o

Supremo Tribunal Federal reconhecesse a legalidade da assembléa legislativa que havia reconhecido o candidato Dr. Nilo Peçanha, que foi empossado no cargo de presidente do Estado, cumprindo assim o Dr. Wenceslão Braz o seu dever, qual o de acatar a decisão do mais alto tribunal de justiça do paiz.

Wenceslão Braz

Conservou-se o Dr. Nilo Peçanha como presidente do Estado do Rio até 5 de Maio de 1917, quando foi nomeado Ministro do Exterior, pasta que se vagára com a renuncia do ministro Dr. Lauro Müller.

Foi durante a gestão ministerial do Dr. Nilo Peçanha que o Brasil declarou guerra á Allemanha, em 26 de Outubro de 1917, collocando-se ao lado das nações alliadas contra aquella.

Motivou esse facto o terem os allemães torpedeado successivamente os navios mercantes brasileiros: *Paraná, Lapa, Tijuca, Macáo* e *Acary,* desrespeitando assim a neutralidade que o Brasil mantinha em face dos acontecimentos que ensanguentavam a velha Europa, desde 4 de Agosto de 1914.

E' do theôr seguinte o decreto n. 3.361 em que o Brasil declara guerra á Allemanha:

"*O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil*:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancciono a seguinte resolução:

Artigo unico — Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da Republica a adoptar as providencias constantes da Mensagem de 25 de Outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa nacional e segurança publica que julgar necessarias, abrindo os creditos precisos e realizando as operações de credito que forem convenientes para esse fim, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1917.

Wenceslão Braz P. Gomes.
Nilo Peçanha.
José Caetano de Faria.
Alexandrino Faria de Alencar.
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.
A. Tavares de Lyra."

Assignada pelo Presidente da Republica, foi então espalhada de N. a S. do paiz a seguinte proclamação:

"Impellido a reconhecer o estado de guerra, que não desejou e que foi obrigado a acceitar depois de uma neutralidade modelar, em vista dos crescentes e graves attentados á nossa bandeira, praticados pelo Governo Allemão, nella entrou o Brasil para defender sagrados direitos, formando ao lado dos que, ha mais de tres annos, se veem batendo pelas conquistas da civilização e pelos direitos da humanidade, tendo já iniciado actos de franca belligerancia, de accôrdo com a deliberação do Poder Legislativo. E' a paz a aspiração permanente do paiz. Foi ella em todos os tempos o ideal da nação, educada nas normas do trabalho pacifico, do progresso, da ordem, do respeito aos direitos alheios. Desde os primeiros dias da independencia, nossa acção internacional jámais se exerceu em detrimento de quem quer que fosse. Nossa extensa linha de fronteiras, nós a fixámos pelo accordo e pelo arbitramento. Nenhum outro paiz offerece, como o nosso, a pratica desse recurso admiravel da arbitragem como solução dos litigios internacionaes. Nunca tivemos guerra de conquista. E a indole do nosso povo está a indicar, em largos annos de vida laboriosa, que não nos movem outros intuitos que não os da paz e do trabalho. Entrando na guerra, a que outros povos já deram o melhor do seu sangue e dos seus recursos, conhece o Brasil a somma de sacrificios que está chamado a fazer. E os encara sem vacillações. Não precisa o Governo traçar a regra de proceder de seus cidadãos. Do littoral aos sertões, cada brasileiro cumprirá seu dever como elle sempre entendeu e entende que deve cumprir. Na lucta sangrenta, cujas surprezas dia a dia annullam os mais avisados calculos, a lição está, porém, a mostrar exemplos e situações que convém não desprezar. E' necessario que se dissipem todas as divergencias internas e que a Nação appareça unida e indivisivel em face do aggressor; para isso o governo aconselha e espera de toda a Republica o maior acatamento ás sus decisões. A imprensa, que nunca faltou com o seu patriotismo, nos momentos graves, se dispensará de discussões inopportunas. Nossas tradições liberaes ensinaram sempre o respeito ás pessoas e bens do inimigo, tanto quanto forem compativeis com a segurança publica, e assim devemos proceder. E' opportuno que aconselhemos a maior parcimonia nos gastos de qualquer natureza, publicos e particulares. Intensifique-se tanto quanto possivel a producção dos campos, afim de que a fome que já bate ás portas da Europa, não nos afflija tambem; e antes possamos ser o celleiro dos nossos alliados. Estejam todas as attenções alerta aos manejos da espionagem que é multiforme, e emmudeçam todas as boccas quando se tratar do interesse nacional."

Declarado o estado de guerra, apossou-se o governo brasileiro dos navios mercantes allemães surtos nos portos da Republica, e dois mezes depois enviou á Europa uma esquadra de seis navios, um corpo de aviadores e uma missão medica, além de ter cedido á França diversos navios mercantes.

Infelizmente não correspondeu esta nação ao nosso gesto de nobreza; pequenos não foram os dissabores para que se effectuasse a entrega dos navios que lhe haviamos cedido...

Durante o mez de Setembro de 1917, adoecendo o Dr. Wenceslão Braz, assumiu a presidencia da Republica, durante alguns dias, o vice-presidente Dr. Urbano Santos.

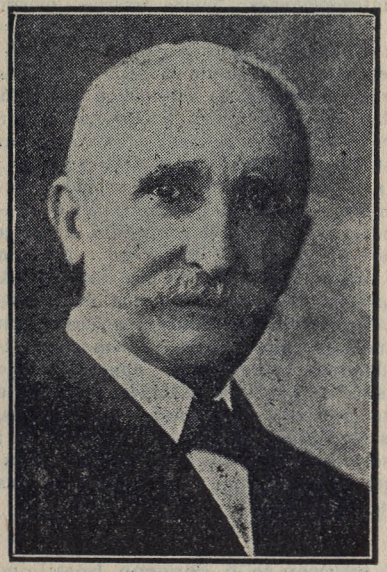
Foi durante este quadriennio que o cidadão Manso de Paiva Coimbra assassinou, pelas costas, no saguão do Hotel dos Estrangei-

ros, em 8 de Setembro de 1915, o prestigioso chefe politico general José Gomes Pinheiro Machado.

Em 1916 falleceram quatro brasileiro illustres: José Verissimo, Affonso Arinos, Arthur Orlando e Garcia Redondo. Em 1917 soffremos a perda dos sabios patricios conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira e Drs. Oswaldo Cruz e José Vieira Fazenda.

No anno seguinte a morte roubava ao Brasil quatro outros vultos de valor: o geographo Barão Homem de Mello, jornalista, Alcindo Guanabara e os poetas Emilio de Menezes e Olavo Bilac.

Durante esse governo fômos ainda victimas de uma terrivel pandemia, a *grippe*, que durante os mezes de Outubro e Novembro de 1918, trouxe o terror á população e o lucto a milhares de familias e á Patria, que perdeu, por essa época, alguns filhos proeminentes.



Urbano Santos

Ainda no mesmo governo foi feita a reforma da lei eleitoral, instituido o sorteio militar, promulgado o Codigo Civil Brasileiro, resolvida a velha questão do Contestado entre Paraná e Santa Catharina e celebrado um accôrdo com a Republica do Uruguay, mediante o qual ficou esta compromettida a duas construcções: uma ponte internacional sobre o rio Jaguarão, ligando os dois paizes, e um Instituto de Trabalho em zona da fronteira abrangendo igualmente terras brasileiras e uruguayas. Pelo mesmo accôrdo ficou estipulado desistir o Brasil do que lhe devia o Uruguay: um milhão sessenta e tres mil oitocentos e vinte nove libras esterlinas (£ 1.063.829).

Quatro dias antes do dr. Wenceslão Braz deixar o governo, em 11 de Novembro de 1918, foi assignado o armisticio entre a Allemanha e as nações contra ella alliadas, entre as quaes estava o Brasil.

CAPITULO XL

O OITAVO QUADRIENNIO

(1918 A 1922)

Quando em 1 de Março de 1918 foram realizadas no paiz as eleições para presidente e vice-presidente da Republica, foram respectivamente eleitos os Drs. Francisco de Paula Rodrigues Alves e Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

Reconhecidos pelo Congresso, deviam tomar posse em 15 de Novembro do mesmo anno, succedendo respectivamente aos Drs. Wenceslão Braz e Urbano Santos.

Delfim Moreira

Enfermo, porém, o Dr. Rodrigues Alves, na sua cidade natal, Guaratinguetá, não pôde no dia 15 tomar posse do cargo, razão por que o vice-presidente Dr. Delfim Moreira, após ser empossado nesse cargo, assumiu interinamente o de presidente, até que o Dr. Rodrigues Alves, restabelecido, pudesse embarcar para o Rio.

Melhorando um pouco o dr. Rodrigues Alves veio dias depois para esta capital e, aqui, aggravando-se os seus padecimentos, falleceu em 16 de Janeiro de 1919, sem ter chegado a tomar posse do seu alto cargo.

Cobriu-se a Patria de lucto com a morte de um dos seus maiores estadistas. O corpo do Dr. Rodrigues Alves foi conduzido para Guaratinguetá, onde se fez a inhumação.

O ministerio que o Dr. Rodrigues Alves havia escolhido e que desde 15 de Novembro de 1918 exercia o governo com o Dr. Delfim Moreira, era o seguinte:

Interior — Dr. Urbano Santos da Costa Araujo.
Exterior — Dr. Domicio da Gama.
Fazenda — Dr. Amaro Cavalcanti.
Viação — Dr. Afranio de Mello Franco.
Agricultura — Dr. Antonio de Padua Salles.
Guerra — General Alberto Cardoso de Aguiar.
Marinha — Contra-Almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira.

Fallecendo o dr. Rodrigues Alves, procedeu-se a nova eleição para presidente, de accôrdo com a Constituição, visto que não haviam decorrido dois annos de governo.

Emquanto o novo presidente não era eleito e reconhecido, o vice-presidente, dr. Delfim Moreira, occupou interinamente a presidencia, o que aliás já vinha fazendo desde 15 de Novembro.

O ministerio pediu demissão, tendo, porém, o dr. Delfim Moreira insistido com os ministros para que continuassem nos seus cargos até ao fim da interinidade.

Um apenas, o ministro da Fazenda, dr. Amaro Cavalcanti, por ter insistido em sua demissão, foi substituido pelo dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza.

Não podia ter sido mais acertada a escolha do dr. Delfim. O novo ministro da Fazenda mostrou-se digno do apreço publico pela seriedade que imprimiu aos negocios do seu ministerio e pela suas admiraveis qualidades de administrador.

Foi proveitosa para o Brasil a interinidade do dr. Delfim Moreira, que deixou a presidencia coberto de applausos, de que aliás se fez credor pelo criterio e honradez com que soube dirigir os destinos da nossa estremecida patria.

Foi durante a interinidade do dr. Delfim Moreira que começaram a organizar-se as primeiras reuniões da Conferencia da Paz, depois da guerra que ensanguentára a Europa. Coube a S. Ex. a escolha do nosso representante junto a esse Congresso, que se ia reunir em Versailles (França).

Convidou o dr. Delfim Moreira para esse posto de summo destaque o nosso eminente patricio dr. Ruy Barbosa. Não podendo este acceitar o convite, conforme fez publico, foi escolhido o senador dr. Epitacio Pessôa, que seguiu para a França afim de desempenhar a honrosa investidura levando o concurso dos drs. Raul Fernandes, Olyntho de Magalhães e João Pandiá Calogeras.

Com referencia ao papel desempenhado pelo Brasil nesse Congresso basta observar que, sendo o Conselho Executivo da Liga das Nações composto apenas de nove membros, um dos escolhidos foi o nosso embaixador.

Quando se realizou a eleição do substituto de Rodrigues Alves, foi eleito o dr. Epitacio Pessôa, então nosso Embaixador no Congresso da Paz reunido em Versailles.

Reconhecido pelo Congresso, em 10 de Julho de 1919, o illustre jurisconsulto, já então em viagem para o Rio de Janeiro, aqui chegou a bordo do couraçado norte americano *Idaho*, no dia 21, tomando posse do governo sete dias depois, isto é, no dia 28 de Julho de 1919.

Epitacio Pessôa

Terminou ahi a interinidade do dr. Delfim Moreira que voltou ao seu logar de vice-presidente da Republica e, conseguintemente, ao de presidente do Senado, posto em que veio a fallecer na madrugada de 1 de Julho de 1920, na cidade de Santa Rita do Sapucahy (Minas Geraes), ficando assim vago o cargo de vice-presidente da Republica, para o qual foi eleito, em 5 de Setembro de 1920, o dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva, então senador pelo Estado de Minas Geraes.

Tomando posse o Dr. Epitacio Pessôa, assim organizou o seu ministerio:

Interior — 1°, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello; 2°, Dr. Joaquim Ferreira Chaves.
Exterior — Dr. José Manoel Azevedo Marques.
Fazenda — Dr. Homero Baptista.
Viação — Dr. José Pires do Rio.
Agricultura — Dr. Ildefonso Simões Lopes.
Guerra — Dr. João Pandiá Calogeras.
Marinha — 1°, Dr. Raul Soares de Moura; 2°, Dr. Joaquim Ferreira Chaves; 3°, Dr. João Pedro Veiga Miranda.

Por estar na Europa o dr. João Pandiá Calogeras, como membro da Embaixada Brasileira, o ministerio da Guerra ficou interinamente sob a direcção do titular do Interior e Justiça, dr. Alfredo Pinto, até 19 de Setembro de 1919, quando o dr. Calogeras tomou posse.

Em 3 de Setembro de 1920 assignou o dr. Epitacio Pessôa o decreto legislativo n. 4.120 revogando os artigos 1° e 2° do decreto do Governo Provisorio n. 78 A, de 21 de Dezembro de 1889, pelo qual fôra banida a familia imperial do Brasil.

Pelo mesmo decreto 4.120 foi autorizada a transladação para o Brasil dos despojos mortaes do ex-imperador D. Pedro II e de sua esposa D. Tereza Christina.

Por essa occasião, D. Izabel, a *Redemptora*, filha de D. Pedro II, enviou ao deputado mineiro Dr. Francisco Valladares, autor do projecto de revogação do banimento da ex-familia imperial, um telegramma em que dizia: *"Grata á sua iniciativa e á decisão tomada pelo Brasil para mim e minha familia, á nossa querida Patria sempre desejamos e desejaremos o melhor futuro."*

Dias depois, a 19 do mesmo mez de Setembro, recebia o Brasil a honrosa visita do rei da Belgica, Alberto I, que veio em companhia de sua esposa, a rainha Elizabeth, e de seu filho, o principe Leopoldo. A convite do dr. Epitacio Pessôa os illustres monarchas vieram conhecer a nossa Patria, para aqui se transportando a bordo do couraçado *S. Paulo*, que os foi buscar, tendo SS. MM. embarcado no porto de Zeebrugge no dia 1 de Setembro.

Sob o delirio da multidão desembarcaram os heroicos reis da Belgica, apresentando nesse dia a cidade do Rio de Janeiro um aspecto festivo de rara imponencia.

Os soberanos percorreram os Estados do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, regressando á Belgica a 16 de Outubro do mesmo anno, repetindo o nosso povo por essa occasião as mesmas provas de carinho de que se tornaram merecedores os abnegados defensores da civilização, que fizeram de um pequeno paiz a grande e respeitada Belgica de hoje.

SS. MM. regressaram ainda a bordo do *São Paulo* que, de volta, trouxe de Portugal os despojos mortaes de D. Pedro II e de sua esposa, acompanhando os quaes vieram o Conde d'Eu e seu filho, o principe D. Pedro.

No anno seguinte, a 23 de Junho de 1921, perdeu a patria um filho illustre: o festejado escriptor e jornalista dr. Paulo Barreto, cujos funeraes constituiram verdadeira sagração ao chronista eminente que tanto amou o Rio de Janeiro, seu berço e seu tumulo.

Mezes depois, a 14 de Novembro de 1921, era o Brasil abalado com a noticia do fallecimento em Paris, da princeza D. Izabel, a Redemptora. O governo, em attenção aos relevantes serviços que ella prestára á Patria, como regente, por mais de uma vez, do Brasil, resolveu que lhe fossem tributadas honras funebres de Chefe de Estado, sendo decretado luto nacional por tres dias.

No mez seguinte, no dia 28, o decreto legislativo 4.419, mandou trasladar para o Brasil, em navio de guerra, o corpo da nossa saudosa patricia.

A 20 de Janeiro de 1922, por estar sendo arrasado o morro do Castello, foi transladada em imponente cortejo religioso e civico, d'aquelle morro para o Mosteiro dos Capuchinhos, á rua Conde de Bomfim, a imagem de S. Sebastião, bem como as cinzas de Estacio de Sá e o Marco da fundação da cidade.

No dia 1 de Março, sob grande agitação politica, como até então não se tinha observado, realizaram-se em todo o paiz as eleições para os cargos de presidente e vice-presidente da Republica, tendo sido eleitos respectivamente os Drs. Arthur da Silva Bernardes e Urbano Santos da Costa Araujo.

Poucos mezes depois, fallecendo o ultimo, procedeu-se a nova eleição, sendo eleito vice-presidente o dr. Estacio de Albuquerque Coimbra.

Para concorrer á cadeira da vice-presidencia da Republica, deixára o Dr. Urbano Santos o logar de governador do Maranhão, passando-o ao vice-governador Dr. Raul Machado, quando a intensa agitação politica que lavrava de norte a sul do paiz fez com que a 26 de Abril rebentasse naquelle Estado um movimento revolucionario, tendo a policia estadual deposto ás 5 horas da manhã o dr. Raul Machado e organizado os revoltosos uma junta governativa provisoria composta dos Drs. Tarquinio Lopes Filho, Araujo Costa, Leoncio Rodrigues e desembargador Rodrigo Octavio.

No dia seguinte, porém, á 1 hora da madrugada, o vice-governador foi reposto, por ordem do Presidente da Republica.

A 15 de Maio do mesmo anno chegavam a bordo do *Bagé* os restos mortaes do grande brasileiro Manoel de Araujo Porto Alegre, Barão de Santo Angelo, fallecido na Europa em 1879.

Continuava o paiz entregue á agitação de partidos politicos, quando á 1,30 da madrugada de 5 de Julho de 1922, revoltou-se o forte de Copacabana, commandado pelo capitão Euclydes Hermes da Fonseca.

A elle adheriram o forte do Vigia e a Escola Militar, cujos alumnos, em numero de 588, marcharam para a Villa Militar sob o commando do coronel José Maria Xavier de Brito Junior.

Julgavam os moços estudantes que as tropas da Villa Militar fariam causa commum com elles, mas foram pelas mesmas batidos e obrigados a capitular.

Na Villa Militar houve apenas o levante de um pelotão do 1º Regimento de Infantaria, promptamente suffocado, pois a forças d'ali mantiveram-se fieis ao governo.

O marechal Hermes da Fonseca, que para ali seguira, e a quem, segundo era vóz corrente, devia caber o commando dos revoltosos contra o governo, foi preso pelo general Alfredo Ribeiro da Costa.

Desilludidos, os revoltosos do forte de Copacabana, abandonaram-n'o, e d'elles apenas 28 sob a direcção do tenente Siqueira Campos foram assaltar as forças legaes na praia, encontrando quasi todos a morte na luta que ahi se travou.

Querendo fazer causa commum com os revoltosos do Rio, sublevaram-se tambem as forças federaes aquarteladas em Matto Grosso, sob o commando do general Clodoaldo da Fonseca, não indo, porém, ávante o movimento diante do fracasso da revolta na capital da Republica.

Decretou então o governo, a 5 de Julho, o estado de sitio, que foi successivamente prorogado, permanecendo em vigor até 23 de Dezembro do anno seguinte (1923).

Continuam ainda em julgamento os militares implicados nesse movimento revolucionario.

Além dos factos já relatados, são dignos de menção os seguintes, occorridos em 1922: a chegada ao Rio de Janeiro em 17 de Junho dos bravos aviadores portuguezes commandantes Carlos Gago Coutinho e Arthur Saccadura Cabral, que arrojadamente venceram o "raid" aereo Lisbôa-Rio de Janeiro; o fallecimento do illustre professor e jurisconsulto dr. Antonio Francisco da Silva Marques, no dia 26 de Agosto; o desapparecimento do Conde d'Eu, que em viagem para o Rio de Janeiro, attrahido pelos festejos do Centenario, falleceu repentinamente a 28 de Agosto a bordo do *Massilia*, causando o facto profunda consternação em nossa Patria, pois o valente cabo de guerra, que combateu ao lado dos brasileiros no Paraguay, era um dos nossos maiores amigos; e a celebração do Centenario da Independencia do Brasil, levada a effeito com grandes festas e uma sumptuosa Exposição Internacional, á qual trouxeram o seu concurso quasi todas as nações do mundo, tendo mesmo uma d'ellas, Portugal, enviado em pessoa o seu presidente, o grande tribuno dr. Antonio José de Almeida.

No dia 15 de Novembro o dr. Epitacio Pessôa passou o governo ao novo presidente, dr. Arthur Bernardes, seguindo alguns dias depois para a Italia em viagem de recreio e regressando ao Rio em Agosto do anno seguinte.

CAPITULO XLI

O NONO QUADRIENNIO

(1922 A 1926)

A 15 de Novembro de 1922 iniciou-se o novo quadriennio, assumindo respectivamente os cargos de presidente e vice-presidente da Republica os Drs. Arthur da Silva Bernardes e Estacio de Albuquerque Coimbra.

O ministerio organizado pelo Dr. Arthur Bernardes, ficou assim constituido:

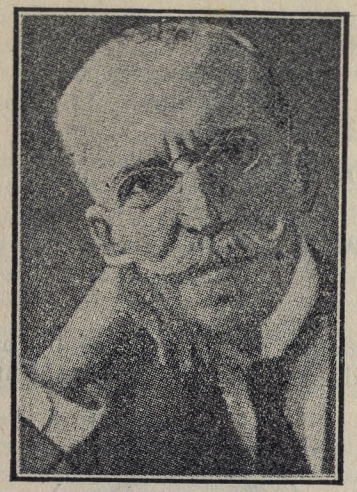
Interior — 1°, Dr. João Luiz Alves; 2°, Dr. Affonso Penna Junior.
Exterior — Dr. José Felix Alves Pacheco.
Fazenda — 1°, Dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal; 2°, Dr. Annibal Freire da Fonseca.
Viação — Dr. Francisco Sá.
Agricultura — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.
Guerra — General Dr. Fernando Setembrino de Carvalho.
Marinha — 1°, Almirante Alexandrino Faria de Alencar; 2°, Contra-almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz.

Arthur Bernardes

Não haviam ainda decorrido dois mezes de governo quando a situação creada pela politica do Estado do Rio de Janeiro levou o governo federal, em 11 de Janeiro de 1923, a nomear um interventor para aquelle Estado até que se resolvesse definitivamente o caso em questão. Recahiu a escolha na pessôa do dr. Aurelino de Araujo Leal, antigo chefe de policia do presidente Wenceslão

Braz, que no cargo de interventor se manteve até 23 de Dezembro do mesmo anno, dia em que tomou posse o novo presidente do Estado, ficando assim resolvida a questão.

Logo no inicio desse quadriennio perdeu a Patria um filho notavel: ás 8.25 da noite de 1 de Março de 1923, na avenida Ypiranga, em Petropolis, desappareceu dentre os vivos esse vulto extraordinario que se chamou Ruy Barbosa.



Ruy Barbosa

Ainda sangra o coração brasileiro com essa perda irreparavel.

Transportado o seu corpo de Petropolis para esta capital, foi o mesmo exposto á visitação publica na Bibliotheca Nacional, de onde sahiu o enterro, tendo o governo concedido ao grande tribuno as honras de Chefe de Estado.

Com Ruy Barbosa desappareceu uma das maiores mentalidades do mundo.

A casa em que morava o eminente brasileiro, á rua S. Clemente, 134, nesta Capital, agora transformada em "Museu Ruy Barbosa", foi adquirida pelo governo, bem como a bibliotheca, o archivo e os direitos autoraes das obras do notavel jurisconsulto.

Uma delegação chefiada pelo deputado Dr. Afranio de Mello Franco foi enviada ao Chile em Abril de 1923 afim de tomar parte na V Conferencia Internacional Pan Americana, que se reuniu na capital d'aquelle paiz.

Mal começou o mez de Maio, no dia 2, a morte ceifou mais uma vida preciosa: a do eminente professor e philologo Dr. Maximino Maciel, um dos mais bellos talentos do magisterio brasileiro.

Quatro mezes depois, em Setembro, dois outros brasileiros de destaque baixaram ao tumulo: o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ex-presidente da Republica e o almirante Julio Cezar de Noronha, ex-ministro da Marinha, aquelle no dia 9 e este no dia 11.

No Rio Grande do Sul, durante alguns mezes, houve luta entre irmãos, que, por simples questões de politica regional, ensanguentaram a terra gaucha. Terminou essa luta de partidos no dia 15 de Dezembro de 1923, por mediação do governo federal representado pelo marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra.

Cinco dias depois, isto é, no dia 20, foi reorganizado a assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes, sendo creado, nesta Capital, o Abrigo e o Juizo dos menores.

No anno seguinte (1924) tivemos a lamentar o desapparecimento de dois grandes vultos: os drs. Nilo Peçanha e Aurelino Leal, aquelle fallecido ás 4 horas da tarde do dia 31 de Março e este em Junho.

No mez seguinte — 5 de Julho de 1924 — exactamente no dia em que se completavam dois annos da revolta do forte de Copacabana (que tivemos occasião de estudar no governo Epitacio Pessôa) surgiu uma nova rebellião, esta em S. Paulo, tendo como chefe o general Izidoro Dias Lopes.

Alastrou-se o movimento por diversos outros Estados, o que levou o Governo a decretar o estado de sitio não só para esta Capital como para o Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso.

De posse da capital paulista ali se conservaram os revoltosos desde o dia 5 até 28, quando foi a cidade abandonada, internando-se os mesmos pelo interior do paiz, onde se mantiveram em attitude hostil durante mais de dois annos. O movimento só terminou em principio de 1927, já no governo do dr. Washington Luis.

Data dessa epoca a infeliz creação dos celebres *batalhões patrioticos*, organizados para combater os revoltosos, mas cuja organização só pode achar justificativa — si é que pode ser justificada a organização de tantos bandos de malfeitores — no receio do governo de que tanta gente perigosa pudesse fazer causa commum com os rebeldes.

E tanto não é facil applaudir a ideia do governo que um dos seus antigos membros, o sr. Felix Pacheco, que foi ministro do Exterior, escrevendo algum tempo depois sobre o assumpto, collocou a questão nos seus verdadeiros termos, não vacillando em resaltar os inconvenientes de taes batalhões, compostos, como disse, de *ladriotas* e *patriopanças*. E, então, assim externou seu juizo: "O presidente precisava vencer, e não era tão ingenuo que fosse deixar aberta a possibilidade de tanta gente perigosa ir engrossar as columnas rebeldes. Queremos nos referir aos chamados "batalhões patrioticos", de que tanto se serviu e abusou o passado governo para dar combate ás columnas rebeldes que o mantiveram, durante todo o quadriennio presidencial, em sobresaltos e temores.

Forças organizadas a soldo do erario publico, que para esse fim soffria frequentes e quantiosas sangrias, e compostas, principalmente, de bandoleiros faccinorosos, verdadeiros profissionaes do latrocinio e da pilhagem, recrutados no recesso despoliciado dos sertões, o seu emprego só se poderá talvez explicar pelo ostensiva abstenção das tropas do Exercito em executar as operações determinadas.

Poder-se-ha explical-o; nunca, porém, justificar o abuso."

Outros factos dignos de registo nesse quadriennio: a eleição do Dr. Epitacio Pessôa para membro da Côrte Permanente de Justiça Internacional em substituição ao grande tribuno Ruy Barbosa; o incendio de duas *chatas,* junto á ilha do Cajú e cujo fogo attingiu ali o deposito de inflammaveis, provocando enorme explosão e destruindo numerosas vidas e habitações (Fevereiro de 1925); e a passagem pelo Rio de Janeiro, a 11 de Março, do eminente estadista dr. Arturo Alessandri, presidente do Chile, que, de volta da Europa, teve aqui condigna recepção por parte do governo e do povo que fez a S. Ex. calorosa manifestação de apreço, testemunhando assim, mais uma vez, a grande amizade que nos inspira o bello paiz dos Andes.

Poucos mezes depois, em Julho de 1925, cobriu-se a Patria de luto com o fallecimento do eminente republicano historico dr. Lopes Trovão, cujos funeraes constituiram uma verdadeira consagração á memoria do impolluto patricio a quem a Republica Brasileira deve os mais assignalados serviços.

Em 1926 houve dois factos que merecem registo: o fallecimento, em 30 de Julho, do eminente politico dr. Lauro Müller, e a reforma da Constituição, publicada a 7 de Setembro.

Nesse mesmo anno, tres mezes depois, isto é, em 15 de Novembro de 1926 terminou o nono quadriennio, passando o governo ás mãos dos drs. Washington Luis Pereira de Souza e Fernando de Mello Vianna, aquelle fluminense e este mineiro, ambos eleitos a 1 de Março respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Republica.

CAPITULO XLII

O DECIMO QUADRIENNIO

(1926 A 1930)

O decimo quadriennio teve inicio a 15 de Novembro de 1926, quando tomaram posse dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Republica os drs. Washington Luis Pereira de Souza e Fernando de Mello Vianna.

O Presidente da Republica assim organizou o ministerio:

Interior — Dr. Augusto Vianna do Castello.
Exterior — Dr. Octavio Mangabeira.
Fazenda — 1°, Dr. Getulio Dornellas Vargas; 2°, Dr. Francisco Cnaves de Oliveira Botelho.
Viação — Dr. Victor Konder.
Agricultura — Dr. Geminiano Lyra Castro.
Guerra — General Nestor Sezefredo dos Passos.
Marinha — Contra-almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz.

Washington Luis

Tres mezes depois de iniciado este quadriennio, isto é, a 10 de Fevereiro de 1927, foi suspenso o estado de sitio que se vinha mantendo desde o governo anterior, que o decretara e prorogara.

Dos factos dignos de registo durante a administração Dr. Washington Luis, mencionaremos os seguintes, todos occorridos em 1928: a inauguração em 5 de Maio, da estrada de rodagem Rio-S. Paulo; a transladação para o cemiterio de S. João Baptista, em 16 de Maio, dos despojos dos marujos brasileiros, que fi-

zeram parte da divisão de guerra que o Brasil enviara á Europa, em Dezembro de 1917, e que, mortos em Dakar, em 1918, victimas da terrivel *"grippe"*, que assolou naquella época grande parte do mundo, vieram annos depois para a Patria, a bordo do paquete *"Ubá"*; a inauguração, em 11 de Junho, do grande dique "Arthur Bernardes"; e o decreto de 27 de Junho, regulando a situação dos indios nascidos em territorio nacional.

Ainda nesse mesmo anno, 1928, passou a Patria pelo rude golpe de perder varios filhos illustres: o polygrapho dr. Carlos de Laet; o dr. Epaminondas Jácome, ex-governador do Acre, que lhe deve os mais assignalados serviços; o professor e jurisconsulto dr. Esmeraldino Bandeira, ex-ministro do Interior e Justiça na administração do dr. Nilo Peçanha; o senador dr. Bueno de Paiva, ex-vice-presidente da Republica; o historiador Oliveira Lima; e o dr. Alfredo de Barros Moreira, embaixador do Brasil na Belgica, e decano do nosso corpo diplomatico.

Foi ainda nesse periodo presidencial, que a população carioca vibrou de enthusiasmo patriotico, na tarde de 5 de Julho de 1927, com a chegada ao Rio de Janeiro do *"Jahú"*, o glorioso avião do nosso jovem patricio João Ribeiro de Barros, que atravessou o Atlantico, ligando pelos ares a Europa ao Brasil.

O governo Washington Luis deu grande attenção a abertura de rodovias e ao embellezamento da nossa capital, tendo o seu prefeito Antonio Prado levado a effeito a remodelação de praças e jardins e a construcção do enorme edificio da antiga Escola Normal, hoje transformada no Instituto de Educação, que é, no genero, o mais notavel estabelecimento de ensino sul-americano.

Vinte e dois dias antes de completar o quadriennio o dr. Washington Luis foi deposto, em virtude de um movimento revolucionario que, iniciado a 3 de Outubro, triumphou definitivamente no dia 24 do mesmo mez, passando o governo ás mãos de uma junta composta de tres membros (o almirante Isaias de Noronha e os generaes Tasso Fragoso e Menna Barreto), junta que entregou o governo, pouco depois, ao dr. Getulio Vargas, dictador escolhido pelos revoltosos.

CAPITULO XLIII

O GOVERNO PROVISORIO

(1930 A 1934)

Assumindo a dictadura a 3 de Novembro de 1930, o dr. Getulio Vargas resolveu crear dois novos ministerios: o do Trabalho e o da Educação e Saúde Publica.

Durante este governo provisorio passaram pelas differentes pastas os seguintes cidadãos:

Interior — 1°, Dr. Oswaldo Aranha; 2°, Dr. Mauricio Cardoso; 3°, Dr. Antunes Maciel.
Exterior — 1°, Dr. Afranio de Mello Franco; 2°, Dr. F. B. Cavalcanti de Lacerda.
Fazenda — 1°, Dr. José Maria Whitaker; 2°, Dr. Oswaldo Aranha.
Viação — Dr. José Americo de Almeida.
Agricultura — 1°, Dr. Paulo de Moraes e Barros; 2°, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil; 3°, major Dr. Juarez Fernandes Tavora.
Trabalho — 1°, Dr. Lindolpho Collor; 2°, Dr. Salgado Filho.
Educação — 1°, Dr. Francisco Campos; 2°, Dr. Washington Ferreira Pires.
Guerra — 1°, general José Fernandes Leite de Castro; 2°, general Espirito Santo Cardoso; 3°, general Pedro Aurelio de Góes Monteiro.
Marinha — 1°, almirante Arthur Thompson; 2°, almirante Isaias de Noronha; 3°, almirante Conrado Heck; 4°, almirante Protogenes Guimarães.

O governo dictatorial foi o governo dos decretos, para o que basta notar que durante este periodo foram expedidas cêrca de 5.500 leis!

O facto mais notavel do governo provisorio foi a revolução constitucionalista de S. Paulo em 1932, na qual ficou mais uma vez patente a indomita bravura dos filhos do mais adiantado Estado do Brasil.

Durante este governo cobriu-se a Patria de luto com o fallecimento em Santos do notavel engenheiro Alberto Santos Dumont — o Pae da Aviação — cujo corpo levado a principio para a ci-

dade de S. Paulo, foi d'ahi trasladado para a do Rio de Janeiro a 18 de Dezembro de 1932.

No anno seguinte, a 2 de Fevereiro, outra grande perda soffreu o Brasil com o desapparecimento do notavel engenheiro e professor dr. André Gustavo Paulo de Frontin, uma das mais legitimas glorias de nossa Patria.

Durante este mesmo anno de 1933, respectivamente em Maio e Junho, dois outros brasileiros notaveis baixaram ao tumulo: Abelardo da Cunha Lobo, insigne jurisconsulto; e José Francisco da Rocha Pombo, notavel historiador.

E' facto digno de registo, ainda em 1933, a eleição realizada a 3 de Maio para a organização de uma Assembléa Constituinte que deveria dar ao Brasil uma nova Constituição e eleger o presidente da Republica.

Destas incumbencias se desobrigou a mesma a 16 de Julho de 1934, quando foi dado por findo o governo provisorio, tres mezes antes de terminar o qual, no dia 13 de Abril, cobriu-se a Patria de luto com a morte de um dos seus filhos mais notaveis, o sabio e eminente polygrapho dr. João Ribeiro.

Nove dias depois deste triste acontecimento nova perda soffreu o Brasil com a morte do poeta, escriptor e antigo magistrado dr. Augusto de Lima, ao qual se seguiram no curto intervallo de dois mezes dois outros patricios notaveis: o sabio medico dr. Miguel Couto e o jornalista e escriptor Medeiros e Albuquerque, este fallecido no dia 9 e aquelle no dia 6, ambos no mez de Junho.

São factos tambem dignos de registo occorridos durante o governo dictatorial as visitas que o Brasil recebeu respectivamente em 1933 e 1934 dos presidentes Agustin Justo, da Argentina, e Gabriel Terra, do Uruguay, tendo ambos recebido em nosso paiz as mais inequivocas provas de estima e admiração, não só por parte do governo como tambem do povo.

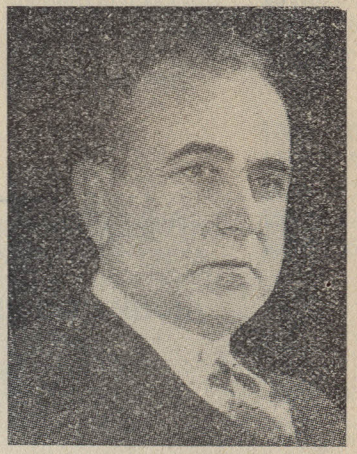
CAPITULO XLIV

O UNDECIMO QUADRIENNIO

(1934 A 1938)

Promulgada a nova Constituição do Brasil e escolhido o presidente da Republica iniciou-se o undecimo quadriennio, que deverá terminar a 16 de Julho de 1938.

Tal como succedera no primeiro governo provisorio, quando Deodoro escolhido pelos congressistas passou de dictador a presidente constitucional, os representantes do povo, em 1934, tiveram gesto identico, escolhendo para presidente da Republica o antigo dictador dr. Getulio Vargas.



Getulio Vargas

Assumindo o governo, já agora na qualidade de presidente da Republica, S. Ex.ª organizou o seu ministerio, no qual só conservou dois dos seus antigos auxiliares de governo provisorio: os titulares da Guerra e da Marinha.

O ministerio ficou assim organizado:
Interior — Dr. Vicente Ráo.
Exterior — Dr. José Carlos de Macedo Soares.
Fazenda — Dr. Arthur de Souza Costa.
Viação — Dr. João Marques dos Reis.
Agricultura — Dr. Odilon Braga.
Trabalho — Dr. Agamemnon Magalhães.
Educação — Dr. Gustavo Capanema.
Guerra — General Pedro Aurelio de Góes Monteiro.
Marinha — Almirante Protogenes Guimarães.

Quatro mezes depois de iniciado este quadriennio, isto é, em Novembro de 1934, tres brasileiros notaveis baixaram ao tumulo: os notaveis medicos Carlos Chagas e Benjamin Baptista e o fecundo escriptor Coelho Netto.

O actual governo é muito novo para que sobre elle possamos fazer julgamento acertado.

Oxalá, que em 1938, ao terminar o actual quadriennio, nós, filhos desta grande Patria, possamos proclamar com orgulho que o governo Getulio, fazendo com que o Brasil désse mais um passo para a gloria que lhe reserva o futuro, conservou a nossa integridade territorial, mantendo o Brasil ainda o seu posto de primeira nação sul americana e potencia de prestigio indiscutivel no conceito mundial.

TABOA CHRONOLOGICA DOS 5 PERIODOS EM QUE SE DIVIDE A HISTORIA DO BRASIL

1º PERIODO (BRASIL PORTUGUEZ)

(1500-1581)

REIS DE PORTUGAL

D. Manoel I	1495-1521
D. João III	1521-1557
D. Sebastião	1557-1578
D. Henrique	1578-1580
Governo interino	1580-1581

GOVERNADORES GERAES DO BRASIL

1º	Thomé de Souza	1549-1553
2º	Duarte da Costa	1553-1558
3º	Mem de Sá	1558-1572
4º	Luiz de Brito e Almeida	1572-1578
5º	Diogo Lourenço da Veiga	1578-1581

2º PERIODO (BRASIL ESPANHOL)

(1581-1640)

REIS

Philippe II	1580-1598
Philippe III	1598-1621
Philippe IV	1621-1640

GOVERNADORES

	Governo interino	1581-1583
6º	Manoel Telles Barreto	1583-1587

	Governo interino	1587-1591
7º	Francisco de Souza	1591-1602
8º	Diogo Botelho	1602-1608
9º	Diogo de Menezes Siqueira	1608-1612
10º	Gaspar de Souza	1612-1617
11º	Luiz de Souza	1617-1622
12º	Diogo de Mendonça Furtado	1622-1624
13º	Mathias de Albuquerque	1624-1625
14º	Francisco de Moura Rolim	1625-1626
15º	Diogo Luiz de Oliveira	1626-1635
16º	Pedro da Silva (*o Duro*)	1635-1639
17º	Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre	1639-1640
18º	Jorge de Mascarenhas, Marquez de Montalvão, 1º Vice-Rei do Brasil	1640-1641

3º PERIODO (BRASIL PORTUGUEZ)

(1640-1822)

REIS

D.	João IV	1640-1656
D.	Affonso VI	1656-1683
D.	Pedro II	1683-1706
D.	João V	1706-1750
D.	José I	1750-1777
D.	Maria I	1777-1816

GOVERNADORES

	Governo interino	1641-1642
19º	Antonio Telles da Silva	1642-1647
20º	Telles de Menezes, Conde de Villa Pouca	1647-1650
21º	João Rodrigues de Vasconcellos e Souza, Conde de Castello Melhor	1650-1654
22º	D. Jeronymo de Athayde, Conde de Atouguia	1654-1657
23º	Francisco Barreto de Menezes	1657-1663
24º	D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Obidos, 2º Vice-Rei do Brasil	1663-1667
25º	Alexandre de Souza Freire	1667-1671
26º	Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena	1671-1675
	Governo interino	1675-1678
27º	Roque da Costa Barreto	1678-1682
28º	Antonio de Souza de Menezes, o *Braço de Prata*	1682-1684
29º	Antonio Luiz de Souza Tello de Menezes, Marquez das Minas	1684-1687
30º	Mathias da Cunha	1687-1690

31º	Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho	1690-1694
32º	D. João Lencastre	1694-1702
33º	D. Rodrigo da Costa	1702-1705
34º	Luiz Cesar de Menezes	1705-1710
35º	D. Lourenço de Almeida	1710-1711
36º	Pedro de Vasconcellos e Souza	1711-1714
37º	D. Pedro de Noronha, Marquez de Angeja, 3º Vice-Rei do Brasil	1714-1718
38º	D. Sancho de Faro, Conde de Vimieiro	1718-1720
39º	Vasco Fernandes Cesar de Menezes, 4º Vice-Rei do Brasil	1720-1735
40º	André de Mello e Castro, Conde das Galvêas, 5º Vice-Rei do Brasil	1735-1749
41º	D. Luiz Menezes de Athaide, Conde de Atouguia, 6º Vice-Rei do Brasil	1749-1755
42º	D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, 7º Vice-Rei do Brasil	1755-1760
43º	Antonio de Almeida Soares e Portugal, Marquez do Lavradio, 8º Vice-Rei do Brasil	1760
	Governo provisorio	1760-1763

VICE-REIS

1º	Antonio Alvares da Cunha, Conde da Cunha	1763-1767
2º	Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja	1767-1769
3º	Luiz de Almeida Portugal, Marquez do Lavradio	1769-1779
4º	D. Luiz de Vasconcellos e Souza	1779-1790
5º	José Luiz de Castro, Conde de Rezende	1790-1801
6º	Fernando de Portugal e Castro, Marquez de Aguiar	1801-1806
7º	Marcos de Noronha, Conde dos Arcos	1806-1808

De 1808 a 1821 foi o Brasil governado directamente por D. João, Principe Regente, mais tarde D. João VI, que aqui esteve estabelecido com a familia real portugueza, foragido da patria, que fora invadida pelos francezes.

4º PERIODO (BRASIL IMPERIO INDEPENDENTE)

(1822-1889)

1º	D. Pedro I	1822-1831
2º	D. Pedro II	1831-1889

5º PERIODO (BRASIL REPUBLICA)

1º	Deodoro da Fonseca	1889-1891
2º	Floriano Peixoto	1891-1894
3º	Prudente de Moraes	1894-1898
4º	Campos Salles	1898-1902
5º	Rodrigues Alves	1902-1906
6º	Affonso Penna	1906-1909
7º	Nilo Peçanha	1909-1910
8º	Hermes da Fonseca	1910-1914
9º	Wenceslão Braz	1914-1918
10º	Delfim Moreira	1918-1919
11º	Epitacio Pessôa	1919-1922
12º	Arthur Bernardes	1922-1926
13º	Washington Luis	1926-1930
14º	Getulio Vargas	1930-

TABOA DOS MINISTERIOS QUE SERVIRAM DURANTE O TEMPO DO BRASIL IMPERIO (1822-1889) (*)

MINISTERIOS DO PRIMEIRO REINADO

1º. — 16-1-1822

Imperio e Estrangeiros — José Bonifacio de Andrada e Silva.
Guerra — 1º, Joaquim de Oliveira Alvares; 2º, Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho; 3º, João Vieira de Carvalho.
Marinha — 1º, Manoel Antonio Farinha; 2º, Luiz da Cunha Moreira.
Justiça — Caetano Pinto de Miranda Montenegro.
Fazenda — 1º, Caetano Pinto de Miranda Montenegro; 2º, Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

2º. — 17-7-1823

Imperio e Estrangeiros — José Joaquim Carneiro de Campos.
Guerra — João Vieira de Carvalho.
Marinha — Luiz da Cunha Moreira.
Justiça — Caetano Pinto de Miranda Montenegro.
Fazenda — Manoel Jacintho Nogueira da Gama.

3º. — 10-11-1823

Imperio — 1º, Francisco Villela Barbosa; 2º, Pedro de Araujo Lima; 3º, João Severiano Maciel da Costa; 4º, Estevão Ribeiro de Rezende; 5º, Felisberto Caldeira Brant Pontes.
Estrangeiros — 1º, Francisco Villela Barbosa; 2º, Luiz José de Carvalho e Mello; 3º, Francisco Villela Barbosa.
Guerra — 1º, José de Oliveira Barbosa; 2º, Francisco Villela Bar-

---

(*) Para maiores esclarecimentos consulte-se o trabalho organizado em 1889 na secretaria da Camara dos Deputados sob o titulo "Organizações e programmas ministeriaes desde 1822 a 1889".

bosa; 3º, João Gomes da Silveira Mendonça; 4º, Francisco Villela Barbosa; 5º, João Vieira de Carvalho.
Marinha — 1º, Pedro José da Costa Barros; 2º, Francisco Villela Barbosa.
Justiça — 1º, Clemente Ferreira França; 2º, Sebastião Luiz Tinoco da Silva.
Fazenda — 1º, Sebastião Luiz Tinoco da Silva; 2º, Mariano José Pereira da Fonseca.

4º. — 21-11-1825

Imperio — 1º, José Feliciano Fernandes Pinheiro; 2º, Felisberto Caldeira Brant Pontes; 3º, João Vieira de Carvalho.
Estrangeiros — 1º, José Egydio Alvares de Almeida; 2º, Antonio Luiz Pereira da Cunha.
Guerra — João Vieira de Carvalho.
Marinha — Francisco Villela Barbosa.
Justiça — Sebastião Luiz Tinoco da Silva.
Fazenda — 1º, Felisberto Caldeira Brant Pontes; 2º, Antonio Luiz Pereira da Cunha.

5º. — 21-1-1826

Imperio — 1º, José Feliciano Fernandes Pinheiro; 2º, João Vieira de Carvalho; 3º, José Joaquim Carneiro de Campos.
Estrangeiros — Antonio Luiz Pereira da Cunha.
Guerra — João Vieira de Carvalho.
Marinha — Francisco Villela Barbosa.
Justiça — José Joaquim Carneiro de Campos.
Fazenda — Manoel Jacintho Nogueira da Gama.

6º. — 15-1-1827

Imperio — José Feliciano Fernandes Pinheiro.
Estrangeiros — João Severiano Maciel da Costa.
Guerra — João Vieira de Carvalho.
Marinha — Francisco Mauricio de Souza Coutinho.
Justiça — 1º, Clemente Ferreira França; 2º, José Feliciano Fernandes Pinheiro; 3º, Estevão Ribeiro de Rezende.
Fazenda — João Severiano Maciel da Costa.

7º. — 20-11-1827

Imperio — 1º, Pedro de Araujo Lima; 2º, José Clemente Pereira.
Estrangeiros — João Carlos Augusto de Oyenhausen.

Guerra — 1º, Bento Barbosa Pereira; 2º, Francisco Cordeiro da Silva Torres; 3º, Joaquim de Oliveira Alvares; 4º, José Clemente Pereira.
Marinha — 1º, Diogo Jorge de Brito; 2º, João Carlos Augusto de Oyenhausen; 3º, Miguel de Souza Mello e Alvim.
Justiça — 1º, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa; 2º, José Bernardino Baptista Pereira; 3º, Lucio Soares de Gouvêa.
Fazenda — 1º, Miguel Calmon du Pin e Almeida; 2º, José Bernardino Baptista Pereira; 3º, Miguel Calmon du Pin e Almeida.

8º. — 4-12-1829

Imperio — 1º, José Joaquim Carneiro de Campos; 2º, João Ignacio da Cunha; 3º, José Antonio da Silva Maia; 4º, João Ignacio da Cunha.
Estrangeiros — 1º, Miguel Calmon du Pin e Almeida; 2º, Francisco Villela Barbosa; 3º, Francisco Carneiro de Campos.
Guerra — Thomaz Joaquim Pereira Valente.
Marinha — Francisco Villela Barbosa.
Justiça — João Ignacio da Cunha.
Fazenda — 1º, Felisberto Caldeira Brant Pontes; 2º, José Antonio Lisbôa; 3º, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

9º. — 19-3-1831

Imperio — Bernardo José da Gama.
Estrangeiros — Francisco Carneiro de Campos.
Guerra — José Manoel de Moraes.
Marinha — José Manoel de Almeida.
Justiça — Manoel José de Souza França.
Fazenda — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

10º. — 5-4-1831

Imperio — Antonio Luiz Pereira da Cunha.
Estrangeiros — João Carlos Augusto de Oyenhausen.
Guerra — João Vieira de Carvalho.
Marinha — Francisco Villela Barbosa.
Justiça — João Ignacio da Cunha.
Fazenda — Manoel Jacintho Nogueira da Gama.

MINISTERIOS DOS GOVERNOS REGENCIAES (*)

1°. — 7-4-1831

Imperio — 1°, Bernardo José da Gama; 2°, Manoel José de Souza França.
Estrangeiros — Francisco Carneiro de Campos.
Guerra — José Manoel de Moraes.
Marinha — José Manoel de Almeida.
Justiça — Manoel José de Souza França.
Fazenda — José Ignacio Borges.

2°. — 17-6-1831

Imperio — Manoel José de Souza França.
Estrangeiros — Francisco Carneiro de Campos.
Guerra — José Manoel de Moraes.
Marinha — José Manoel de Almeida.
Justiça — Diogo Antonio Feijó.
Fazenda — José Ignacio Borges.

3°. — 16-7-1831

Imperio — 1°, José Lino Coutinho; 2°, Diogo Antonio Feijó.
Estrangeiros — Francisco Carneiro de Campos.
Guerra — Manoel da Fonseca Lima e Silva.
Marinha — Joaquim José Rodrigues Torres.
Justiça — Diogo Antonio Feijó.
Fazenda — 1°, Bernardo Pereira de Vasconcellos; 2°, Joaquim José Rodrigues Torres.

4°. — 3-8-1832

Imperio — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.
Estrangeiros — Pedro de Araujo Lima.
Guerra — Bento Barroso Pereira.
Marinha — Bento Barroso Pereira.
Justiça — Pedro de Araujo Lima.

(*) Os 14 ministerios do periodo regencial pertenceram respectivamente: o primeiro, á regencia trina provisoria; o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto e o sexto, á regencia trina permanente; o setimo, o oitavo, o nono e o decimo, á regencia de Diogo Feijó; e os quatro restantes, á regencia de Araujo Lima.

Fazenda — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

5°. — 13-9-1832

Imperio — 1°, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro; 2°, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho; 3°, Antonio Pinto Chichorro da Gama.
Estrangeiros — 1°, Bento da Silva Lisbôa; 2°, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.
Guerra — Anthero José Ferreira de Brito.
Marinha — 1°, Antero José Ferreira de Brito; 2°, Joaquim José Rodrigues Torres; 3°, Antonio José Ferreira de Brito.
Justiça — 1°, Honorio Hermeto Carneiro Leão; 2°, Candido José de Araujo Vianna; 3°, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.
Fazenda — 1°, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro; 2°, Candido José de Araujo Vianna; 3°, Antonio Pinto Chichorro da Gama; 4°, Manoel do Nascimento Castro e Silva.

6°. — 16-1-1835

Imperio — 1°, Manoel do Nascimento Castro e Silva; 2°, Joaquim Vieira da Silva e Souza.
Estrangeiros — Manoel Alves Branco.
Guerra — 1°, João Paulo dos Santos Barreto; 2°, Joaquim Vieira da Silva e Souza; 3°, José Felix Pereira Pinto Borges.
Marinha — 1°, João Paulo dos Santos Barreto; 2°, Joaquim Vieira da Silva e Souza; 3°, José Pereira Pinto.
Justiça — Manoel Alves Branco.
Fazenda — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

7°. — 14-10-1835

Imperio — Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Estrangeiros — Manoel Alves Branco.
Guerra — Manoel da Fonseca Lima e Silva.
Marinha — Manoel da Fonseca Lima e Silva.
Justiça — Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Fazenda — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

8°. — 5-2-1836

Imperio — 1°, José Ignacio Borges; 2°, Antonio Paulino Limpo de Abreu; 3°, Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja.

Estrangeiros — 1°, José Ignacio Borges; 2°, Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Guerra — Manoel da Fonseca Lima e Silva.
Marinha — Salvador José Maciel.
Justiça — 1°, Antonio Paulino Limpo de Abreu; 2°, Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja.
Fazenda — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

9°. — 1-11-1836

Imperio — 1°, Manoel da Fonseca Lima e Silva; 2°, Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Guerra — 1°, João Vieira de Carvalho; 2°, Salvador José Maciel.
Marinha — Salvador José Maciel.
Justiça — Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja.
Fazenda — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

10°. — 16-5-1837

Imperio — 1°, Manoel Alves Branco; 2°, Pedro de Araujo Lima.
Estrangeiros — Francisco Gé Acayaba de Montezuma.
Guerra — José Saturnino da Costa Pereira.
Marinha — Tristão Pio dos Santos.
Justiça — Francisco Gé Acayaba de Montezuma.
Fazenda — Manoel Alves Branco.

11°. — 19-9-1837

Imperio — Bernardo Pereira de Vasconcellos.
Estrangeiros — Antonio Peregrino Maciel Monteiro.
Guerra — 1°, Sebastião do Rego Barros; 2°, Joaquim José Rodrigues Torres.
Marinha — Joaquim José Rodrigues Torres.
Justiça — Bernardo Pereira de Vasconcellos.
Fazenda — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

12°. — 16-4-1839

Imperio — Francisco de Paula de Almeida Albuquerque.
Estrangeiros — Candido Baptista de Oliveira.
Guerra — 1°, Jacintho Roque de Senna Pereira; 2°, João Vieira de Carvalho.
Marinha — Jacintho Roque de Senna Pereira.
Justiça — Francisco de Paula de Almeida Albuquerque.
Fazenda — Candido Baptista de Oliveira.

13°. — 1-9-1839

Imperio — 1°, Manoel Antonio Galvão; 2°, Francisco Ramiro de Assis Coelho.
Estrangeiros — Caetano Maria Lopes Gama.
Guerra — João Vieira de Carvalho.
Marinha — Jacintho Roque de Senna Pereira.
Justiça — Francisco Ramiro de Assis Coelho.
Fazenda — Manoel Alves Branco.

14°. — 18-5-1840

Imperio — 1°, Caetano Maria Lopes Gama; 2°, Bernardo Pereira de Vasconcellos.
Estrangeiros — Caetano Maria Lopes Gama.
Guerra — Salvador José Maciel.
Marinha — 1°, Jacintho Roque de Senna Pereira; 2°, Joaquim José Rodrigues Torres.
Justiça — 1°, José Antonio da Silva Maia; 2°, Paulino José Soares de Souza.
Fazenda — José Antonio da Silva Maia.

MINISTERIOS DO SEGUNDO REINADO

1°. — 24-7-1840 — Liberal

Imperio — Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.
Estrangeiros — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.
Guerra — Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.
Marinha — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.
Justiça — Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Fazenda — Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

2°. — 23-3-1841 — Conservador

Imperio — Candido José de Araujo Vianna.
Estrangeiros — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.
Guerra — José Clemente Pereira.
Marinha — Francisco Villela Barbosa.
Justiça — Paulino José Soares de Souza.
Fazenda — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

3°. — 20-1-1843 — Conservador

Imperio — José Antonio da Silva Maia.

Estrangeiros — 1º, Honorio Hermeto Carneiro Leão; 2º, Paulino José Soares de Souza.
Guerra — Salvador José Maciel.
Marinha — 1º, Joaquim José Rodrigues Torres; 2º, Salvador José Maciel.
Justiça — Honorio Hermeto Carneiro Leão.
Fazenda — Joaquim Francisco Vianna.

4º. — 2-2-1844 — Liberal

Imperio — José Carlos Pereira de Almeida Torres.
Estrangeiros — Ernesto Ferreira França.
Guerra — Jeronymo Francisco Coelho.
Marinha — 1º, Jeronymo Francisco Coelho; 2º, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.
Justiça — 1º, Manoel Alves Branco; 2º, Manoel Antonio Galvão.
Fazenda — Manoel Alves Branco.

5º. — 26-5-1845 — Liberal

Imperio — 1º, José Carlos Pereira de Almeida Torres; 2º, Manoel Alves Branco.
Estrangeiros — Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Guerra — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.
Marinha — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.
Justiça — 1º, José Carlos Pereira de Almeida Torres; 2º, Antonio Paulino Limpo de Abreu; 3º, Joaquim Marcellino de Brito.
Fazenda — Manoel Alves Branco.

6º. — 2-5-1846 — Liberal

Imperio — Joaquim Marcellino de Brito.
Estrangeiros — Bento da Silva Lisbôa.
Guerra — João Paulo dos Santos Barreto.
Marinha — 1º, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque; 2º, João Paulo dos Santos Barreto.
Justiça — 1º, José Joaquim Fernandes Torres; 2º, Caetano Maria Lopes Gama.
Fazenda — 1º, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque; 2º, José Joaquim Fernandes Torres.

7º. — 22-5-1847 — Liberal (*)

Presidente do Conselho — Manoel Alves Branco.
Imperio — 1º, Manoel Alves Branco; 2º, Francisco de Paula Souza e Mello; 3º, Manoel Alves Branco; 4º, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro; 5º, Manoel Alves Branco.
Estrangeiros — 1º, Saturnino de Souza e Oliveira; 2º, José Antonio Pimenta Bueno.
Guerra — Antonio Manoel de Mello.
Marinha — Candido Baptista de Oliveira.
Justiça — 1º, Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro; 2º, Saturnino de Souza e Oliveira; 3º, José Antonio Pimenta Bueno.
Fazenda — Manoel Alves Branco.

8º. — 8-3-1848 — Liberal

Presidente do Conselho — José Carlos Pereira de Almeida Torres.
Imperio — José Carlos Pereira de Almeida Torres.
Estrangeiros — Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Guerra — Manoel Felizardo de Souza e Mello.
Marinha — 1º, Manoel Felizardo de Souza e Mello; 2º, Joaquim Antão Fernandes Leão.
Justiça — José Antonio Pimenta Bueno.
Fazenda — 1º, Antonio Paulino Limpo de Abreu; 2º, José Pedro Dias de Carvalho.

9º. — 31-5-1848 — Liberal

Presidente do Conselho — Francisco de Paula Souza e Mello.
Imperio — José Pedro Dias de Carvalho.
Estrangeiros — Bernardo de Souza Franco.
Guerra — João Paulo dos Santos Barreto.
Marinha — Joaquim Antão Fernandes Leão.
Justiça — Antonio Manoel de Campos Mello.
Fazenda — 1º, Francisco de Paula Souza e Mello; 2º, José Pedro Dias de Carvalho.

10º. — 29-9-1848 — Conservador

Presidente do Conselho — 1º, Pedro de Araujo Lima; 2º, José da Costa Carvalho.

(*) Em 1847 foi creado o cargo de presidente do Conselho, pelo decreto n. 523 de 20 de Julho d'aquelle anno.

Imperio — José da Costa Carvalho.
Estrangeiros — 1º, Pedro de Araujo Lima; 2º, Paulino José Soares de Souza.
Guerra — Manoel Felizardo de Souza e Mello.
Marinha — 1º, Manoel Felizardo de Souza e Mello; 2º, Manoel Vieira Tosta.
Justiça — Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara.
Fazenda — 1º, Pedro de Araujo Lima; 2º, Joaquim José Rodrigues Torres.

11º. — 11-5-1852 — Conservador

Presidente do Conselho — Joaquim José Rodrigues Torres.
Imperio — Francisco Gonçalves Martins.
Estrangeiros — Paulino José Soares de Souza.
Guerra — Manoel Felizardo de Souza e Mello.
Marinha — Zacharias de Góes e Vasconcellos.
Justiça — 1º, José Ildefonso de Souza Ramos; 2º, Luiz Antonio Barbosa.
Fazenda — Joaquim José Rodrigues Torres.

12º. — 6-9-1853 — Conciliação

Presidente do Conselho — 1º, Honorio Hermeto Carneiro Leão; 2º, Luiz Alves de Lima e Silva.
Imperio — Luiz Pedreira do Couto Ferraz.
Estrangeiros — 1º, Antonio Paulino Limpo de Abreu; 2º, José Maria da Silva Paranhos.
Guerra — 1º, Pedro de Alcantara Bellegarde; 2º, Luiz Alves de Lima e Silva.
Marinha — 1º, Pedro de Alcantara Bellegarde; 2º, José Maria da Silva Paranhos; 3º, João Mauricio Wanderley; 4º, José Maria da Silva Paranhos.
Justiça — José Thomaz Nabuco de Araujo.
Fazenda — 1º, Honorio Hermeto Carneiro Leão; 2º, Antonio Paulino Limpo de Abreu; 3º, João Mauricio Wanderley.

13º. — 4-5-1857 — Conservador

Presidente do Conselho — Pedro de Araujo Lima.
Imperio — Pedro de Araujo Lima.
Estrangeiros — Caetano Maria Lopes Gama.

Guerra — 1º, Jeronymo Francisco Coelho; 2º, José Antonio Saraiva.
Marinha — José Antonio Saraiva.
Justiça — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.
Fazenda — Bernardo de Souza Franco.

14º. — 12-12-1858 — Conservador

Presidente do Conselho — Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Imperio — Sergio Teixeira de Macedo.
Estrangeiros — José Maria da Silva Paranhos.
Guerra — 1º, José Maria da Silva Paranhos; 2º, Manoel Felizardo de Souza e Mello.
Marinha — Antonio Paulino Limpo de Abreu.
Justiça — 1º, José Thomaz Nabuco de Araujo; 2º, Manoel Vieira Tosta.
Fazenda — Francisco de Salles Torres Homem.

15º. — 10-8-1859 — Conservador

Presidente do Conselho — Angelo Muniz da Silva Ferraz.
Imperio — 1º, Angelo Muniz da Silva Ferraz; 2º, João de Almeida Pereira Filho.
Estrangeiros — João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.
Guerra — Sebastião do Rego Barros.
Marinha — Francisco Xavier Paes Barreto.
Justiça — João Lustosa da Cunha Paranaguá.
Fazenda — Angelo Muniz da Silva Ferraz.

16º. — 2-3-1861 — Conservador

Presidente do Conselho — Luiz Alves de Lima e Silva.
Imperio — 1º, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato; 2º, José Antonio Saraiva; 3º, José Ildefonso de Souza Ramos.
Estrangeiros — 1º, José Maria da Silva Paranhos; 2º, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque; 3º, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques.
Guerra — Luiz Alves de Lima e Silva.
Marinha — Joaquim José Ignacio.
Justiça — Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.
Fazenda — José Maria da Silva Paranhos.

Agricultura, Commercio e Obras Publicas (*) — 1º, Joaquim José Ignacio; 2º, Manoel Felizardo de Souza e Mello.

17º. — 24-5-1862 — Liberal

Presidente do Conselho — Zacharias de Góes e Vasconcellos.
Imperio — Zacharias de Góes e Vasconcellos.
Estrangeiros — Carlos Carneiro de Campos.
Guerra — Manoel Marques de Souza.
Marinha — José Bonifacio de Andrada e Silva.
Justiça — Francisco José Furtado.
Fazenda — José Pedro Dias de Carvalho.
Agricultura — Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

18º. — 30-5-1862 — Conservador

Presidente do Conselho — Pedro de Araujo Lima.
Imperio — Pedro de Araujo Lima.
Estrangeiros — Miguel Calmon du Pin e Almeida.
Guerra — 1º, Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão; 2º, Antonio Manoel de Mello.
Marinha — Joaquim Raymundo de Lamare.
Justiça — 1º, Caetano Maria Lopes Gama; 2º, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.
Fazenda — 1º, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque; 2º, Miguel Calmon du Pin e Almeida.
Agricultura — 1º, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú; 2º, Pedro de Alcantara Bellegarde.

19º. — 15-1-1864 — Liberal

Presidente do Conselho — Zacharias Góes de Vasconcellos.
Imperio — José Bonifacio de Andrada e Silva.
Estrangeiros — 1º, Francisco Xavier Paes Barreto; 2º, João Pedro Dias Vieira.
Guerra — 1º, José Mariano de Mattos; 2º, Francisco Carlos de Araujo Brusque.
Marinha — 1º, João Pedro Dias Vieira; 2º, Francisco Carlos de Araujo Brusque.
Justiça — Zacharias Góes de Vasconcellos.
Fazenda — José Pedro Dias de Carvalho.

(*) Esse ministerio foi creado pelo decreto n. 1.067 de 28 de Julho de 1860.

Agricultura — 1º, Domiciano Leite Ribeiro; 2º, João Pedro Dias Vieira.

20º. — 31-8-1864 — Liberal

Presidente do Conselho — Francisco José Furtado.
Imperio — José Liberato Barroso.
Estrangeiros — 1º, Carlos Carneiro de Campos; 2º, João Pedro Dias Vieira.
Guerra — 1º, Henrique de Beaurepaire Rohan; 2º, José Egydio Gordilho de Barbuda.
Marinha — Francisco Xavier Pinto Lima.
Justiça — Francisco José Furtado.
Fazenda — Carlos Carneiro de Campos.
Agricultura — Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.

21º. — 12-5-1865 — Conservador

Presidente do Conselho — Pedro de Araujo Lima.
Imperio — Pedro de Araujo Lima.
Estrangeiros — José Antonio Saraiva.
Guerra — 1º, Angelo Muniz da Silva Ferraz; 2º, José Antonio Saraiva; 3º, Angelo Muniz da Silva Ferraz.
Marinha — 1º, José Antonio Saraiva; 2º, Francisco de Paula da Silveira Lobo.
Justiça — José Thomaz Nabuco de Araujo.
Fazenda — 1º, José Pedro Dias de Carvalho; 2º, João da Silva Carrão.
Agricultura — Antonio Francisco de Paula e Souza.

22º. — 3-8-1866 — Liberal

Presidente do Conselho — Zacharias de Góes e Vasconcellos.
Imperio — José Joaquim Fernandes Torres.
Estrangeiros — 1º, Martim Francisco Ribeiro de Andrada; 2º, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque; 3º, João Lustosa da Cunha Paranaguá; 4º, João Silveira de Souza.
Guerra — 1º, Angelo Muniz da Silva Ferraz; 2º, João Lustosa da Cunha Paranaguá.
Marinha — Affonso Celso de Assis Figueiredo.
Justiça — 1º, João Lustosa da Cunha Paranaguá; 2º, Martim Francisco Ribeiro de Andrada.
Fazenda — Zacharias de Góes e Vasconcellos.
Agricultura — Manoel Pinto de Souza Dantas.

23°. — 16-7-1868 — Conservador

Presidente do Conselho — Joaquim José Rodrigues Torres.
Imperio — Paulino José Soares de Souza.
Estrangeiros — 1°, José Maria da Silva Paranhos; 2°, João Mauricio Wanderley.
Guerra — Manoel Vieira Tosta.
Marinha — João Mauricio Wanderley.
Justiça — 1°, José Martiniano de Alencar; 2°, Joaquim Octavio Nebias; 3°, Manoel Vieira Tosta.
Fazenda — Joaquim José Rodrigues Torres.
Agricultura — 1°, Joaquim Antão Fernandes Leão; 2°, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

24°. — 29-9-1870 — Conservador

Presidente do Conselho — José Antonio Pimenta Bueno.
Imperio — João Alfredo Corrêa de Oliveira.
Estrangeiros — José Antonio Pimenta Bueno.
Guerra — 1°, João Frederico Caldwell; 2°, Raymundo Ferreira de Araujo Lima.
Marinha — Luiz Antonio Pereira Franco.
Justiça — José Ildefonso de Souza Ramos.
Fazenda — Francisco de Salles Torres Homem.
Agricultura — 1°, Jeronymo José Teixeira Junior; 2°, João Alfredo Corrêa de Oliveira.

25°. — 7-3-1871 — Conservador

Presidente do Conselho — José Maria da Silva Paranhos.
Imperio — João Alfredo Corrêa de Oliveira.
Estrangeiros — 1°, Manoel Francisco Corrêa; 2°, Carlos Carneiro de Campos.
Guerra — 1°, José Maria da Silva Paranhos; 2°, Domingos José Nogueira Jaguaribe; 3°, João José de Oliveira Junqueira.
Marinha — 1°, Manoel Antonio Duarte de Azevedo; 2°, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.
Justiça — 1°, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato; 2°, Manoel Antonio Duarte de Azevedo.
Fazenda — José Maria da Silva Paranhos.
Agricultura — 1°, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva; 2°, Candido Borges Monteiro; 3°, Francisco do Rego Barros Barreto; 4°, José Fernandes da Costa Pereira Junior.

26°. — 25-6-1875 — Conservador

Presidente do Conselho — Luiz Alves de Lima e Silva.
Imperio — 1°, José Bento da Cunha e Figueiredo; 2°, Antonio da Costa Pinto e Silva.
Estrangeiros — 1°, João Mauricio Wanderley; 2°, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.
Guerra — Luiz Alves de Lima e Silva.
Marinha — Luiz Antonio Pereira Franco.
Justiça — 1°, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque; 2°, Francisco Januario da Gama Cerqueira.
Fazenda — João Mauricio Wanderley.
Agricultura — Thomaz José Coelho de Almeida.

27°. — 5-1-1878 — Liberal

Presidente do Conselho — João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.
Imperio — 1°, Carlos Leoncio de Carvalho; 2°, Francisco Maria Sodré Pereira.
Estrangeiros — 1°, Domingos de Souza Leão; 2°, Carlos Leoncio de Carvalho; 3°, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú; 4°, Antonio Moreira de Barros.
Guerra — 1°, Manoel Luiz Osorio; 2°, Eduardo de Andrade Pinto; 3°, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú; 4°, João Lustosa da Cunha Paranaguá.
Marinha — 1°, Eduardo de Andrade Pinto; 2°, João Ferreira de Moura.
Justiça — Lafayette Rodrigues Pereira.
Fazenda — 1°, Gaspar da Silveira Martins; 2°, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú; 3°, Affonso Celso de Assis Figueiredo.
Agricultura — João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.

28°. — 28-3-1880 — Liberal

Presidente do Conselho — José Antonio Saraiva.
Imperio — 1°, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello; 2°, Manoel Pinto de Souza Dantas.
Estrangeiros — 1°, Pedro Luiz Pereira de Souza; 2°, Franklin Americo de Menezes Doria.

Guerra — 1°, José Antonio Corrêa da Camara; 2°, Franklin Americo de Menezes Doria.
Marinha — José Rodrigues de Lima Duarte.
Justiça — Manoel Pinto de Souza Dantas.
Fazenda — José Antonio Saraiva.
Agricultura — 1°, Manoel Buarque de Macedo; 2°, Pedro Luiz Pereira de Souza; 3°, José Antonio Saraiva.

29°. — 21-1-1882 — Liberal

Presidente do Conselho — Martinho Alvares da Silva Campos.
Imperio — Rodolpho Epiphanio de Souza Dantas.
Estrangeiros — Felippe Franco de Sá.
Guerra — Affonso Augusto Moreira Penna.
Marinha — 1°, Bento Francisco de Paula e Souza; 2°, Antonio Carneiro da Rocha.
Justiça — 1°, Rodolpho Epiphanio de Souza Dantas; 2°, Manoel da Silva Mafra.
Fazenda — Martinho Alvares da Silva Campos.
Agricultura — Manoel Alves de Araujo.

30°. — 3-7-1882 — Liberal

Presidente do Conselho — João Lustosa da Cunha Paranaguá.
Imperio — Pedro Leão Velloso.
Estrangeiros — Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.
Guerra — Affonso Celso de Assis Figueiredo.
Marinha — João Florentino Meira de Vasconcellos.
Justiça — João Ferreira de Moura.
Fazenda — João Lustosa da Cunha Paranaguá.
Agricultura — 1°, André Augusto de Padua Fleury; 2°, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque; 3°, Henrique Francisco d'Avila.

31°. — 24-5-1883 — Liberal

Presidente do Conselho — Lafayette Rodrigues Pereira.
Imperio — Francisco Antunes Maciel.
Estrangeiros — Francisco de Carvalho Soares Brandão.
Guerra — 1°, Antonio Joaquim Rodrigues Junior; 2°, Affonso Augusto Moreira Penna; 3°, Felippe Franco de Sá.
Marinha — Antonio de Almeida Oliveira.

Justiça — Francisco Prisco de Souza Paraizo.
Fazenda — Lafayette Rodrigues Pereira.
Agricultura — Affonso Augusto Moreira Penna.

32°. — 6-6-1884 — Liberal

Presidente do Conselho — Manoel Pinto de Souza Dantas.
Imperio — Felippe Franco de Sá.
Estrangeiros — 1°, João da Matta Machado; 2°, Manoel Pinto de Souza Dantas.
Guerra — Candido Luiz Maria de Oliveira.
Marinha — Joaquim Raymundo de Lamare.
Justiça — Francisco Maria Sodré Pereira.
Fazenda — Manoel Pinto de Souza Dantas.
Agricultura — Antonio Carneiro da Rocha.

33°. — 6-5-1885 — Liberal

Presidente do Conselho — José Antonio Saraiva
Imperio — João Florentino Meira de Vasconcellos.
Estrangeiros — João Lustosa da Cunha Paranaguá.
Guerra — Antonio Eleutherio de Camargo.
Marinha — Luiz Felippe de Souza Leão.
Justiça — Affonso Augusto Moreira Penna.
Fazenda — José Antonio Saraiva.
Agricultura — João Ferreira de Moura.

34°. — 20-8-1885 — Conservador

Presidente do Conselho — João Mauricio Wanderley.
Imperio — 1°, Ambrosio Leitão da Cunha; 2°, Manoel do Nascimento Machado Portella; 3°, João Mauricio Wanderley.
Estrangeiros — João Mauricio Wanderley.
Guerra — 1°, João José de Oliveira Junqueira; 2°, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves; 3°, Joaquim Delphino Ribeiro da Luz.
Marinha — 1°, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves; 2°, Samuel Wallace Mac-Dowell; 3°, Carlos Frederico Castrioto.
Justiça — 1°, Joaquim Delphino Ribeiro da Luz; 2°, Samuel Wallace Mac-Dowell.
Fazenda — Francisco Belisario Soares de Souza.
Agricultura — 1°, Antonio da Silva Prado; 2°, Rodrigo Augusto da Silva.

35º. — 10-3-1888 — Conservador

Presidente do Conselho — João Alfredo Corrêa de Oliveira.
Imperio — 1º, José Fernandes da Costa Pereira Junior; 2º, Antonio Ferreira Vianna.
Estrangeiros — 1º, Antonio da Silva Prado; 2º, Rodrigo Augusto da Silva.
Guerra — Thomaz José Coelho de Almeida.
Marinha — 1º, Luiz Antonio Vieira da Silva; 2º, Thomaz José Coelho de Almeida; 3º, Joaquim Elysio Pereira Marinho.
Justiça — 1º, Antonio Ferreira Vianna; 2º, Francisco de Assis Rosa e Silva.
Fazenda — João Alfredo Corrêa de Oliveira.
Agricultura — 1º, Rodrigo Augusto da Silva; 2º, Antonio da Silva Prado; 3º, Rodrigo Augusto da Silva.

36º. — 7-6-1889 — Liberal

Presidente do Conselho — Affonso Celso de Assis Figueiredo.
Imperio — Franklin Americo de Menezes Doria.
Estrangeiros — José Francisco Diana.
Guerra — 1º, Rufino Enéas Gustavo Galvão; 2º, Candido Luiz Maria de Oliveira; 3º, Rufino Enéas Gustavo Galvão.
Marinha — José da Costa Azevedo.
Justiça — Candido Luiz Maria de Oliveira.
Fazenda — Affonso Celso de Assis Figueiredo.
Agricultura — Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.

TITULOS DOS MINISTROS QUE SERVIRAM DURANTE O TEMPO DO BRASIL IMPERIO

Caetano Pinto de Miranda Montenegro — marquez da Praia Grande.
João Vieira de Carvalho — marquez de Lages.
Manoel Antonio Farinha — conde de Souzel.
Luiz da Cunha Moreira — visconde de Cabo Frio.
José Joaquim Carneiro de Campos — marquez de Caravellas.
Manoel Jacintho Nogueira da Gama — marquez de Baependy.
Francisco Villela Barbosa — marquez de Paranaguá.
Pedro de Araujo Lima — marquez de Olinda.
João Severiano Maciel da Costa — marquez de Queluz.
Estevão Ribeiro de Rezende — marquez de Valença.
Felisberto Caldeira Brant Pontes — marquez de Barbacena.
Luiz José de Carvalho e Mello — visconde de Cachoeira.
Clemente Ferreira França — marquez de Nazareth.
Mariano José Pereira da Fonseca — marquez de Maricá.
José de Oliveira Barbosa — visconde do Rio Comprido.
João Gomes da Silveira Mendonça — marquez de Sabará.
José Feliciano Fernandes Pinheiro — visconde de S. Leopoldo.
José Egydio Alvares de Almeida — marquez de Santo Amaro.
Antonio Luiz Pereira da Cunha — marquez de Inhambupe.
Francisco Mauricio de Souza Coutinho — marquez de Maceió.
João Carlos Augusto de Oyenhausen — marquez de Aracaty.
Miguel Calmon du Pin e Almeida — marquez de Abrantes.
Francisco Cordeiro da Silva Torres — visconde de Jerumirim.
João Ignacio da Cunha — visconde de Alcantara.
Francisco Carneiro de Campos — visconde de Caravellas.
Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque — visconde de Albuquerque.
Thomaz Joaquim Pereira Valente — conde do Rio Pardo.
Bernardo José da Gama — visconde de Goyana.
Manoel da Fonseca Lima e Silva — barão de Suruhy.
Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho—visconde de Sepetiba.
Bento da Silva Lisbôa — barão de Cayrú.
Antero José Ferreira de Brito — barão de Tramandahy.

Manoel Alves Branco — 2º visconde de Caravellas.
José Felix Pereira Pinto Borges — barão de Itapicurú-mirim.
Francisco Gé Acayaba de Montezuma — visconde de Jequitinhonha.
Antonio Peregrino Maciel Monteiro — 2º barão de Itamaracá.
Caetano Maria Lopes Gama — visconde de Maranguape.
Paulino José Soares de Souza — visconde de Uruguay.
Antonio Paulino Limpo de Abreu — visconde de Abaeté.
Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque — visconde de Suassuna.
Candido José de Araujo Vianna — marquez de Sapucahy.
Honorio Hermeto Carneiro Leão — marquez de Paraná.
Joaquim José Rodrigues Torres — visconde de Itaborahy.
José Carlos Pereira de Almeida Torres — visconde de Macahé.
José Antonio Pimenta Bueno — marquez de S. Vicente.
Bernardo de Souza Franco — visconde de Souza Franco.
José da Costa Carvalho — visconde de Monte Alegre.
Manoel Vieira Tosta — marquez de Murityba.
Francisco Gonçalves Martins — visconde de S. Lourenço.
José Ildefonso de Souza Ramos — visconde de Jaguary.
Luiz Alves de Lima e Silva — duque de Caxias.
Luiz Pedreira do Couto Ferraz — visconde do Bom Retiro.
José Maria da Silva Paranhos — visconde do Rio Branco.
João Mauricio Wanderley — barão de Cotegipe.
Francisco de Salles Torres Homem — visconde de Inhomirim.
Angelo Muniz da Silva Ferraz — barão de Uruguayana.
João Lustosa da Cunha Paranaguá — 2º marquez de Paranaguá.
João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú—visconde de Sinimbú.
Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato — visconde de Niteroi.
Joaquim José Ignacio — visconde de Inhaúma.
Carlos Carneiro de Campos — 3º visconde de Caravellas.
Manoel Marques de Souza — conde de Porto Alegre.
Joaquim Raymundo de Lamare — visconde de Lamare.
Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão — visconde de Santa Tereza.
Domiciano Leite Ribeiro — visconde de Araxá.
Henrique de Beaurepaire Rohan — visconde de Beaurepaire.
José Egydio Gordilho de Barbuda — visconde de Camamú.
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque — visconde de Cavalcanti.
Domingos José Nogueira Jaguaribe — visconde de Jaguaribe.
Jeronymo José Teixeira Junior — visconde do Cruzeiro.
Candido Borges Monteiro — visconde de Itaúna.
José Bento da Cunha e Figueiredo — visconde do Bom Conselho.
Luiz Antonio Pereira Franco — barão de Pereira Franco.

Domingos de Souza Leão — barão de Villa Bella.
Manoel Luiz Osorio — marquez do Herval.
Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello — barão Homem de Mello.
José Rodrigues de Lima Duarte — visconde de Lima Duarte.
Franklin Americo de Menezes Doria — barão de Loreto.
José Antonio Corrêa da Camara — visconde de Pelotas.
Ambrosio Leitão da Cunha — barão de Mamoré.
Joaquim Elysio Pereira Marinho — barão de Guahi.
Affonso Celso de Assis Figueiredo — visconde de Ouro Preto.
José da Costa Azevedo — barão do Ladario.
Rufino Enéas Gustavo Galvão — visconde de Maracajú.

FIM

INDICE

	Pags.
Ao leitor	9
Capitulo I — As grandes navegações portuguezas. Descobrimento do Brasil	11
Capitulo II — Primeiras explorações	21
Capitulo III — Os aborigenes. Ethnologia brasilica	27
Capitulo IV — Divisão do Brasil em capitanias hereditarias	51
Capitulo V — Estabelecimento do governo geral. Os tres primeiros governadores	55
Capitulo VI — Divisão do Brasil em dois góvernos. O quinto governador geral	67
Capitulo VII — Dominio espanhol do 6° ao 11° governador geral	71
Capitulo VIII — Primeira invasão hollandeza	75
Capitulo IX — Segunda invasão hollandeza até ao fim do dominio espanhol	79
Capitulo X — O Brasil volta ao dominio portuguez. Fim da segunda invasão hollandeza	87
Capitulo XI — Lutas entre jesuitas e colonos. Revolta de Beckman	93
Capitulo XII — Guerra dos Palmares	99
Capitulo XIII — Rivalidades entre Brasileiros e Portuguezes. Guerras civis: Emboabas e Mascates	103
Capitulo XIV — A guerra de successão em Espanha. Invasões de Duclerc e Duguay Trouin	109
Capitulo XV — O Brasil no reinado de D. João V. Exploração do interior: Bandeiras	115
Capitulo XVI — D. José I. O marquez de Pombal e a influencia da sua administração no Brasil	121
Capitulo XVII — Lutas com os espanhóes no sul. A colonia do Sacramento e as Missões do Uruguay	125
Capitulo XVIII — Primeiras ideias de independencia. Conspiração Mineira	129
Capitulo XIX — Transmigração da familia real de Bragança para o Brasil. O principe regente D. João	141
Capitulo XX — Revolução pernambucana de 1817	147
Capitulo XXI — Revolução de 1820 em Portugal; seus effeitos no Brasil	153
Capitulo XXII — Regencia de D. Pedro. Independencia do Brasil	159
Capitulo XXIII — Acclamação e coroação do primeiro imperador do Brasil. Guerra da Independencia	171
Capitulo XXIV — Confederação do Equador. Separação da Provincia Cisplatina	181
Capitulo XXV — A acção da imprensa e do exercito. Abdicação de D. Pedro I	191

	Pags.
Capitulo XXVI — Minoridade de D. Pedro II. Regencia provisoria e effectiva	199
Capitulo XXVII — A maioridade. Lutas civis até 1848	209
Capitulo XXVIII — Guerra contra Oribe e Rosas. Questão Christie	223
Capitulo XXIX — Novas lutas no Prata: Aguirre e Venancio Flores. Guerra do Paraguay	229
Capitulo XXX — Libertação dos escravos	247
Capitulo XXXI — Historico das ideias republicanas no Brasil. Proclamação da Republica	255
Capitulo XXXII — O governo provisorio	267
Capitulo XXXIII — O primeiro quadriennio	273
Capitulo XXXIV — O segundo quadriennio	279
Capitulo XXXV — O terceiro quadriennio	287
Capitulo XXXVI — O quarto quadriennio	293
Capitulo XXXVII — O quinto quadriennio	299
Capitulo XXXVIII — O sexto quadriennio	303
Capitulo XXXIX — O setimo quadriennio	307
Capitulo XL — O oitavo quadriennio	311
Capitulo XLI — O nono quadriennio	317
Capitulo XLII — O decimo quadriennio	321
Capitulo XLIII — O governo provisorio	323
Capitulo XLIV — O undecimo quadriennio	325
Taboa chronologica dos cinco periodos em que se divide a Historia do Brasil	327
Ministerios do Primeiro Reinado	331
Ministerios dos Governos Regenciaes	334
Ministerios do Segundo Reinado	337
Titulos dos ministros que serviram durante o tempo do Brasil Imperio	349

COLLOCAÇÃO DAS GRAVURAS

	Pags.
D. Henrique, o Navegador	11
Vasco da Gama	12
A frota de Cabral ao sahir do Tejo	13
Pedro Alvares Cabral	14
A elevação da cruz em Porto Seguro	16
A segunda missa no Brasil	17
Arvore do pao brasil	17
Diogo Alvares Corrêa e Paraguassú	22
Martim Affonso de Souza	23
Fundação de S. Vicente	24
Martim Affonso no porto de Pissaguéra	25
Taba ou maloca	28
A óca	29
Inubia	29
Membys	30
Maracá	30
Torés	32
Pariuate-ran	33
Tubos com bastões cylindricos	33
Um prisioneiro amarrado com a *mussurana*	34
Uma india fazendo o arco	35
Ubá	36
O sceptro dos Tembés	37
Indio Tembé	37
Indio Pariqui	38
India caçadora	39
Cabeça mumificada	40
Coroconô	41
Festa da Tocandyra	42
Sarypin	43
Yapêrêpê	43
Sary	43
Cotecá	43
Indio Mundurucú	44
Uma familia indigena	45
A festa da pariuate-ran	46
Indio Ticuna	47
India Arara	48
India Parintintins	49
Indias Botocudas	50
Thomé de Souza	55
José de Anchieta	57
Collegio de S. Paulo, em Piratininga	58
Matança do 1º bispo	59

	Pags.
José Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco)	295
Francisco Pereira Passos	296
Oswaldo Cruz	297
Carlos Gomes	297
Affonso Penna	299
Machado de Assis	300
João Pinheiro	301
Nilo Peçanha	302
Hermes da Fonseca	304
Pinheiro Machado	305
Wenceslão Braz	308
Urbano Santos	310
Delfim Moreira	311
Epitacio Pessôa	313
Arthur Bernardes	317
Ruy Barbosa	318
Washington Luis	321
Getulio Vargas	325

NOTA — Illustradas a cores, encontram-se no livro as seguintes gravuras:
Armas do Brasil — entre as pags. 10 e 11.
Bandeiras do Brasil — entre as pags. 10 e 11.
Bandeira da Revolução Pernambucana de 1817 — entre as pags. 150 e 151.
Bandeira da Confederação do Equador — entre as pags. 182 e 183.

VARIAS OPINIÕES SOBRE ESTE LIVRO

NOTA BIBLIOGRAPHICA

Mario Da Veiga Cabral — "Compendio de Historia do Brasil", edição de Jacintho Ribeiro dos Santos.

Apparece neste momento o compendio de Historia do Brasil do engenheiro agrimensor Mario Da Veiga Cabral, já sufficientemente conhecido por varias obras didacticas de geographia e historia que foram acolhidas com exito e contam já varias edições.

Este novo — "Compendio de Historia do Brasil" — é no seu genero didactico um dos melhores que conhecemos pelas qualidades de methodo, clareza e discreta exposição; e justifica inteiramente as esperanças do editor que na "Chorographia" do mesmo autor já conseguiu em poucos annos realizar cinco edições.

A — "Historia do Brasil" — adapta-se perfeitamente aos cursos gymnasiaes e aos dos collegios militares cujos programmas foram seguidos escrupulosamente pelo autor.

Nenhum dos nossos compendios, sob esse aspecto, póde corresponder tão cabalmente aos diversos propositos do professorado de varios institutos. A obra está dividida em quarenta capitulos que correspondem a outras tantas lições, e, no periodo contemporaneo, na historia abreviada da republica é o mais abundante e satisfactorio.

Algumas pequenas lacunas já previstas pelo autor podem ser resgatadas nas edições futuras, á medida da experiencia e dos conselhos dos mestres. Essas lacunas, aliás, resultam apenas da concisão.

Não hesitamos, pois, em recommendal-o como excellente compendio e manual indispensavel a todos os estudantes da materia. — *João Ribeiro*.

(*O Imparcial* — 4-5-920).

LIVROS NOVOS

Compendio de Historia do Brasil — por Mario Da Veiga Cabral.

O Sr. Veiga Cabral tem conseguido, inegavelmente, grande destaque entre os autores de obras didacticas. Os seus trabalhos são feitos com admiravel

espirito de methodo, numa linguagem clara e simples, ao alcance dos alumnos das escolas.

"Compendio de Historia do Brasil", é um trabalho cuidado, com 261 paginas, encadernado a percalina e editado por Jacintho Ribeiro dos Santos. Nesse compendio, o Sr. Veiga Cabral escreveu sobre o assumpto, não só com proficiencia como ainda com grande abundancia de detalhes.

A Historia do Brasil do Sr. Veiga Cabral, vem preencher uma grande lacuna no programma dos nossos estabelecimentos de ensino. O desejo do autor dessa obra era publical-a com todo carinho, illustrando as suas passagens principaes, com photographias historicas, com o que, talvez não haja concordado o editor em face das despezas que um tal trabalho acarretaria.

Apesar disso o compendio do Sr. Veiga Cabral está muito bem impresso e o seu formato é bastante vistoso.

(*Gazeta de Noticias* — 4-5-920).

ACABA DE APPARECER

"Compendio de Historia do Brasil", pelo professor Mario Da Veiga Cabral — Jacintho Ribeiro dos Santos. Rio, 1920.

Está o Sr. Da Veiga Cabral produzindo muito nos ultimos tempos, sobre tudo compendios das materias que lecciona: historia e geographia. Já o Sr. Jacintho Ribeiro dos Santos editou tres compendios seus: dous de chorographia e um de historia universal. Este quarto, que temos sobre a mesa, versando sobre Historia do Brasil, destina-se aos Collegios Militares. Nota se no autor a preoccupação de expôr, livrado-se tanto quanto possivel daquellas tentações de muita idéa pessoal a que tantos outros não fogem. O Sr. Da Veiga Cabral, é claro, conciso, methodico, simples e atido á materia sem digressões inuteis ou fastidiosas.

Os capitulos que precedem o da chegada de D. João VI ao Brasil apresentam-se com certa originalidade e interessam.

Nos pontos discutiveis o autor não se detem: firma a opinião mais em voga e mais documentada e passa adiante.

As passagens de Colonia para Imperio e de Imperio para Republica mereceram-lhe cuidados de todo especiaes.

Cremos serem poucos os compendios que desenvolvem tanto e com tanta serenidade a parte da historia nacional entre 1889 e os nossos dias. O Sr. Da Veiga Cabral chega a consagrar um capitulo a cada quatriennio, dando-nos o resumo dos acontecimentos mais notaveis, occorridos em cada um delles. Em todo o livro se nota a preoccupação das grandes datas e das datas fieis; o desejo muito vehemente, de enaltecer as glorias nacionaes e aquella serenidade e compostura de quem se acha convencido de que num compendio de historia nacional pesa grave responsabilidade.

Algumas paginas sobre nossos costumes, dos nossos aborigenes dos primeiros tempos, despertarão com certeza muito interesse. Emfim, prova da consciencia e da probidade com que o autor lança a publico o seu novo trabalho é o cuidado de reforçar certos pontos da historia com o testemunho de autores acatados e de nomeada.

O Sr. Jacintho Ribeiro dos Santos tambem presta bons serviços, encarregando-se de uma edição se não luxuosa, muito decente e agradavel. Aqui ficamos esperando pela proxima segunda edição, esta illustrada com gravuras, como o autor com toda a razão deseja.

(*Rio-Jornal* — 9-5-920).

AS NOVAS PUBLICAÇÕES

"COMPENDIO DE HISTORIA DO BRASIL"

O professor Mario Da Veiga Cabral acaba de publicar mais um trabalho didactico, sob o titulo acima.

Nome conhecido e acatado entre os nossos professores, já tendo prestado ao ensino, com a publicação de varios livros de utilidade, optimos serviços, tudo faz crer que o Sr. Da Veiga Cabral ainda uma vez obterá, com o seu "Compendio de Historia do Brasil" mais um merecido successo.

A obra, editada pela conceituada livraria Jacintho Ribeiro dos Santos, está optimamente confeccionada e é destinada, especialmente aos alumnos dos collegios militares, a cujo programma obedece.

De uma rapida leitura que fizemos desse compendio, perdura a convicção de que o Sr. Professor Da Veiga Cabral fez uma obra proveitosa e util aos fins a que se destina, devendo, por isso mesmo, obter larga acceitação entre os nossos professores e collegiaes.

(*A Noticia* — 11-5-920).

UM BOM LIVRO DIDACTICO

O professor Da Veiga Cabral, que já tem publicado varios trabalhos didacticos, acaba de fazer editar um "Compendio de Historia do Brasil", que terá certamente um successo igual ao dos anteriores livros do mesmo autor.

E' uma obra clara e bem feita.

Houve talvez um excesso do autor em querer trazer o ensino de historia até o anno actual. E' verdade que a respeito do actual governo, só exprime esperanças; mas esperanças que não se justificam por nenhum motivo.

Aparte esta restrição, a obra é excellente.

(*A Folha* — 15-5-920).

HISTORIA DO BRASIL

Acabamos de folhear as 261 paginas do *Novo Compendio de Historia do Brasil* de que é autor o Dr. Mario Da Veiga Cabral.

Estylo simples e claro, linguagem, tersa, a nova Historia é realmente um bom livro didactico. A demais o Dr. Da Veiga Cabral foi de felicidade rara no methodo. O curso está dividido em cinco periodos: Brasil Portuguez, Brasil Hespanhol, Brasil Portuguez (novamente), Brasil Imperio e Brasil Republica, isto é, principia o professor a contar-nos os grandes descobrimentos praticados por Portugal desde a dynastia de Aviz, embrenha-se nas ephemé-

rides dos grandes navegadores, demora-se em Cabral, e, por ahi além numa clareza admiravel que torna o livro leve, commenta com a imparcialidade do historiador todos os factos da nossa historia, para terminar na Republica com o Governo do benemerito Dr. Epitacio Pessôa.

Extranha o Dr. Da Veiga Cabral o motivo por que commemoramos em 3 de Maio e não em 22 de Abril o descobrimento do Brasil e, succintamente, mostra a sem razão desse facto. Varios escriptores e homens de lettras têm protestado sobre o illogismo da preferencia da data de 3 de Maio.

E por ahi afóra, sempre interessante, a nova Historia do Brasil. Parte feliz é a que trata dos primeiros dias da Republica: pela concisão e pela verdade no que foi dito.

Livro recommendavel, destinado aos *Collegios Militares*, o ardor patriota do autor, que é um moço, transparece a cada instante, principalmente naquellas bellas paginas dedicadas á memoria augusta e inesquecida de Rio Branco e ao vulto stoico e nobre de Lopes Trovão. — *Luciano Pedreira*.

(*Gazeta Suburbana* — 22-5-920).

BIBLIOGRAPHIA

Compendio de Historia do Brasil pelo Sr. Mario Da Veiga Cabral.

O Sr. Jacintho Ribeiro dos Santos fez bem em dar a incumbencia de escrever um compendio de Historia do Brasil ao Sr. Mario Da Veiga Cabral. E não se enganará, certamente, no seu vaticinio, porque o trabalho didactico que acaba de vir a lume, póde ter, dada a clareza com que foi elaborado, um verdadeiro successo na livraria daquelle editor.

O livro do Sr. Cabral, se tivermos em vista a escassez das fontes historicas, com que tem de luctar todo aquelle que se dedica a estudos do genero em que se metteu o autor do "Compendio de Historia do Brasil" póde ser considerado um dos melhores no genero. O professor poz "cada cousa em seu respectivo logar", num verdadeiro accumulo de informações, claras e precisas, mostrando, mais uma vez, a sua habilidade como bom mestre de historia e como pedagogo de valor.

A parte do seu livro que se refere ao historico das idéas republicanas no Brasil, á instituição do regimen republicano e aos varios quatriennios governamentaes, merece destaque. O professor Cabral soube organizar, em resumo, tudo quanto diz respeito a essa época importante da historia do nosso paiz, e, mostrou, com rara perspicacia apezar de pertencerem esses factos a uma época contemporanea, quanto póde fazer um espirito educado nos bons principios da justiça historica e do são patriotismo. A sua capacidade para ver o presente e critical-o é semelhante áquella que dominou a sua penna quando escrevia sobre o passado. A narrativa é rapida, mas cheia de vida, de movimento e de certo calor que, podemos, sem receio de commeter um juizo falso, denominar de calor pedagogico. O professsr Cabral sabe ensinar Historia do Brasil...

(*Jornal do Brasil* — 23-5-920).

LIVROS DESTE ANNO

Compendio de Historia do Brasil de Mario Da Veiga Cabral, edição de Jacintho Ribeiro dos Santos.

Um compendio para escolas não póde ser senão como o que acaba de nos dar o Sr. Mario Da Veiga Cabral, que acompanha os programmas de varios estabelecimentos e que tem de servir aos senhores docentes que organizam uma norma didactica cada qual mais differente.

Não inventamos. Ha livros contendo a narração dos nossos acontecimentos para o Collegio Pedro II, outros para a Escola Normal, outros ainda para os Collegios Militares e entre estes, o primeiro que apparece, é o do professor Mario Da Veiga Cabral, que além de conter tudo o que outros têm, vem com accrescimos e detalhes da Republica, dez capitulos de materia nova sobre o regimen proclamado em 1889 até o quatriennio actual, que acabará em 1922. Satisfaz ás necessidades do ensino? Por que não? Os outros que apparecerem depois do trabalho do estudioso e já estimado autor não terão a primasia, e se quizerem fazer cousa differente hão de adulterar factos, contar minucias que não podem ser narradas e sem interesse e que só serão aproveitaveis depois de alguns annos mais, quando se fizer a verdadeira Historia do Brasil, na parte destinada á Republica.

Batemos palmas ao Sr. Mario Da Veiga Cabral pelo capitulo XXXV, que se occupa do terceiro quatrienario (1898 a 1902), pertencente ao Governo honesto, patriotico, brilhante do saudoso e inolvidavel estadista que se chamou Campos Salles, cujos serviços prestados ao regimen são memoraveis e relevantissimos. Teve a seu lado, como Ministro da Fazenda, o integro Joaquim Murtinho, o mais intellectual e competente de todos os Ministros da Fazenda do Brasil e com a sua orientação e conselhos poude restaurar o nosso credito, levantar o nosso moral acaçapado de fórma tal, que o Governo que o succedeu, o do conselheiro Rodrigues Alves, poude se tornar benemerito, melhorar o estado sanitario por completo, fazer avenidas, transformar de modo estupendo a cidade, fazer isso tudo que nós admiramos e é admirado pelos que nos visitam. Não fosse a benemerita acção de Campos Salles ainda teriamos a febre amarella, as estreitas viellas, os immundos beccos, o descredito, a falta de brio. Foi um governo que honrou a Republica, que deixou sulcos profundos da sua acção na administração publica e que não se locupletou com arranjos e patifarias.

A justiça do autor do novo compendio de *Historia do Brasil* á memoria de Campos Salles e dos seus auxiliares é digna de ser apontada, porque todos sabem que o illustre paulista foi um dos mais esforçados propagandistas da Republica, morreu pobre, esquecido no seu Estado, vilipendiado por uma sucia que elle não quiz encher com o ouro do Thesouro e que será sempre lembrado quando se fizer o verdadeiro balanço dos que bem serviram o regimen que se implantou nessa nossa terra infeliz.

A historia de um povo narra-se com verdade, com sinceridade e não adulterando.

O Sr. Mario Da Veiga Cabral com o seu compendio escolar fez um livro, criterioso, o mais perfeito, no genero, que possuimos.

Recommendamos o livro do estimado profesosr aos que quizerem aprender e conhecer o passado historico da nossa terra.

A Historia é a Justiça e a Verdade. — *Xavier Pinheiro*.

(*A Cidade* — 26-5-920).

LIVROS NOVOS

"Compendio de Historia do Brasil" pelo professor Mario Da Veiga Cabral.

O professor Dr. Mario Da Veiga Cabral, que se vem dedicando, com grande aproveitamento para o ensino do Brasil, á publicação de livros didacticos, já possuindo grande bagagem, acaba de publicar mais um livro, o "Compendio de Historia do Brasil", especialmente para uso dos Collegios Militares e estabelecimentos de ensino secundario.

Em estylo claro, corrente, os nossos factos historicos são perfeitamente estudados e documentados, sendo o "Compendio", mais uma victoria do professor Da Veiga Cabral.

O "Compendio de Historia do Brasil" foi editado pelo editor Jacintho Ribeiro dos Santos, que o encommendou áquelle professor e é de esperar que consiga com elle o que já conseguiu com o "Compendio de Chorographia do Brasil", do mesmo professor, apparecido em fins de 1916, e já na sua 5ª edição, o que é o seu melhor elogio.

(*A Noite* — 30-5-920).

LIVROS DIDACTICOS

"COMPENDIO DE HISTORIA DO BRASIL"

O professor Mario Da Veiga Cabral acaba de publicar, editado pela livraria Jacintho Ribeiro dos Santos, um excellente "Compendio de Historia do Brasil", para uso dos collegios militares e demais estabelecimentos de ensino secundario.

De reputação já firmada por trabalhos anteriores, o Sr. Da Veiga Cabral conseguio realizar, com honestidade, uma obra digna de louvores, quer pela clareza do seu estylo, quer pela maneira intuitiva com que expõe a materia.

Por tudo isso muito se recommenda a obra que o distincto professor acaba de publicar, prestando assim um inestimavel serviço ás nossas letras didacticas.

(*Correio da Manhã* — 7-6-820).

COMPENDIO DE HISTORIA DO BRASIL

O Sr. Mario Da Veiga Cabral, engenheiro-agrimensor e professor na Escola Normal e no Gymnasio 28 de Setembro, autor de varios livros didacticos, dentre os quaes se salienta um notavel compendio de chorographia do Brasil, acaba de dar á publicidade mais um livro que nos parece de grande utilidade.

Este livro é um "Compendio de Historia do Brasil", para uso dos collegios militares e demais estabelecimentos de ensino secundario.

Este compendio começa com as grandes navegações dos Portuguezes e consequente descobrimento do Brasil e termina no oitavo quatriennio republicano de 1918 a 1922. Como annexo tem uma taboa chronologica da Historia do Brasil.

Como tudo isto é explanado em 261 paginas, claro está que o autor não se podia deter demoradamente sobre certos factos historicos, muitos dos quaes estão ainda por discutir. Limita-se, portanto, o autor a assignalar os factos principaes, notadamente os que assignalaram os varios periodos em que se divide a nossa historia. Ha comtudo um capitulo que merece especial menção: o que trata da marcha das idéas republicanas até á proclamação da Republica.

O livro do Sr. Da Veiga Cabral é, em summa, um bom compendio, para o fim a que se destina, que é dar as principaes noções de historia patria, aos alumnos de cursos secundarios.

(*Jornal do Commercio*, edição da tarde — 7-6-920).

LIVROS NOVOS

Compendio de Historia do Brasil — Sr. Mario Da Veiga Cabral.

Acaba de apparecer, editado pelo livreiro Jacintho Ribeiro dos Santos, o "Compendio de Historia do Brasil", do conhecido professor Dr. Mario Da Veiga Cabral. Nome vantajosamente conhecido nas rodas de ensino, o autor desse novo trabalho didactico, que não é o primeiro da sua lavra, veiu prestar um inestimavel serviço á mocidade estudiosa, que dóra em diante póde haurir as melhores lições de historia patria dadas pelo Sr. Da Veiga Cabral através das paginas do seu novo compendio, sob um methodo inteiramente novo, isto é, com clareza e conhecimento da narração e da linguagem.

Aliás, isso era de esperar do conhecimento que tem desses assumptos, o Sr. Da Veiga Cabral, cuja obra didactica faz honra ao nosso magisterio pela largueza do estudo e exactidão dos conceitos. O novo compendio de historia patria é, sem favor nenhum, o livro que vem preencher uma inexplicavel falha em nosso paiz no que diz respeito ao ensino da disciplina que por excellencia devia merecer os cuidados e carinhos dos innumeros professores que por ahi pullulam, cada qual mais cabotino e menos conhecedor della.

Felizmente, com o apparecimento do novo compendio de historia do Brasil duas cousas ficam claras: primeiro, que o autor não é daquelles, que não sabendo patavina, se atrevem a elaborar livros quasi sempre em prejuizo de quem os lê, e segundo que, como consequencia do detido estudo a que se dedicou o Sr. Da Veiga Cabral da Historia do Brasil, a sua obra logrará o maior successo, entrando logo a ser adoptada de preferencia as muitas outras, nos estabelecimentos de ensino secundario.

De resto, todo o estudante que quizer aprender de verdade historia patria, terá que recorrer a esse novo compendio sobre o qual forçada será a critica a dizer com justiça, porque, além da exposição clara e esmiuçada do assumpto é escripta em optima linguagem, o sufficiente para o fim a que elle se destina.

(*A Tribuna* — 12-6-920).

LIVROS NOVOS

Historia do Brasil — Mario Da Veiga Cabral.

Recebemos do professor Mario Da Veiga Cabral, autor de diversos trabalhos didacticos, um exemplar da sua Historia do Brasil, que acaba de sahir do prélo.

O livro, que se apresenta com uma feição material magnifica, revela os não communs conhecimentos que possue o professor Veiga Cabral da historia do nosso paiz e é utilissimo para os alumnos dos cursos de preparatorios.

Escripto em bom portuguez, obedecendo a divisão dos seus capitulos a um intelligente criterio, o livro do professor Veiga Cabral expõe com clareza os asumptos das diversas épocas da nossa historia, fazendo com precisão a critica dos factos e das personalidades.

Esta é a principal missão dos livros que se destinem ao estudo dos jovens que buscam beber os primeiros conhecimentos, sentindo a necessidade de uma exposição simples, pratica, onde o espirito de synthese se accentue, afim de não fatigar o espirito dos principiantes com longas manifestações de uma erudição, que tanto difficulta a comprehensão de quem não possue grandes cabedaes.

E esse problema, o professor Veiga Cabral resolveu brilhantemente, organizando uma Historia do Brasil clara, simples e pratica — fazendo jús ás nossas felicitações e á preferencia de todos que precizam de ter conhecimentos completos da historia do Brasil.

(*A Razão* — 18-6-920).

HISTORIA DO BRASIL

Quando, em Setembro de 1916, publicou o professor Da Veiga Cabral, o seu primeiro livro, uma *Chorographia do Brasil*, previmos logo para o nome do joven escriptor, que então estreava, um lugar de destaque no nosso meio litterario.

Affirmamos, mesmo, que aquelle trabalho, do provecto professor, estava destinado a esgotar rapidamente a sua primeira edição.

Não nos enganámos. Hoje, que são passados quatro annos, estando aquelle livro no 45º milheiro (5ª edição) e sendo o joven engenheiro autor de mais seis trabalhos didacticos, está perfeitamente confirmada a nossa previsão. Ainda agora acaba o illustre geographo de dar á publicidade um Compendio de Historia do Brasil, que tem sido largamente elogiado pela critica e que vem confirmar o justo renome do seu autor.

A nova obra do Dr. Mario Da Veiga Cabral, um "excellente compendio e manual indispensavel a todos os estudantes da materia", como della bem disse o critico e historidor professor João Ribeiro, em nada desmente o seu reconhecido valor didactico.

Escripto em linguagem clara e corrente, a par de invejavel methodo, o novo livro do distincto professor é obra desde já victoriosa. E' um vasto repositorio, não apenas para o estudante, mas para todos os que desejam andar a par sobre os acontecimentos patrios. No ponto sobre Republica, por exemplo, nenhum compendio póde rivalizar com este, que é, sem favor, o mais abundante e bem feito até hoje publicado.

O Dr. Da Veiga Cabral, que já se havia firmado como geographo, firma-se agora, como historiador, e dos mais competentes e laboriosos, mostrando ser um pesquizador estudioso, em cuja obra muito se póde aprender.

Bem diz o illustre professor, numa passagem do seu livro, que "a historia deve ser a expressão da verdade." Lendo o seu trabalho, verificamos logo que com esse proposito alevantado escreveu elle a obra. Realmente, agradando ou desagradando a quem quer que seja, o joven historiador não hesita, não vacilla, não consulta interesses secundarios, nem amizades, e a verdade resalta das suas palavras, cheia de uma coherencia verdadeiramente admiravel, tanto mais quanto se trata de um moço, e os moços escriptores, em regra, não sabem resistir a certas tentações.

Só merece, pois, parabens, o Dr. Da Veiga Cabral, que tem hoje, innegavelmente, reputação firmada como geographo e historiador, além de habil professor, sempre disputado pelos collegios bem organizados.

O seu livro é, desde já, indispensavel na bibliotheca dos que se interessam pelo progresso de nossa patria.

E' essa a nossa opinião.

(*Revista Industria e Commercio* — 30-6-920).

"HISTORIA DO BRASIL"

O notavel historiador Dr. Rocha Pombo acaba de dirigir ao professor Dr. Da Veiga Cabral a seguinte carta, a respeito da Historia do Brasil, publicada por este ultimo:

"Rio, 27 de Junho de 1920. — Meu caro amigo Dr. Da Veiga Cabral.

Só agora posso agradecer-lhe mais esta gentileza que teve commigo, offerecendo-me um exemplar do seu "Compendio de Historia do Brasil". Não queria cumprir este dever sem primeiro haver lido o seu novo livro, desejando, com isso, não apenas dizer sobre elle a minha opinião, que nada importa, mas dar ao illustre autor mais uma prova do alto apreço em que o tenho, e do vivo interesse que me despertam os seus trabalhos nos quaes se encontra sempre alguma cousa que aprender. E' esta, penso, a melhor prova que se póde ter de um bom livro. Este seu ultimo é mais do que bom, porque é excellente. Folguei muito de ver neste volume didactico de nossa historia mais uma demonstração do seu talento, das suas grandes qualidades para trabalhos de semelhante natureza, e, principalmente do seu espirito de justiça quando julga os homens e quando commenta os factos. E a par disso tudo — a clareza da exposição, o methodo e a logica com que ordena os assumptos, e a consciencia perfeita da tarefa. Muito aproveitei do seu livro: e peço-lhe, portanto, licença para o felicitar por mais este serviço que presta á nossa mocidade.

Com a mesma velha estima e apreço, o seu amigo e criado obrigadissimo. — *Rocha Pombo*.

(*A Razão* — 3-7-920).

LIVROS NOVOS

"Compendio de Historia do Brasil" — Mario Da Veiga Cabral — 1920.

Mario Da Veiga Cabral é já um nome feito nas lettras patrias. Os seus varios livros didacticos, escriptos numa linguagem correcta e fluente, sem

os arrebiques de fórma que quasi sempre prejudicam a idéa, prenhes de erudição e de saber, legaram-lhe a gloria aurifulgente que ha de fazer o seu nome respeitado de successivas gerações estudiosas.

Modesto, excessivamente modesto, o talentoso autor da *Chorographia do Brasil*, afastado do ambiente estreito das intrigas litterarias, onde o cabotinismo domina e impera na sua furia avassalante, tem feito a sua reputação de escriptor á custa do seu proprio esforço.

Aos 21 annos, em 1916 — publicava o seu primeiro livro *Chorographia do Brasil*, que foi, segundo o proprio editor, *entre os livros didacticos publicados nos ultimos trinta annos, o que mais exito alcançou, já estando na quinta edição*.

Dous annos depois publicou a *Chorographia do Districto Federal*, e mais tarde as lições de *Historia Geral*, que já tem duas edições.

Em razão desse successo o seu nome passou a ter uma autoridade indiscutivel na sciencia geographica moderna.

Mas não parou ahi a sua dedicação ao trabalho, o seu amor á arte, o seu carinho á patria, que elle quer desvendar, aos olhos ávidos dos estudantes, na sua pujante realidade.

Desse desejo febricitante nasceu seu ultimo livro: *Compendio de Historia do Brasil*. E' uma obra que supplanta todas as existentes; perfeita, meticulosa, profunda.

O Sr. Da Veiga Cabral não é daquelles historiadores que endossam todas as opiniões alheias.

Elle vae de encontro a varias idéas e factos, sustentados por collegas seus, dando as suas razões e expondo-as com clareza e solida argumentação. Sem paixões politicas e sem falsos preconceitos elle é um historiador na significação ampla da palavra. Vivendo para a sua obra, o eminente escriptor, dá-lhe aquelle cunho de realidade que só os verdadeiros artistas sabem imprimir aos seus trabalhos.

Descendente de uma familia de escriptores e jornalistas, elle quer conservar bem vivas as tradições que lhe legaram seus ancestraes, guindando-se, pela constancia e pertinacia no estudo e no trabalho, ao pinaculo da gloria.

Com 25 annos de idade, esse moço privilegiado tem quatro livros publicados com ruidoso successo, um no prélo e dous em preparação. — *Joaquim Campos*.

(*O Social* — 18-7-920).

"HISTORIA DO BRASIL"

O Sr. Mario Da Veiga Cabral, que é uma autoridade reconhecida no assumpto, acaba de publicar a sua "Historia do Brasil".

E' um livro de valor, em que o autor descreve os factos precipuos e minimos de nossa patria, desde o descobrimento até quasi os dias actuaes.

A *Historia do Brasil* do Sr. Veiga Cabral está fadada a grande acceitação.

(*A Rua* — 14-8-920).

LIVROS NOVOS

Historia do Brasil, pelo professor Mario Da Veiga Cabral.

Mais um livro didactico do Dr. Mario Da Veiga Cabral, professor da Escola Normal e do Gymnasio 28 de Setembro, foi ha pouco editado. E' o quarto que o estudioso moço publica, além de um outro, que, por estes dias, apparecerá.

O que temos em mãos é um compendio de Historia do Brasil. E' um livro bem feito, pela clareza da linguagem, pelo methodo e pelos conhecimentos que demonstra.

Baseado em que a historia deve ser a expressão da verdade, o livro relata os factos com imparcialidade, fazendo justiça a quem merece e condemnando os que erraram.

(*O Paiz* — 28-8-920).

LIVROS NOVOS

Compendio de Historia do Brasil — Mario Da Veiga Cabral.

O joven geographo Mario Da Veiga Cabral, autor de varias obras didacticas, entre ellas a *Chorographia do Brasil*, que foi, segundo o proprio editor, o livro que maior successo alcançou nos ultimos 30 annos, acaba de publicar mais um livro de real valor: *Compendio de Historia do Brasil*.

Nesse trabalho — o Dr. Da Veiga Cabral — não se limitou a reproduzir tudo que já se tem dito da nossa historia: investigou os factos, estudou as origens, devassou toda a nossa litteratura historica, colhendo dados e estabelecendo confrontos.

Em varios pontos o illustre professor contesta todos os historiadores, restabelecendo a verdade com robusta documentação.

O livro do estudioso moço — que aos 25 annos conseguiu ter uma tão vasta bagagem literaria — está escripto numa linguagem correcta e expontanea, que o torna de uma leitura agradavel.

Sem as complicações de estylo que quasi sempre baralham a idéa, o autor do *Compendio de Historia do Brasil*, está fadado a grandes triumphos.

(*A Patria* — 18-10-920).

LIVROS NOVOS

Compendio de Historia do Brasil, pelo Prof. Mario Da Veiga Cabral — Editor Jacintho Ribeiro dos Santos — 1920.

Já é um nome conhecido como autor de bons livros didacticos o do Professor Mario Da Veiga Cabral, cujo novo *Compendio de Historia do Brasil* nos chega ás mãos.

O trabalho destina-se ao uso dos Collegios Militares e demais estabelecimentos de ensino secundario.

Folheamol-o, lemos muitos dos seus capitulos com attenção, e não temos duvida em declaral-o perfeitamente apto a satisfazer os seus fins com o melhor exito. Anima o autor um grande sentimento de patriotismo que exalça os feitos gloriosos de nossa historia. Os capitulos são longos e explicativos, de modo que o alumno tenha noticia não apenas dos factos, mas de seus precedentes e suas causas.

Mas, ao mesmo tempo, não contém demasias minuciosas, capazes de fatigar o espirito dos jovens estudantes para os quaes foram escriptos. Procura attingir e completar informações relativas ao periodo republicano, chegando a dar até a formação do Ministerio do Governo Epitacio Pessoa. Vê-se na explanação de todas as phases da nossa historia que o autor buscou senhoriar-se das boas fontes, resumindo as chronicas e obras dos nossos grandes escriptores e mais dedicados historiadores. E' possivel haja, aqui ou ali, no trabalho do Professor Da Veiga Cabral, qualquer falha. Mas não é visivel nem transparece a uma primeira leitura. Ao contrario, o *Compendio de Historia do Brasil* satisfaz plenamente e merece adopção em nossos collegios, como dos melhores livros no genero. Não tem illustrações, o que é um defeito: mas o editor promette-nos, em nome do autor, sanar esse inconveniente numa segunda edição, que não estará longe, porque de certo o livro terá extracção.

(*Jornal do Commercio*, edição da manhã — 21-10-920).

LIVROS NOVOS

Mario Da Veiga Cabral — *Historia do Brasil* — 1ª edição — Rio.

Já a imprensa desta Capital e dos Estados noticiou, largamente, o apparecimento de uma nova *Historia do Brasil*, da lavra do Dr. Mario Da Veiga Cabral, illustre professor da Escola Normal e de outros estabelecimentos de ensino.

Da livraria editora acabamos de receber um exemplar desse bem feito trabalho, que honra, sem duvida alguma, as nossas letras didacticas.

E' obra de valor indiscutivel, já sagrada pela critica dos mestres e adoptada em quasi todos os estabelecimentos de ensino, não só desta Capital como dos Estados.

Em estylo simples e correcto, a par de invejavel methodo e profunda erudição, conseguiu o Dr. Da Veiga Cabral mais um triumpho para o seu nome, já respeitado como geographo desde o apparecimento da sua incomparavel *Chorographia do Brasil*, e agora, como historiador de competencia comprovada.

O seu ultimo trabalho que temos em mãos nada fica devendo aos que os mestres têm escripto sobre o mesmo assumpto.

Em innumeros pontos mesmo, o Dr. Da Veiga Cabral destróe, com vigorosos argumentos, certas opiniões daquelles, e restabelece a verdade historica baseado em que, como diz numa passagem do seu livro, "a historia deve ser a expressão da verdade."

Obra fadada a largo successo de livraria, o novo trabalho do provecto professor, é livro indispensavel, em todas as boas bibliothecas.

(*O Combate* — 16-2-921).

PUBLICAÇÕES

Compendio de Historia do Brasil

Remettido por seu autor, — o professor dr. Mario Da Veiga Cabral, recebemos um exemplar do *Compendio de Historia do Brasil*, quarto livro, na ordem serial, publicado pelo laborioso e competente professor.

Em linguagem concisa e clara, o dr. Da Veiga Cabral descreve no seu novo livro, desde os tempos coloniaes até os nossos dias, todos os episodios dignos de registo da nossa historia; e, sem procurar explicações que em geral tornam o estudo da historia nebuloso e incomprehensivel por vezes, discreta como um mestre consciente da sua missão narrando unicamente factos como os mesmos deveriam ter se passado.

Dividido, para mais simplicidade e melhor disposição do trabalho, o seu livro em capitulos, — estuda nos primeiros a formação de nossa nacionalidade, a divisão do paiz em capitanias e em dois governos, a dominação espanhola no Brasil, as invasões hollandezas; nos seguintes capitulos aprecia o autor a volta ao dominio portuguez, o periodo das guerras civis pela liberdade, o reinado de d. João V, a influencia da politica pombalina no Brasil e as lutas com os espanhóes que se haviam estabelecido no Sul, depois aprecia as primeiras idéas de independencia: — Bernardo Vieira de Mello, Felippe dos Santos e Tiradentes e por fim a vinda para o Brasil da familia real portugueza.

Nos demais capitulos são cuidadosamente estudados assumptos de magna relevancia, sempre claramente expostos pelo autor, taes como a revolução de 1817, a revolução portugueza de 1820 e seus effeitos no Brasil, a regencia de Pedro I tendo como resultante a independencia, a confederação do Equador, separação da provincia Cisplatina, a abdicação de Pedro I, a menoridade de Pedro II, a Regencia, a maioridade civil de Pedro II, a revolução de 1848 e lutas civis que a antecederam, as guerras contra Oribe e Rosas e por fim a guerra contra o Paraguay, succintamente explanada com uma elevação de vistas que dignifica o autor.

Os finaes capitulos são dedicados á libertação dos escravos, ao historico das idéas republicanas no paiz, á proclamação da Republica e sua implantação definitiva entre nós.

E', pois, um livro util o do sr. Da Veiga Cabral e bem merece ser manuseado por quem tenha interesse em conhecer a nossa historia, nelle narrada com fidelidade e clareza.

Agradecendo ao autor a remessa que nos fez de um exemplar do seu livro, folgamos em registrar mais este subsidio á grandeza da nossa patria fornecido pelo estudioso professor.

(*Jornal do Recife* — Pernambuco — 17-8-921).

LIVROS NOVOS

Mario Da Veiga Cabral — *Compendio de Historia do Brasil* — 2ª edição — Jacintho Ribeiro dos Santos.

O *Compendio de Historia do Brasil* do sr. dr. Mario Da Veiga Cabral, cujo *Compendio de Chorographia do Brasil* consagrou para sempre, nas letras didacticas, é elaborado de accôrdo com o pedido do conhecido editor sr. Jacintho Ribeiro dos Santos, para attender aos programmas dos collegios militares, que são hoje no paiz em numero de quatro.

Do trabalho do sr. dr. Mario Da Veiga Cabral já tivemos occasião de

tratar, quando sahiu o primeiro volume. O autor teve de acompanhar o programma a que se cingiu, e assim em muita cousa não poude elevar a critica historica, preferindo considerações e phrases singelas. Mas tudo isso está comprehendido no objectivo da obra, que preenche perfeitamente os seus fins. Todos os factos essenciaes da nossa historia são succintamente compendiados pelo autor. O livro abrange toda a nossa historia, do descobrimento ao governo actual, e se o autor não quiz acompanhar as concepções que se estão formando quanto ao descobrimento, independencia, guerras do Prata, nem por isso deixou de fazer uma obra verdadeira e sincera.

O dr. Mario Da Veiga Cabral escreve com naturalidade e resume com fidelidade. Apanha todos os factos, e assim o livro para o destino que o guiou não poderia ser mais adequado.

A 2ª edição, que agora apparece, é illustrada e revista pelo autor. Está assim mais interessante e isenta de erros.

O sr. dr. Mario Da Veiga Cabral formou nome com a sua *Chorographia do Brasil*, livro didactico de maior successo dos ultimos trinta annos. O *Compendio da Historia do Brasil* só vem confirmar essa reputação merecida e obter tambem grande exito.

(*Jornal do Commercio* — 15-9-921).

UM LIVRO BOM

Infelizmente ainda são poucos os livros de autores brasileiros — bem entendido, livros didacticos — que primam pela concisão e pelo methodo expositivo.

Os estudantes geralmente se queixam de que, em vez de encontrar explicações nos compendios, acham mais confusão. Isto porque os nossos autores, quando escrevem seus livros, não têm em mira a limitada faculdade de comprehensão dos meninos e deixam-se carregar pela mania de mostrar erudição, entrando em digressões prolixas, que deixam bem entrever a intenção delles, em fazer crer aos demais collegas, que são senhores da materia.

Usam e abusam de uma linguagem elevada como si os seus livros tivessem sido escriptos para mestres, tão sómente, e depois se queixam de que os seus esforços não são compensados, pois que as suas obras ficam intactas nas estantes dos editores, ao sabor das tráças e dos caruncho!...

No que concerne ao estudo da Historia do Brasil, é sem conta o numero de obras que temos actualmente no mercado. Dentre todas destacarei, entretanto, a do sr. professor Mario Da Veiga Cabral. Moço de grande valor e muito esforçado, nos varios livros didacticos que já publicou, procurou seguir sempre um methodo racional, usando de uma linguagem simples e clara, de exposições concisas e sem arrebiques.

O livro está dividido em quarenta capitulos que a gente lê sem desagrado, porque o seu portuguez é correcto e facil e a divisão obedece a um certo criterio intelligente, além de não se notar em nenhum delles digressões fastidiosas, evitando assim que meninos possuidores de pouca memoria tomem, ainda, mais horror ao estudo da historia patria.

Muito lucrei com a leitura do seu excellente livro, pois confesso que ignorava certas particularidades que só ahi vi.

Na parte em que trata da Republica, vemos facilmente narrado em uma analyse, sem paixões, succinta dos varios e mais importantes factos que se deram nos diversos governos. — PAULO MONTÉ.

(*Diario Mercantil* — Juiz de Fóra — 9-12-921).

"COMPENDIO DE HISTORIA DO BRASIL"

Acaba de apparecer em 2ª edição, no Rio de Janeiro, o *Compendio de Historia do Brasil*, do dr. Mario Da Veiga Cabral, lente da Escola Normal daquella metropole.

Voltado de preferencia para os estudos de historia e geographia, que o autor discerne com proficiencia e illustração, o dr. Mario Da Veiga dá-nos um excellente livro didactico, compendiando 317 paginas, em linguagem muito simples, muito clara e incisiva, realçando ainda mais a narrativa synthetica e fluente.

A *Historia do Brasil*, do dr. Veiga Cabral, é um trabalho que se lê com agrado e interesse, e está dividido em cinco periodos, distribuidos por 40 lições ou capitulos.

Antes de falar do descobrimento do nosso paiz, o autor se refere ás grandes conquistas alcançadas pelos navegadores portuguezes, na vigencia dos primeiros reis que constituiram a dynastia de Avis. E numa sequencia logica e convincente, pela documentação, estuda o illustre didacta os factos, com os seus precedentes e as suas origens, desenrolados de 1500 até o primeiro anno do governo do dr. Epitacio Pessôa, enaltecendo a obra administrativa de sua exc. até então realizada, e predizendo o mais aurifulgente futuro ao Brasil.

(*A União* — Parahyba — 29-10-922).

BULLETIN BIBLIOGRAPHIQUE

Compendio de Historia do Brasil, par *Mario Da Veiga Cabral*, professeur à l'École Normale. Edition Jacintho Ribeiro dos Santos (3e édition, 1923). Rio de Janeiro, 216 pages.

Déjà connu par ses traités de Géographie du Brésil et par ses volumes sur l'Histoire universelle, que nous avons eu l'honneur d'apprécier dans ce Bulletin, le professeur Mario Da Veiga Cabral vient de publier, à l'usage des Lycées militaires, un résumé de l'histoire de son magnifique pays.

Ce nouvel ouvrage, fournissant d'intéressants détails sur l'histoire ancienne du Brésil, sur les mœurs des aborigènes, sur la conquête quasi fabuleuse par les Européens, trouve moyen d'être clair, concis, pratique, et à la portée des élèves à qui il est destiné.

Le récit devient plein de vie et de chaleur, lorsqu'il entreprend l'histoire de la République, depuis 1889 jusqu'à nos jours, et tout particulièrement celle qui embrasse la grande période des progrès accomplis, de 1898 à 1902, par Campos Salles.

Le volume se termine par un excellent tableau chronologique.

(*Bulletin de la Société de Géographie de Quebec* — Canadá — Jan. de 924).

GAZETILHA

Dr. Mario Da Veiga Cabral — *Compendio de Historia do Brasil*.

Trata-se de uma obra de grande relevancia didactica que não só se recommenda pelo nome do seu conceituado autor, como pela maneira como foi or-

ganizada, de accordo com os modernos programmas do Gymnasio Pedro II, e de modo a tornar mais assimilavel e attrahente a importante disciplina, fundamental, pode-se dizer, em todos os nossos estabelecimentos de ensino.

O Dr. Da Veiga Cabral é didacta competente e estylista, cujas obras estão ahi enchendo as estantes dos estudiosos e tendo primasia na adopção em todas as escolas do paiz.

Logo que compulsou a *Historia do Brasil*, do dr. Veiga Cabral, o Director da nossa Escola Normal fêl-a adoptar para o estudo dessa disciplina aqui neste estabelecimento de ensino.

Por nosso intermedio agradece, portanto, ao illustre polygrapho, a homenagem da offerta.

(*A. B. C.* — Mossoró — Rio G. do Norte — 1-3-924).

LIVROS NOVOS

Compendio de Historia do Brasil (4ª edição) — Mario Da Veiga Cabral — Editor: Jacintho Ribeiro dos Santos.

O professor Mario Da Veiga Cabral, moço ainda, é porém um dos vultos de maior destaque do magisterio nacional. Autor de mais de dezoito obras didacticas, o professor Mario Da Veiga Cabral tem merecido sempre a melhor acolhida não só por parte da imprensa, como das maiores autoridades nos varios assumptos, principalmente historicos e geographicos sobre que versam os seus trabalhos que, de resto, são adoptados nas escolas e collegios do Districto Federal e de quasi todos os Estados da Federação.

O seu *Compendio de Historia do Brasil*, que agora apparece em 4ª edição é o melhor testemunho do seu valor como autor.

Assim é que, no prefacio dessa nova edição, o seu editor declara que attinge "assim, a obra a um total de 40.000 exemplares publicados".

E' esse um depoimento que torna dispensavel qualquer elogio a mais.

Uma obra didactica que consegue uma venda de 40.000 exemplares, no Brasil, está por este facto exclusivo classificada entre as de maior utilidade para os estudantes.

A 4ª edição que temos em mão attinge até o começo do governo actual, não se limitando como se vê, e que é geralmente o que se dá com o geral das historias do Brasil, á narração do passado remoto.

Em summa, o *Compendio de Historia do Brasil*, do professor Mario Da Veiga Cabral, é uma obra de valor utilissima para os que estudam a nossa historia.

(*A Folha* — 1-5-925).

LIVROS NOVOS

"Compendio de Historia do Brasil", de Mario Da Veiga Cabral.

A literatura didactica brasileira tem no autor deste livro um dos seus mais autorizados e brilhantes representantes, um desses poucos elementos que o encaram com seriedade, contribuindo valiosamente para a sua formação,

hoje apenas esboçada. O trabalho que nos serve de motivo a estas linhas acaba de apparecer em 4ª edição. Si, antes, já era uma obra reputada excellente, agora sobe em muito o seu valor, pois o autor, no seu incansavel carinho de estudioso das nossas coisas, ampliou-a muito e muito, de sorte a nos dar o livro mais completo que, no genero, se póde desejar. Basta dizer que o seu trabalho abrange até os episodios occorridos ha poucos dias, como, por exemplo, a explosão da ilha do Cajú, que nelle já está registrado.

Quanto ao valor da obra, nada temos a accrescentar á opinião geral da critica, exposta por occasião do apparecimento das edições anteriores, inclusive a do Sr. João Ribeiro, que a reputou indispensavel a todos os estudantes da materia.

(*A Noticia* — 8-5-925).

PUBLICAÇÕES

O sr. professor Mario Da Veiga Cabral acaba de publicar a quarta edição de seu magnifico compendio de *Historia do Brasil*, que tanta acceitação tem tido em nossos collegios e escolas.

A presente edição, revista e melhorada, continuará a prestar excellentes serviços á instrucção.

(*Jornal do Commercio* — Juiz de Fóra — 16-5-925).

O GLOBO NOS LIVROS

"Compendio de Historia do Brasil", por Mario Da Veiga Cabral.

Já é em 4ª edição que nos apparece o excellente trabalho didactico do dr. Mario Da Veiga Cabral, *Compendio de Historia do Brasil*, editado pelo sr. Jacintho Ribeiro dos Santos.

Longo e proveitoso vem sendo o esforço do illustre professor, em dotar as letras didacticas de obras cujo valor attestam as numerosas edições que alcançam, como aconteceu com a sua *Chorographia do Brasil*, de que já entraram em circulação mais de 150.000 exemplares.

Igual exito se annuncia e se espera deste ultimo trabalho cujas tres primeiras edições se esgotaram, determinando a impressão da quarta, que é a que ora poz em circulação o editor Jacintho Ribeiro dos Santos.

Este exito dispensa bem qualquer observação critica de nossa parte, porque já é, por si mesmo, um parecer favoravel lavrado por quem de direito, por legitima promoção de competencia, os mestres em aconselhando essa obra aos seus alumnos. Sem isso — nem uma edição — quanto mais tres! — se teriam esgotado tão rapidamente.

Accusando, pois, o recebimento do exemplar do *Compendio de Historia do Brasil*, em 4ª edição, só nos cumpre registar mais um exito da excellente obra didactica.

Uma observação, todavia, seja-nos licito fazer aqui e que, aliás, nada tem a ver com o merecimento intrinseco do *Compendio* do professor Veiga Cabral.

Esta observação é sobre o descuido em que os nossos livros de historia tem deixado a parte iconographica de suas edições, abandonando o excellente recurso da imagem, da gravura, para melhor fixação das épocas estudadas.

O *Compendio* do professor Veiga Cabral pertence já, felizmente, á phase de reacção, em que se tenta illustrar os varios episodios historicos narrados.

O que é para lamentar é que ainda seja pouco e não muito bem feito, quando dispomos de um vasto documentario graphico, onde avultam os desenhos de Debret e de outros illustradores do nosso passado, isso sem contar com a vasta pinacotheca, historica nacional já existente.

Isso, aliás, diz um pouco mais respeito aos editores do que aos autores, pelas restricções oppostas ao empate de capital.

Nas obras, como essa e as da mesma natureza, que compensativamente alcançam numerosas edições, bem podiam admittir majorações de despeza com o emprego de maior numero de *clichés* e a sua impressão mais nitida e artistica.

A informação graphica, o esclarecimento da gravura, a impressibilidade visual, ainda representam um dos melhores factores didacticos, para qualquer especie de discentes, em qualquer idade.

Em qualquer idade, ver ainda é uma das melhores fórmas de aprender.

(*O Globo* — 26-11-926).

"COMPENDIO DE HISTORIA DO BRASIL"

Acabamos de receber, já em quarta edição, o excellente trabalho didactico do dr. Mario Da Veiga Cabral, *Compendio de Historia do Brasil*, editado pelo sr. Jacintho Ribeiro dos Santos.

Benefica tem sido a actuação do dr. Mario Da Veiga Cabral no ensino patrio, dando-nos obras cujo valor é attestado pelo numero elevado de edições que ellas alcançam.

Naturalmente a presente edição do *Compendio de Historia do Brasil* terá em pouco, o msemo fim das anteriores.

Diante de um exito tão pronunciado, dispensamo-nos de qualquer observação critica ao presente volume. Mesmo porque sobre elle já se pronunciaram os competentes no assumpto, aconselhando-o aos alumnos.

O dr. Mario Da Veiga Cabral pertence a nova phase dos historiadores reaccionarios.

Deixou por completar esse processo tacanho dos antigos historiadores verdadeiros escalrachadores da historia patria.

Recebendo este exemplar da quarta edição do *Compendio de Historia do Brasil* limitamo-nos apenas a registrar o grande exito deste livro.

(*Correio do Brasil* — 29-11-926).

PAGINAS LIDAS

Veiga Cabral —"Curso de Geographia Geral".

Ha um nome no magisterio secundario, surgido ha pouco, mas surgido como as manhãs sonoras: com luz propria e seductor encanto. E' o sr. Mario Da Veiga Cabral.

Com pouco mais de trinta annos, é já um copioso autor de obras didacticas. Orça por dezoito o numero dellas, entre as publicadas e as que se acham promptas ou em preparação para tal fim.

Dizer que as successivas edições de suas obras rapidamente se esgotam, é fazer-lhe o maior, o melhor e o mais positivo dos elogios. Em verdade, nenhuma dellas estaciona na primeira edição, sendo que uma — e todas de alguns milheiros de volumes — já attingiu a 11ª.

A segunda edição do "Curso de Geographia Geral", que acaba de ser publicada, e da qual, como das anteriores obras do autor, é editor o sr. Jacintho Ribeiro dos Santos, constitue o mais bello titulo de recommendação dos meritos do illustre professor.

O livro do sr. Da Veiga Cabral é, sem favor, o que de melhor e mais completo se ha publicado sobre o assumpto. Ensina, deleitando. Capta a attenção do alumno, e lhe fixa na memoria cidades e paisagens, por meio de excellentes gravuras photographicas. O quadro geographico da Europa actual, modelado pelo tratado de Versailles, ahi se delineia perfeito.

Dahi, a explicação da avidez com que é procurado, e da rapidez com que foi esgotada a primeira edição, — successo que ha de ter levado a damnação ao espirito de tantos genios, autores de obras de mil exemplares, e que envelhecem namorando os mil e um exemplares dessas mesmas obras, que emboloram melancolicamente, esparramados nos balcões ou trepados nas estantes das livrarias irreverentes... — **Leoncio Correia**.

(*A Patria*, 24-4-926).

LIVROS

Veiga Cabral — "A Europa Actual".

Entre os nossos autores didacticos é, certamente, o Dr. Mario Da Veiga Cabral o mais joven e tambem o que maior exito tem conseguido nos ultimos tempos, com os seus excellentes trabalhos de geographia geral e de chorographia do Brasil.

Temos agora á mão a sua recente producção "A Europa Actual", cuja remodelação após a grande guerra, tornou indispensavel um livro que nos désse a informação cabal dos paizes novos, afóra as numerosas alterações que soffreu a carta européa depois do tratado de Versailles. Os compendios usuaes, naturalmente falhos, deficientes e erroneos, são inadaptaveis ao ensino e ás circumstancias actuaes.

Com grande proficiencia, com esclarecido saber, inteiramente bem informado, fez o Sr. Veiga Cabral um livro digno da attenção dos mestres e dos leitores communs.

Dest'arte, esse trabalho didactico do professor Veiga Cabral contribue para augmentar a justa reputação de que já gosa o autor nos meios escolares. E' digna de todos os encomios a sua actividade, como é tambem a esclarecida intelligencia com que tem accrescido o cabedal das nossas letras didacticas.

E' esse, sem duvida alguma, o melhor livro que possuimos no assumpto da geographia geral. — **João Ribeiro**.

(*Gazeta de Noticias* — 5 — 5 — 923).

A' MARGEM DOS LIVROS

Curso de Geographia Geral, por Mario V. Da Veiga Cabral.

Quanto ao caracter technico, cremos que as obras deste autor nada deixam a desejar. Os louvores que lhe tecem os especialistas em historia e geographia são dos mais concludentes. Entre outros, o professor João Ribeiro louvou-lhe a "perfeita clareza e excellencia de methodo na distribuição das materias".

Correndo agora o ultimo volume do esforçado polygrapho, este "Curso de Geographia Geral", sente-se, mesmo não sendo autoridade no assumpto, que elle está perfeitamente em dia com a materia, conhecendo todos os "vem de apparecer" dos melhores geographos nacionaes e estrangeiros, escolhendo o essencial, clarificando-o e harmonisando-o numa exposição precisa e, tanto quanto possivel no genero, concisa.

Mas, acima de tudo, o que nos interessou ao percorrer-lhe o alentado volume de 814 paginas, foram certas indicações pittorescas, certas novidades que elle soube intercalar, com muito geito, nas velharias da praxe; e foram — não o occultemos — as dezenas de gravuras que lhe illustram o gordo infolio. — **Agrippino Grieco**.

(*Gazeta de Noticias*, 21-2-926).

LIVROS NOVOS

Curso de Geographia Geral, por Mario Da Veiga Cabral

O dr. Mario Da Veiga Cabral é, sem contestação, uma das mais brilhantes figuras do nosso magisterio.

Engenheiro-agrimensor, dono de uma vasta erudição e de uma intelligencia ampla e forte, o dr. Mario Da Veiga Cabral se tem imposto como uma das expressões mais puras da mentalidade brasileira.

Seus trabalhos de geographia e historia, revelam um professor seguro do seu methodo, um pesquizador paciente, honesto e consciencioso, disposto a educar a mocidade, por via de regra minada pelos livros e desorientada pelos máos professores.

Recommendamol-o aos estudiosos.

(*A Patria*, 6-2-926).

LIVROS NOVOS

Primeiro, Segundo e Terceiro Livro de Leitura, — pelo Dr. Mario Da Veiga Cabral. Edição de Jacintho R. dos Santos. Rio.

O professor Mario Da Veiga Cabral é realmente infatigavel. Na sua especialidade, obras didacticas, não ha quem se lhe approxime. De quando em quando entrega o joven professor ás mãos dos estudiosos da geographia e da historia, compendio, memoria, tratado ou mappa, esclarecendo duvidas, firmando doutrinas, aperfeiçoando ensinamentos.

Toda a sua actividade gira em torno desses dois polos — o historico e o geographico. Mas agora mudou um pouco de rumo e entrou no dominio elementar da educação, com trabalhos de leitura para as primeiras idades, genero muito explorado, mas sempre de execução difficil. E o fez com tamanho acerto e felicidade que os tres livros, de que um só Estado do Brasil adquiriu cinco mil exemplares, são já em 2ª edição mui bem ultimada. Os livros editados pela casa Jacintho em these trazem papel mau. E isso, para a tenra idade, não poderia agradar. O afamado livreiro bem o comprehendeu e fez dos tres livros em noticia trabalho serio nas gravuras originaes, na impressão cuidadosa e até no papel, que é excellente.

Por isso mesmo, em poucos mezes, vão os tres em se-

gunda edição, facto virgem na literatura didactica do paiz. Mas não só o lado material deve ser analysado, senão especialmente a parte mental ou educativa da serie. E ahi não lobriga a critica desapaixonada senão motivos de justo louvor. O **Primeiro Anno** tem leitura e estampas agradaveis, em prosa e verso executado: não serve para o analphabeto, mas prepara coração e espirito de quem já passou pela "cartilha" tradicional.

O **Segundo Anno**, na mesma via apura a educação do orgão maximo, buscando fazer, o que é tudo, creanças amorosas e boas: é livro que pode ser posto nas mãos da meninada.

O **Terceiro Anno**, com trabalhos originaes e de autores varios, contem assumpto para classes mais adeantadas. A selecção foi feliz. Falta sensivel se notava na 1ª edição, com a ausencia da maior cabeça do Brasil no seculo passado. Queremos falar de Tobias Barreto. Mas a 2ª edição elimina de vez essa pequenina tacha, com a reprodução feliz de tres trabalhos do genio, um em prosa e dois em verso.

Assim arranjado, pode o **Terceiro Anno**, como os dois anteriores, bem servir ao objectivo em mira. Como escriptor, didactico, que o é superior, não encontra o professor Veiga Cabral, do **28 de Setembro**, competidores de vulto e conta.

A sua serie está muito bem feita. — **Liberato Bittencourt.**

(*Brasiliana* — 1 — 7 — 927).

PEQUENO ATLAS DO BRASIL

pelo prof. VEIGA CABRAL

E' um bello trabalho escolar, já em 6ª edição, officialmente adoptado pelas Directorias de Instrucção Publica do Districto Federal, S. Paulo, Rio de Janeiro, Rio G. do Norte, Alagôas, etc.

"E' um livro pequenino, a ponto de caber na algibeira. Traz mappas de todos os Estados, muito bem impressos e acompanhados de dados elucidativos. Recommenda-se, assim, não só para os collegiaes, que na propria feitura do livrinho encontrarão um attractivo, como para os que precisam, de um momento para outro, de informações geographicas."

(*A Noite* — 13-4-922).

6ª edição — 1 vol. ..... 2$000

LEHAD História USP
Ana Maria Camargo

BIBLIOGRAPHIA

"Chorographia do Districto Federal" pelo dr. Mario Da Veiga Cabral.

Não existe, presentemente, em todo o Brasil, estudante de Historia, de Geographia ou de Chorographia que desconheça o jovem e já notavel professor que é o dr. Mario Da Veiga Cabral: suas excellentes obras didacticas, actualmente conhecidas e adoptadas de norte ao sul do paiz, e quantos se abeberam na fonte de seus ensinamentos não teem, por isso, o direito de desconhecerlhe o nome.

Escrevendo num estylo claro e sobrio, e possuindo uma rara proficiencia da materia que conscientemente professa, o dr. Veiga Cabral tem, a meu ver, o merito especial de saber **ensinar o que sabe**, isto é, de se fazer comprehender de uma maneira facil, precisa, immediata, sem distrahir o espirito do alumno com divagações futeis. E' um desataviado. Diz o que sabe, e acabou-se. Nada de flores de rethorica. Nada de fantasia. E d'ahi o facto de suas obras serem tão apreciadas em todo o Brasil: teem succo, isto é, o bastante.

Este seu novo livro é bem uma prova de quanto affirmo: escripto para uso das escolas municipaes do Rio de Janeiro, a "Chorographia do Districto Federal" é tão interessante que pode ser lida, com agrado e proveito, em qualquer recanto do paiz. Sua primeira edição de 5.000 exemplares, dentro de muito pouco tempo se esgotou, completamente. Esta segunda, apparecida ha menos de quatro mezes, já vai em meio. Nada mais significativo, pois uma obra didactica sem meritos reaes não se esgotaria, assim, tão rapidamente.

Nesta sua "Chorographia do Districto Federal", o dr. Veiga Cabral nada olvidou de quanto existe de interessante na grande metropole: estudou-a sob os seus multiplos e variados aspectos, e com a proficiencia que lhe é tão peculiar. — **Gilberto Camara**.

(*Correio do Ceará*, Fortaleza, 24-10-923).

EXTRACTO DO CATALOGO DA LIVRARIA JACINTHO

OBRAS DO PROFESSOR VEIGA CABRAL

CHOROGRAPHIA DO BRASIL, 21ª ed., (231° milh.), officialmente adoptada nos Collegios Militares, 1 vol. enc. e ill. com mais de 400 grav. 15$000

CHOROGRAPHIA DO DISTRICTO FEDERAL, 6ª ed. (30° milh.), adoptada pela Directoria de Instrucção Publica do Rio de Janeiro, 1 vol. cart. e illustrado com mais de 80 gravuras ..... 4$000

HISTORIA GERAL, 4ª ed. (40° milh.), approvada pelas Directorias de Instrucção dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia, 1 vol. cart. e ill. com mais de 40 gravuras ..... 4$000

HISTORIA DO BRASIL, 10ª ed., (100° milh.), officialmente adoptada no Collegio Pedro II, Collegios Militares, Escolas Normaes e em muitos outros estabelecimentos, 1 vol. enc. e il. com mais de 170 gravuras .... 10$000

PEQUENO ATLAS DO BRASIL, (annotado), 6ª ed. (60° milh.), off. adoptado no Districto Federal, S. Paulo, Rio de Janeiro, R. G. do Norte, Alagôas, etc. ..... 2$000

NOSSA PATRIA (Noções de Chorographia do Brasil), 10ª ed. (100° milh.), officialmente adoptada no Districto Federal, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Rio G. do Norte, Ceará, Bahia e em diversos outros Estados, 1 vol. cart. e illustrado ..... 4$000

A EUROPA ACTUAL, 2ª ed. (20° milh.), 1 vol. enc. e ill. com mais de 250 gravuras e uma bella carta da Europa ..... 10$000

PEQUENA HISTORIA DO BRASIL, 8ª ed. (80° milh.), officialmente adoptada nas escolas publicas do Espirito Santo, S. Paulo, Rio de Janeiro, R. G. do Norte, Bahia e Alagôas, 1 vol. cartonado e illustrado ..... 4$000

GEOGRAPHIA PRIMARIA, 6ª ed. (60° milh.), officialmente adoptada nas escolas publicas do Esp. Santo, Rio de Janeiro, R. G. do Norte e Alagôas, 1 vol. cart. e ill. com mais de 40 gravuras ..... 4$000

GEOGRAPHIA GERAL, 11ª ed. (116° milh.), adoptada nos Collegios Militares, Escolas Normaes, e em outros estabelecimentos, 1 vol. cart. e ill. com mais de 400 gravuras e cêrca de 800 paginas ..... 15$000

LIVROS DE LEITURA (1°, 2°, 3° e 4°), 13ª ed. (130° milh.), officialmente adoptados pelas Direct. de Instr. Publ. do Rio de Janeiro, R. G. do Norte, Bahia, Minas, R. G. do Sul, etc., vols. carts. e ills., resp., 2$, 3$, 4$ e 4$000

LIÇÕES DE COSMOGRAPHIA, 1 vol. cart. e ill. com 179 gravuras, 3ª ed., (30° milh.) ..... 15$000

PRIMEIRO ANNO DE GEOGRAPHIA, adoptado em quasi todos os collegios secundarios do Brasil, 9ª edição (90° milheiro), 1 vol. cart. e ill. 7$000

SEGUNDO ANNO DE GEOGRAPHIA, idem, idem ..... 7$000

TERCEIRO ANNO DE GEOGRAPHIA, idem, idem ..... 7$000

QUARTO ANNO DE GEOGRAPHIA, idem, idem ..... 7$000

QUINTO ANNO DE GEOGRAPHIA, idem, idem ..... 7$000

PAGINAS BRASILEIRAS, pelo prof. Nelson Costa, 5ª ed. (25° milh.), adoptado pela Instrucção Publica do Districto Federal, 1 vol. cart. ..... 6$000

PAGINAS CARIOCAS, pelo prof. Nelson Costa, 7ª ed. (30° milh.), adoptado pela Instr. Pub. do Districto, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo 4$000

ALGEBRA, pelo dr. Tenorio de Albuquerque, 1 vol. cart. ..... 10$000

PHYSICA, pelo dr. Tenorio de Albuquerque, 1 grosso vol. cart. e ill. ..... 15$000

CHIMICA GERAL, pelo dr. Tenorio de Albuquerque, 1 vol. cart. e ill. 10$000

PRIMEIRO ANNO DE PHYSICA E CHIMICA, (3ª serie) pelo dr. Tenorio de Albuquerque, 1 vol. cart. e ill. ..... 6$000

PRIMEIRO ANNO DE HISTORIA NATURAL (3ª serie), pelo dr. Tenorio de Albuquerque, 1 vol. cart. e ill. ..... 6$000

FORMULAS DE GEOMETRIA, pelo dr. Tenorio de Albuquerque, 1 vol. cart. 5$000

SCIENCIAS PHYSICAS E NATURAES, pelo dr. Tenorio de Albuquerque, 3ª edição (15° milheiro), 1 vol. cart. e ill. ..... 8$000

HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO, (1ª serie), pelo dr. João Ribeiro, 1 vol. 6$000

HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO, (2ª serie), pelo dr. João Ribeiro, com uma parte sobre o Brasil do prof. dr. Veiga Cabral, 1 vol. cart. e ill. ..... 6$000

HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO (3ª serie), pelo dr. João Ribeiro, 1 vol. ... 6$000

HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO (4ª serie), pelo dr. João Ribeiro, com uma parte sobre o Brasil do prof. dr. Veiga Cabral, 1 vol. cart. e ill. ..... 6$000